



Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos Deputados

PERFIS
PARLAMENTARES

62



GETÚLIO VARGAS

Brasília – 2011



Maria Celina D'Araujo é doutora em ciência política e professora do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi professora da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Getúlio Vargas, além de pesquisadora visitante em várias universidades do Brasil e do exterior. Atua em diversas linhas de pesquisa, tais como partidos políticos, sindicatos, era Vargas, elites dirigentes, Forças Armadas e novas democracias na América do Sul. Entre seus trabalhos relacionados a Getúlio Vargas e sua era estão *O segundo governo Vargas: democracia, partidos e crise política*; *A ilusão trabalhista: o PTB de 1945 a 1964*; e *A era Vargas*.

“Getúlio Vargas não teve uma longa carreira no Congresso Nacional, mas, com todas as controvérsias que seu nome envolve, foi o mais importante político brasileiro do século XX”. Foi a partir desse ponto de vista que Maria Celina D'Araujo preparou este Perfil Parlamentar, com notas biográficas que ajudam o leitor a contextualizar os mais representativos discursos proferidos por Vargas ao longo de sua vida. Não se trata de uma biografia completa. A autora buscou produzir um roteiro para revelar a força desse personagem, que com capacidade e frieza superou adversidades e manteve coerência na política econômica nacionalista e estatalmente dirigida.

Os discursos selecionados mostram as várias fases da vida de Getúlio Vargas, desde os tempos de político regional gaúcho, fiel a seu chefe, Borges de Medeiros, até a época de ditador que se prestava ao culto da personalidade. Mostram ainda o político de massas num sistema representativo que procurava articular apoio institucional com mobilização direta dos trabalhadores. Por meio desta obra, pode-se percorrer meio século de história do Brasil.

PERFIS
PARLAMENTARES

62



GETÚLIO VARGAS

Brasília – 2011

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
54ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
2011-2015

Presidente **MARCO MAIA**

1ª Vice-Presidente **ROSE DE FREITAS**

2º Vice-Presidente **EDUARDO DA FONTE**

1º Secretário **EDUARDO GOMES**

2º Secretário **JORGE TADEU MUDALEN**

3º Secretário **INOCÊNCIO OLIVEIRA**

4º Secretário **JÚLIO DELGADO**

1º Suplente de Secretário **GERALDO RESENDE**

2º Suplente de Secretário **MANATO**

3º Suplente de Secretário **CARLOS EDUARDO CADOCA**

4º Suplente de Secretário **SÉRGIO MORAES**

Diretor-Geral **ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA**

Secretário-Geral da Mesa **SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA**



Câmara dos Deputados

PERFIS
PARLAMENTARES
62

GETÚLIO VARGAS

ORGANIZAÇÃO MARIA CELINA D'ARAÚJO

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2011

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretor Legislativo **AFRÍSIO VIEIRA LIMA FILHO**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Diretor **ADOLFO C. A. R. FURTADO**

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA – COEDI

Diretora **MARIA CLARA BICUDO CESAR**

Projeto gráfico **SUZANA CURTI**

Adaptação e atualização de projeto gráfico **PABLO BRAZ**

Diagramação e capa **ALESSANDRA C. KONIG**

Tratamento de Imagens **RACSOW**

Revisão e Indexação **SEÇÃO DE REVISÃO E INDEXAÇÃO**

Fotos **CPDO | FGV**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA – COEDI
ANEXO II – PRAÇA DOS TRÊS PODERES
BRASÍLIA – DF – CEP 70160-900
TELEFONE: (61) 3216-5809 FAX: (61) 3216-5810
edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Perfis Parlamentares

n. 62

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Vargas, Getúlio, 1883-1954.

Getúlio Vargas / organização, Maria Celina D'Araujo. — Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

793 p. – (Série perfis parlamentares ; n. 62)

ISBN 978-85-736-5860-6

1. Vargas, Getúlio, 1883-1954, atuação parlamentar, Brasil. 2. Político, biografia, Brasil. 3. Político, discursos etc, Brasil. I. D'Araujo Maria Celina. II. Título. III. Série.

CDU 328(81)(042)

ISBN 978-85-736-5859-0 (brochura)

ISBN 978-85-736-5860-6 (e-book)

Sumário

Apresentação 11

Prefácio 13

1ª PARTE

Ensaio

Getúlio Vargas: notas biográficas e roteiro de leitura

A formação castilhist 19

O político regional (1909-1930) 21

A Aliança Liberal e a Revolução de 30 26

O governo provisório (1930-1934) 28

O governo constitucional (1934-1937) 31

O Estado Novo (1937-1945) 32

O senador 36

A campanha de 1950 37

Segundo governo (1951-1954) 38

2ª PARTE

Discursos

1. Deputado federal: 1923-1926

Câmara dos Deputados, 12 de julho de 1923 45

Câmara dos Deputados, 28 de agosto de 1923 61

Câmara dos Deputados, 27 de setembro de 1923 86

Câmara dos Deputados, 29 de julho de 1924 115

<i>Câmara dos Deputados, 29 de outubro de 1924</i>	118
<i>Câmara dos Deputados, 18 de novembro de 1924</i>	157
<i>Câmara dos Deputados, 24 de novembro de 1924</i>	188
<i>Câmara dos Deputados, 27 de dezembro de 1924</i>	206
<i>Câmara dos Deputados, 16 de outubro de 1925</i>	208
<i>Câmara dos Deputados, 20 de outubro de 1925</i>	218
<i>Câmara dos Deputados, 8 de junho de 1926</i>	268
<i>Rio de Janeiro, novembro de 1926</i>	270
2. Aliança Liberal, Revolução de 30, governo provisório e governo constitucional: 1930-1937	
<i>Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1930</i>	280
<i>Porto Alegre, 4 de outubro de 1930</i>	304
<i>Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1930</i>	308
<i>Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1931</i>	312
<i>Rio de Janeiro, 4 de maio de 1931</i>	318
<i>Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1932</i>	331
<i>Rio de Janeiro, julho de 1934</i>	339
<i>Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1936</i>	347
<i>Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1936</i>	352

3. Estado Novo: 1937-1945

<i>Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937</i>	358
<i>Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1937</i>	368
<i>Rio de Janeiro, 1º de maio de 1938</i>	373
<i>Rio de Janeiro, 13 de maio de 1938</i>	375
<i>Resende, 29 de junho de 1938</i>	377
<i>Ribeirão Preto, 22 de julho de 1938</i>	380
<i>Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1938</i>	384
<i>Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1938</i>	387
<i>Rio de Janeiro, 8 de maio de 1939</i>	389
<i>São Paulo, 5 de janeiro de 1940</i>	390
<i>Rio de Janeiro, 1º de maio de 1940</i>	393
<i>Rio de Janeiro, 11 de junho de 1940</i>	397
<i>Manaus, 9 de outubro de 1940</i>	400
<i>Porto Velho, 14 de outubro de 1940</i>	404
<i>Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1940</i>	406
<i>Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1940</i>	411
<i>Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1940</i>	428
<i>Rio de Janeiro, 1º de maio de 1941</i>	434
<i>Entrevista ao jornal argentino La Nacion em junho de 1941</i>	438

<i>Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1942</i>	442
<i>Rio de Janeiro, 1º de maio de 1942</i>	445
<i>Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1942</i>	449
<i>Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1942</i>	453
<i>Volta Redonda, 7 de maio de 1943</i>	458
<i>Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1943</i>	464
<i>Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1943</i>	468
<i>São Paulo, 1º de maio de 1944</i>	480
<i>Rio de Janeiro, 24 de maio de 1944</i>	485
<i>Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1944</i>	487
<i>Petrópolis, 2 de março de 1945</i>	490
<i>Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1945</i>	498
<i>Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1945</i>	501
<i>São Borja, 28 de novembro de 1945</i>	501
4. Senador: 1946-1947	
<i>Porto Alegre, 31 de maio de 1946</i>	503
<i>Assembleia Nacional Constituinte, 31 de agosto de 1946</i>	511
<i>Porto Alegre, 2 de setembro de 1946</i>	512
<i>Porto Alegre, 29 de novembro de 1946</i>	514
<i>Senado Federal, 4 de dezembro de 1946</i>	519

<i>Senado Federal, 13 de dezembro de 1946</i>	521
<i>São Paulo, 16 de janeiro de 1947</i>	554
<i>Rio de Janeiro, 10 de março de 1947</i>	559
<i>Rio de Janeiro, 1º de maio de 1947</i>	566
<i>Senado Federal, 9 de maio de 1947</i>	567
<i>Senado Federal, 30 de maio de 1947</i>	579
<i>Senado Federal, 3 de julho de 1947</i>	601
5. Campanha presidencial: 1950	
<i>São Borja, 16 de junho de 1950</i>	643
<i>Manaus, 20 de agosto de 1950</i>	654
<i>Recife, 27 de agosto de 1950</i>	657
<i>Curitiba, 18 de setembro de 1950</i>	662
<i>São Borja, 30 de setembro de 1950</i>	668
6. Segundo governo: 1951-1954	
<i>Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1951</i>	672
<i>Rio de Janeiro, 1º de maio de 1951</i>	675
<i>Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1951</i>	684
<i>Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1952</i>	694
<i>Rio de Janeiro, 15 de março de 1952</i>	700
<i>Rio de Janeiro, 1º de maio de 1952</i>	711

<i>Belo Horizonte, 31 de maio de 1952</i>	719
<i>Santos, 12 de junho de 1952</i>	724
<i>Paulo Afonso, 22 de junho de 1952</i>	728
<i>Candeias, 23 de junho de 1952</i>	735
<i>Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1953</i>	742
<i>Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1953</i>	749
<i>Petrópolis, 1º de maio de 1954</i>	757
<i>Rio de Janeiro, 19 de junho de 1954</i>	763
<i>Belo Horizonte, 11 de agosto de 1954</i>	766
<i>Rio de Janeiro, agosto de 1954</i>	772
<i>Rio de Janeiro, agosto de 1954</i>	773
REFERÊNCIA	775
FOTOS	781

Apresentação

Getúlio Vargas, um dos mais conhecidos e marcantes políticos brasileiros do século XX, é pouco lembrado e estudado no que diz respeito a sua atuação parlamentar. Muitos trabalhos destacam aspectos da trajetória de Vargas como presidente da República que assumiu o governo, primeiro, em decorrência de um processo insurrecional e, mais tarde, por meio de eleição direta. Mas sua rica e contraditória biografia fica incompleta se não se considerar também a atividade parlamentar que antecedeu e sucedeu a seu primeiro mandato presidencial.

A Câmara dos Deputados, ao publicar, de forma inédita, os discursos de Getúlio Vargas como deputado e senador, em meio a outros pronunciamentos de sua longa carreira política, pretende contribuir para um maior entendimento da própria história política nacional.

A apresentação cronológica dos discursos de Vargas, desde o primeiro mandato de deputado federal até a carta-testamento de 1954, mostra que o mesmo homem público que dissolveu o Congresso Nacional em 1930 e o fechou entre 1937 e 1945 fez da tribuna parlamentar um local privilegiado de intervenção para expor suas ideias e falar com a sociedade e o governo. Recordar essa intervenção é destacar o nem sempre devidamente lembrado papel do Parlamento como espaço de visibilidade e exposição pública de ideias e interesses, como espaço de debate sobre o país e como local de articulação política entre diferentes grupos sociais.

Getúlio Vargas foi deputado estadual (1909-1913 e 1917-1922), deputado federal (1923-1926) e senador (1946-1947). Na Câmara dos Deputados, a partir de 1923, passou de político regional a personagem nacionalmente articulado, que assumiu o cargo de ministro de Estado da Fazenda em 1927 e, em 1930, liderou o processo revolucionário que derrubou a chamada “República Velha” e marcou a história brasileira.

Após chefiar o Poder Executivo por 15 anos, boa parte desse tempo como ditador, e ser deposto em 1945, Vargas retornou à política eleitoral. Como a legislação permitia a candidatura simultânea para vários cargos eletivos, foi eleito senador por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul, cargo que afinal assumiu, e deputado pelo Distrito Federal e por seis estados (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná). A imensa votação obtida e a

conquista do cargo parlamentar lhe conferiram legitimidade para a disputa política no âmbito do novo regime. Essa eleição também garantiu ao ex-presidente uma tribuna que ocupou para defender seu governo e se preparar para a disputa eleitoral de 1950.

Com a publicação deste Perfil Parlamentar, a Câmara dos Deputados disponibiliza todos os discursos de Getúlio Vargas no Congresso Nacional, ao lado de uma seleção de outros pronunciamentos, contribuindo assim para ampliar o conhecimento sobre tão importante homem público brasileiro, ao mesmo tempo que destaca o papel do Legislativo como protagonista na história do Brasil.

Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Prefácio

A oportunidade de fazer este trabalho veio da indicação que o deputado Chico Alencar, do Rio de Janeiro, fez de meu nome à Mesa da Câmara dos Deputados ainda no decorrer de 2004, quando se comemoravam os 50 anos da morte de Getúlio. Sou agradecida a ele pela indicação, e à Presidência da Câmara por me ter confiado esta missão.

Ser responsável pela organização deste livro foi um privilégio. Getúlio Vargas não teve uma longa carreira no Congresso Nacional, mas, com todas as controvérsias que seu nome envolve, foi o mais importante político brasileiro do século XX. Com algumas interrupções, exerceu os mandatos de deputado federal de 1923 a 1926 e de senador de 1946 a 1947, permanecendo ao todo seis anos no Parlamento nacional. Em contrapartida, foi o presidente da República que mais tempo esteve à frente do cargo: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Este Perfil Parlamentar não poderia ignorar esse fato, e por isso mesmo parte dos discursos aqui incluídos diz respeito à sua trajetória no Poder Executivo nacional. Não compilei os discursos pronunciados durante sua experiência na política regional gaúcha, quer como deputado estadual (1909-1913; 1917-1922), quer como governador (1928-1930), pois esses textos foram objeto de publicação recente na coleção *Parlamentares Gaúchos*¹.

Os discursos aqui reunidos foram extraídos de várias fontes, desde edições em livros, anais do Congresso e jornais até o arquivo pessoal de Vargas depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), onde eu então trabalhava.

Inicialmente foi feita uma listagem de seus pronunciamentos a partir das mais importantes publicações de seus discursos, feitas pela Livraria José Olympio Editora: *A nova política do Brasil* (1938-1947. 11 v.), *A política trabalhista no Brasil* (1950. 1 v.), *A campanha presidencial* (1951. 1 v.) e *O governo trabalhista do Brasil* (1952-1969. 4 v.). Para o período anterior a 1930 utilizamos basicamente dois caminhos: os *Anais da Câmara dos Deputados*, em formato digital, e algumas publicações, em especial

¹ Getúlio Vargas: discursos (1903-1929). Org. por Carmen Aita e Gunter Axt. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997.

o exemplar citado da coleção Parlamentares Gaúchos. A leitura desses discursos nos obrigou a fazer um cotejo com outros pronunciamentos e com determinados debates públicos, o que nos levou a consultas frequentes a periódicos e a livros de história e de política que abordam o personagem e seu tempo. O *Diário* de Getúlio² foi também fonte obrigatória para os primeiros anos de seu governo. Esta bibliografia básica está mencionada no final do volume.

Espero que o leitor interessado na história do Brasil fique tão satisfeito com a leitura deste trabalho como fiquei ao terminá-lo. O esforço foi o de traçar a trajetória de Getúlio Vargas e ilustrá-la com os discursos que considere mais expressivos. Todos os pronunciamentos na Câmara dos Deputados e no Senado foram transcritos. Em relação aos discursos como presidente da República, foi feita uma seleção que ilustra feitos, problemas, preocupações, propostas, explicações. Cada momento decisivo da política nacional está retratado no conjunto selecionado, bem como os vários aspectos da economia nacional, em suas vertentes industrial e agrária. Estão retratadas ainda as questões políticas que mobilizaram Getúlio Vargas tanto na política local quanto na política nacional, desde disputas tipicamente oligárquicas a confrontos ideológicos. Como não poderia deixar de ser, há vários pronunciamentos que ilustram as políticas públicas destinadas a regular o conflito industrial, a estrutura sindical e a questão social de uma forma mais geral. A defesa da industrialização, da planificação estatal e do nacionalismo econômico está presente ao longo dos vários discursos. Da mesma forma, a crítica ao liberalismo político e à democracia parlamentar.

Os discursos de Vargas aqui reproduzidos estão organizados em seis conjuntos: 1. Deputado federal: 1923-1926; 2. Aliança Liberal, Revolução de 30, governo provisório e governo constitucional: 1930-1937; 3. Estado Novo: 1937-1945; 4. Senador: 1946-1947; 5. Campanha presidencial: 1950; e 6. Segundo governo: 1951-1954. As escolhas feitas, textuais e iconográficas, são de minha inteira responsabilidade. Tive, contudo, a felicidade de poder contar com interlocutores interessados. Sou grata a amigos e amigas, colegas e alunas que gentilmente, e de dife-

² Getúlio Vargas: diário. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares (pesquisadoras: Maria Celina D'Araujo, Regina da Luz Moreira e Angela de Castro Gomes). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Editora FGV, 1995.

rentes maneiras, me ajudaram a ver a seriedade deste mergulho em tantos discursos e tantas décadas de política brasileira. Ajudaram-me conversando sobre minhas escolhas, sobre a seleção que realizei, apresentando críticas e sugestões. Entre eles menciono Dora Rocha, pelas valiosas sugestões na edição dos textos, Manuela Martins, Juliana Belisário, Mayara Lobato, Renan Marinho de Castro, Luana D'Araujo, Filipe Leal e Marília Krassius do Amparo. Agradeço ainda, no CPDOC, a Alzira Alves de Abreu e Letícia Borges Nedel e, na Câmara dos Deputados, a Edson Carlos da Silva, Claudio Dumas, Jorge Luiz Rodrigues de Barros, Clebson Gean da Silva Santos e Alice Maria Costa Botelho Garcia.

Maria Celina D'Araujo

Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio

1ª PARTE

ENSAIO BIOGRÁFICO

Getúlio Vargas: notas biográficas e roteiro de leitura

A formação castilhista

Getúlio Vargas nasceu em 19 de abril de 1882 em São Borja, cidade do Rio Grande do Sul situada na fronteira com a Argentina. Quando adolescente, provavelmente por algum interesse escolar, declarou ter nascido em 1883, e durante um século acreditou-se ser esse o ano de seu nascimento. Seus pais, Cândida Dornelles Vargas e Manoel do Nascimento Vargas, pertenciam a famílias de estancieiros com prestígio na política local. Getúlio teve quatro irmãos: dois mais velhos, Viriato e Protásio, e dois mais novos, Spartacus e Benjamim.

A história e as características do Rio Grande do Sul deixaram marcas na formação de Getúlio Dornelles Vargas. Colonizada de início por jesuítas e a seguir por portugueses oriundos do arquipélago dos Açores, a região, a partir do século XVII, foi palco de lutas frequentes entre portugueses e espanhóis. Nos séculos seguintes, outras guerras importantes varreram o solo gaúcho: a Guerra dos Farrapos (1835-1845), a Guerra do Paraguai (1864-1870) – na qual o pai de Getúlio foi herói militar –, a Revolução Federalista de 1893 e a guerra civil de 1923.

No início da República, foram comuns os conflitos pela primazia na política estadual. De um lado estavam os republicanos, reunidos desde 1882 no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Essa corrente acompanhava a doutrina positivista de Augusto Comte, atribuindo grande poder à iniciativa do Estado, reconhecendo a autonomia do chefe político e a liderança dos homens superiores. Aos republicanos, ou “chimangos”, opunham-se os federalistas, ou “maragatos”, de tendência mais descentralizadora, reunidos a partir de 1892 no Partido Federalista Brasileiro. De início, os mais importantes líderes republicanos foram Júlio de Castilhos e Joaquim Francisco de Assis Brasil, que já em 1891 se tornaram adversários. O sucessor de Castilhos na liderança do PRR foi Antônio Augusto Borges de Medeiros, que governaria o estado por muitos anos.

Na adolescência, Getúlio pretendeu seguir a carreira militar. Aos 16 anos alistou-se no batalhão de São Borja e aos 18 foi admitido na Escola

Tática e de Tiro de Rio Pardo. Dois anos depois, contudo, foi desligado, por se ter solidarizado com colegas que haviam sido expulsos por um incidente disciplinar. De volta à tropa no batalhão de Porto Alegre, preparava-se para deixar o Exército quando, no início de 1903, surgiu uma ameaça de conflito armado entre o Brasil e a Bolívia, que disputavam o território do Acre. Apresentou-se ao comandante e partiu para Corumbá, no estado do Mato Grosso, mas não chegou a entrar em combate, pois a questão foi resolvida pela diplomacia do Barão do Rio Branco. Afinal, em dezembro, após dar baixa do Exército, entrou para a Faculdade de Direito de Porto Alegre.

Na faculdade, Getúlio estreitou laços com o castilhismo e com a juventude republicana. Acompanhando o debate intelectual de seu tempo, interessou-se também pela doutrina evolucionista de Charles Darwin e Herbert Spencer. A influência do evolucionismo fica bastante clara em uma referência que faz em seu diário pessoal, escrito entre os anos de 1930 e 1942. Ao narrar uma conversa com o filho mais velho, Lutero, em 13 de março de 1936, escreve:

“À noite, conversava com meu filho Lutero sobre a preocupação filosófica nos últimos anos de minha vida de estudante, a ânsia de encontrar na ciência ou na filosofia uma fórmula explicativa da vida e do mundo. Falou-me dos vestígios que ele encontrava dessa preocupação nos livros da minha biblioteca, que ele estava percorrendo, e nas anotações encontradas. No conceito que eu lhe repetia, e que ele encontrara nessas anotações ou referências, estava, como aplicação da teoria darwiniana, que vencer não é esmagar ou abater pela força todos os obstáculos que encontramos – vencer é adaptar-se. Como tivesse dúvidas sobre a significação da fórmula, expliquei-lhe: adaptar-se não é o conformismo, o servilismo ou a humilhação; adaptar-se quer dizer tomar a coloração do ambiente para melhor lutar”.³

A liderança de Getúlio começou a despontar ao ser escolhido, em 1906, para saudar em nome dos estudantes o presidente da República Afonso Pena, em visita a Porto Alegre. No ano seguinte, haveria eleição para presidente do estado. Borges de Medeiros, que exercia o cargo desde 1898, terminava seu segundo mandato e decidiu indicar como

³ Getúlio Vargas: diário. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares (pesquisadoras: Maria Celina D’Araújo, Regina da Luz Moreira e Angela de Castro Gomes). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Editora FGV, 1995.

sucessor Carlos Barbosa Gonçalves. Para enfrentar o domínio do PRR, os federalistas lançaram a candidatura de Fernando Abbott. Com seus colegas de faculdade, Getúlio fundou o Bloco Acadêmico Castilhista e fez a campanha do candidato republicano, que saiu vitorioso. No fim do ano, colou grau e mais uma vez foi escolhido orador da turma.

Também em 1907, indicado pelo PRR, seu pai, Manoel Vargas, tornou-se intendente, ou seja, prefeito de São Borja. A origem familiar, aliada à participação na campanha do PRR, certamente pesou na nomeação do jovem bacharel, em fevereiro de 1908, para o cargo de segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre. Alguns meses mais tarde, seu nome foi incluído na lista de candidatos do PRR à Assembleia dos Representantes, como era chamada a assembleia legislativa do estado. Getúlio passou então o lugar de promotor a João Neves da Fontoura, seu colega de faculdade, e voltou para São Borja, onde constituiu banca de advogado e fez contatos com correligionários de seu pai, que garantiram apoio à sua candidatura.

O político regional (1909-1930)

Em março de 1909, pouco antes de completar 27 anos, Getúlio Vargas foi eleito deputado estadual. Durante os três meses por ano em que a assembleia se reunia para votar o orçamento, permanecia em Porto Alegre. No resto do tempo, dedicava-se à advocacia em São Borja. Aí se casou, em março de 1911, com Darcy Lima Sarmanho, filha do estancieiro e comerciante Antônio Sarmanho. Nos anos seguintes, o casal teria cinco filhos: Lutero, Jandira, Alzira, Manoel e Getúlio.

Em 1913, ano em que Borges de Medeiros voltou ao governo do Rio Grande, Getúlio foi novamente eleito deputado estadual. Logo depois, porém, renunciou ao mandato, em protesto contra a intervenção de Borges nas eleições de Cachoeira, obrigando candidatos eleitos a renunciar para beneficiar outros de seu agrado. Nos anos seguintes as relações entre os Vargas e Borges ficaram estremecidas, mas afinal o presidente do estado buscou a reconciliação, mantendo Manoel Vargas na chefia do PRR em São Borja e oferecendo a Getúlio a chefia de polícia em Porto Alegre. Getúlio recusou o convite, mas aceitou, em 1917, ser mais uma vez incluído na lista de candidatos do PRR à assembleia estadual. Foi eleito então, e reeleito em 1921.

Nesse ano, a situação política nacional tornou-se tensa com a proximidade da sucessão de Epitácio Pessoa na Presidência da República.

Enquanto Minas Gerais e São Paulo lançaram a candidatura oficial do mineiro Artur Bernardes, Borges de Medeiros uniu-se aos governos da Bahia, Pernambuco e estado do Rio de Janeiro no movimento dissidente denominado Reação Republicana, que deu apoio à candidatura do fluminense Nilo Peçanha. A campanha da Reação Republicana provocou grande mobilização popular em todo o país, mas não conseguiu levar seu candidato à vitória. Artur Bernardes venceu a eleição realizada em março de 1922. Houve contestações, e a tensão culminou no dia 5 de julho seguinte com a eclosão de levantes militares, dos quais o mais famoso foi o do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Era o início do ciclo de revoltas tenentistas, que marcaria a década. No Rio Grande do Sul, os federalistas, unidos aos republicanos dissidentes liderados por Assis Brasil, haviam apoiado Artur Bernardes. Por sua vez, o PRR, diante dos levantes, divulgou o manifesto ‘Pela ordem’, reconhecendo a autoridade de Epitácio Pessoa e do presidente eleito.

Em outubro de 1922, Getúlio Vargas foi eleito deputado federal, para completar o mandato de um representante gaúcho que falecera. Como as eleições para presidente do estado estavam marcadas para o mês seguinte, resolveu adiar a partida para o Rio de Janeiro, então capital federal. Borges de Medeiros concorria pelo PRR a seu quinto mandato (terceiro consecutivo) na presidência do estado e enfrentava a hostilidade da oposição, que se unira em torno da candidatura de Assis Brasil. Em 15 de novembro Artur Bernardes tomou posse na Presidência da República. Dez dias depois, realizaram-se as eleições no Rio Grande. Getúlio foi nomeado presidente da Comissão de Verificação de Poderes da assembleia estadual e, em meio a rumores de fraude de ambos os lados, proclamou, em 17 de janeiro de 1923, a vitória de Borges de Medeiros. No dia 25 começou a guerra civil.

Logo no início do conflito, Getúlio foi enviado por Borges para São Borja com o título de tenente-coronel e a missão de organizar um destacamento provisório e marchar para Itaqui. É nesse ponto que começam as lembranças de sua filha Alzira, que assim inicia seu livro, *Getúlio Vargas, meu pai*:⁴

⁴ O livro de Alzira Vargas do Amaral Peixoto foi publicado pela primeira vez em 1960 e reeditado em 2005 pelo Instituto Estadual do Livro do Rio Grande do Sul, com notas de Celina Vargas do Amaral Peixoto e Francisco Reynaldo de Barros..

“Tomei conhecimento da existência de meu pai em começos de 1923, quando o perdi pela primeira vez. Até então ele pouco representava para mim. Nossa vida girava em torno de mamãe. [...] Ele estava sempre lendo, estudando processos, recebendo constituintes e eleitores ou então viajando pelos municípios vizinhos para defender uma causa. Nós o admirávamos e o respeitávamos à distância, e seu gabinete era tabu para nós.

Por isso, naquele entardecer do ano de 1923, estremecei ao olhar aquele homem diferente que nos esperava para se despedir. Trajava farda de mescla azul, com talim e botas pretas, galões de coronel. Um revólver negro à cintura, um chapéu de abas largas e uma capa enorme sobre os ombros tornavam-no ainda mais estranho”.

Também dessa vez Getúlio não chegou a entrar em combate, pois logo recebeu ordem de voltar. Sua missão mudara: sob pena de perder sua cadeira na Câmara dos Deputados, deveria apresentar-se imediatamente no Rio de Janeiro. É ainda Alzira Vargas quem descreve a nova etapa da vida de seu pai:

“No Rio de Janeiro, hospedou-se em um pequeno hotel, no centro da cidade. Logo no primeiro dia, ignorando tudo da grande metrópole, tão diferente e complicada, pediu um táxi para se dirigir à Câmara dos Deputados. O chofer olhou-o desconfiado, deu uma volta e parou honestamente no quarteirão seguinte. O Hotel Monroe, onde estava hospedado, era quase ao lado da Câmara. Riu sozinho de sua ignorância e aceitou a primeira lição: para entender os intrincados problemas do Rio de Janeiro é preciso saber perguntar. Quando aprendeu um pouco mais, mandou buscar-nos. Havia conseguido um pequeno apartamento à Praia do Flamengo nº 2, composto de dois quartos, um minúsculo gabinete e uma varanda ainda menor. Chamava-se Pensão Wilson, então; hoje é um grande prédio de apartamentos. Quando passo por lá, lembro nossa viagem, a chegada e nossa vida pacata”.

Se a vida doméstica da família Vargas no Rio de Janeiro era pacata, o ambiente na Câmara dos Deputados era mais delicado:

“Papai fora enviado à Câmara Federal com a missão precípua de promover o restabelecimento das boas relações políticas entre o governo do Rio Grande do Sul e a Presidência da República, estremecidas pela última campanha sucessória: Nilo Peçanha *versus* Artur Bernardes. A bancada gaúcha, ainda engasgada com o famoso ‘Pela ordem’, editorial de *A Federação*, órgão oficial do governo do estado, estava desarvorada e desprestigiada. Precisava agir com cautela. Começou por fazer amizade com Herculano de Freitas, líder da bancada paulista. Homem de grande inteligência, foi o iniciador de meu pai nos segredos do Congresso e da política nacional”.

Enquanto isso, a guerra civil prosseguia no Rio Grande de Sul, e havia o perigo de uma intervenção federal. Foi para afirmar a capacidade do governo gaúcho de resolver seus problemas sozinho que o deputado Getúlio Vargas pronunciou seus primeiros discursos na Câmara (ver discursos de 12 de julho, 28 de agosto e 27 de setembro de 1923). A luta só cessaria em dezembro de 1923, quando o Pacto de Pedras Altas garantiu o mandato de Borges de Medeiros, mas proibiu nova reeleição. De toda forma, as oposições continuaram unidas e, sob a liderança de Assis Brasil, em janeiro de 1924 formaram a Aliança Libertadora. Nesse mesmo ano, Getúlio seria reeleito deputado federal.

A política nacional também continuava agitada. Em 5 de julho de 1924 novas revoltas tenentistas eclodiram em Sergipe, no Amazonas e em São Paulo. Nos dois primeiros estados foram dominadas rapidamente, mas em São Paulo, chefiados pelo general Isidoro Dias Lopes, os rebeldes ocuparam a capital por três semanas até que, pressionados por forças paulistas, mineiras e gaúchas, foram rechaçados. Para comemorar a vitória legalista e ressaltar a fidelidade do governo gaúcho ao presidente da República, Getúlio Vargas subiu à tribuna no final do mês (ver discurso de 29 de julho de 1924). Os rebeldes, contudo, ainda não haviam sido derrotados. Retiraram-se para Mato Grosso e depois Paraná, enquanto novos levantes eram deflagrados no Rio Grande do Sul, envolvendo jovens militares como Luís Carlos Prestes, Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora, e velhos caudilhos como Honório

Lemes, Zeca Neto e Leonel Rocha. Quase ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, sublevaram-se o encouraçado *São Paulo* e o torpedeiro *Goiás*. Os revolucionários paulistas e gaúchos reuniram-se afinal em 1925, no Paraná, para formar a Coluna Prestes e iniciar uma marcha de dois anos pelo interior do país pregando a revolução.

Os esforços de Getúlio para garantir a conciliação do governo de Borges de Medeiros com o governo Bernardes prosseguiram, seja ao debater com os representantes da oposição gaúcha as motivações da guerra civil de 1923, apontando sua inconsistência política (ver discurso de 29 de outubro de 1924), seja ao condenar o apoio por eles oferecido à revolução em curso em 1924 (ver discursos de 18 e 24 de novembro de 1924), seja ao discordar da versão apresentada sobre a prisão, pelas forças borgistas, do caudilho Honório Lemes em setembro de 1925 (ver discurso de 16 de outubro de 1925). Novamente seu apoio – e o de Borges de Medeiros – ao governo federal se evidenciou quando, já como líder da bancada gaúcha, participou da comissão encarregada de estudar a reforma da Constituição de 1891, proposta pelo presidente Artur Bernardes (ver discurso de 20 de outubro de 1925). Em 1926, quando do falecimento do ministro da Marinha do governo Bernardes, almirante Alexandrino de Alencar, foi encarregado por seu partido de homenageá-lo (ver discurso de 8 de junho de 1926). Designado membro da Comissão de Finanças da Câmara, nela permaneceria até o fim do mandato, em novembro.

Apesar da tensão causada pelo movimento tenentista, a eleição presidencial de março de 1926 transcorreu pacificamente, já que a oposição não apresentou candidatos. Foram eleitos presidente e vice-presidente da República Washington Luís e Fernando Melo Viana, até então presidentes, respectivamente, de São Paulo e Minas Gerais. Em 15 de novembro, ao tomar posse, Washington Luís nomeou Getúlio ministro da Fazenda, indicando que a reconciliação do governo federal com o Rio Grande do Sul estava consumada. Getúlio de início hesitou diante da indicação, alegando em carta a Borges de Medeiros não ter qualificação suficiente em finanças, mas acabou por aceitar o cargo (ver discurso de novembro de 1926). Nessa primeira experiência com a área econômica e financeira, agiria em conformidade com o pacto político da Primeira República, que privilegiava os interesses dos cafeicultores. O café, na época, respondia sozinho por cerca de 70% das exportações e era portanto um produto de interesse estratégico na economia do país.

Em agosto de 1927, Borges de Medeiros, que continuava na chefia do PRR, decidiu que Getúlio seria seu sucessor no governo do Rio Grande do Sul. A Aliança Libertadora não apresentou candidato, e em novembro Getúlio Vargas foi eleito, tendo como vice João Neves da Fontoura. Em dezembro exonerou-se do Ministério da Fazenda e em 25 de janeiro de 1928, aos 46 anos de idade, assumiu a presidência do Rio Grande do Sul.

No governo do estado, Getúlio procurou assegurar sua independência diante de seu chefe Borges de Medeiros. Assim, colocou no secretariado pessoas de sua confiança, entre as quais Osvaldo Aranha (Interior e Justiça) e Firmino Paim Filho (Fazenda). No plano econômico, procurou amparar a lavoura e a pecuária e incentivar a criação de sindicatos de produtores. Mas foi no plano político que introduziu a inovação mais importante, concedendo garantias à oposição, que em março de 1928 se congregou no Partido Libertador, sucessor da Aliança Libertadora. A pacificação da conturbada política local iria revelar-se fundamental para o desenvolvimento de sua carreira no plano nacional. Isso ficou claro quando começou a ser articulada a sucessão de Washington Luís, ainda no final de 1928, tendo em vista as eleições presidenciais marcadas para 1º de março de 1930.

A Aliança Liberal e a Revolução de 30

Washington Luís assumira a Presidência da República em 1926 como representante de São Paulo, estado que governara nos quatro anos anteriores. Quando de sua eleição para presidente, estabeleceu-se um acordo tácito pelo qual seu sucessor seria indicado por Minas Gerais. O candidato natural era Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente desse estado, mas Washington Luís preferiu indicar o presidente de São Paulo, Júlio Prestes. O lançamento da candidatura paulista rompeu o pacto oligárquico então em vigor. Antônio Carlos buscou uma aliança com o Rio Grande do Sul e em troca ofereceu seu apoio a uma candidatura gaúcha. Vargas em princípio hesitou, em razão de seus vínculos com o governo federal, mas afinal, em julho de 1929, escreveu a Washington Luís comunicando sua candidatura, a menos que este desistisse de Júlio Prestes, o que não ocorreu. Diante da perspectiva de participar do jogo sucessório nacional, as forças políticas do Rio Grande do Sul uniram-se na Frente Única Gaúcha (FUG). Em agosto, formou-se a Aliança Liberal, composta por

Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, além das forças dissidentes de São Paulo e do Distrito Federal, em apoio às candidaturas de Getúlio Vargas a presidente e João Pessoa a vice. Em 20 de setembro, em convenção realizada no Rio de Janeiro, a Aliança Liberal aprovou a chapa Vargas-João Pessoa, assim como sua plataforma eleitoral.

Em fins de 1929, a corrente mais radical e mais jovem da Aliança Liberal, que incluía nomes como João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, passou a admitir a ideia de um movimento armado em caso de derrota nas urnas, e para isso buscou se aproximar dos tenentes revolucionários, exilados ou não. Contrário à ideia de uma revolução, Vargas comprometeu-se com Washington Luís a não fazer propaganda fora de seu estado e a apoiar o governo federal no caso da vitória de Júlio Prestes. Da mesma forma, Washington Luís prometeu reconhecer Vargas caso este fosse eleito, bem como os candidatos do PRR ao Congresso, e ainda, no caso da vitória de Júlio Prestes, restabelecer relações com o Rio Grande do Sul. Nenhuma dessas promessas seria cumprida à risca.

No final de dezembro Vargas viajou para o Rio, e no início de janeiro de 1930 leu a plataforma da Aliança Liberal diante de uma multidão concentrada na Esplanada do Castelo (ver discurso de 2 de janeiro de 1930). Depois disso seguiu viagem, fazendo propaganda eleitoral em São Paulo e Santos. Realizadas as eleições, em meio a acusações de fraude, Vargas foi derrotado, com 737 mil votos contra 1,1 milhão dados a Júlio Prestes. Sua primeira reação foi se acomodar aos resultados, mas seus aliados, entre os quais se destacava Osvaldo Aranha, não se conformaram e intensificaram a conspiração. Em maio, quando o Congresso se reuniu, a Comissão de Verificação de Poderes reconheceu a eleição dos candidatos do PRR à Câmara dos Deputados, mas não fez o mesmo com os aliancistas de Minas e da Paraíba. Um fato veio precipitar os acontecimentos: em 26 de julho, João Pessoa foi assassinado em Recife. O crime teve motivação passionai, mas os aliancistas lhe atribuíram motivações políticas, e o movimento revolucionário ganhou novo fôlego.

Em 3 de outubro, com a concordância de Vargas, a revolução foi desencadeada simultaneamente em Porto Alegre, Minas Gerais e Nordeste. No dia seguinte, todas as unidades militares da capital gaúcha já estavam sob o controle dos revolucionários, o que levou Vargas

a fazer um pronunciamento inflamado ao povo gaúcho (ver discurso de 4 de outubro de 1930). Em poucos dias o movimento estava vitorioso em quase todo o país, com a adesão de grande parte da população, dos militares e das polícias estaduais. Constatada a derrota, em 24 de outubro Washington Luís renunciou, e uma junta militar composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha assumiu o poder. Em 3 de novembro, Vargas foi reconhecido pela junta governativa chefe do governo provisório da República.

Até então, a atuação de Vargas na política pautara-se pela defesa dos princípios federativos, da autonomia dos governadores e do Congresso Nacional. Mas com seu ingresso na política nacional, esse padrão alterou-se drasticamente.

O governo provisório (1930-1934)

A Revolução de 1930 foi objeto de várias interpretações. Alguns a classificaram como uma revolução burguesa, outros como uma revolução das classes médias, e outros apenas como um golpe militar. Independentemente do caráter que se lhe queira atribuir, foi certamente um ponto de inflexão na política brasileira. Seu efeito disruptivo ficaria evidente logo no início do novo governo. Em contraposição ao modelo descentralizador e federalista da Primeira República, foi introduzido um modelo centralizador e intervencionista. O apoio popular permitia ao governo ousar em suas iniciativas contrárias aos interesses políticos das oligarquias derrotadas. Mas Getúlio Vargas também soube acomodar interesses, em especial os econômicos. Praticou uma política de compromisso, a qual lhe permitiu levar a cabo importantes mudanças no país. Moveu-se articulando interesses da burguesia industrial, das oligarquias rurais, dos militares e dos trabalhadores. Outra importante mudança se deu na esfera da administração pública. A centralização administrativa obrigou à construção de novas instituições do Estado, fundamentais para planejar e dar vida às mudanças que o país viria a experimentar.

O programa de “reconstrução nacional” que Vargas se propunha realizar foi exposto resumidamente já em seu discurso de posse, perante a junta governativa (ver discurso de 3 de novembro de 1930). Para pô-lo em prática, em 11 de novembro assinou o Decreto 19.398, dando configuração legal ao governo provisório que chefiava. Amparado por esse

instrumento, assumiu plenos poderes, dissolveu o Congresso Nacional e demais órgãos legislativos até a eleição de uma Assembleia Constituinte e nomeou interventores para os estados. Nos dias seguintes, de acordo com o programa da Aliança Liberal, e em conformidade com o prometido no discurso de posse, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (14 de novembro) e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (28 de novembro). Em discurso pronunciado dois meses após o início do governo revolucionário, em banquete que lhe foi oferecido pelas classes armadas, agradeceu o apoio militar e voltou a expor resumidamente o programa que seu governo pretendia levar a efeito: aumento da produção nacional, organização do trabalho, representação por classe, saneamento e educação (ver discurso de 2 de janeiro de 1931).

Ao lado da defesa do café, explicitada com a criação do Conselho Nacional do Café em maio de 1931, o controle e amparo dos trabalhadores e a modernização do ensino seriam preocupações imediatas de Vargas. Assim, em 19 de março de 1931, pelo Decreto 19.770, conhecido como “Lei de Sindicalização”, foi regulamentada a sindicalização das classes patronais e operárias; os sindicatos – sempre um para cada ramo de atividade – foram definidos como órgãos consultivos e de colaboração do poder público, devendo por isso mesmo ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Em 12 de agosto, pelo Decreto 20.291, conhecido como “Lei dos 2/3”, foi garantida a presença mínima de 2/3 de empregados nacionais em quaisquer estabelecimentos industriais e comerciais. No campo da educação, decretos assinados também em 1931 estabeleceram o estatuto das universidades brasileiras, a organização da Universidade do Rio de Janeiro (11 de abril) e ainda a reforma do ensino secundário (18 de abril). Ao longo do ano de 1932 o governo procurou fazer cumprir a legislação social anterior a 1930 e sancionou novas leis, concedendo novos benefícios aos trabalhadores vinculados às caixas de aposentadoria e pensões, fixando o limite de oito horas para a jornada de trabalho, introduzindo novas regulamentações para o trabalho de mulheres e de menores e instituindo a carteira profissional.

A atuação de Vargas no governo não transcorreu, porém, livre de tensões. A revolução unira forças políticas com perspectivas diferentes: de um lado, oligarquias dissidentes; de outro, tenentes revolucionários. Os choques entre os jovens radicais, defensores de reformas a serem feitas sob um regime de exceção, e os líderes tradicionais tornaram-se

frequentes, especialmente em São Paulo. Em fevereiro de 1931 Vargas formou uma comissão encarregada de rever as leis eleitorais e em maio inaugurou seus trabalhos, lembrando, curiosamente, que o momento era propício, já que os juristas poderiam agir “sem os obstáculos prolatórios dos períodos constitucionais, sem as longas alterações dos Congressos, sem as exigências da política e o facciosismo dos partidos” (ver discurso de 4 de maio de 1931). O novo Código Eleitoral foi afinal promulgado em fevereiro de 1932 (Decreto 21.076). Em maio seguinte, uma comissão foi encarregada de elaborar o anteprojeto de Constituição e foi marcada a data das eleições para a Assembleia Constituinte: 3 de maio de 1933. O conflito com as forças paulistas, porém, já não tinha retorno: em 9 de julho de 1932 São Paulo levantou-se em armas, iniciando uma guerra civil que se estenderia por quase três meses (ver manifesto ao povo de São Paulo, 20 de setembro de 1932).

Terminada a luta em São Paulo, iniciaram-se os preparativos para a reconstitucionalização: a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto constitucional foi convocada e organizaram-se partidos políticos. Na data prevista realizaram-se as eleições, e em 15 de novembro de 1933 instalou-se enfim a Assembleia Nacional Constituinte, que, após sete meses de trabalho, promulgou a nova Constituição, em 16 de julho de 1934. Segundo as anotações do diário de Vargas nos dias 14 e 16 de julho de 1934, sua reação diante da nova Constituição foi de insatisfação:

“Estes dias foram de intenso trabalho. Dos ministérios, jorravam quase diariamente dezenas de decretos para assinar antes da promulgação da Constituinte.

Afinal, chegou esse dia. Entre festas e demonstração de regozijo, foi promulgada a nova Constituição. Parece-me que ela será mais um entrave do que uma fórmula de ação. Amanhã será a eleição de presidente. O candidato da oposição será o Dr. Borges de Medeiros, apoiado inclusive pela representação de São Paulo, que espontaneamente se comprometera a não servir de apoio, de centro de aglutinação a nenhum candidato de oposição.

Ora, quem examinar atentamente a matéria da nova Constituição verificará, desde logo, que ela fragmenta e dilui a autoridade, instaura a indisciplina e confunde, a cada passo, as atribuições dos

Poderes da República. Na síntese, que submeto ao vosso apreço, observareis facilmente a ilustração daquele asserto.”

O governo constitucional (1934-1937)

Em 17 de julho de 1934, um dia depois da promulgação da nova Carta, Vargas foi eleito indiretamente presidente constitucional da República, enquanto a assembleia se transformava em Congresso ordinário. Ainda no mesmo mês, em manifesto à nação, avaliou o governo provisório – referido como “ditadura” – que chefiara nos últimos quatro anos, afirmando que se preocupara em garantir a unidade nacional, “mantendo-se equidistante entre as paixões extremistas”, e procurara “articular o aparelho da administração pública”. Declarou ter cumprido seus compromissos externos sem recorrer a novos endividamentos, ter realizado obras voltadas para a irrigação e os transportes, ter produzido uma legislação social “moderníssima” e renovado as forças armadas. O país, segundo ele, estava pronto para o reerguimento econômico (ver manifesto de julho de 1934).

De fato, a intervenção direta do governo na área econômica se fazia sentir de maneira cada vez mais nítida: em 10 de fevereiro de 1933 o Conselho Nacional do Café dera lugar ao Departamento Nacional do Café, e em 1º de junho seguinte fora criado o Instituto do Açúcar e do Alcool, ambos os órgãos destinados a regular e proteger suas áreas de produção. A centralização progressiva das decisões de política econômica prosseguiu com a criação (junho) e a instalação (agosto de 1934) do Conselho Federal do Comércio Exterior, considerado por muitos o primeiro órgão de planejamento governamental do país.

Também na área social e trabalhista se observavam mudanças. Foram criados institutos de aposentadoria e pensões, como o dos marítimos (junho de 1933), o dos comerciários (maio de 1934) e o dos bancários (junho de 1934). Em 12 de julho de 1934, o Decreto no 24.694 procurou adequar a organização sindical à Constituição que seria promulgada, concedendo maior grau de autonomia aos sindicatos.

Para que a reconstitucionalização se completasse, em outubro de 1934 deveriam ser eleitos deputados federais e estaduais, estes últimos encarregados de elaborar as Constituições dos estados e de eleger os governadores e senadores. Mais uma vez o diário de Vargas, nos dias 12 e 14 de outubro, revela seu estado de espírito diante do quadro político:

“Estes dias, a administração pública esteve atenta para as eleições de deputados federais e constituintes estaduais a realizar-se em todo o país, e também para os movimentos extremistas. A política, o interesse político, as manobras políticas deturpam ou sacrificam quase tudo para vencer”.

Durante o período em que Vargas governou constitucionalmente o país, tornou-se mais visível a atuação de movimentos de massa de âmbito nacional, com conotações ideológicas radicais. De um lado, situava-se a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de inspiração fascista criada em 1932 por Plínio Salgado; de outro, surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL), apoiada pelo Partido Comunista (PCB). O fechamento da ANL, determinado pelo governo com base na Lei de Segurança Nacional, de abril de 1935, bem como a prisão de alguns de seus partidários, precipitou as conspirações que levaram à Revolta Comunista deflagrada em novembro seguinte em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Os levantes foram rapidamente dominados, e a repressão que se seguiu foi rigorosa, resultando em milhares de prisões. O medo do comunismo aglutinou forças em torno de Vargas, que, por seu lado, apontava a doutrina como exótica e desintegradora, contrária aos interesses do trabalhador brasileiro (ver discursos de 1º de janeiro e 7 de setembro de 1936).

No final de 1936, as forças políticas começaram a se preparar para as eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938. Lançaram-se candidatos, mas a recuperação econômica do país e o medo do comunismo fortaleceram a posição do próprio Vargas. Impedido pela Constituição de se reeleger, em 10 de novembro de 1937 o presidente, com apoio militar, deu um golpe de Estado: fechou o Congresso, outorgou nova Constituição, cancelou as eleições e manteve-se no poder.

O Estado Novo (1937-1945)

Na própria noite de 10 de novembro de 1937, quando acabara de ser instaurado no país o regime ditatorial que foi chamado de Estado Novo – nome do regime instituído por Antônio de Oliveira Salazar em Portugal em 1933 –, Vargas explicou suas razões e seus projetos à população através do rádio: diante da inoperância do Legislativo, era preciso, segundo ele, reajustar o organismo político às necessidades econômicas

do país (ver discurso de 10 de novembro de 1937). Esse reajuste significou a total centralização do poder: em 27 de novembro, com a concordância dos governadores, transformados em interventores, as bandeiras estaduais foram queimadas em cerimônia pública, e em 2 de dezembro todos os partidos políticos foram extintos (ver discurso de 31 de dezembro de 1937). Entre as organizações dissolvidas estava a AIB, o que provocou o levante integralista de maio de 1938. A derrota dos rebelados significou a eliminação dos últimos conspiradores dispostos a pegar em armas. Não havia mais espaço para outras forças a não ser aquelas diretamente controladas pelo governo (ver discurso de 13 de maio de 1938).

A partir de 1938, sempre empenhado em cultivar o vínculo com as forças armadas, principal sustentáculo do governo, Vargas deu início a um programa de propaganda política e de festas cívicas de modo a engrandecer seu nome e fortalecer o espírito de nacionalidade (ver discursos de 1938). Tal tarefa, assim como a censura à imprensa escrita e falada, cabia ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que em dezembro de 1939 daria lugar ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). No plano externo, a despeito de alguns poucos desentendimentos, eram evidentes as simpatias dentro do governo em relação aos governos da Alemanha e Itália.

Ao longo dos oito anos de Estado Novo, Vargas deu continuidade à reestruturação do Estado brasileiro, orientando-se cada vez mais para a intervenção estatal na vida nacional e para o nacionalismo econômico. Manteve-se igualmente atento às classes trabalhadoras, anunciando novas leis, de preferência nas comemorações do 1º de Maio.

Na área administrativa, em julho de 1938 foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), que recebeu poderes para racionalizar a administração federal. Na área econômica, entre as instituições e conselhos criados no período, podem-se citar, em 1938, o Instituto Nacional do Mate (13 de abril), o Conselho Nacional do Petróleo (29 de abril) e o Conselho Nacional de Imigração e Colonização (4 de maio). Em 1939, ano em que o Conselho Federal de Comércio Exterior foi reorganizado, assumindo as funções de órgão central de coordenação econômica (ver discurso de 8 de maio de 1939), foram criados o Instituto de Resseguros do Brasil (3 de abril), o Conselho de Águas e Energia Elétrica (18 de março) e a Comissão da Defesa da Economia Nacional (29 de setembro); em 1940, a Comissão Executiva

do Plano Siderúrgico Nacional (4 de março) e o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (3 de outubro); em 1941, o Instituto Nacional do Pinho (19 de março). Finalmente, tendo em vista a implantação de uma indústria de base no país, o governo passou a constituir diretamente grandes empresas estatais: a Companhia Siderúrgica Nacional (abril de 1941) (ver discurso de 7 de maio de 1943), a Companhia Vale do Rio Doce (1º de junho de 1942), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (3 de outubro de 1945).

Na área trabalhista, em 1939 foi sancionada nova Lei de Sindicalização, que restringiu a autonomia sindical concedida em 1934. Em 1º de maio de 1940, foram anunciadas a Lei do Salário Mínimo e a regulamentação da Justiça do Trabalho. Finalmente, em 1º de maio de 1943 foi editada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sistematizando o grande volume de decretos e regulamentos sobre a organização sindical e de leis sociais até então promulgadas (ver discursos de 1º de maio).

Em várias ocasiões Vargas fez balanços das realizações de seu governo, não só perante trabalhadores, como para militares, empresários e jornalistas. Em seus pronunciamentos sempre reiterou a legitimidade da Carta de 1937 e do regime do Estado Novo, que teria substituído a democracia política pela democracia econômica (ver discursos de 5 de janeiro, 9 de outubro, 10 e 11 de novembro e 31 de dezembro de 1940, de 1º de maio de 1941, e entrevistas de 14 de outubro de 1940 e junho de 1941).

Outro capítulo importante da história do período esteve ligado à Segunda Guerra Mundial. Diante da eclosão do conflito, em 1939, Vargas de início manteve um posicionamento neutro. O discurso que pronunciou em junho de 1940 a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, criticando o liberalismo e mencionando a necessidade de “compreender a nossa época e remover o entulho das ideias mortas e dos ideais estéreis” (ver discurso de 11 de junho de 1940), foi interpretado por alguns como uma declaração de que o Brasil estaria se aproximando dos países do Eixo; para outros, teria sido uma forma de pressionar os Estados Unidos a conceder o financiamento necessário para a implantação da indústria siderúrgica, objetivo de fato alcançado.

O ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, precipitou a entrada dos Estados Unidos na guerra ao lado dos Aliados. E a III Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro em janeiro seguinte, levou o Brasil a definir sua posição, passando, da so-

lidariedade aos Estados Unidos (ver discurso de 15 de janeiro de 1942), ao rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo. Diante dos torpedeamentos de navios brasileiros por submarinos alemães (ver discurso de 1º de maio de 1942), em 31 de agosto foi declarado o estado de guerra à Alemanha, Itália e Japão (ver discursos de 7 de setembro e 10 de novembro de 1942). Em agosto do ano seguinte, Vargas criou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujo primeiro escalão foi enviado para combater na Itália em junho de 1944 (ver discurso de 24 de maio de 1944).

Em 1943, ao mesmo tempo em que o Brasil definia sua participação na guerra ao lado das nações democráticas, o Estado Novo entrava em declínio. Em outubro, começou a circular o Manifesto dos Mineiros, assinado por 76 personalidades pedindo a redemocratização do país. O documento, segundo Vargas, expressaria apenas “os pruridos demagógicos de alguns leguleios [advogados ardilosos] em férias” (ver discurso de 10 de novembro de 1943). O importante, a seu ver, era a emancipação econômica do país e do trabalhador garantida pela implantação de indústrias de base, fabricantes de “máquinas produtoras de máquinas” (ver discursos de 29 de dezembro de 1943, 1º de maio e 3 de outubro de 1944).

No início de 1945, a ditadura entrou em sua fase final, com o próprio Vargas reconhecendo que a proximidade do fim da guerra tornava “o momento propício e indicado para convocarmos a nação a fim de pronunciar-se e escolher os seus dirigentes” (ver discurso de 2 de março de 1945). Lançaram-se candidaturas à Presidência e, em abril, organizaram-se partidos políticos para apoiá-las – o brigadeiro Eduardo Gomes era o candidato da União Democrática Nacional (UDN), de oposição, enquanto o general Eurico Dutra era o candidato do Partido Social Democrático (PSD), governista. Em maio, um terceiro partido foi criado, diretamente ligado a Vargas – o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) –, e foi decretada nova lei eleitoral, marcando-se as eleições presidenciais e legislativas para 2 de dezembro seguinte. A atuação do chamado Movimento Queremista – termo derivado do *slogan* “Queremos Getúlio” –, que defendia a “Constituinte com Getúlio”, e as suspeitas de que Vargas tivesse intenções continuístas (ver discurso de 3 de outubro de 1945) levaram afinal à sua deposição, em 29 de outubro.

Afastado do poder (ver discurso de 30 de outubro de 1945), o ex-presidente retirou-se para sua estância em São Borja e, mesmo “no exílio”,

manteve-se como uma referência para a política nacional. Tanto é assim que seu apoio declarado à candidatura do general Eurico Dutra (ver discurso de 28 de novembro de 1945) foi fundamental para que este fosse eleito presidente da República.

O senador

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, além do novo presidente da República, foram eleitos os membros da Assembleia Nacional Constituinte. Lançado candidato em diferentes pontos do país, Vargas obteve resultados espetaculares: foi eleito senador por dois estados, o Rio Grande do Sul, na legenda do PSD, e São Paulo, na legenda do PTB, e deputado por sete unidades da Federação – Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná –, sempre na legenda do PTB.

A Constituinte iniciou seus trabalhos em 2 de fevereiro de 1946, mas Vargas só assumiu seu mandato – por decisão da própria Constituinte, o de senador pelo Rio Grande do Sul – em junho. Antes de fazê-lo, lembrou em Porto Alegre as realizações de seu governo e afirmou: “Aceitei este mandato pela maneira especial com que me foi imposto pelo povo, uma reparação e um desagravo, e vou exercê-lo com o propósito de apoiar o governo da República na realização de um programa construtivo” (ver discurso de 31 de maio de 1946).

Foram poucos os discursos de Vargas em sua segunda experiência parlamentar. Desde fevereiro, enquanto a comissão constitucional se dedicava ao anteprojeto de Constituição, o plenário da assembleia fazia críticas acerbas ao Estado Novo e assim continuou a agir após sua posse (ver discurso de 31 de agosto de 1946). Quando a Constituição foi promulgada, em 18 de setembro de 1946, Vargas não a assinou, pois pouco antes retornara ao Rio Grande do Sul. Num cenário de aproximação entre o PSD de Dutra e a opositorista UDN, manteve contato permanente com o PTB, cujos candidatos iria defender nas eleições para governador e para deputado estadual, marcadas para janeiro de 1947 (ver discursos de 2 de setembro e 29 de novembro de 1946).

Em dezembro de 1946 Vargas assumiu sua cadeira de senador na primeira legislatura ordinária do Congresso Nacional, iniciada logo após a promulgação da Constituição, quando a Assembleia Constituinte

deu lugar ao Senado e à Câmara dos Deputados. Respondendo às críticas, anunciou e pronunciou um longo discurso em que procurou explicar o regime da Constituição de 1937 e enumerou as realizações de seu governo (ver discursos de 4 e 13 de dezembro de 1946). Após encerrar em São Paulo, às vésperas das eleições, a campanha do PTB (ver discurso de 16 de janeiro de 1947), procurou enfatizar a importância do programa petebista, e no 1º de Maio dirigiu-se diretamente aos trabalhadores, destacando a importância do próprio partido como arma política (ver discursos de 10 de março e de 1º de maio de 1947). Ainda em maio voltou à tribuna, onde pronunciou discurso em solidariedade ao empresariado paulista e apontou erros na política econômica de Dutra (ver discursos de 9 e 30 de maio e de 3 de julho de 1947). Em seguida licenciou-se do Senado, deixando em seu lugar o suplente Camilo Mércio, e mais uma vez retirou-se para São Borja. Graças à correspondência mantida com a filha Alzira, e aos frequentes contatos com jornalistas e políticos, manteve-se permanentemente informado e assim pôde definir os passos futuros.

A campanha de 1950

As articulações para a sucessão de Dutra em 1950 começaram cedo. Um passo importante foi dado com a assinatura do Acordo Interpartidário, em 22 de janeiro de 1948, pelos presidentes do PSD, da UDN e do Partido Republicano (PR). Tal pacto, ao formalizar a política de “união nacional”, visava garantir a Dutra a possibilidade de governar sem oposição no Congresso e, além disso, abria caminho para a indicação de um candidato comum à sucessão presidencial. A não participação de Vargas e do PTB no acordo indicava por si só a ruptura com o governo.

A ideia de um candidato único não foi, porém, bem-sucedida. Em junho de 1949, o governador gaúcho Valter Jobim, do PSD, apresentou a chamada “fórmula Jobim”, que recomendava a consulta a todos os presidentes de partidos, inclusive Vargas, pelo PTB, e o governador de São Paulo Ademar de Barros, pelo Partido Social Progressista (PSP). Dutra concordou com a proposta, contanto que o candidato comum saísse das fileiras do PSD. Em novembro, porém, a “fórmula Jobim” foi substituída pela “fórmula mineira”, que previa um candidato não apenas pessedista, mas mineiro. A UDN discordou e em maio de 1950 homologou mais

uma vez a candidatura de Eduardo Gomes. O PSD, por sua vez, lançou em junho o deputado mineiro Cristiano Machado.

Enquanto todos se perguntavam a quem Vargas daria apoio, este selou um acordo com Ademar de Barros, que resultou no lançamento, também em junho, de sua própria candidatura a presidente pelo PTB (ver discurso de 16 de junho de 1950) e da de João Café Filho, em agosto-setembro, pelo PSP. A campanha de Vargas, que teve início em 9 de agosto em Porto Alegre, levou-o a São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, e daí aos estados do Pará, Amazonas (ver discurso de 20 de agosto de 1950), Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco (ver discurso de 27 de agosto de 1950), Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná (ver discurso de 18 de setembro de 1950), Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ver discurso de 30 de setembro de 1950).

No dia 3 de outubro, Vargas venceu a eleição com 48,7% dos votos, conquistando o direito de voltar a ocupar o Palácio do Catete.

Segundo governo (1951-1954)

O segundo governo Vargas, iniciado em 31 de janeiro de 1951 (ver discurso de 31 de janeiro de 1951), foi marcado pela retomada da orientação nacionalista, cuja expressão maior seria o projeto de criação da Petrobras. Outra marca importante do período foi a progressiva radicalização política. Do início ao fim do governo, Vargas enfrentou cerrada oposição da UDN e em especial do jornalista Carlos Lacerda, proprietário do jornal carioca *Tribuna da Imprensa*. De modo geral os órgãos da grande imprensa o caracterizavam como demagogo, e a falta de confiança da oposição era permanente. Frequentemente levantava-se a hipótese de que pudesse vir a rasgar mais uma Constituição.

Não apenas a lembrança do Estado Novo, mas também o clima ideológico da Guerra Fria contaminava o debate político. As recorrentes proclamações de Vargas em defesa do nacionalismo e da sindicalização dos trabalhadores o colocavam sob suspeição. A menção à necessidade de estender os direitos sociais ao trabalhador do campo o indispunha com a burguesia agrária (ver discurso de 1º de maio de 1951). No tocante aos militares, embora procurasse assegurar o apoio de toda a corporação (ver discurso de 5 de janeiro de 1952), era difícil

conciliar as alas autodenominadas “nacionalista” – de apoio ao governo – e “democrática” – de oposição.

Na política econômica, desde o início Vargas deixou clara sua preocupação com o desenvolvimento nacional, com a industrialização e com a necessidade da intervenção do Estado na economia. No primeiro ano de governo, propôs a criação do Banco do Nordeste do Brasil e da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras), além de denunciar fraudes contra a lei que regulamentava a remessa de juros e lucros para o exterior (ver discursos de 31 de dezembro de 1951 e 15 de março de 1952). Seu Plano Nacional de Reparelhamento Econômico era um plano quinquenal de investimento em indústrias de base, transportes, energia, frigoríficos e modernização da agricultura, com forte orientação estatal e nacionalista (ver discursos de 31 de maio, 22 e 23 de junho de 1952). Exemplo de preocupação com o desenvolvimento regional foi o projeto da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). No plano nacional, foi criado em 1952 o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), encarregado, por sugestão da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, de gerir o Fundo de Reparelhamento Econômico.

Ainda em 1952 Vargas anunciou (ver discurso de 1º de maio de 1952) e concedeu o primeiro aumento do salário mínimo desde sua criação em 1942. Também nesse ano um decreto do Ministério do Trabalho eliminou o atestado de ideologia que até então era exigido do candidato a dirigente sindical (ver discurso de 12 de junho de 1952). A preocupação em apresentar balanços das realizações do governo foi uma constante (ver discursos de 31 de janeiro e 3 de outubro de 1953), mas não teve efeito sobre a oposição.

Em junho de 1953 começou o “caso da *Última Hora*”, jornal governista fundado em 1951 por Samuel Wainer. O deputado Aliomar Baleeiro, da UDN, pediu o cancelamento do registro do jornal afirmando que Wainer conseguira um empréstimo do Banco do Brasil para criá-lo porque era íntimo do presidente e de sua família. Nessa mesma ocasião, contudo, a UDN aderiu à causa nacionalista do petróleo e propôs o monopólio estatal para a pesquisa, lavra, refinação e transporte do produto, bem como a constituição de uma empresa estatal para executar tal programa. A Petrobras foi assim criada como uma empresa estatal, e não como empresa de economia mista, como havia sido proposto pelo governo.

Em meio aos ataques ao governo, em meados de 1953 Vargas faz uma reforma em seu ministério, levando João Goulart para a pasta do Trabalho, o que aumentou as desconfianças em relação à sua política trabalhista. Em várias ocasiões a imprensa mencionou estar em marcha um projeto de República Sindicalista nos moldes do peronismo. No final do ano de 1953 o governo submeteu ao Congresso um projeto de Lei de Lucros Extraordinários.

O Manifesto dos Coronéis, de fevereiro de 1954, foi um marco da oposição militar e política ao governo. Assinado por 82 oficiais, o documento continha críticas ao aumento de 100% do salário mínimo proposto por Goulart. Aberta a crise, Goulart foi substituído no Ministério do Trabalho por um ministro interino, Hugo Faria. Em abril, João Neves da Fontoura, ex-aliado de Vargas, deu entrevista à imprensa acusando-o de negociar secretamente com Perón a assinatura de um pacto entre Argentina, Brasil e Chile (Pacto do ABC), a fim de formar um bloco contra os EUA.

Conforme fora anunciado, em maio Vargas aprovou o aumento de 100% no salário mínimo, declarando aos trabalhadores: “E pelo voto podeis não só defender os vossos interesses, como influir nos próprios destinos da nação. Como cidadãos, a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo” (ver discurso de 1º de maio de 1954). No mesmo mês foi instalada a Petrobras. Paralelamente, a oposição, reunida no Clube da Lanterna e na Aliança Popular contra o Roubo e o Golpe, mantinha viva a insinuação de que Vargas daria novo golpe com o apoio dos sindicatos e de que seu governo era conivente com práticas corruptas.

Em junho, o jornalista Nestor Nogueira, de *A Noite*, morreu no Hospital Miguel Couto, após ter sido espancado no 2º Distrito Policial. Foi organizada uma passeata, saindo do edifício do jornal, para levar o corpo até a capela do Cemitério São João Batista. Na Câmara, Afonso Arinos, líder da UDN, afirmava que o jornalista morto era um símbolo da cumplicidade do governo com a violência da polícia.

O mês de agosto de 1954 começou com Vargas sendo vaiado no “Grande Prêmio Brasil” no Jóquei Clube do Rio de Janeiro, e com o atentado contra Carlos Lacerda na Rua Tonelero, em Copacabana, em que morreu o major aviador Rubens Florentino Vaz. Tancredo Neves,

ministro da Justiça, afirmou que todas as providências haviam sido tomadas para a apuração dos fatos e a indicação dos responsáveis. Rapidamente as investigações demonstraram o envolvimento da guarda pessoal de Vargas com o crime. Vargas dissolveu a guarda, e seu chefe, Gregório Fortunato, foi preso no dia 17 de agosto. Para a investigação do que ficou conhecido como Atentado da Tonelero, foi instaurado pelo Ministério da Aeronáutica um inquérito policial-militar.

Em meio aos protestos da oposição, Vargas foi a Minas inaugurar a Mannesman, sendo recebido pelo governador Juscelino Kubitschek. Ali afirmou, como já havia feito perante a oficialidade do Exército (ver discurso de 19 de junho de 1954), que iria respeitar o princípio da legalidade constitucional (ver discurso de 11 de agosto de 1954). Na Câmara, Afonso Arinos reiterou o apelo para que o presidente renunciasse. O Clube da Lanterna reuniu-se e dirigiu um apelo ao ministro da Guerra para que as forças armadas promovessem a renúncia. Um grupo de oficiais, em reunião no Clube da Aeronáutica liderada por Eduardo Gomes, decidiu exigir a renúncia em documento que foi entregue a Vargas pelo marechal Mascarenhas de Moraes, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Em manifesto à nação, fizeram o mesmo 27 generais de várias tendências, entre eles Canrobert Pereira da Costa, Juarez Távora, Machado Lopes, Peri Bevilaqua, Henrique Lott e Castelo Branco.

No dia 23 o vice-presidente Café Filho discursou no Congresso propondo a renúncia conjunta do presidente e do vice. Nessa noite Vargas convocou a última reunião ministerial de seu governo, realizada no Palácio do Catete. Concordou em tirar uma licença de 90 dias, caso as forças armadas mantivessem a ordem, mas negou-se a uma renúncia definitiva, recebendo solidariedade do ministério. Pouco depois das 8 horas da manhã do dia 24, porém, foi informado de que o ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, concordara com seu afastamento definitivo. Recolheu-se a seus aposentos e suicidou-se com um tiro no coração. Deixou, na mesa de cabeceira, uma Carta-Testamento que rapidamente foi transmitida pelo rádio a todo o país. Nela acusava os inimigos da nação de serem responsáveis por sua morte.

No dia seguinte, o corpo de Vargas foi transportado do Catete até o Aeroporto Santos Dumont. A multidão que seguiu o cortejo foi uma das maiores até então vistas no Rio de Janeiro. Populares atacaram e incendiaram a sede dos jornais que faziam oposição ao governo. Ao chegar a

São Borja, o corpo foi carregado a pé pelo povo até a prefeitura. Vargas foi sepultado no túmulo de sua família.

O suicídio reverteu o quadro político de hostilidades ao petebismo e ao getulismo. Vargas foi celebrado como herói e mártir dos “inimigos do povo” e deu margem a que o novo presidente da República fosse escolhido entre um de seus aliados: Juscelino Kubitschek.

2ª PARTE

DISCURSOS

1. Deputado federal: 1923-1926

Câmara dos Deputados, 12 de julho de 1923

Discurso de justificação do voto dado ao projeto da Comissão de Justiça da Câmara, que permitiu a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Vargas concorda com a intervenção, já que nas eleições fluminenses de 1922 os dois candidatos que disputavam a presidência do estado, Raul Fernandes e Feliciano Sodré, se haviam declarado eleitos, e duas assembleias se tinham formado, estabelecendo-se assim a dualidade de governo. Afirmo, também, que a situação é inteiramente diferente da do Rio Grande do Sul, onde há um único governo constituído, o de Borges de Medeiros, que, embora enfrentando uma guerra civil, tem 'força material para esmagar os revoltosos'. O aspecto mais importante de seu discurso está na defesa da autonomia estadual, ao contestar o direito do Congresso Nacional de anular leis estaduais.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, tendo usado da palavra somente para fazer um requerimento sobre assunto referente ao meu estado, não era meu intuito tão cedo voltar à tribuna nesta Casa. Neste recinto, onde se reúne a elite intelectual do país, consagrado pelo verbo de tantos oradores ilustres, acostumados à ressonância do argumento sutil, da palavra elegante e da frase escorreita, eu desejaria ficar silencioso, observando e aprendendo. O retraimento natural do meu espírito, a minha timidez e o reconhecimento da própria incapacidade eram outras tantas forças inibitórias a qualquer manifestação pública. É, pois, quase me escusando de uma ousadia, que compareço neste plenário. Assim, porém, quiseram as circunstâncias.

Se o projeto da ilustrada Comissão de Justiça tivesse sido votado destacadamente, votado por partes, era dispensável a justificação do meu voto, porque eu teria simplesmente votado “sim” ao art. 1º e teria negado a minha aprovação aos demais parágrafos do projeto. Uma vez, porém, que a votação foi [feita] englobadamente, torna-se indispensável que faça esta justificação, porque me assaltou o espírito a expectativa ansiosa de que a

simples manifestação silenciosa do meu voto pudesse acarretar a responsabilidade tácita por outras opiniões e outras medidas tomadas pela ilustre Comissão de Justiça, e com as quais eu não poderia estar de acordo. Assim, julgo-me obrigado a justificar neste momento o meu voto.

Pelo estudo que fiz dos documentos publicados no *Diário Oficial*, pela apreciação das circunstâncias do fato, robusteceu-se no meu espírito a convicção de que, efetivamente, no caso do Rio de Janeiro, havia uma dualidade de assembleias e de governadores. Foi, pois, diante desta circunstância que eu proferi meu voto. É inegável, Sr. Presidente, que as circunstâncias de fato, quais fossem a reunião de duas assembleias legislativas e a posse de dois governadores, tomando essas medidas como se efetivamente estivessem governando, baixando decretos, tomando resoluções, nomeando auxiliares, criaram a dualidade, estabeleceram a confusão e a balbúrdia no espírito público de tal forma que 17 comarcas, até então obedientes à jurisdição do presidente que transmitiu o governo ao Sr. Raul Fernandes, foram depostas pelos partidários do Sr. Feliciano Sodré e passaram a obedecer ao governo deste.

O Sr. Raul Alves – Com essa lógica admite a hipótese de que, se o Sr. Assis Brasil quisesse, haveria uma duplicata no Rio Grande do Sul.

OSR. GETÚLIO VARGAS – Não haveria, porque o governo do Rio Grande do Sul tem a força material para esmagar os revoltosos.

O Sr. Raul Alves – Não esmagou até agora! Os revolucionários estão em armas.

OSR. GETÚLIO VARGAS – Estão fazendo correrias pela campanha, mas não ocupam nenhuma comarca do Rio Grande do Sul.

O Sr. Raul Alves – É assim que se discute Direito Constitucional? Assim faz-se a dualidade em toda parte. Assim poderia haver dualidade no Rio Grande do Sul. Entretanto não me coloco neste terreno. Eu entendo que o governador do Rio Grande do Sul é o Sr. Borges de Medeiros, mas não posso admitir a lógica do nobre deputado, porque está facilitando da tal maneira as duplicatas que se torna impossível evitá-las.

OSR. GETÚLIO VARGAS – Eu não estou justificando, estou declarando o que li nos documentos oficiais.

O Sr. Raul Alves – Assim, se eu declarar que sou governador do Rio Grande do Sul, sou? Tenha paciência.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É inegável que 17 comarcas do estado do Rio de Janeiro passaram a ser governadas por autoridades do Sr. Feliciano Sodré, que outras tantas...

O Sr. *Galdino do Vale* – V.Exa. está empregando o termo comarca; no estado do Rio de Janeiro a divisão é municipal, são 48 municípios. Asseguro ao honrado colega e à Câmara que, apesar de empossado [o Sr. Raul Fernandes] no Palácio do Ingá, em virtude do *habeas corpus*, as autoridades que foram empossadas nos 48 municípios obedeciam ao Sr. Feliciano Sodré; e foram as autoridades nomeadas pelo Sr. Feliciano Sodré que exerceram o policiamento do estado neste período de 10 dias.

O Sr. *Metelo Júnior* – Interessante era saber que autoridade tinha o Sr. Sodré para nomear essas autoridades.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. interrompeu a conclusão a que eu ia chegar.

O Sr. *Ramiro Braga* – Eu não me admiro mais da coragem com que nesta Câmara se fazem certas afirmações; não me admiro mais de coisa alguma, mas o que posso garantir, e com toda a veracidade, a V.Exa., à Câmara e ao país é que as poucas câmaras depostas do meu estado o foram por intervenção de agentes da polícia do Rio de Janeiro.

O Sr. *Norival de Freitas* – Não apoiado. Foi feita pela população local. Os agentes da força federal foram justamente repor.

O Sr. *Ramiro Braga* – Comprometo-me, apesar do estado precário da minha saúde, e espero trazer à Câmara documentos oficiais comprobatórios da minha afirmativa.

O Sr. *Galdino do Vale* – Documentos oficiais em contrário também serão apresentados.

O Sr. *Ramiro Braga* – Não sei onde vão buscar esses documentos oficiais.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas, como ia dizendo, é fato incontestável que em 17 municípios do estado fluminense as autoridades foram depostas e substituídas por outras do Sr. Feliciano Sodré. Caberia ao governo que tivesse o poder de fato, ao governo que tivesse a força material para impor a sua vontade, repor as suas próprias autoridades destituídas, e então estaria restabelecida a ordem e existiria pelo menos, no Rio de Janeiro, senão um governo de direito, ao menos um governo de fato que pudesse impor a sua vontade.

O Sr. João Guimarães – Toda vez que o governo do estado queria expedir forças para o interior do estado, forças para garantir as autoridades legitimamente constituídas, era nessa medida embargado pelas autoridades federais, que agiam, então, por conta do estado de sítio.

O Sr. Sales Filho – Este é que é o fato. Essa dualidade de assembleias e governadores que se não impunham aos seus jurisdicionados estabelecia verdadeira acefalia governamental, porque esses órgãos, agindo simultaneamente e se destruindo reciprocamente, paralisavam o exercício da mesma função.

O Sr. Ramiro Braga – Esse é que é o fato. É a pura verdade. Se estamos interrompendo V.Exa. com tanta frequência nas considerações que está produzindo, é para levar ao espírito de V.Exa. a convicção de que tudo que se fez no estado do Rio de Janeiro foi obra artificial da força, única e exclusivamente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Respeito muito a opinião do nobre colega, cujo talento admiro, mas desejaria fazer a observação de que, no momento em que o presidente Raul Fernandes determinou à força policial do estado que agisse, essa força se negou a obedecer à sua ordem.

O Sr. Ramiro Braga – Foi impedida de o fazer pela força do Exército.

O Sr. Galdino do Vale – Aquele governo não teve força para se fazer obedecer.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O que se sabe é que a polícia do estado procurou a força federal, à qual entregou as suas armas, declarando que, diante da dualidade de governo, não sabia a qual devia obedecer.

Um Sr. Deputado – O fato de abandonar seu quartel para ir apresentar-se à força federal é conhecido de todos.

O Sr. Buarque Nazareth – A força de polícia era comandada por oficiais do Exército.

O Sr. Ramiro Braga – Então o *habeas corpus* não foi cumprido.

O Sr. Lindolfo Collor – Nem compete ao orador entrar nesta questão: se foi ou não cumprido.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A conclusão a que quero chegar é que, em virtude dessas circunstâncias, não havendo um governo que conseguisse impor-se de fato, se estabelecendo a balbúrdia, a confusão, a desordem nos serviços públicos, legitimava-se a intervenção do Sr. Presidente da República no caso.

O Sr. *Metelo Júnior* – Agora, calcule V.Exa. se aplica-se isso ao Rio Grande do Sul.

O Sr. *Sales Filho* – Sim, então já se devia ter intervindo ali.

O Sr. *Lindolfo Collor* – Não sei por quê.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Havendo o presidente de uma dessas assembleias pedido providências ao presidente da República, e como S.Exa. não pudesse tomar essas providências sem intervir, por isso penso eu que se legitimava a sua intervenção.

O Sr. *Ramiro Braga* – Mas já tinha intervindo, dando posse ao Sr. Raul Fernandes, de acordo com a cláusula 4ª do art. 6º.

O Sr. *Galdino do Vale* – V.Exa. aceita a intervenção?

O Sr. *Ramiro Braga* – Ela foi legítima, no dia 31 de dezembro, de acordo, como disse, com a cláusula 4ª do art. 6º da Constituição; e no dia 10 não houve intervenção; houve deposição.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quero citar aos ilustrados colegas uma opinião do notável jurista Sr. Afrânio de Melo Franco sobre a questão da intervenção no Ceará.

“A ordem, com efeito, cuja manutenção pode ser requisitada e se realiza por via de intervenção política, não é somente a ordem material, mas também, e talvez principalmente, a ordem constitucional. Sob a ordem material a mais perfeita e completa pode campear desabaladamente a mais afrontosa desordem jurídica e constitucional, como por exemplo quando um dos poderes, exorbitando da sua esfera de ação, suprime os outros; ou quando vícios de origem eivam de ilegitimidade a investidura do depositário do Poder Executivo e dos que se atribuem a posse dos mandatos legislativos; ou, finalmente, quando em um estado se dá a duplicata de assembleias, ou de presidentes, ou governadores.

Em qualquer desses casos pode ser requisitada a intervenção federal para manter a ordem constitucional, sendo competente para fazê-lo qualquer dos agentes ou assembleias em conflito, visto que se não pode, a *prima facie*, saber qual o órgão legítimo. Requisitada a intervenção, compete, em tais casos, privativamente ao Congresso Nacional apreciar os fatos alegados e, por via de uma lei, declarar o direito existente no estado, ou prover de remédio adequado os casos que não encontrarem solução na legislação do dito estado. Essa lei,

de caráter essencialmente político, põe termo à questão, escapa ao exame do Poder Judiciário e tem a execução assegurada pelo n° 4 do art. 6° da Constituição Federal, que autoriza o governo federal (no caso Poder Executivo) a intervir de *motu proprio* para obrigar o estado ao seu cumprimento”. (Afrânio de Melo Franco. Voto no caso do Ceará. Intervenção, v. 9, p. 72.)

Bem andou, pois, o Sr. Presidente da República. A sua intervenção foi legítima. Agora dirão V.Exas.: mas havia o *habeas corpus* que garantia a posse e o exercício do Sr. Raul Fernandes. Neste ponto devo ponderar a V.Exas.: penso que o *habeas corpus* não resolveu o caso, por isso que não poderia dar solução a um caso político de dualidade de assembleia e presidente.

O Sr. Galdino do Vale – Muito bem.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Para reforçar minha opinião sobre o assunto...

O Sr. Ramiro Braga – Então, por que o Sr. Presidente da República o cumpriu?

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...vou citar a V.Exas. a opinião do Sr. Ministro Pires e Albuquerque em sessão do Supremo Tribunal Federal posterior à concessão dessa ordem de *habeas corpus*. Em se referindo ao caso, diz S.Exa.:

A concessão de *habeas corpus* ao governador do estado do Rio precedeu a intervenção decretada pelo Poder Executivo e já foi comunicada ao Tribunal e consta de publicação oficial.

Dar-se-á que a concessão de um *habeas corpus* a governador do estado, para que, livre de constrangimento, assuma e exerça o cargo, constitua um impedimento à intervenção prevista e autorizada pelo art. 6° da Constituição? Esta é que seria a dúvida, a objeção.

“A intervenção é, como o *habeas corpus*, um remédio indicado pela Constituição para acudir a uma certa classe de males. O *habeas corpus*, no constrangimento da liberdade individual, pelo excesso ou abuso de poder. A intervenção, na invasão do estado, na alteração da forma de governo, na perturbação da ordem e na inobservância das leis e sentenças federais. Eis o que diz a Constituição, art. 72, § 22: ‘Dar-se-á o *habeas corpus* sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder.’

O art. 6º [dispõe que] o governo federal não poderá intervir nos estados, salvo '1º para repelir invasão estrangeira, etc.' Para saber se o *habeas corpus* exclui a intervenção, havemos de inquirir: o *habeas corpus*, garantia individual concedida ao governador, preserva o estado dos males para os quais o legislador constituinte preservou a garantia social da intervenção? Ninguém o dirá. Tão sujeitos estão à intervenção, [pela] alteração da forma republicana, a perturbação da ordem e as desobediências às leis e sentenças, os estados cujos governadores tenham a sua autoridade incontestada como aqueles em que esta autoridade teve de se arrimar em uma ordem de *habeas corpus*. E se tanto naqueles como nestes ocorrências se podem dar, e se em se verificando qualquer delas a lei suprema autoriza a intervenção, claro e manifesto me parece que tanto em uns como nos outros a intervenção é legítima, desde que se realize a hipótese para que foi instituída etc." (*Diário Oficial* de 28 junho de 1923, p. 930.)

Esta é, pois, a opinião do ministro Pires e Albuquerque. Estas são as circunstâncias com que justifico o meu voto, declarando que votei "sim" ao art. 1º do projeto da ilustrada Comissão de Constituição e Justiça.

Daqui por diante, vai agora a minha discordância. Penso que essa ilustrada comissão exorbitou das suas contribuições, que ela foi além do que podia legitimamente fazer, uma vez que entrou em matéria estranha ao assunto sujeito ao seu exame.

A Comissão de Constituição e Justiça anulou a eleição da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e, não contente com isso, anulou a eleição de vereadores às câmaras municipais e a eleição de prefeitos. A de vereadores, sob o fundamento de que a lei eleitoral do estado fluminense era inconstitucional, ou contrária à disposição expressa da Constituição do Rio de Janeiro. Consequentemente, acho que foi este o primeiro pecado cometido pela comissão, julgando inconstitucional uma lei estadual, em face da própria Constituição do estado.

Não discuto aplicação da lei eleitoral, nem a validade da junta apuradora. Nego competência ao Congresso Federal para decretar a inconstitucionalidade da lei estadual em face da própria Constituição estadual.

O Sr. Raul Alves – Perfeitamente.

O Sr. Ramiro Braga – Já estava julgada soberanamente, pelo Poder Judiciário do estado, essa mesma lei.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estas opiniões, Sr. Presidente, não são minhas, são apoiadas na força de autoridades incontáveis. Diz o Sr. Prudente de Moraes:

“Mas quando mesmo assim não fosse direito e se verificasse a alegada inconstitucionalidade por semelhante motivo, ela se daria pela circunstância da lei local contrariar a Constituição local, isto é, pela circunstância da lei fluminense ser contrária à Constituição fluminense e não à Constituição Federal. Sendo assim, claro está que semelhante inconstitucionalidade só poderia ser declarada pelo Poder Judiciário do estado e não pelo Congresso Nacional, nem mesmo pelo Poder Judiciário Federal. Essa é a opinião autorizada de João Barbalho, que, comentando a alínea *b* do § 1º do art. 59 da Constituição, diz: ‘Estas palavras excluem do recurso (extraordinário) as sentenças dos tribunais sobre a validade de lei do estado em face da Constituição respectiva.’ (Vide acórdãos do Supremo Tribunal Federal, nºs 254, de 6, e 73, de 20 de julho de 1898.) Casos desta natureza são de exclusiva jurisdição estadual. E as decisões neles proferidas, em última instância, prevalecem ante a Justiça Federal. E, com efeito, nada tão conforme ao regime federativo como decidirem os próprios estados, pelo órgão competente, as controvérsias que neles ocorram por motivos de conflitos entre as leis pelas quais se constituíram e as suas leis ordinárias. Do contrário, dependendo até nisso do poder central, eles mais seriam províncias do que estados. (*Comentários*, p. 246.)

No mesmo sentido, o Sr. C. Maximiliano (*Comentários*, p. 608), que cita Black (*Handook*, p. 186 e 187)”. (P. de Moraes, *Diário Oficial*, p. 934.)

Agora, senhores, há ainda um outro caso: quando, em 1899, foi apresentada pelo grande Martins Júnior, perante a Câmara, uma proposição a respeito desse assunto de legislação federal, sobre atribuições reservadas aos estados, a Comissão de Justiça deu o seguinte parecer:

“A Comissão de Constituição e Justiça julga que a União não pode legislar sobre a forma de eleição ou nomeação do chefe supremo do Poder Executivo de qualquer dos estados da Federação”. (*Intervenção*, v. 6, p. 36.)

Falando sobre a indicação apresentada pelos deputados oposicionistas do Espírito Santo a respeito da declaração de inconstitucionalidade de uma lei estadual, diz o Sr. Arnolfo Azevedo, o austero e competente presidente da Câmara:

“Esta indicação não teve andamento na Câmara e, ainda que tivesse, não daria solução à questão proposta, porque não é atribuição do Congresso Nacional decretar a inconstitucionalidade das leis estaduais”. (Intervenção, p. 30.)

E, mais do que isso, Sr. Presidente, sobreleva a todas a opinião do inimitável jurista e genial interpretador da nossa Constituição, o grande Rui Barbosa. Quando se discutia a mesma questão do Espírito Santo, foi feita uma consulta a Rui Barbosa sobre esse assunto, isto é, exatamente sobre o caso da inconstitucionalidade da lei estadual perante a Constituição estadual. E foi esta a sua solução:

“Dos excessos dos poderes estaduais, pois, só há recurso – para os tribunais do estado, para o governo do estado, para a legislatura do estado, para as eleições do estado, para a reforma das leis do estado, para a revisão das suas Constituições – *enquanto esses excessos não atentarem contra os princípios constitucionais da União.*”

Se as exorbitâncias cometidas por funcionários do estado em ofensa de leis estaduais ou as usurpações praticadas pelos legisladores estaduais em desprezo da Constituição do estado não contravierem juntamente ‘aos princípios constitucionais da União’, não terá lugar o apelo ao art. 63 da Constituição, não se poderá considerar aberta a competência dos tribunais federais, do governo da União, ou do Congresso Nacional, que esse texto da Carta Republicana genericamente indica, e outras disposições suas definem, distribuem ou desenvolvem.

Logo, para que, a título dos direitos em que o investe o art. 63 da nossa Constituição, possa o Congresso Nacional providenciar contra a lei espírito-santense de 30 de outubro de 1915, não bastará que esse ato do Congresso Legislativo do Espírito Santo encontre, ofenda o direito constitucional desse estado. Não bastará isso. Para se legitimar intervenção tal, necessário seria que a lei

criminada, no tópico onde a culpam de contrária à Constituição daquele estado, contrariasse também os princípios constitucionais da União”. (Intervenção, v. 10, p. 514.)

Essa opinião, Rui Barbosa não a deu como político, no exercício do seu mandato de senador, mas com a serenidade do jurista, respondendo a uma consulta.

O Sr. Joaquim de Sales – Mas V.Exa. refere-se a excessos cometidos pelos poderes constituídos.

O Sr. Ramiro Braga – Perdão! O orador está se referindo ao julgamento de uma lei em face da Constituição do estado.

O Sr. Joaquim de Sales – Mas estamos tratando da própria constituição desses poderes, e o que se alega no estado do Rio é que não há poderes constituídos. A opinião de Rui Barbosa é que “dos excessos dos poderes constituídos dos estados só há recurso para os próprios poderes do estado”. Aí se trata da organização dos poderes constitucionais do estado; o que [ocorre] no estado do Rio é que ninguém sabe a quem obedecer, e é ao Congresso que cumpre dizer qual o poder a que se deve obediência.

O Sr. Ramiro Braga – A interpretação do Sr. Rui Barbosa é clara e decisiva. Ele apenas faz o estudo de qual o poder competente para decretar a inconstitucionalidade de uma lei do estado, em face da Constituição do estado, e diz: onde não há subversão dos princípios do regime, nenhum poder fora do estado pode decidir.

O Sr. Joaquim de Sales -- Mas se não há governo no estado!

O Sr. Ramiro Braga – É da lei eleitoral que se está falando.

O Sr. Joaquim de Sales – Ninguém está se queixando, aqui, de abuso de autoridade. Estamos tratando da existência dos poderes, e sobre isso é que vamos resolver.

O Sr. Ramiro Braga – Trata-se do julgamento de uma lei ordinária em face da Constituição do estado.

O Sr. Joaquim de Sales – Afinal, qual é o poder competente para resolver sobre a dualidade de poderes no estado? São os próprios poderes estaduais?

OSR. GETÚLIO VARGAS – Não se trata de resolver dualidade; trata-se da anulação de leis estaduais, por inconstitucionalidade, perante a própria Constituição estadual.

O Sr. Ramiro Braga – Perfeitamente. V.Exa. está colocando a questão nos seus termos. Voltou ao ponto decisivo, ao nó vital da questão.

O Sr. Raul Alves – Quando o orador começou o seu discurso, andou mal, porque estabeleceu a hipótese de uma dualidade de poderes a ser decidida pelo Congresso. Contra isso é que se rebela a nossa Constituição. Porque esse regime é o que se pôde chamar claramente de regime unitário, de onde viemos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não quero, Sr. Presidente, abrir polêmica nem estabelecer debate. Não tenho absolutamente a pretensão de impor as minhas convicções a ninguém. Vim apenas explicar o meu voto...

O Sr. Juvenal Lamartine – E o está fazendo com brilhantismo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...dizendo por que votei de acordo com o art. 1º e contra os demais parágrafos do parecer da ilustrada Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Constituição e Justiça anulou a eleição de vereadores das câmaras municipais do estado fluminense. Esse assunto não estava, absolutamente, em discussão, não foi submetido ao seu juízo e, ao meu ver, é completamente contrária ao regime federativo a intervenção da União nos municípios.

O Sr. Leopoldino de Oliveira – É uma consequência da inconstitucionalidade da lei.

O Sr. Ramiro Braga – Julgada pelo poder competente, que é o Poder Judiciário local.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas, meu ilustre colega, dá-se o seguinte: a Federação só existe dos estados para com a União, e não dos municípios para com os estados e a União. Os estados são unitários.

O Sr. Ramiro Braga – Muito bem. É uma verdade.

O Sr. Sousa Filho – Os municípios são para o estado como os estados são para a União, com autonomia.

O Sr. Joaquim de Sales – São os municípios federados que constituem o estado autônomo.

O Sr. Carlos Penafiel – Os municípios não têm autonomia política, mas, sim, administrativa.

O Sr. Joaquim de Sales – Como não têm?! Só se no Rio Grande não há.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O que dizia, Sr. Presidente, é que o município não é uma unidade federada, que não existem relações do município para com o estado como existem deste para com a União, porque a Constituição Federal, art. 68, considera a organização dos municípios

como um poder inerente aos estados, como uma faculdade atribuída aos estados...

O Sr. Joaquim de Sales – Mas garante a sua autonomia, tal qual garante aos estados.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...e a essa inerência, a essa faculdade de organização, a Constituição Federal clausulou com a condição de respeitar a sua autonomia.

O Sr. Joaquim de Sales – A Constituição do estado é quem organiza a autonomia dos municípios e, por isso, não se pode, por um simples decreto, anular essa autonomia.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Perdão. Quem anulou a autonomia do município foi o parecer da Comissão de Justiça. A Comissão de Constituição e Justiça anulou as eleições de vereadores e de deputados estaduais porque não obedeceram a disposição da lei federal referente à acumulação de votos, mas não anulou a de governador do estado. Por quê? Porque a de governador do estado não obedecia – uma vez que tratava de uma cédula uninominal – ao princípio do voto cumulativo. Mas por que anulou a eleição do prefeito, que também é uninominal?

O Sr. Galdino do Vale – Não podia separar a eleição de prefeito da de vereadores porque a eleição municipal é una.

O Sr. Joaquim de Sales – Vou explicar a V.Exa. o que se tem passado no estado do Rio. Se V.Exa. soubesse o que se passa no estado do Rio, teria mais benevolência para com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Quem anarquizou a vida do estado do Rio foi o Sr. Nilo Peçanha.

O Sr. Ramiro Braga – Lá vem um ponto pessoal. V.Exa. está sendo injusto.

O Sr. Joaquim de Sales – O Sr. Nilo Peçanha, querendo fazer bonito, quando chamado à presidência do estado do Rio, anulou a autonomia dos municípios, tirou-lhes toda a renda para o estado. Os municípios são de uma pobreza mendicante a toda prova. Com o dinheiro dos municípios, o Sr. Nilo Peçanha conseguiu fazer um fogo de vista, e ainda se diz que S.Exa. fez uma bela administração no estado. Sim, mas arruinando a vida dos municípios...

O Sr. Ramiro Braga – Mas que bela fantasia de V.Exa.!

O Sr. Galdino do Vale – É a verdade.

O Sr. Joaquim de Sales – Eu conheço tudo isso perfeitamente; sou até eleitor no estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Buarque de Nazareth – Mas não lhe conhece a legislação.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Pode ser que V.Exa. tenha razão nessa preciosa informação de natureza pessoal, mas estou argumentando com os princípios legais.

O Sr. Joaquim de Sales – Não é pessoal; foi em virtude da reforma da Constituição.

O Sr. Galdino do Vale – Sucessivas.

O Sr. Joaquim de Sales – Pode ser que o Sr. Nilo Peçanha tivesse melhor intuito, mas a verdade é que anarquizou a vida dos municípios. O município do Sr. João Guimarães vive na maior pobreza, na pobreza envergonhada. Não tem dinheiro para pagar a luz, o esgoto, porque toda a renda passa para os cofres do estado.

O Sr. João Guimarães – O caso é inteiramente outro. Trata-se de uma questão judicial.

O Sr. Joaquim de Sales – Estamos no meio de um verdadeiro caos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas, Sr. Presidente, o ponto que eu estava atacando era este: o simples fato da eleição de vereadores haver sido realizada no mesmo dia da eleição do prefeito não anulava a eleição de prefeito. Só se a nulidade resultou da mancebia das duas cédulas no ventre da mesma urna.

Agora, dirão V.Exas.: mas qual a solução para o caso, na sua opinião, uma vez que não fosse a dada pela Comissão de Constituição e Justiça? A solução para o caso estava indicada pelo Sr. Presidente da República. S.Exa., na sua mensagem, diz o seguinte:

“Dizer que uma dualidade não procede, não tem assento legal, não possui realidade política; resolver qual o poder legítimo é precisamente o que é da vossa competência e não dos outros poderes. É claro que, dada a dualidade, uma das organizações será necessariamente legítima, porque, como doutrina o ministro Pedro Lessa, é absurdo exigir, para haver dualidade de assembleias legislativas, que ambas se constituam sem desacato às leis ou sentenças dos tribunais. Desde que todos respeitem as leis, não há dualidade possível de assembleias ou de presidentes (Docs. parlamentares, Intervenção, v. 8, p. 572). Era e é precisamente a decisão de qual dos poderes se constituiu sem desacatar as leis a matéria de vossa competência.”

De modo que, segundo a opinião do Sr. Presidente da República e de outros autorizadíssimos juristas que ora vou referir, o Congresso devia examinar o caso fluminense e declarar, por preferência legal, qual dos governadores e qual das assembleias têm obedecido às prescrições das leis fluminenses e deve por isso ser reconhecido em lei especial, que seria garantida pelo Sr. Presidente da República.

O Sr. Raul Alves – Muito bem.

O Sr. Armando Burlamaqui – V.Exa. me permita uma pergunta de leigo: e se o Congresso for chamado a examinar um caso e verificar, por exemplo, que o fundamento de nulidade da eleição é uma lei inconstitucional; não poderá anular todos os atos resultados dessa lei inconstitucional?

O Sr. Raul Alves – Não pode.

Um Sr. Deputado – Pode.

O Sr. Buarque de Nazareth – Há vinte anos que se fazem as eleições pelo mesmo processo.

O Sr. Sousa Filho – A questão não tem solução: resvalou para o terreno do “pode, não pode”.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Devo declarar ao nobre deputado pelo Piauí que esse ponto, o da inconstitucionalidade, já ficou anteriormente discutido.

Quero citar à Câmara a opinião de um jurista notável, de um constitucionalista reputadíssimo e que se reveste com uma autoridade de tanto maior valor quanto ele é por todos conhecido pela sua inquebrantável austeridade de caráter, o ilustre presidente desta Câmara, Sr. Arnolfo de Azevedo. Foi S.Exa., como relator do caso do Espírito Santo, em 1916, que deu a solução constitucional para esse caso, e que agora poderá ser também aplicada. Diz S.Exa.:

“Todos os casos de dualidade de governos e assembleias devem ser julgados por preferência e assim foram sempre decididos nos países de regime federativo igual ou semelhante ao nosso, porque, não sendo possível que ambos os partidos que disputam a posse do poder estadual tenham a seu favor idênticas condições legais de legitimidade, forçoso é que o poder federal, intervindo para dirimir esse conflito, declare legítima a pretensão de um deles e contra o outro o proteja e garanta. Só assim se manterá no estado o regi-

me democrático representativo e a forma republicana federativa. (Intervenção, v. 9, p. 81, voto Arnolfo Azevedo, questão Ceará.)

Os casos de dualidade do poder público estadual decidem-se por preferência legal, e o poder federal chamado a decretar a legitimidade de um deles, para ampará-lo contra as pretensões do contendor, tem de examinar a legislação do estado, reguladora da investidura no cargo que disputam, para saber qual deles a recebeu na forma da lei estadual. Essa preferência não é arbitrária.

É necessário, pois, ir às mais remotas origens da situação conflituosa, buscar as razões de decidir dentro da lei, única maneira de respeitar a autonomia do consórcio da Federação, cujos negócios peculiares são excepcionalmente tratados pela União, em benefício da boa ordem social e da estabilidade legal do regime federativo. (Intervenção, v. 8, p. 320, voto Arnolfo Azevedo, caso Rio.)

O Congresso Nacional não tem por missão aplicar leis nos casos ocorrentes, mas, ao decidir sobre a legalidade da investidura de poderes políticos estaduais em conflito para decretar a preferência de um sobre outro, age forçosamente como tribunal, tribunal político, em sua mais alta significação, porque, intervindo excepcionalmente nos negócios peculiares aos estados, não tem o arbítrio de calcar aos pés a Constituição e as leis estaduais, cuja violação, resultante da desordem orgânica em que se debatem, ele é chamado a corrigir e reparar nos termos estritos da Constituição Federal”. (Idem, p. 38.)

O Sr. Arnolfo Azevedo afirma também:

“A regra a seguir, na solução dos casos concretos em que é solicitada a intervenção para o restabelecimento da ordem legal alterada por uma dualidade de governo, é a mesma seguida pelo Poder Judiciário quando é convidado a manifestar-se sobre a validade ou aplicabilidade das leis federais em face da Constituição da República, isto é, se no processo de elaboração da lei não houve infração das disposições constitucionais, que tivesse obedecido às solenidades prescritas na Constituição, que percorresse todos os trâmites legais traçados a efetividade de sua existência”.

Estou particularmente informado de que esse parecer do ilustre Sr. Arnolfo Azevedo foi, pelo lente de Direito Constitucional da Faculdade de Direito desta capital, indicado aos seus alunos como a melhor interpretação constitucional, em matéria de intervenção federal nos estados.

Era, pois, essa a minha opinião, Sr. Presidente, a respeito do caso fluminense. Julgava que o Congresso devia reconhecer um dos governos e uma das assembleias como legítima. Não posso saber quais sejam, esse governador ou essa assembleia, porque não examinei os papéis eleitorais...

O Sr. Raul Alves – Aquele que estiver dentro do regime das leis estaduais.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...e por isso não tenho opinião formada sobre esse ponto.

O Sr. Juvenal Lamartine – Eu desejava ouvir a opinião de V.Exa. sobre a constitucionalidade ou não da junta apuradora, constitucionalidade de juízes escolhidos pelo presidente do estado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A questão sobre a junta apuradora, conquanto não lhe fizesse referência especial, está no decurso do meu humilde voto a explicação, uma vez que nego competência ao Congresso para declarar a inconstitucionalidade das leis estaduais em face da Constituição.

O Sr. Ramiro Braga – Respondeu muito bem.

O Sr. Galdino do Vale – Mas há aí um vício mais grave do que a inconstitucionalidade: é a imoralidade, e nesse terreno não é possível fazer obra sã.

Vozes – Oh!

O Sr. João Guimarães – O termo empregado é exagerado. Ha países até em que a apuração se faz por empregados da administração.

O Sr. Buarque Vargas – Quanto a este ponto eu voltarei ainda à tribuna.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Penso, pois, Sr. Presidente, que o parecer da ilustrada Comissão de Constituição e Justiça anulou, esfacelou, cerceou a autonomia do estado fluminense. Para dar uma impressão mais exata: é como se tivesse arrancado uma árvore e se lhe expusesse a raiz ao sol. Ela reduziu o estado a uma planície rasa, a uma planimetria como sobre a qual se pudessem girar os alicerces da futura construção arquitetônica onde se acastelasse o futuro dominador da terra fluminense.

Não vai, Sr. Presidente, nessa minha referência, o mais leve desacato à ilustre Comissão de Justiça, que merece todo o meu apreço e consideração. No seio dessa comissão, encontram-se representantes da nação

verdadeiramente ilustres. O parecer está subscrito por um homem indiscutivelmente eminente, cuja fama já transpôs as fronteiras do país, onde já nos tem dignamente representado; constitucionalista notável, espírito brilhante, verdadeiro espírito helênico pela elegância moral dos seus gestos, o Sr. Deputado Afrânio de Melo Franco. Quanto ao ilustre relator da comissão, ao inteligente e ilustrado relator, não posso deixar de reconhecer a sua habilidade, a sua finura, a sua rara agúcia.

O Sr. Juvenal Lamartine – Obrigado a V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Era isso, Sr. Presidente, o que tinha a dizer. Talvez a minha opinião não agrade a ninguém, e ela não foi feita mesmo com a intenção de agradar, mas tira-me da consciência um grande peso, que eu acarretaria, se não tivesse dito, com simplicidade e com sinceridade, o meu pensamento.

Câmara dos Deputados, 28 de agosto de 1923

Discurso em resposta às acusações do deputado Antunes Maciel Júnior, representante da oposição gaúcha, referentes a violências praticadas pelo governo de Borges de Medeiros no decorrer da guerra civil no Rio Grande do Sul. Vargas revida as acusações e defende a constitucionalidade da reeleição de Borges de Medeiros.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, como já o afirmei de outra feita, não desejaria trazer ao recinto desta Câmara os assuntos que se estão desenrolando no Rio Grande do Sul, por considerá-los de natureza puramente regional. Assim, porém, não entendeu o ilustre representante do Partido Federalista nesta Casa, cuja ausência deploro, o Sr. Deputado Maciel Júnior, que timbra em comentar esses fatos, fazendo-os passar pelo crivo apaixonado do seu partidarismo. É, pois, a contragosto que venho fazer referência a eles, em virtude dos deveres que me impõe a minha qualidade de mandatário do Partido Republicano Rio-Grandense e das referências pessoais a mim, ou a atos por mim praticados, pelos quais assumo inteira e completa responsabilidade. Nem sempre, porém, os mais decididos propósitos de tolerância, de cordura e de bonomia conseguem evitar essas manifestações de paixões em desalinho, essas hostilidades, ferindo os mais rudimentares sentimentos de justiça. Não posso sofrer, sem protesto,

que o Partido Republicano Rio-Grandense, o seu governo e as suas autoridades sejam continuamente jungidos ao pelourinho das acusações [...] em nome de uma liberdade que para eles degenerou em licença, em nome de uma reação democrática que é a porta aberta à prática de todas as violências. Matam, saqueiam, violentam, depredam e vêm depois, quando sofrem a reação natural a seus atos, quando a ação do governo legal procura reintegrar a ordem jurídica violada, bradar aos céus contra a tirania. Os algozes transformam-se em vítimas...

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Quem matou Oscar Gonçalves nas ruas da capital não foram os revolucionários.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...os agressores transformam-se em agredidos. São os cordeiros imaculados balindo a queixa de eternos sacrificados.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – As vítimas são V.Exas... Mas essa cantiga não mais impressiona.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Uma vez que a cantiga não impressiona, citarei os fatos, para que V.Exa. faça a cantiga e a glosa.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Farei a glosa e revidarei tudo quanto V.Exa. disser, e de improviso, porque não preciso estudar documentos nem discursos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ainda em um dos seus últimos discursos, S.Exa. fez referências ao arrebanhamento de gados pelo capitão Lauriano Duarte. O telegrama que me foi transmitido de Porto Alegre, recebido do capitão Lauriano Duarte, é o seguinte:

“Deputado Getúlio Vargas – Porto Alegre, 23 – Recebi capitão Lauriano Duarte seguinte telegrama, peço ler Câmara. Sei deputado Maciel leu telegrama dizendo invadi invernação vosso cunhado Virgílio, arrebanhando seus gados; indivíduo informou deputado revolucionário abusou sua boa fé, pois, desde combate Pinhal, onde heroica Brigada Nordeste desbaratou bandoleiros, fui destacado servir barracão trinta léguas distante minha propriedade limítrofe campo Virgílio.

Saudações. Duarte Amararitos”

Mas, pergunto eu, que dirá V.Exa. a respeito das extorsões, das exigências de dinheiro feitas a correligionários nossos, nos municípios de Quaraí, Rosário, Erechim e Dom Pedrito, intimando-os com a cominação de graves

ameaças sobre as suas pessoas e bens, se não entrassem com determinadas quantias, de 10, 20 e 50 contos, para auxiliar os revolucionários.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Cobramos com a mesma legalidade com que V.Exas. pretendem cobrar: não consideramos legal o governo do Rio Grande do Sul, e, nos municípios que estão sob nosso poder, estamos cobrando os impostos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exas. não têm município nenhum em seu poder; temporariamente passaram por eles e extorquiram dinheiros de particulares, nossos correligionários, contra os quais praticaram violências, querendo que esses homens entrassem com fundos para uma revolução à qual eram contrários. Portanto, V.Exas. fizeram uma dupla violência: física e moral.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Cobrança do imposto de guerra.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Que autoridade têm V.Exas. para cobrarem esse imposto?

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – A mesma que têm V.Exas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Somos representantes de um governo legal, reconhecido pelos poderes competentes, entre eles o próprio Sr. Presidente da República.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Mas nós não o reconhecemos, e é por isso que estamos fazendo a revolução. V.Exas. há oito meses que não nos podem obrigar...

O SR. GETÚLIO VARGAS – Obrigar a quê?

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – A reconhecer um governo que reputamos ilegal.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas, deixando de parte esses fatos, ainda outros posso citar. O Sr. Alfredo Guimarães, correspondente do jornal *A Pátria*, que viajou pelo Rio Grande do Sul, narra em seu jornal dois fatos dramáticos que, pela sua natureza pungitiva, são capazes de revoltar a natureza mais indiferente. Conta esse jornalista que viu a menor Elisabeth, de oito anos de idade, que fora cercada por um grupo de revolucionários em Sarandi e golpeada a facão, nas faces e nos braços, para que confessasse onde estava seu pai, a quem eles procuravam. Esse mesmo afirma que, na colônia Erechim, os revolucionários cercaram a casa do comissário de terras Dr. Ferreira dos Santos a horas tardias da noite e sobre ela descarregaram suas armas, indo matar a esposa do mesmo.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – V.Exa. deve contar o fato como ele se passou. Isso se deu em um combate. V.Exa. está narrando o fato como se se tratasse de um assassinato; não tem o nobre deputado o direito de desfigurar os fatos. Houve reação nesse caso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estou citando o fato como foi publicado no jornal *A Pátria*, e narrado por Alfredo Guimarães, que falou com o marido da vítima.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – V.Exa. sabe como se deu o fato, e eu também posso referi-lo. Isto se deu na força em que eu estava. Essa senhora foi morta por acaso, porque veio à janela na ocasião do tiroteio.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Houve ainda o saque na casa de Antônio Macioto e de Carlos Raymundo, na vila de Erechim, e ainda no Carazinho o fuzilamento de João Correia. Houve o saque da colônia de Nova Wuttemberg.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Fuzilamento de João Correia? Não tenho conhecimento desses atos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Está nos jornais.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Se V.Exa. for contestar tudo quanto está nos jornais, então não terá outra cousa a fazer. Não me consta que fosse alguém fuzilado em Erechim.

O SR. GETÚLIO VARGAS – As forças de Zeca Neto procuraram Antero Silveira, em Camaquã, e, não o encontrando, prenderam e fuzilaram o seu empregado de nome Moura e também fuzilaram Vicente Fonseca, preso em Camaquã. Só o Sr. Felix Guerra, do município de Quaraí, teve um prejuízo superior a 200 contos, causado pelas forças revolucionárias de Honório Lemes.

O Sr. *Francisco Peixoto* – São fatos que se dão de ambos os lados.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agora, o que eu queria salientar aos vossos olhos, em contraste com isto, é a atitude tolerante do governo do Rio Grande do Sul, apontada até por um ilustre jornalista portenho, representante de *La Razon*, de Buenos Aires, que, vindo ao Rio Grande do Sul observar os acontecimentos, publicou uma carta em quase todos os jornais do estado, realçando essa circunstância singularíssima: a tolerância do governo para com os revolucionários e também a atitude correta e discreta das autoridades estaduais.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – V.Exa. com certeza está fazendo pilhéria.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É caso virgem, pode-se dizer, na história das revoluções, em todos os países, que homens que se insurgem contra a ordem legal, que andam de armas na mão, possam, quando entendam, deixar o seu acampamento para ir às cidades, visitar suas famílias, muitas vezes até procurar recursos para a revolução e, quando também lhes pareça, voltar a se incorporar livremente aos revolucionários, sem que sofram a menor coação nas suas viagens.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Entretanto, os *habeas corpus* expedidos pela Justiça Federal são desobedecidos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não há *habeas corpus* da Justiça Federal que tenham sido desobedecidos.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – O do Sr. Coronel Ernesto Labarthe, ainda há pouco.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Anda aqui no Rio de Janeiro; é, entretanto, um revolucionário.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Anda, mas depois que houve pressão da Justiça para o *habeas corpus* ser obedecido.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É isto que acho estranho, que um revolucionário possa vir às cidades procurar, como disse há pouco, às vezes até recursos para a revolução e regressar às suas forças, sem que nada lhe aconteça.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Isso, então, é com o estado de sítio daqui e o Sr. Presidente da República. Nem o coronel Labarthe anda por lá.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas se as autoridades estaduais fossem perseguidoras, como V.Exas. acusam, haviam de perseguir esses revolucionários.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Aqui?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Lá onde se acham. Não me estou referindo especialmente ao caso do Sr. Labarthe, mas aos revolucionários em geral. Mas, Sr. Presidente, quando um espírito ilustrado, discreto, justiceiro e tolerante como o do Sr. Sérgio de Oliveira emprega aquela expressão que V.Exa. censurou, de bandoleiros, deve ter para isso razões muito fortes e respeitáveis.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Em hipótese nenhuma poderia fazê-lo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não nego que nos elementos revolucionários do Rio Grande do Sul existam homens honrados, honestos, que pautem sua conduta por uma norma de viver acima de qualquer

censura, mas estes homens estão praticando profundo erro, condenável erro de lesa-patriotismo, o de levantar uma revolução no seu estado. Acredito que no meio desse erro exista neles a convicção sincera de que estão agindo por motivo meritório. Estes, infelizmente, não constituem a maioria, e os atos de vandalismo praticados são a prova do que venho de afirmar. Nas próprias forças revolucionárias existe incorporada essa escumalha, arrancada, a rigor e a capricho, no elemento do Contestado, entre gente que vem batida de todos os ventos. Lá vão procurar elementos que não se interessam absolutamente pela nossa vida pública para irem fazer a revolução no Rio Grande do Sul.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Havíamos de fazer revolução com arcanjos e com anjos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Haviam de fazer com a opinião pública. Se estivesse ao lado de V.Exas., não precisariam fazer a campanha profundamente impatriótica que fazem, e, não achando apoio no seu estado, vêm fazer a sua difamação fora dos limites da terra rio-grandense.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Pelo contrário: estamos defendendo os foros de altivez do Rio Grande do Sul contra um despotismo de vinte e tantos anos, que V.Exas. apoiam.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Despotismo que tem amparado o desenvolvimento progressivo do Rio Grande, que V.Exas. não querem reconhecer.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Queremos o progresso do Rio Grande, mas não por este preço.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas onde está o despotismo a que V.Exa. se refere?

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Simplesmente na permanência por 25 anos do Sr. Borges de Medeiros no governo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ali está porque assim o quer o povo rio-grandense, que o reelegeu por 16 mil votos.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – De onde os tirou?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Das urnas.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – V.Exa. ajudou a retirar do candidato adversário esses 6 mil votos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Então, V.Exa. também mandou fazer títulos falsos em Buenos Aires para apresentá-los em Pelotas.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Isto é uma afirmação graciosa, porque todo mundo sabe que estive contrário à candidatura do Sr. Assis Brasil.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Como me vem fazer acusações?

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – V.Exa. era redator de atas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Só retirei votos que eram ilegais. Era membro da Comissão de Constituição e Poderes da assembleia.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Responderei oportunamente a V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – E se foram retirados votos ao Sr. Assis Brasil, o mesmo aconteceu quanto ao Sr. Borges de Medeiros.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Em que proporção?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Foram depurados ao Sr. Borges de Medeiros 3.600 votos.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – E ao Sr. Assis Brasil?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Cerca de 6 mil.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Portanto...

O SR. GETÚLIO VARGAS – Portanto chega-se à conclusão de que a fraude estava na maior parte do lado dos companheiros de V.Exa.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Do lado dos mais fracos. Antigamente, quem fazia a fraude era o governo; agora passou a ser a oposição, que nem as mesas tinha.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Há até inquéritos policiais e documentos mandados pelo chefe de polícia de Buenos Aires a esse respeito.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Isto só servirá para assunto de revistas. V.Exa. pode dizê-lo sempre, que ninguém acreditará.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, não era meu intuito descer ao terreno das contendas pessoais. Mas se sou a este fato levado, devo declarar que o Sr. Deputado Maciel Júnior, nos seus discursos recentes nesta Câmara, não tem sido mais brando em sua linguagem.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Não me estou queixando.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Poderei alegar em meu favor, ao menos, a escusa de ser desconhecedor das praxes desta Casa, mal adaptado talvez ao meio, para mim estranho.

O Sr. *Otávio Rocha* – Não apoiado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas, presidente, quanto mais longe me acho de meu estado natal, mais próximo estou dele, pelo coração, pelos meus sentimentos de admiração por seu passado de glórias, por seu presente de realizações, por seu futuro de esperanças.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Deveria então concorrer para libertá-lo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Nascido e criado na região fronteira do Rio Grande, na região da savana verde, sou como um pedaço arrancado do seu organismo, sangrando ainda da separação recente, sentindo em cada célula um estremecimento vibrante de amor e de saudade. Acompanhei esse movimento revolucionário e assisti ao seu início; vivi o cenário dos acampamentos; passei pelos lugares onde se travaram combates; ouvi os atores do drama; senti, escutei, palpei os acontecimentos. Sou uma testemunha presencial dos fatos. Essa revolução que se ergue no Rio Grande do Sul não foi um movimento da opinião popular, não foi uma dessas forças irresistíveis que vêm esmagar todos os empecilhos, vencer todos os obstáculos trazendo no seu seio, como força incontestável, uma contínua ameaça de explosão. Ela foi, ao contrário, um trabalho sub-reptício feito pelos políticos, abusando da boa-fé e do entusiasmo fácil de alguns jovens, da ignorância de um grande número de outras pessoas, captando ainda muitos outros elementos que estão sempre prontos a se incorporar a esses movimentos de desordem e de correrias.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – V.Exa. está sendo contraditório. Há pouco os jovens eram inexperientes: não são mais os elementos do Contestado que estão fazendo a revolução.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não são só os elementos do Contestado que fazem a revolução: são vários elementos. Mas continuando, Sr. Presidente...

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Não foram buscar ninguém no Uruguai.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Há também gente do Uruguai nos grupos de V.Exa.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Não são contratados, e muito menos à frente de colunas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não são contratados porque talvez tenham o saque livre.

O Sr. Domingos Mascarenhas – Mas já tiveram Gumercindo e Aparício.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – V.Exa. sabe perfeitamente que Gumercindo era brasileiro, casado no Brasil, nascido no Brasil, com fazenda no Brasil e chefe político no Brasil.

O Sr. Domingos Mascarenhas – Mas Aparício era uruguaio.

O Sr. Francisco Peixoto – Uma coisa não justifica a outra.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Este foi acompanhar o irmão.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas, Sr. Presidente, este movimento é profundamente impatriótico, porque eles sabem, têm a convicção plena de que não podem vencer, de que não têm elementos para vingar.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Na opinião de V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Desde que se desencadeou essa revolução, eles não tiveram até agora uma só vitória, e seu fim, seu fito é empobrecer o Rio Grande do Sul, é euxarir as fontes vivas da sua produção, da sua riqueza, é desorganizar o crédito público, é aniquilar as forças produtoras do estado, é esgotar o seu orçamento. É uma obra profundamente impatriótica, porque o seu objetivo é de esgotamento, de aniquilamento do progresso material do estado.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Um gesto do Sr. Borges de Medeiros e tudo isto estaria sanado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Esta atitude deveria partir daqueles que se levantam para perturbar a ordem, e não de quem está adstrito à sua manutenção. Mas, dirão V.Exas., se estes revolucionários não atingem a 2 mil homens em armas...

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Donde teria saído esta estatística?

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...porque o Sr. Borges de Medeiros não os venceu, não os esmagou? E eu vos direi: porque, paradoxalmente, a sua força está na sua fraqueza. Eles não são vencidos porque não combatem, porque vivem fugindo, porque fazem da fuga sua norma de ação, sua regra de conduta, sua estratégia de combate...

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Deixaram até de ser rio-grandenses: são os únicos que não sabem combater!

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...fogem sempre, pelo reverso das coxilhas, pela orla das matas, pelos socavões da serras! Combatem quando são obrigados, ganhando tempo suficiente para fugir, e de longe passam telegramas de vitórias fantásticas.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Estas vitórias fantásticas têm sido apregoadas sistematicamente por V.Exas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Os que estão dentro do estado anunciam vitórias que não alcançaram; e os que estão fora dele se dirigem aos que lá permanecem injetando-lhes no organismo combalido o óleo canforado da intervenção próxima!

O Sr. Domingos Mascarenhas – Esta é que é a verdade!

O Sr. Antunes Maciel Júnior – O óleo canforado tem produzido seus efeitos. V.Exas. dizem ter dominado a revolução, mas o fato é que ela lá está há oito meses.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não se dominou por isso: porque os revoltosos vivem esparsos, em pequenos grupos, vagabundos e erradios, fugindo ao combate, e vão sempre em frente, arrebanhando as melhores cavalhadas para a fuga. Esta situação, entretanto, não permanecerá, porque dentro de pouco tempo faltar-lhes-ão os meios de defesa, visto terem aniquilado, aos poucos, os próprios elementos com que contavam para fugir na zona em que operam. E o fato é que a superioridade do governo vai se acentuando cada vez mais, e essa revolução em breve será dominada.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Vai se acentuando, sobretudo na simpatia pública, a começar pela Câmara dos Deputados.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não sei se V.Exa. pode responder pela consciência dos seus colegas.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Ainda outro dia perguntei aqui quem defendia o Sr. Borges de Medeiros, e ninguém deu um aparte.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas também quem o acusa é só V.Exa.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – É a opinião pública.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Só se através da voz de V.Exa.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Através da imprensa livre, porque V.Exas. só têm a imprensa paga.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. sabe perfeitamente que o Rio Grande do Sul não subvenciona imprensa.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Pelo contrário, sei que a subvenciona.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Queira V.Exa. me apontar um caso. Subvenciona a quem?

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Diversos jornais. Não digo com quanto subvenciona, porque não tenho as provas nas mãos. Mas V.Exa., na sua consciência, sabe que é verdade.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Digo a V.Exa. que sinceramente não sei.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – V.Exa. está muito atrasado então.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas, contrastando com essa fraqueza dos revolucionários, é preciso que se diga, a opinião pública do Rio Grande do Sul está com o Partido Republicano, está com o Sr. Borges de Medeiros, e em torno dele este partido se solidarizou na defesa da ordem, de modo a torná-lo uma muralha inexpugnável, que não poderá ser transposta pelos revolucionários.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Ainda ontem incorporou-se às forças revolucionárias um deputado que era do partido de V.Exa., o Sr. Antônio Monteiro.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Há muito tempo que está dissociado de nós e é assistista.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Foi eleito pelo partido de V.Exas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Que tem isso? Na terra da tirania, onde há 29 representantes da maioria na assembleia, só um se divorciou do partido. Essa revolução que V.Exas. dizem assolar todo o estado não dispõe de um só município; passam por eles rapidamente, abandonando-os em seguida, em virtude da ação desenvolvida pelas forças do governo. Até agora não conseguiram ainda os revoltosos a adesão de um só governo municipal, de uma só direção política: todos os municípios conservam-se firmes, decididos, ao lado do governo constituído.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Com a acefalia de muitos municípios. Mesmo o de V.Exa. já esteve acéfalo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estamos falando do presente. Peça a V.Exa., Sr. Presidente, o obséquio de me mandar trazer o *Diário do Congresso* de 26 do corrente. Mas, senhores, apareceu depois, lida nesta Câmara pelo ilustre representante do Partido Federalista, uma carta dirigida por distintas senhoras da nossa sociedade a S.Exa. e ao Dr. Assis Brasil, e a resposta de ambos às mesmas senhoras. Quanto à carta destas senhoras, nada mais tenho a dizer, senão que o gesto dessas distintas e nobres patrícias é profundamente respeitável, próprio mesmo do feito e da delicadeza do espírito feminino, no sentido da fraternidade e da paz. É profundamente louvável esta atitude, mas, quanto à resposta dada pelo destinatário da carta, ela merece alguns reparos que procurarei fazer muito rapidamente. Mais acentuadamente as referências serão a respeito do Dr. Assis Brasil, que é o homem dos documentos inapagáveis. Procurarei estabelecer a comparação entre aqueles que S.Exa. escreveu anteriormente e os que escreveu agora. Coloco frente à frente o Dr. Assis Brasil, publicista, constitucionalista, propagandista da República, com o Assis Brasil partidário interessado em um pleito presidencial e defendendo seus interesses.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Aliás, é um mau processo. Eu poderia também comparar Borges de Medeiros antes e depois de 5 de julho.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não tememos comparações. Mas, na carta dirigida pelo Dr. Assis Brasil, encontra-se este tópico: “A pessoa que se arroga a qualidade de presidente do estado não era elegível nem foi eleita.” Diz S.Exa. que o Dr. Borges de Medeiros não era elegível, porque a Constituição Federal proibindo a reeleição do presidente da República, isto importa um princípio constitucional que afeta também os estados, não podendo estes reeleger os seus presidentes.

Parece-me, Sr. Presidente, haver nisso uma confusão entre inelegibilidade e inconstitucionalidade das reeleições estaduais. Elegibilidade são as condições de capacidade para que uma determinada pessoa possa ser eleita. Assim, por exemplo, para que alguém possa ser eleito presidente da República, é necessário: 1º, ser cidadão brasileiro; 2º, estar no gozo de seus direitos políticos; e 3º, ser maior de 35 anos, segundo estatui a Constituição Federal no seu art. 41, se me não engano. Estes são os requisitos indispensáveis para a elegibilidade do presidente da República. Todo candidato que satisfizer a esses requisitos é elegível. Por conseguinte, vir dizer que um candidato à presidência de um estado não é elegível porque a Constituição Federal proíbe a reeleição do presidente da República é criar um novo caso de inelegibilidade que não está previsto na Constituição Federal.

A Constituição do Rio Grande do Sul estabelece como caso de elegibilidade, além dos princípios gerais estatuidos pela Constituição Federal, o fato de ser rio-grandense nato, ter residência no estado e mais de 30 anos de idade. Assim, tanto a Constituição Federal como a estadual prevendo esses casos de elegibilidade, todo cidadão que os satisfizer é elegível. Podem existir outros casos de inelegibilidade, mas o que afirmo é que a reeleição de presidente do estado não é um caso de inelegibilidade previsto na Constituição Federal. É, portanto, uma confusão de elegibilidade com constitucionalidade das reeleições estaduais.

Agora, afirmar-se que o presidente do estado do Rio Grande do Sul não pode ser reeleito pela circunstância de que a Constituição Federal proíbe a reeleição do presidente da República não me parece procedente, porque isso não é um dos princípios constitucionais da União. Estes consistem em princípios de natureza puramente republicana, que caracterizam o regime republicano federativo. Não se pode dizer que a reeleição seja contrária ao regime republicano federativo, quando ela é adotada nos Estados Unidos, país modelo da organização federativa do Brasil.

O Sr. Sousa Filho – Conclusão: é legítima a monarquia do Rio Grande do Sul; é republicana essa monarquia.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estou argumentando seriamente, não estou fazendo pilhéria.

O Sr. Sousa Filho – Isto não é pilhéria. Pilhéria está V.Exa. fazendo com a Constituição republicana, com a nossa lógica, com a nossa cultura.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Por quê?

O Sr. Sousa Filho – Porque está batendo sobre uma tecla demasiado conhecida, sobre a qual a Câmara toda já meditou.

O Sr. Domingos Mascarenhas – V.Exa. quer tirar a palavra ao orador?!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não estou falando para a capacidade constitucionalista de V.Exa.

O Sr. Sousa Filho – V.Exa. quer tirar minha liberdade de crítica? V.Exa. esquece que está falando na Câmara, onde há liberdade, e não na assembleia do Rio Grande do Sul.

O Sr. Domingos Mascarenhas – Que é muito digna.

O Sr. Sousa Filho – Não sei se é muito digna, mas sei que lá não existe a necessária liberdade como aqui.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É sempre suspeito o depoimento de quem não conhece a vida do Rio Grande do Sul; se conhecesse, saberia que na Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul se debatem largamente todos os problemas que são da sua competência, e até mesmo os que não são.

O Sr. Sousa Filho – Foi por isso que a opinião digna e altiva do Rio Grande do Sul se resolveu a pegar em armas para a defesa de seus direitos conspurcados. A revolução é um fruto dessa liberdade que V.Exa. tanto defende.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É um abuso dessa liberdade, é uma licença. Eu sei que V.Exa. é um constitucionalista, é um sabedor de direito, um conhecedor dessas matérias, e que não venho dizer novidade alguma, mas eu estou aqui contestando afirmações de uma carta assinada por dois ilustres políticos.

O Sr. Sousa Filho – Não contesto a V.Exa. esse direito, estou ouvindo gostosamente a preleção de V.Exa. sobre o tema, que eu também já discuti aqui e sustentei esta doutrina. Tenho o direito de defender minhas ideias.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Trata-se de condições de capacidade para ser eleito...

O Sr. *Vicente Piragibe* – Não são esses os únicos casos de inelegibilidade.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quais outros?

O Sr. *Vicente Piragibe* – Inúmeros outros.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Existem outros na lei, mas o que não se pode é criar novos casos além dos que estão estatuídos na Constituição.

O Sr. *Sousa Filho* – Pode vir até um príncipe estrangeiro presidir o Rio Grande do Sul!

O Sr. *Domingos Mascarenhas* – A pilhéria não pega.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Já temos até um estrangeiro mercenário para matar brasileiros, e tudo é republicano!

O Sr. *Domingos Mascarenhas* – Não pega a pilhéria. V.Exa. pode ameaçar como entender, mas não pega a pilhéria.

O Sr. *Sousa Filho* – Pois não pegue. Grite como entender, mas não é pilhéria.

O Sr. *Presidente* – Peço que não interrompam o orador. Quem está com a palavra é o Sr. Getúlio Vargas. Atenção. Peço aos nobres deputados que não interrompam o orador. Quem tem a palavra é o Sr. Getúlio Vargas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Como dizia, Sr. Presidente, não existe um só constitucionalista dos clássicos comentadores da nossa Constituição afirmando que as reeleições dos presidentes dos estados são contrárias aos princípios constitucionais da União. Ainda há pouco, lendo um livro recente, do Sr. Castro Nunes, sobre as Constituições estaduais, verifiquei que ele, não sendo favorável a esse princípio, afirma que a reeleição dos governadores não fere os princípios constitucionais da União, não é contrária aos princípios cardeais do regime que adotamos.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Mesmo quando feitas indefinidamente?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mesmo indefinidamente. Quem o afirma é o Sr. Assis Brasil.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Quem afirma são os fatos. Há quantos anos o Sr. Borges de Medeiros é presidente do estado? Foi reeleito uma vez? Nos Estados Unidos pratica-se a reeleição, mas uma só vez. Washington foi reeleito apenas uma vez.

O Sr. *Sousa Filho* – E há uma diferença, é que lá não existe a proibição, e a Constituição brasileira veda a reeleição.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Para os presidentes da República, e não para os presidentes de estados.

O Sr. Sousa Filho – É claro que, se proíbe para presidente da República, virtual e logicamente proíbe para os presidentes e governadores de estado...

O SR. GETÚLIO VARGAS – Virtualmente?

O Sr. Sousa Filho – ...até porque é uma das características do regime republicano a temporariedade das funções eletivas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Perfeitamente. E isso ofende a temporariedade?

O Sr. Sousa Filho – Ofende, porque ele está se perpetuando na presidência, ocupa-a há 25 anos – isto é quase toda a vida da República.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A eleição dá-se para um período fixo, e terminado esse período o presidente pode ou não ser reeleito.

O Sr. Sousa Filho – Reeleito porque se utiliza de todos os meios de coação para se reeleger, para se perpetuar na presidência.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Essas diatribes e acusações de V.Exa., feitas com injustiça e desconhecimento de causa, não podem absolutamente impressionar a opinião pública. De acordo com o regime da Constituição Federal, com o regime por nós adotado, os poderes conferidos à União são poderes restritos, poderes outorgados, ao passo que os poderes que ficam aos estados são poderes amplos. Tudo aquilo que não é proibido explícita ou implicitamente aos estados é conferido a estes.

Pois bem, senhores; peço a V.Exas. apenas atenção para este ponto: o Dr. Assis Brasil, na sua carta, passando ao caso da elegibilidade, afirma, primeiro, que a Constituição do Rio Grande do Sul só permite a reeleição por uma vez, e, segundo, que o *quorum* da votação exigida é de 3/4 do eleitorado inscrito em todo o território do estado. Isto é o que afirma o Sr. Assis Brasil como candidato, interessado na eleição. Vejamos agora o que afirma o Dr. Assis Brasil como publicista, como autor de Direito Constitucional.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Aliás, o Sr. Assis Brasil já explicou essa questão.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O livro *Governo presidencial na República brasileira*, página 274, diz: “Uma inovação foi criada por uma das nossas Constituições estaduais, a do Rio Grande do Sul, quanto à reelegibilidade. O chefe de estado pode ser reeleito indefinidamente, desde que reúna mais de 3/4 do eleitorado que concorreu à eleição.”

O Sr. Antunes Maciel Júnior – V.Exa. deve ler até ao fim, porque verá nesse próprio trecho a condenação da reeleição indefinida. V.Exa. só leu a parte que lhe convém.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Seja V.Exa. razoável. Não estou falando no Direito *constituendo* mas no Direito constituído.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – V.Exa. está citando apenas o que lhe convém.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estou falando sobre o comentário do Sr. Assis Brasil quanto à realidade, quanto à lei vigente no Rio Grande do Sul; não estou citando a sua opinião relativamente à vantagem ou desvantagem das reeleições.

O Sr. Sousa Filho – V.Exa. permite a graça de um aparte? O Sr. Borges de Medeiros também interpretou no sentido que V.Exa. está combatendo, como já demonstrei no caso de Vacaria; naquela hipótese sustentou que eram necessários 3/4 do eleitorado inscrito; agora, no caso próprio, agindo *pro domo sua*, sustenta doutrina contrária.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. está mal informado, e vou provar.

O Sr. Sousa Filho – Mostrei da tribuna da Câmara.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mostrou com informações inexatas. O caso de Vacaria não era o mesmo. Não se tratava de reeleição, mas de sucessão intencional, de um parente de intendente em grau proibido.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Não há parente mais próximo do presidente do que o próprio presidente.

O Sr. Carlos Penafiel – No caso de Vacaria o presidente aplicou a lei orgânica do município.

O Sr. Sousa Filho – V.Exa. levou muito tempo para descobrir esta saída, porque a Câmara ficou mal impressionada com o caso. Mas essa saída mesma não calha.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Repito: os casos são inteiramente diversos. Em Vacaria deu-se a sucessão do intendente por um consanguíneo seu, o que é proibido pela Constituição do estado, e a lei dizia expressamente que ele precisava obter 3/4 do eleitorado inscrito no município. Era expresso, e a anulação se deu por esse motivo. Agora, não existe na jurisprudência política do Rio Grande do Sul, na opinião de nenhum comentador e constitucionalista, a doutrina bizarra e peregrina de quererem que na apuração de uma eleição se contem votos dos

mortos, dos ausentes, dos que não compareceram, e que sejam contados todos esses votos como contrários ao candidato à reeleição.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Não apoiado. A intenção do legislador, que foi o Sr. Júlio de Castilhos, era esta mesma, queria a unanimidade virtual para justificar a eleição.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Onde V.Exa. encontrou isto?

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Na exposição de motivos dele próprio.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Nem na exposição nem em outro lugar.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Já foi citado nesta tribuna.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exas. querem torcer até a opinião de Júlio de Castilhos para favorecer o seu ponto de vista.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – V.Exas. é que têm torcido, porque as palavras estão lá.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A Constituição do Rio Grande do Sul, título 2º, capítulo 1º, que trata do presidente e vice-presidente do estado, da criação e funcionamento dos cargos, diz: “Art. 9º: O presidente exercerá a presidência durante cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer os sufrágios de três quartas partes do eleitorado.” Ora, claro que, quando se fala em sufrágio de 3/4, é do eleitorado que sufraga, do eleitorado ativo, do eleitorado que comparece às urnas: e, como se isso não fosse suficiente, a mesma Constituição, no título 2º, capítulo 1º, quando trata da eleição de presidente, diz: art. 18, § 3º: “Na eleição em que for votado o presidente do estado, se nenhum cidadão houver alcançado maioria absoluta, e aquele não tiver obtido as três quartas partes do sufrágio, proceder-se-á a nova eleição, na qual não poderá o mesmo ser votado.” Assim, o art. 18, § 3º, que vem exatamente no título referente à eleição, exige taxativamente 3/4 dos sufrágios.

Quem quiser saber a opinião de Júlio de Castilhos deve procurá-la na lei eleitoral por ele promulgada, Lei nº 18, de 12 de janeiro de 1887, no art. 80, que reproduz textualmente a disposição do art. 18, § 3º, da Constituição estadual. A lei eleitoral vigente, sob o nº 153, de 14 de julho de 1913, no art. 118, reproduz a mesma disposição. Na primeira reeleição do Dr. Borges de Medeiros, no ano de 1902, em que houve votos em vários candidatos, foi feito o cálculo exatamente sobre os 3/4 dos eleitores que compareceram às urnas; no reconhecimento feito em 1917, na outra reeleição, também serviu de cálculo a mesma base; nas diversas reeleições que se têm dado em todos os municípios do estado, nas poucas que têm sido pleiteadas, a começar pela capital do estado, adotou-se o mesmo critério.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Poucas que têm sido pleiteadas? Quase todas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Pleiteadas, poucas.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Quantos intendentess têm sido reeleitos no Rio Grande do Sul?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Nem todas têm sido pleiteadas. Só nos casos de pleito se pode verificar isso. Mas, Sr. Presidente, com essa teoria absurda, um cidadão que não vota, cuja opinião não se conhece, que não se sabe no seu foro íntimo qual o candidato da sua predileção, devia ser por força contado como contrário ao candidato à reeleição.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Isso já foi muito discutido aqui mesmo, antes de V.Exa. pertencer a esta Casa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – E por que V.Exa. vem afirmar de novo uma coisa que já foi discutida?

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Por isso mesmo: exatamente porque o consenso de toda a gente é contrário ao que V.Exa. afirma.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não podia ser assim, nem metido a martelo na cabeça, porque é contra a lei expressa, contra as leis interpretativas, contra a jurisprudência política de estado, contra a opinião dos comentaradores e até contra a do Sr. Assis Brasil. E só agora V.Exas. inventam essa teoria peregrina, de quererem que 3/4 do eleitorado sejam calculados sobre o eleitorado inscrito em todo o território do estado.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Aliás, é esse um pormenor sem importância.

O Sr. *Sousa Filho* – Eu encontrei essa jurisprudência no caso de Vacaria.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não se trata disso. O caso de Vacaria é muito diferente. Ora, a Constituição Federal, no art. 47, diz: “O presidente e o vice-presidente da República serão eleitos por sufrágio direto da nação e maioria absoluta de votos.” Amanhã disputa-se entre dois candidatos a eleição de presidente da República. Apegados a essa mesma doutrina esdrúxula, viriam V.Exas. discutir que o presidente não estava eleito por maioria absoluta de votos. Sim, qual o cálculo, qual o critério dessa maioria absoluta? Votos de que eleitorado? Do eleitorado inscrito em todo o território da República ou do que comparecesse às urnas? A Constituição Federal não declara.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Não confunda eleição com reeleição.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Amanhã, V.Exas. inventam essa interpretação.

O Sr. Sousa Filho – É muito diferente o caso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não, senhor; é um caso de eleição disputada.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Não apoiado. No regime republicano não se admite senão a temporalidade de funções. Só por exceção se aceita a reeleição, e por isso se pede a unanimidade virtual.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Vamos colocar a questão nos seus termos: a Constituição Federal diz que o presidente da República será eleito por maioria absoluta de votos. Agora, temos um pleito disputado; vem o candidato derrotado e diz: “O presidente não está eleito, porque essa maioria absoluta é sobre o eleitorado inscrito em todo o território da República, não sobre o que comparece às urnas, porque a Constituição não diz taxativamente se é pelos votos do eleitorado que comparece às urnas.”

O Sr. Antunes Maciel Júnior – É por isso que digo que V.Exa. está argumentando em falso, pois que quer estabelecer analogia entre eleição e reeleição.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ao próprio Sr. Rui Barbosa, que, em eleições presidenciais, ofereceu formidáveis contestações, nunca lhe acudiu essa peregrina ideia que só a V.Exas. acode agora para contestarem a reeleição do Dr. Borges de Medeiros.

O Sr. Sousa Filho – O grande Rui Barbosa era de opinião contrária à perpetuidade do presidente no poder.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não estou discutindo isso; estou dizendo que é absurda essa teoria dos 3/4 do eleitorado inscrito, a qual não resiste ao senso comum.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – O que não resiste ao senso comum é fazer-se um imperador em plena República.

O Sr. Sousa Filho – Há longos meses está no exercício da presidência do Rio Grande do Sul, ilegitimamente, o Sr. Borges de Medeiros, e ainda hoje V.Exas. estão se esforçando por demonstrar a constitucionalidade dessa nova reeleição e não conseguem que a opinião nacional lhes dê apoio.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, nós do Rio Grande do Sul estamos de acordo com esta doutrina que expus...

O Sr. Sousa Filho – É natural.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...e, de conformidade com esta opinião, o Sr. Borges de Medeiros está na posse do exercício legítimo do governo. S.Exas., se têm a lei a seu favor, que nos contestam, por que não vão ao Supremo Tribunal Federal alegar a ilegitimidade e ilegalidade da reeleição?

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Ou V.Exa. deve desafiar o Congresso a cumprir o seu dever, mandando ajustar a Constituição do Rio Grande à da União.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Congresso está cumprindo o seu dever, já discutiu esse assunto e já manifestou a sua opinião por duas ou três vezes.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Isso foi há 30 anos. Depois disso evoluiu.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A evolução está no espírito de V.Exa. Ninguém mais do que nós deseja a paz no Rio Grande do Sul. Mas a paz não pode ser imposta pelos cabecilhas de grupos que infestam a campanha semeando o terror, a desolação e o crime. A paz no meu estado há de vir, mas pela renúncia à desordem por parte daqueles que a praticam, pela manutenção da ordem legal, pelo reconhecimento das autoridades constituídas.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Mediante uma eleição livre. Aceitamo-lo.

O Sr. *Sousa Filho* – E por que não pela renúncia do presidente Borges de Medeiros, cuja permanência no governo é a única razão determinante da revolução?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Porque a dignidade do Rio Grande do Sul não pode naufragar na esteira de uma mazorca.

O Sr. *Sousa Filho* – Ao contrário: a dignidade do Rio Grande do Sul não pode permanecer com o Sr. Borges de Medeiros no poder.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A renúncia do Sr. Borges de Medeiros seria uma capitulação vergonhosa da ordem legal, diante da anarquia e da confusão.

O Sr. *Otávio Rocha* – Apoiado. Essa é a verdade: seria uma capitulação.

O Sr. *Sousa Filho* – Anarquia é estar ainda na presidência o Sr. Borges de Medeiros.

O Sr. *Otávio Rocha* – Deve ser deposto se não tiver forças para governar, mas não pode renunciar.

O Sr. *Sousa Filho* – No dia em que for deposto, apelaré para o presidente da República, baseado no art. 6º, segundo já se andou aqui a insinuar.

O Sr. *Otávio Rocha* – V.Exa. não tenha medo, que não será deposto.

O Sr. *Sousa Filho* – Não sei. As minhas preces são no sentido de que o seja.

O Sr. *Otávio Rocha* – É natural.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Admira que os senhores revolucionários façam uma campanha destas, apegados a sofismas jurídicos e em questão de natureza pessoal. É admirável que se convulsione um estado por esses motivos!

O Sr. Sousa Filho – Isto é, pelo capricho exclusivo de um homem.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A opinião do Rio Grande do Sul, a opinião conservadora dos que trabalham e produzem, está com o Partido Republicano, está com Borges de Medeiros.

O Sr. Sousa Filho – Não apoiado. Está contra o Sr. Borges de Medeiros, não só no Rio Grande do Sul, como no país inteiro.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O país inteiro não fala pela boca de V.Exa.

O Sr. Sousa Filho – Nem pela de V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas fala pelos votos que levaram o Sr. Borges de Medeiros a presidente do estado.

O Sr. Carlos Penafiel – Pela boca do orador fala a maioria republicana do Rio Grande do Sul.

O Sr. Sousa Filho – Não sei como, porque esse partido vive em eternas manobras, a destacar um daqui, outro dali. Falou, porventura, pelo órgão do orador, no caso do estado do Rio?

O SR. GETÚLIO VARGAS – É admirável que V.Exa., que vive acusando o governo do Rio Grande do Sul de tirânico e de falho de liberdade, venha acusá-lo aqui também de anárquico, quando a representação rio-grandense se manifesta com liberdade sobre qualquer assunto.

O Sr. Sousa Filho – Ao contrário; é plausível essa orientação, mas demonstra que não existe a coesão de que fazem tanta praça.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Preso por ter cão e preso por não ter! Bem diz o ditado: o pior cego é o que não quer ver.

O Sr. Presidente – Atenção! Lembro ao nobre orador que a hora do expediente está esgotada.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que me conserve a palavra para uma explicação pessoal, a fim de terminar as minhas considerações.

O Sr. Presidente – V.Exa. será atendido.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sento-me em obediência a V.Exa.

O Sr. Presidente – Está finda a hora destinada ao expediente. Vai-se passar à ordem do dia. Esgotadas as matérias em discussão, dou a palavra, para uma explicação pessoal, ao Sr. Getúlio Vargas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, terminando as considerações que me trouxeram a esta tribuna, devo declarar que o Dr. Borges de Medeiros não representa a sua opinião pessoal. Ele é mandatário do seu povo, o expoente da sua vontade, o intérprete das suas aspirações sociais. Por esse motivo, eleito pelo povo do Rio Grande do Sul, não dispõe desse mandato para renunciar, quando o povo impõe a sua continuação.

O Sr. Sousa Filho – Está se vendo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Este movimento revolucionário é um profundo retrocesso, é um anacronismo. É um retrocesso ao período execrado do caudilhismo, que foi o flagelo das Repúblicas hispano-americanas; é o retrocesso a uma fase transacta da nossa evolução social; é a volta a esse período das *montoneries* das Repúblicas platinas. É uma retrogradação ao período histórico das *californias*, em que os indivíduos que desbaratavam a sua fortuna procuravam reparar as avarias causadas pelos desperdícios arrebanhando a fazenda alheia.

O Sr. Sousa Filho – Já sei o que V.Exa. vai recordar. O período dos Lopes, dos Porfírios Diaz e Rosas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, o gaúcho, essa figura indômita de centauro, que, guiado pelos heróis epônimos da sua raça, demarcou a fronteira da pátria com a ponta de sua lança e constituiu o baluarte inexpugnável para a defesa da mesma, já não existe. Modificado pela ação transformadora da civilização, caldeado nas diferenciações étnicas, o que resta do gaúcho é a lembrança do passado esbatida na poeira luminosa das lendas. Mas as qualidades desses ancestrais, o valor, o ímpeto, a sobriedade, a resistência, estas qualidades persistem nos seus descendentes de hoje, mas modificadas pelas novas condições da vida em benefício da paz e da ordem. Essas qualidades se transformaram...

O Sr. Antunes Maciel Júnior – São privilégios de V.Exas.?

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...em favor do progresso do Rio Grande do Sul, no remanso da paz, e na segurança da ordem. Esse progresso é evidente. O Rio Grande é hoje uma grande oficina de trabalho, um laboratório de riqueza e de progresso. No vasto seio da sua campanha, e no recinto das suas cidades, ouve-se a trepidação das máquinas da indústria, manufaturando os produtos da sua lavoura, em uma policultura variadíssima...

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Mas nenhuma delas beneficiada pela administração.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...fazendo a safra da sua riqueza pecuária, continuamente selecionada; e o seu comércio poderoso, exportando os produtos que sobejam às suas necessidades.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Resultado exclusivo da iniciativa privada.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A exportação do estado é superior a 200 mil contos; a arrecadação da sua receita atinge a 80 mil contos, e todo o seu progresso se tem feito dentro da política republicana. É esse mesmo governo que, em uma política previdente, austera, honestíssima, tem feito o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, e, bem compreendendo que o fator principal desse progresso era o problema dos transportes, aplicou nele toda a sua atividade, e por toda parte rasgam-se estradas de rodagem, abrem-se canais, faz-se a desobstrução de rios, erguem-se pontes, levanta-se o maravilhoso cais da capital e, completando tantos serviços beneméritos, arranca do monopólio de companhias estrangeiras dois empreendimentos extraordinários, a emancipação do porto e barra do Rio Grande e a viação férrea do Rio Grande do Sul, para socializá-los em benefício do interesse público.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Quem arrancou foi o estado? Foi o governo da União.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não tivesse o estado força suficiente para manter esse serviço, não fosse um estado de finanças equilibradas e não poderia fazer.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Melhoraram os nossos serviços do porto?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Completamente. A principal melhoria deu-se com o rebaixamento das tarifas.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Por isso, o porto está vazio.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Isso diz V.Exa. Um homem que governou durante 20 anos, que desenvolveu e incentivou o progresso de seu estado, está paupérrimo porque dedica toda a atividade ao interesse público, não lhe sobrando nem mesmo tempo para atender o escasso patrimônio que recebeu de seus antepassados.

O Sr. Sousa Filho – É o presidente do estado que tem maior subsídio na República. Tem 72 contos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O subsídio não é ele quem vota...

O Sr. Sousa Filho – Mas quem manda votar.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...e vive somente do subsídio.

O *Sr. Sousa Filho* – Não lhe conheço as finanças particulares, mas posso acreditar na palavra de V.Exa., que, entretanto, não destrói a acusação.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, o que quero dizer é que o Rio Grande do Sul, que tem esse progresso todo, é verdade, também apresenta nas suas instituições certas particularidades próprias da sua organização constitucional, mas todas elas foram instituídas no sentido das mais amplas concessões liberais. Nós lá temos a liberdade de ensino, a liberdade profissional, ou a extinção de todos os privilégios, temos o direito do povo intervir diretamente na confecção das leis.

O *Sr. Sousa Filho* – Menos a liberdade eleitoral; menos a liberdade de pensamento; menos a liberdade de opinião; menos a liberdade de reunião; menos a liberdade de imprensa e mil outras manifestações de liberdade.

O SR. GETÚLIO VARGAS – São simples futilidades, são simples expressões que V.Exa. aplica, por ódio inveterado, que não compreendo, porque são contrárias à verdade.

O *Sr. Sousa Filho* – Não tenho ódio à verdade. Tenho à altaneria.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. confunde fanatismo com altaneria.

O *Sr. Sousa Filho* – Fanatismo é o de V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O que V.Exa. está dizendo, sobre a situação do Rio Grande do Sul, não é exato. Mas como ia dizendo, Sr. Presidente, todas essas instituições têm a colaboração direta do povo nas leis, aprovando ou reprovando essas mesmas leis.

O *Sr. Sousa Filho* – Não apoiado, porque elas são feitas pelo presidente do estado contra o que determina a Constituição da República.

O *Sr. Domingos Mascarenhas* – Nelas colaboram não só brasileiros como estrangeiros.

O *Sr. Sousa Filho* – A Assembleia dos Representantes reduz-se a fazer orçamentos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não posso continuar, Sr. Presidente, desde que adulteram o meu pensamento. O que estou dizendo é que o povo colabora na confecção das leis.

O *Sr. Sousa Filho* – Há uma modalidade plebiscitária. Pergunta-se: é constitucional?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Todos os habitantes colaboram. E é constitucional.

O *Sr. Sousa Filho* – É uma ficção; é uma burla.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...e aprovam, ou reprovam, por intermédio dos conselhos municipais.

O Sr. Sousa Filho – É para inglês ver.

O Sr. Carlos Penafiel – Mas o presidente do diretório do Partido Federalista colaborou na lei eleitoral com diversas emendas, muitas das quais foram aceitas pelo Sr. Borges de Medeiros.

O Sr. Sousa Filho – Que valor tem esse argumento? O que se pergunta é se se podem fazer nos estados leis por modo diferente do que determina a Constituição Federal.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A assembleia organiza a receita, vota a despesa, cria ou suprime impostos com tal liberdade de ação que existe o veto do Executivo. É um regime de plena responsabilidade pelo voto a descoberto nas urnas e no júri.

O Sr. Sousa Filho – É a maior demonstração de que não há liberdade.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Então V.Exa. quer a liberdade sem a responsabilidade?

O Sr. Sousa Filho – Como V.Exa. tirou essa conclusão?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Se V.Exa. diz que não há liberdade quando estou eu falando em responsabilidade...

O Sr. Sousa Filho – Estou dizendo que não há liberdade porque o voto é a descoberto. Entendo que o voto secreto é o único que garante a expressão do pensamento.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ah! Já sei. V.Exa. quer essa liberdade de que falava Leopoldo Lugones, na Argentina, que se conquista pela mancebia, como as amantes em quarto escuro.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – O Rio Grande do Sul é o único lugar em que se vota a descoberto.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Na própria lei eleitoral federal, encontra-se, há casos de voto a descoberto.

O Sr. Vicente Piragibe – A lei eleitoral proíbe o voto a descoberto, salvo quando o eleitor vota em outra seção.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Como ia dizendo, Sr. Presidente, verificam-se todas essas concessões liberais. Mas o Rio Grande do Sul não quer ser palmatória do mundo, não pretende impor a ninguém os seus princípios e as suas instituições. O que ele quer, não só de vós, como das unidades da Federação, é o respeito pela sua autonomia. Em troca ele vos dará a sua lealdade, a sua sinceridade, a sua colaboração no progresso da

grande pátria comum. Ele não pede, não implora, não suplica, mas o que ele não quer é ser a Cordélia do Rei Lear no drama shaskespeariano.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Então, comecemos respeitando a Constituição Federal.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O que o Rio Grande do Sul quer somente, obedecendo, como sempre, à Constituição Federal, é o reconhecimento do direito de governar-se por homens de sua escolha e por leis de sua feitura.

Câmara dos Deputados, 27 de setembro de 1923

Discurso rechaçando o pedido de intervenção federal no Rio Grande do Sul apresentado pelo senador gaúcho Soares dos Santos. Vargas qualifica o senador de traidor, já que fora eleito pelo PRR, partido de Borges de Medeiros. Defende o princípio federativo e garante que reina no estado a ordem legal e administrativa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, desempenhando-me da missão que me foi cometida pelo líder de minha bancada, venho, neste momento, ao plenário para fazer algumas rápidas referências não só aos fundamentos do projeto do senador Soares dos Santos, apresentado ao Senado da República, pedindo a intervenção no Rio Grande do Sul, senão também à atitude política de S.Exa. Na sua notável mensagem enviada ao Congresso Nacional, disse o Sr. Presidente da República, com atinência ao caso do Rio Grande do Sul:

“No Rio Grande do Sul, entretanto, perante o Executivo federal, só há um governo, reconhecido pelo poder competente. Eis por que o governo federal se tem limitado a ordenar que as forças federais se mantenham neutras, garantindo as vias férreas federais, os correios, os telégrafos e demais repartições públicas da União e agências do Banco do Brasil, assim como asilando nos quartéis os cidadãos de qualquer parcialidade que lhe peçam garantias, só assumindo o policiamento das cidades e povoações que as autoridades locais hajam abandonado, com o exclusivo fim de garantir a vida e a propriedade dos seus habitantes. A ingerência da União até o presente momento não pode ser senão amistosa,

para acalmar os espíritos e tentar a pacificação geral, mediante obtenção de concessões mútuas dos contendores.

Os que nos honraram com o voto no pleito presidencial decerto não quererão exigir agora do governo federal atos de violência partidária, em desrespeito à majestade soberana da lei”.

Sr. Presidente, nessas palavras claras, precisas, com que o Sr. Presidente da República interpreta honestamente o preceito constitucional, S.Exa. garante, diante da legitimidade do governo do Rio Grande do Sul, que não sofre contestação, as medidas que teria de tomar o governo federal seriam as de completa neutralidade. Consequentemente, a conclusão que se poderá tirar do projeto do Sr. Senador Soares dos Santos é que ele constitui uma insinuação impertinente ao Sr. Presidente da República, porque, em regra, as medidas que importam na intervenção do governo federal nos estados, que golpeiam a autonomia desses mesmos estados, são geralmente da iniciativa do Poder Executivo, porque é exatamente este que, estando em contato mais direto com a administração, com as exigências e com as necessidades populares, melhor compreende o cabimento da intervenção quando ela se apresenta como irremediável. Uma vez que o governo federal, isto é, o Poder Executivo, não achou essa intervenção necessária, nem útil, nem oportuna, não deixa de ser uma impertinente insinuação o projeto apresentado pelo senador rio-grandense.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – O caso do art. 2º é de jurisprudência pacífica, que compete ao Legislativo e não ao Executivo. V.Exa. encontra isso nos *Anais da Câmara* aos montões.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Lá chegarei. Em se referindo à matéria de intervenção, diz o insigne Rui Barbosa, comentando o art. 6º da Constituição Federal: “O art. 6º assim prescreve: o governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos estados, salvo (...)”. Nesta fórmula se contém uma proibição e uma concessão: a proibição geral de intervir em negócios peculiares aos estados – “não poderá intervir” – e a concessão excepcional de neles intervir, em ocorrendo algum dos casos ali enumerados – “salvo para (...)”. O texto, nesta parte, se desdobra em uma regra e uma exceção. Regra: “não poderá intervir”. Exceção: “salvo para (...)”. A Constituição não preceitua que o poder federal *intervenha*, não estatui que *intervirá*, não determina que

há de intervir. Admite, outorga, consente a intervenção. Não manda: permite. Não prescreve: autoriza. Não ordena: faculta. Não cria uma obrigação: confere um poder: “poderá intervir”.

Mas, Sr. Presidente, no caso do Rio Grande do Sul, em se tratando de uma perturbação de ordem material que afeta pequena região do estado, em se tratando de um movimento sedicioso, só poderia caber a intervenção no n° 3 do art. 6º, isto é, “para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos estados, à requisição dos respectivos governos”. Duas condições são necessárias para que se verifique esse caso: primeiro, que haja perturbação da ordem; segundo, requisição do governo estadual.

Mas em um caso de perturbação da ordem material, dizer-se que está afetada a forma republicana federativa é uma verdadeira heresia jurídica. O projeto, portanto, do Sr. Senador Soares dos Santos, com fundamento no n° 2 do art. 6º da Constituição Federal, violenta o próprio texto constitucional e, pela sua maneira bizarra, constitui uma interpretação futurista da nossa Constituição. A Constituição diz: “para manter a forma republicana federativa”. Uma vez que essas duas ideias, “forma republicana” e “forma federativa”, vêm associadas em um mesmo artigo, não é possível interpretar-se separadamente, porque há repúblicas unitárias, como há monarquias federadas. As repúblicas não excluem o unitarismo, como as monarquias não excluem a federação. Assim, desde que a Constituição exige forma republicana federativa, ela associa, reúne, estabelece um laço indissolúvel nesta expressão genérica. Ora, se a Federação existe apenas pela união dos estados entre si, mas não existe na organização interna dos próprios estados, porque são unitários, uma vez que se trata da forma republicana federativa, afeta a essa forma o estado que quer romper o laço da Federação, que promove uma luta de secessão no seio da Federação brasileira.

Como não tenho autoridade para fazer afirmações desta natureza, vou me acolher à sombra de dois grandes nomes, de dois grandes espíritos, de dois notáveis constitucionalistas. Um deles, membro da bancada mineira, inteligência brilhante, que atualmente se acha fora do país, onde o tem dignamente representado em várias embaixadas. Logo, V.Exas. devem ter visto que me refiro ao Dr. Afrânio de Melo Franco.

O Sr. Gumercindo Ribas – No caso do Ceará, interpretou o sentir da bancada mineira.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Definamos, porém, em primeiro lugar, o que seja a forma republicana federativa. Forma republicana ou governo republicano é, no conceito de Madison, *Federalist*, capítulo 39, “aquele em que todos os poderes procedem direta ou indiretamente do povo, cujos administradores não gostam senão de poder temporário, a arbítrio do povo ou enquanto bem procederem”. A forma federativa, no dizer de João Barbalho, se conceitua na autonomia e igualdade política dos estados. Diz o Sr. Afrânio de Melo Franco, *Intervenção*, p. 67:

- “1º) A locução forma republicana federativa não pode ser entendida como referente à organização interna dos estados particulares, mas sim à organização política do Estado federal, do Estado coletivo, isto é, da própria União, e não pode ser abolida pelo Congresso, mesmo mediante reforma da Constituição Federal (arts. 6º, nº 2, e 90, § 4º).
- 2º) Logo, a forma republicana federativa, que não pode ser abolida por via de reforma constitucional, é a estabelecida nos arts. 1º e 2º da Constituição Federal, isto é, a forma da organização federal republicana, decretada e promulgada a 24 de fevereiro de 1891, e não a forma do aparelho constitucional que cada um dos estados particulares houver criado para o seu governo local, porque os processos de reforma das Constituições dos estados são os fixados por elas próprias e não pela Constituição Federal.
- 3º) Uma federação só pode existir politicamente com unidades federais componentes; em outros termos, no Estado federal, por mais frouxos que sejam os laços de sua estrutura e a coerência dos seus membros, estes, em sua organização interna, são unitários.
- 4º) Pela Constituição Federal (art. 63), cada estado deve reger-se pela Constituição e leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União. Esta cláusula, evidentemente, impediu que os estados se organizassem com outro regime que não o republicano representativo, mas no princípio de forma republicana representativa de governo não está compreendida a forma republicana federativa, pois o unitarismo não exclui a forma republicana representativa de governo.

5º) Conseqüentemente, o princípio proclamado no nº 2 do art. 6º da Constituição Federal é que a intervenção é da competência do Poder Executivo e, de motu proprio, tanto preventiva como repressiva, para impedir que os estados se separem da União, rompendo o laço federativo que a Constituição declarou perpétuo e indissolúvel”.

Outro notável constitucionalista, o nosso austero e digno presidente, Sr. Arnolfo Azevedo. Diz S.Exa. em parecer constante da Intervenção, v. 9, p. 75 a 77:

“A regra do art. 6º da Constituição é uma proibição aos poderes federais e à União de intervir em negócios peculiares aos estados; há, porém, quatro casos restritos e expressos que constituem exceções a essa regra e que, como exceções que são, devem ser também entendidos de modo hábil e capaz para que não deturpem, antes confirmem a verdade, a exatidão, a efetividade daquele genérico preceito. Dar-lhes interpretação extensiva seria infringir princípios de uma boa hermenêutica e correr o risco de ferir de frente a Constituição ou de destruir o próprio regime federativo, atribuindo supremacia arbitrária ao poder central sobre os poderes locais, nas esferas de ação a estes peculiares, quando é certo que aos estados, e não à União, é facultado, ‘em geral, todo e qualquer poder ou direito que lhes não for negado por cláusula expressa da Constituição’ (art. 65, nº 2).

Parcimoniosamente, portanto, e até com mais rigorosa precisão, devem ser atribuídos à União os poderes que, limitados e expressos, lhe confere a Constituição da República, em confronto com os estados”.

A intervenção, portanto, no caso do nº 2 do art. 6º, só tem por escopo manter a efetividade do disposto no art. 1º da Constituição, que assim se exprime:

“A nação brasileira adota como forma de governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas províncias, em Estados Unidos do Brasil”.

Para confirmação do que este modo de entender o caso de intervenção de que se trata é o que está no espírito e na letra do legislador constituinte, não precisamos mais do que recorrer ao art. 90, que, preceituando as condições em que poderá a Constituição da República ser reformada, categoricamente estatui:

“§ 4º Não se poderão admitir como objeto de deliberação no Congresso projetos tendentes a abolir a forma republicano-federativa, ou a igualdade da representação dos estados no Senado”.

Disto se conclui que o poder constituinte fez grande e capital questão de manter a forma republicana federativa, colocando-a acima e inacessível à ação da própria soberania nacional no exercício da função revisora do pacto fundamental, da mesma forma como a coloca superior e inacessível à ação política dos estados federados, quando manda assegurar-lá pela intervenção federal nos seus negócios peculiares. Aquilo que se ordena seja mantido por força do disposto no art. 6º, no 2, é, *ipsis verbis*, o mesmo que no art. 90, § 4º, se proíbe seja abolido (Arnolfo Azevedo – *Intervenção*, v. 9, p. 75 a 77).

Vejamos o que disse o Sr. Epitácio Pessoa, jurista preclaro, no exercício do cargo de presidente da República, em sua mensagem do ano de 1921:

“Imagine-se o que seria a autonomia dos estados, e com ela todo o aparelho federativo, se o governo da União tivesse o arbítrio de considerar violada a forma republicana em um estado, e nele intervir, sob a égide do art. 6º, nº 2, da Constituição, sempre que o candidato da oposição alegasse que fora ele e não o seu competidor o vitorioso nas urnas”. (Epitácio Pessoa – *Mensagem*.)

Mas, feitas estas considerações de ordem genérica, entremos, propriamente, na apreciação dos fundamentos do projeto do Sr. Soares dos Santos. Diz S.Exa., em um dos primeiros considerandos de seu projeto: “Considerando que existe no Rio Grande do Sul completa desorganização administrativa (...)”.

Ora, Sr. Presidente, um homem que apresenta um projeto de lei deve ter em grande conta a significação integral dos termos da linguagem, para que se não adultere o valor dessas palavras. S.Exa. afirma que

no Rio Grande há *completa desorganização administrativa*; não é parcial, não é uma pequena desorganização; é completa, absoluta, integral. No entanto, no Rio Grande do Sul, todo o aparelho governativo está funcionando perfeitamente; todas as repartições estão ocupadas pelos respectivos funcionários; todos estão no exercício de seus cargos. Não há um só que o não esteja. Para confirmar a sua asserção de que no Rio Grande do Sul existe completa desorganização administrativa, S.Exa. cita os municípios de Erechim e Quaraí, que, diz, “estão ocupados pelos revolucionários”.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – O município de V.Exa., mesmo, as autoridades o abandonaram, para voltarem depois.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas estão lá.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Abandonaram, deixaram em acefalia e voltaram depois, quando os revolucionários se retiraram.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Vamos deixar de parte o que se passou.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – O que se passou continua a passar, ainda contém os revolucionários; entraram em Vacaria.

O Sr. *Gumerindo Ribas* – Mas saíram logo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Os municípios de Erechim e Quaraí estão ocupados pelos revolucionários; por esse motivo – declara o Sr. Soares dos Santos – no estado do Rio Grande do Sul (que tem 72 municípios), há completa desorganização administrativa. Ora, Erechim é um município da região do norte, de cima da serra. Quaraí é outro município da divisa do estado com a República do Uruguai. Porque esses dois municípios foram temporariamente ocupados...

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Esses dois, não. V.Exa. deve ser sincero: são mais de 15.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. quer que eu adultere as palavras do Sr. Senador Soares dos Santos? Estou argumentando com as expressões de S.Exa., estou falando dentro de sua pele.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Quantos municípios têm estado em acefalia nestes últimos oito meses?

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. não pode querer afastar-me do comentário ao projeto do Sr. Soares dos Santos. Está aqui escrito: “Considerando que no Rio Grande do Sul há alguns municípios em poder dos revolucionários, como Quaraí e Erechim, sendo que na posse deste os revolucionários estão há cerca de seis meses (...)”. De modo

que, por este motivo, há completa desorganização administrativa no Rio Grande!... No entanto, nem Erechim, nem Quaraí se acham atualmente em poder dos revolucionários. Todos esses pontos foram retomados.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Tiraram a presa de que precisavam e retiraram-se; era natural; não vão ocupar, não têm força para isso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Então, V.Exa. reconhece que eles não têm elementos para estabelecer essa “completa desorganização administrativa”. Vivem fugindo pela campanha, invadem povoados, fazem extorsões de dinheiro e fogem novamente.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Basta dizer que a principal fonte de receita do estado é o imposto territorial, e ninguém paga.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Basta dizer que o governo do Rio Grande do Sul, ainda agora, baixou um decreto prorrogando o prazo para pagamento desse imposto...

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Exatamente por isso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...o que prova que não está tão necessitado de dinheiro.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Agora mesmo, o governo está fazendo um empréstimo interno, por meio de subscrição, para o próprio estado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O que é fato é que no estado estão funcionando todas as repartições públicas, todos os órgãos do governo, e diz o Sr. Senador Soares dos Santos que há “completa desorganização administrativa”! O fato pelo qual se pode aferir do progresso de um estado, o termômetro de seu desenvolvimento econômico, é a exportação. Pois bem, a exportação do Rio Grande do Sul este ano foi superior à do ano passado. No primeiro semestre de 1922, a exportação do Rio Grande do Sul foi de 158.313 toneladas, no valor de 106.371:000\$000. No primeiro semestre de 1923, atingiu a 182.391 toneladas, no valor de 134.456:000\$000. Aumento, em 1923: 24.078 toneladas e 28.085:000\$000. Gado abatido: durante todo o ano de 1922, 522.770; no primeiro semestre de 1923, 662.781. Houve, portanto, do primeiro semestre do corrente ano para o do ano anterior, um aumento de peso, na tonelage da exportação, de 2.478 toneladas, e um aumento do valor de 28.085:000\$000.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – O aumento prova demais: exatamente por causa da revolução é que a exportação foi maior. Como V.Exa. sabe,

há inúmeras charqueadas no Rio Grande. A matança do gado é grande, para se aproveitar, e daí a exportação majorada.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas se o estado está em completa desorganização na sua parte administrativa, não sei como se possam colher esses dados.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Porque a revolução não alcança o litoral.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não falo só da exportação do gado; falo da exportação em geral.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Mas o que se exporta em grande escala no Rio Grande do Sul? Não é o charque?

O SR. GETÚLIO VARGAS – E a produção agrícola?

O Sr. Antunes Maciel Júnior – A produção agrícola, em vista do charque, é diminuta. V.Exa. não sabe então que a primeira produção do estado, que exportamos, é o charque e depois a banha?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas a produção agrícola é também avultada.

O Sr. Nabuco de Gouveia – O gado vem das serras, para ser transportado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – E a criação do gado suíno, por exemplo, é de zona diferente do gado vacum abatido nas charqueadas.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – A verdade é que procuram salvar o gado vendendo mesmo aqueles que não devem ser abatidos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – “Arrecadação das rendas estaduais: de janeiro a maio de 1922 foi de 11.541:000\$000. De janeiro a maio de 1923 foi de 10.107:000\$000.” Em um estado de completa desorganização administrativa, houve pequena diferença para menos na arrecadação de suas rendas.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Sendo aumentada a exportação, a renda foi menor.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tudo que estou dizendo prova que não há mesmo parcial desorganização administrativa. A exportação não é a principal renda do estado, pela nossa política econômica de progressiva isenção de imposto sobre os produtos exportados. Agora, temos as rendas federais, das quais V.Exa. pode tirar do Tesouro Federal as respectivas provas. A renda ouro foi de: no primeiro semestre de 1922, 1.788:720\$000 No primeiro semestre de 1923, 2.537:494\$000. Aumento em 1923: 748:774\$000. A renda papel foi de: no primeiro semestre de

1922, 15.412:993\$000; no primeiro semestre de 1923, 17.783:397\$000. Aumento em 1923: 2.370:404\$000.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Agora, V.Exa. verá a safra vindoura se vai ser assim.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, passemos a um outro item dos fundamentos do projeto do ilustre senador Soares dos Santos: “Considerando por isso mesmo que se estabeleceu no estado uma dualidade de fisco, cobrando os revolucionários impostos estaduais dos municípios (...)”. De forma que aquilo que S.Exa. chama, por um delicado eufemismo, “dualidade do fisco” consiste no fato de os revolucionários, ao passarem por determinadas povoações do estado, extorquirem de correligionários nossos avultadas contribuições em dinheiro, para queimar no fogo da revolução. Isto, que consiste em delito punido pelo Código Penal, classifica o senador Soares dos Santos de “dualidade do fisco”!

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Por que V.Exa. não reconhece nesses municípios um governo revolucionário? É o que deve fazer.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. acha que qualquer bando de revolucionários, penetrando em uma cidade, pode extorquir dinheiro dos cidadãos?

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Uma vez que não confiam no governo do estado e não o reconhecem como governo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – No município de Quaraí, uma charqueada chegou a ser quase incendiada, porque os proprietários se recusaram a entrar com a contribuição de 50:000\$. Diante da resistência e energia do gerente da charqueada, mandaram atear fogo ao estabelecimento, e, como o gerente continuasse firme na resistência, um terceiro, que se comiserou daquela cena de barbarismo que presenciava, de reduzir-se a cinzas um dos estabelecimentos mais prósperos do município, interveio no caso e pagou a contribuição. É a isso que chamam V.Exas. de cobrança de impostos!

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – V.Exa. deve dizer quem praticou e por quê: foi o Sr. Adalberto Correia, porque uma estância sua e de seu irmão foi inteiramente devastada.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas que culpa tinha a charqueada de Quaraí por este fato? De quem a charqueada?

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Pertence ao Sr. Flores da Cunha e outros.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Está V.Exa. enganado: pertence ao Sr. João Arreguy e outros. Arreguy passou até um telegrama de protesto ao Dr. Assis Brasil.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Mas a dos irmãos Correia foi devastada.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Se alguma coisa prova essa dualidade de fisco alegada pelo ilustre senador Soares dos Santos é a impopularidade da revolução rio-grandense...

O Sr. Antunes Maciel Júnior – É a impotência do governo, que não pode dominá-la.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...que, não tendo elementos monetários para custear a revolução, precisa para isso extorquir dinheiro de seus adversários.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – E quando o estado não tem dinheiro e anda pedindo até pelos cabarés?

O Sr. Nabuco de Gouveia – Oh!

O SR. GETÚLIO VARGAS – É uma afirmação graciosa essa de V.Exa...

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Todos os telegramas assim o provam. E quando faço uma afirmação que V.Exas. não podem revidar, vêm com este argumento conhecido: a afirmação é graciosa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. afirma que a população do Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro, o Brasil inteiro, está ao lado dos revolucionários. É a maré montante que inunda e abala todas as resistências. Mas o fato é que eles não possuem dinheiro para combater e vão, por isso, extorqui-lo dos nossos correligionários, para compra de armas.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Não têm dinheiro, mas estão lá há oito meses. Obrigando o governo a correrias e a mandar emissários ao Sr. Presidente da República, pedindo socorro.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Terceiro: “Considerando que, por motivo de vários fatos decorrentes do movimento revolucionário e consequente insegurança das populações urbanas e rurais, já têm vindo ao governo federal reclamações diplomáticas (...)”. Afirma o senador que têm vindo ao governo federal reclamações diplomáticas.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – É público e notório.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ignoro esta circunstância, mesmo porque o governo não trouxe ao conhecimento do Congresso nenhuma dessas reclamações.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – V.Exa. pode fazer um requerimento de informações ao Ministério do Interior.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ouvi de alguém, há dias, mas não posso afirmá-lo com segurança, porque não é de fonte oficial, que de fato havia uma reclamação do governo uruguaio pela circunstância de ter o Sr. Honório Lemes, o célebre herói da vitória do “Ponche Verde”, aproveitado a calada da noite para fugir pelo território uruguaio.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – E o Sr. Saraiva foi ter do outro lado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Honório Lemes passou, depois, telegramas bombásticos, afirmando que tinha obtido uma grande vitória e apreendido 170 mil tiros.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Oficialmente, 47 mil.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...ou 17 mil, quando, na verdade, fugiu pelo território uruguaio, perseguido pelas forças do valoroso Flores da Cunha, passando, de corrida, por Quarai, para sumir-se nas furnas do Caverá. O grande vitorioso ganha batalhas e abandona o terreno da luta, perseguido pelos inimigos?!

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Mas levando prisioneiros.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É este o quarto considerando: “Não existe no Rio Grande do Sul nem ordem legal, nem ordem constitucional” etc. Fico deveras vacilante diante desta distinção sibilina de ordem legal e ordem constitucional. Ao que me conste, a Constituição é a maior das leis, e toda ordem legal deve emanar da lei institucional, que é a suprema lei do Estado. Não pode haver ordem legal que não emane direta ou indiretamente da Constituição. Não sei de onde S.Exa. faz esta diferença de que não há ordem legal nem constitucional.

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Há legal e não há constitucional, porque o governo não está organizado de acordo com a Constituição Federal.

O Sr. *Gumerindo Ribas* – Aquela é a opinião do Sr. Senador Soares dos Santos?

O Sr. *Antunes Maciel Júnior* – Há um governo de fato, *soi-disant* constitucional.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Argumentemos. Não há ordem legal nem constitucional. De acordo com o brocardo jurídico *inclusio unius exclusio allerius*, deve haver outra espécie de ordem. Não há ordem legal, nem constitucional, mas deve haver outra ordem, uma vez que existem essas duas, enumeradas taxativamente. Qual é? É a ordem material.

De modo que o Sr. Senador Soares dos Santos inverteu os termos do problema. O que se pode alegar que não existe no Rio Grande do Sul, em determinadas regiões, é a ordem material. Pode haver perturbação da ordem material em alguns pontos, devido ao movimento sedicioso.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Apenas uma pequena perturbação que já custou a vida a 4 mil riograndenses. É o cálculo que está sendo feito; ainda ontem li este cálculo n’*O Estado de S. Paulo*.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A esse propósito, eu contaria a V.Exa. uma anedota que se conta como ocorrida no Uruguai.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Não deve contar anedotas em casos de sangue.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Em uma das célebres revoluções que por lá se deram, houve um grande combate entre os revolucionários e os governistas, mas travado o combate contavam-se apenas cinco mortos. O ajudante de ordens do general que se dizia vitorioso preparou a ordem do dia para ler. E leu-a ao general: “Combatemos tantas horas, houve tantos feridos, *morreram cinco homens.*” Diz o comandante: “*Cinco? Cinco muertos? Eche le más un zero.*”

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Quem inventa são os telegramas oficiais, pois as partes fornecidas pelo próprio presidente do estado dizem que os revolucionários perderam 100, 200, não sei quantos homens.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Então, leu o ajudante de ordens novamente: “Verificaram-se 50 mortos!” Respondeu o general: “*Eche-le otro zero, que sean 500 esos picaros!*”

Sr. Antunes Maciel Júnior – Por gostar dessas anedotas é que V.Exas. importaram comandantes estrangeiros.

O SR. GETÚLIO VARGAS – De modo que, verdadeiramente, o que o senador Soares dos Santos pretende, para restabelecer a ordem material, é instituir a desordem legal. Complica o problema e não resolve coisa alguma. No quinto considerando, diz:

“Considerando a viação férrea do Rio Grande do Sul, próprio nacional arrendado ao estado, sendo a União participante dos lucros respectivos, nos termos do contrato, tem sofrido largos prejuízos por depredações constantes na via permanente, embora estejam ao longo das linhas cerca de 8 mil homens do Exército nacional, para evitar quanto possível tais depredações (...)”.

Assim, Sr. Presidente, o Sr. Senador Soares dos Santos confessa que ao longo da viação férrea do Rio Grande do Sul estejam estendidos 8 mil homens do Exército nacional.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Não pode deixar de ser exato. Não quer dizer que estejam estendidos de dormente a dormente, mas nas cidades, à margem das pontes.

O SR. GETÚLIO VARGAS – E o que prova tudo isso? Que o Exército nacional é impotente, e apesar de ter ali esses 8 mil homens...

O Sr. Antunes Maciel Júnior – São quase 2 mil quilômetros.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...não conseguiu resguardar essa estrada de prejuízos. Se o governo federal intervém no Rio Grande do Sul para debelar essa revolta, se só para guardar esse próprio nacional emprega 8 mil homens, insuficientes, para abater a revolução há de precisar de 20 ou 30 mil ou mais.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Com 20 ou 30 mil homens, não bateu em 93.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Brasil teria de chamar às armas todas as suas reservas para debelar essa revolução.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Não chamaria; fique V.Exa. tranquilo, que o governo não se prestaria a manter o Sr. Borges de Medeiros mais cinco anos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas se os revolucionários se insurgem contra a força federal que está guardando esse próprio nacional, quem poderá garantir que esses mesmos revolucionários se subordinassem à intervenção federal?

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Eles é que estão pedindo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Por que não obedecem à força que guarda a viação férrea, por que depredam aquele próprio nacional?

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Por espírito de conservação.

O SR. GETÚLIO VARGAS – De conservação ou de destruição?! Apesar de todas essas depredações na viação férrea, vejamos o movimento havido no corrente ano:

“Transporte de passageiros: no primeiro semestre de 1922, 673.264; no primeiro semestre de 1923, 752.532. Aumento em 1923: 79.268. Transporte de mercadorias e animais: no primeiro semestre de 1922, 398.698 toneladas; no primeiro semestre de 1923, 460.155 toneladas. Aumento em 1923: 61.455 toneladas”.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – As tropas todas foram passageiros.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Cabeças de gado transportadas: no primeiro semestre de 1922, 53.487; no primeiro semestre de 1923, 94.077. Aumento em 1923: 40.596.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – É o caso de V.Exas. bendizerem a revolução, que tanto está fazendo progredir o estado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Diz ainda o Sr. Senador Soares dos Santos nos seus sexto e sétimo considerandos: “que o governo do estado é manifestamente impotente para dominar movimento revolucionário e que sem a intervenção imediata da União o conflito ameaça o total aniquilamento da economia rio-grandense” etc. De modo que sustenta S.Exa. duas coisas: primeiro, que o governo estadual é impotente para debelar a revolução; segundo, que a intervenção federal liquidará imediatamente a revolução. O governo estadual é impotente por quê? Porque a revolução dura oito meses e o movimento dos sediciosos ainda não foi jugulado? Agora, perguntamos quais são os dados históricos, quais são os acontecimentos que nos levam a essa convicção. Na revolução de 35, os revolucionários lutaram, não só contra grande parte do estado, que ficou fiel ao governo, como também contra o Império brasileiro, e lutaram dez anos. Os revolucionários de 93 tiveram contra si o governo federal e lutaram três anos. Por que o governo do estado que os combate apenas há oito meses é por este fato impotente para jugular a revolução? Acaso alguém disse que o governo federal era impotente para dominar a revolução de 93, quando lutou três anos e finalmente a dominou? Por que, apenas lutando oito meses, nós diremos que governo do estado não pode dominar a revolução?

Dirão V.Exas.: o governo do Rio Grande do Sul não pode dominar a revolução, e esta revolução que tanto cresce na opinião pública, que tem tido força a ponto de considerar o Sr. Borges de Medeiros isolado, por que não venceu ainda? Por que vive em correrias contínuas pela campanha?

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Pela mesma razão por que o governo não a pode vencer.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ele vencerá, está vencendo.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Nas calendas gregas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O governo do Rio Grande do Sul não pode afirmar positivamente em que dia dominará a revolução.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Como os revolucionários não poderão dizer em que dia derrubarão o Sr. Borges de Medeiros.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quando se tratava da guerra europeia, os países aliados, pelos recursos de que dispunham, sabiam que haviam de vencer os impérios centrais, mas não podiam garantir a época precisa em que se daria a vitória. Do mesmo modo o governo rio-grandense, pelos recursos de que dispõe, sabe que dominará a revolução, mas não pode precisar a época certa.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Nós também não podemos precisar a época em que venceremos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Como V.Exas. podem afirmar que a intervenção federal traria a pacificação do meu estado, se esta pacificação foi tentada por um acordo, se as bases desse acordo foram estabelecidas pelo próprio presidente da República, se o Sr. Borges de Medeiros aceitou integralmente essas bases propostas, e os revolucionários a elas fugiram? Como podem V.Exas. atribuir ao Sr. Borges de Medeiros a responsabilidade da continuação da luta no Rio Grande do Sul?!

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Não posso entrar nesse assunto, não estou autorizado a fazer declarações do que ouvi em palácio, o que a seu tempo virá a público.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Afirmo que houve isto porque os jornais publicaram e não foi contestado. A verdade, porém, é que V.Exas. não podem garantir absolutamente que a intervenção do governo federal venha restabelecer a paz.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Se o governo federal não pode intervir em um estado para manter a paz, deixa de ser governo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A intervenção no Rio Grande do Sul restabeleceria a paz para os revolucionários se essa intervenção fosse feita de acordo com as ambições políticas, de acordo com os seus desejos e aspirações.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Não compreendo o que V.Exa. quer dizer.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É o Sr. Soares dos Santos quem declara isso, e está aqui de uma maneira patente:

“Não quis até hoje servir-se desse recurso o governo rio-grandense, porque sabe ele bem que a intervenção reclamada de acordo com o nº 3 do art. 6º da Constituição Federal não obrigaria o presidente da

República à tutela desse governo prepotente, para aceitar os desmandos da atual administração estadual, mas iria intervir para restabelecer a ordem, removendo todas as causas possíveis de tropeço para a realização desse ideal patriótico”.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Exatamente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Soares dos Santos afirma que se o governo do Rio Grande do Sul requisitasse a intervenção para manter a ordem, o governo federal interviria para depor o Sr. Borges de Medeiros.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Essa hipótese está afastada porque o Sr. Borges de Medeiros não precisa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Exatamente, não precisa. Mas é a hipótese figurada pelo Sr. Soares dos Santos. A respeito dessa hipótese devo responder com o juízo do Sr. Epitácio Pessoa quando se deu a intervenção no estado da Bahia, requisitada pelo governo daquele estado. S.Exa. disse então:

“Eis aí o fim da intervenção no caso que nos ocupa: é manter, amparar, fortalecer a autoridade do governo local. Seria, portanto, uma violência inqualificável ou um ato de revoltante deslealdade política prevalecer-se o governo federal da requisição do governo do estado para substituí-lo por uma entidade estranha” (Mensagem de 1921.)

É esse o juízo formulado pelo Sr. Epitácio Pessoa diante de revoltante deslealdade política que o Sr. Soares dos Santos atribui ao Sr. Presidente da República.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Não apoiado. O projeto é de simples autorização em termos. Não diz que se faça isso ou aquilo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Está aqui a afirmação que serviu para este fim.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Não, senhor; é em termos amplos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O governo do estado não pede a intervenção do governo federal pela razão muito simples, e muito clara, de que o estado conta com elementos de sobra para dominar a revolução. Não que desconfie da atitude que seria digna, perfeitamente legal, do Sr. Presidente da República.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Isso é o que nós dizemos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Eis, pois, como termina o projeto do Sr. Soares dos Santos: atacando as instituições do Rio Grande, atacando o Partido Republicano, atacando o governo, por este eleito, contestando a legitimidade desse governo, que o partido sufragou nas urnas e sustenta com as armas na mão. É esta a atitude do Sr. Soares dos Santos, que vem no fim apresentar um projeto que é um mostrengo jurídico e uma indignidade política.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – Mostrengo jurídico pode ser na opinião de V.Exa. indignidade política, não apoiado.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Indignidade política feita por ele; o papel de V.Exa. está muito nobre.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estou me referindo ao ato público praticado pelo senador Soares dos Santos em sua significação política simplesmente. Não o estou atacando em suas qualidades privadas. Diz mais o Sr. Soares dos Santos, em seu discurso constante do *Diário Oficial* de 22 do corrente, que, ao discutir-se a intervenção no estado do Rio de Janeiro, tinha ido dar uma explicação de sua conduta ao senador Nilo Peçanha, a quem considerava uma dupla vítima, porque havia assumido um compromisso de honra, vendo, através do caso do Rio de Janeiro, o do Rio Grande do Sul. Comentemos este trecho do discurso de S.Exa.

Com quem o Sr. Soares dos Santos havia assumido esse compromisso de honra? Com o Sr. Presidente da República? Não é crível. A atitude de coerência que S.Exa. tem mantido, as declarações de S.Exa. positivas a respeito do Rio Grande do Sul, excluem esse compromisso de honra com o Sr. Soares dos Santos. Com quem era então o compromisso do senador rio-grandense? Consigo mesmo, com a sua própria consciência? Não é admissível, porque perante a consciência do Sr. Soares dos Santos, o Sr. Nilo Peçanha era uma vítima, e se era uma vítima não podia ele ser seu algoz.

O Sr. Antunes Maciel Júnior – É questão de foro íntimo em que não posso entrar.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Com o Sr. Assis Brasil e com os elementos incitadores do movimento sedicioso? É mais fácil que assim fosse. Então esse alegado telegrama de firmas comerciais, pedindo a intervenção, nada mais foi que o pretexto para um golpe longamente preparado de acordo com os adversários políticos da situação rio-grandense.

O Sr. *Presidente* – Advirto ao nobre deputado que está finda a hora do expediente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. *Presidente*, peço a V.Exa. que me reserve a palavra para continuar, depois da ordem do dia, em explicação pessoal.

O Sr. *Presidente* – V.Exa. será atendido. Está finda a hora destinada ao expediente. Vai-se passar à ordem do dia.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. *Presidente*, serei breve, para não fatigar o auditório, que me dá a honra de ouvir, após a terminação dos trabalhos regimentares. Continuando o que dissera anteriormente, a respeito das afirmações do Sr. Senador Soares dos Santos, o que se conclui de tudo é que S.Exa. é um homem cujas decisões em assunto de intervenção nos estados, segundo S.Exa. mesmo declara, não se firmam, não se plasman de acordo com a interpretação dos textos legais, mas em virtude de compromissos previamente assumidos.

Assevera mais o Sr. Senador Soares dos Santos, em um dos seus discursos, que não precisa de conselhos de ninguém para afirmar as consequências de seus atos políticos. E esse homem, que tem tal independência de caráter, que não se julga eleito por um partido político, nem se julga obrigado a dar satisfações de seus atos a esse partido, esse homem vem aconselhar o Sr. Borges de Medeiros, o chefe que o indicou à eleição, para que renuncie ao seu cargo. No discurso ontem pronunciado, o Sr. Senador Soares dos Santos afirma que o presidente do Rio Grande do Sul tem reformado “constantemente a Constituição local. A última reforma da Constituição estadual data de poucos anos limitando-se cada vez mais a restringir a independência da magistratura estadual”.

Sr. *Presidente*, a Constituição do Rio Grande do Sul data de 14 de julho de 1891. Tem 32 anos de existência. Nessa Constituição só se fez uma reforma, ano passado, em 1922, e o Sr. Soares dos Santos, senador pelo Rio Grande do Sul, vem declarar que a Constituição do seu estado tem sido constantemente reformada. Só o foi o ano passado e exclusivamente nesse ponto, com o intuito de aumentar o número de juizes. O Rio Grande, na sua Constituição, limitava o Superior Tribunal ao número de sete desembargadores, mas o desenvolvimento progressivo do estado, seu desenvolvimento econômico e o aumento de sua população não permitiam mais essa angústia na redução do número de desembargadores ao número de sete membros. Para aumentá-lo, porém, foi preciso reformar a Constituição, e a reforma, Sr. *Presidente*, em vez de

ser para restringir a competência da magistratura, foi, muito ao contrário disso, para aumentar o número de membros do Superior Tribunal e ampliar-lhe a competência, porque, pela lei da organização judiciária do Rio Grande do Sul, e obedecendo às prescrições da Constituição do estado, todos os crimes comuns estavam sujeitos ao júri. Agora, em virtude dessa reforma judiciária, grande parte desses crimes passam a ser julgados pela magistratura togada. Aumentou-se também a alçada de julgamento dos juízes distritais. Foi, como se vê, uma reforma em benefício da magistratura, aumentando o seu número e sua competência. Assim, ou o senador Soares dos Santos está de má-fé, afirmando uma inverdade, ou S.Exa. não conhece a organização do seu estado, não está a par do que ocorre dentro desse mesmo estado.

Direi mais, Sr. Presidente, a respeito da atitude que a imprensa da capital federal tem mantido quanto à projeção do referido senador. Dizem os revolucionários rio-grandenses e seus partidários que têm o apoio da imprensa, não só no Rio Grande do Sul como na capital federal, como em todo o Brasil! No entanto, vejamos, Sr. Presidente, como a imprensa no Rio de Janeiro acolheu o projeto do senador Soares dos Santos. Não é apenas *O País*; é a maioria de todos os jornais, que têm opinião a mais discordante a respeito de outros assuntos, uns apoiando, outros atacando o governo! Mas todos fizeram um juízo bem triste da atitude daquele senador. Não é só *O País*, lançando um admirável artigo doutrinário; não é só *O País* a quem se vem acusar de receber dinheiro do estado do Rio Grande do Sul, afirmação absolutamente, completamente, integralmente falsa. Nunca o governo do Rio Grande do Sul subvencionou a imprensa. Esse governo leva o seu escrúpulo até ao ponto de não publicar suas mensagens nos jornais. Se o governo quisesse proteger algum jornal não teria meio mais fácil, mais simples, do que publicar suas mensagens, retribuindo, assim, o apoio desse mesmo jornal com grossas quantias. Nem isso fez o governo sul-rio-grandense. Apenas recomenda os jornais amigos aos seus correligionários, para que os assinem. Além de *O País*, senhores, *A Gazeta de Notícias* lançava também um excelente artigo censurando a conduta do senador Soares dos Santos. *O Correio da Manhã*, inimigo tradicional de *O País*, sem simpatias pelo Sr. Borges de Medeiros, a quem ataca, quando o Sr. Soares dos Santos apresentou seu projeto, publicou uma nota que é um cautério vivo sobre a conduta desse senador. Ainda mais, *O Jornal* publicou um notável artigo de crítica jurídica

ao nefando projeto, e *A Nação*, um dos jornais que também atacam seguidamente o Dr. Borges de Medeiros, escreveu uma nota que me não furtarei ao prazer de ler, porque é de fato digna disso:

“Ecos

Sábado último, o Sr. Soares dos Santos voltou a tratar, no Senado, da política sul-rio-grandense. Respondendo ao discurso do Sr. Otávio Rocha, lançou ao Sr. Borges de Medeiros este desafio: renunciaria sua cadeira de senador se o mesmo Sr. Borges conseguisse pacificar o estado até outubro, sem a intervenção federal; no caso contrário, a renúncia seria do Sr. Borges ao cargo que ocupa.

Esse discurso do senador gaúcho foi divulgado ao mesmo tempo que os termos de um artigo de *A Federação*, sob o título O Perfil do Sr. Soares dos Santos. Nesse artigo, o órgão do Sr. Borges de Medeiros ataca violentamente esse senador, dizendo – o que, aliás, é uma verdade – que tudo o que ele tem sido e é na sua carreira política deve exclusivamente à extrema generosidade com que o tem agraciado o Partido Republicano Rio-Grandense; e o qualifica de traidor dos seus companheiros políticos, traidor do seu partido e traidor do seu estado.

Quer nos parecer não ter sido feliz o Sr. Soares dos Santos colocando a questão naqueles termos. *A Federação* tem toda a razão. S.Exa. nada mais é do que expressão da vontade do Sr. Borges de Medeiros, sem a qual estaria marcando passos nas fileiras do Exército, talvez ainda como simples capitão de companhia.

Uma vez que, por circunstâncias diferentes, é levado a divergir do seu criador, melhor andará renunciando imediatamente, sem condições, seu mandato. Depois desse passo preliminar, então sim, pode ir não só pegar em armas contra o chefe do Partido Republicano Rio-Grandense, como exigir dele o sacrifício de sua renúncia. Não procedendo desse modo, como não procedeu, na verdade não passa de simples e vil traidor, e os traidores não têm autoridade moral para nada, nem merecem o respeito de ninguém”.

O senador Soares dos Santos, dizendo-se procurador de meia dúzia de firmas comerciais, cujos interesses materiais reclamavam o patro-

cínio de S.Exa., pleiteou tal medida esquecendo-se dos fatores morais. Foram justamente esses fatores morais que ergueram a opinião indignada da imprensa do Rio de Janeiro. Foram esses fatores morais, que S.Exa. não soube apreciar, que deviam traçar a regra de sua conduta. O que houve de mais revoltante foi essa completa desarmonia entre os princípios que representa o senador Soares dos Santos no Senado Federal e a sua atitude em completa desconexão com esses princípios.

Quanto à renúncia de S.Exa., não posso intimá-lo a que abandone seu lugar porque não tenho autoridade para isso. Sou um simples soldado do meu partido, mas, nessa qualidade, posso dizer que o senador Soares dos Santos, que está nessa cadeira também com o meu voto de simples eleitor, não representa mais a minha opinião política, que é a opinião do meu partido. A esse partido, porém, compete, por intermédio de seus órgãos representativos, manifestar a sua vontade. Pois bem, de Cachoeira, um dos municípios mais prósperos do Rio Grande do Sul, que é a grande zona produtora de arroz, e cuja sede é uma das mais belas cidades do meu estado, o Partido Republicano, por seus dignos representantes, enviou ao senador Soares dos Santos este telegrama, que é um modelo no gênero, pela elegância do estilo e pela nobreza de seus conceitos, e se me deparou ao percorrer as páginas do *Rio Jornal*:

“O vosso projeto pleiteando a intervenção federal no Rio Grande do Sul foi recebido com profunda tristeza. Na sua essência, ele defende uma flagrante ilegalidade e, nos seus fundamentos, põe em relevo o vosso radical antagonismo com o sentir reafirmado pelo nosso partido, hoje mais do que nunca inteiramente solidário com o grande chefe na sua dupla personalidade de político e de representante da ordem legal.

O Partido Republicano de Cachoeira, por unanimidade, confia em que o vosso passado político vos inspirará a única atitude digna dele, que é a renúncia ao mandato que vos confiamos, dada a radical incompatibilidade que a vossa atitude criou para o seu honesto desempenho.

Saudações.

Baltazar Bem

João Neves da Fontoura

Francisco Gama”.

O Sr. Sousa Filho – Qual é o órgão diretor do Partido Republicano, no Rio Grande?

O SR. GETÚLIO VARGAS – É seu chefe, o Dr. Borges de Medeiros.

O Sr. Sousa Filho – Essa declaração de V.Exa. colide com a declaração de seus colegas. Isso prova então que o partido ali só tem uma cabeça, é representado por uma só pessoa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não, senhor: cada município tem sua direção política, as quais reconhecem a chefia do Sr. Borges de Medeiros.

O Sr. Sousa Filho – Não há então um órgão central, ou esse órgão central é S.Exa. mesmo?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quando se tratou da última sucessão presidencial foi organizada uma comissão central que consultou o partido através das direções locais. É uma comissão do partido.

O Sr. Sousa Filho – Disseram-me que havia uma comissão executiva; agora V.Exa. declara que o órgão diretor é o presidente...

O SR. GETÚLIO VARGAS – Cada localidade tem sua direção política.

O Sr. Sousa Filho – Mas a central?

O SR. GETÚLIO VARGAS – A força política do estado reside nas municipalidades com as suas direções políticas locais.

O Sr. Sousa Filho – O órgão diretor não é o Dr. Borges?

O SR. GETÚLIO VARGAS – É o chefe do partido. Aliás, isso não tem importância.

O Sr. Sousa Filho – Tem toda a importância, porque eu desejo saber se o partido, pelo seu órgão competente, está exigindo a renúncia do Sr. Senador Soares dos Santos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Está exigindo pelas direções políticas dos diversos municípios, direções essas que foram consultadas quando se tratou da eleição do senador Soares dos Santos, como de todos os outros representantes do Partido Republicano no estado.

O Sr. Sousa Filho – Mas a comissão executiva central, diretora, qual é?

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Partido Republicano Rio-Grandense vai em breve se reunir em Porto Alegre em um grande congresso político, e esse congresso terá plenos poderes para resolver sobre o assunto.

O Sr. Sousa Filho – Mas S.Exa. acaba de declarar que o órgão central é o Sr. Borges de Medeiros.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Que é o chefe supremo do partido.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Eleito por nós porque o queremos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Permita V.Exa. que eu continue.

O Sr. Sousa Filho – V.Exa. não pode mesmo responder.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Já está respondido; V.Exa. está a bater na mesma tecla.

O Sr. Sousa Filho – Eu desejo saber se o Partido Republicano do Rio Grande do Sul, pelo seu órgão central competente, está exigindo ou exigiu a renúncia do mandato senatorial do Sr. Senador Soares dos Santos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – As direções políticas dos municípios estão se manifestando nesse sentido: o conjunto das partes forma o todo. Eu não censuro em geral as pessoas que mudam de opinião política, que passam de um partido para outro, porque muitas vezes essa circunstância é plenamente justificável, e nem sempre a mudança de atitude política é um retrocesso; às vezes é uma evolução. O que há de censurável na atitude do senador Soares dos Santos é que S.Exa. está fazendo um uso indevido do seu mandato; S.Exa. recebeu do Partido Republicano um mandato, uma função, e traiu seu mandato, servindo-se dele contra o mesmo partido.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Apoiado.

O Sr. Joaquim de Sales – Contra o partido, não apoiado; serviu-se do mandato em favor do Rio Grande do Sul. Ele quer a sua pacificação. Creio que não há nenhum rio-grandense que não a queira.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Isso queremos nós também; mas não baseada nos *considerandos* com que a justificou o senador Soares dos Santos; não estamos de acordo, por exemplo, quanto às acusações contra o partido.

O Sr. Joaquim de Sales – Bem, então estão em desacordo quanto à fundamentação do projeto.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Não, senhor; eu, por exemplo, quero a pacificação com a entrega das armas do adversário.

O Sr. Sousa Filho – São fórmulas de que o projeto não trata.

O Sr. Joaquim de Sales – Ficando o poder federal investido da função, escolherá os meios de fazer essa pacificação.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O governo federal declarou que se mantém neutro, porque existe um governo estadual reconhecido pelo poder competente. Pois o senador Soares dos Santos se insurge contra esse governo, contra a legalidade da sua organização: ataca na sua essência esse governo que lá está e que foi sufragado nas urnas pelo

Partido Republicano, que o sustenta pelas armas. É esse o uso indevido do mandato, atacar o órgão representativo do partido na pessoa do seu governo legal.

O Sr. Sousa Filho – Direi que está defendendo a boa causa do Rio Grande do Sul.

O Sr. Nabuco de Gouveia – É modo de pensar de V.Exa.; mas nós, que não estamos de acordo com o modo de pensar de V.Exa., não pensamos assim.

O Sr. Joaquim de Sales – Estou com a ideia principal, que é a pacificação do Rio Grande do Sul. Ele não produz meios...

O SR. GETÚLIO VARGAS – Como não, se diz que o Rio Grande está fora da Federação brasileira?! Se pede a intervenção para manter a forma republicana federativa como se ela lá não existisse?

O Sr. Joaquim de Sales – Tratando da desordem que lá existe atualmente, S.Exa. estava livre de examinar quais as causas dessa desordem, e o fato de estar fora da ordem jurídica, no seio da Federação, é uma opinião que já tem sido sustentada por muita gente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas dito pelo representante do partido, eleito por ele? V.Exa. acha isso decente e honesto?

O Sr. Joaquim de Sales – O Rio Grande do Sul, por iniciativa do seu próprio governo, do seu próprio chefe, não promoveu a reforma da Constituição do estado porque reconheceu que havia nela inconvenientes, falhas ou deficiências? Não é demais reconhecer hoje que há ainda esses erros na Constituição política do Rio Grande do Sul!...

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas não que ela esteja de encontro à Constituição Federal e fora do regime republicano federativo. Isso é muito diferente.

O Sr. Sousa Filho – O que incomoda a bancada do Rio Grande do Sul não é a atitude em si do Sr. Senador Soares dos Santos, apresentando esse projeto, no exercício da sua liberdade de opinião, de que aliás faz praça a mesma bancada; é que essa atitude significa um sintoma alarmante de desagregação do partido.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Senador Soares dos Santos...

O Sr. Joaquim de Sales – Foi uma das grandes figuras do partido.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...Infelizmente não representa mais no Rio Grande do Sul nem uma partícula da opinião do seu partido; não tem mais eleitorado político para se fazer eleger.

O Sr. Sousa Filho – Nenhum dos representantes do Rio Grande do Sul tem.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Por isso mesmo nenhum tem conduta igual à do Sr. Soares dos Santos. Seguem a orientação do partido que os elegeu.

O Sr. Sousa Filho – Eu sei de outros que pensam de modo diverso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Se pensam, nunca agiram dessa maneira.

O Sr. Sousa Filho – Isso não importa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não estou censurando a mudança de opinião política do senador Soares dos Santos, e sim o uso indevido de seu mandato...

O Sr. Sousa Filho – Por que uso indevido?

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...a fraude do seu mandato contra o partido que o elegeu.

O Sr. Sousa Filho – Por que fraude?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tanto prova isso que o Sr. Soares dos Santos vem para o Senado da República apresentar como vanglória os aplausos dos adversários à sua atitude a favor da intervenção no meu estado. São os adversários do Partido Republicano Rio-Grandense que vêm comprovar com seus aplausos que o Sr. Soares dos Santos está fazendo o jogo deles! Agora, vou dizer o que significam os aplausos dos revolucionários ao projeto intervencionista do Sr. Soares dos Santos. Os revolucionários, os autores do movimento sedicioso do Rio Grande do Sul, afirmam sempre uma coisa publicamente e outra em particular. Publicamente eles asseveram que não queriam a intervenção. O Sr. Assis Brasil, na cidade de Uruguaiana, em conferência política à qual assisti, declarava que não pleitearia, como não aceitava a intervenção, porque, se esta viesse, ele a teria de receber de cabeça baixa, porque, se o povo rio-grandense não tivesse por si mesmo força suficiente para se libertar, era indigno da liberdade. O Sr. Assis Brasil declarou aqui, no Rio de Janeiro, que nunca, em tempo algum, pleiteou a intervenção.

O Sr. Joaquim de Sales – Já se vê que o chefe principal da revolução é o primeiro que não aplaude o projeto do Sr. Soares dos Santos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Vamos por partes. Tenha a bondade de me deixar chegar às minhas conclusões. Ao mesmo tempo que publicamente faziam essa declaração, particularmente preconizavam

a intervenção, dizendo que ela se daria em breve. Zeca Neto, um dos chefes revolucionários, declarou ao coronel Pedro Osório que o movimento seria apenas de uma passeata militar, porque a intervenção não se demoraria. O general Fábio Azambuja, que subverteu Alegrete para entregar essa localidade aos revolucionários, acenava, a voz baixa, com a intervenção federal. Da mesma maneira, quando instigou seu parente, Estácio Azambuja, à rebeldia, disse que essa intervenção era garantida.

O Sr. Joaquim de Sales – De modo que só o Sr. Assis Brasil é que ignorava.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estou dizendo que eles tinham duas opiniões – uma pública e outra particular, dizendo publicamente que não queriam porque não tinham a coragem suficiente para afirmar que pretendiam golpear a autonomia do estado, mas particularmente diziam ao contrário. Esses revolucionários, porém, que faziam praça da sua fortaleza e pujança proclamando que haviam de vencer o governo porque tinham elementos para isso, não podiam por essa circunstância vir pedir a intervenção para amparar o movimento sem uma flagrante contradição.

O Sr. Sousa Filho – Os sediciosos não pediram até hoje a intervenção.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas aplaudem o pedido do senador Soares dos Santos. Não pediram por essa circunstância, e não a podiam pedir, mas era preciso que alguém fizesse o que eles não podiam fazer, porque são os autores da revolução, os incitadores da desordem. E esse alguém foi o Sr. Soares dos Santos.

O Sr. Sousa Filho – Atendendo aos anseios de paz.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O movimento sedicioso está em franco declínio. Os elementos que o compõem se acham desanimados. O ponto culminante da revolução, o seu apogeu, foi quando se operou a revolta e ocupação de Alegrete, o cerco de Uruguaiana e a aglomeração do grosso das forças revolucionárias entre D. Pedrito e Bagé. Vencidos ante a heroica resistência de Uruguaiana, batidos ainda por Flores da Cunha em Santa Maria Chica, as forças revolucionárias constam hoje de grupos esparsos e sem unidade de ação. Ultimamente, Honório Lemes, batido em Ponte Verde, internou-se na Serra do Caverá. Estácio Azambuja, batido no Passo Juliana, internou-se nos matos de São Sapé. De Zeca Neto já nem mais se fala. Quanto a Portinho,

Fabrcio e Demétrio, todas as suas forças juntas foram batidas por um só corpo da brigada do Norte. E, à aproximação das forças de Firmino Paim, fugiram os revolucionários, atravessando o Rio do Peixe e passando para Santa Catarina.

Os elementos sediciosos precisavam de um judas; não de um judas no sentido clássico, daquele que por 30 dinheiros entregou aos fariseus a cabeça nimbada de luz do Divino Sonhador da Galileia; mas de um judas de entremeio que, ao fim da semana de agonia do movimento sedicioso, pudesse ser queimado, na aleluia salvadora da intervenção. Esse judas, essa figura de palha, era o projeto do senador Soares dos Santos. Depois, o senador rio-grandense, com uma cândida ingenuidade, vem declarar, no seu discurso, que estranhou profundamente receber telegramas das municipalidades, ou das direções políticas das diversas regiões do estado, intimando-o a renunciar, pois lançara um repto ao Sr. Borges de Medeiros, dizendo que se este, até o fim de outubro, não debelar a revolução, devia renunciar, renunciando no caso contrário o Sr. Soares dos Santos. E diz que enquanto espera resposta a esse repto não pode renunciar. Isto, Sr. Presidente, é apenas deslocar os dados da questão. Que tem a acusação que o Partido Republicano faz ao senador Soares dos Santos, de haver traído o seu mandato, com o repto que S.Exa. lançou ao Sr. Borges de Medeiros? Esse repto nada mais é do que uma aposta que propõe ao honrado presidente do estado: “Vamos apostar” – e enuncia as condições.

Ora, Sr. Presidente, isso é simplesmente fazer depender uma questão de dignidade política, uma questão de coerência partidária, de um fato inteiramente aleatório, cuja solução não depende nem da vontade do Sr. Borges de Medeiros, nem da do Sr. Soares dos Santos. Como pode o presidente aceitar esse repto, quando o Sr. Soares dos Santos é acusado por circunstâncias muito diferentes?

O Sr. Joaquim de Sales – Aceitar a proposta representaria para o Tesouro estadual uma economia de 8.000:000\$ em dias.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não é possível, porém, determinar a época de terminação do movimento.

O Sr. Sousa Filho – O Sr. Senador Vespúcio garantiu que seria jugulada em 30 dias.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não vi isto, mas será uma opinião pessoal. Em um movimento revolucionário dependente de circunstâncias tão variadas não se pode garantir em um prazo certo a sua terminação.

O Sr. Joaquim de Sales – O informante do Sr. Vespúcio de Abreu pode ter sido o Sr. Borges de Medeiros.

O Sr. Sousa Filho – Estou de acordo com o orador porque os revolucionários também me têm garantido que a intervenção é desnecessária, porque dentro de um mês estariam em Porto Alegre.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O fim do movimento não depende da vontade do Sr. Borges de Medeiros nem da do Sr. Soares dos Santos. É um fato inteiramente aleatório, e, portanto, não pode ser objeto de aposta.

O Sr. Sousa Filho – V.Exa. está destarte justificando legitimidade da intervenção federal, porque não é possível que fique esse estado de desordem no Rio Grande do Sul, à mercê de circunstâncias que não podem ser pesadas pelo governo da República, que, afinal de contas, tem de manter acima de tudo a ordem constitucional e material.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Perdão; o Sr. Borges de Medeiros não pediu a intervenção, e o Sr. Presidente da República também não pediu.

O Sr. Sousa Filho – Mas o Congresso pode dar, é mesmo o órgão competente.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Não apoiado.

O Sr. Sousa Filho – Como, não apoiado?

O SR. GETÚLIO VARGAS – A atitude do senador Soares dos Santos não pode de maneira alguma desnortear os republicanos rio-grandenses: muito ao contrário, ela vem fortalecer, enrijar essa agremiação pela revolta que provocou a atitude do referido senador. Os republicanos rio-grandenses estão hoje, como sempre, firmes na defesa de instituições, como em tempos passados o estiveram da República.

O Sr. Sousa Filho – Todos os nossos esforços devem ser no sentido de uma paz honrosa. Garanto a V.Exa. que o líder da sua bancada, presente neste momento, está de acordo com isso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Essa paz honrosa foi proposta pelo Sr. Presidente da República e recusada pelos revolucionários. Os gaúchos, como disse, estão firmes, guardando uma atitude de desassombro a refletir-se na fisionomia heroica, tostada pelo sol das batalhas, e na tranquilidade da consciência, iluminada pela chama de um ideal; estão confiantes que os altos poderes da República hão de saber respeitar, no

Rio Grande do Sul, aquilo que é mais digno de respeito – o ofício voluntário da vida na defesa do seu direito.

Câmara dos Deputados, 29 de julho de 1924

Discurso congratulando o governo federal pela expulsão dos “tenentes” revolucionários que desde 5 de julho ocupavam a cidade de São Paulo e destacando a participação, junto às forças legalistas federais, das tropas gaúchas enviadas por Borges de Medeiros.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, coube à minha desautorizadíssima palavra, avesso que sou às manifestações da tribuna, a tarefa desvanecedora de, em nome da maioria da representação sul-rio-grandense, trazer as expressões dos nossos aplausos, da nossa solidariedade, à moção do ilustrado líder da maioria.

Desde ontem, Sr. Presidente, os clarins da vitória e os sons vibrantes das músicas patrióticas sacodem a alma popular em uma vibração uníssona, anunciando-lhe o regresso à segurança, à tranquilidade, ao sossego, pela reintegração da ordem legal. De todos os pontos do país chegam as manifestações de alegria, da mesma forma que no momento aflitivo vi-nham os brados de revolta, os protestos indignados contra a sedição, os aplausos ao poder público e as ofertas espontâneas de auxílio para a debelação da rebeldia. Esse movimento uniforme, percorrendo toda a vasta extensão do nosso território, prova de modo irrefragável, pela aguda receptividade sugestiva, pela sua intensa vibração, a existência do espírito de nacionalidade, completamente integrado. Todas essas manifestações coletivas que surgiram são a demonstração mais flagrante de que ele existe.

Sr. Presidente, esta sedição que acaba de ser jugulada não tinha um fim construtor, um intuito de nobreza, nem a flama justificativa de um ideal. Nada disso. Era, por sua natureza, pelos seus fins, puramente negativa. Um dia, esses homens que iludiram a nação conspirando para assaltar os poderes públicos, ludibriando a confiança que se neles depositara, como encarregados da manutenção da ordem pública, guardas vigilantes das instituições constitucionais, um dia eles violaram o seu pacto de honra para voltar as armas contra essas próprias instituições, amatulados em uma revolta de quartéis, unidos apenas sobre a base comum do instinto de destruição. Essa sedição caiu, como tinha de cair:

combatida por todas as forças vivas da nacionalidade, em meio da indignação e do desprezo públicos. Dois vultos, principalmente, salientaram-se nessa luta, focalizando todas as atenções, e hão de passar à história envoltos na mesma auréola de simpatia e de gratidão públicas: de um lado, a figura serena, enérgica e dominadora do Sr. Presidente da República, tomando todas as providências para dominar a revolta como a viva encarnação do poder constituído; de outro lado, a figura heroica, pela abnegação e pelo sacrifício, do ilustre presidente de São Paulo, que só era conhecido por nós como um brilhante intelectual. Ignorávamos ainda a formidável reserva de energias que existia naquela organização.

É justo, Sr. Presidente, que, como representante da maioria da representação sul-rio-grandense, me desvaneça e me orgulhe pelo auxílio eficiente que prestou o Rio Grande do Sul, cumprindo o seu dever; o Rio Grande do Sul, representado pelo seu governo, na pessoa benemérita de Borges de Medeiros. Este, bem compreendendo as suas responsabilidades no momento, não teve nenhuma vacilação; o seu espírito não tergiversou, não se quedou no comodismo apático dos indiferentes, tampouco esperou a vinda dos arúspices que lessem nas entranhas das vítimas os intuits da revolução e os motivos que a desencadearam, para depois assumir posição.

O Sr. Flores da Cunha – Muito bem.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ao contrário, sua manifestação, sua solidariedade foi completa e integral, prestando o benéfico auxílio de todos os recursos do estado, quer moral, quer materialmente. Acarretou logo com a responsabilidade de seus atos, sujeitando-se aos riscos que a variabilidade dos sucessos pudesse trazer como consequência. Nem outra atitude era de esperar de um homem que, além da responsabilidade de chefe de estado, tem a de chefe de um grande partido, visceralmente orgânico e conservador.

Sr. Presidente, essa atitude se corporificou no auxílio dessa briosa milícia cívica que veio combater em São Paulo e que trouxe, como característicos do torrão nativo, no meio de seus bravos irmãos de armas, o ímpeto e o arremesso sul-rio-grandenses. Não era uma unidade isolada que viesse pela primeira vez luzir o nome do Rio Grande do Sul nos fastos guerreiros. Eles eram os representantes de uma tradição, o último elo de uma cadeia que se distende do passado, desde as lutas históricas das conquistas em que esses bravos legionários de antanho tiveram de

demarcar as fronteiras da pátria com as pontas de suas espadas. Eles traziam do passado a responsabilidade dessa tradição de heroísmo. Nas asas das suas insígnias palpitam mais de dois séculos de glórias. Nem era a primeira vez que o Rio Grande do Sul transpunha as suas fronteiras para vir em auxílio da República dentro do território nacional. Já de outra feita, a legendária Divisão do Norte, guiada por Pinheiro Machado e Rodrigues Lima, atravessou Santa Catarina e Paraná e chegou às fronteiras de São Paulo para defender o governo legal, na figura simbólica e inoldidável de Floriano Peixoto. Passados 30 anos, essa mesma milícia transpõe as fronteiras e vem a São Paulo defender o governo legal na pessoa do seu presidente, Artur Bernardes.

É justo, Sr. Presidente, que nos orgulhemos desse feito; mas de forma alguma pretendo dar superioridade ao valor, à bravura dos rio-grandenses sobre os seus irmãos de armas. Ao contrário, eles se orgulham de combater lado a lado, ombro a ombro, com os bravos do Exército e da Armada, das milícias cívicas dos outros estados. Todos porfiaram em galhardia, desinteresse e abnegação. Nem o amor ao torrão natal impede que o coração se desentranhe em afeto comum pela grande pátria. Ao contrário, o estimula e fortalece.

Os sul-rio-grandenses vieram bater-se pelo grande ideal, que é a defesa da pátria, no seu conjunto republicano federativo. Nós, os rio-grandenses, que auxiliamos a organização e a consolidação da República, nos sentimos perfeitamente a gosto dentro deste regime. Desde que o Brasil dividiu o seu seio, quebrando o padrão da unidade monárquica, para organizar-se em 20 estados autônomos, nós, rio-grandenses, nos sentimos presos por laços indissolúveis a essa organização, que devemos defender em qualquer terreno.

O Sr. Armando Burlamaqui – Sentinelas da pátria.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Dentro do regime federativo-presidencial, entendemos que o Brasil encontrou cristalizada, nas mais amplas franquias liberais da Constituição da República, a fórmula definitiva de sua finalidade política. Hoje, se alguma preocupação deve existir, é exatamente a que preocupa o Sr. Presidente da República: a reorganização financeira e o desenvolvimento econômico do país. São essas as bases sobre as quais tem de desenvolver-se, tem de fortificar-se a nossa hegemonia pacífica no continente americano, pela superioridade da cultura e da riqueza. Por isso, a derrota dos rebeldes que, em São Paulo, ergueram o

colo da revolta, tem para nós o significado de uma profunda lição. Ela vem demonstrar que o Brasil, pela sua educação patriótica, pelo seu ardor cívico, pela sua cultura, pelo senso prático de sua finalidade política, compreende perfeitamente que já passou a época dos motins de quartéis e das empreitadas caudilhescas, venham de onde vierem.

Sr. Presidente, plenamente de acordo com a moção apresentada pelo ilustre líder, venho, em nome da maioria da representação sul-riograndense, congratular-me convosco pelo restabelecimento da paz, que significa também o restabelecimento da ordem legal, a reintegração do direito violado e o triunfo inestimável da justiça.

Câmara dos Deputados, 29 de outubro de 1924

Discurso em resposta às acusações do deputado Artur Caetano acerca da lisura das eleições de 1922 no Rio Grande do Sul e do reconhecimento da reeleição de Borges de Medeiros pela Comissão de Poderes. Vargas relembra a violência e a ineficiência militar dos revoltosos gaúchos e a ação pacificadora do presidente da República Artur Bernardes, favorável a Borges de Medeiros, e critica a fragilidade programática da Aliança Libertadora, liderada por Assis Brasil.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, a intercorrência de alguns oradores inscritos após o discurso do digno representante da oposição riograndense, Sr. Artur Caetano, só agora me permitiu vir à tribuna para contestá-lo. Devo, porém, confessar que é com íntimo constrangimento, que é a contragosto que venho ao plenário, no recinto desta Câmara, mais do que nunca preocupada com a solução dos grandes problemas nacionais, tratar de questões regionais, referentes à política do Rio Grande do Sul.

Não seria eu o primeiro, Sr. Presidente, a levantar o véu que encobre as feridas mal cicatrizadas, abertas na luta que ensanguentou o meu heroico estado, a reavivar os ressentimentos, a dor, o luto do seu martírio recente, quando os menores abalos ainda podem produzir fundas vibrações. Se o faço, é no cumprimento iniludível dos deveres inerentes ao mandato que desempenho. Não poderia permitir que transitassem em julgado essas acusações, filhas quase todas da cegueira do sectarismo, do desvario das paixões, da má-fé inconsciente de todos os fanatismos. Conheço o Sr. Deputado Artur Caetano desde a mocidade, desde os

tempos de estudante; direi que lhe aprecio as qualidades de combatividade, de lutador, e a sincera convicção com que se bate pelos princípios do seu partido...

O Sr. Artur Caetano – Muito obrigado a V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...mas apreciá-lo-ia melhor se houvesse em seus sentimentos um pouco mais de equanimidade e espírito de justiça na apreciação dos atos de seus adversários.

Procurarei fazer, Sr. Presidente, para produzir a defesa, uma seriação rápida dos fatos que foram objeto da crítica de S.Exa.

Sr. Presidente, a indicação do nome do Dr. Borges de Medeiros para a reeleição à presidência do Rio Grande do Sul obedeceu a duas causas principais: em primeiro lugar, desejava o povo de sua terra levar-lhe a manifestação do seu conforto, a reafirmação do seu apoio, no momento em que, tendo atravessado uma grave crise política, tínhamos sido vencidos na questão da Reação Republicana, querendo o Partido Republicano Rio-Grandense demonstrar, com muita lealdade, que Borges de Medeiros não havia desmerecido no seu conceito. A segunda das razões era que, havendo S.Exa. empreendido grandes trabalhos públicos, que constituíam a remodelação de serviços de transporte estadual, problema fundamental para o Rio Grande do Sul, quizeram que fosse ele o realizador das obras que havia planejado.

Além da conhecida liberalidade nas eleições do Rio Grande do Sul, dada a delicadeza de relações que existiam entre o governo do estado e o governo federal, o candidato do Partido Republicano timbrou, mais do que nunca, pela mais ampla e completa liberdade a todos os seus adversários para que, pleiteando a eleição de presidente do estado, eles não tivessem um só motivo de queixa. Foram tão seguidas e positivas essas recomendações que, ao mesmo tempo que elas continham o entusiasmo de nossos correligionários na propaganda eleitoral, os nossos adversários cresciam em arrogância, em destemperos de linguagem, e timbravam em nos afastar, ameaçando-nos com a intervenção federal. E a campanha eleitoral do Rio Grande do Sul se desenvolveu debaixo dessa atmosfera. Feriu-se o pleito eleitoral e, Sr. Presidente, é preciso acentuar que, se a lei eleitoral do estado concedia certas franquias, delas os adversários abusaram largamente. Em primeiro lugar, ela não permitia que se recusasse voto aos eleitores, desde que eles exibissem seus títulos. Mesmo que os eleitores fossem de outras seções eleitorais, mesmo

que houvesse dúvidas sobre a sua identidade, fossem embora de outros municípios, o seu voto tinha de ser admitido pela mesa. Aproveitando-se dessa circunstância, os adversários da situação do Rio Grande do Sul prepararam largamente a fraude, que explodiu no dia da eleição.

O Sr. Venceslau Escobar – Só eles?

O SR. GETÚLIO VARGAS – E essa fraude se acentuou da seguinte maneira: títulos falsos. Os opositores do Rio Grande do Sul mandaram confeccionar na Livraria Gomes, de Buenos Aires, títulos falsos, dos quais fizeram larga emissão, por intermédio de um Sr. Castro e Silva, títulos que eram modelados pelos usuais e que, após a primeira derrama, foram apreendidos pelo correio de Pelotas. A própria polícia de Buenos Aires devolveu um exemplar para lá remetido e a cópia da carta que o acompanharia, na qual se davam todas as instruções a que devia obedecer a impressão dos títulos desejados. No dia da eleição, esses títulos tiveram grande derrama em Pelotas, Passo Fundo, Canguçu e Soledade.

O Sr. Batista Luzardo – Como tiveram derrama esses títulos em Pelotas, se os mesmos eram assinados e rubricados pelo juiz e o escrivão?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Porque as assinaturas, tanto do juiz como do escrivão, eram falsificadas, por decalque, eram reproduzidas por chancela e outros processos. De modo que, percebida a falsificação e, conseqüentemente, sabendo-se que não eram os originais, foi feita a apreensão. As provas da falsificação feita em Buenos Aires foram apreendidas pelo chefe de polícia daquela capital e remetidas para aqui. Correm impressas com o parecer da Comissão de Constituição e Poderes.

O Sr. Batista Luzardo – Então, as mesas deviam ter recusado esses títulos. Não se sabe de nenhum processo neste sentido.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Os títulos em questão foram apreendidos em grande número pelas mesas e remetidos com os outros papéis à Assembleia dos Representantes. Além disso, a comissão encarregada de apurar as eleições requisitou as autênticas de todos os municípios e verificou que os nomes desses indivíduos não constavam das autênticas e, ainda não satisfeita com isso, requereu a certidão do oficial de registro para que declarasse se aqueles indivíduos eram eleitores. Pela certidão negativa do oficial de registro, chegaram à conclusão de que eles votaram exibindo títulos falsos, não eram, portanto, eleitores e, por isso, foram depurados na verificação.

Títulos falsos, títulos nulos, títulos verdadeiros, mas apresentados por falsos eleitores, votos repetidos pelos mesmos indivíduos na mesma ou em várias seções eleitorais, toda essa enxurrada fraudulenta, apreendida pelas mesas eleitorais, foi remetida à Assembleia dos Representantes, e nomeada uma comissão encarregada de apurar, de esmiuçar, de fazer um trabalho beneditino, de pinça, sobre todo esse amontoado de falsidades. Foi então que só do município de Porto Alegre foram depurados 693 votos ao Sr. Assis Brasil, votos falsificados da maneira que já descrevi; ou repetidos várias vezes pelo mesmo indivíduo. Ainda havia uma modalidade especial, de votos de eleitores de São Leopoldo. São Leopoldo é uma cidade próxima de Porto Alegre. Pois bem, como frequentemente mudam-se dessa cidade para a capital do estado, havia um grande número de indivíduos que não tinham mais residência em São Leopoldo e outros que haviam falecido e foram excluídos do alistamento. Todos esses títulos foram aproveitados para que votassem na cidade de Porto Alegre.

Apareceram, assim, os títulos de São Leopoldo. Fez-se o pedido das autênticas daquele município e os nomes dos donos desses títulos não constavam das autênticas, não eram mais eleitores em São Leopoldo, e os títulos eram exibidos por falsos indivíduos, por falsos eleitores, pelos verdadeiros fósforos eleitorais, no sentido clássico da expressão. Foram pedidas as certidões ao oficial de registro, e este certificou que os indivíduos em questão não eram mais eleitores, e, mediante esse trabalho escrupuloso da Comissão de Poderes, escolhida pela Assembleia dos Representantes, foram depurados 6 mil votos ao Sr. Assis Brasil em todo o estado, alguns dos quais por anulação das mesas eleitorais. É preciso que se acentue o seguinte: o trabalho da Comissão de Poderes está publicado em livro, teve larga divulgação, onde está documentado, palavra por palavra, tudo que se praticou.

Usou ainda a comissão da maior liberalidade concedendo prazos a todos esses indivíduos, cujos votos foram impugnados nas seções eleitorais, por dúvidas sobre a identidade dos mesmos, para que se apresentassem perante a comissão a fim de justificarem essas mesmas dúvidas. Concedeu mais a comissão vista de todo o processo eleitoral aos procuradores do Sr. Assis Brasil. E nenhum dos portadores desses votos impugnados, desses sobre cuja identidade se levantaram dúvidas, compareceu perante a comissão para justificar-se. Ao contrário, vangloriaram-se das

proezas praticadas, narravam-nas como títulos de glória, como provas de merecimento. A acusação feita pelo deputado Artur Caetano sobre a eleição de Nova Trento não tem procedência, pois, sendo ela fiscalizada pela oposição, nenhum protesto foi apresentado, nenhuma alegação se fez dessa pretendida enxertia, que poderemos ter como uma invencionice.

A contestação dos procuradores do Sr. Assis Brasil limitou-se a divagações doutrinárias sobre a reelegibilidade e não atacou o fato concreto, positivo, das falsidades eleitorais.

No próprio dia da eleição em Porto Alegre, é sabido de todos que nossos adversários políticos usaram o processo da obstrução. Em nenhuma seção eleitoral do estado havia um só soldado de polícia. A autoridade das mesas eleitorais era mantida simplesmente pelo respeito popular. Pois bem, os adversários fizeram o que se chama a obstrução em torno das mesas; votaram e ali permaneceram em massa compacta. Os nossos correligionários políticos, para aproximarem-se das mesas eleitorais, tinham que passar acotovelados, entre as chufas e doestos de seus adversários.

Assim se feriu a eleição de 25 de novembro. Como, na ocasião do pleito, percebessem nossos correligionários as fraudes ali praticadas, principalmente a visível repetição de votos – os mesmos indivíduos, com os mesmos títulos, com os mesmos nomes, votaram três, quatro, ou mais vezes, na mesma seção ou em seções diferentes do mesmo município –, teve a comissão, de acordo com as cédulas assinadas, de organizar listas especiais dos votantes por distrito e fazer a chamada pelas cédulas, a fim de poder apurar as duplicatas de votos. As duplicatas de votos foram publicadas: fulano de tal votou tantas vezes em tal seção, tantas vezes em outra.

O Sr. *Venceslau Escobar* – Não estive lá na eleição; parece-me, entretanto, que esse processo era seguido tanto pela oposição como pelos legalistas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – No dia do pleito, verificada aquela bombochata eleitoral, é verdade que correligionários nossos, em revide, também praticaram a duplicata do voto, foram às mesmas seções e novamente votaram – todos esses votos, porém, foram igualmente depurados e excluídos da contagem da votação. Foram depurados, ao Sr. Borges de Medeiros, cerca de 4 mil votos dados a ele em duplicata nas mesmas

circunstâncias dos outros. Não havia aí, apenas, o processo dos falsos títulos eleitorais. E nós, para a oposição, éramos os representantes da opressão e da fraude. Eles eram os libertadores, os regeneradores, os portadores de um novo código de moral política.

Foi este o trabalho da Comissão de Poderes, e foi tão sério e imparcial que os adversários não conseguiram destruir nenhuma das suas afirmações. Os procuradores, que tiveram vista do processo eleitoral, não o contestaram nesse ponto. Os representantes da oposição na assembleia debateram larga e brilhantemente o parecer e não contestaram as fraudes.

Agora, apesar desse fato, na apuração da eleição, verificado que o Sr. Borges de Medeiros obtivera 106 mil votos e o Sr. Assis Brasil 32 mil, reconhecido que o primeiro obtivera os três quartos dos sufrágios, exigidos pela Constituição, foi o Sr. Borges de Medeiros reconhecido presidente reeleito do Rio Grande do Sul.

O Sr. Venceslau Escobar – Três quartos dos sufrágios *do eleitorado* é o que exige a Constituição do estado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quem não comparece às urnas não pode ser contado como eleitorado. Ou havíamos de querer que os mortos votassem?! É esse um assunto que nem se discute mais. O art. 9º diz *do eleitorado*, mas o art. 18, § 3º, diz *dos sufrágios*.

O Sr. Venceslau Escobar – Um está subordinado ao outro.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O art. 18 é interpretativo do art. 9º. Este está no título referente à criação do cargo de presidente, e o 18, § 3º, no título referente à eleição.

O Sr. Lindolfo Collor – Nessa questão, ficamos com a opinião do Sr. Assis Brasil, que escreveu sobre o assunto, deixando-o completamente esgotado.

O Sr. Venceslau Escobar – Para mim nada vale.

O Sr. Lindolfo Collor – Para nós é *tranchant*.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Deixemos de parte, Sr. Presidente, essa questão dos três quartos, a que ainda tive de fazer referência. É uma questão julgada, de jurisprudência uniforme, e a respeito da qual só então levantaram esse sofisma sem base.

Feita a eleição e reconhecido o presidente eleito, é preciso que se acentue aqui esta circunstância: enquanto na assembleia do estado se travava debate em torno do reconhecimento, o ilustre colega,

Sr. Deputado Artur Caetano, havendo-se retirado para Passo Fundo, lá já tramava a revolução.

O Sr. Artur Caetano – Nos últimos dias. O plenário foi só na véspera da posse.

O Sr. Lindolfo Collor – Não houve protelação. As fraudes eram tantas que naturalmente levava tempo para apurá-las.

O Sr. Venceslau Escobar – Toda a Câmara conhece a vestalidade da legalidade.

OSR. GETÚLIO VARGAS – Antes do reconhecimento do Sr. Borges de Medeiros, aparecia um telegrama nos jornais de Porto Alegre, em que o deputado Artur Caetano declarava que, com 4 mil homens, no dorso da coxilha, ia protestar contra o reconhecimento. Estes 4 mil homens não eram propriamente 4 mil, mas uns 700 homens.

O Sr. Artur Caetano – Muito mais. Posso dizer a V.Exa. que chegavam a 2 mil.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Deixemos pela metade.

O Sr. Venceslau Escobar – O número oficial é sempre muito maior; chega a 5 mil.

OSR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Borges de Medeiros procurou acentuar desde o início seus intuitos pacificadores. É preciso, agora, trazer à colação esta circunstância, que os provocadores da revolução foram os revolucionários, apesar das tentativas que, para evitá-la, fez o presidente do estado.

Os oposicionistas do Rio Grande do Sul, que eram contrários ao tribunal de honra no reconhecimento perante o Congresso Nacional, insuflaram ou convenceram ao Sr. Assis Brasil de que devia propô-lo para a questão eleitoral do Rio Grande do Sul. E o Sr. Assis Brasil propôs que fosse criado um tribunal de honra ao qual se afetasse o reconhecimento das eleições no Rio Grande do Sul.

O Sr. Artur Caetano – Era o derradeiro apelo nosso para evitar a revolução.

OSR. GETÚLIO VARGAS – Contavam que o Sr. Borges de Medeiros recusasse e, diante da sua recusa, teriam pretexto aberto para a revolução. O Sr. Borges de Medeiros, porém, aceitou.

O Sr. Artur Caetano – Com restrições.

OSR. GETÚLIO VARGAS – Aceitou não o tribunal de honra como poder apurador da eleição, porque havia ficado assente, como coisa

julgada, que só as assembleias tinham essa competência. Mas ele fez a seguinte contraproposta: se fosse reconhecido reeleito, remeteria todos os papéis do processo eleitoral a um árbitro com amplos poderes para estudá-los. Se este declarasse que ele não havia sido reeleito presidente do estado, assumia o compromisso de honra de renunciar ao cargo. Propôs para árbitro o próprio presidente da República, que não podia ser suspeito à facção oposicionista.

Mediante a recusa do Sr. Presidente da República, alegando incompatibilidades inerentes ao exercício do seu cargo, foi proposto o Sr. Venceslau Brás. Recusando também este, em seguida o Sr. Assis Brasil recusava a proposta apresentada pelo presidente do Rio Grande do Sul, sob o futilíssimo pretexto de que os poderes desse árbitro deviam também ir à interpretação da Constituição, para opinar se se tratava de três quartos do eleitorado ou dos sufrágios. Como a interpretação da Constituição era assunto privativo da competência da assembleia, não podia o Sr. Presidente do estado conferir a um árbitro poderes que não lhe cabiam, respeitando-se também a interpretação vencedora no caso do reconhecimento na eleição para a Presidência da República. Nestas condições, o Sr. Assis Brasil, que já se tinha dirigido para o Rio de Janeiro em busca das instâncias superiores, e daqui recusava o arbitramento sob esse futilíssimo pretexto, desencadeou a revolução no Rio Grande do Sul.

Deixemos de parte esta página. Não há necessidade de revivê-la neste momento, mas fique bem assentado que tudo que estava nas mãos do Sr. Borges de Medeiros fazer para evitá-la, ele praticou. A insurreição foi levada avante pelos oposicionistas do Rio Grande do Sul, que sabiam não possuir elementos para depor o governo, mas que pregavam aos quatro ventos que viria a intervenção federal em seu favor; tanto que quando os revolucionários de Passo Fundo se dispersaram em parte, após a entrada do general Floriano de Paula, muitos deles se apresentaram declarando que lhes haviam sido mostrados telegramas do Sr. Presidente da República ou do Sr. Ministro da Guerra apoiando a atitude dos revolucionários. Não creio na existência desses telegramas.

O Sr. Artur Caetano – Isso é uma inverdade.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Telegramas falsificados, já se vê.

O Sr. Lindolfo Collor – Foram publicados e estão no arquivo da polícia.

O Sr. Venceslau Escobar – Em que termos, e quem os assinou?

O Sr. Nabuco de Gouveia – Tiveram ampla publicidade.

O Sr. Batista Luzardo – É grave o que V.Exas. afirmam, que aparecem telegramas, atribuídos ao presidente da República ou ao ministro da Guerra, aconselhando a revolução! Ignorava completamente a existência deles.

O Sr. Lindolfo Collor – Talvez V.Exa. saiba deles melhor do que nós.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não existem tais telegramas, mas muitos revolucionários se apresentaram às autoridades e fizeram esta declaração de que tinham visto os telegramas.

O Sr. Batista Luzardo – O Sr. Lindolfo Collor afirmou que os telegramas estão arquivados na polícia.

O Sr. Lindolfo Collor – Foram tomadas por termo, na polícia, as declarações feitas sobre eles.

O Sr. Nabuco de Gouveia – E essas declarações é que foram arquivadas na polícia.

O Sr. Artur Caetano – Declarações de quem?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Dos que se apresentaram, 40 ou 50. Mas eu não estou afirmando senão que julgo os telegramas falsos.

O Sr. Venceslau Escobar – Então para que veio trazer isso à baila?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Devia trazer à baila porque era uma das armas de que se utilizava a oposição, afirmando que o governo federal interviria a seu favor.

O Sr. Venceslau Escobar – Mas V.Exa. não cita nomes.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Além disso, outra prova de condescendência do presidente do estado, de evitar a luta, foram as medidas tomadas, procurando em primeiro lugar dispersar os grupos que se reuniam, enviando emissários, com intervenção amistosa, como aconteceu com Zeca Neto, em Camaquã, para onde foi o coronel Massot, perante o qual aquele caudilho assumiu o compromisso de dissolver o seu grupo e, mal voltou aquele oficial a Porto Alegre, de novo o reuniu. O mesmo se deu entre Honório Lemes e o coronel Francisco Flores da Cunha, em Caverá. Essa magnanimidade do governo estadual foi tomada como fraqueza pelos revolucionários, que proliferaram em outras regiões do estado formando novos grupos e aumentando os focos de infecção revolucionária.

É preciso acentuar ainda outra circunstância: a de que o governo do Sr. Borges de Medeiros estava desaparelhado para a luta. Embora hou-

vesse sustentado a campanha da Reação, quando lhe foram atribuídos intuítos revolucionários, uma das demonstrações mais eficientes de sua boa-fé, de que ele acreditava muito mais na eficácia das forças morais do que na das violências materiais, está em que o governo do Rio Grande do Sul se encontrava desaparelhado para qualquer luta armada.

A sua brigada militar compunha-se de mil e tantos homens, não atingia a 2 mil. Um estado como o Rio Grande do Sul tinha uma polícia inferior a este número. Dispunha de armamento apenas para essa gente, e escassa munição. O governo preparou-se para a luta dentro da própria luta, e só aí adquiriu armamento. O próprio Sr. Flores da Cunha pode dar testemunho disso, porque foi a Buenos Aires para este fim.

O Sr. Flores da Cunha – Perfeitamente. O Sr. Deputado Batista Luzardo sabe disso. Até a véspera do cerco de Uruguaiana estávamos desarmados, e o próprio Sr. Borges de Medeiros era quem maiores empecilhos opunha para compra de armamento. S.Exa. o Sr. Batista Luzardo não ignora que adquirir armamento com o dinheiro do município de Uruguaiana, que depois foi indenizado pelo governo do estado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O governo do Rio Grande do Sul tinha de comprar seus armamentos no estrangeiro, lutando com maiores dificuldades que os revolucionários, que tinham, como sabem os deputados da oposição, certas facilidades para obtê-los dentro do próprio país.

Pois bem, os revolucionários clamavam pela intervenção. Não tinham podido depor com força armada o governo do estado, mas queriam que o governo da República interviesse para depor o Sr. Borges de Medeiros. Todo o seu trabalho, toda a sua propaganda fora do estado era para que houvesse essa intervenção. Devo, porém, confessar que a atitude do Sr. Presidente da República foi completamente digna, e que S.Exa. se manteve dentro dos estritos termos da Constituição, visto que, em se tratando de revolução localizada no Rio Grande do Sul, que afetava unicamente o governo daquele estado com a perturbação da ordem material e da tranquilidade pública, só poderia haver intervenção federal à sua requisição, na conformidade do art. 6º, nº 3. O governo do estado nunca a requisiou, porque contava com forças materiais suficientes para debelar a revolução.

O Sr. Artur Caetano – Não parece, porquanto lutou 10 meses e não a pôde sufocar.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Não é razão.

O Sr. Artur Caetano – Como não é?

O Sr. Nabuco de Gouveia – Porque as correrias que faziam impediam a ação direta. Era mais um *steeplechase* formidável. Era uma aposta, uma correria. Era uma estratégia especial posta em prática.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não podendo os revolucionários fazer predominar seu ponto de vista, não tendo elementos para depor o governo estadual, e prolongando-se aquelas sangrias inúteis, o Sr. Presidente da República resolveu intervir amistosamente enviando o Sr. Ministro da Guerra, como seu último e eficaz emissário, acompanhando-o, por delegação especial do Sr. Presidente da República, o ilustre líder atual da bancada, Sr. Nabuco de Gouveia. Aí então começaram as negociações de paz. Mas é preciso que se diga que foram a generosidade e sentimentos de piedade do Sr. Presidente da República para com os revolucionários que os salvaram da derrota.

O Sr. Venceslau Escobar – *Quod probandum.*

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quando S.Exa. resolveu intervir pela última vez no sentido amistoso, a fraqueza bélica dos revolucionários era evidente.

O Sr. Batista Luzardo – Não apoiado. Justamente nesta hora, a Divisão do Oeste, de que eu fazia parte, estava mais aparelhada do que nunca. Esta é que é a verdade.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O general Mena Barreto, que, no início da revolução, apareceu com os bordados de general, comandando uma coluna, não tinha mais ninguém, estava isolado.

O Sr. Artur Caetano – O chefe era o general Portinho.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O general Leonel Rocha, o leão da costa do Uruguai, perdido nas matas daquele rio, tinha apenas 40 homens.

O Sr. Artur Caetano – Não é exato.

O Sr. Batista Luzardo – Também contesto.

O Sr. Venceslau Escobar – É à vontade: pode aumentar ou diminuir...

O SR. GETÚLIO VARGAS – O “célebre” general Portinho, arrancado de seu esconderijo de Erechim, perseguido 92 léguas pelas forças de Firmino Paim, era batido no Rio das Contas e jogado para Santa Catarina.

O Sr. Artur Caetano – Venceu em dois combates: o de Quatro Irmãos e o de Capão.

O Sr. Paim Filho – Depois de dez horas de combate, foi batido, completamente destruído, no Capão Bonito.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Pois bem, concedamos que o general Portinho foi vitorioso e passou com sua gente dispersa para Santa Catarina, a fazer uma estação de repouso.

O Sr. Flores da Cunha – V.Exa. permita uma interrupção: assim como o ilustre deputado Sr. Venceslau Escobar escreveu o seu livro, popularizado, vastamente vulgarizado hoje no Rio Grande, sobre a Revolução de 93, dentro de dois ou três meses aparecerá um livro narrando os episódios maiores do último movimento sedicioso; e sei que o seu autor vai vazá-lo nos moldes das polêmicas que se travaram, depois do movimento, entre os jornalistas Paulo Labarthe, Fanfas Ribas e Honório Lemes, cujos depoimentos não podem ser suspeitados. Assim, são os próprios próceres do federalismo que vão oferecer a matéria para a composição do livro.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Outro chefe revolucionário, o general Estácio Azambuja, batido pelas forças do coronel Claudino, estava emigrado no estado oriental.

O Sr. Batista Luzardo – Não apoiado, estava em Lavras. O Sr. Flores da Cunha pode atestar.

O Sr. Flores da Cunha – O general Azambuja, ao qual faço a devida justiça, reconhecendo ter sido o mais humano dos chefes sediciosos, tinha sido internado na República do Uruguai pelos poteiros de Ana Correia, devido à pressão da coluna Claudino Nunes Pereira. V.Exa. deve dizer à Câmara, neste debate, que a coluna que ainda estava em condições de eficiência militar era a de Honório Lemes, a que V.Exa. pertencia. O resto estava desbaratado, quase aniquilado. Essa coluna, no fim da revolução, estava mais armada do que no começo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – As forças de Zeca Neto, apesar de entrarem de surpresa em Pelotas, onde não conseguiram manter-se senão poucas horas, nem mesmo podendo apoderar-se da Sociedade Agrícola, guarnecida apenas por 40 homens, percorriam o sul do estado com 300 ou 400 homens que restavam, fugindo à perseguição das forças de Juvêncio Lemos, Francelino Meireles e Hipólito Ribeiro. A força de Honório Lemes era a única que tinha, como acabou de afirmar o bravo comandante da Divisão do Oeste, alguma eficiência militar; mas essa mesma, batida por ele em Ibicuí da Armada, havia de novo se recolhido às furnas de Caverá.

O Sr. Flores da Cunha – Foi este justamente, no meu conceito, o combate mais sangrento de toda a revolução.

O Sr. Batista Luzardo – Com as forças de V.Exa.

O Sr. Flores da Cunha – Foi o mais sangrento para os revolucionários e para nós. O combate teve duas fases: pela manhã e à tarde. Ainda agora, quando fui do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, viajando cordialmente no trem com o Sr. Honório Lemes, ele se declarou de acordo comigo, reconhecendo que foi esse o combate em que houve maiores perdas de lado a lado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Honório Lemes, que, aliás, é o mais original dos heróis, porque forçou as portas da história fugindo, vinha sendo também batido e tenazmente perseguido.

O Sr. Batista Luzardo – Fugindo em que sentido?!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Fugindo em todos os sentidos, em todas as direções, das forças de Flores da Cunha.

O Sr. Batista Luzardo – Não apoiado. O Sr. Flores da Cunha será o primeiro a reconhecer que foram as forças com que mais se bateu, e que sempre encontrou pela frente.

O Sr. Flores da Cunha – Mas sempre brigando em retirada...

O Sr. Batista Luzardo – V.Exa. dirá o que foi o encontro de Alegrete.

O Sr. Flores da Cunha – V.Exa. não devia referir este fato. Foi uma vergonha para o Exército Libertador.

O Sr. Batista Luzardo – Se vergonha houve, foi para o comando de V.Exa., que sacrificou, sem lucro nem alcance militar algum, muita gente, inclusive um irmão de V.Exa., combatendo contra 130 homens.

O Sr. Flores da Cunha – Eu não combato em busca de lucro. Vou dizer a V.Exa. por que dei aquela carga.

O Sr. Batista Luzardo – Então, V.Exa. se bate por prazer, pelo gosto de ver jorrar o sangue?!

O Sr. Flores da Cunha – Peço licença para esclarecer meu aparte. Sei que todos os ensinamentos militares eram contraindicados naquele dia da ponte de Ibirapintã. Que fortuna a minha poder explicar isto à Câmara! Eu tinha caminhado sete léguas com um exército de mil e poucos homens. Cheguei à cidade de Alegrete mal informado pelos meus vanguardeiros. Acreditava que a cidade estivesse em nosso poder e que a ponte se achasse ocupada por gente minha. Quando ouvi do general do Exército Monteiro de Barros, chefe de uma divisão, a declaração de que acabava de mandar a Honório Lemes os croquis da zona neutra da cidade, caí das nuvens e verifiquei que tinha de combater. Pedi ao general Monteiro de Barros que me fornecesse esses croquis.

Havia só um exemplar. Na minha inocência e simplicidade disse eu ainda: dentro de alguns momentos voltarei ao quartel-general para pedir aquele documento.

O Sr. Presidente – Atenção! Quem está com a palavra é o Sr. Deputado Getúlio Vargas.

O Sr. Flores da Cunha – Quero explicar o que fiz na zona neutra. Tendo viajado sete léguas sem mudar de cavalo, sem alimentar a minha tropa, com pouquíssima munição, pois que já havia dado o combate de Campo Osório, eu, na alternativa de permitir que os revolucionários ocupassem aquela ponte durante uma noite – o que seria uma vergonha para o exército do governo –, resolvi dar a carga e dei-a eu mesmo, indo quarenta metros adiante dos primeiros cavaleiros.

O Sr. Batista Luzardo – Ninguém contesta o valor pessoal de V.Exa.; mas foi uma das maiores gafes a que V.Exa. praticou.

O Sr. Flores da Cunha – Ainda tenho, na ilharga, a bala que recebi nesse combate, em que perdi um irmão caríssimo. Mas o êxito justifica tudo: vare! Se não fosse uma guerra entre irmãos, que degrada, aquilo imortalizaria qualquer homem. Vare!

Os Srs. Lindolfo Collor, Paim Filho e outros – Apoiado.

O Sr. Presidente – Advirto ao nobre orador estar finda a hora do expediente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Nesse caso, peço a V.Exa., Sr. Presidente, que me reserve a palavra para uma explicação pessoal.

O Sr. Presidente – Está finda a hora destinada ao expediente. [...] Tem a palavra, para uma explicação pessoal, o Sr. Getúlio Vargas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, corroborando as afirmações que havia feito a respeito da ineficiência militar dos revoltosos, quando fora da proposta de paz, vou ler uma carta do Sr. Assis Brasil, endereçada ao diretório político de Bagé, publicada pelo jornal *A Vanguarda* e esparsa em boletins pelo Rio Grande do Sul:

“O escândalo das revelações

O Sr. Dr. Assis Brasil, em documento íntimo, declara ‘falidos’ para a revolução os generais Chiquinote Pereira e Estácio de Azambuja. Outras revelações sensacionais grafadas em carta que temos em nosso poder, do solitário de Pedras Altas. O documento

abaixo, cuja publicação achamos de interesse para os leitores, foi-nos fornecido por pessoa de toda a idoneidade e nós estampamo-lo nestas colunas, não com fins políticos, mas apenas como documento que deve vir à luz da publicidade.

‘Bagé, 30 de novembro de 1923 – Junta Libertadora – Pelotas

Bravos amigos e companheiros. Tomem conhecimento do incluso papel. É a fórmula última que o ministro da Guerra vai mandar ao usurpador pela mão de Nabuco. Procurou obter a minha promessa de assentimento, para o caso de conseguir a do usurpador. Respondi que não tinha poderes para tanto; que ia ouvir os meus amigos; que não ocultaria a estes as minhas simpatias pela paz; que julgava mesmo aceitáveis as condições propostas, especialmente se pelas garantias eleitorais e outras a responder à honra do general Setembrino; e, principalmente, se for dado o adiamento das eleições para maio.

Realmente, para o caso de não contarmos com elementos sólidos para continuar a guerra, penso que poderíamos aceitar a paz proposta. Se tivermos valor cívico, derrotaremos nas urnas o usurpador, o que acarretará a sua ruína final. Quando alguma decepção nos estivesse reservada, ela nunca poderia igualar o mal econômico e moral da guerra civil.

Bem sei que, aceita agora a paz, no dia seguinte toda a gente clamaria que desprezamos um triunfo seguro, e os que tiverem a convicção contrária não terão como demonstrar a veracidade da mesma. O único método de demonstração será realmente deixar falar as escopetas, optando pela paz. Tenho feito o possível por aparelhar tudo para a direção da guerra desde que parti do Rio, mandando a Leonel o maior comboio bélico que jamais entrou no estado, e que, desgraçadamente, ainda não sei se chegou ao destino.

Agora aqui, o principal seria, como lhes tenho dito, o tesouro.

Foi animador o telegrama que hoje me fizeram daí. Bagé também vai dando generosamente, e São Gabriel e Dom Pedrito – afirma o heroico Firpo – vão figurar substancialmente. Já tenho o meu caminho marcado para a emigração. Provavelmente estarei em poucos dias no novo centro da direção.

Admito, pois, perfeitamente a hipótese da guerra, mas mentiria se lhes dissesse que simpatizo com ela. Peço o seu conselho. Façam

chegar estas linhas e o papel incluso ao general Neto. A coluna dele e a do Honório são as únicas eficientes. Suponho Portinho muito mal, acuado sobre Santa Catarina. Mena Barreto, Estácio e Chiquinote não têm homens. Estes dois últimos, segundo me disse Setembrino, declaram que se retirarão no caso de seguir a guerra. É verdade que já temos providenciado por quem comande os excelentes elementos dispersos desses chefes falidos, mas isso, como tantas coisas essenciais, está ainda muito informe e atrasado para a premura das circunstâncias. Vou pesar todas as respostas, pareceres e conselhos dos amigos a quem hoje mesmo me dirigi; vou pesar também as circunstâncias, informações etc., para o caso da continuação da guerra. Se não puder me conformar com o pensar e sentir dos meus, poderei em tempo lavar as mãos... Se, porém, como espero, colher a confiança de que estou habilitado a decidir por todos, não me furtarei à imposição do dever, sejam quais forem as consequências.

Deixo de analisar as propostas inclusas por estar a cair de fadiga, tendo hoje escrito formidavelmente. O amigo Firpo lhes transmitirá mais alguma informação, e, em todo caso, aqui fico para obedecer às ordens dos amigos e esclarecer qualquer ponto obscuro.

Comuniquem-se imediatamente com o general Neto. Não respondam por ele sem o ouvir. Façam o mesmo em relação a Rio Grande e qualquer outro centro – Arroio Grande, por exemplo – e deixem-me saber sem demora o pensamento inteiro de todos.

Um forte abraço fraternal a cada um. Assis Brasil.' ”

O Sr. Artur Caetano – Honrosíssimo documento do Sr. Assis Brasil.

Os Srs. Venceslau Escobar e Batista Luzardo – Apoiado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não contesto, tanto mais honroso e verdadeiro, quanto ele vem reafirmar o que há pouco eu dizia a respeito do poder bélico dos revolucionários.

O Sr. Artur Caetano – Perfeitamente. Nem nós contestamos V.Exa., neste ponto. A deficiência bélica dos revoltosos foi tudo, porque se tivéssemos recursos, a revolução não se demoraria dez meses.

O Sr. Batista Luzardo – E deviam decidir em combate campal.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ela havia decaído, não estava mais, portanto, com os elementos de que dispunha em princípio.

O Sr. *Batista Luzardo* – Elementos bélicos. Destes é que o Dr. Assis Brasil precisava e muito.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Havia generais que estavam falidos; outros, sem soldados, e outros, ainda, acuadaos na fronteira de Santa Catarina, restando apenas dois.

Propostas as condições de paz, devo declarar, Sr. Presidente, que essas condições não foram estabelecidas nem pelo Dr. Borges de Medeiros nem pelos revolucionários do Rio Grande do Sul. Portanto, quando se vier dizer aqui que a paz do Rio Grande do Sul foi imposta pela força das armas revolucionárias, não se terá dito a verdade.

O Sr. *Batista Luzardo* – V.Exa. poderá declarar quem propôs as condições de paz?

O SR. GETÚLIO VARGAS – As condições de paz foram sugeridas pelo Sr. Presidente da República...

O Sr. *Nabuco de Gouveia* – Apoiado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...e, quando o Sr. Ministro da Guerra se dirigiu para o Rio Grande do Sul, levava já a aceitação da proposta por parte do Sr. Borges de Medeiros e pelos Srs. Assis Brasil e Maciel Júnior.

O Sr. *Venceslau Escobar* – Traduzindo também as aspirações dos revolucionários.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Apenas, disseram os dois últimos que não respondiam por todos, sendo necessário que fossem ouvidos os chefes revolucionários, que se achavam à frente das tropas. As negociações de paz já anteriormente haviam sido tratadas pelo Sr. Deputado Nabuco de Gouveia, com resultados úteis para o seu desenlace final.

Portanto, quando o Sr. Marechal Setembrino de Carvalho foi ao Rio Grande do Sul, e os revolucionários então reunidos quiseram tergiversar, prevaleceu ainda a atitude enérgica do Sr. Presidente da República, a sua firmeza, impondo a paz no Rio Grande do Sul. Foi ele o verdadeiro pacificador. Os revolucionários diziam desde o início que a causa da revolução era a continuação no poder do Sr. Borges de Medeiros. Ele era – diziam – um tirano e um usurpador que se queria perpetuar no governo, e enquanto não fosse apeado desse governo eles não abateriam as armas, e Zeca Neto deixou crescer a barba e as unhas, e outros fizeram o juramento de que nunca mais haviam de se barbear enquanto o usurpador não baixasse do poder. E a paz se fez com a manutenção do

governo constituído, com o respeito à ordem legal, e os novos anacoretas voltavam para suas terras de barba feita e unhas cortadas.

Estabelecidas as condições de paz, foi retocada a Constituição do estado apenas em dois pontos: proibição da reeleição do presidente e exigência da eleição para o vice-presidente.

O Sr. Venceslau Escobar – Nada mais atingiram.

O SR. GETÚLIO VARGAS – As demais condições aceitas pelo tratado de paz em nada atingiram a Constituição do estado; não implicavam nenhuma modificação de seus princípios.

O Sr. Artur Caetano – E a lei eleitoral?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Esta nada tinha com a Constituição. Digo que todas as outras cláusulas...

O Sr. Artur Caetano – O voto a descoberto.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...não tocavam à Constituição; apenas nesses dois pontos.

O Sr. Venceslau Escobar – Dois pontos fundamentais.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não são fundamentais.

O Sr. Batista Luzardo – Graças a essa interpretação é que o Sr. Borges de Medeiros permaneceu 25 anos no governo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Graças ao apoio da grande maioria do estado, graças às suas qualidades e ao seu prestígio. Mas uma das condições estabelecidas pelos revolucionários, pedida, solicitada encarecidamente por eles, foi o adiamento das eleições federais para maio. Disse, então, o Sr. Assis Brasil, que havia de demonstrar que eles possuíam a maioria do eleitorado do Rio Grande do Sul, e na sua carta diz aos revolucionários: “Se tivermos valor cívico derrotaremos nas urnas o usurpador”.

O Sr. Artur Caetano – Perfeitamente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Portanto, não fazia depender sua vitória de garantias excepcionais nas urnas, e sim de seu valor cívico. Era este que ia ser posto à prova no dia 3 de maio.

O Sr. Artur Caetano – Foi uma das condições estabelecidas no pacto de paz.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Vejamos, agora, debaixo de que garantias estas condições foram cumpridas no Rio Grande do Sul. Logo que foi assinado o tratado de paz, os revolucionários foram beneficiados com a nomeação de fiscais do alistamento eleitoral.

O Sr. Artur Caetano – Só nos últimos dias.

O Sr. *Venceslau Escobar* – Quinze dias antes de acabar o alistamento.

O Sr. *Batista Luzardo* – Precedeu o encerramento da eleição.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Os fiscais foram indicados pelo Sr. Assis Brasil, seus correligionários políticos e, por certo, aqueles que eram mais eficientes, mais capazes, mais preparados, escolhidos a dedo em cada localidade.

O Sr. *Artur Caetano* – Os fiscais foram nomeados nos últimos dias; V.Exa. deve lembrar-se disso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O fato de terem sido nomeados nos últimos dias não impedia que fizessem a revisão de todo o processo de alistamento, recorrendo daqueles com os quais não estavam de acordo.

Nomeados, portanto, os fiscais eleitorais, que deviam acompanhar o serviço do alistamento, foi depois o estado do Rio Grande do Sul dividido em circunscrições militares, e para cada uma delas foi nomeado um oficial do Exército, incumbido de dar garantias materiais para cada revolucionário. Bastava que um indivíduo qualquer, de ínfima classe, tomasse uma carraspana, em um lugarejo longínquo no Rio Grande, desde que fosse assistista, era bastante um telegrama para o chefe militar, para o representante do governo federal, e esse indivíduo era imediatamente posto em liberdade. Deram-se as mais amplas e completas garantias até para o abuso e para a licença.

O Sr. *Artur Caetano* – Não apoiado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agora, vem a terceira espécie de fiscais. No dia das eleições, para cada seção eleitoral foi um oficial do Exército, acompanhado de praças ou um sargento, a fim de que, assistindo às eleições, oferecessem todas as garantias de ordem. Os malfadados provisórios, de que falam V.Exas. como tendo feito coação sobre o eleitorado, reduzidos a 4 mil em todo o estado, ficaram aquartelados, sem sair das suas sedes; só as forças federais se movimentaram para oferecer, nas seções eleitorais, garantias completas da liberdade do voto.

O Sr. *Artur Caetano* – Não foi assim na região serrana. Em Passo Fundo havia cerca de seiscentos provisórios.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Devo, agora, declarar mais, que se reacendeu a campanha eleitoral, e os opositoristas do Rio Grande empregaram os mesmos processos de coação, de intimidação do eleitorado, o que produziu resultados principalmente no primeiro município, na região colonial. Eles asseveraram, em primeiro lugar, que, se não ven-

cessem a eleição, reacenderiam de novo a revolta, e ai daquele que tivesse votado com o governo, porque haveria de pagar caro a sua fidelidade.

Além disso, o fato da vinda do Sr. Ministro da Guerra, depois que tinha sido indicado, pelo diretório da Aliança Libertadora, seu genro como candidato, a sua vinda como fiscal e a remessa de força federal para as seções eleitorais, todos esses fatos, embora eu não atribua nenhuma intenção da parte do Sr. Ministro da Guerra, senão a de garantir a completa liberdade de voto, deram a aparência, habilmente explorada pelos revolucionários para levar a intimidação ao eleitorado, de que aquilo era uma intervenção do governo federal a seu favor.

O Sr. Venceslau Escobar – V.Exa. está fazendo uma injustiça à intelectualidade do povo rio-grandense.

O Sr. Lindolfo Collor – Era isso o que se afixava nas portas dos comitês de propaganda.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exas. sabem que em todo eleitorado há o elemento convencido, o que vai por convicção própria e não se arreda diante do perigo, e o elemento vago, acomodaticio, que não se arrisca absolutamente, desde que possa parecer que a parte contrária tem o apoio do governo. Foi este elemento que se absteve das urnas; foi o elemento do 1º distrito da região colonial, região conservadora, pacífica, que não quis sair de suas casas para não encontrar diante de si a revolução, a prática da violência, que assoalhavam os adversários políticos.

O Sr. Artur Caetano – As eleições, entretanto, foram disputadíssimas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Houve diminuição da concorrência do eleitorado republicano. As nossas previsões, feitas pelo cálculo do alistamento recém-terminado, não corresponderam à votação.

O Sr. Artur Caetano – A Federação publicou um quadro, provando, nas vésperas da eleição, que estávamos reduzidos a 12 ou 14 mil eleitores, contra cem mil e tantos dados ao governo. Como é que com esses 14 mil eleitores podíamos levar 50 mil votos às urnas? V.Exa. está fazendo injustiça ao governo federal, à dignidade dos rio-grandenses, fazendo crer que estes 50 mil votos foram levados às urnas pelas baionetas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. está adulterando o meu pensamento. Estou afirmando que em todo eleitorado há um elemento firme, que tem convicção própria, e um elemento flutuante, que varia. Foi esse elemento flutuante, capaz de intimidação, que acompanhou V.Exas., ou que faltou na nossa votação. Não estou fazendo acusações ao governo

federal ou ao ministro da Guerra; digo apenas que a oposição explorava as aparências em seu favor querendo fazer crer ao eleitorado que as garantias por oficiais do Exército constituíam uma intervenção do governo federal contra o governo do Rio Grande do Sul. E tanto isso é assim que, no 2º e no 3º distritos, onde o elemento nacional não se deixava levar por essas ameaças, a derrota da oposição foi completa, e só elegeu um candidato por distrito. E a contraprova decisiva está sendo tirada nas eleições municipais, onde é esmagadora a superioridade numérica dos republicanos nos 20 e tantos municípios em que a oposição ousou pleitear.

O Sr. Artur Caetano – Porque o eleitorado não pode comparecer às urnas, o eleitorado dos distritos rurais, como o de Palmeira.

O Sr. Flores da Cunha – A votação de Palmeira modificaria o resultado?

O Sr. Artur Caetano – Mas houve outros fatos.

O Sr. Flores da Cunha – Tanto não modificava que V.Exa. teve grande votação em Santo Ângelo.

O Sr. Artur Caetano – Não.

O Sr. Flores da Cunha – Então dividiram a votação entre os dois.

O Sr. Artur Caetano – Perdemos a votação de todos os distritos rurais, como patenteei perante a Comissão de Poderes.

OSR. GETÚLIO VARGAS – O município de Palmeira, em torno do qual os adversários teceram a coroa do seu martirologio político, é um dos maiores *bluffs* feitos à Câmara. No município de Palmeira, onde se disputou a eleição de presidente do estado sem que houvesse garantia alguma do governo federal, a oposição levou uma forte votação ao candidato Assis Brasil...

O Sr. Artur Caetano – Mais de 1.300 eleitores.

OSR. GETÚLIO VARGAS – ...quando se tratou do pleito para deputados federais, com essas garantias efetivas, é que foram impedidos de votar.

O Sr. Artur Caetano – É que o eleitorado foi impedido de votar.

OSR. GETÚLIO VARGAS – Por quem? Só se os correligionários de V.Exa. recuaram das urnas desgostosos, ou se a opinião pública os desamparou, desgostosa pelos crimes e depredações praticados pela gente de Leonel Rocha durante a revolução.

O Sr. Artur Caetano – É uma injustiça clamorosa. V.Exa. não repita isso. Acredito que V.Exa. esteja falando de boa-fé, mas está fazendo uma injustiça clamorosa.

OSR. GETÚLIO VARGAS – Tenho documentos.

O Sr. *Artur Caetano* – Não há documento que possa destruir a verdade. Conheço este caso e já o discuti.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A abstenção da votação do município de Palmeira, de parte dos adversários, só pode obedecer a duas causas: ou foi plano adrede preparado para que, mais tarde, se viesse alegar a nulidade da eleição ou foi porque as condições políticas do município se modificaram, devido às arbitrariedades, violências ou crimes, aos saques praticados pelas forças de Leonel Rocha.

O Sr. *Artur Caetano* – Não apoiado. V.Exa. está fazendo grave injúria a um homem bom, imaculado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tenho aqui um relatório, apontando datas, nomes e fatos, em que se narra que as forças sob o comando de Leonel Rocha, no município de Palmeira, durante o período revolucionário, praticaram 20 assassinatos.

O Sr. *Artur Caetano* – Oh! Leonel Rocha é de grande generosidade. V.Exa., então, colocando a questão nesse terreno dos crimes, tem de recordar os crimes de Vazulmiro Dutra, que encheu de pavor toda a serra.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mais de 20 pessoas foram assassinadas em suas casas ou trazidas para o acampamento e degoladas.

Os Srs. Batista Luzardo e Artur Caetano – Que injustiça!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tenho a relação do saque em 28 casas do comércio.

O Sr. *Artur Caetano* – V.Exa., dessa forma, está dando um documento que é comprometedor da honra e do cavalheirismo dos rio-grandenses.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Várias violações de outras espécies. Não quero ler este documento, para não repetir os processos da oposição.

O Sr. *Artur Caetano* – Nem deve ler. Não tememos apelar de V.Exa. para os adversários locais de Leonel da Rocha e duvidamos que venham subscrever o que V.Exa. está afirmando contra a honra de Leonel da Rocha.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Pode-se fazer esse inquérito. Devo agora declarar que, antes da eleição para deputados federais, Leonel da Rocha fez declarações de que estava sofrendo coação, que não havia garantias. O Sr. Deputado Artur Caetano se dirigiu para lá, bem como o subchefe de polícia...

O Sr. *Artur Caetano* – Perfeitamente. E estimo que V.Exa. toque neste assunto.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...para lá foi o capitão Luís Martins, na qualidade de delegado militar. Fez audiência, e Leonel compareceu a essa reunião para renovar de viva voz as acusações de violências, crimes e arbitrariedades praticadas no município de Palmeira e para as quais tinha invocado a proteção das autoridades federais. Leonel da Rocha não renovou as acusações...

O Sr. *Artur Caetano* – Entregou 32 documentos escritos, por minha mão, ao delegado militar. Constam da minha contestação. O subchefe de polícia portou-se com toda a correção e, se estivesse nesta Casa, apelaria para que dissesse se o pacto firmado na ocasião foi levado avante.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A informação que tenho é que Leonel, em vez de repetir as informações, propôs que começassem vida nova.

O Sr. *Artur Caetano* – Sim, muito bem. Queríamos ir ao pleito. Dizia ele: “Não vamos aos tribunais, não vamos revidar; queremos garantia para o alistamento e para o pleito”.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Se Leonel quisesse, efetivamente, as garantias, teria reafirmado suas acusações, e as garantias teriam sido dadas, porque o fiscal havia de requisitar força.

O Sr. *Artur Caetano* – Pois não o fez. Declarou que não podia requisitar, que não estava nas suas atribuições. Que eu me dirigisse ao comandante da região. Eu me dirigi, mas não obtive resposta. Esse caso de Palmeira, meu colega, V.Exa., com o talento que tiver, não poderá destruir a verdade dos fatos. Não há sofismas que possam provar o contrário.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. acaba de declarar que o subchefe de polícia, das mais graduadas autoridades do estado, portou-se com toda a correção.

O Sr. *Artur Caetano* – Sabia que, se permanecesse, poderia fazer cumprir o prometido, mas as autoridades locais de Palmeira faltaram a tudo. Vazulmiro Dutra, homem perverso, cheio de ódios, cometeu todos os atentados contra a propriedade, a vida e a honra.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tenho para mim que ele é melhor do que Leonel Rocha. Conheço de longa data Vazulmiro Dutra, pertencente a uma austera família, moço trabalhador e honesto.

O Sr. *Batista Luzardo* – Não apoiado!

O SR. GETÚLIO VARGAS – E por mais que acredite nas afirmações de V.Exa., não posso me convencer de que a abstenção do eleitorado de Palmeira fosse por falta de garantias.

O Sr. *Artur Caetano* – Absolutamente, completa. Está nos arquivos da Câmara a documentação.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agora, passemos à outra parte: às acusações de delitos tremendos feitas pelo deputado opositorista contra a organização administrativa e judiciária do Rio Grande do Sul. A leviandade dessas acusações...

O Sr. *Artur Caetano* – A acusação foi à fraqueza da Justiça...

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...a leviandade dessas acusações, vindo acordar da poeira dos arquivos fatos passados há 10 ou 15 anos, prova a inexistência de fatos recentes que pudessem arguir, trazendo fatos antigos, já de muito triturados pela mastigação de todas as oposições, adulterados pela má-fé e já julgados pela opinião sensata.

Em um clube da cidade de Santana do Livramento, travou-se, há cerca de 14 anos, um conflito em que pereceram dois irmãos do coronel João Francisco, mas se apurou tratar-se de uma questão pessoal, sem fundo algum partidário, pois todos pertenciam ao Partido Republicano, fruto de uma paixão instantânea, desencadeada no conflito nessa cidade longínqua da fronteira, que ninguém podia prever, nem esperar. Esse conflito, feito o respectivo processo, corridos os trâmites legais, julgados os indigitados criminosos...

O Sr. *Artur Caetano* – Não foram julgados.

O Sr. *Flores da Cunha* – O réu, de nome Salustiano, faleceu. V.Exa. faz grave injustiça ao juiz da questão, que não ascendeu por proteção da política, mas por sua competência e seu caráter é hoje membro do tribunal do estado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não houve julgamento porque o réu faleceu. O intuito de V.Exa. foi acusar o juiz da comarca, que presidia o clube em que se deu o conflito, mas que nada teve com ele.

O Sr. *Artur Caetano* – Como não teve? Se até fugiu para o Uruguai.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Como outros fugiram, no momento de correria. Mas nada tinha com o que se passava. É um juiz na sua expressão mais ampla, juiz inteligente, homem ilustrado, magistrado íntegro, a quem nunca se acusou de, no exercício do cargo, fazer política.

O Sr. *Flores da Cunha* – Juiz probo e paupérrimo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Era juiz de comarca, tinha a vitaliciedade garantida por lei. Quando chegou a sua vez, foi promovido para o Supremo Tribunal, nem podia deixar de ser, porque a lei lhe assegurava esse direito.

Vejamos agora o caso, a que o nobre colega fez referência, da morte do Dr. Nicanor Pena, já debatido nesta Casa pelo ilustre deputado Sr. Nabuco de Gouveia ao tempo em que ocorreu, demonstrando que nesse conflito, de natureza toda privada, entre o Dr. Nicanor Pena e o coronel Lucas Martins, não houve nenhuma interferência política e que o governo do Rio Grande do Sul se portou com tal correção que a sua atitude foi elogiada pelos próprios advogados que fizeram a acusação de Lucas Martins. Depois, é preciso que se diga, e isto também ficou provado nos autos, que, de acordo com os antecedentes, com a causa que originou a deflagração da luta, o agredido foi Lucas Martins, e que ele agiu na mais completa legítima defesa.

O Sr. Artur Caetano – Não apoiado; isso não se sabe.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Passo agora a tratar de outro fato, citado por S.Exa., fato que traz a mais completa e cabal defesa que se pode fazer do governo do Rio Grande do Sul: o atentado contra o *Correio da Serra* em Santa Maria. Este jornal fazia oposição ao governo local, ao intendente de Santa Maria. Seu diretor foi assaltado certa noite por praças da polícia municipal.

O Sr. Artur Caetano – E da brigada do estado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Parece que sabia o jornalista que esse assalto ia ser levado a efeito, porque esperou os assaltantes completamente preparado e, quando estes penetraram na tipografia do jornal com o intuito de empastelá-lo, os recebeu a bala e, matando um ou dois deles, os outros correram apavorados. Assim, o que houve foi uma tentativa de empastelamento contra o jornal. O presidente do estado ordenou imediatamente a abertura de inquérito para apurar a responsabilidade dos culpados, e tal foi o rigor com que agiu o chefe de polícia, enviado especialmente pelo governo para ali, demitindo o delegado e tomando outras medidas enérgicas, que o próprio intendente municipal e chefe da polícia de Santa Maria – aliás inteiramente alheio ao fato –, julgando-se desautorado, renunciou ao seu cargo, assim como todo o Conselho Municipal.

O Sr. Artur Caetano – Estava moralmente comprometido.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tal foi o rigor com que agiu o Sr. Presidente do estado que determinou a queda da situação política de Santa Maria.

O Sr. *Artur Caetano* – V.Exa. não esqueça também do caso da morte de Emilio Neto, menino de 17 anos barbaramente assassinado, em Rosário, pela polícia. Onde houve justiça para este caso?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tal foi a correção do Sr. Presidente do estado, repito, que a Associação de Imprensa do Rio de Janeiro passou um telegrama a S.Exa., aplaudindo sua atitude e manifestando-se desagravada do atentado cometido contra o jornal *Correio da Serra*.

O Sr. *Artur Caetano* – Não houve a punição dos responsáveis. O próprio delegado de Soveral é hoje um dos grandes homens do partido.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O fato da tentativa de empastelamento, reduzido à sua figura jurídica, era simplesmente um crime de dano; o jornalista nada tinha sofrido fisicamente.

O Sr. *Nabuco de Gouveia* – E a justiça se fez integralmente, tanto que o autor da morte foi absolvido, pelo fundamento de legítima defesa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agora, que culpa podemos atribuir ao presidente do estado por um fato que se dá em uma localidade qualquer, longínqua ou mesmo próxima, por um conflito instantâneo, produzido pelo desencadeamento de paixões pessoais?

O Sr. *Artur Caetano* – Há mais: o crime monstruoso praticado na noite de 14 de julho, em que estudantes foram fuzilados pela polícia.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Na ocasião em que o Sr. Borges de Medeiros, gravemente enfermo, não estava na presidência do estado.

O Sr. Borges de Medeiros, a par de suas qualidades eminentes de estadista, sendo um dos raros homens públicos que, de momento, abordado sobre qualquer dos problemas nacionais, pode dar uma solução precisa e acertada, a par da sua experiência de administrador, a par do seu tino de político, da sua cultura, da sua integridade moral, é um homem que tem um profundo sentimento de justiça, desenvolvido no exercício da magistratura, da qual foi um dos mais brilhantes ornamentos. Ainda recentemente, ao travar-se a eleição de Quaraí, o presidente do Rio Grande do Sul enviou para aquela localidade o subchefe de polícia Dr. Alceu Barbedo, com instruções para oferecer todas as garantias ao adversário. Tal foi a correção dessa autoridade, refletindo a ação do Dr. Borges de Medeiros, que o próprio candidato vencido

passou-lhe este telegrama que raros homens públicos poderão exibir dos seus mais tenazes adversários:

“O Dr. Alceu Barbedo, em nome de V.Exa., nos cientificou de nossos dois telegramas e, também, da opinião de V.Exa. de que deveria ser respeitado o resultado das urnas.

Ontem foram reconhecidos todos os conselheiros oposicionistas eleitos no pleito de 15 do corrente, em consequência do apelo formal de V.Exa. a seus correligionários, que, antecipadamente, tinham resolvido depurar dois candidatos nossos, conforme teve V.Exa. conhecimento pelos próprios correligionários.

Obedecendo a instruções de V.Exa., o Dr. Barbedo, aqui, no sentido de que não fossem burlados os direitos da oposição, conseguiu esse *desideratum*, apesar da relutância de alguns próceres do situacionismo.

Como anteriormente afirmamos a V.Exa., confiávamos na justiça do governo, em grau de recurso.

Os conselheiros da oposição trabalharam pelo progresso do município, auxiliando a administração dentro da ordem e da lei.

Satisfeitos com o ato justiceiro de V.Exa., podemos assegurar que continuaremos, como até agora, a intensificar a paz para o engrandecimento do estado e da República.

Saudações. – Gaudêncio da Conceição, presidente da Aliança Libertadora – Luís Pacheco Prates, secretário”.

Essas acusações de V.Exa. são completamente destituídas de fundamento.

O Sr. Artur Caetano – Estão no pensamento do povo rio-grandense.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Passemos a um outro ponto, que tem sido o *noli me tangere* da oposição rio-grandense – o nosso apoio ao governo federal.

Pensam os oposicionistas que, pela circunstância do Dr. Borges de Medeiros ter-se oposto à candidatura do Dr. Artur Bernardes, estava na obrigação iniludível de fazer oposição ao seu governo até o seu término, embora o presidente do Rio Grande do Sul entendesse que o governo do presidente da República, pela sua orientação administrativa, pelo seu esforço em restabelecer o equilíbrio orçamentário do país, pela sua honestidade, era um governo patriótico e digno de aprovação.

O Sr. Artur Caetano – Aliás, essa opinião, quem a sustenta são os correligionários da Reação Republicana, que ficaram fiéis à bandeira que o Sr. Borges de Medeiros desfraldou. São esses que se queixam do abandono em que ficaram e da traição dos seus companheiros.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Quais são eles?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Em primeiro lugar, o Sr. Borges de Medeiros, que pleiteou a eleição no terreno pacífico, foi sempre contrário a qualquer movimento armado, e, quando esse movimento armado se ergueu à sua revelia, ele protestou contra o mesmo, reafirmando a sua atitude de mantenedor da ordem e cumpridor da lei. Manteve-se dentro do terreno pacífico; nunca o governo do estado pregou a revolução, e, consultado a esse respeito, manifestou-se contrário.

O Sr. Batista Luzardo – Nunca ninguém pregou mais aqui a revolução que o Sr. Otávio Rocha, líder da bancada.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Repito a V.Exa. que esse fato não é exato. O Sr. Otávio Rocha era líder da Reação, e não da bancada. Eu sempre mantive inteira liberdade de atitude.

O Sr. Batista Luzardo – O Sr. Borges de Medeiros não estava na Reação Republicana?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não estou dizendo isso; o que digo é que o Sr. Borges de Medeiros era contra a candidatura do Sr. Artur Bernardes, como V.Exa. também, mas foi sempre contrário a qualquer perturbação da ordem legal.

O Sr. Batista Luzardo – Eu era livre atirador. Nunca fui filiado ao partido do Sr. Borges de Medeiros, que era o diretor mental dessa campanha. V.Exas. fazem uma grave injustiça ao Sr. Otávio Rocha dizendo que ele não era o líder do borgismo nesta Casa. No dia em que o Sr. Borges de Medeiros recuou da atitude que assumira na sucessão presidencial, passou-se, em Porto Alegre, um fato que ao Sr. Flores da Cunha não é estranho e que talvez ainda um dia eu conte da tribuna.

O Sr. Flores da Cunha – Não sei a que fato V.Exa. alude. Se for verdadeiro, será confirmado.

O Sr. Batista Luzardo – Honrem V.Exas. as tradições do Rio Grande, não recuando, não negando ao Sr. Otávio Rocha a qualidade que tinha.

O Sr. Flores da Cunha – Fomos contra a candidatura do Sr. Artur Bernardes, mas V.Exa. também foi.

O Sr. *Batista Luzardo* – Não contesto isso; mas repito, eu era um livre atirador, contava apenas com o meu voto, não fiz campanhas em que nem a honra do adversário se poupou.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não podemos nem devemos, Sr. Presidente, desprestigiar o Sr. Otávio Rocha; mas S.Exa. nunca pregou, aqui, a revolução.

O Sr. *Venceslau Escobar* – Disse que não brincássemos com fogo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Isso era apenas uma prevenção.

O Sr. *Batista Luzardo* – Apelo para a Câmara.

O Sr. *Artur Caetano* – Recitou até estrofes de Tomás Ribeiro.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exas. podem dizer, então, que o Sr. Otávio Rocha usou de expressões candentes. Mas eu afirmo que a revolução não estava nos seus intuitos, tanto que nenhuma coparticipação teve, quando ela explodiu.

O Sr. *Batista Luzardo* – O Sr. Gumerindo Ribas, nos seus discursos, afinava pelo mesmo diapasão, e o fato é que no Rio Grande já se falava abertamente em revolução.

O Sr. *Artur Caetano* – Disse até que o Rio Grande do Sul deixaria de pertencer geograficamente ao Brasil.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, o Sr. Otávio Rocha, reafirmo, nunca pregou a revolução. Podia ter tido, em um momento de exaltação, expressões mais ou menos apaixonadas. Tanto S.Exa. não era partidário da revolução que, ao se fazer um inquérito completo, após o fracasso desse movimento, ninguém apurou qualquer intervenção de sua parte.

O Sr. *Artur Caetano* – O Sr. Afonso Vizeu foi convidado a depor e declarou que dera guarida, no dia da revolução, ao Sr. Otávio Rocha.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quando Zeca Neto deu a um jornal portenho uma entrevista, afirmando que acompanhava pelo pensamento e pelo coração a revolução de São Paulo, o seu chefe, o Sr. Assis Brasil, não o desautorou nessa atitude, e, portanto, devemos concluir que está de acordo com o movimento sedicioso da capital paulista.

O Sr. *Batista Luzardo* – V.Exa. sabe que o Sr. Zeca Neto fala exclusivamente por si, não pertence ao diretório da Aliança Libertadora. Há, portanto, muita diferença entre as declarações que ele faça e as do Sr.

Otávio Rocha, que era líder da bancada de V.Exa. e interpretava fielmente o pensamento de V.Exas.

O Sr. Lindolfo Collor – V.Exa. não negará que o Sr. Zeca Neto era um dos líderes da revolução.

O Sr. Batista Luzardo – Perfeitamente. É uma figura de relevo no nosso partido; não o contesto, mas ele não fala em nome do partido.

O Sr. Artur Caetano – O partido obedece à direção do Sr. Dr. Assis Brasil; nessa palavra V.Exas. devem se inspirar quando quiserem lançar reptos à bancada libertadora.

O Sr. Nabuco de Gouveia – O nobre deputado quer a explicação do meu aparte de há pouco, quando afirmei que o Sr. Otávio Rocha não dirigia a bancada? É que nesta havia quem não concordasse com a orientação dada por S.Exa. à campanha da sucessão. Discordávamos de S.Exa., entre outros, os Srs. Simões Lopes, João Simplício e eu.

O Sr. Batista Luzardo – Mas era o líder da maioria. V.Exas. constituíam a minoria.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Não apoiado. A bancada tinha absoluta liberdade de ação.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agora, continuemos: como o nobre deputado apoia a candidatura do Sr. Artur Bernardes, quer ter monopólio desse apoio.

O Sr. Artur Caetano – Pelo contrário; já declarei da tribuna o meu ponto de vista divergente, que não piso no Palácio do Catete.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Todos aqueles que foram adversários da candidatura do Sr. Dr. Artur Bernardes, no conceito do nobre deputado, não podem apoiar o seu governo. Em primeiro lugar, os votos que obtive o Sr. Dr. Artur Bernardes do Partido Federalista não são os mesmos que obtive o Sr. Assis Brasil. O Partido Federalista levou às urnas, sufragando o nome do Sr. Artur Bernardes, 11 mil votos.

O Sr. Venceslau Escobar – Perto de 12 mil. Seja V.Exa. generoso...

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não chegou o número a 12 mil. Mas não façamos questão. Pois bem, quando o Sr. Assis Brasil disputou a presidência do estado obteve 32 mil votos. Essa diferença de 21 mil votos ou era de correligionários nossos, que votaram em Nilo Peçanha, ou era de elementos neutros, que se abstiveram na eleição de presidente da República e que sufragaram o nome do Sr. Assis Brasil.

O Sr. *Lindolfo Collor* – Conclusão: a maior parte do partido oposicionista votou contra o Sr. Dr. Artur Bernardes ou, pelo menos, deixou de votar.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Como é, pois, que S.Exas. da Aliança Libertadora querem fazer monopólio do apoio ao governo do Sr. Artur Bernardes?

O Sr. *Venceslau Escobar* – Absolutamente não queremos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tanto o que digo é verdade que a representação da Aliança Libertadora, na Câmara Federal, reflete essa diversidade de matizes que existe no Rio Grande do Sul. Vemos, aqui, o Sr. Dr. Pinto da Rocha, que foi simpático à candidatura Nilo Peçanha.

O Sr. *Batista Luzardo* – Bateu-se, na imprensa, pelo Sr. Artur Bernardes.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Escreveu também artigos no *Correio do Sul*, simpáticos à outra candidatura.

O Sr. *Batista Luzardo* – Não os conheço. Sempre o vi ao lado do Sr. Artur Bernardes.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Plínio Casado e o Sr. Batista Luzardo foram adeptos fervorosos da candidatura Nilo Peçanha, pela qual pugnaram na tribuna e na imprensa. Retiro o nome do Sr. Pinto da Rocha, apesar do que ouvi dizer, porque não tenho documentos.

O Sr. *Batista Luzardo* – V.Exa. pode retirar, porque é a expressão da verdade o que dizemos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas, ficam, então, os Srs. Batista Luzardo e Plínio Casado. S.Exas. foram partidários da candidatura Nilo Peçanha e apoiam, hoje, o governo da República. Nunca os censuramos por isso; achamos que estão no seu direito, a sua atitude é filha das suas convicções.

O Sr. *Batista Luzardo* – Perdão. Há uma grande diferença entre a atitude que tomamos, o Dr. Plínio Casado e eu, e a atitude de V.Exa.

O Sr. *Nabuco de Gouveia* – Qual é?

O Sr. *Batista Luzardo* – Que eu não assumi os compromissos que V.Exas. assumiram, dirigindo o movimento. Falo da política situacionista do Rio Grande do Sul, que foi, incontestavelmente, o verdadeiro mentor da Reação Republicana, e nunca o ocultou. A bandeira desse movimento era o célebre telegrama do Sr. Borges de Medeiros, reivindicando direitos que a convenção de junho não teria reconhecido. V.Exas., que foram porta-estandarte daquela Reação, que fizeram depois?

O Sr. Paim Filho – Naquela ocasião V.Exa. estava de acordo conosco.

O Sr. Batista Luzardo – Perdão. Eu era livre atirador, e não estava filiado a partido algum. V.Exas., repito, foram os mentores, e, no meio da jornada, que fizeram?

O Sr. Lindolfo Collor – No meio da jornada, não apoiado. Batemo-nos com galhardia até o fim; agora, não poderíamos ter a responsabilidade de uma atitude que não queríamos tomar; ninguém nos podia forçar a colaborar em uma revolução com a qual não estávamos de acordo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Permita-me agora o distinto colega, o Sr. Batista Luzardo, que lhe faça uma pergunta. S.Exa., que era diretor de um jornal político, orientador da opinião, que foi solidário com a campanha política em favor do Sr. Nilo Peçanha, apesar de não pertencer ao Partido Republicano, e que, como disse, era contrário a qualquer tendência revolucionária: como jornalista, como orientador da opinião, algum dia S.Exa., pela sua folha, protestou contra a atitude ou a tendência revolucionária que nos atribui?

O Sr. Batista Luzardo – Nem tinha que protestar. Apenas me limitei a, no jornal *A Nação*, escrever um artigo – um só, e desafio V.Exa. a que conteste – lançando a candidatura do Sr. Nilo Peçanha, e em que termos! Agora, contra que V.Exa. queria que eu protestasse? Seria até intrusão indébita de minha parte na política a que pertence V.Exa. no Rio Grande, se eu fizesse tal coisa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Uma vez que V.Exa. entende que a orientação foi revolucionária, e não protestou, implicitamente se tornou solidário.

O Sr. Batista Luzardo – É modo de julgar de V.Exa.; pode completar o seu juízo como bem entender, mas eu é que não estou de acordo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tenho aqui o telegrama de V.Exa. ao Dr. Nilo Peçanha.

O Sr. Batista Luzardo – É um fato, não vou contestar. Pois, se desde o primeiro momento declarei que escrevi o artigo!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Eis o teor desse despacho, bem como do endereçado ao Dr. José Joaquim Seabra:

“Senador Nilo Peçanha – Rio:

Da extrema fronteira rio-grandense, no instante em que as forças livres da nação levantam vosso nome para serenas reivindicações

republicanas, nossa folha, jornal independente, vos hipoteca sua solidariedade, seu esforço.

Pela redação do *A Nação* – Batista Luzardo – Brasil Viana – Alberto de Lemos”.

“Governador Seabra – Bahia:

Saudamos egrégio baiano na hora radiante da luta que desperta o país, para seus verdadeiros destinos, assegurando formaremos ao lado dos homens livres que sagram vosso nome.

Pela redação do *A Nação* – Batista Luzardo – Brasil Viana – Alberto de Lemos”.

O Sr. *Batista Luzardo* – Em que termos, veja V.Exa.! Agora, posso confrontar a maneira como eu me manifestei ao Sr. Nilo Peçanha com a forma por que V.Exas. sustentavam a sua candidatura.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estou apenas narrando um fato.

O Sr. *Batista Luzardo* – Perfeitamente; nem eu recuo uma linha do que disse.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Prossigo na minha narração. Quando se tratou da sucessão presidencial, após a morte do Dr. Rodrigues Alves, o situacionismo rio-grandense foi um dos elementos de apoio à candidatura do Sr. Dr. Epitácio Pessoa; os opositoristas do Rio Grande do Sul combateram-na, e os jornais da sua grei apelidavam o candidato de Inválido da Pátria. Pois bem, eleito o Dr. Epitácio Pessoa, a oposição rio-grandense aderiu a ele e apoiou o seu governo. Nunca a censuramos por esse motivo; estava no seu direito.

O Sr. *Artur Caetano* – O Dr. Epitácio Pessoa era até nosso antigo correligionário; está nos anais desta Casa o seu julgamento sobre a Constituição do Rio Grande do Sul. Quem era, porém, que contendia com o Sr. Epitácio Pessoa? O Sr. Rui Barbosa, com o qual tínhamos a mais estreita solidariedade, como que um pacto de honra desde a Campanha Civilista. Nunca iríamos às urnas contra Rui Barbosa, tais eram para o egrégio patrício o nosso entusiasmo e a nossa gratidão. E se havia alguma ofensa ao Sr. Epitácio Pessoa, não partia de qualquer órgão autorizado da oposição. Eu, por exemplo, fui com o Sr. Rui Barbosa, mas nunca injuriei o Sr. Epitácio Pessoa.

O Sr. *Venceslau Escobar* – O Sr. Epitácio Pessoa era tão nosso amigo que dizia que no Rio Grande do Sul nem existe Constituição.

O Sr. Lindolfo Collor – Em suma, o que está apurado é que V.Exas. foram contra e depois a favor; podemos ir adiante.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quanto ao apoio que a oposição rio-grandense deu à candidatura do Sr. Artur Bernardes, penso que não foi por dedicação a esse candidato, mas para guerrear o Sr. Borges de Medeiros, porque sempre a oposição rio-grandense combateu todos os candidatos a favor dos quais era o Sr. Borges de Medeiros.

O Sr. Venceslau Escobar – Pela minha parte, agradeço, mas devo dizer que, se votei no Sr. Artur Bernardes, não foi pelo motivo que V.Exa. acaba de apontar.

O Sr. Artur Caetano – Cumpre acentuar que, na própria convenção de 8 de junho, o Sr. Rafael Cabeda reclamou que fosse aberta a questão da revisão constitucional; o Sr. Artur Bernardes aquiesceu na sua plataforma e começaram as nossas aproximações.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Esses votos, que V.Exas. deram por espírito de oposição ao governo estadual, que foram espontâneos, que lhes não foram solicitados, agora querem obter, por isso, recompensa extraordinária, a que não lhes dão direito suas forças eleitorais.

O Sr. Artur Caetano – Ao contrário: já disse, da tribuna, que nada tenho solicitado do Sr. Artur Bernardes, nem vou ao Catete obter coisa alguma para mim.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. faz praça de sua independência, dizendo que não subiu as escadas do Catete. Dentre nós da bancada republicana, só frequenta assiduamente o Catete o nosso líder, Sr. Nabuco de Gouveia, que já era amigo pessoal do Sr. Presidente da República.

O Sr. Artur Caetano – Citei, apenas, um fato e não quis absolutamente ofender qualquer dos meus pares.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Por mim só fui duas vezes ao Palácio, em comissão, nomeado, da primeira, pelo Sr. Presidente da Câmara e, da segunda, pelo líder da bancada, e só fui depois do meu reconhecimento; antes não.

O Sr. Lindolfo Collor – Também eu.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agora tenho outra coisa a afirmar: a Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul, esse conglomerado de opiniões que assim se alcunhou, não é um partido político, pela razão que dava Gaspar Martins, que “ideias não são metais que se fundem”, e os elementos desse partido não são metais que se fundem,

ele é constituído por uma justaposição de elementos heterogêneos, é uma mistura.

O Sr. Artur Caetano – Não apoiado. Dentro do Rio Grande do Sul, não temos uma linha de separação. Não há programa mais aproximado do de Silveira Martins do que o do Sr. Assis Brasil.

O Sr. Lindolfo Collor – Isto está amplamente estudado com as próprias palavras do Sr. Assis Brasil: “Coligações imorais, negativas e funestas”.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Nessa Aliança Libertadora está o nome respeitabilíssimo do Sr. Venceslau Escobar, velho representante tradicional do federalismo; está o nome do deputado Artur Caetano, também parlamentarista da gema; está o do deputado Maciel Júnior, nas mesmas condições. Agora, lá se acham os deputados Pinto da Rocha e Plínio Casado...

O Sr. Batista Luzardo – Não apoiado. O Sr. Pinto da Rocha é parlamentarista.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...discípulos de Júlio de Castilhos, formados na sua rígida escola política...

O Sr. Artur Caetano – Da qual dissentiram há muitos anos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...que nunca se declararam parlamentaristas, pelo menos nunca vi profissão de fé em que renegassem as suas ideias. Esses dois homens, meus antigos mestres na Escola de Direito de Porto Alegre, notáveis pela sua eloquência, pelo seu saber, pela sua bondade, e que deixaram irradiantes tradições de simpatia entre a juventude do tempo, até agora não abandonaram suas ideias presidencialistas, que eu saiba.

O Sr. Artur Caetano – O Sr. Pinto da Rocha é, profundamente, parlamentarista.

O Sr. Lindolfo Collor – Perfeitamente. O orador deve retificar quanto ao Sr. Pinto da Rocha, porque sei que há declaração sua a favor do parlamentarismo; mas, quanto ao Sr. Plínio Casado, não.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Deputado Batista Luzardo veio diretamente para o assisismo sem ter passado pelo cadinho depurador do federalismo. Não sei até agora se suas opiniões são parlamentaristas ou presidencialistas.

O Sr. Batista Luzardo – Posso afirmar que estou de pleníssimo acordo com o programa do Sr. Assis Brasil.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agora, a Aliança Libertadora não é um partido político, porque não tem programa. Quando se reuniram em

São Gabriel os elementos que a constituem, para escolha do candidato, houve quem propusesse que, previamente, se estabelecesse um programa, ao qual obedecesse o mesmo candidato.

O Sr. Batista Luzardo – Perdão; ninguém propôs isso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Os jornais disseram isso.

O Sr. Artur Caetano – É intriga partidária.

O Sr. Lindolfo Collor – Pode ser intriga, mas não é ofensa, porque seria muito natural que V.Exas. apresentassem um programa...

O Sr. Artur Caetano – Perfeitamente. E temos um programa.

O Sr. Lindolfo Collor – ...e que, só depois, escolhessem o candidato.

O Sr. Batista Luzardo – Respondo ao nobre deputado, Sr. Getúlio Vargas, que não é exato que alguém tivesse cogitado de programa prévio. Tratava-se de uma convenção para a qual o Sr. Dr. Assis Brasil tinha indicado a matéria, e não iríamos nos ocupar de outra.

O Sr. Lindolfo Collor – Em todo caso, *data venia*, fico no meu contra-parte: seria muito lógico que tratassem de apresentar um programa.

O Sr. Artur Caetano – Dentro do Rio Grande do Sul temos a nossa bandeira e não há entre nós, repito, uma linha de separação.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Foi relatado que o Dr. Assis Brasil, ao ser reclamado um programa, respondeu que, naquela reunião, se tratava da escolha de candidato e que o programa viria depois.

O Sr. Batista Luzardo – Absolutamente, não se discutiu esse ponto.

O SR. GETÚLIO VARGAS – De qualquer modo, a verdade positiva, franca e iniludível é que V.Exas. são candidatos sem programa.

O Sr. Artur Caetano – Sem programa?!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sim, não têm um programa de conjunto a que todos obedçam.

O Sr. Artur Caetano – Há a maior aproximação das duas correntes oposicionistas; a corrente federalista radical e a que tem o programa democrático do Sr. Dr. Assis Brasil, dentro do estado. Quanto à reforma da Constituição Federal, também estamos de acordo com vários pontos fundamentais e divergimos, unicamente, na questão de formar ou não o governo de gabinete.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Corrente parlamentarista e chefe presidencialista!

O Sr. Artur Caetano – Revisionista, profundamente revisionista.

O Sr. Lindolfo Collor – Em que sentido?

O Sr. Artur Caetano – Da Constituição de 24 de fevereiro...

O Sr. Lindolfo Collor – Não é o programa de V.Exas.

O Sr. Artur Caetano – Dentro do estado, torno a dizer, não há a mínima separação entre nós. Na União, sim, temos pontos em que divergimos, mas sobre os quais ainda havemos de entrar em acordo. Na verdade, trata-se de uma aliança de correntes políticas...

O Sr. Lindolfo Collor – Os metais acabarão por se fundir...

O Sr. Artur Caetano – ...e não há política que tenha programa que mais se aproxime da do Sr. Silveira Martins do que a do Sr. Assis Brasil. O mais é questão de economia interna do nosso partido.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, a Aliança Libertadora, não tendo um programa político por todos seguido, não constitui, por isso, na sua verdadeira expressão, um partido.

O Sr. Venceslau Escobar – *Quid inde?*

O SR. GETÚLIO VARGAS – Uma das provas palpáveis da dissensão que lavra entre os seus elementos vem a ser as acusações que, reciprocamente, se fazem e que saem até das normas comuns da cortesia e palestras particulares e que aparecem nos jornais como ataques formidáveis de uns correligionários contra outros. O Sr. Fanfas Ribas...

O Sr. Artur Caetano – Não traga V.Exa. para a tribuna uma questão de caráter pessoal. Apelo para a elevação em que V.Exa. sempre coloca os debates e até recorde e reivindico para V.Exa. as glórias da assembleia estadual, onde nunca descemos a esse terreno.

Um Sr. Deputado – E quando V.Exas. trouxeram para aqui um telegrama do Sr. Flores da Cunha?...

O Sr. Artur Caetano – Era uma questão política. O Sr. Flores da Cunha, no telegrama, desligava-se do seu partido.

O Sr. Flores da Cunha – Não apoiado. Nesse telegrama, tive até oportunidade de dizer que o Dr. Borges de Medeiros não tinha força para me pôr fora do partido, porque nosso partido não é patrimônio de homem nenhum. Toda a minha vida fui castilhistas e é o que ainda hoje sou.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Devo dizer que não vou ler o artigo do Sr. Fanfas Ribas, nem a resposta do Sr. Labarthe. O Sr. Fanfas Ribas é um antigo e eloquente batalhador do federalismo, diretor do jornal de mais notoriedade da oposição rio-grandense. O Dr. Paulo Labarthe é um moço de real talento, advogado e também jornalista que sempre militou no federalismo, sendo o nome de mais realce na corrente que se

diz fiel à tradição de Rafael Cabeda. Esses dois eminentes representantes da oposição agrediram-se atrozmente. Não vou trazer para aqui essas dolorosas questões pessoais.

O Sr. Artur Caetano – De caráter pessoal, muito bem. Faço esta justiça a V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quero acentuar, apenas, que essas dissensões de caráter pessoal resultam de divergências políticas.

O Sr. Artur Caetano – Não apoiado; aí é que está o engano de V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Resultam da negativa, da recusa dos federalistas de Livramento, daqueles que estavam com Rafael Cabeda, em apoiar a chapa dos candidatos escolhidos no congresso de São Gabriel.

O Sr. Artur Caetano – O Sr. Honório Lemes era o maior amigo de Rafael Cabeda, homem que mais prestígio emprestava àquele chefe.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tanto não foi questão somente pessoal – e não vou aqui, absolutamente, aventar a questão pessoal – que o Sr. Honório Lemes escreveu uma carta, que não lerei, ao Sr. Ladário Cabeda, explicando por que tinham sido escolhidos os candidatos apresentados à eleição de 3 de maio e por que não tinha sido incluído um representante direto da facção Cabeda.

Devemos, pois, manter, na Câmara Federal, uma atitude mais condizente com a nossa educação, com as nossas tradições de cortesia e cavalheirismo. O Rio Grande de outrora, de ontem, sofreu uma profunda transformação com a aplicação técnica dos processos resultantes do progresso. O Rio Grande do Sul é hoje uma grande oficina de trabalho. O tipo tradicional do gaúcho gaudério, correndo de pouso em pouso, de rancho em rancho, em busca de aventuras e trabalho, peador valente dos entreveros, rastreador hábil de caminhos, buscando no mar imóvel das grandes planícies verdes um rumo para o seu destino, esse desapareceu; é uma figura transata na nossa evolução social. As virtudes da raça subsistem, porém, nos seus descendentes, afeiçoadas pela civilização às novas condições da vida e do meio.

O notável e extraordinário surto progressista do Rio Grande do Sul operou-se dentro da admirável organização republicana que lhe deu o gênio político de Júlio de Castilhos. Foi ele que, combinando perfeitamente o gênio do povo com as circunstâncias do tempo, criou essa Constituição política que é um admirável, um extraordinário consórcio

da liberdade com a autoridade. Júlio de Castilhos foi o gênio criador. Mas o criador não inventa. Ele apanha os materiais esparsos que se lhe oferecem, escolhe-os, combina-os e funde-os em um bloco compacto, ao calor da chama que o abrasa. Foi o que fez Júlio de Castilhos. A sua atitude era a de um verdadeiro espírito construtor, ao passo que os velhos representantes do federalismo não são os legatários políticos de Gaspar Martins, porque eles estão presos a este mais por laços de sentimentos do que pela obediência a suas ideias e princípios políticos. Tanto é assim que o próprio Sr. Assis Brasil acentuou a superfetação que existe entre a adoção de um programa ao mesmo tempo parlamentar e federativo.

O Sr. Artur Caetano – Sempre sustentamos a conciliação do parlamentarismo com a forma federativa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É isso o que nega o Sr. Assis Brasil, chamando de superfetação. Acha incompatível a federação com o parlamentarismo.

O Sr. Artur Caetano – Sustentamos o parlamentarismo com a forma unitária. Isto mesmo já disse ao Sr. Assis Brasil.

O Sr. Lindolfo Collor – Então, o Sr. Assis Brasil é que não compreende bem o programa de V.Exas. Quando V.Exas. oportunamente apresentarem seu programa, liquidarão esse ponto com o chefe do partido.

O Sr. Venceslau Escobar – Eu também não acredito que todos os senhores sejam comtistas.

O Sr. Lindolfo Collor – E onde encontrou V.Exa. uma declaração de fé comtista no Partido Republicano do Rio Grande?

O Sr. Artur Caetano – Em toda a sua propaganda.

O Sr. Venceslau Escobar – Basta dizer que o evangelista dessa doutrina é o Sr. Borges de Medeiros.

O Sr. Lindolfo Collor – V.Exas. confundem sociologia com comtismo. É o mesmo que confundir biologia com Bichat...

O Sr. Venceslau Escobar – V.Exa. é uma mentalidade superior.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quaisquer que sejam os princípios e ideias adotados por nós, a identidade dos fatores cósmicos, morais e sociais, atuando sobre os mesmos indivíduos, deve apresentar as mesmas resultantes biológicas. Todos nós, quer situacionistas, quer oposicionistas, devemos ter, e temos, o mesmo culto pela liberdade, o mesmo respeito pelas tradições, os mesmos sentimentos de admiração pelos

nomes eminentes, de entusiasmo pelos prélios cívicos, de interesse pela vida pública.

Talvez haja em nós, um tanto em excesso, o prazer pelo risco das aventuras, mas há também, em abundância, o sentimento de lealdade, de generosidade, de franqueza, e esta transbordante alegria de viver que alguém já assinalou e que nos vem, provavelmente, da visão panorâmica dos largos horizontes. Talvez haja, também, um resquício de caudilhismo, transformado ao feitio da época, mas transparecendo ainda na violência dos gestos para a realização das ideias. Mas V.Exa. não deve, por isto, denegrir a sua terra e a sua gente nas suas expressões orgânicas e representativas, porque seria aviltar-se no próprio conceito dos que o escutam. Porque, se as acusações de V.Exas. fossem verdadeiras, o Rio Grande do Sul não seria o que é: bastião da nacionalidade destacado nos confins longínquos da grande pátria, defrontando duas repúblicas progressistas, absorventes, de profundo instinto para a luta, e onde somos obrigados a manter um esforço contínuo, sereno, mas heroico, na defesa da língua, das tradições e da cultura brasileiras.

Se a alma coletiva do Rio Grande do Sul, pregada na cruz infamante pelos cravos da retórica do nobre deputado, pudesse ser invocada neste momento, estou certo de que ela repetiria as palavras piedosas do Nazareno: “Perdoai-lhes, Senhor. Eles não sabem o que fazem.”

Câmara dos Deputados, 18 de novembro de 1924

Discurso criticando, pessoa por pessoa, a bancada da Aliança Libertadora pela atitude contrária à moção de solidariedade ao governo federal apresentada pelo líder da maioria diante da revolta do encouraçado *São Paulo*. Vargas considera que alguns representantes mostraram-se francamente solidários com a revolução e não aceitaram o Tratado de Pedras Altas. Relata ainda incidentes ocorridos em vários municípios gaúchos no decorrer das eleições federais de 3 de maio de 1924, envolvendo caudilhos de oposição.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, foi de revolta a impressão que me despertou o último discurso aqui pronunciado pelo Sr. Deputado Venceslau Escobar, pelo desvirtuamento dos fatos, pelas falsas ilações tiradas sobre acontecimentos de trivialidade costumeira

e pela larga dose de fantasia com que S.Exa. elaborou as arguições feitas contra o governo e as autoridades do Rio Grande do Sul. Uma vez, porém que o líder da bancada incumbiu-me de responder a S.Exa., procurei pensar mais friamente, reflexionar sobre esses fatos, a fim de não incorrer nos mesmos destemperos e também para que não fosse merecedor das mesmas censuras que penso ser S.Exa. Sendo o Sr. Deputado Venceslau Escobar, como eu julgo, um homem sério, isto é, um homem honesto, só posso atribuir a maneira por que aqui se manifestou a um de dois motivos: ou S.Exa. se deixou arrastar pelo fanatismo sectário que perturba a serenidade da análise...

O Sr. Venceslau Escobar – Sectário é que não sou; sectários são S.Exas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...e o acerto do julgamento, ou S.Exa. só encontrou esta porta de saída para a falsa situação em que se colocou perante a política nacional. A atitude da representação da Aliança Libertadora na Câmara dos Deputados perante a moção de solidariedade ao governo, apresentada pelo líder da maioria, merece uma análise minuciosa, pessoa por pessoa, porque, além de essa bancada se haver cindido em dois grupos, há num mesmo grupo matizes especiais que precisam ser destacados um por um.

Começarei pelo Sr. Deputado Plínio Casado, mestre de direito e de eloquência, nome de real evidência nas lides forenses do Rio Grande do Sul. S.Exa. se colocou desassombradamente ao lado da revolução.

O Sr. Gentil Tavares – E impatrioticamente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Deputado Artur Caetano, que é inegavelmente a figura de mais prestígio na moderna geração do federalismo, colocou-se também ao lado da revolução, dizendo que esta era invencível. O Sr. Batista Luzardo, novo ainda na política, mas que, antes de entrar nesta Câmara, havia já ganho as esporas de cavaleiro nas lutas cruentas do Rio Grande do Sul, declarou bastar que o seu chefe, o Sr. Honório Lemes, estivesse com a revolução para que S.Exa. não lhe negasse a sua solidariedade. Esses três representantes da Aliança Libertadora foram, portanto, francamente solidários com a revolução. Poder-se-á, analisando a atitude desses deputados, dizer que praticaram profundo erro de lesa-patriotismo; que rasgaram o Tratado de Pedras Altas; que faltaram aos compromissos assumidos para com o Sr. Presidente da República; que ludibriaram a nobre confiança que neles depositava o Sr. Ministro da Guerra. Mas uma coi-

sa não se lhes poderá negar, como aos seus correligionários no Rio Grande do Sul: a bravura do gesto, entregando os seus destinos à sorte aleatória das batalhas.

Um outro representante da oposição, o Sr. Deputado Maciel Júnior, que era o líder da sua bancada...

O Sr. Venceslau Escobar – Eleito por V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não era ele o líder de V.Exas.? Sempre o tive nessa conta.

O Sr. Venceslau Escobar – Agora é que estou sabendo disto.

O Sr. Francisco Peixoto – Pelo menos é o que constava.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Deputado Maciel Júnior, como dizia, mais astuto, mais hábil, deixou-se ficar em uma atitude expectante. Censurou os meus colegas pela imprudência, pela imprevidência, pela inoportunidade de suas atitudes, vindo manifestar-se no recinto da Câmara contrário à moção de aplauso ao governo, antes que a Aliança Libertadora, por intermédio do seu órgão legítimo, que é a junta que preside o partido, ou do chefe desse partido, que é o Sr. Assis Brasil, se houvesse manifestado a respeito. Declarou o Sr. Maciel Júnior que havia telegrafado ao Sr. Assis Brasil, e até agora não tivera contestação. Isso, aliás, leva-me a acreditar que o Sr. Assis Brasil é inteiramente solidário com a revolução, bem como todos aqueles que o Sr. Maciel Júnior supunha fossem seus amigos particulares. A verdade incontestável, porém, é que o Sr. Maciel Júnior, favorável à moção, foi desautorado não só pelos seus correligionários da Câmara dos Srs. Deputados, como pelos outros partidários de S.Exa., porque até agora, que eu saiba, só recebeu um telegrama de solidariedade do Sr. Adão Issler e outro de um desconhecidíssimo Sr. Brizola, publicados no *Jornal do Comércio*.

O outro representante do federalismo que também manifestou a sua opinião, não no recinto da Câmara, mas em carta publicada na *Gazeta de Notícias*, foi o Sr. Deputado Pinto da Rocha, que permaneceu ao lado do governo.

Por último, o Sr. Lafayette Cruz fez a sua estreia tribuniária pronunciando um discurso que é uma revelação de sociólogo. Evidentemente S.Exa. descobriu o nexa da causalidade existente entre a revolução democrática da atualidade e o regime normal previsto pela sociologia comtista, para o qual marchamos, segundo a sua afirmação. S.Exa., com a frente enramada pela coroa de louros deste dom divinatório, cortou

na trama viva da sociedade rio-grandense com a agudeza crítica de um filósofo. Declarou o Sr. Deputado Lafayette Cruz “que Júlio de Castilhos era a mais completa e perfeita organização de estadista republicano de quantos têm atuado na consolidação e aperfeiçoamento do regime, e que a Constituição do estado era modelar, consagrada de todas as liberdades”. Mais castilhista que o Sr. Borges de Medeiros, S.Exa. acusava o presidente do Rio Grande do Sul de “ter desvirtuado a Constituição do estado, na sua aplicação prática”, e, contraditoriamente, em vez de bater-se pela aplicação integral dessa Constituição em toda a sua pureza, e combater o homem que a desvirtuava, aceitou a continuação deste e pleiteou a reforma dessa Constituição, que julgava modelar. Ao mesmo tempo que aplaudia a revolução rio-grandense desencadeada em 1923, censurava as que se deflagraram este ano dentro do território nacional, e, se aprovava a de lá e censurava estas que aqui se realizavam, S.Exa. não nos explicou por que não foi colocar, ao lado de seus correligionários, na contenda de 23, a sua espada de tenente-coronel, nos campos de batalha. Provavelmente não foi por medo; mas porque S.Exa., sendo militar, sabia que infringiria as leis militares desde que se colocasse ao lado de uma mazorca, para combater o poder constituído. De qualquer forma, o Sr. Deputado Lafayette Cruz colocou-se decididamente ao lado do governo federal.

Resta o ilustre deputado Sr. Venceslau Escobar. A atitude de S.Exa. não foi, a princípio, decisiva. Quando apresentada aqui a moção do nobre líder da maioria, S.Exa. declarou que não era contrário ao governo federal, que não era contrário à moção apresentada; mas, desde que ela transcendesse os limites do Rio Grande do Sul, S.Exa. acompanhava a revolução em que se achavam envolvidos os seus correligionários, pois a sua solidariedade não podia ir até o ponto de censurá-los, porque seria trair os seus compromissos de honra. S.Exa. aprovava a moção enquanto ela não se estendesse ao Rio Grande do Sul. Mas a moção provocada pela revolta dos marinheiros do couraçado *São Paulo* não fazia referência especial ao Rio Grande do Sul. Apesar disso, S.Exa. assinou o voto em separado, contrário à moção.

O Sr. Venceslau Escobar – Acho que deixei bem definida a minha posição no discurso que aqui proferi. Se a revolução fosse exclusivamente militar, eu não a poderia apoiar; mas, fizesse causa comum com os meus companheiros, eu não os poderia abandonar.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Pareceu-me, Sr. Presidente, à primeira vista, que S.Exa. quis manter, isoladamente, a dubiedade política que caracterizara em bloco, até então, toda a representação da Aliança Libertadora, até que cindiu a moção do nobre líder da maioria. Essa dubiedade caracterizou-se por uma política bifonte, de dois pesos e duas medidas, uma política que viveu a dançar uma música a dois compassos...

O Sr. Venceslau Escobar – Bem igual a do Dr. Borges de Medeiros, e dos Srs. Deputados governistas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...recebendo favores do governo e dizendo apoiá-lo, ao mesmo tempo que fazia zumbaias à revolução com a qual já havia entrado em conciliábulos secretos.

Eu poderia, Sr. Presidente, em retorsão às acusações aqui levantadas pelo ilustre deputado Venceslau Escobar, estadear aos olhos atônitos da Câmara todos os atos de atrocidade repulsiva cometidos pelo revoltosos. Poderia trazer como exemplo os saques, os morticínios, a violação do respeito às famílias, as tropas de muares emigradas para Santa Catarina e ali vendidas em benefício pessoal. Poderia trazer uma série de provas neste sentido; mas não faço campanhas pessoais. Analiso princípios políticos, ideias políticas, atitudes políticas.

O Sr. Barbosa Gonçalves – Muito bem.

O Sr. Venceslau Escobar – Se esses fatos tiveram lugar, foram de parte a parte.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não faço referências pessoais. Não ofendo pessoalmente a ninguém, mesmo porque, ofensas pessoais, não as discutiria da tribuna da Câmara, mas em outro terreno e com outros argumentos.

Entremos, porém, na apreciação pormenorizada das acusações que formulou o digno deputado da oposição. Para evitar o trabalho de estar compulsando publicações esparsas, dados numéricos e documentos, tomei nota desses dados e das principais acusações formuladas, em torno dos quais abordarei os comentários sugeridos pela noção exata das ocorrências.

Diz o ilustre deputado Sr. Venceslau Escobar:

“A cláusula 10, garantia primeira do tratado de paz, não foi cumprida pelo governo federal, porque só mês e meio depois de iniciado o alistamento foi que o governo nomeou esse delegado para fiscalizar o alistamento e o processo eleitoral, e a esse delegado foi proibido nomear representantes das diversas localidades, para tornar eficiente a sua ação”.

De maneira que um dos pontos em que a oposição rio-grandense acusa o governo federal, uma das causas justificativas da sua separação, foi este – de que o governo federal não cumpriu uma das cláusulas do tratado de paz, nomeando um delegado que por sua vez escolhesse representantes seus nas diversas localidades para fiscalizar o alistamento eleitoral. Isto é, diz S.Exa. que esse delegado só foi nomeado “um mês e meio depois de iniciado o alistamento” e com expressa “proibição de nomear representantes seus nas localidades”.

Vou responder à afirmativa de S.Exa. com um telegrama do Sr. Ministro da Guerra dirigido ao Sr. Assis Brasil. Em princípios de março, o Sr. Assis Brasil dirigiu-se ao Sr. Ministro da Guerra reclamando contra a falta de fiscais, e o ministro da Guerra respondeu com o seguinte despacho:

“Tendo o ministro da Justiça autorizado, ainda no mês findo, o procurador da República a nomear seus delegados, para facilitarem o trabalho do alistamento, respondeu este dizendo não saber quem nomear, por não ser conhecedor de pessoas idôneas nas localidades. O ministro replicou que devia para isso tomar informações. Convém, portanto, V.Exa. auxiliar, direta ou indiretamente, nesse particular. Não será necessário acrescentar que essas nomeações deverão recair em pessoas que, como é preciso, saibam haver-se com imparcialidade”.

Isto dizia o Sr. Marechal Ministro da Guerra ao Sr. Assis Brasil, depois de ter ouvido a opinião do Sr. Ministro da Justiça. O Sr. Ministro da Justiça, que mereceu aqui acusações do Sr. Deputado Venceslau Escobar, dizendo este que “ele estava não sei por que condão misterioso ligado ao Dr. Borges de Medeiros”, atendeu imediatamente ao cumprimento das condições do tratado de paz, nomeando o procurador da República para fiscal-geral no estado e incumbindo-o de nomear seus agentes.

O Sr. Venceslau Escobar – Mas só mês e meio depois.

O SR. GETÚLIO VARGAS – No mês de fevereiro, diz o Sr. Ministro da Guerra no telegrama ao Sr. Assis Brasil.

O Sr. Venceslau Escobar – Não é verdade.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Então, não é verdade o que diz o telegrama do Sr. Ministro da Guerra, marechal Setembrino de Carvalho?

O Sr. Venceslau Escobar – Não é mesmo verdade. E quando nomeou foi com a proibição de o delegado nomear representantes nas localidades.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. está mal informado.

O Sr. Venceslau Escobar – Não estou. Esta é a verdade.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Ministro da Justiça autorizou o procurador da República a nomear esses representantes, recomendando até que deviam ser pessoas de comprovada idoneidade.

O Sr. Nabuco de Gouveia – É isso confirmado pelo telegrama do Sr. Ministro da Justiça ao Sr. Deputado Maciel Júnior.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Procurador da República sentiu-se embaraço, porque devia encontrar dificuldade para a escolha de pessoas imparciais em cada localidade do estado. A população estava dividida em dois partidos opostos e podia haver indivíduos que não tivessem participação nas lutas políticas, mas talvez sem a necessária competência para o cargo.

O Sr. Venceslau Escobar – Esse despacho do Sr. Ministro da Justiça era até original. Recomendava que fosse nomeada pessoa que não tivesse parte em ambas as facções...

O SR. GETÚLIO VARGAS – Perdão; os termos precisos da referência do Sr. Ministro da Guerra a esse ponto são os que li há pouco. “Não será necessário acrescentar que essas nomeações deverão recair em pessoas que, como é preciso, saibam haver-se com imparcialidade.” Não se podendo encontrar tais pessoas, não diligenciando o procurador da República nesse sentido, o Sr. Assis Brasil indicou fiscais seus, candidatos seus.

O Sr. Artur Caetano – Os juizes e as autoridades todas estavam em mãos do governo do estado, de maneira que, por uma questão de equidade, foram feitas as nomeações de acordo com as indicações, algumas até sem a interferência do Sr. Assis Brasil, e isso nos últimos dias.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Os fatos que estou narrando são verdadeiros.

O Sr. Artur Caetano – O procurador da República, V.Exa. deve lembrar-se, dirigiu um telegrama ao Sr. Assis Brasil dizendo que não podia fazer indicações.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Foram nomeados fiscais de acordo com indicações do Dr. Assis Brasil. Essas indicações, dizem os nobres deputados, foram feitas 15 dias antes do encerramento da qualificação.

Aceitemos; mas esses fiscais tinham faculdade ampla de examinar todo o processo eleitoral. Podiam recorrer.

O Sr. Venceslau Escobar – Em meia dúzia de dias?!

O Sr. Artur Caetano – Na própria terra do orador, em São Borja – está aí o relatório na Câmara –, o delegado declarou que o juiz tinha dito que não dava essa obediência porque o Pacto de Pedras Altas não obrigava a transgredir a lei.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É inverídica essa informação, e no dia em que V.Exas. quiserem discussão neste sentido, fá-lo-ei baseado em certidões e documentos e não em simples asserções de informantes suspeitos.

O Sr. Artur Caetano – Quando da minha contestação, trouxe documentos escritos, entre os quais o que se referia a São Borja, que está aí e foi lido no debate.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Documento do fiscal, suspeitíssimo.

O Sr. Artur Caetano – Com pessoas da maior idoneidade moral para as quais apelei. E o atrito que teve com o juiz de São Borja?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ignoro a existência desse atrito. Diz, porém, o Sr. Venceslau Escobar, que isso foi feito 15 dias antes de se encerrar o alistamento. O alistamento encerrou-se a 3 de abril...

O Sr. Venceslau Escobar – A 2.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...e a votação só começou a 3 de maio, de modo que tiveram mais de mês para examinar o processo eleitoral.

O Sr. Venceslau Escobar – O que adiantava?

O Sr. Artur Caetano – Aí, os recursos não tinham mais efeito suspensivo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Nesse prazo de três meses, qualificaram-se no Rio Grande do Sul 55 mil novos eleitores. Desses 55 mil novos eleitores, tendo sido os revolucionários beneficiados com a cláusula do tratado de paz pela qual o conhecimento dos recursos eleitorais passava à Justiça ordinária, desses 55 mil alistados, só houve recurso quanto a setecentos e tantos. E muitos foram interpostos por companheiros nossos.

O Sr. Artur Caetano – Em Passo Fundo, onde houve um dos maiores alistamentos do estado, eu, como opositor, não recorri a ninguém, nem podia fazer isto. E a maneira por que se constituíram as mesas eleitorais no estado, a indicação dos mesários?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Vou narrar a V.Exa. um caso especial, a respeito do município de São Borja, que prova a liberalidade do juiz no julgar o alistamento de correligionários dos nobres deputados. Os

oposicionistas, que preparavam os requerimentos de seus companheiros políticos na Junta Libertadora e, portanto, inteiramente estranhos a qualquer fiscalização de autoridade, traziam esses requerimentos prontos e, em vez de fazer o notário reconhecer a letra e a firma do signatário, faziam dois correligionários abonar a letra e a firma e depois apresentavam o papel para o notário reconhecer as firmas dos abonadores, o que era um reconhecimento indireto, por justificação, sem autenticidade. Pois bem, o juiz da comarca aceitou esses requerimentos; mandou inscrever essa gente toda, cujo alistamento os correligionários de S.Exas. requereram, em número superior a 200 eleitores.

O Sr. Simões Lopes – O mesmo se deu em outros pontos do estado, como em Canguçu, por exemplo.

O Sr. Artur Caetano – Em uma cidade pequena como São Borja, o juiz podia conhecer as firmas. O nobre deputado vai permitir que eu cite – o que está documentado na contestação que apresentei – que houve correligionário de S.Exa. alistado no município de São Borja, quando o juiz andava de ponto em ponto, com o escrivão, a fazer alistamento. Não houve preparo de documentos, e isto está lá com o nome do eleitor e foi referido na mesa perante o juiz.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É referido pelos seus fiscais, pelos seus correligionários. Qual a prova que existe?

O Sr. Artur Caetano – Há documentos que vieram de lá. V.Exa. nega que o juiz andasse em excursões nesses municípios?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Andou e podia andar...

O Sr. Venceslau Escobar – E até com o escrivão na garupa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...com a audiência previamente designada e editais publicados, editais de que tenho certidão. Essas audiências, ele as fez em completa conformidade com a lei eleitoral.

Vamos ao outro ponto da acusação do Sr. Deputado Venceslau Escobar. Diz S.Exa.:

“O governo do estado, nos municípios onde a 3 de maio foi derrotado voto a voto, sem dependência do cumulativo, e naqueles onde não tinha segurança da vitória, começou a fazer forte pressão sobre os seus adversários, praticando todas as violências, inclusive atentados à vida, para afugentá-los das urnas e por esta forma garantir a vitória de seus adversários”.

Nessa afirmação S.Exa. diz três coisas. Primeiro, que o governo do estado praticou violências, inclusive atentados à vida; segundo, que essas violências ou atentados foram praticados nos municípios onde, no pleito federal de 3 de maio, havíamos perdido a eleição voto a voto, ainda, esclarece mais S.Exa., mesmo sem dependência do cumulativo; e, finalmente, terceiro, que essas perseguições e violências foram praticadas com o intuito de evitar que seus correligionários concorressem às urnas nas eleições municipais. São estas, portanto, as premissas dentro das quais tenho de examinar a argumentação de S.Exa. Primeiro, o governo exerceu violências e atentados contra vidas; segundo, assim procedeu nos municípios onde havia perdido a eleição ou onde receava perdê-la; terceiro, fê-lo para evitar a concorrência de adversários nas eleições municipais.

Começemos por São Sebastião do Caí, onde se realizou a segunda eleição municipal do estado logo após o pleito de 3 de maio, pois a primeira foi a de Rio Grande. Em São Sebastião do Caí, na eleição de 3 de maio, levamos às urnas 1.036 eleitores, e os opositoristas 519. Quer dizer que ganhamos por uma diferença de 517 votos. Não está, portanto, dentro da premissa por S.Exa. estabelecida.

O Sr. Venceslau Escobar – Está porque não houve eleição em uma seção.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estou falando da eleição de 3 de maio.

O Sr. Venceslau Escobar – Pois foi na de 3 de maio. Não houve eleição em uma seção em que ganhávamos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Com esse argumento?... Os eleitores dessa seção poderiam votar em outra mais próxima. É da lei.

O Sr. Venceslau Escobar – Mil e tantos eleitores. Demais, começou a eleição; houve um tombamento do tablado, arreventaram as urnas e foram-se embora.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estamos, portanto, na eleição de São Sebastião do Caí, onde ganháramos no pleito federal e não havia receio de que perdêssemos no municipal, tanto que levamos às urnas 2.488 votos e os adversários 513.

O Sr. Venceslau Escobar – Sem fiscalização.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Como sem fiscalização, se foi pleiteada? Bem, agora diz S.Exa. que, quando levavam uma pequena maioria na votação...

O Sr. Venceslau Escobar – Nessa seção.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...nossos correligionários provocaram desordens, a fim de evitar as eleições.

O Sr. Venceslau Escobar – Os políticos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Vejamos de quem eram as desordens. Em primeiro lugar, em São Sebastião do Caí, quando se realizou a eleição municipal, não havia os “famigerados provisórios”, a que S.Exa. fez referência. Havia cerca de 20 praças da polícia municipal.

O Sr. Lindolfo Collor – É o fato.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tendo os nossos adversários certeza absoluta de que seriam derrotados nas urnas, mandaram, nas vésperas, invadir o município pelos distritos de campanha, por chefetes revolucionários, acompanhados de capangas seus, armados, em grupos de 30, 40 e 50 homens.

O Sr. Venceslau Escobar – É afirmação gratuita.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não é, porque pelo 3º distrito do Caí entrou Manuel Pereira Viana, vulgo Piá, apaniguado do chefe revolucionário Belisário Batista, com 50 homens; provocou desordens, tentou apunhalar um praça da guarda municipal. Pelo 5º distrito, chamado da Feliz, Mariano Pedroso, com capangas, tentou intimidar nossos companheiros, e, finalmente, pelo 6º distrito, veio o célebre Higino Pereira.

O Sr. Venceslau Escobar – Nem é morador lá.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mais um motivo.

O Sr. Lindolfo Collor – Por isso mesmo invadiu.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O célebre Higino Pereira, que praticou tais façanhas na revolução, que foi expulso das forças de Zeca Neto, com ordem do dia e toque de caixa.

O Sr. Venceslau Escobar – Não é exato.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O célebre Higino Pereira, que, residindo no município de Triunfo, sendo leiteiro no Pontão, quando se deu a eleição em São Sebastião do Caí, invadiu o 6º distrito com 50 homens e veio intervir no pleito do município vizinho. Correu a eleição, apesar de suas provocações, com relativa normalidade, até que, na ocasião em que se fazia a apuração, ele desencadeou o conflito, que foi tremendo, sendo morto um soldado da Guarda Municipal, ferido gravemente outro e levemente vários cidadãos.

O Sr. Venceslau Escobar – Até uma senhora.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estão aí as belíssimas proezas praticadas pelos correligionários do Sr. Assis Brasil na eleição de São Sebastião do Caí.

O Sr. Venceslau Escobar – Pela voz melíflua de V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Passemos agora ao município de São João de Montenegro. Nas eleições de 3 de maio, obtivemos 1.719 votos, e os adversários 1.364. Perderam por 355 votos. Não está este município dentro das premissas estabelecidas pelo ilustre deputado quando se refere àqueles em que havíamos perdido voto a voto, mesmo sem dependência do cumulativo.

O Sr. Venceslau Escobar – Mas está naquela outra classificação dos municípios em que V.Exas. não tinham segurança completa da vitória.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O que houve foi isto. Um Dr. Vieira de Moraes e um Sr. Alfredo Michelsen, que eram de São Montenegro, foram fazer propaganda política em São Sebastião do Caí e travaram um conflito em uma casa particular. Tendo notícia da ocorrência, a polícia acudiu no momento, prendeu-os e trouxe-os à vila de São João de Montenegro, onde foram postos em liberdade. Foi tudo o que sofreram esses ilustres correligionários de V.Exa., que eram de São João de Montenegro e vinham perturbar a ordem em São Sebastião do Caí.

O Sr. Venceslau Escobar – Não diga isto. É uma heresia. O Dr. Vieira de Moraes perturbar a ordem!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Vamos a ver São Francisco de Assis...

O Sr. Venceslau Escobar – Aí foi tremente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...a terra onde o ilustre deputado Sr. Venceslau Escobar diz que houve uma orgia de crimes praticados pelos “provisórios”. Em São Francisco de Assis, diz S.Exa. que foi morto o viajante Sr. Antônio Monteiro e que depois, em um baile, também por ataque das forças “provisórias”, foram vitimados dois correligionários seus. Quanto a São Francisco de Assis, devemos confessar que, de fato, foram mortos estes cidadãos. Está aqui a notícia do jornal de um município vizinho, narrando o acontecimento:

“Os fatos de São Francisco – Podemos hoje trazer aos leitores, de origem fidedigna, alguns pormenores sobre os lutosos casos que ocorreram na vizinha vila de São Francisco de Assis.

O primeiro deles, em que se deu a morte do viajante Antônio Lisboa Monteiro, passou-se deste modo: dois soldados do 7º Corpo Auxiliar e um sargento detiveram o auto em que andava aquele agente comercial, por não ter cumprido o respectivo chofer uma ordem policial que recebera. Monteiro, intervindo impertinentemente na conversa entre os praças e o chofer, fez uso de armas, sendo, então, por um soldado, que se defendia de uma positiva agressão, alvejado mortalmente.

Dias após este fato, deu-se um encontro, nas vizinhanças de um baile, a meia légua ou mais da vila, entre paisanos e praças estaduais, resultando na morte de dois republicanos, um assistista e outro indivíduo sem representação.

O que acima deixamos narrado sobre o incidente que trouxe como consequência o perecimento de Antônio Monteiro é o que foi apurado no inquérito militar e investigações policiais procedidas em São Francisco, com a presença do Sr. Coronel Claudino Pereira e subchefe Dr. Miranda Neto”.

O Sr. Venceslau Escobar – Este jornal é da parcialidade do ilustre deputado. Faça, aliás, o melhor conceito deste coronel Claudino.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Assim é verdade que ocorreram esses fatos. Agora, não foram de natureza política, absolutamente, porque Antônio Monteiro, embora assistista, não era de São Francisco de Assis, lá não residia, andava no exercício da profissão de caixeiro-viajante e não podia de qualquer maneira influir sobre eleições futuras naquela localidade. Quanto aos outros que pereceram no baile, dois eram correligionários nossos, um chefe adversário e um terceiro sem filiação política.

Vejamos quais as providências tomadas pelo governo do estado. Assim que teve conhecimento desse conflito, para lá despachou o subchefe de polícia e o coronel Claudino Nunes Pereira, que era fiscal das forças da brigada do estado. Os soldados foram presos e imediatamente submetidos a processo, e o destacamento todo retirado de São Francisco de Assis. Este destacamento era comandado por um moço de espírito cultivado, inteligente, incapaz de praticar um ato de perversidade; é até sobrinho do ilustre deputado Sr. Venceslau Escobar, bacharelado, quintanista de Direito.

O Sr. Venceslau Escobar – Não tenho a honra de conhecer.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É o Dr. Alfeu Escobar.

O Sr. Venceslau Escobar – Formado?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Bacharelado; quintanista.

O Sr. Venceslau Escobar – Não conheço.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Era quem comandava a força.

O Sr. Venceslau Escobar – Não tenho boas informações a respeito dele.

O Sr. Batista Luzardo – O orador pode dizer perfeitamente quem é Alfeu Escobar, senão me encarrego de dizer quem é este bacharelado a quem S.Exa. com tanta gentileza se está referindo; que comportamento exemplar e que bondade ele tem demonstrado nos seus feitos de São Borja e outros lugares!...

O SR. GETÚLIO VARGAS – Disse que é um moço inteligente, e um espírito cultivado...

O Sr. Batista Luzardo – Aplica a sua inteligência justamente em obras menos louváveis...

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...incapaz desses atos de perversidade que V.Exa. lhe atribui.

O Sr. Batista Luzardo – V.Exa. não sente o que está dizendo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sinto.

O Sr. Batista Luzardo – V.Exa. não pode dizer de consciência. Faço outro juízo da personalidade, do caráter de V.Exa., e não posso admitir que formule com sinceridade essa apreciação de Alfeu Escobar.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Deixemos de parte este assunto. Não vejo a conveniência para a política de V.Exa. em atacar pessoalmente este moço.

O Sr. Batista Luzardo – Sim, deixemos de parte. A Câmara fica sabendo que não se estuda essa personalidade.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ocorridos os fatos, repito, o governo tomou imediatas providências a respeito. Além disso, o município de São Francisco de Assis está inteiramente fora das premissas estabelecidas pelo Sr. Venceslau Escobar.

O Sr. Venceslau Escobar – Aí, V.Exas. não levavam vantagem.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É um município de pequeno eleitorado, e na eleição de 3 de maio levamos às urnas 346 votos, e os opositoristas 120.

O Sr. Venceslau Escobar – Só?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Só 120, perderam até com o cumulativo.

O Sr. Venceslau Escobar – É pouca coisa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não havia absolutamente motivos para que nos arreceássemos de eleições futuras. Este viajante Antônio Monteiro era um forasteiro; não podia influir sobre as eleições futuras. Qual o resultado prático que para a eleição de São Francisco de Assis teriam a extinção de Antônio Monteiro ou a morte de dois ou três rapazes em um conflito de baile, fatos a respeito dos quais o governo tomou enérgicas providências?

O Sr. Venceslau Escobar – O fim era o de estabelecer o regime do terror.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas regime do terror para quê? Se tínhamos vencido nas condições que indiquei as eleições federais...

O Sr. Venceslau Escobar – Para afugentar os nossos correligionários.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...fiscalizadas pelo governo federal?

O Sr. Venceslau Escobar – V.Exa. sabe que ficaram trancados em Alegrete, pelo Dr. Guerra, 210 títulos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ignoro esta circunstância.

O Sr. Venceslau Escobar – Digamos: na eleição de 3 de maio V.Exas. ganharam; tivemos apenas os 120 votos, e V.Exas., 346, como disse. Agora, na eleição municipal tínhamos 210 eleitores alistados, e o juiz da comarca havia, não sei por que causa, retido esses títulos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Por que V.Exas. não extraíram depois esses títulos?

O Sr. Venceslau Escobar – Estávamos nas vésperas das eleições.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Por que não extraíram esses títulos a fim de utilizá-los nas eleições municipais?

O Sr. Venceslau Escobar – Era o que estávamos fazendo.

O Sr. Presidente – Atenção: observo ao orador que está finda a hora destinada ao expediente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Peço a V.Exa. a fineza de reservar-me a palavra para uma explicação pessoal depois da ordem do dia.

O Sr. Presidente – O pedido do nobre deputado será atendido.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agradeço a V.Exa.

O Sr. Presidente – Está finda a hora do expediente. Vai-se passar à ordem do dia. (*Pausa.*) [...] Está esgotada a matéria constante da ordem do dia. Tem a palavra, para uma explicação pessoal, o Sr. Getúlio Vargas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, vou passar agora ao município de Canguçu, onde efetivamente, nas eleições de 3 de maio, os opositoristas obtiveram maioria. Não consta, porém, que tivessem

sofrido qualquer atentado. O Dr. James Faria, apontado como vítima, tinha apenas saído em vilegiatura para Minas Gerais, de onde agora regressou, tendo deixado a sua família em Pelotas. Tirando o seu passaporte em Canguçu, foi a Pelotas buscar a sua família e recolheu-se ao município sem sofrer a menor coação. Não quis ser candidato da oposição, para disputar o cargo de intendente municipal.

No município de Alegrete, na eleição de 3 de maio, os republicanos levaram às urnas 924 eleitores, e os adversários, 731, perdendo, assim, por 193 votos. Até agora não houve ali eleição municipal, e, portanto, não se justificaria a coação de que fala o nobre colega, com o intuito de evitar a concorrência dos adversários nas urnas. Quanto ao conflito havido, em que morreu Viterlo de Godói, com um praça da polícia municipal, foi ele de natureza toda particular e em nada podia afetar as autoridades de Alegrete. Aliás, nessa ocasião, exercia naquele município as funções de subchefe de polícia o Dr. Osvaldo Aranha, alma feita de bravura e magnanimidade. Um coração de ouro, incapaz de qualquer perseguição ou sequer de permitir que se exercessem violências.

O Sr. Lindolfo Collor – Suficientemente bravo para não ser perseguidor.

O Sr. Venceslau Escobar – Ninguém acusou pessoalmente ao Dr. Osvaldo Aranha.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quanto à acusação referente ao município de São Francisco de Paula, o nobre deputado Sr. Venceslau Escobar vai ficar literalmente enterrado com as explicações que vou dar.

O Sr. Venceslau Escobar – É possível.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Nas eleições de 3 de maio, naquela localidade, levamos às urnas 720 votos, e os nossos adversários, 291. A oposição perdeu, portanto, por 429 votos, mesmo com o cumulativo.

O Sr. Venceslau Escobar – Por quê? Pelos atentados praticados pela situação.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Vamos ver quais os atentados praticados pela situação. Até agora não houve eleição municipal em São Francisco de Paula, nem poderá haver, porque faltam mais de dois anos para o intendente terminar o seu período; não havia, pois, motivo para essa coação. Vejamos os fatos materiais que S.Exa. aponta. Diz S.Exa. que foi espancado o fazendeiro Avelino Borges do Amaral por provisórios. Aí S.Exa. está literalmente enganado.

O Sr. Venceslau Escobar – Por força pública.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Avelino Borges do Amaral não foi espancado nem por soldados provisórios nem pela força pública. O que se deu foi um conflito também de natureza particular, implicando questões de honra de família a tal ponto graves que, chamado perante as autoridades judiciárias, Avelino se recusou a prestar depoimento. Convém notar que esse cidadão não era correligionário de V.Exa. nem eleitor no município de São Francisco de Paula.

Com referência a Dorval de Andrade, que S.Exa. afirmou ter sido morto também por praças ou pela força pública no município de São Francisco de Paula, vou responder ao nobre deputado com a carta da própria progenitora da vítima. Quando se deu a morte de Dorval de Andrade, o intendente de São Francisco de Paula recebeu da família da vítima a seguinte carta, publicada n'A *Federação* em 3 de junho do corrente ano:

“Ao Sr. Odon Cavalcanti, digno intendente e delegado de polícia – Não temos a mais vaga suspeita contra forças provisórias, pois nosso pranteado Dorval era estimado de todos, a nossa família não se envolveu nas últimas lutas partidárias, não sendo nosso saudoso Dorval eleitor e não tendo sequer ido às urnas no último pleito membros de nossa família. – Castorina de Oliveira Pacheco – Alfredo Soares de Oliveira Pacheco – Osvaldo Vargas de Andrade”.

É esta a resposta assinada pela mãe, por um tio e por um irmão de Dorval de Andrade.

O Sr. *Venceslau Escobar* – Está perfeitamente explicado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Por isso, quando eu disse que V.Exa. ficaria literalmente enterrado, quanto a São Francisco de Paula, tinha afirmado uma verdade.

O Sr. *Venceslau Escobar* – Nessa parte, de acordo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Está sendo processado como autor do delito José Pereira dos Santos, que nunca pertenceu à força do estado. Além disso, foi publicado recentemente um documento, assinado pelas pessoas mais representativas de São Francisco de Paula, declarando que, nesse município, o Tratado de Pedras Altas foi inteiramente cumprido.

Vejam agora o município de São Leopoldo. Nas eleições de 3 de maio, levamos às urnas 1.815 republicanos, e os opositoristas, 1.016; perderam por quase 800 votos. Foi morto Otávio da Silva Lima. Diz S.Exa.

que Otávio da Silva Lima desrespeitou e agrediu o subintendente de São Leopoldo, que, no exercício da legítima defesa, o matou. Foi submetido a processo sumário, respondeu ao mesmo e foi absolvido pela justificativa da legítima defesa.

O Sr. Venceslau Escobar – Tinha que ser! Era subintendente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Passemos ao município de Caxias, onde ocorreu a morte dos irmãos Biondo, um de 17 e outro de 18 anos. Os irmãos Biondo, armados, andavam praticando arruaças em Caxias. Foram praças da polícia municipal com o intuito de desarmá-los; eles os receberam à bala.

O Sr. Venceslau Escobar – Isso não é certo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...e a polícia, fazendo fogo, matou os dois rapazes.

O Sr. Venceslau Escobar – Não foi assim que os jornais narraram. Os jornais disseram que eles fugiram e foram fuzilados pelas costas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Podia isto não ter acontecido: primeiro, se a polícia abandonasse o campo, em vez de exercer a sua autoridade; segundo, se se deixasse matar, em vez de retrucar à agressão que sofrera. O que é fato é que eles resistiram e se recusaram a entregar as armas. Depois não sei por que escolhê-los como vítimas de perseguições políticas, quando, sendo menores, nem eleitores poderiam ser.

Diz mais S.Exa. que negaram vagões a Aristides Germani para conduzir farinha. Ora, devido à revolução, com o prejuízo material que sofreu a Viação Férrea, acentuou-se mais a crise de transportes já existente. Foi por isso resolvido fornecerem-se vagões de acordo com o estoque de mercadorias registrado que tinha cada exportador, por ordem de precedência. Em virtude de tal medida, cada pretendente era atendido à medida que chegava a sua vez. Explicada esta circunstância, eles se conformaram com a situação, que aliás já desapareceu. Agora, como prova da tolerância, da benignidade das autoridades de Caxias, vou ler a S.Exa. uma carta escrita em março pela diretoria da Aliança Libertadora daquela cidade e assinada pelo próprio Aristides Germani. Em março do corrente ano, passando Honório Lemes em propaganda política por Caxias, o Sr. Aristides Germani, presidente da Aliança Libertadora, e Adolfo Penha, secretário, dirigiram ao coronel Pena de Moraes, intendente do município, o seguinte ofício:

“É com a maior satisfação que, de nossa parte, vimos à presença de V.Exa. constatar que, durante as festas realizadas nesta cidade, em homenagem ao general Honório Lemes, não se verificou incidente algum desagradável, tendo tudo corrido na mais perfeita ordem, dentro dos nobres e elevados limites do respeito e da tolerância recíprocos. As garantias amplas que V.Exa. prontamente ofereceu ao general Honório Lemes e as acertadas medidas preventivas que muito lealmente tomou produziram os mais belos resultados que com verdadeiro júbilo proclamamos. A atitude correta e merecedora de elogios das autoridades municipais é um testemunho frisante de vosso espírito tolerante e dos vossos elevados sentimentos de republicano que pratica a democracia na sua aceção nobre e que as leis da República lhe asseguram.

Queira aceitar, Sr. Coronel Intendente, as nossas respeitosas saudações.
Caxias, 29 de março de 1924.

Aristides Germani – Adolfo Penha”.

O Sr. *Venceslau Escobar* – Isso é verdade; nessa ocasião não houve nada; reinava completa ordem.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Assim, estão reduzidas...

O Sr. *Venceslau Escobar* – A zero!...

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...estão esfaceladas as acusações de V.Exa. Foram esses os motivos que levaram os representantes da Aliança Libertadora a romper com o governo federal.

Devo acrescentar que, terminada a revolução, quando os espíritos estavam ainda exaltados, quando havia ressentimentos recíprocos, contas a ajustar por ofensas sofridas, os revolucionários recolheram-se a seus lugares nativos e, arrogantes, ostentando ao pescoço lenços vermelhos, seguros pelas pontas e lançados a tiracolo, como lá se diz, iam muitas vezes esses grupos escaramuçar nos cavalos em frente dos quartéis dos corpos provisórios em atitudes provocadoras, de desafio, a tal ponto que o general Andrade Neves, comandante da região, lhes recomendou que não usassem essas divisas revolucionárias. Isto deu lugar a alguns atritos e ao fato de se terem tirado alguns lenços vermelhos. Sabe V.Exa., Sr. Presidente, qual foi a atitude do governo do estado?

O coronel Massot, comandante da brigada militar, mandou um ofício a cada comandante de corpo, recomendando expressamente que não fossem tirados aos revolucionários os lenços vermelhos, deixando usá-los à vontade. O chefe de polícia baixou uma circular fazendo a mesma recomendação às autoridades policiais. Eles continuaram, pois, a usar os lenços e a andar armados.

O Sr. Lindolfo Collor – E não entregaram as armas, ao contrário do que estipulava cláusula expressa do Tratado de Pedras Altas.

OSR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Dr. Borges de Medeiros, além da sua integridade moral, além das suas qualidades de respeito pela justiça e pelos direitos alheios, é um homem gentilíssimo no trato com seus adversários. Qualquer reclamação que estes lhe façam de ato que dependa de realização sua, de iniciativa sua, ele imediatamente a atende. E o próprio deputado Sr. Artur Caetano, há pouco, relatou a circunstância de, por uma questão de terras, no município de Passo Fundo, tendo-se dirigido ao Sr. Borges de Medeiros, este imediatamente lhe respondeu por telegrama e mandou um enviado entender-se diretamente com S.Exa., resolvendo-se por meio administrativo, pacificamente, a questão das terras.

Recentemente no município de Quaraí, tendo os opositoristas de lá telegrafado a S.Exa. alegando que sofriam pressão por parte da autoridade policial, S.Exa. mandou para lá imediatamente o subchefe de polícia; e com tal correção, com tal imparcialidade se houve que, na praça pública, o advogado Luís Prates, um dos chefes da oposição de Quaraí, elogiou, em discurso, a atitude dessa autoridade. E, terminadas as eleições, o candidato derrotado passava um telegrama ao Sr. Borges de Medeiros, reconhecendo seus sentimentos de justiça e louvando a imparcialidade com que tinha agido seu delegado.

O Sr. Lindolfo Collor – Se V.Exa. permite, citarei mais um fato, que é concludente: antes da eleição, durante o alistamento, um dos chefes opositoristas de Porto Alegre, Dr. Moraes Fernandes, dirigiu-se ao presidente do estado fazendo sentir que um gabinete de identificação só era insuficiente para o alistamento na capital. Imediatamente, o Sr. Borges de Medeiros providenciou para que novo gabinete fosse criado, de sorte que a oposição de Porto Alegre ficou perfeitamente satisfeita. Nós lhe demos todos os meios possíveis para que se alistassem e concorressem às eleições. V.Exa. mesmo poderá dar seu testemunho.

O Sr. Venceslau Escobar – Em Porto Alegre, dou o meu testemunho, e também em Quaraí, pois vencemos e fizemos a maioria do conselho.

O Sr. Lindolfo Collor – Não por isso.

O Sr. Venceslau Escobar – Isso prova que houve lisura na eleição.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Venceram a eleição de conselheiros, em Quaraí, mas perderam a de intendente.

O Sr. Lindolfo Collor – O testemunho deve ser *pro veritate*, e não por terem ganho a eleição. Devia ser dado mesmo no caso em que a tivessem perdido.

O Sr. Venceslau Escobar – O testemunho é *pro veritate*, e, como argumento, citei o caso de termos vencido nas eleições.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É sabido de todos que o *Correio do Povo* é o jornal de maior circulação no estado e que ele não é absolutamente simpático ao governo do estado.

O Sr. Venceslau Escobar – Agora já está.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Jornal neutro, cuja direção estava a cargo de adversários do governo, era natural que algumas vezes ele quebrasse essa neutralidade em nosso desfavor. De qualquer forma, o *Correio do Povo* é um jornal inteiramente insuspeito para os oposicionistas. Pois o *Correio do Povo* publicou, aqui os tenho, uma série de telegramas, nos quais os seus correspondentes atestavam que as eleições municipais, em diversas regiões do estado, correram com toda a ordem, sem nenhuma irregularidade.

Como se vê, são frágeis os motivos a que se arrimam os deputados da oposição para justificarem o seu rompimento. Eles desejavam que o presidente da República interviesse em questões policiais, em questões respeitantes à autonomia do estado, atinentes à Justiça estadual. Esqueceram-se S.Exas. do que devem ao Sr. Presidente da República. E que lho devem eles? Devem-lhe, em primeiro lugar, o ter S.Exa. nobremente transformado a luta no Rio Grande do Sul, de contenda por meras competições pessoais, de simples tentativa de escalada ao poder, que ela foi...

O Sr. Venceslau Escobar – Não somente nós: todo o estado lhe deve isso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...em uma luta nobre por princípios, pela reforma de leis, que a tolerância do presidente do estado aceitou, consolidando, assim, a paz no estado.

O Sr. Venceslau Escobar – Já o declarei da tribuna.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exas., quando irrompeu a revolução, não se batiam absolutamente por princípio político algum, nem mesmo pela reforma da Constituição. O que V.Exas. almejavam era a deposição do governo do estado, pura e simplesmente.

O Sr. Venceslau Escobar – Acredito, por ter infringido o texto constitucional.

O SR. GETÚLIO VARGAS – E, como para isso não tivessem elementos, pretenderam convulsionar o Rio Grande do Sul para, aproveitando-se dessa convulsão, solicitar ao Sr. Presidente da República que fizesse o que eles não podiam fazer – depor o governo do estado! O presidente da República, porém, não se prestou a esse manejo, derivando a contenda para a questão de princípios políticos que não tinha sido colocada nesse terreno pelos revolucionários.

O Sr. Lindolfo Collor – Nunca fora colocada nesse terreno, pois o Sr. Assis Brasil jamais disse ao que ia.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tanto que a assinatura da paz produziu desgasto entre os oposicionistas, havendo o Sr. Assis Brasil sido executado em efígie em diversas juntas libertadoras, onde seus retratos foram retirados das paredes e rasgados, sendo até publicado, em Pelotas, um manifesto rompendo com ele.

O Sr. Venceslau Escobar – Isso não sei, ignoro.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Além disso, o Sr. Presidente da República deu-lhes anistia, prometeu-lhes fazer a avaliação dos bens danificados para a competente indenização...

O Sr. Venceslau Escobar – A nós e aos senhores.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...deu-lhes empregos públicos, concedeu-lhes amplas garantias eleitorais, de que abusaram. E, finalmente, o prestígio político que hoje desfrutaram. Mas os revolucionários não ficaram satisfeitos, porque não era precisamente o que eles queriam. Não desejavam seguir a orientação do Sr. Presidente da República; ao contrário, queriam que S.Exa. se orientasse pelos benefícios pessoais deles.

O Sr. Venceslau Escobar – Está V.Exa. enganado.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Queriam, em uma palavra, que o Sr. Presidente da República fosse revolucionário.

O Sr. Venceslau Escobar – É uma distinção que V.Exas. gratuitamente emprestam aos oposicionistas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Queriam transformá-lo em instrumento dos seus ódios e das suas vinganças, queriam, em suma, o monopólio da pessoa do presidente da República em seu exclusivo benefício, a tal ponto que, quando aqui romperam com a moção apresentada pelo líder da maioria, o que se depreende das suas afirmações é que o motivo mais forte que os forçava àquela atitude era a união do Sr. Borges de Medeiros com o Sr. Artur Bernardes. Esqueceram-se de que, quando irrompeu o movimento revolucionário em São Paulo, o estado do Rio Grande do Sul estava em completa paz, desde 14 de dezembro de 1923, e veio em auxílio da União.

Estabelecido o tratado de paz, a que se obrigou o governo do meu estado? Obrigou-se, em primeiro lugar, a reformar a Constituição estadual, no seu art. 9º, proibindo a reeleição do presidente e dos intendentess municipais, consagrando a eleição do vice-presidente e dos vice-intendentess, até então nomeados. A Constituição foi reformada nesse sentido. Obrigou-se mais o estado a adotar a lei eleitoral federal para as eleições estaduais e municipais. E a lei eleitoral do estado e dos municípios já foi reformada consagrando o escrutínio secreto e o voto cumulativo. A que se obrigou mais o estado? Obrigou-se a só nomear intendentess provisórios nos casos de completa acefalia de governo. Obrigou-se também a avocar à competência dos tribunais ordinários o julgamento dos recursos eleitorais. E a lei da organização judiciária do estado foi reformada adotando todas essas medidas.

Agora, Sr. Presidente, a que se obrigaram os revolucionários? Comprometeram-se a entregar as armas aos oficiais do Exército nomeados pelo governo federal para recebê-las, mas não o fizeram. A única cláusula a que estavam obrigados, não a cumpriram!

O Sr. Venceslau Escobar – Mas os oficiais do Exército fizeram comunicação de que haviam recebido as armas.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Apenas 70.

O Sr. Lindolfo Collor – Está provado que eles não receberam.

O Sr. Venceslau Escobar – Se houve falta, foi dos oficiais.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Os oficiais comunicaram o número e as espécies de armas que lhes foram entregues. Nada mais poderiam fazer. Por aí é que se sabe que a cláusula não foi cumprida.

O Sr. Lindolfo Collor – Mas sabemos perfeitamente que as armas não foram entregues. De quem a falta? Os revolucionários dirão...

O Sr. *Venceslau Escobar* – Devemos louvar-nos nas informações dadas pelos oficiais.

O Sr. *Lindolfo Collor* – O que se constata é que as armas não foram entregues. Em janeiro ou fevereiro deste ano, estando encerrado o Congresso, denunciei essa escandalosa burla pelas colunas de *O País*. Pouco depois, *A Federação* secundou o meu protesto. E, agora, é a palavra serena do Sr. Borges de Medeiros que confirma, em sua mensagem, que as armas não foram entregues. Como se vê, os revolucionários é que romperam o Tratado de Pedras Altas.

O Sr. *Venceslau Escobar* – Então V.Exa. deve acusar os oficiais do Exército que comunicaram a seus superiores terem recebido as armas.

O Sr. *Lindolfo Collor* – Denunciei o fato à nação.

O Sr. *Nabuco de Gouveia* – Foi uma farsa. Entregaram apenas 70 armas imprestáveis.

O Sr. *Venceslau Escobar* – Talvez não tivessem grande quantidade de armas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Como demonstração do respeito que têm os revolucionários rio-grandenses pelo cumprimento da palavra empenhada, farei a leitura do telegrama que o Sr. Marechal Ministro da Guerra dirigiu a Honório Lemes. Além desse telegrama, o Sr. Ministro da Guerra define, em frase lapidar, a mentalidade dos revolucionários do Rio Grande do Sul denominando-os “mercenários nômades das lutas armadas” nos telegramas dirigidos aos comandantes de regiões. Eis o telegrama:

“Sr. Honório Lemes – Onde estiver – Rio Grande do Sul. É entre revoltado e contrastado que me dirijo a um rio-grandense que, no-doando as tradições que fazem o orgulho de nossa gente, se ainda que praticam o roubo à mão armada, sob o pretexto de regenerar os costumes políticos de uma terra de que foi sempre a honestidade um dos mais honrosos títulos. Não ouse apelar para a vossa palavra, porque a essa já faltastes, a despeito dos mais calorosos protestos de absoluta solidariedade com o governo da República em termos que não permitiam duvidar de sua sinceridade sem fazer injúria aos sentimentos que tornam os homens dignos uns dos outros. Ainda uma vez: não apelo para vossa palavra. Quero tão só fazer-vos sentir, se possível, quão dolorosamente aberram da moralidade, de que se fazem pregoeiros aqueles que exploram a vossa bravura digna de

melhor sorte, a prática hedionda do saque organizado. Saque dos bancos, saque do comércio, saque das casas particulares, saque de todos os valores em uma avidez indecorosa que nos cobre de vergonha. É a pilhagem mais desabusada que já horrorizou a consciência dos que não tiveram o infortúnio de perder o senso da honestidade. Vejo de cá minha querida cidade natal – a formosa e próspera Uruguaiana – espoliada ingnobilmente pela ladroagem vulgar exercida *manu militari*. E a pilhagem não poupa os bens da União. Saicã, que tem custado tantos sacrifícios ao Tesouro Nacional, é torpemente saqueada. Apoderaram-se de reprodutores que custam dezenas de contos de réis. Saquearam literalmente as casas de habitação dos oficiais que lá servem dignamente ao Exército no exercício laborioso das nobres funções de seus cargos, longe dos centros populosos, privados dos atrativos das grandes cidades, fazendo prova de um belo espírito de sacrifício e de devotamento patriótico. Dir-se-ia que essa luta armada em que vos empenhastes, rasgando o acordo de Pedras Altas, não tem, quaisquer que sejam os seus fins aparentes, não tem outro objetivo real senão este: apropriar-se com violência dos bens alheios em uma rapina degradante. É infinitamente deplorável que os fatos de agora desmintam o que era uma distinção dos revolucionários de 1923. Refiro-me à abstenção de recrutar adesões nos quartéis com sacrifício da disciplina, como acentuou brilhantemente, com inteira razão, o ilustre deputado Pinto da Rocha. Faltai, em suma, à vossa palavra, se vos convier, mas não avilteis o Rio Grande na ignomínia do saque. Fazei a guerra, se quiserdes, mas guerra honesta, se honesta pode ser uma guerra sem ideais e sem princípios. Ficai certo de que o Brasil inteiro se levanta, nesta hora, representado nos seus valores, como um só homem, para defesa e sustentação da ordem constitucional em todo o território da República.

Marechal Setembrino de Carvalho”.

O Sr. *Venceslau Escobar* – Não defendo os atentados, mas o general Honório Lemes pediu garantias instantemente ao Sr. Presidente da República e, não as obtendo, teve de emigrar.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A este ponto desejava mesmo que V.Exa. fizesse referência. O Sr. Honório Lemes, diz V.Exa., retirou-se por falta de garantias. Entretanto, quando Honório Lemes se retirou para a República do Uruguai, já o fora mediante combinação prévia com os seus correligionários políticos para o preparo da rebelião.

O Sr. Batista Luzardo – Não apoiado; desafio ao nobre deputado para que traga documentos comprobatórios da asserção que acaba de fazer.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não tenho documentos, mas tenho induções e argumentos baseados em indícios.

O Sr. Batista Luzardo – V.Exa. tirará as induções ao seu gosto.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. deixe-me chegar a elas. Quando explodiu a revolução em São Paulo, em que todos os homens de responsabilidade política acorreram, trazendo a sua solidariedade aos poderes constituídos, o Sr. Assis Brasil, em uma carta enigmática, dirigida ao *Correio do Sul*, órgão que representa o pensamento do federalismo, aconselhava a neutralidade perante a luta, até que se descobrisse de que lado estavam os altos interesses da nação. De modo que em uma luta em que estavam empenhados os poderes constituídos da nação, o Sr. Assis Brasil ignorava de que lado estavam os interesses públicos! E, no mesmo dia em que publicava essa carta, o *Correio do Sul* inseria também um artigo feroz de ataque ao governo de São Paulo, fazendo até acusações contra a sua honestidade.

O Sr. Batista Luzardo – O *Correio do Sul* transcreveu um artigo de um jornal de São Paulo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Assis Brasil, que aconselhava a neutralidade, como se praticasse um crime, dias depois fugia para a República do Uruguai, sem motivo que justificasse a sua internação na cidade de Melo, naquela República.

O Sr. Venceslau Escobar – Por solicitação de amigos seus, que procuravam evitar um atentado contra a sua pessoa.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Atentado que não houve, nem poderia haver.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Sr. Assis Brasil nunca foi perseguido pelas autoridades do Rio Grande do Sul, só se o era pela própria consciência e pelas suas íntimas afinidades com os políticos de São Paulo suspeitos de conivência com a rebelião neste estado.

O Sr. Lindolfo Collor – Passou para a República do Uruguai perseguido pela sua consciência, foi uma fuga preventiva.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Depois, ou melhor, dias depois desse fato, o Sr. Zeca Neto, que se achava no Rio de Janeiro, viu descoberta, pelas investigações policiais, a sua coparticipação na conspiração política que explodira em São Paulo e saiu do Rio de Janeiro diretamente para Montevidéu a fim de se encontrar com Assis Brasil na cidade de Melo. De passagem por Montevidéu, Zeca Neto deu uma entrevista a um jornal platino, declarando-se francamente partidário da revolução. Tempos depois, também o Sr. Honório Lemes abandonava Rosário para confabular com Assis Brasil na referida cidade de Melo.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Como emissário de João Francisco.

O Sr. Venceslau Escobar – V.Exas. estão mais bem informados do que nós.

O Sr. Nabuco de Gouveia – É que temos a nossa polícia.

O Sr. Batista Luzardo – Posso informar a V.Exa. que o Sr. Honório Lemes não se encontrou com o Sr. Assis Brasil depois de 3 de maio.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O que posso afirmar é que o Sr. Honório Lemes não sofreu, no Rio Grande do Sul, nenhuma perseguição ou atentado que justificasse a sua fuga para a República do Uruguai.

O Sr. Batista Luzardo – Não sofreu, é verdade. Mas o seu secretário, que era a pessoa mais chegada ao Sr. Honório Lemes, foi preso em um hotel, em São Gabriel.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Porque tentou revoltar o regimento de cavalaria dessa cidade.

O Sr. Batista Luzardo – Tanto isto não é verdade que o Sr. Honório Lemes, tendo solicitado a abertura de um inquérito, o próprio general Andrade Neves não permitiu que se o fizesse.

O Sr. Nabuco de Gouveia – V.Exa. está equivocado: mandou fazer o processo, e só por um excesso de contemplação e boa vontade pôs-se uma pedra em cima. O inquérito foi feito e consta do mesmo esse fato.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Depois que Honório Lemes se retirou para o Uruguai, o governo, sabedor do fato, mandou-lhe oferecer garantias completas para que regressasse a Rosário. O chefe de polícia do estado telegrafou-lhe, e ele respondeu recusando as garantias oferecidas, declarando que não desejava regressar a essa localidade. Eis, aqui, o telegrama do Sr. Dr. Borges de Medeiros, dirigido ao Sr. Ministro da Justiça, relativamente à atitude de Honório Lemes e aos fatos ocorridos em São Gabriel:

“Cópia – Telegrama oficial – Do Palácio do Governo do Rio Grande do Sul – 22/7/1924 (às 11h50):

Dr. João Luís Alves, ministro da Justiça – Rio.

Autoridade policial enviei São Gabriel syndicar sobre violências alegadas adversários ouviu Honório Lemes e Dr. Camilo Mércio, chefes oposição, que se limitaram reclamar contra guardas municipais que diziam exercer pressão sobre eleitores seus, não indicando entretanto um único fato de relativa gravidade e nenhuma acusação fazendo contra força estadual que reconheceram agir com correção. Oposicionistas mostram-se satisfeitos por terem sido atendidos com a presença ali subchefe polícia e com as instruções por ele renovadas às autoridades no sentido maior moderação. É absolutamente falso tenha delegado polícia daquele município espancado jornalista Aparício Torelly. Fato em que este esteve envolvido passou-se seguinte modo: havendo Torelly dirigido ataques pelo seu jornal contra coronel Tunuca Silveira, um filho deste, de nome Cila Silveira, declarou que não dava importância a tais agressões por ser Torelly um cafajeste. Sabedor disso Torelly procurou Cila para um desforço pessoal, tendo alvejado seu contendor com um tiro revólver que não atingiu a este e saindo Torelly com algumas equimoses no rosto. Delegado polícia não compareceu local conflito sendo Torelly e Cila conduzidos à delegacia pelo capitão comandante do destacamento. Por intervenção coronel Tunuca e Dr. Camilo Mércio, sogro Torelly, foi o incidente dado por terminado não tendo o subchefe polícia tomado providências sobre o caso atendendo a solicitações dos principais interessados coronel Tunuca Silveira, Dr. Camilo Mércio e próprio Aparício Torelly.

Saudações cordiais. Borges de Medeiros”.

Assim, esses chefes políticos da oposição do Rio Grande, Srs. Assis Brasil, Honório Lemes, Zeca Neto e tantos outros, que nas proximidades das eleições percorreram o estado em todas as direções; que eram recebidos com festas por seus correligionários; que nunca sofreram o menor atentado e desacato, como prova o ofício da direção da junta libertadora de Caxias, no entanto esses homens, agora depois de passado todo o período da efervescência eleitoral, é que fogem para a República

do Uruguai, alegando perseguições. O Sr. Honório Lemes percorreu todo o estado durante o período eleitoral e até um meu amigo que o encontrou em Cacequi narrou-me que ele vinha cheio de lenços, fitas e miçangas, parecendo mais uma esvoaçante bandeira do divino em peditério de roça.

O Sr. Borges de Medeiros, que ofereceu aos seus mais graduados adversários, aos que poderiam criar-lhe dificuldades políticas, as mais amplas e seguras garantias, não iria mandar, nem consentir que, em vilarejos afastados da capital, fossem perseguidos o Sr. Joaquim, o Sr. Anastácio, ou o Sr. Pafúncio, e outros que tais, figuras inteiramente desconhecidas e cuja existência ele ignorava. A verdade, porém, é que os revolucionários de São Paulo, os do Rio de Janeiro e de outros estados, cujos movimentos explodiram no corrente ano, têm a mesma filiação espiritual – os mesmos sentimentos dos revolucionários do Rio Grande do Sul de 1923; as mesmas ideias, os mesmos planos, os mesmos processos. Os revolucionários do Rio Grande do Sul insurgiram-se contra o poder constituído do estado e tentaram depô-lo; os revolucionários das outras partes do Brasil estão contra o governo constituído da República, que também pretendem depor e, com especialidade, os governos dos estados onde esses motins apareceram.

O Sr. Lindolfo Collor – A semelhança é absoluta.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ambos usavam o mesmo verbalismo romântico, reclamando a liberdade, que para eles nada mais era do que o arbítrio e a licença prevalecendo sobre as exigências normais de uma sociedade organizada; alegavam também que queriam restabelecer no Rio Grande do Sul o regime democrático e que na União desejavam restabelecer esse mesmo regime, deturpado pela opressão e pela tirania. Se as ideias eram as mesmas, os processos empregados também o eram. Se os revolucionários de São Paulo açambarcaram os fundos públicos, das repartições, e os fundos particulares dos bancos, os revolucionários do Rio Grande do Sul de 1923, não tendo entre as mãos presa tão opulenta, taxaram *per capita* os nossos correligionários, forçando-os a contribuir com dinheiro para combater um governo a que eles prestavam inteiro apoio.

O Sr. Lindolfo Collor – Perfeitamente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tanto essa semelhança era a mesma, que os revolucionários do Rio Grande do Sul atenderam ao apelo dos revolucionários de São Paulo, rebelando-se à voz de comando de Isidoro

Dias Lopes. Os revolucionários do Rio Grande do Sul são isidoristas como Isidoro é federalista, e quando os primeiros fizeram o oferecimento ao presidente da República para organizarem forças no Rio Grande do Sul, e até receberem armamentos do governo federal, munições e apetrechos de guerra para dar combate em São Paulo, de fato desejavam combater era o governo do estado do Rio Grande do Sul, formando um estado dentro do estado, um poder para enfraquecer o governo estadual.

O Sr. Venceslau Escobar – No pensamento de V.Exas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É o pensamento implícito constante desta nota do jornal *A Nação*, de Uruguaiana, da qual é diretor o deputado Batista Luzardo. Ei-la:

“O governo da República, autorizando os chefes libertadores a organizarem corpos que serão armados, fardados e mantidos pelo governo da União, resolveu, de uma maneira digna, a situação aflitiva em que se debatia a oposição rio-grandense, constantemente ameaçada pelos célebres provisórios...

Desde muito a situação rio-grandense reclamava uma medida equilibratória para a manutenção da paz.

E como o meio mais fácil para sustentar a paz é fazê-la respeitar por meio das armas, chegamos à conclusão de que, com as forças organizadas pelo invicto general Honório Lemes da Silva, e mais denodados chefes libertadores, iremos, de hoje em diante, gozar de mais respeito aos nossos direitos e à nossa vida”.

Eles iam se organizar, não iriam para São Paulo; iriam, apenas, daquela data por diante, gozar de mais respeito aos seus direitos e à sua vida. Era esse o fim oculto que visavam os revolucionários quando ofereceram os seus serviços ao governo da República. Os homens eram os mesmos, os revolucionários de então não tinham ideais, como ideais não têm os de hoje. Desde que se proclamou a nossa independência, a pátria brasileira só vibrou pela realização de dois grandes ideais: a emancipação dos escravos e a Proclamação da República. E tanto eram esses dois grandes ideais coletivos, e tal era a força que imprimiam à opinião pública, que se realizaram pela atuação desta, sem derramamento de sangue. Acaso poder-se-iam considerar como ideais coletivos esses motins surgindo em pontos isolados do território

nacional, como cogumelos espontando do enxurdeiro das ambições pessoais e dos apetites desenfreados?

Realizados esses dois grandes ideais – a emancipação dos escravos, ou o uso comum da liberdade, e a República, ou a extinção de todos os privilégios –, permitindo-se o acesso a todas as posições de acordo com a capacidade de cada um, proclamada a República, e com ela o regime federativo, a cada estado foi permitido organizar-se autonomicamente e propelar o seu progresso, dentro das condições especiais do seu meio e da sua vida.

O Sr. Venceslau Escobar – Regime, entretanto, falseado no Rio Grande do Sul.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tanto não é falseado que é um dos estados mais prósperos e progressivos do Brasil.

O Sr. Pires do Rio – Muito bem.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Feita a República, que foi o grande ideal nacional, consagradas as mais amplas conquistas liberais, com a Constituição de 24 de fevereiro, resta-nos apenas a realização dos grandes problemas nacionais para que o Brasil possa descrever a curva harmônica do seu progresso. Esses problemas têm constituído a preocupação patriótica do governo da República, e têm sido largamente discutidos nesta Câmara, ainda este ano, nos notáveis pareceres apresentados pelos relatores das diferentes comissões e nos discursos de todos os brilhantes espíritos que aqui se têm ocupado do assunto. Esses problemas nacionais são, em primeiro lugar, o equilíbrio orçamentário, porque tanto os países como os indivíduos que gastam mais do que ganham, desordenadamente, terão de chegar fatalmente à ruína. Restabelecido o equilíbrio orçamentário, teremos a solidez das finanças, a fortaleza do crédito público, a alta do câmbio, o barateamento da vida, a abundância material. Ao lado deste, teremos os problemas correlatos – a valorização do fator humano pela profilaxia, pela educação primária, pelo ensino profissional; o aumento da produção e da circulação da riqueza, pelo desenvolvimento dos meios de transportes. Mas, para que o Brasil realize esses problemas, não precisa de revoluções, porque todos esses problemas podem e devem ser resolvidos dentro do nosso regime. Essas revoluções, absolutamente, não representam um ideal, porque não têm por si a maioria da opinião nacional.

Onde, de fato, iríamos encontrar, Sr. Presidente, as simpatias por essas revoluções? Como aferir da existência dessa maioria da opinião favorável à revolução? No Exército? Não representam o Exército esses pequenos grupos que, traindo seus compromissos de honra, levantam as armas contra os poderes constituídos da República. E tanto não representam que não têm a seu lado nem um nome representativo do Exército, nenhuma brilhante tradição do Exército nacional, nem uma alta patente na efetividade do seu cargo. Estará com a Marinha? Também não. Está ao lado da fidelidade do almirante Alexandrino de Alencar. A Marinha não pode ser representada pela terça parte da maruja do couraçado *São Paulo*, que arrebatou um dos nossos mais importantes vasos de guerra para ir entregá-lo em um porto estrangeiro. Estará com o povo, com a opinião pública? Não. Não pode também representar a opinião pública, porque a opinião pública não é a opinião dos desocupados, não é a opinião dos gritadores de esquina, dos vulgarizadores de boatos, dos eternos descontentes que fazem dos seus desastres pessoais motivos de calamidades públicas. A opinião pública tem que ser representada pelas camadas profundas da sociedade, pela expressão das nossas altas relações comerciais, pelas classes conservadoras, pelos que laboram nas indústrias, pelos que aram a terra, pelos que apascentam os rebanhos, por todos os que trabalham e produzem e que precisam de paz e de ordem como garantia precípua e remuneradora de seus esforços.

Câmara dos Deputados, 24 de novembro de 1924

Discurso em resposta ao representante da oposição gaúcha Batista Luzardo, que denunciara arbitrariedades no Rio Grande do Sul. Vargas relata a colaboração de chefes políticos e militares gaúchos com os revoltosos de São Paulo e apoia a ação dos governos gaúcho e federal.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O deputado da oposição rio-grandense, Sr. Batista Luzardo, na última vez que usou da palavra nesta Câmara, procurou impressionar fazendo a descrição dos acontecimentos que se estão desenrolando no Rio Grande do Sul. S.Exa. pintou um quadro carregado de pessimismo sobre a situação de minha terra, empregando frases hiperbólicas, impregnadas de verdadeiro exagero. Disse S.Exa. que a luta ora

travada nos campos gaúchos era a mais encarniçada, era a mais cruenta, era a mais tremenda – frase de S.Exa. – de quantas se têm desenrolado no Rio Grande do Sul através da história do Brasil. Fez até desfilar, ante os nossos olhos atônitos, “colunas colossais” de tropas, como se estivéssemos no *front* da guerra europeia, onde avalanches humanas se contavam por milhões.

O Sr. Fiel Fontes – É um *front* em miniatura.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Então, descreveu S.Exa. a situação atual do Rio Grande e afirmou coisas que são positivamente inverídicas. Começou S.Exa. dizendo que de há muito tempo não recebia comunicações do Sul; que estava interrompida a sua correspondência, quer telegráfica, quer postal. S.Exa., entretanto, que se dizia privado de correspondência do Rio Grande do Sul, vem fazer asserções positivas e categóricas sobre a situação desse estado, dizendo que as colheu através de notícias dos jornais platinos e informes particulares. Ora, os jornais platinos têm publicado notícias tendenciosas, alteradoras da verdade...

O Sr. Fiel Fontes – Perfeitamente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...fornecidas diretamente pelos chefes revolucionários.

O Sr. Fiel Fontes – Haja vista a edição de 3 de novembro de *La Nacion*, que publica uma entrevista do general Isidoro.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Assim, S.Exa., baseado nessas informações, assevera, em primeiro lugar, que Honório Lemes, à frente de 1.300 homens, havia tomado Saicã, Cacequi e Rosário, ocupado a ponte de Santa Maria e marchava para São Gabriel, cuja guarnição ele atacaria penetrando pelo flanco sul; e, ainda mais, afirmava como uma profecia que àquela hora, talvez, São Gabriel já estivesse ocupada pelas forças revolucionárias. Isso a 21 do corrente mês. Descrevendo a ação da revolta das tropas da região missionária, disse S.Exa. que eram 2.300 homens, que se concentravam sobre o rio Camaquã e marchavam através de Santiago do Boqueirão em direção à cidade de Santa Maria; afirmou ainda mais que Leonel Rocha, levantando os revolucionários de Palmeira, havia tomado essa cidade, alastrando-se por Passo Fundo, Cruz Alta e Erechim.

Ora, o que se conclui de tudo isso, sendo essas notícias positivamente inverídicas, pois o governo tem informações oficiais transmitidas pelos seus delegados, o que se segue daí é que as afirmações feitas pelos

revolucionários através da voz do representante Sr. Batista Luzardo poderiam, quando muito, exprimir um vago desejo de que fosse realidade aquilo que estava apenas como uma aspiração no seu espírito, em via de realização, plano, cujo fracasso talvez ainda não tivesse chegado ao seu completo conhecimento. Eis por que S.Exa. dava como realizados os planos traçados entre os chefes revolucionários do Rio Grande do Sul, Isidoro Lopes e João Francisco, porque a verdade é esta: quando os revolucionários de São Paulo, acossados pelas forças legais, iam, pouco a pouco, se retraindo para a fronteira do sul, já existia o entendimento secreto entre eles e os revolucionários rio-grandenses. Estes, como novas penélopes, teciam e desteciam os fios da confiança e da solidariedade com o governo federal, enquanto aguardavam a chegada do aventureiro Ulisses, que descia dos serros de São Paulo aproximando-se do Iguaçu, até que lhes fosse levar o esperado concurso.

Entretanto, a verdade é muito outra. Esses emissários de João Francisco e Isidoro Lopes, que tinham passagem franca pela Argentina, através das estradas de ferro desse país, foram fazendo, pouco a pouco, a infiltração no território rio-grandense, mandando para lá seus emissários de modo a prepararem a revolta das guarnições militares, exatamente na zona próxima do Rio Uruguai, a mais chegada à fronteira argentina. Foi assim que, no mesmo dia, se revoltaram as guarnições militares de Santo Ângelo, São Luís, São Borja e Uruguaiana, que todas juntas não atingem a cifra de mil homens. Eram apenas quatro corpos de cavalaria desfalcados, pois alguns contingentes dessas tropas tinham sido retirados para São Paulo, restando um pequeno núcleo formado por sorteados deste ano, recrutas ainda mal-preparados no treinamento militar.

Explodida a revolta, esboçaram então o seu plano de campanha, que foi o seguinte: fizeram marchar imediatamente uma força de Uruguaiana para atacar a cidade de Alegrete, cujo intuito era interromper as comunicações ferroviárias da fronteira com o interior do estado; essa força, chegada a Alegrete, foi completamente derrotada pelo corpo da brigada policial que ali se achava, sendo retomadas as duas únicas peças de artilharia que ela levava. Fracassados dois sucessivos ataques sobre Alegrete, retiraram-se para Uruguaiana. Enquanto isso, as forças revoltosas de São Borja marchavam sobre a cidade de Itaqui, que era a única cidade da fronteira argentina cuja guarnição havia ficado fiel ao governo – Itaqui, que está situada entre São Borja e Uruguaiana. As for-

ças revoltadas de São Borja puseram cerco àquela cidade, encontrando a resistência do grupo de artilharia e das forças civis organizadas sob a direção de Osvaldo Aranha. Ao mesmo tempo, o 7º Corpo Auxiliar de São Borja, que se achava destacado na vila de Santiago do Boqueirão, comandado pelo tenente-coronel Deoclécio Mota, fazendo, a marchas forçadas, a travessia de 32 léguas, ia bater os revoltosos que cercavam a cidade de Itaqui, os quais, atacados, recuaram em grande extensão, completamente desbaratados, levantando-se assim o cerco.

Estavam, pois, fracassados os dois planos revoltosos: de ataque a Alegrete, para seccionarem as comunicações do interior do estado com a fronteira argentina, e o ataque a Itaqui, para se apoderarem da artilharia existente naquela guarnição. Batidos os revoltosos, a força de Uruguaiana, que já então obedecia ao comando de Honório Lemes, procurou retirar-se para a Serra do Caverá. Foi nessa ocasião que se deu o choque com as forças de Claudino Nunes Pereira no Guaçu-Boi. As forças sob o comando de Honório Lemes foram batidas apenas pela vanguarda das tropas do coronel Claudino, comandadas por Flores da Cunha. Bastou uma carga do valoroso chefe legalista para que fosse envolvido o flanco esquerdo de Honório Lemes, derrotando-o. Então Honório Lemes, acostumado a correr de Flores da Cunha em todos os encontros da campanha passada, refugiou-se em Caverá, para mais tarde ressurgir no Saicã, onde arrebanhou toda a cavallhada da Fazenda Nacional, e seguiu para Cacequi, sendo, nesta ocasião, alcançado pelas forças legais, que retomaram quinhentos e tantos cavalos dos arrebanhados.

O Sr. *Batista Luzardo* – V.Exa. me poderá informar de onde vinham essas forças que atacaram a coluna?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Creio que de Santa Maria.

O Sr. *Batista Luzardo* – Muito bem, mas, derrotado Honório Lemes, como V.Exa. acaba de dizer, como pôde ele tomar a cavallhada de Saicã?

O SR. GETÚLIO VARGAS – A cavallhada não opôs resistência; quem poderia fazê-lo eram os 60 soldados do Exército que lá estavam e aderiram a ele. Batido em Cacequi, alcançado pelas forças legais, Honório Lemes recuou novamente para Caverá. De modo que, quando o nobre deputado Sr. *Batista Luzardo* disse que Honório Lemes se aproximava de São Gabriel com forças poderosas, enquanto que Fernando Távora, marchando de Cachoeira com 1.300 homens, também se aproximava de São Gabriel, ponto provável de concentração dessas duas colunas,

Honório Lemes, que segundo a previsão de S.Exa. talvez já àquela hora tivesse tomado São Gabriel, recolhia-se de novo às furnas de Caverá e lá acabava de ser derrotado, decisivamente, pelas forças do corpo da brigada policial, comandadas pelo coronel Januário Correia, segundo telegrama que vou ler à Câmara:

“Deputado Nabuco de Gouveia – Urgente – Rio – Ontem às nove horas no Cerro da Conceição, entrada do Caverá, limites do Livramento, Honório Lemes, emboscado, atacou de surpresa forças comandadas pelo tenente-coronel Januário Correia. Depois de três horas de combate o inimigo fugiu em desordem, deixando no campo da luta cinquenta mortos, entre eles o coronel civil Catinho Pinto, um capitão e três tenentes revolucionários de São Paulo e, entre feridos em grande número, tenentes-coronéis Teodoro Menezes e Quinote Bueno. Nossas forças tiveram seis praças mortos e trinta feridos, entre os quais o coronel Januário Correia, levemente. Operações militares seguem com regularidade e a situação é muito boa, restringindo-se dia a dia o campo de ação da rebeldia. São Borja já está ocupada pelo tenente-coronel Deoclécio Mota.

Saudações afetuosas. Borges de Medeiros”.

O Sr. Batista Luzardo – Desse telegrama V.Exa. conclui que o general Honório Lemes foi estrondosamente batido?!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Apenas por um corpo da brigada policial.

O Sr. Venceslau Escobar – Que valor!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Valor, disciplina e organização, que é o que falta aos revoltosos.

O Sr. Venceslau Escobar – Já estou acostumado a ler esses telegramas. Em 1893, logo no primeiro ano, davam por terminada a luta, e entretanto ela durou mais dois anos e tanto.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quanto às forças da região missionária que se haviam concentrado nesta região, batidas em Itaqui, como disse refluíram para São Borja e, abandonando esta cidade, concentraram-se entre São Borja e São Luís, ao mesmo tempo que as forças legais, marchando de Uruguaiana, e as que vinham do norte, via Santo

Ângelo, procuraram estabelecer a concentração, atacando por dois pontos diferentes as forças revolucionárias.

As forças revolucionárias que estavam em Santo Ângelo retiraram-se de São Luís sem combate, em direção a São Borja, da mesma maneira que as de São Borja abandonaram a cidade, procurando estabelecer uma concentração na região missionária entre as duas últimas cidades, pois sendo esta região marginada pelo Uruguai e atravessada por vários rios caudalosos, afluentes deste, como o Piratini, o Camaquã, o Butuí, podendo essas forças serem com facilidade flanqueadas pelas tropas legais, era natural que não continuassem neste ponto e procurassem abandoná-lo.

Mas o seu número não poderia de forma alguma resistir à pressão das forças legais que vinham, umas do sul e outras do norte. É verdade que o ilustre deputado Sr. Batista Luzardo traçou um plano de campanha como se sob seus olhos tivesse o mapa do Rio Grande do Sul. S.Exa. fez manobras táticas, desenvolveu planos estratégicos e estabeleceu pontos de concentração e previu, senhores, até lugares onde possivelmente se dariam combates! As forças comandadas por Fernando Távora, que S.Exa. diz que se aproximavam de São Gabriel, em um total de 1.300 homens, eram de 180 homens do 2º Batalhão de Engenharia, que se rebelaram em Cachoeira e foram batidas em Barro Vermelho, a quatro léguas daquela cidade, e completamente desbaratadas.

O Sr. Batista Luzardo – Os exércitos rebeldes são sempre derrotados. Honório Lemes e sua gente o foram no Guaçu-Boi e surgem hoje, em telegrama que V.Exa. leu, dando novo combate. Távora completamente desbaratado ressurgiu agora.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não ressurgiu.

O Sr. Batista Luzardo – Ressurgiu. Deixe-me dizer como se deu o combate de Cachoeira. As forças de Távora não foram desbaratadas. Contiveram cinco horas uma coluna, entrincheirados. Esta coluna perdeu até o seu chefe Baltazar Bem. Cerrada a noite, Távora retirou-se sem que fosse absolutamente perseguido. Esta é a expressão exata da verdade, e desafio a V.Exa. ou o líder da bancada a vir declarar se não são estes os fatos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Afirmo de maneira categórica pelos dados oficiais.

O Sr. *Batista Luzardo* – Perdão! Se V.Exa. vai trazer os dados oficiais, como os de outro dia, mostrando o destroço de Honório Lemes, permita que lhe diga que não posso acreditar neles.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas quais os outros que V.Exa. conhece?

O Sr. *Batista Luzardo* – V.Exa. quer insistir nesses fatos. Acreditava que V.Exa. não mais se referisse aos mesmos, porque já provei o contrário com documentos que desafiavam contestação.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estou fazendo referência ao combate de Barro Vermelho. As forças de Barro Vermelho foram completamente batidas, extraviadas. Perderam 200 carabinas, a munição que conduziam e fugiram em debandada. Li as comunicações oficiais. V.Exa. não exibiu nenhum documento, nenhuma prova em favor do que afirmou.

O Sr. *Batista Luzardo* – Não é exato, meu caro colega.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Está na parte do comandante das forças legais.

O Sr. *Batista Luzardo* – É falso.

O Sr. *Artur Caetano* – Falsíssimo.

O Sr. *Batista Luzardo* – A força borgista encontrou-se com a outra e, durante cinco horas, a força revolucionária, entrincheirada, brigava com fuzis e metralhadoras, enquanto a outra lutava a peito descoberto. Como podia ter sido esta vencida? A força legal, reconheço, brigou com altivez, com coragem, porque brigou a peito descoberto contra uma força aguerrida...

O Sr. *Artur Caetano* – Mais numerosa.

O Sr. *Batista Luzardo* – Uma força nessas condições não podia ser dizimada. Sair a outra vitoriosa sem perder nem um homem, não há espírito que aceite.

O Sr. Bento Miranda – Podia, perfeitamente.

O Sr. *Batista Luzardo* – No Barro Vermelho, isso não era possível. Estou me dirigindo ao meu nobre colega Sr. Getúlio Vargas porque S.Exa. conhece o local.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A comunicação oficial do tenente-coronel Loureiro, que comandava as forças governistas, é que encontrou as forças rebeldes entrincheiradas no Barro Vermelho em trincheiras naturais, tendo os rebeldes, depois de cinco horas de luta, abandonado as suas posições. Foram apreendidas uma viatura com 200 carabinas, larga cópia de munições e prisioneiros. Como poderiam as forças legais

apreender tão grande cópia de material se os revoltosos não houvessem abandonado o campo da luta?

O Sr. Batista Luzardo – Não abandonaram. Cerrada a noite, não podendo nem um nem outro grupo permanecer, retiraram-se ambos. Esta a expressão nítida da verdade.

O Sr. Artur Caetano – A força federalista retirou-se em direção a Caçapava.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas o tenente-coronel Aníbal Loureiro fez até uma relação do material apreendido na luta, o que não teria acontecido se os rebeldes não houvessem abandonado a sua posição. Além disso comunicou-se S.Sa. com o Dr. Julio Bozano, intendente de Santa Maria, combinando com este a perseguição aos fugitivos, que se haviam acobertado nas matas de Santa Bárbara. São estas as comunicações oficiais publicadas nos jornais de Porto Alegre e transcritas nos jornais do Rio.

O Sr. Batista Luzardo – Ainda hoje os jornais que chegam do Rio Grande do Sul, e que não trouxe porque não contava replicar ao discurso do nobre deputado, trazem uma nota interessante – e é isto que se observa aqui no Rio –, a de que o jornalista teve ordem de não publicar nenhum resultado de vitória que não seja favorável ao governo, e declarou que nessas condições, o povo não sabendo, não publicaria mais notícias dos acontecimentos.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Qual é o jornal?

O Sr. Batista Luzardo – O *Correio da Serra*.

O Sr. Nabuco de Gouveia – Ora o *Correio da Serra*...

O Sr. Lindolfo Collor – Essa declaração do jornal é uma prova de que a censura não é tão violenta como V.Exa. diz. A liberdade que lhe foi concedida para uma tal declaração prova que a censura não é rigorosa. Chamo a atenção da Câmara para isso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Este o estado atual das operações do Rio Grande do Sul. As forças na região missioneira, acoçadas pelas forças legais, procuraram ocultar-se entre os municípios de São Luís, Santiago do Boqueirão e São Borja; as de Honório Lemes, recolhidas na Serra do Caverá; as de Távora, que se haviam revolucionado em Cachoeira, completamente derrotadas. Diz S.Exa. que Leonel Rocha havia ocupado Palmeira, Passo Fundo, Cruz Alta e Erechim e que as comunicações telegráficas no Rio Grande do Sul estavam inteiramente cortadas, só havendo comunicação para Porto Alegre. Por

feliz coincidência recebi hoje um telegrama de Palmeira, que S.Exa. diz ocupada pelas forças de Leonel Rocha.

O Sr. Batista Luzardo – Mas Palmeira está na região serrana; não está na fronteira.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O telegrama é sobre assuntos particulares, mas é de Vazulmiro Dutra, o qual tanta impressão causa em Leonel Rocha que, estando ele em Palmeira, Leonel Rocha há de estar pelo menos a 30 léguas de distância.

O Sr. Venceslau Escobar – É o cospe-balas!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Há quatro dias publicava *A Notícia* um telegrama dizendo que Leonel Rocha, com 200 homens, havia assaltado a colônia de Sarandi e por única proeza praticada nessa ocasião havia a tropa morto o vigário dessa colônia.

O Sr. Artur Caetano – A redação do telegrama já mostra a suspeição.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não havia força legal, ocuparam a colônia de Sarandi e mataram o vigário da localidade! De modo que se pode dizer sem receio de errar que a revolução, no Rio Grande do Sul, entrou em franca agonia. Ela poderá resistir durante algum tempo, pode prolongar-se em uma campanha de guerrilhas, e, se não está extinta, a verdade incontestável é que está dominada, foi quebrado o seu ímpeto, perdeu a sua ofensiva.

O Sr. Artur Caetano – O telegrama que V.Exa. acaba de ler, do presidente do estado, diz o contrário: afirma que quem teve a ofensiva foi o general Honório Lemes.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Acossado na sua furna, em Caverá, foi obrigado a combater. Perderam a ofensiva, dizia eu; perderam a vantagem da iniciativa da luta; perderam a liberdade das manobras. E sabe V.Exa. a que fica reduzida uma revolução que precisa fugir para escapar-se, colocada na simples posição de defensiva, acossada de perto pelas forças legais, sem a vantagem de poder manobrar e ter a iniciativa dos combates. Essa é a situação no Rio Grande do Sul. Essa a situação a que se acham reduzidos os rebeldes, perseguidos pelas forças do governo federal e do governo estadual. Acrescente-se que tais forças não têm fontes permanentes de recursos nem bases de abastecimento, e diga-me se não é uma revolução fracassada! Na cidade de Cruz Alta, até onde o ilustre deputado Sr. Batista Luzardo dizia que talvez se tivessem estendido as colossais hostes de Leonel Rocha, na cidade de Cruz Alta...

O Sr. *Artur Caetano* – Referiu-se ao município de Cruz Alta.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...existe uma força do Exército de cerca de 2 mil homens, comandada pelo coronel Enéas Pires, pronta para marchar na primeira emergência e guardando as comunicações ferroviárias do norte do estado com o resto do país.

Tem-se feito aqui referências sobre a campanha levantada no Rio Grande do Sul, querendo-se reduzi-la, algumas vezes, a um movimento regional contra o presidente do estado. É essa a tecla que tem sido por vezes batida pelos representantes da oposição rio-grandense, máxime pelo Sr. Venceslau Escobar, que afirmou aqui não ser contra o governo federal, apesar de ter votado a moção de desconfiança e apesar de justificá-la em seu voto separado...

O Sr. *Venceslau Escobar* – Diga por quê.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...por ser S.Exa. contrário aos motins militares, embora os seus correligionários políticos tivessem se engatado à rabadilha de um motim militar.

Entretanto, Sr. Presidente, a luta que ora se trava nas planícies rio-grandenses nada mais é do que um episódio do movimento revolucionário que tem lastreado por vários pontos da República. Será apenas o último ato do drama, pois ali há de fatalmente resolver-se esse conflito, que tem surgido em São Paulo, em Sergipe, no Pará, no Amazonas e no Rio de Janeiro. São apenas manifestações regionais do mesmo fenômeno geral, da mesma insurreição, que tem surgido em outros pontos, mas que não afeta especialmente a situação política do Rio Grande do Sul, mas a política de todo o Brasil.

O Sr. *Bento de Miranda* – Até houve um manifesto, que tive ocasião de ler, assinado pelos chefes revolucionários, tratando de questões gerais do Brasil.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Entretanto, o Sr. Deputado Venceslau Escobar quer reduzir isso apenas a uma questão regional.

O Sr. *Venceslau Escobar* – E reduzo!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tanto não pode reduzir que essa questão estava resolvida com a permanência do Sr. Presidente do estado. Era questão assentada, no pacto da paz, que S.Exa. permanecesse no poder até a terminação do mandato, até que fosse substituído por nova eleição. E, a respeito disso, diz o Sr. Ministro da Guerra no manifesto que o dirigiu:

“Que acordo honroso para ambas as partes poderia ser feito se, para dirimir uma lide entre o governo do estado e os revolucionários, se estatuísse como preliminar indeclinável a destituição ostensiva ou disfarçada de um presidente investido do governo por meios tão regulares como os que mais o são entre nós por toda parte, dada a nossa ainda deficiente e defeituosa educação política?”

Mas a atuação do marechal Setembrino de Carvalho, ilustre titular da Pasta da Guerra, as suas nobres intenções, seus sinceros desejos de pacificar o Rio Grande do Sul não foram compreendidos pelos revolucionários.

O Sr. Venceslau Escobar – Que o ministro dissesse isso, vá! S.Exa. ignora matéria constitucional. Mas é um governo irregular, que viola evidentemente a Constituição fazendo-se eleger pela quinta vez presidente do estado!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Essa é questão discutidíssima. Eu formularia, entretanto, algumas perguntas a V.Exa. Primeira: se o presidente do Rio Grande do Sul não estava realmente eleito, por que, quando a Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia dos Representantes, depois de discutir a fraude praticada pelos oposicionistas, lhes concedeu um prazo legal para virem dentro dele provar a sua identidade contestada pelas mesas eleitorais, pedindo seu comparecimento, por que não o fizeram?

O Sr. Venceslau Escobar – Como fazê-lo, se V.Exas. levaram, de portas fechadas, durante 30 dias?

O Sr. Lindolfo Collor – Não é exato. V.Exa. está enganado.

O Sr. Venceslau Escobar – Concederam apenas cinco dias, contra o Regimento da assembleia.

O Sr. Lindolfo Collor – Não apoiado.

O Sr. Venceslau Escobar – Apoiadíssimo. O Regimento não podia subordinar-se à lei.

O Sr. Lindolfo Collor – Aplicamos o Regimento.

O Sr. Venceslau Escobar – Levamos 30 dias de portas fechadas, sem fiscalização.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Os procuradores do Sr. Assis Brasil tiveram vista de todo o trabalho da comissão. Segunda pergunta: se o presidente Borges de Medeiros não estava reeleito, por que V.Exas.,

abandonando a interpretação até então seguida pela jurisprudência política daquele estado, levantaram uma teoria que tanto tem de absurda em lógica como em sofisticada, em direito, qual a de considerar os três quartos dos eleitores inscritos no Rio Grande do Sul?

O Sr. Venceslau Escobar – Essa é a doutrina verdadeira, que foi ensinada por Júlio de Castilhos.

O Sr. Simões Lopes – Já demonstrei da tribuna que não é exato.

O Sr. Venceslau Escobar – O próprio Sr. Borges de Medeiros já o declarou, no caso de Vacaria.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Terceira pergunta: se o Dr. Borges de Medeiros não estava reeleito presidente do Rio Grande do Sul; se ele não tinha obtido nem mesmo três quartos dos sufrágios do eleitorado que compareceu às urnas, por que V.Exas. recuaram, diante da proposição pelo Dr. Borges de Medeiros de um árbitro que estudasse o processo eleitoral e decidisse se ele tinha ou não obtido esses três quartos do eleitorado? A quarta pergunta, finalmente, é: se o Dr. Borges de Medeiros não estava reeleito presidente do Rio Grande do Sul, por que o Sr. Dr. Assis Brasil, que veio para o Rio de Janeiro, apregoando que ia recorrer às instâncias superiores, quedou-se apenas no seu palacete em Copacabana, desatando a luta sangrenta no Rio Grande do Sul?

O Sr. Venceslau Escobar – Como prova V.Exa. que o Sr. Assis Brasil veio recorrer às instâncias superiores?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Pelas entrevistas dadas aos jornais, declarou que vinha recorrer às instâncias superiores e não recorreu a coisa alguma. Depois que os nobres deputados responderem a essas quatro perguntas, poderão afirmar que o presidente do Rio Grande do Sul não está reeleito.

O Sr. Simões Lopes – Aliás, pode V.Exa. acrescentar que, do nosso partido, representantes diversos foram retirados das mesas eleitorais à última hora, contra todos os dispositivos legais, para serem introduzidos representantes adversários a pedido do Sr. Ministro da Justiça e do Sr. Presidente da República.

O Sr. Venceslau Escobar – Na eleição estadual?

O Sr. Simões Lopes – Na federal.

O Sr. Venceslau Escobar – Não estamos tratando disso.

O Sr. Simões Lopes – Perdão! É um caso muito pertinente e que mostra a generosidade com que procedemos em matéria eleitoral.

O Sr. Venceslau Escobar – Isso é muito conhecido...

O SR. GETÚLIO VARGAS – Qualquer que seja, Sr. Presidente, o ponto de vista em que V.Exas. se coloquem, o que ninguém poderá discutir é que tudo isso estava definitivamente resolvido por um pacto de paz no qual os revolucionários se comprometeram a aceitar a continuação na presidência do Dr. Borges de Medeiros até a terminação do período governamental.

O Sr. Venceslau Escobar – Se ele desse plenas garantias aos revolucionários, não haveria nada disso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não se tratava absolutamente da sua pessoa, e agora, quando os revolucionários do Rio Grande do Sul, mancomunados nos motins militares, erguem de novo a bandeira da revolta, é contra a própria pátria que eles se voltam, em uma traição vergonhosa aos seus compromissos.

O Sr. Venceslau Escobar – V.Exa. está enganado. Traiu o Sr. Borges de Medeiros, que não deu garantias aos revolucionários.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A questão das garantias aos revolucionários já foi discutida aqui inteiramente e eu provei com documentos irresponsáveis que os revolucionários do Rio Grande do Sul gozaram das mais amplas e completas garantias...

O Sr. Venceslau Escobar – Não diga essa heresia.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...mas eles queriam transformar em falta de garantias questões policiais passadas no interior do estado, com indivíduos de ínfima classificação social, sem representação política, sem importância alguma no seu partido, que não poderiam absolutamente ser alvo de qualquer perseguição.

O Sr. Venceslau Escobar – E os fatos passados em São João de Montenegro, com o Sr. Benjamim de Moraes e muitos outros?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Que aconteceu a esses homens?

O Sr. Venceslau Escobar – Foram espancados cruelmente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não é verdade. V.Exas. podem passar telegrama falsificando fatos, adulterando os acontecimentos, tirando ilações sobre acontecimentos que não exprimem a verdade, como aconteceu, por exemplo, com o caso a que V.Exa. fez referência aqui, da emigração do Dr. Almeida Castro para a Argentina. É um caso que merece ser descrito aqui na Câmara.

O Sr. Venceslau Escobar – O povo que goza de todas as garantias não pode levantar-se contra os governos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quando se realizou a eleição federal de 3 de maio, em que os papéis eleitorais haviam sido remetidos para a Câmara; quando a luta eleitoral travada naquele estado se transformara na expectativa, na curiosidade pública voltada para a Câmara dos Deputados; quando aqui ia decidir-se da eleição, traçaram os revolucionários do Rio Grande do Sul um plano com o intuito de estabelecer a intriga entre o governo federal e estadual, espalhando por toda parte que este último se preparava para atear a revolução contra aquele, caso não fossem reconhecidos todos os seus candidatos. E para dar aparências de verdade a esses boatos, os seus correligionários políticos, em plena paz em todo o estado, começaram a emigrar para a Argentina, preocupando-se em telegrafar ao governo federal com avisos alarmantes, dizendo que o governo rio-grandense tramava a revolução contra o poder central do país, se os seus candidatos não fossem reconhecidos na Câmara. Os jornais oposicionistas apregoavam que o governo do estado ia fazer a revolução...

O Sr. Venceslau Escobar – Contra a candidatura do Sr. Artur Bernardes, sim, o Dr. Borges de Medeiros e os militares.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não apoiado. Foi depois da eleição de 3 de maio. E quando o próprio Sr. Ministro da Guerra, impressionado com esses boatos, telegrafava ao general Andrade Neves, indagando o que ocorria, respondera o comandante da região militar dizendo que havia completa paz no estado e que aquilo era um simples boato espalhado pelos revolucionários. Foi o telegrama desse general que queimou a fita cinematográfica que V.Exas. queriam passar em grande escala pelo Rio Grande do Sul.

O Sr. Venceslau Escobar – Aí V.Exa. pode me absolver de qualquer culpa, porque sou inocente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agora, dominada essa revolução, reduzida unicamente à defensiva, perseguidos pelas forças legais os rebeldes, sabem V.Exas. o que é uma revolução que perdeu a iniciativa e que não tem mais fontes permanentes de recursos nem bases de abastecimento para se refazer. Reduzida a simples correrias pelo interior do estado, pouco importa que surjam mais agrupamentos aqui ou acolá, que haja três, quatro, seis ou dez grupos de revolucionários, correndo

as campinas do Rio Grande do Sul. Eles serão fatalmente, decisivamente esmagados porque, para isso, o Sr. Presidente da República, forte na opinião pública, forte no apoio das forças armadas, forte na convicção do seu direito, da mesma forma por que desenvolveu toda a sua energia, empregando o seu patriotismo, a sua vontade inquebrantável, e dominando os movimentos revolucionários de São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Sergipe e outros pontos, levando pressurosamente o recurso das forças federais a esses estados, no Rio Grande do Sul há de quebrar, com o seu pulso de ferro, as últimas resistências dessas manifestações anárquicas e caudilhescas que procuram mais uma vez irromper no meu estado natal. E há de fazê-lo, Sr. Presidente, porque aliado a ele está o governo do Rio Grande do Sul, isto é, o presidente do estado, Sr. Borges de Medeiros, com a sua energia, com a sua serenidade, com a sua clareza, perfeitamente preparado, à espera desse golpe que se tramava há muito tempo, já tendo 12 mil homens em armas.

O Sr. Venceslau Escobar – Há pouco V.Exa. disse 4 mil.

O Sr. Lindolfo Collor – E por um decreto recente criou mais 10 corpos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agora foram criados 10 novos corpos, mas, além disso, essas forças que combatem ao lado do governo do estado estão acostumadas à luta, não se compõem de sorteados deste ano nem de recrutas inexperientes no serviço militar, têm a alma temperada pela grandeza de um ideal, batem-se pela defesa da sua terra, pela integridade e pela paz do seu torrão, pela tranquilidade dos seus lares e pela segurança dos seus bens. Tudo isso duplica o seu ardor combativo, e, ao lado dessa superioridade material, têm sobre as de V.Exas. uma inegável superioridade moral.

O Sr. Venceslau Escobar – Em que sentido, essa superioridade moral?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Essa superioridade moral baseia-se exatamente na convicção que temos de que defendemos o bom direito...

O Sr. Domingos Mascarenhas – A ordem!

O Sr. Lira Castro – O Brasil.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...a tranquilidade do Rio Grande do Sul.

O Sr. Lindolfo Collor – Do Brasil, como muito bem diz o nobre deputado pelo Pará.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...e a sua prosperidade.

O Sr. Horácio Magalhães – Defender a unidade da pátria, que não pode estar sujeita a essas lutas condenáveis.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Perfeitamente. Mal terminada a revolução do ano passado, o Rio Grande do Sul procurava reerguer-se, reparar os prejuízos que havia sofrido, e as condições favoráveis de tal maneira propiciaram a agricultura que teríamos, este ano, uma colheita abundante – o gado valorizado, também, pois que este havia diminuído em sua quantidade – que prometia abundante e opulenta safra para o Rio Grande. O governo do estado, previdente em todas as providências acauteladoras do seu progresso, havia descrito na sua mensagem as várias medidas tomadas neste sentido, apresentando um orçamento equilibrado, com um saldo superior a mil contos; todas as obras materiais que havia reiniciado para o desenvolvimento do estado; a Viação Férrea, que na revolução passada, com os estragos, incêndios e depredações dos revolucionários, com a diminuição de suas rendas, havia sofrido um prejuízo de 6.500:000\$, estava sendo reparada aos poucos, haviam sido feitas encomendas de vagões e locomotivas à Europa; construídas diversas variantes, retificando o traçado da estrada de ferro; e quando este serviço de reorganização se acentuava, quando todo este progresso de novo reerguia o Rio Grande em uma esperança risonha, V.Exas. veem de novo desencadear a revolução, sob pretextos fúteis, impatrióticos.

O Sr. Pires do Rio – Muito bem.

O Sr. Venceslau Escobar – V.Exas., não apoiado. Protesto! Já disse que nem por atos, nem por palavras, tenho nenhuma interferência na revolução.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Como não tem, se V.Exas. emprestam a sua solidariedade e apoio?

O Sr. Venceslau Escobar – Agora, mas não tive a menor interferência, repito, nem por atos nem por palavras; não fui ouvido em tal coisa. Já o declarei à Câmara. Agora, porém, não posso abandonar os meus companheiros!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quando digo V.Exas., refiro-me aos revolucionários, em geral.

O Sr. Venceslau Escobar – Bom, mas eu vou varrendo a minha testada.

O Sr. Lindolfo Collor – O alto espírito de V.Exa. reconhece que é uma causa injusta que está defendendo, tanto que V.Exa. varre a sua testada.

O Sr. Venceslau Escobar – Porque não tive nenhuma interferência. Gaspar Martins aconselhou aos seus amigos que não fizessem a revolução e, não obedecido, acompanhou-os depois.

O SR. GETÚLIO VARGAS – De novo vem V.Exa. levantar essa campanha revolucionária no Sul, que parece, pela maneira por que ela se tem desdobrado no meu estado natal, uma revivescência dos tempos bárbaros, que 20 séculos de civilização cristã não conseguiram apagar, repondo como se do fundo obscuro dessas personalidades a alma semibárbara ressurgisse, desdobrando sobre as campinas do Rio Grande do Sul essas práticas de rapinagem, que vão deixando atrás de si uma esteira de pó e de sangue, estendendo a ruína e a desolação sobre aquele estado.

O Sr. Venceslau Escobar – Rapinagem, tanto legalista como revolucionária.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O telegrama do Sr. Ministro da Guerra exprime a verdade. Há dias, conversava eu com um engenheiro que saiu de Uruguaiana três dias após a revolta, um encarregado da Companhia Construtora de Santos, da construção do quartel daquela cidade, um elemento imparcial em política, inteiramente neutro; contristado pelo que havia presenciado, com a íntima revolta do que ali verificara, narrou-me que foi de uma verdadeira devastação o cenário apresentado da cidade de Uruguaiana, que se transfigurara. Surgiram de todos os cantos, de todos os pontos da cidade, em correrias desabaladas pelas ruas, vultos com lenços vermelhos, esvoaçantes, com divisas vermelhas no chapéu, com brados vingativos, e atacavam, em meio das ruas, os veículos, como carroças e automóveis, virando os objetos que estes conduziam, atravancando as ruas, esvaziavam as casas comerciais, os armazéns!...

O Sr. Pires do Rio – Dignos companheiros de Isidoro e de João Francisco!

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...retiravam os fundos dos bancos, das repartições e dos particulares e, mais ainda: taxaram a tanto por cabeça a vários correligionários nossos, exigindo de uns 20; de outros, 30 contos e, se declaravam que não possuíam dinheiro, obrigavam-nos a passar cheques...

O Sr. Pires do Rio – Perfeitos companheiros de Isidoro Dias Lopes e de João Francisco!

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...levando os cheques ao banco. E como o gerente do banco declarasse que não podia fazer o pagamento, porque tinham já levantado os próprios fundos do banco, levaram-no para a Argentina, onde, na cidade de Libres, faziam visar o cheque pelo gerente do banco nacional para receber o dinheiro no Banco de La Nación, daquela República. Assim foi que extorquiram dinheiro dos brasileiros,

garantidos pela coação aos gerentes dos nossos próprios bancos e descontados no da Argentina.

O Sr. Venceslau Escobar – Acreditaria se V.Exa. citasse os nomes dessas pessoas que foram extorquidas, nessas importâncias. Dizer vagamente é muito fácil. V.Exa. deve individualizar!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tenho os nomes dos informantes, que me merecem todo o crédito. Um deles é o do engenheiro da Companhia Construtora de Santos, e uma carta de um advogado de Uruguaiana.

O Sr. Venceslau Escobar – Essas acusações não se fazem no ar.

O Sr. Lindolfo Collor – São coisas que se passaram e fáceis de serem provadas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Eram estas, Sr. Presidente, as informações que tinha de trazer à Câmara. Tenho a minha consciência tranquila, pois as informações que trouxe são baseadas unicamente na verdade documental, irretorquível. E estou certo de que a ação convergente das forças dos governos federal e estadual vencerá, dentro de pouco tempo, esta revolta impatriótica, porque elas têm ao seu lado, além da força material, a inegável superioridade moral, porque elas defendem os bons interesses da pátria, defendem a nossa nacionalidade contra a empreitada sinistra dessas verdadeiras arrancadas do caudilhismo, que sobrevivem de quando em quando e que precisam ser aniquiladas de vez, porque são focos contínuos de erupção! Não devemos, absolutamente, acreditar nesses boatos que por aí se espalham, boatos de que os revolucionários se têm tornado eco e vulgarizadores, de quando em vez. Nos próprios jornais revolucionários que de lá recebi, eles diziam, no início da revolução, que haviam tomado conta de todas as guarnições militares do Rio Grande do Sul, e que todas haviam aderido à revolta. Narravam fatos absolutamente inverídicos, e estes boatos espalhados por lá, repercutidos aqui, procuram, de todos os modos, diminuir a energia da reação da alma nacional contra essas impressões terroristas. Há duas espécies de boateiros: os próprios revolucionários, declaradamente a favor da revolução, que ao menos têm hombridade de sustentá-la, e os boateiros ocultos, os derrotistas, aqueles que procuram adulterar os fatos, insinuar-se perfeitamente e enfraquecer a resistência dos defensores da lei.

O Sr. Pires do Rio – V.Exa. está falando com muito acerto.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Espalhando notícias de toda ordem, em que vemos, muitas vezes, sob manifestações variadíssimas, aparecerem

esses boatos ora tênues, esgarçando-se como uma nuvem que se disfarça ao longe, ora pejados e carregados de inverdades, obscuros, como nuvens precursoras da tempestade, que rolando trazem no seu bojo uma contínua ameaça de explosão!

É contra esses revolucionários, contra esses boateiros que precisamos reagir, com toda a energia de nossa alma, confiados nas autoridades legais, prestando-lhes todo o apoio e tendo no íntimo a convicção serena, a certeza de que havemos de vencer porque queremos vencer, porque a vitória tem de ser nossa, porque o primeiro magistrado da nação e o presidente do Rio Grande do Sul não defendem posições transitórias; defendem o poder constituído, a ordem legal, a causa nacional, o sossego e a prosperidade do Brasil.

Câmara dos Deputados, 27 de dezembro de 1924

Discurso defendendo a concessão de licença para processar o deputado carioca Azevedo Lima.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, não tive a fortuna de ouvir o discurso ontem pronunciado nesta Casa pelo nobre deputado Sr. Plínio Casado. Em chegando hoje à sessão é que soube que S.Exa. havia chamado à autoria a representação situacionista do Rio Grande do Sul, afirmando que esta, por precedentes na Assembleia dos Representantes do estado, estava no dever de negar licença ao processo do deputado Azevedo Lima. [...] A jurisprudência da Assembleia dos Representantes era essa. [...] É verdade que, não tendo sido publicado o discurso no *Diário do Congresso*, não pude verificar a expressão textual do nobre deputado, e estou fazendo obra pela tradição oral que chegou ao meu conhecimento. Pediria ao nobre deputado a fineza de repetir a sua frase.

O Sr. Plínio Casado – Quando estava discutindo disse que era essa a jurisprudência da Assembleia dos Representantes. Lá é o juiz a autoridade processante que pede a licença, como pediu no caso Evaristo do Amaral, e eu lembrava à bancada essa jurisprudência.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Esclarecido por V.Exa., devo dizer que a tradição política da Assembleia dos Representantes é pela concessão da licença, a fim de que os responsáveis respondam perante a Justiça pelos delitos que tiverem praticado. Nem poderia ser outra a tradi-

ção de um estado que, a par da mais ampla liberdade, assegura a mais completa responsabilidade pelos atos que pratica. E o caso aventado na Assembleia dos Representantes, do processo Evaristo do Amaral, é um caso excepcionalíssimo, que devo explicar à Câmara. Desempenhava o Sr. Evaristo um cargo de escrivão no Rio Grande do Sul, e um seu serventário ajudante, por ele indicado, se havia locupletado com dinheiros existentes no cartório. Apurado o desfalque, foi mandado processar o ajudante culpado, e na ocasião se pediu licença para que fosse processado o proprietário do cartório, que era o Sr. Evaristo. Sabido que o Sr. Evaristo era completamente inocente, pois que se achava até licenciado na ocasião do delito, não estando no desempenho dessa função, a Assembleia dos Representantes, sabendo, pela compreensão do caráter da pessoa acusada, que esta, se a assembleia lhe negasse a licença para o processo, renunciaria ao seu mandato para ser submetido a processo, a assembleia negou. Negou como ato de solidariedade, negou como reafirmação de confiança naquele colega, que era apenas acusado pelo fato de ter indicado para ajudante do cartório o indivíduo que depois ludibriou a sua nobre confiança, tornando-se faltoso. A assembleia, assim, negou a licença solicitada. Então o deputado Evaristo do Amaral renunciou ao seu mandato a fim de ser processado.

O Sr. Américo Peixoto – Isto é que é nobre, assumiu a responsabilidade, e não fez como revolucionários que declaram que tomaram parte em todas as revoluções e temem o processo.

O Sr. Batista Luzardo – Não apoiado. Não é o mesmo caso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Devo dizer que em se tratando de um processo de responsabilidade de funcionário público, no Rio Grande do Sul, é ele assistido pelo juiz da comarca, por ele preparado e julgado. No caso, o juiz que descobriu o delito de correição mandou processar os responsáveis por esse delito, e, sendo ele exatamente a autoridade formadora do processo, a ele competia tomar as providências que o caso exigia. Não firmou, porém, isso jurisprudência na Assembleia dos Representantes.

Em 1914, o deputado estadual Dr. Otávio d'Ávila, em um conflito havido com um colega na cidade de Itaqui, havia morto o seu contendor, Dr. Bolívar Barbosa, que era opositor ao governo do estado, enquanto o Sr. Otávio d'Ávila pertencia ao partido situacionista do Rio Grande do Sul. A Assembleia dos Representantes era unânime ao lado do governo do estado: pois bem, a Comissão de Constituição e Poderes

firmou parecer concedendo licença para que o deputado estadual fosse submetido a processo e respondesse pela morte do nosso adversário, Dr. Bolívar Barbosa. Este caso é o que se pode ter como paradigma da nossa jurisprudência política, e devo acrescentar [...] para processar o deputado Ávila foi o promotor que solicitou à Assembleia dos Representantes de Itaquí, foro do delito. E foi provocada pela interpelação do promotor público, da qual tomou conhecimento a Comissão de Constituição e Poderes, firmando parecer, que a assembleia se pronunciou. Foi este o último caso de processo submetido à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul.

Agora, no caso presente, devo declarar que os representantes da maioria da representação sul-rio-grandense aqui presentes votam pela concessão da licença para processar o deputado Azevedo Lima, e votam porque o parecer formulado pela Comissão de Constituição e Justiça ampla e liberalmente garante os direitos desse deputado contra quaisquer violências, respeita a norma constitucional e está perfeitamente de acordo com o nosso pensamento e a nossa tradição política. A licença é apenas para processar. Terminado o processo, encontrando-se matéria para pronúncia, será vivamente submetido ao conhecimento da Câmara para apreciar a prova, e só mediante nova licença poderá ser preso.

Se o deputado Azevedo Lima for inocente, essa inocência há de ser apurada no processo a que vai responder, e então sairá incólume, limpo de qualquer culpa, independente da tolerância, considerada um favoritismo de quem quer que seja. Para a sua própria altivez, para a consagração do seu nome, ele devia desejar que a Câmara concedesse a licença, a fim de que perante a Justiça imparcial possa fazer a prova completa da sua inculpabilidade. Agora, se o deputado é culpado, se pretendeu conspirar contra a estabilidade das instituições, contra a segurança da ordem constitucional, deve responder perante a Justiça, porque o mandato do deputado não é manto protetor de nenhum delito.

Câmara dos Deputados, 16 de outubro de 1925

Discurso apresentando evidências de que a captura do caudilho opositor Honório Lemes por Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul, não foi fruto de uma emboscada.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, em uma das sessões anteriores desta Casa, nobres deputados da oposição, ocupando-se da rendição de Honório Lemes, fato que pôs termo à última tentativa revolucionária no Rio Grande do Sul, fizeram referências, mais insinuadas por meio de palavras veladas do que em afirmações positivas, mas que lograram publicidade em jornais estrangeiros, de que aquele caudilho gaúcho fora vítima de uma emboscada quando se entabulavam negociações para a sua rendição. Os simples louvores com que os representantes da oposição traçaram a polianteia e engrinaldaram a frente de Honório Lemes não seriam motivo para impugnação de minha parte. Conquanto não estivesse eu de inteiro acordo em tais encômios, todavia não posso deixar de respeitar essa atitude da oposição, pois considero perfeitamente digna de acatamento essa magnânima solidariedade para com o bravo caudilho vencido. Contudo, não poderia deixar corressem à minha revelia ilações tiradas, quer nesses discursos, quer em publicações até de jornais estrangeiros, de que Honório Lemes fosse apanhado de surpresa quando pretendia entrar em negociações de paz.

A rendição de Honório Lemes não foi mais do que o episódio de um novo plano revolucionário que se tramava no Rio Grande, com o intuito de reacender as lutas intestinas no meu glorioso estado e de novo devastar suas férteis planícies, implantando a desolação e a ruína. Já anteriormente se anunciava, mesmo no recinto desta Câmara, boquejando-se a meia voz, que era esperada uma incursão no Rio Grande, para a qual até o dia estava quase prefixado. De vez em quando, por antecipação dessa data, surgiam os boatos de que o Rio Grande havia, de fato, sido invadido. Sabia-se que, na região fronteira da zona missioneira, grupos chefiados por Leonel Rocha, Inocêncio Silva e outros se aprestavam para o início da incursão. Sabia-se – e foi amplamente divulgado pelos jornais – que Aníbal de Barros Cassal fora aprisionado com contrabando de armas e, por fim, que o mesmo acontecera com Adalberto Correia, conduzindo vultoso material de guerra, composto de 50 mil cartuchos, metralhadoras, fuzis Mauser e outros armamentos. Tudo isto, logo se vê, obedecia a um plano prestabelecido, adrede combinado, que teve sua explosão com a invasão de Honório Lemes. Este mesmo, no seu depoimento, em palestra íntima com o bravo e íntegro soldado da legalidade, Dr. Osvaldo Aranha, disse que se achava pacificamente em sua casa, no

Uruguai, quando lá foi procurado por amigos que o instigaram, que o arrastaram de novo à luta, trazendo-o para o Rio Grande do Sul.

Por conseguinte, se essa revolução não teve o desfecho que se esperava, foi tão somente porque Honório Lemes soube manter a palavra empenhada com seus correligionários; os outros faltaram aos compromissos assumidos, e ele, isolado, com o pequeno grupo com que se afoitou a invadir o Rio Grande, foi imediatamente cercado e feito prisioneiro. Mas, se é certo que os correligionários de Honório Lemes lhe prestam suas homenagens e traçam só seus louvores, reconhecendo-lhe qualidades elevadas de guerrilheiro e de cidadão, nós, representantes da maioria, devemos também render o nosso preito aos que afrontam a morte na defesa da ordem e pela segurança das leis.

O Sr. Simões Lopes – O glorioso Flores da Cunha e seus companheiros.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não devemos esquecer esses valorosos companheiros, conduzidos pelo bravo que todos vós conheceis do recinto desta Casa, pelo nosso d'Artagnan rio-grandense. Logo tereis adivinhado que eu não poderia referir-me senão a Flores da Cunha, cuja personalidade complexa e sugestiva todos conheceis, que tem as vossas simpatias; em cuja personalidade, estranha e bizarra, aprimoradas qualidades de cultura fazem ressaltar os nobres sentimentos do genuíno gaúcho.

Vós, que conheceis Flores da Cunha, a sua abnegação, o seu patriotismo, o seu esforço, sabereis admirar essa individualidade, como disse, ao mesmo tempo estranha e bizarra, que varia dos arrebatamentos irresistíveis de sua eloquência tribunícia até o gênero alegre, as manifestações de espírito anedótico e pitoresco, que têm na sua cultivada inteligência modificações tão subitâneas e tão variáveis, em que ora nos aparece através das expressões encantadoras de carinho e de afeto, ora nos surge com ímpetos de leão, sacudindo a juba fulva em atitudes soberbas de desafio. Foi Flores da Cunha, elevando-se com os seus bravos nas campinas rio-grandenses, quem desfechou o golpe na hidra revolucionária, que de novo pretendia erguer-se para assolar as campinas gaúchas.

O Sr. Simões Lopes – Como já o fizera, pouco antes dessa revolução, nas coxilhas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Flores da Cunha deu, com sua maestria, com sua habilidade, com sua dedicação, golpe definitivo na tentativa revolucionária de 1925, do mesmo modo que Paim Filho, demonstrando a sua capacidade militar, a sua tenacidade, a sua bravura, descre-

veu uma epopeia nos sertões do Iguaçu, aniquilando as esperanças de vitória dos revolucionários de 1924.

O Sr. Simões Lopes – Ação decisiva e altamente patriótica.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Foram esses os dois heróis que mais se destacaram na defesa da ordem e das leis, ambos irmanados no mesmo glorioso ideal. São ambos merecedores das nossas homenagens. E Flores da Cunha, na ação decisiva que desenvolveu, pôde aprisionar Honório Lemes, quase sem derramamento de sangue, e trazê-lo, vencido, para a capital do estado. Ao encararmos esse gesto, não sabemos o que mais admirar, se a habilidade, se a bravura com que se portou o chefe legalista, se a magnanimidade, se a brandura com que acolheu os prisioneiros. Há nesse conagraçamento dos vencedores com os vencidos, há no sentimento de pesar que os irmanou naquela hora, a manifestação inequívoca de um desejo intenso de paz e de concórdia entre todos os brasileiros. De fato, deve ser essa a nossa aspiração, deve ser esse o nosso maior desejo...

O Sr. Leopoldino de Oliveira – É uma aspiração nacional.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...para que o Brasil se restabeleça no domínio da ordem. Mas, para que essa ordem seja possível, necessário é que aqueles que a perturbam desistam desse intento. É preciso que estes deponham as armas e reconheçam o império da lei, a fim de que ela possa cobrir com o manto benigno do esquecimento todos os que se acolhem à sua sombra.

O Sr. Leopoldino de Oliveira – É preciso que assim procedam legalistas e revolucionários.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Como podem os legalistas depor as armas se estão na legítima defesa da ordem?

O Sr. Leopoldino de Oliveira – Desarmem-se das violências que cometem a todo instante.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estou de acordo em que não deve haver violência, pois violência gera a violência e nada resolve.

O Sr. Adolfo Bergamini – A toda ação corresponde uma reação.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O que deve haver da parte de todos nós é a desistência de recorrer a meios violentos, a fim de que se resolva aquilo a que só as manifestações populares na boca das urnas podem dar solução.

O Sr. *Adolfo Bergamini* – Única soberania que deve ser admitida, a das urnas, excluindo-se o terceiro escrutínio.

O SR. GETÚLIO VARGAS – São as que farão com que a representação popular tenha seus mandatos fielmente obedecidos no recinto desta Casa.

O Sr. *Adolfo Bergamini* – Muito bem; neste particular, estou de pleno acordo com V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quero apenas, Sr. Presidente, fiquem consignados nos anais as narrativas feitas por Flores da Cunha e Osvaldo Aranha sobre os acontecimentos que puseram termo à revolução no Rio Grande do Sul, com a rendição de Honório Lemes. E, sem ofensa aos vencidos, deixo aqui as minhas homenagens aos que, firmes, na consciência do seu dever, expuseram a vida para a defesa dos lares, a segurança das leis e a tranquilidade social com o denodo, inteligência e a magnanimidade de Flores da Cunha.

O Sr. *Simões Lopes* – Documento de energia e de humanidade ao mesmo tempo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Peço licença, Sr. Presidente, para proceder à leitura dos seguintes telegramas, nos quais aquelas narrativas foram transmitidas de Porto Alegre para aqui:

“Porto Alegre, 12 – Conforme comunicamos em telegramas anteriores, chegou a Livramento o trem conduzindo Honório Lemes e seus comandados, derrotados em Passo Conceição pelas forças do general Flores da Cunha.

Respondendo à saudação que lhe foi feita por essa ocasião, o bravo cabo legalista pronunciou um discurso em que teve o ensejo de desfazer certos equívocos propalados aqui pela imprensa.

Disse o general Flores que, sabedor que Honório Lemes invadira o estado do Rio Grande, reunira 800 bravos que, unidos a outros patriotas de Alegrete, Uruguaiana e Rosário, em um total de 2 mil homens, iniciaram tenaz perseguição ao inimigo.

Três dias e três noites durou essa perseguição, sem descanso. Atravessando o Jacaquá, a Lagoa Branca e outros pontos daquela zona, Flores da Cunha dividiu em três alas a sua coluna e conseguiu cercar Honório Lemes em Passo da Conceição, para onde este se dirigira na impossibilidade de demandar outros pontos, em vir-

tude da ação das forças legais e da cheia do rio, que transbordou. Atravessando o ribeiro, travou-se a luta, a fogo vivo.

O inimigo resistiu heroicamente, registrando-se repetidos feitos de audácia e destemor, de parte a parte. Assim prosseguia a luta. Já se havia derramado muito sangue, embora com visíveis e incontáveis vantagens para a causa legalista, quando o general Flores da Cunha, em um impulso de verdadeiro altruísmo, pensou em evitar a continuação daquela desgraça e tomou uma resolução decisiva; enviou a Honório um emissário especial para exortá-lo a render-se, sob a condição de lhe garantir a vida e a de seus companheiros de armas, a fim de evitar maiores efusões de sangue.

Essa importante missão foi confiada ao fazendeiro Sr. Torres, que a levou a efeito com perfeito êxito, porquanto Honório Lemes, depois de o receber, levantou a bandeira branca, aproximando-se da força de comando de Flores da Cunha, com todos os oficiais de seu estado-maior. Foi um momento de comoção para todos; Honório Lemes, seus oficiais e soldados, com as carabinas de cano voltado para o chão, acercaram-se do chefe legalista, que estendeu a mão ao chefe revolucionário vencido.

‘A cena foi tocante’ – terminou o general Flores da Cunha – ‘e era a custo que os presentes sofriam lágrimas.’ As suas últimas palavras foram cobertas por longos aplausos. O general Flores da Cunha tinha como principais auxiliares nessa luta, entre outros, o Sr. Osvaldo Aranha e o capitão Antônio Pacheco de Campos, que perdeu heroicamente a vida no campo de batalha.

“Porto Alegre, 13 – Na cidade de Livramento realizou-se uma grande manifestação ao general Flores da Cunha e ao Dr. Osvaldo Aranha, em regozijo pela vitória de que foram os heróis.

Os manifestantes percorreram as ruas da cidade e estacionaram depois da Intendência Municipal, em cujas sacadas estavam os homenageados, que foram saudados pelo Dr. Pavão Martins. Respondeu, agradecendo, o general Flores da Cunha, cujo discurso produziu grande efeito na multidão.

Pregou S.Exa. a necessidade inadiável da concórdia na família rio-grandense, desejando vê-la unida e forte como dantes, sem lutas estéreis e ódios inadmissíveis.

Se de 1923 a 1925 foi aos campos de batalha, onde o arrastaram não os louros e a glória, que não existem em uma luta entre irmãos, mas unicamente o cumprimento do dever cívico, vendo a marcha forçada, que fez dia e noite, atravessando passos a nado com sua gente, que há três anos forma a cauda de seu corcel, cansada, enlameada, faminta, animava-o um imenso desejo de ver se conseguia o inimigo se rendesse sem uma gota de sangue. Por isso foi enorme e imensa a satisfação que teve ao obter o êxito de suas operações sem disparar um só tiro.

Recebeu os vencidos sofrendo e chorando, e com eles, com seus irmãos, também sofreu e chorou, quando as suas mãos, limpas de qualquer nódoa, apertaram as mãos calosas de Honório Lemes; vendo-o abatido e humilhado, sentiu, mais do que nunca, a necessidade de paz e de fraternidade entre os gaúchos, cuja bravura enalteceu.

Na campanha que acabava de fazer, havia sentido o lombilho mais duro do que em outras em que interveio.

Tendo sido dado o que almejava, voltaria agora à simples vida do campo, de onde sairá para trabalhar pela paz, que é o maior bem de todos os povos. Em todas as lutas que tem havido ultimamente, ficou patenteado o heroísmo gaúcho, fonte inesgotável de todas as energias da nossa raça.

Terminando, fez um brilhante apelo à consciência e aos corações de seus conterrâneos em prol da paz, pedindo que se passasse uma esponja sobre o passado. (A. A.)”

“Porto Alegre 13 (A. A.) – A propósito dos últimos acontecimentos neste estado, de que resultou a prisão do chefe revolucionário Honório Lemes, o Dr. Osvaldo Aranha, em entrevista à imprensa, disse o seguinte:

‘Saímos de Alegrete no dia 4, marchando sem cessar, com 1.100 homens, sendo apenas 200 regulares, e os demais patriotas de Uruguiana e de minha cidade, sob o comando de Flores da Cunha. No dia 5 acampamos em Caverá, onde recebeu o comando informações de sua vanguarda de que o inimigo fugia. No mesmo dia, quando bivacava Flores da Cunha com 170 homens que o acompanhavam, chegou aviso do piquete de descoberta, comandado pelo malogrado capitão Pacheco Campos, notificando que Honório

Lemes fugia rumo de Vacaquá. Levantou Flores da Cunha o bivaque, marchando sem cessar e atravessando a nado as pontas do rio Vacaquá, rumo às alturas de Afonso Torres, que atingiu à meia-noite, saindo dessa posição ao clarear da lua para atravessar a nado o banhado do mesmo nome até surgir a elevação de Estância Picadas, onde divisou o inimigo, que, por sua vez, tendo caminhado durante a noite, procurava acampar. Surpreendido, retrocede a trote e a galope rumo da estação Santa Rita.

Aí, o tino militar de Flores da Cunha, que colimara o seu objetivo, revelou-se mais perspicaz. Mandou 50 homens perseguir, a distância, o inimigo em sua fuga e com o estado-maior seguiu, observando a marcha do inimigo, orientando-me e aos homens que me acompanhavam o rumo da estrada, para, no flanco inimigo, quando menos nós esperávamos, surgir em Ibicuí da Conceição. Foi então que Flores da Cunha sobre eles caiu, de forma tão aplastante e inesperada, que o obrigou à rendição imediata.

Não dormimos nem comemos. Mais a ele do que a esses sacrifícios e mais do que tudo ao seu chefe devemos a vitória sem sangue sobre o inimigo, a maior de quantas temos conquistado.

Estávamos a 400 metros do inimigo, Flores da Cunha à frente da 1ª linha, e eu nas colunas de proteção, quando vimos tremular nos ares a bandeira branca. Mandou Flores da Cunha fazer alto e destacou o major Laurindo Ramos e Mário Mata para se entenderem com três revolucionários que avançaram protegidos pela bandeira da paz.

Eram emissários de Honório Lemes que vinham anunciar a rendição, pedindo garantias. Flores da Cunha respondeu que recebia os prisioneiros com todas as garantias que ele sempre havia dado ao inimigo vencido. Foi, então, uma cena emocionante. Choravam eles, chorávamos nós, dominados por uma emoção indescritível. Era uma luta de irmãos. Não tivemos alegrias, tivemos lágrimas.

Imediatamente após a rendição, acampamos para comer e dormir, o que há dois dias não fazíamos. Eles comeram e dormiram conosco.

Não receberam ofensa direta ou indireta de nossas forças, que têm em Flores da Cunha, com quem estão acostumadas desde 1923, não só um chefe militar como espiritual. Ele tratava bem o seu inimigo e todos souberam imitar esse gesto de sua generosidade.

Honório Lemes, seu filho e seu estado-maior foram entregues à minha guarda. Eu os tratei mais como irmãos do que como inimigos porque ao caráter cavalheiresco dos que lutam repugnaria diminuir e humilhar os vencidos, mesmo quando sobre eles pesasse a responsabilidade da morte de cinco bravos camaradas.

– E o estado de saúde do general, V.Sa., e de todos, bom?

– Magnífico. O campo retempera, cura e refaz. Eu voltarei com forças que montam a 650 homens para Alegrete, via Caverá.

– Acha que terminou a revolução?

– Sim. É esta a minha opinião. Honório Lemes me declarou, sem se engrandecer, que só ele poderia continuar a guerra no Rio Grande.

– Como explica a invasão?

– Honório Lemes disse-me que estava tranquilo em sua casa, no Uruguai, quando elementos civis e militares o foram buscar para esse movimento. Mostra grande sentimento de revolta para os que os traíram. Disse-me que, com a desgraça de sua derrota, continuará a ser sempre Honório Lemes, enquanto os outros não poderão ostentar honrosamente os seus nomes.’”

Era o que tinha a dizer, incluindo também um importante telegrama que nesse momento venho de receber do ilustre Sr. Borges de Medeiros, benemérito presidente do meu estado:

“Para desmentir categoricamente balelas e invencionices estão sendo propaladas aí em Montevidéu sobre a rendição Honório Lemes, transmitindo principais declarações desse e seu filho Nolo Silveira Lemes, quando interrogado, ontem, pelo chefe da polícia. Inquirido, Honório, quando se entregou ao general Flores da Cunha, assim procedera por julgar que o mesmo o buscava para tratar de paz. Respondeu textualmente que se entregou porque estava disposto a desistir da luta, pois não tinha elementos para dar combate às forças legais; que, desde que lhe falharam certos elementos, resolveu entregar-se a Flores da Cunha ou Osvaldo Aranha; que realizou a invasão para forçar a anistia por ser essa medida necessária para que muitos rio-grandenses voltem aos seus lares, sabendo, porém, que não dispunha de elementos nem recursos bélicos para enfrentar as forças legais. Perguntado se alguém lhe fizera proposi-

ção de paz, respondeu que um opositor residente em Rosário, de nome Afonso Oliveira Torres, mandara-lhe um recado dizendo que o general Flores da Cunha o aconselhava desistir luta, dando-lhe necessárias garantias. Nolo Silveira Lemes declarou que seu pai Honório Lemes invadiu o Brasil com cem homens mais ou menos, ouvindo o declarante dizer havia outro grupo revolucionário junto D. Pedrito comandado Otaviano Fernandes; que de Marco Araújo, lugar da invasão, na noite de 29 de setembro, Honório passou pelo município de Livramento e foi acampar no Passo do Sarandi, de onde levantaram acampamento dia seguinte e seguiram pela margem esquerda rio Ibirapuitã até o Passo de Cerrito, indo no mesmo dia acampar no Vacaquá, lugar de grotas no município de Livramento, onde pernovernaram; que no dia seguinte prosseguiram marcha, indo pernovernar no Passo Pedro Branco, em um galho do rio Ibirapuitã, que aí Honório entrou município Rosário, onde sua gente tiroteou com vanguarda Flores Cunha, perto estação Guará; que Honório se retirou perseguido pelas forças legais perto Passo Lajeado, de onde contramarchou, tiroteando novamente vanguarda Flores Cunha, sendo morto nesse tiroteio capitão Antonio Pacheco Campos e três soldados da força legal; que, sobrevivendo noite, cessou tiroteio e Honório retirou despontando o rio Vacaquá na direção Passo da Conceição no Ibicuí, onde, no dia seguinte, pelas nove horas foram sitiados pela frente, retaguarda e flanco direito não podendo transpor o rio pela esquerda, por estar ele muito cheio e não haver barco ou canoa; que alguns revolucionários procuraram vadear o rio, mas verificando Honório que não podia combater, convidou então sua gente para se render e mandou um emissário a Flores da Cunha dizendo que estava pronto a se entregar; que Flores mandou um major e um capitão dizer a Honório que aceitava a rendição, garantia a vida dos prisioneiros; que, em seguida, Flores da Cunha fora onde estavam os revolucionários que desarmaram; que os rebeldes estavam quase todos armados com Mauser e mosquetões trazidos do Uruguai e dispunham dez mil tiros, quando invadiram, e de 3 mil quando foram aprisionados; que esse material supõe o declarante que estivesse no Uruguai nas casas de Fulgêncio Santos, Alfredo Canabarro e outros; que Honório rendeu-se porque só com grande sacrifício vidas poderia passar rio fugindo ao cerco forças legais; que Honório invadiu para

forçar anistia contando com a invasão simultânea de Africo Serpa, Zeca Neto, Alfredo Lemos e outros, que haviam prometido entrar território Brasil por outros pontos Uruguai e Argentina.

Saudações cordiais. Borges de Medeiros?.

Câmara dos Deputados, 20 de outubro de 1925

Discurso historiando a posição de Borges de Medeiros diante da reforma constitucional proposta pelo presidente Artur Bernardes em 1924. Vargas lê a vasta correspondência trocada com Borges, em que este defende reiteradamente a autonomia dos estados e o princípio federativo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, filiado a um partido político de tradicionais responsabilidades no regime, não me seria lícito permanecer silencioso quando se planeja e realiza o máximo problema de rever a Constituição da República. Na grande hora histórica que estamos vivendo, é natural e é lógico que cada um traga o seu depoimento, vazado nos moldes das ideias que o agitaram, dos sentimentos que o impeliram, refletindo a atuação superior a que houve de obedecer, condicionado pelos princípios políticos do partido a que pertence e expressando o que for mister ceder, vencido pelas contingências da ocasião.

O Rio Grande do Sul é o caso único na Federação onde a opinião pública se biparte em organizações políticas, erguendo-se em torno do pendão dos seus programas, com ideias perfeitamente nítidas e precisas. E, talvez por isso, quando a exacerbação das paixões, naquele povo em que os sentimentos cívicos têm uma intensa vibração, leva-o à contenda pelas armas, mal cessada esta, ainda sob o fumo esvoaçante dos combates, os lutadores podem trocar um aperto de mão como cavalheiros. É que se bateram pela vitória das suas insígnias e entre eles permaneceram intactos os sentimentos de honra pessoal e o respeito pela dignidade alheia.

O Partido Republicano, fundado por Júlio de Castilhos desde os primeiros tempos da República para apoiar as instituições políticas sul-rio-grandenses, temperado nas lutas cívicas e no fragor dos combates, é uma força impressionante de coesão e de disciplina. O estado do extremo sul, guiado pelo seu grande organizador, um político norteado

pelo rígido critério de um filósofo, com intuições de sociólogo, ergueu, dentro do sistema da Constituição Federal, um regime institucional em que admiravelmente se consorcia a autoridade com a liberdade. Melhor compreendendo a natureza do regime presidencial, instituiu um Poder Executivo forte, facultando-lhe, sem receio, consagrar e manter as mais amplas franquias liberais, ampliando, senão na letra, pelo menos na sua exata interpretação, as que foram prometidas pela Constituição da República. A par disso, a continuidade administrativa, um critério firme e seguro, normas, processos, praxes de publicidade ampla, de probidade, de simplicidade e de clareza formaram costume, criaram hábitos, sulcando aspectos característicos na sua vida pública. E sendo o Rio Grande do Sul, historicamente, uma das mais novas formações políticas da Federação, considerado em relação ao que era no Império e o que se tornou na República, com seu desenvolvimento cultural e material, pode-se considerá-lo um dos estados mais progressistas do Brasil.

A reforma da Constituição não era problema que se nos afigurasse de urgência. Admiradores somos da obra dos constituintes de 1891, a cuja elaboração presidiram altos e nobres intuits patrióticos, uma larga dose de simpatia humana, de fraternidade social, de respeito e amor pela liberdade, de interesse generoso por todos os grandes ideais que agitaram a alma inquieta do século XIX! Não éramos, os republicanos rio-grandenses, porém, contrários a qualquer retoque no Código de 24 de fevereiro e, se o fôssemos, constituiria essa atitude um emperramento injustificável diante da evolução dos fenômenos sociais. Ao contrário, em princípio, éramos revisionistas. Precisávamos, porém, observar a ação do tempo, sedimentando na alma do povo os frutos do novo regime, para concluirmos sobre as suas vantagens ou malefícios. Os quase 36 anos de prática constitucional do regime vigente já são suficientes para que se percebam as faltas ou deficiências do nosso código político, permitindo revê-lo nesses pontos.

Muito se tem dito da pretendida oposição sistemática da orientação política sul-rio-grandense a qualquer retoque no Estatuto Federal. Antirrevisionistas por sistema, seria absurdo equivalente a fazer de um código político uma estratificação fóssil enfiada no corpo da nação paralisando-lhe os movimentos. Fomos contrários a agitações revisionistas esparsas, desordenadas, sem a órbita de uma orientação segura, ou francamente reacionárias, tentando desfigurar, por uma desconcertante centralização, as linhas características do regime federativo presidencial.

Não havia um plano preestabelecido de revisão, faltava o apoio de uma corrente política dominante ou de organização partidária com programas definidos. Isso suscitava lógicas suspeitas de que o nosso assentimento pudesse contribuir para resultados contraproducentes e excessos lamentáveis. Era nosso dever impugnar essas tentativas perigosas. E, juntamente conosco, precedendo-nos ou seguindo-nos nessas manifestações, estava o resto do país, através de suas vozes mais expressivas e prestigiosas. Estávamos em boa companhia.

Em sua mensagem de 1904, referindo-se a uma dessas tentativas revisionistas e fazendo, de passagem, alusão ao manifesto dos constituintes rio-grandenses de 91, dizia o preclaro presidente Borges de Medeiros:

“Não somos, pois, infensos à reforma constitucional nos pontos enunciados, todavia, devemos ser antes de tudo oportunistas, não nos afastando da relatividade das soluções políticas.

Na atualidade, a corrente revisionista, promanada de fontes suspeitas e constituída por elementos heterogêneos, assume o caráter de uma ameaça iminente à própria estabilidade do regime constitucional que repousa sobre o presidencialismo e a Federação. A tendência geral é no sentido de desnaturar essas ideias fundamentais, sem as quais a República não passará de uma fórmula vã. Pretende-se que, além do fortalecimento da União, se institua a ferrenha centralização, mediante a intervenção federal em certos negócios privados dos estados, e se restaure a uniformidade da magistratura e das leis processuais. Nada concorreria mais para mutilar o organismo federativo, que só é concebível pela unidade no seio da variedade. Tanto basta para que, alheando-nos a qualquer agitação reformadora, na hora presente, alcemos a nossa voz em defesa das conquistas liberais que nos felicitam, repelindo as iniciativas perturbadoras da ordem constitucional. Assim o exigem os graves problemas que interessam à reconstrução econômica e financeira da nação”.

Em discurso que proferiu em 1916, agradecendo a uma manifestação pública de regozijo pelo seu restabelecimento, após a grave enfermidade que o acometera, dizia o presidente Borges de Medeiros, com referência a uma dessas perigosas tentativas:

“Rejeitamos, por isso, *in limine*, toda e qualquer iniciativa nesse sentido. Tanto bastou para que nos fosse assacada injustamente a coima de incoerente, porque, em verdade, o Partido Republicano Rio-Grandense foi sempre oportunista nesse particular”.

Era assim que se manifestava o eminente chefe republicano. Nunca a revisão da Constituição Federal foi por nós impugnada, como questão fechada que estivesse fora de discussão. Defendíamos somente, e com intransigência, a intangibilidade dos princípios cardeais do regime. E, para evitar esse perigo, só aceitaríamos a revisão com a elaboração de um projeto que, após prévio e detido exame, entrasse no plenário com o compromisso de apoio da maioria parlamentar, amparado por uma corrente do seu pensamento político, e não deixado a flutuar, sem amparo, no entrechoque de opiniões heterogêneas e sem princípio direto, podendo rematar em um trabalho reacionário, anárquico e contraproducente.

Quando o Sr. Presidente da República, em sua mensagem de 1924, sugeriu o problema da revisão constitucional, abordou as seguintes teses: 1º) a proibição das reeleições dos presidentes e governadores dos estados; 2º) a adoção do “veto” parcial; 3º) a criação de tribunais regionais; 4º) a extinção das causas orçamentárias; 5º) a limitação do instituto do *habeas corpus* ao seu conceito clássico, a regulamentação da liberdade de comércio, a igualdade de direitos entre os brasileiros e estrangeiros e a propriedade e exploração das minas.

A primeira medida, já havíamos adotado na Constituição estadual; não havia razão para que discordássemos da sua generalidade. Quanto às outras, em tese, eram evidentemente úteis, e a impossibilidade ou dificuldade de fazê-las triunfar, sem rever o Estatuto Federal, justificava a revisão. Daí o início da nossa aquiescência.

Desde que no amplo cenário da sua glória tombou a figura dominante de Pinheiro Machado, o grande líder da política brasileira, arrastou na sua queda a dissolução do Partido Republicano Conservador e acarretou o deslocamento do eixo da política nacional para a chefia quadrienal dos presidentes da República.

A inexistência de partidos nacionais acarreta logicamente o agrupamento da política dominante em torno do candidato vitorioso ao governo da República, transformado em orientador e chefe durante o

período governamental. Não acuso nem defendo, não louvo nem censuro! Registro um fenômeno social, de evidência notória, no marasmo da vida nacional. E ninguém melhor do que o supremo gestor dos negócios públicos para dizer, com a experiência dos fatos, das deficiências da máxima constitucional, para corrigir as falhas ou excessos observados na sua aplicação. Não se lhe pode recusar, fora das assembleias legislativas, a função consultiva de mediador, de elemento plástico de combinação entre as opiniões díspares dos seus amigos políticos. Nem poderíamos deixar de aplaudir, nessas reuniões prévias dos líderes da Câmara dos Deputados, a alta função coordenadora exercida pelo senhor chefe da nação, onde todos manifestaram suas opiniões em uma atmosfera de completa franqueza e liberdade.

Por nós é que essa iniciativa não poderia ser logicamente impugnada, quando ela se assemelhava, no domínio dos fatos, à organização constitucional sul-rio-grandense. Lá, o presidente do estado propõe a lei, que toma a forma plebiscitária, com a publicação ampla, a colaboração direta do povo na apresentação de emendas e de *referendum* dos conselhos municipais. São os imperativos categóricos da ordem social impondo-se como necessidades ineludíveis e vencendo as frágeis barreiras erguidas por preconceitos teóricos, em equilíbrio instável, no trapézio mirífico da divisão dos poderes. Como muito bem afirma Duguit:

“Cette conception d’un pouvoir souverain, en trois pouvoirs, est une conception métaphysique analogue au mystère chrétien de la trinité, qui a réduit les esprits parfaits chimériques de l’Assemblée de 1789, mais qui est inadmissible dans une construction vraiment positive du droit public”. (*Droit Constitutionnel*, p. 336.)

Antes de entrar na análise dos pontos que forçaram nossa intervenção, como delegado de um partido devemos declarar que tanto nós como os outros líderes que compareceram às reuniões prévias, se obtivemos algumas vitórias, umas isoladas, outras em conjunto, havemos também de ceder em vários outros, como um sacrifício necessário à harmonia geral e aos altos interesses da pátria.

Nesses debates preliminares é forçoso confessar que o Sr. Presidente da República, o ilustre Sr. Artur Bernardes, no seu papel de mediador, demonstrou uma lúcida compreensão dos problemas do momento, um

grande equilíbrio moral, um louvável espírito de franqueza e acendrado patriotismo. Por sua vez, o deputado Herculano de Freitas, autor do projeto da revisão, líder de um grande estado, mestre de direito, com sua luminosa inteligência, visão aquilina, ardente fé republicana e vivo desejo de harmonia e de concórdia, era a outra figura proeminente dos debates. E ambos ouviram com acatamento as opiniões do Dr. Borges de Medeiros, ilustre presidente do Rio Grande do Sul, um dos raros sobreviventes dos constituintes de 91. Pois ele, com a sobrelevante e irrecusável autoridade moral de chefe de um grande partido, com a responsabilidade de princípios doutrinários a zelar, a sua proverbial austeridade, sua larga experiência dos negócios públicos, sua brilhante atuação como repressor da subversão da ordem, se revelara um verdadeiro guia, um animador de vontades, um despertador de entusiasmos e de energias, alteando-se à posição de um construtor da nacionalidade.

Assim que transmiti, na íntegra, o anteprojeto da revisão ao presidente Borges de Medeiros, a impressão do ilustre homem de estado não foi de todo agradável. Não disputávamos à União interesses materiais. Pleiteávamos a prevalência de valores morais, a manutenção de expressões consagradas na técnica constitucional e de franquias liberais de que gozávamos há 34 anos com evidentes vantagens de natureza social e política.

O anteprojeto que deveria servir de base de discussão, antes de ser submetido ao Plenário, ao lado de iniciativas vantajosas e francamente nobilitadoras do regime, trazia outras que não poderíamos deixar de considerá-las reacionárias. O anteprojeto golpeava a autonomia dos estados, alargando a esfera intervencionista da União nas emendas nºs 1, 2 e 8, assim primitivamente redigidas:

“Substitua-se o nº 2 do art. 6º pelo seguinte: Para assegurar a integridade nacional, manter a forma republicana e o respeito aos princípios constitucionais da União.

Substitua-se o nº 3 do art. 6º pelo seguinte: Para assegurar o livre exercício dos poderes públicos locais, pelos seus legítimos representantes, quando estes reclamarem o auxílio federal e para debelar a guerra civil, independentemente de requisição.

Substitua-se o nº 4 do art. 6º pelo seguinte: Para assegurar a execução das leis e sentenças federais e para reorganizar financeiramente

o estado que, pela cessação de pagamentos por mais de dois anos, demonstrar a sua insolvabilidade”.

Além disso, cerceava as atribuições dos estados, arrancando-lhes a competência para legislar sobre Direito Processual; instituía, sem contraste, o regime dos privilégios oficiais e suprimia ou restringia direitos individuais, nas emendas n^{os} 19, 22, 59, 67 e 68. Na emenda n^o 50 vinham especificados os princípios constitucionais da União, enunciados pelo art. 63, e que se tornariam obrigatórios para os estados. Esta emenda, tendo disposições muito louváveis e acertadas em alguns pontos, em outros reduzia as Constituições estaduais a uma reprodução automática da Constituição Federal, aniquilando as particularidades locais e quase suprimindo as vantagens do regime federativo. Eis os motivos principais das nossas restrições ou, pelo menos, os pontos que, sem incoerência, não poderíamos deixar de impugnar.

O meu papel era de simples intermediário, pleiteando junto aos iniciadores da reforma as reivindicações doutrinárias, os princípios, as conquistas liberais integradas no regime orgânico do Partido Republicano Rio-Grandense e interpretadas pela palavra autorizada de seu chefe, o eminente Dr. Borges de Medeiros. Logo que tive conhecimento da proposta de reforma que deveria servir de base de discussão, transmiti-a, na íntegra, ao chefe do meu partido, solicitando-lhe as suas impressões. Estas não se fizeram esperar. E apenas com 24 horas de estudo o presidente Borges de Medeiros apreendia lucidamente a matéria submetida à sua apreciação e com segurança e firmeza expressava o seu pensamento, nos seguintes termos:

“Deputado Getúlio Vargas – Rio – Vou transmitir primeiras impressões sobre projeto revisão. Observo desde logo que espírito reformista foi demasiado longe e que não poderemos acompanhá-lo em todas as suas incursões. Angústia tempo priva-nos de analisar todas as emendas só permitindo breves reflexões sobre as que tenho por mais importantes.

Assim começarei pelo art. 6^o, que os patriarcas republicanos e nós sempre considerávamos intangível por ser a suprema égide da Federação e nem mesmo suscetível de regulamentação, conforme o voto sistemático do Congresso e opinião dos melhores constitu-

cionalistas e estadistas. Tocar no art. 6º é o mesmo que tocar no coração da República brasileira, como conceituava Campos Sales, em 1805. Por que modificá-lo e dar-lhe mais amplitude? Não basta uma experiência de 34 anos para demonstrar essa desnecessidade?

Quaisquer que sejam os defeitos que nele haja a crítica descoberto, é certo que a doutrina e a prática já lhe deram uma construção definitiva, criando regras que ninguém mais contesta.

As emendas que se lhes propõem ou são desnecessárias ou antifeederativas. Sendo a locução 'forma republicana federativa' equivalente a 'princípios constitucionais,' que ficarão amplamente definidos no aditivo 63, não há razão para intercalar esses no texto do art. 6º.

Seja embora imprópria a locução empregada no nº 2, como parece ao autor do projeto, é ele próprio quem ensina dever entender-se 'que nesse caso a intervenção tem por fim manter a forma republicana, a Federação, o que vale o mesmo que dizer manter a indissolubilidade da união dos estados brasileiros, manter a integridade do seu território.'

No caso de guerra civil, a União intervém *ex jure proprio* para restabelecer o império da Constituição e das leis, para assegurar os interesses e o livre exercício da administração federal.

Esse direito nunca lhe foi contestado aqui ou alhures, e ainda recentemente o governo federal dele usou para reprimir energicamente em vários estados o movimento subversivo que se irradiou de São Paulo.

Não menos supérflua ou arbitrária é a emenda ao nº 4. Se a cessação de pagamentos demonstrativos de insolvência equivale a ficar o estado em condições de não prover aos encargos de seu governo e administração, é evidente a perturbação que nele se dará e que poderá justificar a intervenção com fundamento no nº 2.

Se, porém, o caso for de cessação de pagamento de dívidas, ele poderá se resolver pela moratória, como já por duas vezes sucedeu à União, ou pela intervenção da Justiça, cuja sentença cumprirá então ao governo federal executar nos termos do atual nº 4.

Art. 12 – É preferível abolir a competência cumulativa e atribuir exclusivamente à União os impostos de consumo e sobre a renda ou, quando muito, obrigar-se ela a partilhar com os estados uma

quarta parte do produto arrecadado nos respectivos territórios, reduzidas todas as despesas fiscais.

Art. 34, nº 23 – A emenda acarreta uma *capitis diminutio* para os estados, transferindo à União o direito de legislar sobre o processo civil, comercial e criminal. Não é justo nem compatível com o regime federativo. Os estados mais importantes, pelo menos, já possuem os seus códigos, que bem podem resistir a confronto com os da União. Se à União fosse outorgada competência para legislar sobre o processo em geral, teríamos uma destas duas consequências; ou o processo em dissonância com a composição dos tribunais, com as atribuições conferidas aos juízes das diversas instâncias, ou a faculdade outorgada aos estados de elaborarem as suas leis de organização judiciária reduzida ao insignificante poder de criar lugares de judicatura, aumentá-los ou diminuí-los. (Pedro Lessa, *Do Poder Judiciário*, p. 4 e 7.) Leia-se ainda com proveito o que escreveu Barbalho, *Comentários*, p. 128-129.

Art. 63 – O parágrafo único dispõe de mais e de menos. É exorbitante quando nas letras *f*, *g*, *i* e *k* inclui modalidades secundárias e naturalmente variáveis, que não são verdadeiros princípios, mas que envolvem restrições injustificáveis à autonomia dos estados.

Assim, a letra *k* colide com o sistema de garantias que a Constituição rio-grandense outorga aos seus funcionários efetivos, que não podem ser destituídos de seus cargos senão em virtude de sentença. A letra *i* impõe aos estados as condições de capacidade especial exigidas pela lei federal para o exercício dos cargos, mas é evidente que o art. 73 da Constituição só se refere a cargos federais, porque absurdo seria, por infringente do art. 63, que a lei federal regulasse as condições de investidura nos cargos estaduais.

Dispõe de menos o parágrafo único porque omitiu os direitos individuais enumerados na seção II, título IV, sem os quais o governo republicano é incompreensível.

Proponho, por tudo isso, este substitutivo: Parágrafo único – São princípios constitucionais da União: a) o regime representativo; b) o governo presidencial; c) a independência e harmonia dos poderes; d) a temporariedade das funções eletivas e a responsabilidade política e civil; e a igualdade política dos estados; f) a autonomia dos municípios; g) a capacidade eleitoral para ser eleitor ou elegível

nos termos da Constituição; h) um regime eleitoral que permita a representação da minoria; i) a vitaliciedade e inamovibilidade dos juizes e a irredutibilidade de seus vencimentos; j) os direitos políticos individuais que a Constituição assegura a brasileiros e estrangeiros; k) a não reelegibilidade dos presidentes e governadores; l) a possibilidade de reforma constitucional e a competência do Poder Legislativo para decretá-la.

Com essas ressalvas que os nossos princípios e tradições nos impõem, nada mais tenho a objetar ao projeto que no conjunto corresponde a necessidades reais.

Afetuosas saudações. Borges de Medeiros”.

“Deputado Getúlio Vargas – Rio – Em aditamento meus telegramas de 29, proponho ainda ao projeto de revisão estas emendas supressivas ou substitutivas:

Art. 34, n° 35 – Suprima-se *in totum* ou, pelo menos, a parte final que veda a institutos particulares o uso de privilégios análogos aos que os estabelecimentos oficiais concedem. De outro modo desaparecerá a liberdade do ensino e morrerão institutos particulares dignos de viver, como os nossos: Escola de Engenharia, Faculdades de Medicina e de Direito.

Art. 63, parágrafo único – Intercale-se ao nosso substitutivo, após a letra *b*, o seguinte: c) o vínculo federativo ou a união dos estados.

Art. 68, letra *b* – Em vez de ‘dar ao Congresso ou a uma de suas câmaras’, diga-se: ao ‘Poder Legislativo’, para ficar de harmonia com a nossa Constituição, art. 20, n° 18.

Art. 72, § 24 – Suprima-se o aditivo. O exercício de qualquer profissão não deve ficar dependente de lei ordinária, nem de condições ou restrições regulamentares, sob pena de não ser livre. Se fosse possível, proporia se desse a esse artigo a redação do § 5° do art. 71 da nossa Constituição.

Art. 74 – Suprima-se a emenda que é contrária à estabilidade da administração, aos direitos dos funcionários e ao espírito do regime republicano.

Art. 75 – Suprima-se a cláusula ‘tendo mais de 30 anos de serviço à União’ por ser profundamente iníqua e antirrepublicana.

Afetuosas saudações. Borges de Medeiros”.

Desses telegramas ressaltam os elevados sentimentos republicanos do presidente Borges de Medeiros, as suas primeiras impressões ante a premência do tempo, e a resistência que ofereceu às modificações de alguns artigos da Constituição. Pela firmeza dessa atitude, eu compreendi que atravessava o momento álgido do debate, em que o Rio Grande do Sul tinha de definir a sua posição no conclave das unidades federadas.

O presidente Borges de Medeiros não enunciava um pensamento individual. Ele falava pela boca de um partido que é uma força orgânica da República e refletia as ideias e os sentimentos encarnados no programa desse partido pelo qual tinha o dever de zelar. Ele estava à altura das suas responsabilidades. Sua situação era a de um homem, não que exerce um direito, mas que cumpre um dever. Esse partido é que tinha o direito de lhe pedir contas da fidelidade aos seus princípios orgânicos. Um chefe de partido não tem, fora do programa deste, a liberdade de atitudes do chefe de um agrupamento pessoal, sem ideias definidas. Apreendi a importância da situação que se desenhava e, estacando na encruzilhada antes de prosseguir, consultei-o sobre a direção a tomar, nos seguintes termos:

“Dr. Borges de Medeiros – Porto Alegre – Consulta V.Exa. sobre conduta a seguir, isto é, se devo continuar acompanhando reuniões Catete, sem publicar telegrama, para evitar se extremem opiniões e comentários imprensa, defendendo pontos de vista V.Exa. à medida forem sendo apresentadas emendas à consideração líderes, ficando nossa atitude, quando projeto entrar discussão Congresso, pendente novo exame V.Exa., ou se devo forçar aceitação integral sugestões telegrama ou recusar colaboração discussões prévias.

Atenciosas saudações. Getúlio Vargas”.

E a resposta não se fez esperar:

“Deputado Getúlio Vargas – Rio – Em resposta vosso telegrama ontem penso nada justificaria nossa ausência reuniões Catete para discussão anteprojecto revisão. Nessa conformidade julgo indispensável acompanhardes esses trabalhos preliminares, expondo nossos pontos

de vista e ressaltando faculdade sustentá-los na discussão Congresso. Mandai outras alterações quaisquer que projeto receba Catete.

Enquanto não terminar discussão Catete, convém não publicar meu primeiro telegrama.

Afetuosas saudações. Borges de Medeiros”.

Era o conselho do bom senso, a resolução do político experiente, do republicano tolerante e patriota.

Além desses telegramas, eu lhe transmitia, diariamente, os resultados das reuniões no Catete com a comissão dos líderes das bancadas da Câmara, as emendas discutidas, as ocorrências, as combinações, os desacordos, que seriam talvez preciosos subsídios para a história da reforma, mas que alongariam demasiado este discurso. Havia já lealmente entregue cópias dessas impugnações do chefe gaúcho ao presidente da República e ao relator da revisão, antes da consulta sobre a atitude a seguir. Obtida a resposta, procurei o deputado Herculano de Freitas. Sua qualidade de líder da revisão e autor do anteprojeto dava-lhe sobrelevante autoridade para auxiliar-me na remoção dessas dificuldades, que tanto seriam para mim como para o trabalho que ele pretendia realizar.

Tivemos longo e cordial entendimento. Encontrei no ilustre líder paulista, além das suas brilhantes qualidades da cultura e inteligência, um espírito equânime, tolerante e sem vaidades. Transcrevo aqui a sua primeira resposta ao presidente Borges de Medeiros, transmitida por meu intermédio:

“Dr. Borges de Medeiros – Porto Alegre – Após entendimento com deputado Herculano Freitas, este entregou-me, por escrito, sua resposta aos telegramas de V.Exa., que transmito na íntegra:

As emendas propostas ao art. 6º, excetuada a que se refere à insolvência dos estados, foram elaboradas não com o pensamento de modificar, senão de esclarecer o que já dispõe esse artigo e tem sido causa de inesgotáveis controvérsias doutrinárias, incertas soluções e vacilante jurisprudência. Dizer ‘intervir para manter a forma republicana e a integridade nacional’ é o mesmo que dizer o que está na Constituição vigente ‘(...) para manter a forma republicana federativa’, corrigida a impropriedade técnica, pois a República é uma

forma de governo e a Federação é uma forma de Estado insuscetível de reforma pelo art. 90, § 4º.

Se não fosse a irregularidade das interpretações anteriores, não haveria necessidade de acrescentar ‘o respeito aos princípios constitucionais’ como causa de intervenção. Entretanto, tornado bem claro em discussão que é redundante essa faculdade, pois os princípios constitucionais se acham contidos na expressão – forma republicana – creio não haver inconveniente em suprimir-se essa parte. Quanto à intervenção por causa de guerra civil, claro que já está contida nas faculdades do poder nacional, mas é certo que mais de uma vez se tem impugnado a competência da União, como sucedeu no Ceará e outras; esta tem cruzado os braços como se deu no Rio Grande em 1923. Para evitar isto é que a emenda expressamente cogita da hipótese, parecendo conveniente tornar nela expresse que essa intervenção não importa, em caso algum, na deposição dos poderes locais.

Quanto à insolvência do estado como causa de intervenção, o intuito da emenda, redigida em termos vagos e de difícil efetivação, é permitir o seu emprego no caso extremo do estado que não possa exercer as suas funções autonômicas, por deficiência de recursos. Parece que essa hipótese não está compreendida em algum dos números anteriores do art. 6º.

O estado que não tem recursos estará organizado em contraposição à forma republicana? Ameaçará romper os laços que o prendem à pátria comum, quebrando a unidade nacional?

Quanto à modificação da legislação processual, tem por fim assegurar a unidade do Direito nacional, facilmente rota pela dualidade do legislador para elaborar o direito substantivo e o adjetivo.

É preciso ter em vista que o Direito Processual não compreende a parte do Direito Judiciário que trata da organização da Justiça e estatui a competência dos juízes, senão propriamente trata das ações e da sua marcha.

Não há dúvida de que essa disposição restringe a atual atividade legislativa dos estados.

No interesse nacional não estará a compensação para isso, não é nesse sentido a marcha das federações mestras, como a Suíça e os Estados Unidos?

Acresce que se apontam casos de abusos clamorosos em que, para servir pequenos e passageiros interesses, se elaboraram ou reformaram leis processuais nos estados.

Quanto ao art. 63, parágrafo único, parecem, em grande parte, aceitáveis as sugestões do telegrama, estando eu pessoalmente disposto a aceitá-lo na sua íntegra, conquanto entenda que não precisavam figurar as referências à igualdade política dos estados e o vínculo federativo, pois são matéria que os estados não podem tratar nas suas Constituições ou leis; a cláusula apenas enumera as obrigações a que eles ficam sujeitos ao decretarem umas e outras, uma vez que a Federação só existe nas relações entre os estados, no seu conjunto, sendo eles unitários na sua organização interna.

Quanto à referência à emenda do art. 68 *b*, não há inconveniência em redigi-la na forma proposta pelo segundo telegrama, isto é, em lugar de falar em Congresso, falar em Poder Legislativo.

Quanto ao art. 34, desde que persista na sua impugnação o Rio Grande, não há inconveniente em retirar a emenda.

Quanto à emenda que regula os casos de vitaliciedade, parece de fácil justificação e de incontestável e premente necessidade. Em regra as administrações não se privam dos funcionários que são inestimáveis auxiliares. Além disso, a vitaliciedade generalizada quebra os braços ao administrador servido por maus auxiliares, torna a burocracia parasitária uma carreira que tira da atividade produtora da nação um grande número de aptidões e ainda impossibilita, como sucede agora, a realização de grandes economias, gravando o Tesouro por um serviço bárbaro de prestação a servidores cuja terça parte no máximo produzirá trabalho útil! Não vê no caso ofensa aos atuais funcionários, pois estão ressalvados os direitos adquiridos. Os estados que, a meu ver, mal se inspiram poderão estender os casos de vitaliciedade, pois, adotado o substitutivo proposto no primeiro telegrama e aditado no segundo, não será princípio constitucional a que os estados devam obediência essa disposição.

Quanto à aposentadoria por invalidez, com prazo de trinta anos de serviços à União, é para impedir que sejam contados serviços estranhos de funcionários removidos para a União, que será desse modo extraordinariamente sobrecarregada.

Já os inativos pesam de um brutal modo nas despesas nacionais. As leis vigentes determinam o tempo de trinta e cinco anos de serviço para aposentadoria.

A invalidez é já exigência da Constituição vigente. Parece, pois, que o único acréscimo é o de que os serviços sejam prestados à União.

Basta citar que, para o Supremo Tribunal, têm sido nomeados velhos juízes de tribunais que dentro em pouco sobrecarregarão os cofres federais com a sua aposentadoria.

Entretanto, talvez seja possível abrir exceção para os que se invalidarem em serviço, sendo também certo que esta cláusula não abriga os estados.

Atenciosas saudações. Getúlio Vargas?.

Essa contestação e as informações por mim transmitidas tranquilizaram mais o presidente gaúcho, que a 6 de julho enviava o seguinte despacho:

“Deputado Getúlio Vargas – Rio – Recebidos com satisfação vossos telegramas dias três e cinco, impressionando otimamente boa vontade e tolerância manifestadas ilustre autor projeto, como, aliás, esperava do seu alto espírito e aprimorada cultura. Examinarei, devidamente, sua resposta que nos permitirá aduzir novos argumentos em reforço de nossas opiniões, o que farei com mais vagar.

Afetuosas saudações. Borges de Medeiros?.

Firme, porém, na defesa da autonomia dos estados e de outras franquias liberais, insistia o chefe sul-rio-grandense em novo telegrama de sete do mesmo mês:

“Deputado Getúlio Vargas – Rio – Respondo ao vosso dia três. Se as emendas do art. 6º visam tão somente esclarecer o texto, elas são hoje escusadas por estar criada e firmada a interpretação doutrinária ou autêntica de cada um dos seus dispositivos, através de uma longa e luminosa elaboração no Congresso, no Supremo

Tribunal e no publicismo, condensada em todos os comentários da Constituição e nos ensinamentos catedráticos. Na aplicação desses princípios aos casos concretos, cuja variedade no espaço e no tempo suscita impressões e apreciações diferentes, é que surgem inevitáveis controvérsias e vacilações que os poderes federais devem resolver necessariamente, atendendo-se à letra e ao espírito da Constituição e usando-se do prudente arbítrio que as circunstâncias aconselham. Não há fugir dessa contingência qualquer que seja a perfeição gramatical e jurídica do texto. Prefiro por isso a locução sintética e precisa ‘forma republicana federativa’, por não haver outra fórmula que defina melhor as instituições políticas do Brasil.

E desde que no art. 63 se enumerem os princípios constitucionais da União, não mais se disputará sobre a significação e alcance do nº 2 do art. 6º. Incluídos entre os princípios constitucionais o vínculo federativo e a igualdade política dos estados, estará completa a inteligência da ‘forma republicana federativa’, de modo que a intervenção, para mantê-la, terá lugar nos casos de violação dos princípios característicos da forma republicana ou da violação do vínculo federativo, que é o mesmo que dizer ‘da integridade nacional, da indissolubilidade da união dos estados’.

Releva frisar que a expressão ‘forma republicana federativa’ nunca foi objeto de crítica no projeto de Constituição do governo provisório, nos debates do Congresso Constituinte e entre os comentaristas dos textos constitucionais.

Por que emendar então o que a todos sempre pareceu correto? A intervenção federal no caso de guerra civil é uma faculdade inerente ao poder central, que exercerá com independência dos poderes locais e sem prejuízo da autonomia e organização constitucional dos estados, como todos reconhecem. Logo, não deve figurar entre os casos do art. 6º, que cogita da intervenção nos negócios peculiares aos estados, para os fins nele declarados.

É entre as atribuições do presidente que a matéria deve ter seu verdadeiro assento, dando-se-lhe a ‘faculdade de determinar, por sua iniciativa, a intervenção militar em qualquer parte do território nacional, para debelar a guerra civil, respeitada a organização constitucional dos estados’.

Se a intervenção provocada por insolvência do estado é para o caso extremo de não poder ele exercer as suas funções autonômicas, por deficiência de recursos, a emenda é ainda escusada por estar essa hipótese compreendida implicitamente no n° 2 do art. 6°. Como doutrina Barbalho, a expressão ‘forma republicana’ não designa simplesmente o aparelho formal da República, não compreende unicamente a existência do mecanismo que constitui o sistema republicano, mas envolve implícita e virtualmente também o seu funcionamento regular, a sua prática efetiva e a realidade das garantias que este sistema estabelece. Isto evidentemente resulta da natureza e fins do direito de intervenção.

Em apoio dessa interpretação, cita o mesmo comentador as Constituições da Argentina, Suíça etc., nas quais a ‘nação garante não só a forma republicana, mas o exercício regular das instituições locais, os direitos e atribuições conferidas às autoridades, bem como a liberdade e os direitos constitucionais dos cidadãos.’ Acresce que o art. 5° da Constituição incumbe a cada estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração.

Aquele que, por insuficiência de rendas ou de recursos, encontrar-se eventualmente impossibilitado de acorrer a esses encargos, terá faltado ao dever prescrito no art. 5°, e o seu governo e administração estarão fatalmente perturbados.

Essa irregularidade de funcionamento criará forçosamente uma deturpação ou suspensão da forma republicana, suficiente para determinar a intervenção, nos termos do n° 2 do art. 6°. É ainda Barbalho quem opina que ‘a intervenção nesse caso é para garantia da liberdade e direitos dos cidadãos e para a efetividade e profícuo resultado do sistema de governo adaptado pelo povo brasileiro’.

Quando, portanto, em um estado, o seu aparelho governativo, no todo ou em parte, se dissolver ou interromper o exercício de suas funções por falta de recursos financeiros, quando o funcionalismo desertar de seus postos por não receber vencimentos, quando a polícia e a Justiça deixarem de assegurar a ordem e de proteger a liberdade, propriedade e segurança individual por não terem os magistrados e autoridades meios de subsistência, quando o crédito público houver desaparecido pela violação de compromissos solenes, será então evidente a situação de bancarrota e legítima a

intervenção federal para salvar um dos membros componentes da União. Se, porém, a emenda tiver outro sentido, como parece, e referir-se precipuamente à hipótese comum da cessação ou suspensão de pagamentos de dívidas, ainda é menos aceitável, por exorbitar do critério político a que está subordinado o art. 6º, que no seu contexto só admite a intervenção como medida protetora da ordem e assecuratória das garantias constitucionais e regularidades dos poderes locais.

Ora, como já fez a União, pode o estado suspender temporariamente os serviços da sua dívida pública sem deixar de prover às necessidades de seu governo e administração, que continuarão a exercitar-se normalmente, como o requer o art. 5º. Ficaria, pois, a ação federal, nessa hipótese, reduzida a uma simples providência financeira ou administrativa, que parece repugnar ao instituto da intervenção tal como está consagrado no art. 6º e em todas as Constituições federais, americanas e europeias.

Afetuosas saudações. Borges de Medeiros”.

E logo no dia seguinte prosseguia:

“Deputado Getúlio Vargas – Rio – Continuando o exame dos argumentos contidos no vosso telegrama dia três, em favor da emenda 19, ao nº 23 do art. 34, darei as razões históricas e jurídicas do nosso dissentimento. No Congresso Constituinte de 1891, foi notável o debate em que nos empenhamos pela competência dos estados para legislarem sobre o direito substantivo e adjetivo, vencendo quanto ao segundo a concorrente federalista.

Os próprios adversários da legislação separada reconheceram, então, que era imprescindível conceder aos estados o Direito Processual, como parte integrante que é da organização judiciária, sob pena de ficar esta mutilada e sem eficácia real. Vem a pelo transcrever o que disse o constituinte Leovegildo Filgueiras, aliás partidário da unidade de legislação: ‘Quanto, porém, ao Direito Processual é que não pode deixar-se de dividir a competência para legislar sobre ele, competindo ao Congresso Nacional legislar sobre

o Direito Processual da Justiça Federal e competindo à legislatura de cada estado legislar sobre o Direito Processual da Justiça ordinária, atendendo-se a que, competindo-lhe organizar como melhor lhe parecer o seu Poder Judiciário político, para manter o equilíbrio de sua constituição, é necessário que lhe compita o direito de legislar sobre a jurisdição e competência de seus tribunais, sobre os recursos das decisões destes, sobre as fórmulas dos processos, em suma, sobre o que disser respeito a este ramo de legislação, em harmonia com a organização do Poder Judiciário, que cada um adotar em sua lei fundamental.' (*Anais da Constituinte*, v. 3, p. 268 e 269.) Vencidos na parte relativa à pluralidade da legislação substantiva, os constituintes rio-grandenses declararam, em manifesto publicado no mesmo ano, que essa questão seria renovada quando se promovesse a revisão da Constituição e ficava incorporada ao nosso programa político, como uma tese da sua doutrina federativa. Decorreram, pois, desses antecedentes históricos, compromissos públicos que não podem ser postergados sem renegação do passado e de responsabilidades indescritíveis. Isso constitui de *per si* um insuperável obstáculo que nos proíbe de apoiar a emenda.

Há, porém, outras razões teóricas que confortam nossa convicção.

Gonçalves Chaves, magistrado e constituinte reputado, assim justificava o dispositivo constitucional:

‘O Direito é uma força moral, o Direito precisa de órgãos para ser aplicado e são as instituições judiciárias que lhe dão vida e ação. Eis aqui o ponto sobre o qual se baseia a razão da diversidade, em nosso país, da organização judiciária. Há, certamente, um fundo comum de princípios, que são a garantia da liberdade e da Justiça, mas em países cujos estados diferem nas condições de povoamento e de adiantamento, a constituição da magistratura, as regras de processo, os recursos, as alçadas, as condições da celeridade dos processos não podem ser uniformes.

Se as condições do país podem diversificar, como de fato diversificam, de um para outro estado, para remediar isto é preciso a diversidade da organização judiciária, de maneira que se adapte a cada estado com as necessidades de cada um deles. Outra razão é que, concedida a autonomia local, autonomia política dos estados para organizarem os poderes públicos respectivos, sem nenhuma

dependência e subordinação e, por consequência, soberanamente, seria mutilar essa autonomia negar-lhes a instituição do Poder Judiciário. As leis dos processos consideram-se como fazendo parte do que se chama organização judiciária. As instituições judiciárias devem pertencer aos poderes políticos dos estados.' (Barbalho, *Comentários*, p. 128.)

Já tive ocasião de citar Pedro Lessa, que se deteve sobre a matéria e é digno de ser consultado. Vide sua obra *Do Poder Judiciário*, p. 5 e 18. Segundo esse eminente mestre, é sempre possível descobrir a linha divisória entre o processo e o direito substantivo. À luz dos ensinamentos dos mais autorizados escritores, concluiu ele que está na clássica distinção entre a *ordinatorium litis* e a *decisorium litis* o seguro critério para verificar quais são as normas de direito substantivo e quais as de direito adjetivo. Todos os preceitos relativos às formas, às solenidades, ao modo por que se procede em juízo, são normas de processo que não influem diretamente na decisão da causa.

Um processo mais racional, ou mais engenhosamente organizado, facilitará, por certo, ou garantirá melhor o descobrimento da verdade no que toca ao fato, e na própria matéria de Direito, encaminhada à discussão de modo mais útil e eficaz. Mas a aplicação de regras processuais inferiores não exclui a consecução de um resultado final idêntico; posto que mais demorado, ou mais penosamente, precisando aplicar maior esforço ou maior atenção e argúcia, pode o juiz chegar a igual conclusão.

Já o mesmo não é dado afirmar das regras de ordem decisória: se em vez de escritura pública for admitida a prova testemunhal, o desfecho da ação poderá ser radicalmente diverso. As normas desta espécie e a sua aplicação influem evidente e incontestavelmente na decisão da causa.

Eis aí demonstrada a desnecessidade jurídica, lógica e prática da unidade absoluta do Direito, confirmada aquela pela experiência do regime vigente aqui e na maioria dos estados: por que então se há de restringir-lhes a autonomia e despojá-los de uma prerrogativa liberal e útil?

Alega-se que algumas vezes é impossível ou prejudicial separar a forma do fundo, o processo do direito material ou substantivo. De fato, há exemplos assim no Império como na República. Mas, em tais casos, é a própria lei substantiva que resolve a dificuldade, regulando a forma até onde se torne possível a sua disjunção de matéria.

É a lição que oferecem entre nós os Códigos Penal e Civil, as leis sobre falências, letras de câmbio e outras que contêm disposições e caráter processual, como *verbi gratia* as relativas às ações, à fiança, às provas, à hipoteca etc.

A uniformidade do processo é, menos ainda, condição de unidade nacional. Restabelecê-la hoje será um retrocesso que entranhará o germe de novos descontentamentos e agitações, como as que provocou a ferrenha centralização imperial, causa primordial da queda da monarquia. As leis vigentes nos estados não contrariam nem deturpam o Direito nacional, e não sei em que hajam podido afrouxar os laços da União brasileira. A Inglaterra e os Estados Unidos são tradicionalmente países de legislação separada e, graças a esse sistema, conseguiram manter-se integrados e dominadores em todos os tempos. A Argentina, Venezuela e outras Repúblicas não cogitam denegar o regime que, como o nosso, confere às províncias a competência de legislar sobre o processo.

A Suíça resiste na Europa Central à influência do unitarismo latino e germânico, conservando na maior largueza a pluralidade de legislação cantonal. Em política como na ciência é o método experimental a fonte mais segura da verdade. Desejo que estas sucintas ponderações sejam levadas ao conhecimento do presidente e do deputado Herculano de Freitas.

Afetuosas saudações. Borges de Medeiros?.

Entre as informações que transmitíamos sobre as modificações ocorridas no Catete, transcrevemos a de 8 de julho, necessária ao esclarecimento do debate:

“Dr. Borges Medeiros – Porto Alegre – Ao ser discutida e emendada 50, líder paulista apresentou seguinte substitutivo parágrafo único do art. 63: a) o regime representativo; b) o governo presidencial; c) a independência e harmonia dos poderes; d) a temporariedade das funções políticas e a responsabilidade dos funcionários; e) a autonomia dos municípios; f) a capacidade eleitoral para ser eleitor; g) um regime eleitoral que permita a representação de minoria; h) a

inamovibilidade e a vitaliciedade dos juizes e a irredutibilidade dos seus vencimentos; i) os direitos políticos e individuais assegurados pela Constituição; j) a irreelegibilidade dos presidentes e governadores; k) a possibilidade de reformar a Constituição e a competência do Poder Legislativo para decretá-la. Como vê, foi aceito, quase na íntegra, substitutivo V.Exa., o que considero uma grande vitória, pois, definidos quais sejam os princípios constitucionais da União, a expressão ‘forma republicana federativa’, com a supressão desta última palavra, tem sentido mais preciso, diminuindo o arbítrio das interpretações. Aguardo novas instruções de V.Exa. sobre não só o que já informei, como parte restante, em conclusão ao telegrama que ontem recebi. Tenho informado não só ao presidente como ao deputado Herculano de Freitas dos telegramas recebidos V.Exa. Releva ponderar ainda que a emenda n° 53 suscitou muitas divergências, principalmente impugnações representantes oposição estados, vendo em suas disposições grandes atentados autonomia municípios. No entanto, obtiveram já aprovação as seguintes modificações do art. 68: letra *a* substituiu-se ‘para o mais alto tribunal judiciário local’, por ‘salvo para o Executivo’. À letra *c* foi suprimida a palavra ‘marítimo’, ficando ao estado uma atribuição mais ampla.

Atenciosas saudações. Getúlio Vargas”.

A 9 de julho o presidente Borges de Medeiros transmitia o seguinte recado:

“Deputado Getúlio Vargas – Rio – Poderei concordar com a supressão da vitaliciedade dos funcionários federais, respeitados os direitos adquiridos, uma vez que se não estenda essa proibição aos funcionários estaduais, pelos motivos constantes meu telegrama de 6. Entretanto são discutíveis os argumentos a favor da emenda. Antes de tudo convém observar que a regra da amovibilidade ou demissibilidade dos funcionários públicos poderá, ao cabo de pouco tempo, restaurar na República a viciosa prática do Império que se celebrou tanto, sob a forma das ‘derrubadas’ com que cada ministério procurava consolidar-se, galardoar serviços e fazer política. A sucessão quadrienal dos presidentes há de introduzir, mais

cedo ou mais tarde, a mesma rotação no funcionalismo, conforme os pendores e conveniências do governo. Implantar-se-ia, assim, no país, a conhecida prática americana do ‘ao vencedor os espólios’, que, iniciada por Jackson em 1828 e continuada por vários sucessores, consistia na derrubada em massa do funcionalismo. Mas a América do Norte começou a reagir contra esse regime, desde 1853, adotando leis sucessivas no sentido de garantir o serviço público mediante a estabilidade dos servidores. Referindo-se aos fatos ocorridos naquela República, informa escritor insuspeito e competente:

‘Quaisquer que sejam, porém, os fatos, a verdade é que a administração só tem lucrado com a extinção do método jacksoniano e que contra ele se torna cada vez mais exigente a opinião pública. Certamente que a série de medidas legislativas culminadas no Classification, Ato de 1923, ainda é conceptível de melhora, mas o que se fez constitui, sem dúvida, um grande passo para a abolição de um dos hábitos mais inveterados e perniciosos da vida política americana.’ (Hélio Lobo, *A passo de gigante*, p. 327 e 331.)

Como barreira ao aumento excessivo do funcionalismo, com que se tem feito grande mal para as finanças nacionais, parece que a emenda será contraproducente, desde que, havendo mais facilidade nas nomeações, maiores poderão ser os abusos do poder. A vitaliciedade dos funcionários não priva a administração de escolher bons auxiliares, porque ela não se estende aos cargos superiores, exercidos por diretores de livre escolha, aplicando-se somente aos funcionários inferiores e médios, havendo contra os maus o remédio processo administrativo ou judicial. Ela não é a causa da ‘burocracia parasitária’ e sim o favoritismo nas nomeações, a falta de idoneidade e as exigências do serviço público. A maior necessidade é a da escrupulosa seleção do pessoal mediante concurso.

Reconheço que é preciso reduzir o número excessivo de funcionários, mas se estes já adquiriram as garantias da efetividade, não vejo como dispensá-los, respeitados os direitos adquiridos. Por fim, tratando-se de matéria de legislação ordinária, só leis especiais poderão prescrever regras adequadas.

Quanto à emenda nº 67, será injusto negar a aposentadoria ao funcionário que se invalidar no serviço da União e tiver menos de 30 anos. Não será melhor exigir apenas a invalidez para essa con-

cessão, reguladas as vantagens em proporção ao tempo de serviço à União e fixados vencimentos integrais somente depois de 30 ou 35 anos de serviços a ela prestados? Creio assim ficariam atendidos os intuitos da emenda, que são manifestadamente louváveis, mas que, redigida como está, presta-se a interpretação ambígua.

Ficam assim apreciados todos os argumentos do deputado Herculano de Freitas conforme vosso telegrama dia três. Rogo transmitir-lhe esta resposta, da qual dareis conhecimento presidente.

Afetuosas saudações. Borges de Medeiros”.

Ainda na mesma data, recebíamos este recado:

“Deputado Getúlio Vargas – Rio – Com referência à emenda 59, confirmo meu parecer contrário. Que significa a solução ‘pela forma que a lei assegurar’? Se é forma do exercício, como pode uma lei estabelecer a forma pela qual uma profissão pode ser exercida? Se o fim da emenda é permitir que a lei estabeleça condições ou limites ao direito de exercer a profissão, ela não só está mal redigida, como pode tornar ilusória a garantia constitucional, tais sejam as restrições que se venham impor. Quanto à emenda 68, melhor é conservar o texto constitucional ou, quando muito, acrescentar-lhe: ‘A suspensão do *habeas corpus* limitar-se-á aos casos em que o constrangimento se relacionar com os fatos que motivaram a declaração do estado de sítio.’ Não há razão alguma para suspender-se o *habeas corpus* em relação a crimes comuns que não tenham conexão com crimes políticos.

Afetuosas saudações. Borges de Medeiros”.

A 10 de julho enviávamos este informe:

“Dr. Borges de Medeiros – Porto Alegre – Realizou-se hoje reunião líderes, para exame das emendas da Constituição, de nº 64 a 70. Na emenda 64, depois da palavra ‘funcionário’ foi suprimida a palavra ‘público’ e acrescentado ‘civis e militares’. O art. 77, § 1º, ficou assim redigido: ‘Este foro compor-se-á de um Supremo Tribunal Militar, cujos membros serão vitalícios, dos conselhos necessários para o julgamento dos crimes e de juízes singulares para formação da culpa.’ À emenda 67 foi apresentado o seguinte substitutivo: ‘A aposentadoria ou reforma só poderá ser dada aos funcionários públicos civis e militares que tendo mais de 30 anos de serviço à União se tornarem inválidos, salvo quando compulsórias e nunca com vencimentos superiores ao do cargo ou posto efetivo.’ Na emenda 68, passou proposto pelo próprio autor do projeto, acrescentado após a palavra *habeas corpus*: ‘Para os detidos em virtude da declaração do sítio e as garantias constitucionais asseguradas nos parágrafos 1º, 3º, 8º, 10, 11, 13, 14 e 18 do art. 72, que forem enumerados no decreto.’ Haverá nova audiência dos senadores sobre as modificações ocorridas e depois nova reunião líderes para a aprovação definitiva. Presidente prometeu-me que, após uma revisão serviço feito com o deputado Herculano, e antes das duas próximas reuniões, eu seria ouvido sobre os pontos de vista sustentados V.Exa.

Atenciosas saudações. Getúlio Vargas”.

A 13 de julho, havendo intercadência de outras informações, transmitíamos o seguinte telegrama:

“Dr. Borges de Medeiros – Porto Alegre – Realizou-se hoje última reunião líderes bancadas, intuito rever emendas adiadas e tomar em consideração algumas novas. Emenda nº 6 passou com o seguinte acréscimo: ‘ficando livres da incidência do imposto sobre a renda os funcionários locais, em relação ao imposto federal, e os funcionários federais, em relação ao imposto local’. Emenda 19, sobre unidade legislação, foi suprimida permanecendo texto vigente.

Emenda nº 39 passou na discussão dos líderes, ficando sujeita discussão senadores, que a recusaram.

Senado propôs supressão parágrafos art. 70, não sendo aceita comissão Câmara. A emenda 63 ficou assim redigida:

‘As terras situadas menos de 60 quilômetros de distância das fronteiras do país e as que pela lei forem julgadas necessárias para a segurança e defesa nacionais, não podendo ser transferidas a estrangeiros. As que se acharem sob o domínio estranho deverão ser expropriadas quando for julgado oportuno e conveniente.’

Foi suprimida emenda 59, permanecendo texto vigente, com referência liberdade profissional. Essas medidas causaram excelente impressão nossa bancada.

Atenciosas saudações. Getúlio Vargas”.

No mesmo dia 13, antes do conhecimento desse telegrama chegar ao seu destinatário, recebíamos esta proposta peremptória:

“Deputado Getúlio Vargas – Rio – Referindo-me vosso telegrama de 11 e de 12 após conferência com presidente e Herculano, nada posso ainda resolver sem conhecer redação definitiva art. 6º, bem como concessões feitas nossos princípios. Devido qualquer engano não compreendi bem quais as emendas que assentaram suprimir. Assim, peço esclarecimentos.

Afetuosas saudações. Borges de Medeiros”.

E ainda nesse dia chegava-nos esse outro:

“Deputado Getúlio Vargas – Rio – Tendo em vista sua utilidade prática, peço submeter apreciação presidente e deputado Herculano Freitas seguinte aditivo ao art. 63, § 2º: ‘é facultado aos estados, respeitadas as disposições da União, legislar sobre pesca, uso e navegação dos rios e lagos interiores, bem como sobre o regime rural e florestal.’

Dada a diversidade de condições e necessidades, de usos e costumes das diferentes regiões do país, parece impraticável e prejudicial uma regulamentação uniforme, sendo assim mais curial deixar a cada estado a faculdade de regular a matéria, observadas todavia as regras comuns e substanciais que a União prescreve.

Afetuosas saudações. Borges de Medeiros”.

A 14 contestamos:

“Dr. Borges de Medeiros – Porto Alegre – Mostrei deputado Herculano telegrama V.Exa. propondo aditivo art. 63. Disse ele não ser necessário, pois Constituição não altera regime anterior quanto aos rios também seu curso dentro território estados, subsistindo inteira competência estes para legislar sobre navegação e uso. Quanto aos rios que percorrem mais de um estado ou sirvam fronteira foi mantido texto anterior, apenas acrescida a palavra ‘uso’. Parte administrativa toda de competência estadual, salvo relações jurídicas ordem civil, matéria direito substantivo, regulado Código Civil. A mesma competência subsiste em matéria rural e florestal.

Atenciosas saudações. Getúlio Vargas”.

No mesmo dia 14 transmitimos estas informações:

“Dr. Borges de Medeiros – Porto Alegre – Modificações art. 6º, salvo qualquer mudança de forma, sem alterar a substância, foram as seguintes: nº 2, ‘para assegurar a integridade nacional e manter o respeito aos princípios constitucionais da União’; nº 3: ‘para assegurar o livre exercício dos poderes públicos locais pelos seus legítimos representantes, quando estes reclamarem o auxílio federal e para debelar a guerra civil, independentemente de requisição, respeitada a existência daqueles’; nº 4: ‘para assegurar a execução das leis e sentenças federais e para reorganizar financeiramente o estado que cessar, por mais de dois anos, os pagamentos de sua dívida fundada’.

O art. 12º ficou redigido pela forma referida meu telegrama dia 13. A emenda nº 19, referente ao nº 26 do art. 34, foi suprimida, permanecendo texto vigente. A emenda nº 2, sobre o art. 34, referente ao ensino, ficou na palavra comum, sendo suprimida a parte final que veda o gozo de privilégio etc.

A emenda nº 27, subsistindo os nºs 3 e 4 do art. 35, ficou assim formulada: 'Criar quaisquer instituições de ensino, podendo, mediante acordo com os estados, auxiliar o desenvolvimento do ensino primário local.' A emenda nº 38, acréscimo do art. 48, ficou assim assentada:

'Intervir nos estados quando o Congresso decretar a intervenção (art. 6º, nº 2, e art. 34, nº 39); quando o Supremo Tribunal reclamar (art. 6º, nº 4, e art. 59, nº 4); quando os poderes públicos locais a solicitarem (art. 6º, nº 3); e, independentemente de requisição, nos demais casos compreendidos nos nºs 1, 2, 3 e 4, do art. 6º.'

A emenda nº 50 ficou assim estabelecida:

'Acrescente-se ao art. 63 o seguinte: Parágrafo único. São princípios constitucionais da União para esse efeito: a) o regime representativo; b) o governo presidencial; c) a independência e harmonia dos poderes; d) a temporariedade das funções eletivas e a responsabilidade dos funcionários; e) a autonomia dos municípios; f) a capacidade eleitoral para ser eleitor ou elegível, nos termos da Constituição; g) um regime eleitoral que permita a representação da minoria; h) inamovibilidade e a vitaliciedade dos juizes e a irredutibilidade dos seus vencimentos; i) os direitos políticos individuais assegurados pela Constituição; j) a irreelegibilidade dos presidentes e governadores; k) a possibilidade de reformar a Constituição e a competência do Poder Legislativo para decretá-la.'

A emenda nº 53, sobre o art. 68, ficou assim assentada:

'Substitua-se o art. 68 pelo seguinte: Art. 68. Os estados organizarão os municípios, assegurando-lhes a autonomia em tudo quanto for de seu peculiar interesse. Poderão, porém, nessa organização: a) autorizar o recurso, salvo para o Executivo, do reconhecimento de poder das autoridades municipais; b) dar ao Poder Legislativo competência para anular os atos e deliberações que ferirem a Constituição da República e a do estado, as leis federais e as locais e os direitos de outros municípios; c) criar uma organização especial

para o município que for capital do estado ou porto importante e os que forem estações sanitárias e demandarem obras especiais para a realização desse fim; d) intervir diretamente na administração do município que se tornar insolvente e na daqueles que demandarem grandes obras de saneamento à custa dos cofres do estado até que estas estejam concluídas e liquidadas as suas responsabilidades ou a situação financeira normalizada.’

A emenda nº 59, sobre a liberdade profissional, foi suprimida, ficando texto vigente.

Na emenda nº 66, sobre as garantias dos funcionários públicos, ficam estas asseguradas a todos os atuais, só abrangendo a nova disposição aos que forem nomeados depois de promulgada a Constituição, ficando excetuados em virtude substitutivo V.Exa. os funcionários estaduais.

Na emenda nº 67, sobre aposentadorias, o autor do projeto prometeu formulá-la aceitando a percentagem dos vencimentos correspondente ao tempo de serviço, ficando o *quantum* para ser estabelecido em lei ordinária. Também não abrange os funcionários estaduais. Na emenda nº 68, cuja redação já transmiti, ficaram especificadas quais as garantias suspensas pelo estado de sítio e que não podem ser asseguradas pelo *habeas corpus*, durante a permanência do sítio.

Ficaram, portanto, ressalvados os nossos princípios em matéria de legislação processual, liberdade de ensino, liberdade profissional, princípios constitucionais da União que devem ser respeitados pelos estados e competência Poder Legislativo estado anular os atos do municipal (art. 53, letra *b*). Só não prevaleceram inteiramente as ponderações de V.Exa. quanto às modificações do art. 6º, que, mesmo assim, sofreram alterações na intervenção independentemente de requisição e no caso de insolvência.

Atenciosas saudações. Getúlio Vargas”.

A 20 transmitíamos a redação definitiva do anteprojeto que devia ser submetido ao Plenário, nas partes referentes à intervenção nos estados e à definição dos princípios constitucionais a que estes ficariam sujeitos.

“Dr. Borges de Medeiros – Porto Alegre – Deputado Herculano entregou-me redação definitiva do art. 6º, disposições relativas competência intervenção e princípios constitucionais fixados art. 63, com a forma seguinte: Art. 6º – governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos estados, salvo: 1º, para repelir invasão estrangeira ou de um estado em outro; 2º, para assegurar a integridade nacional e manter o respeito aos princípios constitucionais da União; 3º, para assegurar o livre exercício de qualquer dos poderes públicos estaduais pelos seus legítimos representantes, quando estes solicitarem o auxílio federal, e, respeitada existência daqueles, para debelar a guerra civil, independentemente de requisição; 4º, para assegurar a execução das leis e sentenças federais para organizar financeiramente o estado que demonstrar a sua incapacidade para a vida autônoma, pela cessação de pagamentos de sua dívida fundada, por mais de dois anos.

Emenda nº 38. Acrescente-se ao art. 48 o seguinte: Intervir nos estados quando o Congresso decretar a intervenção (art. 34, nº 38); quando o Supremo Tribunal a reclamar (art. 59, IV); quando qualquer dos poderes públicos estaduais a requisitar (art. 6º, nº 3) e, independente de provocação, nos demais casos compreendidos no art. 6º.

Emenda nº 25. Acrescente-se ao art. 34 o seguinte: Decretar a intervenção nos estados para manter o respeito aos princípios constitucionais da União (art. 6º, nº 2); para decidir da legitimidade dos poderes em caso de dualidade de governos (art. 6º, nº 3) e para regularizar a vida financeira do estado insolvente (art. 6º, nº 4).

Nº 50. Acrescente-se ao art. 63 o seguinte:

‘Parágrafo único. São princípios constitucionais da União para esse efeito: a) a forma republicana; b) o regime representativo; c) o governo presidencial; d) a independência e harmonia dos poderes; e) a temporariedade das funções eletivas e a responsabilidade dos funcionários; f) a autonomia dos municípios; g) a capacidade eleitoral para ser eleitor ou elegível nos termos da Constituição; h) um regime eleitoral que permita a representação das minorias; i) inamovibilidade e vitaliciedade dos magistrados e a irredutibilidade dos vencimentos; j) os direitos políticos e individuais assegurados pela Constituição; k) a não reeleição dos presidentes e

governadores: 1) a possibilidade de reforma constitucional e a competência do Poder Legislativo para decretá-la.’

Foram assim atendidas emendas e ponderações V.Exa. ressaltando nossa doutrina em matéria de competência processual, liberdade profissional, liberdade de ensino, competência do Poder Legislativo do estado, provimento recursos municipais, aceitação substitutivo definindo princípios constitucionais da União, que devem ser observados pelos estados. Foi mantida somente, contra opinião V.Exa., a intervenção no caso de insolvência, com a restrição referente a dívidas fundadas, proposta pelos estados cuja situação financeira poderia fazer reeçar aplicação medida. Os termos rigorosos em que está redigida, exigindo a demonstração de incapacidade para a vida autônoma, a atribuição da competência ao Congresso, a necessidade da discussão e da prova, para o pronunciamento deste, tornaram a hipótese pouco provável, ficando mais como uma ameaça potencial restringindo os desmandos de certas administrações descuidadas. Quando oportunidade permitir publicação trabalhos ajustamento anteprojeto, país terá conhecimento valiosos serviços prestados V.Exa. interpretando espírito liberal nosso regime.

Atenciosas saudações. Getúlio Vargas?.

E na mesma data recebíamos esta resposta:

“Deputado Getúlio Vargas – Rio – Proponho o seguinte aditivo ao art. 63, § 2º, c:

‘Compete aos estados, respeitadas as limitações desta Constituição: a) regular o uso e a navegação dos rios, canais e lagos interiores, bem como prover sobre a construção e administração dos seus portos; b) legislar sobre o regime rural e florestal.’

Julgo necessária essa emenda para pôr termo à confusão reinante e a controvérsias prejudiciais. Bastarão alguns exemplos demonstrativos. A Constituição, arts. 13 e 34, nº 6, conferiu ao Congresso Nacional a competência privativa para legislar sobre a navegação dos rios que banhem mais que um estado ou se estendam a territórios estrangeiros. Donde a contrário senso se deduz que foi deixada

também aos estados a competência implícita de regularem a navegação de rios interiores ou que não banhem mais de um estado nem se estendam a territórios estrangeiros.

Regulando o direito da União e dos estados sobre a matéria consoante a promessa do art. 13 da Constituição, a Lei nº 109, de 14 de outubro de 1892, declarou que é da competência exclusiva dos poderes federais resolver sobre o estabelecimento das vias fluviais ou terrestres constantes do plano geral de viação que for adotado pelo Congresso etc., e que, em todos os mais casos, aquela competência é dos poderes estaduais. Até hoje, porém, não foi decretado e nem mesmo elaborado esse 'plano geral', e a consequência na prática é a crescente preponderância do poder federal, que, agindo discricionariamente, anula de fato a capacidade dos estados, reduzidos virtualmente à impotência e excluídos da coparticipação em serviços que, aliás, a Constituição claramente partilhou, em obediência ao critério do interesse nacional ou local. Eis por que o Decreto nº 10.524, de 23 de outubro de 1913, que aprovou o novo Regulamento da Marinha Mercante e da Navegação de Cabotagem, compreendeu a navegação interior, que é feita nos portos, rios, canais e lagoas do país, por embarcações a vapor, à vela e a remos. Essas embarcações, para todos os fins, estão sujeitas à fiscalização das capitânias e delegacia dos portos, onde são registradas e arroladas, vistoriadas periodicamente, matriculadas as respectivas tripulações, cumpridas outras muitas formalidades que oneram e tolhem a livre navegação. Por efeito desse regulamento, a pequena navegação, em todo o seu curso, dos rios tributários do Guaíba, para não referir-me a outros, está sob o exclusivo controle da delegacia da Capitania dos Portos em Porto Alegre. Nessa conformidade o que resta ao estado?

Impedido de regular a sua navegação interna pela forma que lhe parecer mais consentânea aos seus negócios peculiares, diante da precedência da União, que tudo avocou a si, não tem realidade o que a Constituição prescreve nos arts. 13 e 34, nº 6. Ainda mais: segundo o Decreto nº 16.197, de 31 de outubro de 1923, que deu novo regulamento às capitânias dos portos, a estas incumbe, além de todos os serviços relativos ao pessoal e material empregados na navegação marítima e interior, também a fiscalização da pesca fluvial que se exerce pela matrícula dos pescadores, registro e arrolamento das

embarcações etc. Lendo-se esse regulamento, verifica-se à primeira vista que o estado nada tem a prover em relação a essa indústria, por mais que ela deva interessar à sua economia interna. Passando aos portos, limitar-me-ei a rememorar o caso da construção do porto de Porto Alegre, que provocou um pleito judicial por parte da Compagnie Française e uma discussão com o governo federal, que negava então ao estado a competência para execução daquele melhoramento.

Dáí a conveniência de ficar essa questão expressamente resolvida na Constituição. Quanto ao regime rural e florestal, nenhum outro estado, como o nosso, tem tanta necessidade de uma legislação especial, que não pode emanar do Congresso, cujas leis ou códigos serão sempre uniformes.

Acresce que nada se fez ainda na esfera legislativa, entretanto é cada vez mais urgente a regulamentação dos serviços rurais e dos que entendem com a conservação e exploração das matas. Submetendo essas considerações ao vosso juízo e ao da bancada, está subentendido que me conformarei com o que resolverem. Se for considerado viável o aditivo que certamente há de interessar a outros estados, convirá seja oferecido sem demora, nos termos e pela forma preferidos.

Afetuosas saudações. Borges de Medeiros”.

A 22 recebíamos, afinal, a aprovação do presidente Borges de Medeiros, que defendera com notável firmeza a autonomia dos estados e os princípios liberais consagrados na Constituição.

“Deputado Getúlio Vargas – Rio – Recebido ontem telegrama em que transmitistes redação definitiva art. 6º exposições correlativas e aditivo art. 63. Apesar ponderações anteriores e contrárias reincoerência, visto não restringir nem ameaçar autonomia estados. Cedendo nesse ponto a nossa transigência se justifica quando se considera a importância daquilo que obtivemos em relação ao Direito Processual, à liberdade de profissões e de ensino, à definição dos princípios constitucionais etc. Nessa disposição de espírito vou sugere-

rir apenas leves alterações de forma que podereis oferecer com o intuito de dar ao texto mais precisão clareza. A parte final nº 3 ficaria melhor redigindo-se assim: '(...) respeitada a existência e competência daqueles para debelar a guerra civil, independentemente de requisição'. Intercalado vocábulo 'competência', como proponho, não haverá hipótese em que possa interventor restringir, perturbar ou anular ação dos poderes locais. Ao passo que assegurada somente existência deles ser-lhe-á possível usurpar atribuições e criar de fato limitações ofensivas à autonomia do estado, cujos representantes passariam então a ter mera existência virtual e aparente. Na parte final do nº 4, diga-se: '(...) e para organizar financeiramente o estado que demonstrar a sua incapacidade para a vida autônoma pela cessação de pagamentos da sua dívida fundada e dos vencimentos dos seus funcionários por mais dois anos'. A simples suspensão de pagamento da dívida não é suficiente para caracterizar a incapacidade do estado desde que este, na forma do art. 5º, continue a prover a expensas próprias as necessidades do seu governo e administração. E, vice-versa, poderá o estado cumprir à risca as obrigações da sua dívida e, entretanto, suspender pagamentos ao funcionalismo, paralisar obras e serviços públicos como meio de obter fundos para aquele fim. Nessa hipótese ninguém lhe contestará a pontualidade contratual, mas também é inegável que praticamente cessará de existir governo. Eis uma verdadeira situação de insolvência, acarretando a inaptidão para uso e gozo da autonomia. Nada mais tenho a objetar relativamente emendas números 25, 38 e 50, que satisfazem integralmente. Aplainadas, destarte, principais dificuldades, estando modificado anteprojeto em pontos para nós essenciais, não temos mais razões invencíveis para opor-lhe, cumprindo-nos assim aprová-lo *in totum*. Todavia, entendo não ser lícito a nossa bancada votar silenciosamente o projeto porque estamos no dever de explicar os pontos de vista que defendemos na discussão preliminar, as concessões feitas de parte a parte e os motivos que nos induziram, afinal, a transigir com as emendas do art. 6º e outros. Tal é o encargo que vos competirá desempenhar oportunamente, com o critério e brilho habituais. Amanhã telegrafarei aos senadores e deputados pedindo-lhes

que em reunião conjunta adotem uniformidade no modo de agir consoante ação tendes exercido. Nessa ocasião podeis mostrar-lhes nossa correspondência explicando todas *démarches*.

Afetuosas saudações. Borges de Medeiros”.

A 23 transmitíamos a contestação do deputado Herculano, no seguinte telegrama:

“Dr. Borges de Medeiros – Porto Alegre – Recebendo ontem à noite telegrama V.Exa. aprovando projeto revisão, entendi-me hoje nosso amigo deputado Herculano que me disse o seguinte:

‘Estando projeto reforma constitucional já ultimado nas suas fases preparatórias, efetuadas em combinações entre presidente, membros Senado e líderes bancada Câmara, tornam-se quase impossíveis novas alterações que demandariam novas e dificultosas combinações, parecendo passada a oportunidade acréscimos sugeridos.

Releva ponderar quanto ao nº 3 do art. 6º está claro que o respeito à existência dos poderes locais constituídos implica o respeito às suas atribuições. Deixaria de fato de existir o poder desde que ele fosse despojado daquelas. A União, intervindo para debelar a guerra civil, só precisa de usar faculdades militares e só neste ponto as suas atribuições podem carecer de providências que restrinjam o poder do estado, na aplicação de medidas militares de guerra. Esse modo de ver, que é a substância da disposição, ficará bem claramente enunciado na justificação das emendas com que será apresentado o projeto.

Quanto ao nº 4, o acréscimo da cessação de pagamento aos funcionários para caracterizar a insolvência não parece justificado. Primeiramente a vida propriamente local interessa apenas direta e mediatamente à União, enquanto que a cessação de pagamento da dívida fundada de um estado interessa direta e imediatamente ao crédito nacional. Demais, os próprios argumentos apontados pelo ilustre amigo presidente do Rio Grande demonstram que o estado, podendo deixar de pagar funcionários para pagar dívida externa e podendo deixar de pagar dívida externa para pagar funcionários, chegaria a uma situação de insolvência de fato não caracterizada na

lei, a não ser que se exigisse uma ou outra condição, o que viria alargar a faculdade de intervir. A exigência de cessação de pagamento, por mais de dois anos, parece defender os estados de uma maneira completa, quando eles não se achem entregues aos desmandos da loucura ou da desonestidade, pois que, no caso contrário, quando não conseguirem recursos para o pagamento por esse prazo é que não têm, absolutamente, condições para a vida autônoma. Será possível deixar o gozo da autonomia a um estado que por dois anos ininterruptos não encontrou meio algum de satisfazer os compromissos de sua dívida fundada? Haverá estado que tendo condições de vida chegue a esse extremo? Parece que não. Chego a crer que é uma hipótese quase irrealizável. Quaisquer sacrifícios que faça, mesmo suspendendo os pagamentos de seus serviços internos, o estado poderá pagar os cupons da sua dívida juntada.

As emendas relativas à competência para legislar sobre navegação e uso de águas internas ao estado se acham expressas na exclusão do texto que só dá à União competência para legislar sobre navegação e uso de rios internacionais e interestaduais, pois permanece na Constituição a regra do art. 65, de que tudo quanto não é expressamente conferido nas disposições constitucionais ou implicitamente contido nessas disposições como competência federal pertence aos estados. Isso mesmo, como em relação a essas, subsistem os mesmos embaraços de oportunidade referidos quanto às outras.

Com estas considerações o nosso amigo Herculano envia-lhe os seus afetuosos abraços e as suas calorosas saudações pela prova de patriotismo e de amor à República que ainda uma vez estais dando, na colaboração tolerante e superior, para a solução deste importantíssimo problema da reforma constitucional.

Aqui terminam ponderações deputado Herculano. Da própria leitura destas se infere uma solução para o caso. Se, na exposição de motivos que acompanhar projeto, ficarem bem esclarecidos os pontos de vista com que ele concorda nos casos do art. 6º, nº 3, da legislação florestal e sobre navegação, poderá nossa representação concordar com a redação do projeto oficial. Caso contrário V.Exa. dirá se devemos pleitear inovações sugeridas não só sobre esses pontos como no da intervenção motivada por insolvência.

Atenciosas saudações. Getúlio Vargas”.

A 25 conforma-se o chefe do Partido Republicano Rio-Grandense com as explicações do relator do anteprojeto enviando-nos a seguinte contestação:

“Deputado Getúlio Vargas – Rio – Conformando-me com declarações feitas deputado Herculano Freitas não deves insistir novas alterações art. 6º, nem apresentar Plenário aditivo art. 63 sobre navegação interior regime rural e florestal. Esta matéria bem pode ser regulada lei ordinária que mais tarde pretendo sugerir bancada. Mas é de toda conveniência que na justificação projeto revisão, como prometeu aquele eminente amigo, fiquem perfeitamente elucidadas dúvidas por nós suscitadas.

Afetuosas saudações. Borges de Medeiros”.

Finalmente a 24 recebíamos, os representantes do Partido epublicano do Rio Grande do Sul, no Senado e na Câmara, o seguinte telegrama circular:

“Ouvido por intermédio deputado Getúlio Vargas sobre anteprojeto revisão constitucional formulei objeções fundamentadas contra várias emendas, que me pareceram ou inúteis ou ofensivas nossa doutrina e regime interno. Sustentando-as com habitual lucidez na longa discussão preliminar que se realizou Catete com presença todos líderes bancadas, conseguiu nosso representante alcançar afinal algumas concessões importantes para o que encontrou sempre melhores disposições conciliatórias por parte do presidente e deputado Herculano de Freitas.

Em consideração especial Rio Grande foram assim retiradas emendas n^{os} 19 e 59, modificada a de n^o 22 e substituída n^o 50. Nessa conformidade, mantidos inalteráveis arts. 34, 23, 72, § 24, definidos princípios constitucionais que Constituição rio-grandense já consagra, ficaram asseguradas autonomia estado sua competência para legislar sobre Direito Processual e liberdade profissões e ensino, o que basta para ressaltar plenamente nossos princípios e integridade nosso regime orgânico. Entendo, pois, diante dessas modificações, que nada mais nos é lícito opor ao projeto oficial, que intuitivas

razões de ordem pública e política nos aconselham aprovar integralmente. Tomando conhecimento em reunião conjunta dos telegramas que troquei com deputado Getúlio Vargas sobre anteprojeto ficareis completamente informados do ocorrido e verificareis que, transigindo com certas emendas, fizemos sem sacrifício de nossas responsabilidades e coerência política.

Abraços. Borges de Medeiros”.

Estava encerrada a fase das discussões preliminares do anteprojeto e, para nós, fechada a questão com o compromisso de apoiarmos o que ficara vencido nas mesmas. Divergências secundárias, algumas mais de forma, que se suscitaram em discussões no seio da bancada, não infirmam o apoio geral, consignado em tese e mantido na frequência assídua, na votação regular e na recusa à assinatura das emendas apresentadas em Plenário. Havíamos conseguido, na defesa da autonomia dos estados, a manutenção dos nossos pontos de vista em matéria de liberdade de ensino, de profissão, competência processual e definições dos princípios constitucionais da União a que ficam submetidas as unidades federais. Defendemos também os direitos do funcionalismo público e conseguiríamos, pelo menos, com a modificação da letra *i* e supressão da letra *h* da emenda nº 50 do anteprojeto, que essas disposições não atingissem os funcionários públicos dos estados.

Esta emenda nº 50 da primeira edição tomou posteriormente o nº 57 e foi afinal retirada do projeto. Em matéria de restrições constitucionais, determinadas pelo estado de sítio, opinamos para que ficasse bem claro que a suspensão do *habeas corpus* só atingisse aos detidos por motivos políticos, uma vez que não foi possível manter-se o texto ainda vigente. Vejamos agora o que tivemos de ceder, após uma impugnação sustentada com grande firmeza e tenacidade pelo presidente Borges de Medeiros.

Cedemos quanto às modificações feitas no art. 6º, em matéria de intervenção federal na autonomia dos estados, em dois pontos: nos casos de guerra civil e de insolvência, muito restritamente e após tenaz resistência, conforme as explicações anteriores. Devo informar que nas discussões preliminares do anteprojeto nas reuniões de líderes, quando foi submetido à apreciação destes o caso de intervenção independentemente de requisição para debelar a guerra civil, impugnamos-lo

formalmente. Argumentamos com a possibilidade de essa guerra ser estimulada pelo próprio governo federal para abater situações políticas divergentes nos estados e com a facilidade de acender essas lutas intestinas no Rio Grande do Sul, pelas particularidades de sua situação geográfica. Atendendo a essas ponderações, o relator do anteprojeto propôs que se intercalasse a expressão “respeitada a existência daqueles”, que foi incorporada ao projeto com a forma definitiva – respeitada a existência dos mesmos. Assim, os casos de intervenção acrescidos à nossa Lei Magna foram: a militar, para pôr termo à guerra civil, e a outra para a reorganização financeira. A primeira já se considerava implicitamente contida no poder soberano da União, que está obrigada a respeitar e manter os poderes constituídos dos estados, e redundava mais em uma garantia do que em perigo para a existência autônoma dos mesmos. Apenas a sua localização, como desejava o presidente Borges de Medeiros, ficaria melhor entre as atribuições do Executivo que no instituto da intervenção propriamente dito. Quanto ao caso da cessação de pagamentos, atribuída ao Congresso Nacional a faculdade interventora, é, pelas exigências de que se reveste, de difícil realização. É uma medida moralizadora e justifica-se pela necessidade de resguardar a soberania nacional contra possíveis intervenções estrangeiras nos negócios dos estados, desde que a União fosse impotente para resolvê-los. A simplificação dos princípios constitucionais a que os estados estão sujeitos em sua organização, definindo-os e precisando-os, afastou o arbítrio das interpretações.

Estranhar-se-á talvez que, havendo chegado a acordo quanto à revisão, assinássemos com restrições o parecer sobre o projeto. Três motivos principais nos levaram a esse procedimento:

- 1º) porque o ilustrado relator do parecer havia esquecido consignar neste, conforme prometera, que manter a “existência” dos poderes constituídos dos estados, no caso de intervenção motivada por guerra civil, implica também o respeito à “competência” desses poderes;
- 2º) porque tivera ele mesmo esquecimento, quanto à competência atribuída aos estados, no recusar, por desnecessárias, as emendas relativas ao uso e navegação das águas interiores etc.;
- 3º) por entendermos que, encerrada a fase da discussão preliminar

em torno do anteprojeto, deveriam ter parecer desfavorável todas as emendas apresentadas em Plenário. Eis também por que, devidamente autorizados por seu ilustre autor, publicamos os telegramas do deputado Herculano de Freitas, transmitidos por nosso intermédio.

Parte da matéria aqui debatida já não mais faz parte da discussão, pela retirada das respectivas emendas. Contudo, as referências que fazemos servirão como elemento histórico de elucidação. Estará, assim, explicada a atitude do Partido Republicano sul-rio-grandense em face do problema da revisão constitucional. Haviam estacado aí as tentativas intervencionistas que, se fossem além, poderiam desnaturar a Federação, consagrada pela República como uma vitória definitiva das nossas aspirações liberais, refletida na história e firmada na força incoercível das próprias leis naturais.

Se, como diz Raoul de la Grasserie, “a menor dissociação que se produz no estado unitário é já Federação”, não se pode negar que foi este, aproximadamente, o regime seguido no período colonial. Seja embora irregular, informe na sua rusticidade, como esferoides que se destacam da nebulosa primitiva, quase independentes entre si, pelo insulamento na vastidão territorial, mas subordinados esses estados diretamente à metrópole longínqua, era o esboço de uma Federação que se tracejava.

Ninguém melhor que Oliveira Viana, cujas ideias compendiávamos em algumas destas sugestões, com a esclarecida visão do sociólogo, apreendeu a evolução do povo brasileiro. Fracassaram as generalizações apressadas da sociologia, pretendendo aplicar as leis gerais da evolução como um paradigma que todos os povos tivessem de seguir na sua marcha. Esqueceram-se de que a ação modeladora do meio cósmico, da composição étnica e dos fatores externos tinha que variar o processo do seu desenvolvimento, que sofre avanços e recuos, desvios e contramarchas conforme a atuação preponderante desses agentes. Foi preciso que sobreviesse a plêidade brilhantíssima dos discípulos da escola de Le Play para, no estudo pormenorizado dos pequenos núcleos sociais, apanhar toda a infinita variedade da vida. Edmond Demoulins, um dos mais

argutos seguidores dessa escola, discípulo de Henri de Tourville, diz no seu notável ensaio *Comment la route crée le type social*:

“La cause première et décisive de la diversité des peuples et de la diversité des races c’est la route que les peuples ont suivie... Les routes du globe ont été, en quelque sorte, des alambics puissants, qui ont transformé, de telle manière ou de telle autre, les peuples qui s’y sont engagés”.

Portugal, país de escassa população, defrontando aqui com uma vasta extensão territorial semeada de elementos hostis, ante a resistência tenaz dos primitivos silvícolas, teve de ir fazendo uma lenta infiltração do elemento colonizador. À medida que avançavam os agentes civilizadores no território distenso, iam-se formando pequenos núcleos de povoamento, que se multiplicavam quase isolados pela dificuldade de comunicações. Era, como observa Oliveira Viana, um povoamento ganglionar, em pequenos nódulos sociais dispersos. Acrescente-se à ação modeladora do meio cósmico o relevo geográfico e a estrutura variável do terreno apropriando-se à indústria extrativa, à pastorícia ou à agricultura, e determinando a vocação profissional. O clima, o ritmo das estações, as precipitações pluviais são outros tantos agentes físicos de modelagem. Inclua-se o elemento étnico, isto é, a maior ou menor preponderância, em determinada zona, de qualquer das três raças formadoras da nacionalidade. E, culminando o esforço de adaptação desses rudimentares núcleos sociais ao meio ambiente, à variedade da vida, eles atuam como poderosos elementos de diferenciação.

Ante a ação inelutável das leis naturais sob a pressão dos fatores geográficos, os políticos lusitanos são obrigados a ensaiar um regime novo. Começam pela criação de capitânias hereditárias; ensaiam depois um governo geral e, por fim, optam pela fragmentação do poder; instituem governos entre si, quase independentes e sujeitos diretamente à Metrópole. Esta, as mais das vezes, no interesse fiscal, ainda subdividia a autoridade pomposa dos vice-reis ou governadores entre vários agentes subalternos, cujas funções variavam conforme a natureza da vida local. Esses núcleos regionais diferenciados pela ação dos fatores cósmicos e étnicos, insulados no vastíssimo território pela dificuldade de comunicações, em um estado de quase completa independência administrativa

e separação política de uns para com os outros e sujeitos somente ao governo, nem sempre paternal, mas de atuação demorada da Metrópole, formaram o esboço de uma Federação que mais de três séculos de vida colonial afeiçoaram aos hábitos da autonomia regional. E assim tinha que ser, porque, como bem observa Oliveira Viana: “Não é possível nenhuma organização central forte em um país de base física vasta, de baixa densidade demográfica e de circulação rudimentar.”

Proclamada a Independência, os estadistas imperiais tinham que resolver o problema da criação de um país, estruturando-o sobre as bases da unidade política. E saíram-se engenhosamente, criando uma poderosa máquina de construção que tinha como peça-mestra, rematando todas as outras, o Poder Moderador. Através desta se fazia o reajustamento ou a mudança de todas as outras peças. Segundo a crítica da época, pela instituição do Poder Moderador, o rei reina, governa e administra, quebrando assim o postulado constitucional atestador da inófia do imperante nos países de regime parlamentar.

É que no Brasil, verdadeiramente, nunca houve regime parlamentar como reflexo da vitória dos partidos. O Poder Moderador abatia ou elevava os ministérios e esses é que, paradoxalmente, elevavam ou derrubavam as situações políticas. Sendo assim, diz Aurelino Leal, podem os parlamentaristas do Brasil pregar as excelências do sistema que preferem, mas o que não devem é invocar o passado na sua argumentação. Entre nós houve algumas práticas parlamentaristas, já extremes de vícios. O verdadeiro parlamentarismo, porém, nunca foi exercido. Proibia-o a Constituição Imperial, impediram-no a falta de eleições livres, o dissídio intestino dos partidos e, por fim, o poder efetivo da Coroa. (*O parlamentarismo e o presidencialismo no Brasil*, p. 44-45.)

O sistema de unidade e centralização instituído pelo Império, absorvendo as autonomias locais e ameaçando-lhes as iniciativas, foi um regime transitório e artificial. E as formidáveis juntas dessa máquina política partiam-se a miúdo sobre a expansão dos foros regionais, reivindicando direitos, às vezes com as armas na mão. Na Constituinte de 1823 verificaram-se as primeiras manifestações federativas. Em 1824 a Confederação do Equador deixava patentes as aspirações do norte brasileiro. Em 1835 irrompeu no Rio Grande do Sul a epopeia farroupilha, denominada República de Piratini, que lutou 10 anos em combates fulgurantes contra todo o Império, inclusive contra grande

parte da população da própria província rebelada, que permaneceu fiel ao governo imperial.

Foi este o mais tenaz e denodado ensaio de organização republicana até então levado a efeito. A revolução não pretendia quebrar a unidade nacional. Não tinha intuítos separatistas. A antiga província rompeu, transitoriamente apenas, os vínculos que a prendiam ao resto do Brasil, porque não encontrou neste solidariedade para a realização do ideal republicano. Na ata da sessão extraordinária da Câmara de Piratini, realizada a 5 de novembro de 1836, consta a convocação desta com o intuito seguinte:

“Propor a necessidade de proclamar-se a independência política, não só por ser esta a vontade geral da maioria da província, mas ainda porque é este o recurso que resta depois das perseguições e hostilidades que nos tem feito o governo do Brasil; e mesmo, a exemplo da Câmara de Jaguarão, deve esta declarar a província desligada da obediência que devia ao governo do Brasil e elevar-se à categoria de estado livre, constitucional e independente, com a denominação de Estado Rio-Grandense, podendo ligar-se, por laços de Federação, àquelas províncias do Brasil que, adotando o mesmo sistema de governo, quiserem se federar a este estado”.

Em manifesto de 29 de agosto de 1838, ainda em pleno apogeu da revolução, dizia a figura impressionante e cavalheiresca de Bento Gonçalves:

“Perdidas as esperanças de concluírem, com o governo de S. M. I., uma conciliação fundada nos princípios da justiça universal, os rio-grandenses, reunidos às suas municipalidades, solenemente proclamaram e juraram a sua independência política, debaixo dos auspícios do sistema republicano, dispostos, todavia, a federarem-se, quando isso se acorde, às províncias irmãs que venham a adotar o mesmo sistema”.

O ideal republicano, pelo qual porfiavam, não quebrava os laços de fraternidade com as outras províncias, às quais desejavam os revolucionários permanecer ligados pelos laços da Federação. No Rio Grande do Sul sempre existiu, vivaz e palpitante, o sentimento da brasilidade, o

respeito pelas autonomias locais, para que os laços federativos fossem um vínculo de amor e não uma imposição da violência.

Os instantes reclamos das províncias obrigaram o governo do Império a condescender com as ideias liberais de descentralização, promulgando o Ato Adicional, que foi, no dizer de Araújo Castro, uma transação de aspirações opostas. Removido o Império em 1889 e com ele abolido o Poder Moderador, que condensava o dinamismo da centralização, para logo foi proclamada, junto com a República, a Federação, como consagradora das aspirações nacionais. As antigas províncias, denominadas estados, de imediato reivindicaram seus direitos, que viram reconhecidos na Constituição de 24 de fevereiro, de uma maneira ampla, com a faculdade de se organizarem, respeitados os princípios constitucionais da União, proibindo-se a intervenção em seus negócios internos e deixando-lhes, implicitamente, tudo o que não lhes fosse negado nas cláusulas expressas da Lei Magna. E os constituintes rio-grandenses, filiados a um partido cujo órgão refletor do seu pensamento político, na imprensa, com 42 anos de existência, tem por lema Federação, Unidade, Centralização, Desmembramento, mantiveram-se à altura dos grandes ideais inspiradores da propaganda.

É com pesar que vemos agora, entre alguns brilhantes espíritos desta Casa, tendências francamente centralizadoras e reacionárias tentando a ablação de vários direitos conferidos aos estados, com excelentes resultados em 35 anos de aplicação. Tais foram, além das tendências interventionistas do projeto, os esforços para o estabelecimento da unidade processual, a instituição do ensino primário obrigatório e outros. Quanto à inconveniência da primeira medida, já foi luminosamente justificada no telegrama do chefe do Partido Republicano sul-rio-grandense. Sobre o ensino obrigatório, direi apenas que não é da decretação de leis que necessitamos, mas da disseminação de escolas, com bons professores, e do desenvolvimento dos meios de transporte. Como obrigarmos o brasileiro a alfabetizar-se se não lhe proporcionamos aulas e, quando estas existem, não lhe facilitamos o acesso às mesmas?

O Sr. Tavares Cavalcanti – Decorreria aí a obrigação dos estados de proporcionarem todos os meios de alfabetizar o povo. Esta é a resposta que devo a V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas como poderia a União obrigar um estado sem lhe conceder uma subvenção?

O Sr. *Tavares Cavalcanti* – A União não obriga os estados a coisa alguma. Aos estados se reservariam as prerrogativas de que estão de posse desde o Ato Adicional. Tenho as minhas dúvidas quanto à obrigatoriedade do ensino, porque essa questão se resolve em tese de Direito Penal e Civil, isto é, direito substantivo, que é da competência exclusiva da União. Isso deixei claro nos discursos que proferi.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Os estados já têm competência para decretar essa obrigatoriedade, se quiserem.

O Sr. *Tavares Cavalcanti* – Realmente, não nego isso. Mas não têm competência para decretar as verdadeiras medidas, que são de ordem penal e de ordem civil.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Leis que não são cumpridas, nós as temos de sobejo.

O Sr. *Tavares Cavalcanti* – Qual a população em idade escolar no Rio Grande?

O Sr. *Pires do Rio* – O critério é, mais ou menos, de um décimo da população total.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. verá isso nos quadros que apresentarei.

O Sr. *Tavares Cavalcanti* – Eu demonstraria talvez que nem o próprio estado do Rio Grande do Sul, fazendo grande esforço, consegue dar escola para toda a sua população em idade escolar.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Todos os governos estaduais devem ter como dever primacial ministrar o ensino à juventude. No Rio Grande do Sul, pelos dados oficiais do ano findo, entre aulas públicas subvencionadas e particulares, há 3.096. A matrícula nas escolas públicas é de 180.937, e a frequência, de 155.849.

O Sr. *Tavares Cavalcanti* – Aliás, reconheço e proclamo com gáudio que o estado do Rio Grande do Sul é dos que mais brilhantes esforços têm despendido em favor da causa do ensino.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agradeço o testemunho insuspeito de V.Exa. O governo estadual despende anualmente 5.945:747\$000, ou seja, 10,5% da despesa ordinária com a instrução pública, além de 1.869:555\$000 gastos pelas municipalidades. E o Rio Grande do Sul, com o ensino livre, é o estado que tem, pela estatística federal, menor percentagem de analfabetos. Para melhor elucidação leio este estudo do Sr. E. Pelanda: O Estado que Tem Menos Analfabetos É o Rio Grande.

Sobre o analfabetismo no Brasil publicou o Sr. E. Pelanda, em Porto Alegre, interessante trabalho firmado no último recenseamento federal corroborando a tese que há algum tempo vem sustentando, a saber: “O Rio Grande do Sul é, de fato, o mais culto dos estados do Brasil.” Diz o referido escritor patricio que, desta vez, já não é o rio-grandense que fala, mas a própria Diretoria Geral de Estatística da União, no seguinte quadro organizado por essa diretoria:

Estados	Percentagens de analfabetos
1º Rio Grande do Sul	61,15
2º São Paulo	70,17
3º Acre	70,23
4º Santa Catarina	70,48
5º Pará	70,74
6º Mato Grosso	70,88
7º Paraná	71,82
8º Amazonas	73,31
9º Rio de Janeiro	75,21
10º Espírito Santo	76,40
11º Minas Gerais	73,33
12º Ceará	81,35
13º Bahia	81,60
14º Rio Grande do Norte	82,10
15º Pernambuco	82,15
16º Sergipe	83,30
17º Maranhão	84,16
18º Goiás	84,65
19º Alagoas	85,23
20º Paraíba do Norte	86,79
21º Piauí	88,02

Como se verifica claramente desses algarismos imparcialíssimos, o Rio Grande do Sul não é só o mais instruído, mas se coloca acima do segundo, São Paulo – 9% de analfabetos a menos.

Releva, porém, notar que nesse resultado se incluem as crianças desde zero dia, e seria absurdo tomarmos essa percentagem como real, visto como antes dos 7 anos não se pode exigir de uma criança que leia e escreva. Demais é sabido que, entre nós, não obstante a lei marcar para idade escolar dos 7 aos 14 anos, é comum ver rapazes e moças de maior idade cursando o ensino elementar. Para nós, portanto, a verdadeira média de analfabetismo seria a que resultasse entre maiores de 20 anos, e essa a sinopse em apreço não no-la fornece, apurando unicamente 3 classes: de 0 a 6 anos, de 7 a 14, e de mais de 15.

Considerando-se tão somente esta última, vemos que a nossa posição é ainda melhor:

Estados	Analfabetos com mais de 15 anos (%)
1º Rio Grande do Sul	44,5
2º Pará	48,02
3º Santa Catarina	48,4
4º Mato Grosso	58,5
São Paulo	58,5
5º Acre	60,0
Paraná	60,0
6º Amazonas	61,5
7º Rio de Janeiro	64,5
8º Espírito Santo	64,6
9º Minas Gerais	68,8
10º Ceará	72,8
11º Bahia	73,0
12º Rio Grande do Norte	73,6
13º Pernambuco	74,7
14º Goiás	74,0
15º Maranhão	77,2
Sergipe	72,2

16º Alagoas	78,8
17º Paraíba do Norte	80,2
18º Piauí	81,3

Comprovam estes algarismos que no Rio Grande do Sul a mocidade que se instrui é em número muito maior que a de outro qualquer estado, e se pudéssemos comparar a classe dos 20 ou 25 anos e mais, veríamos que a percentagem de analfabetos aqui desceria a menos de 37, mais do que honrosa, se verificarmos que há muitas nações da velha Europa que mal conseguem igualar-se em identidade de condições.

O Sr. Tavares Cavalcanti – Quando propugno pelo ensino obrigatório não quero o cerceamento das prerrogativas de estado algum; desejo simplesmente que eles colaborem com a União.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Acredito perfeitamente nas boas intenções de V.Exa. Aliás, estou falando em tese.

O Sr. Tavares Cavalcanti – Como V.Exa. se referiu especialmente à minha emenda, precisava justificar-me, porque realmente estou de pleno acordo com o que V.Exa. enuncia na defesa e sustentação dos princípios federativos e até creio que sou mais radical, porque votei contra a emenda nº 1.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A maioria dos propugnadores das medidas...

O Sr. Tavares Cavalcanti – Em quanto orça a receita anual da União? V.Exa. pode me responder?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Em um milhão e pouco.

O Sr. Tavares Cavalcanti – Digamos um milhão. Em quanto orçam as receitas dos 20 estados da União, inclusive o Distrito Federal?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Em menos de um milhão.

O Sr. Tavares Cavalcanti – Em cerca de 600 a 700 mil contos. Como achar que é demais pedir que a União concorra com a sua quota para a instrução do povo, quando ela é tanto ou mais interessada neste problema do que os próprios estados?

O Sr. Leopoldino de Oliveira – Mas o orador não se opõe a isso.

O Sr. Tavares Cavalcanti – Atribui-me intuítos que não tive. Por isso é que estou dando esses apartes para esclarecer.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A maioria dos propugnadores de medidas centralizadoras que cerceiam a autonomia dos estados partem de

um falso pressuposto: que os serviços públicos da União são melhor organizados que os dos estados. A verdade, porém, é que os serviços públicos federais, em matéria de administração, deixam muito a desejar. Não podem servir de modelo aos estados. A União tem um funcionalismo público excessivo, aumentando mais no intuito de atender as solicitações do protecionismo oficial que ao interesse do serviço; e mal remunerado porque é excessivo. Uma legislação administrativa e fiscal exótica e contraditória, uma organização complicada e ineficiente – tudo isso está a exigir uma grande reforma de simplificação, de economia e de moralidade. Sobrecarregar ainda a União com serviços que devem ser custeados pelos estados é entravar a máquina administrativa e, talvez, deixar àquela, que não tem recursos para este serviço, o ônus de ministrar a instrução pública aos estados que descurarem dessa obrigação.

Mas se a União arrecada essa importância a que V.Exa. se refere e a receita não dá para cobrir despesas, como é que ela vai atender?

O Sr. Lindolfo Collor – Esse é um argumento terminante.

O Sr. Tavares Cavalcanti – Não quero entrar nessa questão, mas o fato é que se diz que a União é o déficit.

O Sr. Leopoldino de Oliveira – Os estados estão apresentando saldos, a não ser que as mensagens estejam mentindo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A questão não depende de lei, depende de esforço, de conjugação de vontades.

O Sr. Leopoldino de Oliveira – O principal é que esse problema está entrelaçado com outros problemas de não menos importância, como o do povoamento, o do transporte etc.

O Sr. Tavares Cavalcanti – Eu estou de acordo com o orador, apenas não quero que S.Exa. atribua à minha emenda intuídos antifederalistas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Diz Raoul de la Grasserie que, no mundo social como no mundo físico, sob a ação do movimento, a matéria pode associar-se, dissociar-se, condensar-se ou rarefazer-se, apresentando o aspecto dos estados federativos ou unitários. Acolhendo, embora com as necessárias precauções, a fácil generalização desses princípios, é justo confessar a aplicabilidade da observação do arguto sociólogo a nosso respeito.

Após a dissociação e relativa independência entre si dos diversos núcleos sociais no regime colonial, sobreveio a condensação no unita-

rismo absorvente do período imperial, desfazendo-se, depois, no sistema federativo da organização republicana. A federação implantou-se entre nós, com caráter definitivo, por ser a única organização compatível com a vida orgânica do Brasil. Só a federação satisfaz à diversidade das nossas bases geográficas, das nossas tradições históricas, da nossa estrutura social. Só ela, por sua maior afinidade com a forma republicana, por tornar o patriotismo mais concreto, por ser mais liberal, mais aberta às iniciativas, mais ágil, pode suplantar “a monstruosa hidrocefalia” do unitarismo. Só ela permite uma melhor organização econômica e mais perfeita tributação, conforme as fontes produtoras de cada unidade federada. Por isso devemos resistir a qualquer diminuição na autonomia dos estados, como tendências centralizadoras e unitárias que golpeiam a Federação. O dinamismo revolucionário do período imperial erguia-se mais contra as instituições e tornava-se separatista pela força das circunstâncias, isto é, pelo isolamento, ante a impossibilidade de modificar o regime então vigente. No período republicano, ao contrário, os movimentos subversivos são dirigidos mais contra os governos, e alguns até sob o pretexto de exigir mais exata aplicação da lei. Nada podem dizer contra a forma de governo que é o ideal dos povos livres nem contra as leis que são liberais. Só a juízo dos opositores os governos são maus; a limitação de sua vida no tempo por prazo fixo resolve o problema.

O erro dos rebeldes consiste, sendo eles uma pequena minoria, em sair de sua função simplesmente fiscalizadora, pretendendo impor pelas armas, num regime de opinião, o que só as urnas podem decidir. Com o sistema federativo, um golpe de força, por acaso triunfante na capital da República, já não decide da sorte de um governo. É que as unidades federadas adquiriram vida própria, elementos próprios de resistência, reservatórios inesgotáveis de energia e de força renovadora. E se as organizações destinadas à manutenção das leis no interior viessem, ao todo ou em parte, a faltar no desempenho dessa missão, a estabilidade legal seria mantida por força do vínculo federativo que une os estados, na consciência dos seus deveres constitucionais. E a república federativa é o regime mais próprio para a formação desses pequenos centros vivazes, verdadeiras escolas de civismo e de experiência, onde se ensinam os futuros homens

de Estado que aspiram o exercício das altas funções da vida pública, para servir à grande pátria que é o Brasil.

Câmara dos Deputados, 8 de junho de 1926

Discurso pronunciado na qualidade de líder do PRR homenageando o ex-ministro da Marinha almirante Alexandrino de Alencar, por ocasião de seu falecimento.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, a ausência imprevista do ilustre líder da maioria justifica, neste momento, a minha presença na tribuna, requerendo, em nome de S.Exa. e por delegação sua, as homenagens a que tem direito o ilustre almirante Alexandrino de Alencar, isto é, o lançamento na ata dos trabalhos da Câmara de um voto de pesar pelo seu falecimento e a suspensão da sessão, em homenagem à sua memória.

Merecidas são essas homenagens, Sr. Presidente. O valoroso marinhheiro sucumbiu quase octogenário; no entanto, cerca de três quartos de sua longa e gloriosa existência foram de uma atividade contínua, de uma abnegação sem limites, de uma intrepidez sem desfalecimentos na prestação de serviços relevantes aos altos interesses da pátria.

Desde a campanha do Paraguai, onde a nossa Marinha de Guerra tantas vezes se cobriu de glórias, até o momento presente, já na ancianidade, quando a maioria dos homens procura a tranquilidade e o repouso, ele, por um milagre de fé, sacrificava nas aras da pátria as suas últimas energias.

Podem algumas das suas atitudes políticas ser consideradas errôneas, conforme o ponto de vista em que se colocar o observador, mas nenhum poderá negar a elevação dos seus sentimentos, a nobreza das suas ideias, a sinceridade dos motivos confessados como determinantes das suas ações.

Durante o governo de cinco presidentes da República, ele exerceu cinco vezes o alto cargo de ministro da Marinha. Foi o reorganizador das nossas forças navais, o criador ou inspirador de vários institutos de ensino e reformas administrativas, tendentes a colocar a nossa Marinha militar no nível dos conhecimentos na arte difícil e complexa das guerras modernas.

Quase tudo que possuí, a nossa Marinha a ele o deve; e se mais não fez foi porque mais não lhe permitiu a escassez dos recursos orçamentários.

O mar era a eterna sedução de seu espírito: “rumo ao mar” era a sua divisa. É que ele via, na contínua mobilidade das águas, a perene escola de experiências onde a juventude vai adestrar-se, quer no conhecimento de arte náutica, quer nos desportos atléticos que enrijam o corpo e temperam o espírito para as eventualidades do porvir. Mas, apesar de seu desassombro, de sua coragem, de sua energia, havia nesse homem, na composição do seu caráter, uma grande dose de bondade e de modéstia – de bondade sem artifício, de modéstia sem afetação.

A nossa Marinha era, para ele, como uma grande família que o recebia carinhosamente em seu seio, como chefe e como guia.

Justas, pois, são as homenagens prestadas a quem, como Alexandrino de Alencar, honrou a sua classe e dignificou a sua nacionalidade.

O Sr. Alcides Bahia – Sr. Presidente, já na outra Casa do Congresso o Sr. Senador Silvério Néri, esforçado representante do Amazonas, dizendo das virtudes e méritos do almirante Alexandrino de Alencar, requereu fossem prestadas as devidas homenagens à memória do morto ilustre.

As expressivas palavras do representante amazonense bem revelaram a justiça desse preito que agora aqui na Câmara acaba de ser proposto pelo órgão autorizado do meu prezado amigo e colega Sr. Getúlio Vargas, distinto líder da maioria da bancada do Rio Grande do Sul.

Ociosos seriam, Sr. Presidente, lembrar neste momento todas as razões e todos os motivos em virtude dos quais a representação federal do Amazonas tem a obrigação, tem o dever de conservar em vivo destaque a lembrança do grande morto, o brilhante desdobramento de sua ação frutificante, e toda a sua elogiável atuação patriótica durante o longo tempo em que exercitou a sua atividade profícua, e isso quer em relação ao Amazonas, quer em referência ao Brasil inteiro.

Neste segundo caso, os seus serviços esplendem de maneira a constituírem exemplo merecedor de menção e de aplausos, como no primeiro, Sr. Presidente, de tal monta foram eles que o Amazonas, num gesto de significativo reconhecimento, por duas vezes o elegeu para uma das suas cadeiras na Câmara Alta do país. Irrecusável homenagem a esse vulto eminente, cuja vida, integrada no dever e no patriotismo, ele a deu, toda, já ao cumprimento elevado das exigências profissionais – e aí foi

um bravo –, já às solicitações da boa política que ele sempre praticou com desvelo, com desinteresse e com lealdade – e aí foi um digno.

E sobre essa dignidade, e sobre essa bravura, assentou sempre os atos todos da sua vida, honrando assim o seu nome e a sua individualidade.

Falo, Sr. Presidente, falo com certeza, através da grande, da respeitosa estima que eu devotava ao almirante Alexandrino e lembrando-me também da generosa consideração com que ele me distinguiu, mas, nas minhas palavras, não há nem os acentos dalouvaminha fácil nem os timbres da lisonja interesseira, porque, para proclamar o elogio desse velho moço, que desapareceu, basta que se diga a grande verdade: que, por sua integridade, por sua elevação, por seus méritos, por todos os justos títulos, enfim, ele pertence a essa galeria gloriosa das figuras aureoladas pela sagração brasileira, pelo muito que fizeram a bem da pátria e em prol da República.

Por isso, Sr. Presidente, o meu estado sempre se ufanou em tê-lo como seu representante e ardoroso advogado dos seus legítimos interesses.

Explicável é, pois, que um deputado do Amazonas, sob a criteriosa orientação do prestigioso líder da sua bancada e com assentimento integral dos seus dignos companheiros de representação – explicável é, pois, que um deputado do Amazonas venha dar, como dá, em nome do seu estado, decidida solidariedade ao requerimento que se vai votar.

É o que faço, querendo que a atitude da bancada a que tenho a honra de pertencer seja interpretada como a afirmação soleníssima de muito respeito, e de muita saudade, pela memória do inolvidável almirante. É o que faço, Sr. Presidente, pondo na brevidade das minhas palavras toda a extensão da sinceridade com que são elas pronunciadas.

Rio de Janeiro, novembro de 1926

Discurso de agradecimento às homenagens prestadas quando da indicação de seu nome para a pasta da Fazenda no governo Washington Luís, publicado no jornal gaúcho *A Federação* em 26 de novembro de 1926. Getúlio Vargas considera sua nomeação uma homenagem ao Rio Grande do Sul e elogia seu estado natal, assim como o programa financeiro do governo federal.

Raras vezes terei ocasião de falar de tão alto a uma assembleia tão prestigiosa, com expressão e inteligência, de cultura, de proeminência

social. Com inenarrável surpresa vejo aqui, honrando-me com seu comparecimento, o que de mais conspícuo existe na intelectualidade, no jornalismo, na política, nas indústrias e no comércio, ressaltando, em nítido relevo, com expressão orgânica de cultura e de força, na capital da República.

Se eu não tivesse, por higiene mental, o hábito de um contínuo exame de consciência, para não desmedir-me na visão das realidades ambientais, poderia envaidecer-me com esta homenagem. Mas, se não tivesse a convicção da escassez dos meus conhecimentos, da minha desvalia e inferioridade, não tiraria dessa convicção um estímulo para progredir. Se for alvejado por censuras justas, embora severas, estas servirão de incentivo para a melhoria dos meus esforços. Se, porém, for vítima da injustiça, alvo da má-fé ou do erro dos homens, a certeza de que a verdade pode tardar, mas sempre chega, deixar-me-á blindado pela tranquilidade ante a esperança de que, na escala dos merecimentos, não me caberá o último dos lugares. Bem compreendo que não é a pessoa quase desconhecida do homenageado a força congregadora dessas energias. Eu sou apenas o motivo ocasional para uma homenagem ao estado que representei na Câmara dos Deputados. E o meu coração abre-se como uma urna, neste momento, para receber os votos de simpatia pelo Rio Grande do Sul.

Para ele reivindico a festa de hoje. Assim a compreendo e assim a recebo com a maior alegria. O eminente Dr. Washington Luís procurou distinguir o meu estado natal, na pessoa de seu humilde representante. E vós bem o compreendestes, na festividade augural deste dia. Os meus conterrâneos, sem distinção de matizes políticos, tomaram a iniciativa que a espontaneidade dos outros brasileiros cumulou com a gentileza de sua adesão. Dado o grau de intensidade dos prélios cívicos do Rio Grande do Sul, recusar uma homenagem promovida pelos meus conterrâneos, indistintamente, poderia dar azo à suposição de que eu me deixara arrastar por intolerância pessoal, incompatível com o meu temperamento. A própria escolha de João Daudt de Oliveira, meu condiscípulo dos tempos escolares, para intérprete do momento, bem demonstra que se trata de uma festa de amizade. Daudt de Oliveira é um desses raros amigos que só tem a dar e nunca a pedir – leal, desinteressado, solícito, dotado de uma fina sensibilidade moral e de uma nobreza de caráter.

Há uma ilusão persistente no apreciar o Rio Grande do Sul pelo prisma de um período histórico já transcorrido. O gaúcho, na sua figura tradicional – gaudério, errante de pouso em pouso, em busca de aventuras, rastreador admirável dos caminhos na amplidão dos horizontes escampos, lanceiro intrépido dos “entreveros” –, é hoje uma figura lendária, em transladação para o passado, que ainda ressurrete de onde em onde, mas que se transformou, absorvido na trama da civilização, dinamizado com combinações étnicas, modificado enfim pelas novas condições do ambiente social. Mas as qualidades desses ancestrais – atividade, denodo, iniciativa, cavalheirismo – persistem nos seus descendentes de hoje, absorvidos na luta econômica da vida contemporânea.

O Rio Grande do Sul é uma grande oficina de trabalho, um centro de produção e de riqueza, contribuindo para o abastecimento de quase todos os outros estados do Brasil. A sua última exportação foi de 474 mil contos e a sua renda atingiu 130 mil contos. Como os outros estados, possui também grandes nomes de que se orgulha, entre os quais esse formidável gênio realizador, vidente dos grandes problemas nacionais, que foi o visconde de Mauá; soldados da estrutura moral de Manuel Luís Osório; parlamentares como Gaspar Martins, o tribuno fulgurante; políticos de larga visão construtora, como Júlio de Castilhos, e de serena bravura e rara intuição patriótica, como Pinheiro Machado, para só falar nos mortos. Como os filhos dos outros estados, são destemidos e amam sua pátria. Apenas porque, colocados no extremo limite meridional, entestando com países progressistas e de sólida cultura, esse patriotismo está sempre desperto e exaltado – eles são ali os extremos defensores das tradições, da cultura e da língua, dessa bela língua portuguesa em que falou Rui Barbosa, em que cantou Gonçalves Dias, em que escreveram Machado de Assis e Euclides da Cunha –, por isso ninguém mais do que os sul-rio-grandenses têm o sentimento da brasilidade, ninguém mais do que eles ama a sua pátria, ninguém mais do que eles conhece e admira a vida dos grandes vultos que a servem, onde quer que abram os olhos para a luz.

Associados pelo vínculo comum de simpatia ao Rio Grande do Sul, fala-vos agora aqui quem, pelo exercício ocasional da função de líder da sua maioria política, foi distinguido pelo eminente Sr. Presidente da República, para o cargo de seu ministro da Fazenda. Dir-se-á que o escolhido não era especializado no estudo da ciência das finanças. Fui o

primeiro a arguir a própria incompetência e a manifestar o receio de não corresponder à expectativa de tão alta distinção, quando constatava a elevada personalidade do nobre amigo que transmitira o convite. Demais eu nunca fora um solicitante, nunca pretendi insinuar-me através de terceiros, nem pavoneara a esperança desse convite. Aguardava sim com ânsia, com férvido desejo, o encerramento das sessões legislativas, para ir desfrutar as férias campesinas no meu querido e longínquo burgo natal. Colocada, porém, a questão do ponto de vista da confiança pessoal e de uma distinção ao estado que representava, não me era lícito insistir.

Demais, dentro do nosso regime constitucional, os ministros são meros auxiliares que, estando de acordo com o programa político e administrativo do presidente da República, vêm com ele colaborar na execução desse programa sem ter mesmo responsabilidade por conselhos ou alvitre que sugiram. Esses especializados em cujo cérebro as ideias preconcebidas, os credos financeiros cavaram sulco podem ser um embaraço à execução do plano presidencial. Exigir, para o ministério, grandes nomes, medalhões cunhados com a efígie das consagrações oficiais é um vestígio das tradições do regime parlamentar, quando os ministros é que governavam, como delegação das Câmaras.

O programa financeiro do atual presidente da República já foi por ele explicado, em entrevistas, discursos e escritos, de uma forma lúcida e precisa, peculiar à sua clara inteligência e nobre caráter. A imprensa apanhou esse programa, divulgou-o amplamente, joeirou-o através da crítica favorável ou contrária, mas prestando o inestimável serviço de discuti-lo e apreciá-lo em todos os seus aspectos, conforme desejava o chefe da nação. Ao aceitar o posto para o qual fui distinguido pela honrosa confiança do presidente da República, essa aceitação importava o compromisso formal de empenhar, dentro da escassez de minhas possibilidades mentais, todos os esforços pela leal execução desse programa.

Em minha humildade e insignificância, sinto-me contrafeito ao vir receber esta homenagem e usar da palavra neste mesmo recinto onde a 28 de dezembro do ano próximo findo o então candidato à Presidência da República, cercado pelo mais numeroso e seletivo ágape político a que tenho assistido, pelos mais significativos expoentes da sociedade brasileira, pronunciou o seu notável discurso, conhecido por plataforma de governo. Todos os nossos grandes problemas morais, econômicos e

sociais eram lançados com a clara visão de uma personalidade vazada nos moldes de verdadeiro estadista.

Já presidente eleito da República, no seu discurso de 7 de outubro do corrente ano, respondendo às classes conservadoras e circunscrevendo seu pensamento ao problema econômico e financeiro, disse o Dr. Washington Luís:

“A ordem nas despesas, traduzida no equilíbrio real dos orçamentos, na consolidação das dívidas flutuantes, na amortização contratual de todas as consolidadas, assim internas como externas; a ordem econômica, revelada no desenvolvimento da nossa produção – pecuária, agrícola e industrial – para, pelo consumo do que é nosso, reduzirmos as importações e, pela venda das nossas sobras, aumentarmos a exportação e, atraindo e fixando braço e capital, encontrarmos o nível das balanças comercial e econômica e de pagamentos”.

Estabelecidas estas bases, admiravelmente sintetizadas, ele entra em análise do programa de reconstrução financeira, peculiar à sua forte individualidade e que nenhum outro presidente até então havia feito. Esse programa é, bem o sabeis, a estabilização cambial, passando pela conversibilidade de moeda fiduciária, para atingir a circulação metálica.

Além das entrevistas e discursos do presidente antes de assumir o governo, o *Correio Paulistano*, sob o título de “Questão monetária”, publicou uma série de artigos magistrais, desenvolvendo essas ideias, que, a seguir, resumiremos. A nossa política financeira tem sido a de emitir papel e valorizar o meio circulante, diminuindo o ágio do ouro sobre o papel. Mas, como esse papel não tem valor intrínseco, é um simples título de crédito, se o câmbio altera-se em situações normais, o menor abalo desse crédito, a mais ligeira crise, traz a queda brusca desse papel de valor oscilante, para elevar-se depois e tornar a cair. Agregue-se a essas causas a intervenção artificial no mercado de câmbio pelos processos inflacionista e deflacionista – é a respeito da lenda do Titã a rolar a pedra ao cimo da montanha, tombar com ela e recomeçar em seguida a tarefa improfícua e sem repouso.

A inflação é um excitante artificial das indústrias, porque produz a alta dos preços e estimula a produção. Mas as vendas feitas nesse regime de lucros aparentes constituem uma perda de substância para a econo-

mia nacional. Que a moeda diminua ou aumente de valor é sempre a instabilidade que, na alta, aumenta o capital, mas aniquila a produção; na baixa, estimula a produção, mas destrói o capital. Cada modificação no valor da moeda traduz uma nova distribuição da riqueza, um reajustamento dos preços. A alta ou baixa do câmbio são igualmente prejudiciais como sintomas da instabilidade e da precariedade do valor da nossa moeda. A moeda que não é constante, que não é sempre igual a si mesma, não pode desempenhar o seu papel de medida dos valores.

O alvará de 3 de maio de 1803 estipulou o valor de 1.500 para a oitava ouro de 22 quilates, correspondendo a taxa de câmbio em Londres a 61 ½ *pence* por mil réis. A Lei nº 59, de 8 de outubro de 1833, modificou o valor da oitava ouro de 22 quilates para 2.500 réis, baixando o câmbio legal a 43 ½ *pence* por mil réis. A Lei nº 401, de 11 de setembro de 1848, fixou em 4.000 réis a oitava, estabelecendo a paridade cambial em 27 *pence* por mil réis. Em 104 anos de prática do novo regime monetário, [...] tivemos 22 exercícios com o câmbio ao par e 78 com o câmbio oscilando acima ou abaixo da paridade. Desde os primeiros tempos da independência, só tivemos a moeda inconvertível. Nunca assumimos a obrigação de dar determinada quantia de ouro a troco de notas emitidas. A lei estabeleceu apenas uma relação de valor arbitrário entre a oitava ouro de 22 quilates e uma certa quantidade de mil réis. Essa regra cambial só transitória e ocasionalmente foi seguida. A chamada quebra de padrão é um eufemismo, porque em realidade nunca tivemos padrão.

E como retroceder à paridade do câmbio a 27, se as condições da nossa vida são inteiramente diferentes das daquela época? Os adversários da doutrina presidencial, o que nos prometem em troca da estabilidade cambial, da convertibilidade e da circulação metálica? A instabilidade, a emissão de papel e o esforço para valorizar o que não tem valor! Não temos moeda. Uma vez que não possuímos um padrão fixo como medida de valor, tanto vale dizer tê-la apenas nominalmente. O câmbio de 27 *pence* não seria possível nem conveniente às necessidades da expansão econômica do país. A nossa circulação fiduciária sendo calculada em 2.880.000 contos, para resgatá-la ao câmbio de 5 *pence* por mil réis ouro, libra 48.000 réis, precisaríamos de 60.000.000.000 de libras. Ao câmbio de 7 ½ ou libra a 32.000 réis já seriam necessários 90.000.000 de libras. Mas a 27 *pence* por mil réis ou libra a 8.888 réis, seriam necessários 324.000.000 de libras para o resgate da mesma moeda,

fiduciária. Deveríamos valorizar a moeda para resgatá-la depois? Seria aconselhável, perante o critério do interesse público, valorizar um título de crédito e depois resgatá-lo, aumentando o sacrifício do país e dificultando o caminho para atingir a normalidade da circulação metálica?

Ainda recentemente, em prestigioso órgão da imprensa desta capital, dizia um culto e respeitável ancião que floresceu no regime imperial:

“O papel-moeda é um empréstimo. Deu-lhe o governo títulos representando 27 d. [*pence*] por mil réis e quer que eu receba 5, 7 ou 8 d. Que é isto senão uma fraude? Enfeitem o negócio com as mais belas frases, com os sofismas mais alambicados, há de ser sempre uma extorsão, um confisco”.

Eis o grande argumento dos inimigos da quebra do padrão, ou antes da criação deste, uma vez que só nominalmente o possuímos. No conceito desse ilustre patricio, pagar um credor da nossa dívida interna com uma moeda metálica, de valor fixo, só porque sua taxa é inferior ao câmbio de 27, constitui uma fraude. Pois bem, em troca dessa fraude, que é uma moeda metálica de circulação universal, que nos oferece ele? A miragem longínqua, duvidosa e enganadora de atingir um dia ao câmbio de 27. E se lá chegássemos, à custa de quantos sacrifícios o faríamos, para a economia nacional, sangrando no contínuo reajustamento dos negócios, dos preços, enfim, do custo da vida ao valor oscilante da moeda? Seria a deflação lenta, isto é, a inquietação contínua pela instabilidade sistematizada, durante longos anos. Segundo os estudos do *Correio Paulistano*, a nossa circulação fiduciária é, aproximadamente, de 2.829.134:332\$500 réis. Desse valor foram emitidos ao tempo da monarquia, dando de barato que o fosse todo ele ao câmbio de 27, apenas 195.465:538\$000 réis. De conseguinte, os restantes 2.633.648:794\$500 foram emitidos ao câmbio abaixo de 27. Por que os interesses de uma vigésima parte dos nossos credores internos devem prevalecer sobre os das outras 19 partes e sobre os próprios interesses do país? Não terão por certo essas pieguices força para deter um homem com a coragem das ideias e a firmeza de convicções do presidente Washington Luís.

Verificada esta longa depreciação da moeda, toda a economia nacional equilibrou-se sobre um novo valor aproximativo de mil réis. Sobre esse é que se deve fixar o valor da moeda. O presidente da República não

quer câmbio alto nem câmbio baixo; quer câmbio estável, quer consolidar o que existe, ou exprimindo melhor, com as suas próprias palavras:

“A estabilização deve ser feita na taxa que representa a relação do custo da vida. A taxa que representa a relação do custo da vida é aquela a que a coletividade já se acomodou, a que a vida social já se afeioou; aquela em que durante espaço de tempo ponderável se fizeram as transações agrícolas, industriais e comerciais”.

É preciso consolidar o que existe, apegar-se à realidade e abandonar fantasias. Todos os países europeus dessangrados pela guerra tiveram de lançar mão das emissões de custo forçado para atender às prementes necessidades de numerário. Quase todos, porém, já regressaram à circulação metálica, ao padrão-ouro, sem atingir a paridade do período anterior à guerra, porque as condições de vida eram diferentes. Ao que nos consta, só a Inglaterra, com sacrifícios imensos ainda não consolidados, retrotrai a paridade para atender seus interesses de não criadora, prestamista de capital. E, se alguns países, como a Bélgica, França e Itália, ainda não conseguiram sanear o meio circulante, todo o esforço de seus homens de Estado é para o regresso à circulação metálica, recém-atingida pelo primeiro dos países citados, onde vislumbram o único meio de solver as dificuldades emergentes.

L. Pommery, chefe do Serviço de Estudo de Informações Comerciais do Banco Nacional Francês e do Comércio Exterior, em livro notável e recém-publicado sob o título de *Câmbios e Moedas*, onde já faz referências ao programa financeiro do presidente Washington Luís, afirma que a causa técnica da desorganização financeira da Europa foi o abandono do padrão-ouro ao qual o mundo devia a estabilidade das moedas e dos câmbios.

Na América, a Missão Kemmerer, de especialistas financeiros americanos, que apresentou planos de reorganização financeira em vários países, realizou no Chile tudo o que o nosso presidente pretende fazer no Brasil – estabilização cambial, quebra do padrão e circulação metálica. Se as condições do Brasil não são iguais às do Chile, também o plano de reconstrução financeira do nosso presidente não é cópia do deste, nem de qualquer outro país. Mas é o resultado do estudo feito pelo atual

chefe da nação aproveitando as lições da experiência e adaptando-se às condições especiais da nossa vida e do nosso meio.

O Brasil está quase isolado do continente, com seu sistema caqué-tico de emitir papel desvalorizado, isto é, sem base metálica. Jamais um programa financeiro foi lançado com tanta oportunidade quanto este. Tudo porém será feito a seu tempo, oportunamente, não havendo motivos para terrores nem sobressaltos. Ninguém mais duvida da preponderância dos interesses econômicos e financeiros no ritmo da vida universal. Até meados do século XVIII ainda se faziam guerras para dirimir contendas de interesses dinásticos. Prevaleceu depois a expansão das nacionalidades, o predomínio da personalidade política das soberanias. Mas a guerra mundial abalou os vigamentos da organização social contemporânea, fragmentou a unidade dos impérios, enfraqueceu a personalidade política dos estados e determinou o surgimento e prevalência das combinações cosmopolitas e internacionais. Mas estas próprias combinações norteiam sua orientação política pelo critério das forças econômicas e financeiras.

E sobre os preconceitos de ódios históricos, orgulhos de raça e veleidades de expansão nacionalista, estende-se a trama sutil dos interesses econômicos complexos, absorventes e inexplicáveis. Já não falando nas instituições jurídicas internacionais, com representação das soberanias políticas, onde preponderam os interesses econômicos, basta referir a amplitude que tomaram as câmaras de comércio internacionais e o recente quartel siderúrgico franco-alemão. Ainda bem vivo o ressentimento das lutas políticas, os interesses econômicos representados pelo *coke* metalúrgico, de um lado, e pelo minério, de outro, determinaram a criação do cartel alemão, formidável aliança de interesses econômicos em torno da qual se gruparam os interesses similares do resto do continente europeu.

O que estabelece entre os países relações duráveis e permanentes não são os vagos idealismos que se inspiram em afinidades de sangue, de tradições ou cortesias diplomáticas que afloram apenas a epiderme das grandes organizações, mas os interesses econômicos, o intercâmbio dos produtos indispensáveis à própria manutenção da vida. O dispendio formidável de energia das guerras modernas, em que nações inteiras se mobilizam somente para a produção e distribuição bélica, acarreta, com raras exceções, a ruína aos próprios vencedores. E esta

será a grande lição do futuro, talvez superior ao pressuposto da melhoria dos sentimentos humanos, afinados pela cultura – que as guerras não convêm, mesmo como negócio.

Mas apesar da verdade inexorável desses fatos, deixai, meus caros amigos, que, no persistente idealismo da minha personalidade, eu guarde, como uma das amoráveis ilusões da minha vida, o encanto de vossa amizade, expresso na beleza de uma festa tão característica da benevolência e da generosidade do brasileiro. No desempenho de uma tarefa talvez superior às minhas forças, que ela me sirva de estímulo na resistência a quaisquer solicitações que pretendam afastar-me do cumprimento do dever.

2. Aliança Liberal, Revolução de 30, governo provisório e governo constitucional: 1930-1937

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1930

Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, expondo a plataforma da Aliança Liberal na campanha para as eleições presidenciais de 1º de março de 1930.

O manifesto lido na memorável Convenção de 20 de setembro último não só condensou e sistematizou as ideias e tendências da corrente liberal, externadas na imprensa, na tribuna parlamentar e nos comícios populares, como examinou superiormente os principais e mais urgentes problemas brasileiros, com visão ampla dos fenômenos sociais, políticos e econômicos. A esse notável documento não pode deixar de se submeter, por isso mesmo, em suas linhas fundamentais, a plataforma do candidato da Aliança Liberal à Presidência da República. Subordina-se, assim, igualmente, aos anelos e exigências da coletividade, que anseia por uma renovação como nós a preconizamos, capaz de colocar as leis e os métodos de governo no nível da cultura e das aspirações nacionais.

O programa é, portanto, mais do povo que do candidato. Apesar de nem sempre terem dos fatos uma visão de conjunto, são realmente as classes populares, sem ligações oficiais, as que sentem com mais nitidez, em toda a extensão, por instinto e pelo reflexo da situação geral do país sobre as suas condições de vida, a necessidade de modificação dos processos políticos e administrativos.

Vivemos num regime de insinceridade; o que se diz e apregoa não é o que se pensa e pratica. A “realidade brasileira”, tão exaltada pelos loubaminheiros do atual estado de coisas, reduz-se aos fenômenos materiais da produção da riqueza, adstritos, as mais das vezes, a censuráveis privilégios e monopólios. Embevecidos nessas miragens materialistas, esquecem-se dos grandes problemas cívicos e morais. Nada ou quase nada se faz no sentido da valorização do homem pela educação e pela

higiene. Burlam-se, pela falta de garantia, os mais comezinhos direitos assegurados na Constituição.

A campanha de reação liberal – não é demais insistir – exprime uma generalizada e vigorosa tentativa de renovação dos costumes políticos e de restauração das práticas da democracia, dentro da ordem e do regime. Seu êxito dependerá do voto popular e também, em parte, da cultura cívica e do patriotismo dos governantes, isto é, da compreensão que tenham dos seus altos deveres constitucionais. Não visamos pessoas. Estas recomendar-se-ão pela conduta que observarem e fizerem observar no pleito. Se as urnas forem conspurcadas pela lama da fraude, acabará de esfrangalhar-se a lei eleitoral vigente, que não poderá prevalecer sem aniquilar o próprio regime republicano.

Anistia

A convicção da imperiosa necessidade da decretação da anistia está hoje, mais do que nunca, arraigada na consciência nacional. Não é apenas esta ou aquela parcialidade partidária que a solicita. É o país que a reclama. Trata-se, com efeito, de uma aspiração que saturou todo o ambiente.

A Aliança Liberal, pelos seus líderes, pelos seus candidatos, pelos seus órgãos no Congresso e na imprensa, já se pronunciou, reiterada e solenemente, sobre esse relevante e inadiável problema, concretizando o seu pensamento em projeto que foi submetido à consideração do Senado.

A anistia constitui uma das suas mais veementes razões de ser. Queremo-la, por isso mesmo, plena, geral e absoluta, ressalvados tão somente os direitos adquiridos dos militares do quadro.

As leis compressoras

Pode-se asseverar, sem temor de contradita, que a anistia será de providência incompleta sem a revogação das leis compressoras da liberdade do pensamento. É que estas, tanto quanto a ausência daquela, concorrem também para manter nos espíritos a intranquilidade e o fermento revolucionário. Conjugam-se, assim, nos seus efeitos deploráveis.

Não contesto, é lógico, a conveniência e oportunidade das leis de defesa social. As que possuímos, entretanto, sob esse rótulo não se recomendam, nem pelo espírito nem pela letra. Somos, pois, pela sua substituição por outras, que se inspirem nas necessidades reais do país

e não se afastem dos princípios sadios de liberalismo e justiça. Se doutro modo procedêssemos, teria falhado ao seu destino, traído os seus compromissos o formidável movimento de opinião que suscitou e ampara os candidatos liberais.

Não são, aliás, as garantias individuais as únicas necessitadas de ampliação e fortalecimento. Cumpre tornar também mais eficientes as que asseguram a autonomia dos estados, sobretudo em matéria administrativa.

Legislação eleitoral

É uma dolorosa verdade, sabida de todos, que o voto, e portanto a representação política, condições elementares da existência constitucional dos povos civilizados, não passam de burla, geralmente, entre nós. Em grande parte do Brasil, as minorias políticas, por mais vigorosas que sejam, não conseguem eleger seus representantes nos conselhos municipais, nas câmaras legislativas estaduais nem no Congresso Federal.

Quando se trata deste último, para aparentar cumprimento do princípio da lista incompleta da lei eleitoral, algumas das situações dominantes nos estados destacam um ou mais nomes que fazem de oposição, mas, em realidade, tendo a mesma origem, são tão governistas como os demais. Noutros estados, a representação das minorias, em vez da conquista de um direito, é um ato da munificência dos governos, uma outorga, um favor humilhante.

Alega-se que as minorias políticas só não se fazem representar nas assembleias legislativas quando não constituem forças ponderáveis de opinião. Raramente é isso exato. Muito mais frequente é o caso de núcleos fortes de oposição com inegável capacidade de irradiação e proselitismo não conseguirem sequer pleitear seus direitos nas urnas porque são triturados pela máquina oficial, pela violência, pela compressão, pela ameaça, obrigados à submissão ou à fuga, quando impermeáveis à sedução ou ao suborno. Se, por milagre, chegam às vezes a escapar a todos esses fatores conjugados, acabam vencidos, afinal, pela fraude.

Não exagero nas tintas da paisagem política do país. Em muitos estados, excetuadas as capitais e algumas cidades mais importantes, não se fazem eleições. Dias antes dos pleitos, os livros eleitorais percorrem a circunscrição, recebendo as assinaturas dos eleitores “amigos”. De acordo com essa coleta, lavram-se as correspondentes atas, que são encaminhadas, após, com todas as exteriores formalidades oficiais. No

dia do pleito, ao se apresentarem, os eleitores opositoristas e os fiscais dos respectivos candidatos não encontram nem os mesários nem um oficial público, ao menos, para o efeito dos votos em cartório ou lavratura de protestos.

Quarenta anos de regime republicano radicaram, com efeito, em muitas localidades e não apenas nos sertões, a fraude sistematizada, em nome da qual falam os representantes da nação, que recebem do Centro a força e o apoio indispensáveis a sua permanência nas posições, ao mesmo passo em que, por sua vez, emprestam ao Centro a solidariedade absoluta de que o mesmo não pode prescindir.

A troca recíproca de favores, que constitui o caciquismo, o monopólio das posições políticas; a permuta de ardilosos auxílios, que calafetam todas as frestas por onde pode passar um sopro salutar de renovação – eis o regime vigorante, frondosamente, no Brasil. Existem, é certo, auspiciosas exceções, cuja enumeração se torna desnecessária, tão evidentes são elas.

O voto secreto, medida salutar, aconselhável para assegurar a independência do eleitor, não é bastante para evitar a prática das tranqui-bérbias políticas. É preciso que a presidência das mesas eleitorais seja entregue a magistrados, cujas funções se exerçam cercadas de completas garantias, de ordem moral e material, inacessíveis, assim, ao arbítrio dos mandões do momento.

Com o voto secreto, institua-se, pois, o alistamento compulsório de todo cidadão brasileiro alfabetizado e entregue-se a direção das mesas eleitorais à magistratura federal togada. É este o conjunto de providências que julgo indispensáveis à genuína representação popular. Impedir-se-á, por meio delas, a fraude no alistamento, na votação e no reconhecimento.

Só assim a opinião pública ficará tranquilizada quanto ao livre exercício do direito de voto. Só assim alcançaremos o saneamento das nossas praxes políticas e a restauração das normas da democracia.

Justiça Federal

A ninguém escapa, hoje, a compreensão da necessidade de se reorganizar a Justiça Federal, cuja lentidão é consequência, geralmente, de dispositivos arcaicos, incompatíveis com a nossa extensão territorial e a nossa densidade demográfica.

Uma providência sobre cuja oportunidade há muito todos estão de acordo é a criação dos tribunais regionais. Não obstante, até agora nada se fez nesse sentido. Convém abreviar a decretação não só dessa medida, como de outras já apontadas por autoridades na matéria, tendentes a aperfeiçoar o mecanismo interno da Justiça da União.

Além disso, a reforma deve, igualmente, ter em vista os requisitos e condições que forem determinados pela alteração, nos termos que propus, da lei eleitoral, cuja aplicação ficará compreendida na órbita das atribuições dos juizes federais e seus suplentes, todos togados e de nomeação sujeita a exigências e garantias acauteladoras.

Ensino secundário e superior – liberdade didática e administrativa

Tanto o ensino secundário quanto o superior reclamam alterações que lhes arejem e atualizem os métodos e disciplinas. Essa reforma é das que não comportam adiamento.

Como bem assinalou o Manifesto da Convenção Liberal, referindo-se ao ensino superior, “os cursos de especialização praticamente não existem entre nós” e “as ciências econômicas, as disciplinas financeiras e administrativas, os cursos de literatura, de higiene, para só citarmos alguns, diluem-se, no nosso sistema universitário, em cursos gerais, pragmáticos e de alcance reduzido”.

É de lamentar-se, especialmente, que tão poucos tenhamos sido até agora no tocante à instituição de cursos técnico-profissionais, cujas vantagens ninguém mais contesta. Os excelentes resultados já obtidos nos poucos estados onde eles funcionam bem demonstram, iniludivelmente, a necessidade de os difundir.

A conveniência da emancipação do ensino superior é, hoje, também indiscutível. Reclama-se, e com razão, para os institutos onde é ministrado, a liberdade didática e a liberdade administrativa, sem prejuízo da unidade do ensino. Julgo recomendável, por exemplo, o regime das universidades autônomas, tal como se está ensaiando, com êxito, em Minas Gerais.

De qualquer forma, o que não parece lícito é persistirmos na atitude, entre receosa e displicente, ditada por um mal entendido conservantismo, diante do que se nos afigura novidade temerária e, no entanto, é já uma velha conquista noutros países.

Autonomia do Distrito Federal

A experiência, que diz sempre em todos os assuntos a última palavra, demonstrou já, e de sobejo, os inconvenientes do regime misto a que está subordinado o Distrito Federal.

Opinamos pela autonomia na capital da República. Seria tempo, aliás, de se lhe reconhecer a maioria política e administrativa, quando mais não fosse, pela imprestabilidade da curatela que se lhe deu. Outras razões, porém, que estão no conhecimento de todos, concorrem para tornar oportuna, agora, essa fundamental modificação.

Escolhendo, por iniciativa própria, os seus governadores, poderá o Distrito tomar-lhes contas diretamente, fiscalizá-los com eficiência, como é da essência das instituições republicanas. Não é justo nem é lógico, afinal, que se continue a deixar de reconhecer à maior e mais adiantada das capitais do Brasil a elementar capacidade administrativa atribuída, indiscutivelmente, a todos os componentes da Federação, ainda os menos prósperos e cultos.

Questão social

Não se pode negar a existência da questão social no Brasil como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos.

O pouco que possuímos em matéria de legislação social não é aplicado ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos a respeito, como signatários do Tratado de Versalhes, e das responsabilidades que nos advêm da nossa posição de membros do Bureau Internacional do Trabalho, cujas convenções e conclusões não observamos.

Se o nosso proteccionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos, também, o dever de acudir ao proletário com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças como na velhice. A atividade das mulheres e dos menores nas fábricas e estabelecimentos comerciais está, em todas as nações cultas, subordinada a condições especiais que, entre nós, até agora, infelizmente, se desconhecem. Urge uma coordenação de esforços entre o governo central e os dos estados para o estudo e adoção de providências de conjunto, que constituirão o nosso Código do Trabalho.

Tanto o proletário urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades.

Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário e até o recreio, como os desportos e cultura artística. É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo etc.

Quanto ao operariado das cidades, uma classe numerosa existe cuja situação é fácil de melhorar. Refiro-me aos que empregam suas atividades nas empresas telefônicas e nas de iluminação e viação urbanas. Bastará que se lhes estenda naturalmente, dada a similitude das ocupações, o benefício das caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários, benefício de que já gozam, igualmente, os portuários.

Idêntica providência deverá abranger também os marítimos e os empregados do comércio, de conformidade com os respectivos projetos que se arrastam nas Casas do Congresso. Os poderes públicos não podem e não devem continuar indiferentes aos apelos dessas duas grandes classes e doutras com iguais direitos e necessidades, tanto mais quanto a sua melhoria nenhum ônus acarretará aos cofres do país.

Simultaneamente, é necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público apenas através dos impostos extorsivos que pagam. É preciso grupá-los, instituindo colônias agrícolas; investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil, para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; despertar-lhes, em suma, o interesse, incutindo-lhes hábitos de atividade e de economia. Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes – a valorização do capital humano. Por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção.

Imigração

Essa política de valorização do homem, ao mesmo tempo que melhorará as condições dos atuais habitantes do país, facilitará o encaminhamento de correntes imigratórias selecionadas.

Nenhuma atração exercerá, realmente, o Brasil sobre bons operários rurais e urbanos do estrangeiro enquanto a situação do proletariado entre nós se mantiver no nível em que se encontra.

Durante muitos anos encaramos a imigração exclusivamente sob os seus aspectos econômicos imediatos. É oportuno entrar a obedecer ao critério étnico, submetendo a solução do problema do povoamento às conveniências fundamentais da nacionalidade.

Exército e Armada

O instinto de conservação e defesa aguça-se nos povos à medida que se intensifica o seu desenvolvimento material. A acumulação de riquezas é que, por via de regra, os torna vigilantes e cautelosos, consoante a observação de James Bryce a propósito dos Estados Unidos. Só as nações pobres são imprevidentes; só se despreocupam da sua segurança os países que, economicamente, pouco têm a perder. É uma lei histórica inelutável, que dispensa exemplificação.

Não se explica, por isso mesmo, o nosso descaso, no tocante às forças armadas, já que é incontestável, sob muitos aspetos, o progresso material do Brasil. Devemos cogitar de pôr as instituições militares à altura da sua imensa responsabilidade, harmonizando-as com o crescimento da fortuna pública e privada, de que elas são a garantia natural.

Além disso, o sentimento do dever militar, que desse modo ainda mais se enraizará, é um fator imprescindível ao enrijamento da consciência cívica e do espírito de nacionalidade. O sorteio militar, como o praticamos, foi um grande passo nesse sentido, porém ainda deixa muito a desejar. Será oportuno reformar a lei do serviço obrigatório, para aperfeiçoá-la, no sentido de se dar inteira solução ao problema da conscrição militar. Atingida a maioria, todo brasileiro deve estar obrigado a justificar a sua posição em face do serviço militar, mediante provas de inscrição na reserva ou no alistamento. Essa situação constará de uma caderneta, a qual terá fé pública e servirá de prova de identidade da pessoa e de título de eleitor. A cidadania será, assim, uma consequência do serviço militar, à maneira do que acontece noutros países.

Um dos maiores males de que sofre o nosso Exército é o regime dos corpos sem efetivos ou com efetivos reduzidíssimos. Tal regime é prejudicial à instrução da tropa, além de enfraquecer o organismo das unidades e, portanto, a sua eficiência. Na medida dos recursos do erário,

deve-se prover o Exército do material que lhe é indispensável, sobretudo no que se refere à artilharia e à aviação. Paralelamente, não devemos poupar esforços para desenvolver, entre nós, a indústria militar, com o aperfeiçoamento dos arsenais. Libertando-nos, tanto quanto possível, dos mercados estrangeiros na compra de material bélico, ao mesmo tempo fortaleceremos a nossa capacidade de resistência militar e deixaremos de drenar para o exterior o ouro que tais aquisições, agora, nos exigem.

A rigorosa justiça nos acessos de posto e nas comissões contribuirá com a dotação dos imprescindíveis recursos técnicos para estimular a oficialidade nas suas justas aspirações e no exercício de seus árduos deveres. Atualmente, falta ao Exército uma lei que regule as promoções, garantindo direitos e definindo o merecimento militar, de modo a cada oficial ter conhecimento do seu número na relação geral para os acessos.

Julgo também de salutar efeito o rodízio dos oficiais pelos diferentes estados, o que lhes permitirá obter conhecimento exato das condições gerais do país; a valorização dos serviços dentro dos regimentos, tomando-se em consideração as localidades onde aquartelarem; a construção de casas para residências, nas guarnições longínquas.

Carece de modificações a Justiça militar, e este é um ponto de inculcável delicadeza, tão profundamente interessa ele à disciplina das tropas.

Se o quadro que nos oferece o Exército está longe de ser satisfatório, menos ainda o é o da Marinha de Guerra, privada, como se acha, mais do que aquele, de eficiente aparelhagem material. A nossa esquadra é quase um anacronismo, tão afastada se encontra ela das condições atuais de técnica naval, em matéria de armamentos e unidades de combate. Não é passível de discussão ou dúvida a necessidade da aquisição de novos navios. Não menor é, também, a conveniência de iniciarmos a fabricação quer de munições, quer de vasos de guerra, embora de pequena tonelagem, como cruzadores ligeiros, contratorpedeiros etc. Presentemente, seria infantil esperar tudo isso da capacidade dos nossos estaleiros e arsenais. Devemos começar pela remodelação e ampliação desses estabelecimentos.

Convém organizar, desde logo, um programa naval, a que os governos devem ir dando paulatina execução, dentro dos recursos disponíveis. Reconstituiremos, assim, metodicamente, a nossa esquadra.

Desprezada a observância das linhas devidamente prefixadas deste programa, nada mais faremos do que perder tempo e dinheiro em ini-

ciativas oscilantes e contraditórias, ao sabor das administrações que se sucedem, sem espírito de continuidade.

Hoje em dia, os nossos vasos de guerra não se movimentam, ou por falta de verba para o custeio das viagens de exercício ou porque não satisfazem aos requisitos de franca e segura navegabilidade. Essa é, sem subterfúgios ou inúteis eufemismos, a situação da Marinha de Guerra do Brasil.

A oficialidade adquire nas escolas conhecimentos que não pode aplicar, por falta de material. Burocratiza-se, desse modo, aos poucos, perdendo o estímulo e o gosto pela profissão.

Além da ausência de aparelhamento material, ressentem-se, ainda, a esquadra das deficiências das suas leis e regulamentos, sobretudo no tocante a promoção, rejuvenescimento dos quadros etc.

Nenhum brasileiro poderá deixar de reconhecer que urge reagir contra essas deploráveis condições. Tudo quanto a nação realizar para tornar eficientes as suas forças terrestres e marítimas encontrará nessa mesma eficiência a melhor compensação.

O papel do Exército e da Armada, em todos os acontecimentos culminantes da nossa história, tem sido sempre glorioso e decisivo. Até agora, não assiste ao Brasil direito algum de queixa contra as suas classes militares. O crédito destas sobre a gratidão nacional é largo e duradouro. Elas foram, invariavelmente, guardas da lei, defensoras do direito e da justiça. Não se prestaram nunca, nem se prestarão jamais, à função de simples autômato, como instrumento de opressão e de tirania, a serviço dos dominadores ocasionais.

Daí as hostilidades, surdas ou abertas, que contra elas têm sido desfechadas; daí, a situação material a que se acham reduzidas.

Mas, por isso mesmo, também é tempo de a nação afinal, num movimento irreprimível de justiça, corrigir as desconfianças e preterições que sobre ela pesam, absurda e clamorosamente.

Funcionalismo público

O recente acréscimo de vencimentos dos funcionários da União está longe de corresponder à difícil situação material em que os mesmos, na sua grande maioria, se debatem. O problema do funcionalismo, no Brasil, só terá solução quando se proceder à redução dos quadros excessivos, o que será fácil, deixando-se de preencher os cargos iniciais à medida que vagarem.

Providência indispensável também é a não decretação de novos postos burocráticos durante algum tempo, ainda mesmo que o crescimento natural dos serviços públicos exija a instituição de outros departamentos, nos quais poderão ser aproveitados os empregados em excesso nas repartições atuais.

Com a economia resultante quer dos cortes automáticos, que a ninguém prejudicarão, quer da impossibilidade de criação de cargos novos, poderá o governo ir melhorando, paulatinamente, a remuneração dos seus servidores, sem sacrifícios para o erário.

Majorando-lhes desse modo os vencimentos e cercando-os de garantias de estabilidade e de justiça nas promoções e na aplicação dos dispositivos regulamentares, terá o país o direito de exigir maior rendimento da atividade e aptidões dos respectivos funcionários, que, então, sim, não deixarão de se consagrar exclusivamente ao serviço público, desaparecida a necessidade de exercer outros misteres fora das horas de expediente, como, agora, não raro, acontece, por força das dificuldades com que lutam.

A carestia da vida e o regime fiscal

A carestia da vida, entre nós, resulta em boa parte da desorganização da produção e dos serviços de transporte. O fenômeno mundial é, aqui, consideravelmente agravado por esses dois fatores.

Ao excessivo custo da produção e dos fretes, excesso que a imprevidência atual permite e estimula, entrelaçam-se as exigências ilógicas do fisco em taxações desordenadas. Efetivamente, ao passo que uns produtos gozam de inexplicáveis benefícios, esgueirando-se através das complexas redes fiscais, sobre outros, de consumo forçado, recaem múltiplas taxas e impostos.

Muitas dessas anomalias decorrem, por certo, da nossa política protecionista; outras devem, antes, ser atribuídas à lacunosa aplicação das leis. A origem de todas, em suma, é a desorientação governamental.

O que se impõe é a cuidadosa revisão das nossas fontes de renda, algumas das quais já não podem dar o que delas inicialmente se exigiu, senão com o duplo sacrifício do produtor e do consumidor. Em compensação, outras suportam majorações graduais.

Onde a necessidade de revisão se faz sentir mais imperiosamente é nas tarifas aduaneiras. Urge atualizá-las, pô-las de acordo com as imposições da

nossa vida econômica, classificá-las, tornando-as, pela sua simplicidade, acessíveis à compreensão do público.

Nossa legislação alfandegária é antiquada, contraditória, complicadíssima e extravagante. Há tarifas absurdas, quase proibitivas, gravando a entrada de certas mercadorias, sem vantagem alguma para a nossa produção, em detrimento da arrecadação fiscal e que só incitam à prática do contrabando.

Devemos manter o critério geral, protecionista, para as indústrias que aproveitam a matéria-prima nacional; não assim para o surto de indústrias artificiais, que manufacturam a matéria-prima importada, encarecendo o custo de vida em benefício de empresas privilegiadas. Sob o fundamento da existência de similar nacional, gravam-se vários artefatos indispensáveis ao desenvolvimento de serviços públicos e obras particulares, que ficam sobrecarregados de esdrúxulos tributos.

Toda a nossa legislação fiscal acusa os mesmos defeitos de que sofrem as tarifas alfandegárias. Um dos mais deploráveis, pela anarquia a que dá margem, é, sem dúvida, a ausência de clareza nos textos das leis e regulamentos. Estes e aquelas são diversamente interpretados, com frequência, nas diferentes repartições. Dentro de cada uma destas, nem sempre é, também, uniforme a jurisprudência, que varia igualmente através de decisões das mais altas autoridades da Fazenda. Esta situação origina contínuos conflitos entre o fisco e os contribuintes. O comércio, sobretudo, é atingido por multas muita vez injustas. Para piorar, o pronunciamento final do respectivo ministério, nos recursos dos prejudicados, é difícil e vagaroso, precisamente pelo acúmulo de serviço que essa balbúrdia determina.

Ao mais leve exame do assunto, forma-se logo a convicção de que o fisco federal contribui para a carestia das subsistências não tanto pelo valor dos impostos em si, como pelos processos de arrecadação, pela defeituosa incidência de muitos deles, pela falta de critério econômico, em suma, na distribuição dos gravames.

Pode-se, pois, atenuar essa concausa do mal-estar das camadas populares sem diminuição dos recursos do Tesouro, indispensáveis aos compromissos e exigências da administração. Bastará que se proceda a uma taxação equitativa, de acordo com as possibilidades de cada produto e as necessidades do seu consumo.

Difícil será essa tarefa, não há dúvida, enquanto prevalecerem os métodos vigentes, o rudimentar empirismo legislativo que nos caracteriza. É preciso que o poder competente tenha contato com a realidade e não se deixe orientar, como em geral acontece, por interessados que mal se disfarçam quando se trata de criar, reduzir ou suprimir impostos.

Estou certo de que é chegado o momento de encararmos com serenidade, agudeza e patriotismo estes e outros problemas vitais da nacionalidade. As classes dirigentes, cada vez mais eficientemente fiscalizadas pela opinião pública, na capital e nos estados, já devem ter compreendido que é mister corresponder, em toda a amplitude e não apenas parcialmente, por exceção, às suas responsabilidades e à confiança do país.

O plano financeiro

Nada tenho a acrescentar às considerações que, não há muito, expendi acerca do plano financeiro. O êxito deste, em última análise, decorrerá da situação geral do país. É um truísmo esta afirmativa. Não me parece, entretanto, supérflua para assinalar a necessidade de enfrentar o problema com a visão de conjunto e não apenas unilateralmente.

A política do atual governo da República foi, logicamente, dada a época do seu lançamento, uma política de restauração financeira. Seu plano está ainda na primeira fase, aliás, a mais importante e de mais urgente necessidade: a estabilização do valor da moeda. Realizada esta, tornava-se necessário um compasso de espera, para que, em torno da nova taxa cambial, se processasse o reajustamento da nossa vida econômica. Após o decurso de um tempo que não pode ser fixado com precisão, porque depende do nosso desenvolvimento econômico, do aumento da nossa capacidade produtora e do estoque de ouro da Caixa de Estabilização, é que se poderá atingir a parte final do plano: o resgate do papel inconversível e a instituição da circulação metálica.

Entendo que o sucessor do eminente Sr. Washington Luís deve manter e consolidar esse plano, pois muito maiores seriam os prejuízos resultantes do seu abandono do que os benefícios, pouco prováveis, que pudessem ser colhidos com a adoção de outra diretriz. Só a prática, aliás, fornece a prova decisiva da eficiência de quaisquer planos e sistemas, ainda os de mais sólida e perfeita arquitetura. Por isso mesmo, quando opino, em princípio, pela manutenção e consolidação da política finan-

ceira em vigor, não excludo, é claro, a possibilidade de se lhe introduzirem as modificações e melhoramentos que a experiência aconselhar.

Desenvolvimento econômico

Nenhuma política financeira poderá vingar sem a coexistência paralela da política do desenvolvimento econômico. Para a determinação do rumo a seguir, é mister o acurado exame do ambiente geral da nossa atividade, mediante o balanço das possibilidades nacionais e o cálculo dos obstáculos a transpor.

O problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas necessidades. Só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, libertando-nos não só dos perigos da monocultura, sujeita a crises espasmódicas, como também das valorizações artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários.

A agricultura, embora florescente em muitas zonas, resente-se por toda parte da falta de organização e de método. Possuímos excelentes condições de clima e de solo para a cultura do trigo; não nos faltam ricas jazidas de carvão. Entretanto, só no carvão e no trigo que importamos, anualmente, depende o Brasil mais de um milhão de contos. Se a nossa hulha negra não é das melhores, não é, tampouco, imprestável. Cumpre, portanto, aproveitá-la, adaptando as fornalhas à sua queima. É o que já se está fazendo, em larga escala, no Rio Grande, cuja viação férrea e cujas indústrias consomem, por ano, mais de 300.000 toneladas do carvão de pedra rio-grandense. Com a utilização sistemática do carvão nacional, com o aproveitamento gradual das quedas d'água e com o uso do álcool adicionado, em percentagens razoáveis, a óleos que nos faltam, fortalecer-se-á a economia do país, evitando-se, assim, a perda de grande parte do ouro que atualmente empregamos na compra de combustíveis estrangeiros.

Em não poucas das regiões mais próprias para a agricultura impere ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive, geralmente, o proletariado rural, reduzido à condição de escravo da gleba. Nessas regiões, seria conveniente para os seus possuidores e para a coletividade subdividir a terra, a fim de colonizá-la, fazendo-se concessões de lotes a estrangeiros como a nacionais a preços módicos,

mediante pagamento a prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas, mudas e sementes. Para o completo êxito de tal obra, contribuiriam os poderes públicos disseminando, em pontos convenientes, aprendizados agrícolas e facilitando os transportes.

Essa iniciativa parece-me bem mais útil e oportuna do que suscitar o aparecimento de indústrias artificiais. O surto industrial só será lógico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, a maior parte das máquinas que lhe são indispensáveis.

Daí a necessidade de não continuarmos a adiar, imprevidentemente, a solução do problema siderúrgico. Não é só o nosso desenvolvimento industrial que o exige: é também a própria segurança nacional, que não deve ficar à mercê de estranhos, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa.

Convênios e tratados de comércio

Visando a maior expansão do nosso comércio exportador, é oportuno cogitar de lhe obter facilidades ou ampliar as de que já goza nos países para os quais se encaminhar ou nos quais possa encontrar probabilidades de boa aceitação.

Somos excelente mercado importador de numerosos produtos oriundos de diferentes nacionalidades. Por isso mesmo, creio, não nos será difícil, numa permuta racional de benefícios, conseguir, em muitas delas, melhor tratamento alfandegário para alguns dos nossos artigos, quer mediante a possível revisão dos tratados e convênios existentes, quer promovendo a lavratura de outros.

A diplomacia orienta-se, cada vez mais, no sentido dos problemas econômicos. Entre os serviços que dela exigem as nações, cresce dia a dia a parte referente à defesa e propaganda dos produtos do seu solo e das suas indústrias. É de justiça assinalar que os representantes do Brasil no exterior, principalmente sob a atual direção, têm dado brilhantes e reiteradas provas dessa compreensão prática dos seus deveres.

Instrução, educação e saneamento

Para atender às exigências destes três problemas imperiosos e conexos, reputo inadiável a criação de uma entidade oficial técnica e autônoma, com o seu raio de ação benéfica estendido ao Brasil todo. A atividade dessa repartição coordenadora exercer-se-á não só dentro da

esfera das privativas atribuições constitucionais da União, como também junto às administrações dos estados, com os quais colaborará, mediante convênios, para a conjugação de esforços, provendo de recursos os governos regionais cuja situação financeira assim o reclamar.

Quanto ao desenvolvimento da instrução pública, é preciso generalizar cautelosamente algumas providências isoladas, que, nesse particular, já se praticam em circunscrições nacionais de mais densa população de origem estrangeira, nas quais a União subvenciona regular número de escolas, auxiliando, assim, os estados respectivos.

Não só o alienígena e seus descendentes, porém, necessitam de instrução efetiva e gratuita. Se a eles se deu preferência, com o intuito de mais rapidamente nacionalizá-los, a verdade é que os interesses da nacionalidade não são menos exigentes no tocante à alfabetização dos habitantes das zonas do interior do país, até onde ainda não chegaram quaisquer levas imigratórias.

Pouco será, sempre, tudo quanto se fizer – e até agora quase nada se tem feito – no sentido de melhorar as condições dos habitantes do país, sob o tríplice aspecto moral, intelectual e econômico.

Creio mesmo que é chegada a oportunidade da instituição de um novo ministério que sistematize e aperfeiçoe os serviços federais, estaduais e municipais existentes com esse objetivo e cuja eficiência tanto deixa a desejar, por efeito, justamente, em grande parte, da sua desarticulação, isto é, da falta de contato real e entendimentos práticos.

As obras contra as secas

Uma das decorrências dessa medida fundamental será o imediato exame da situação atual das obras do Nordeste contra o flagelo periódico das secas.

Já o disse, em documento que teve larga divulgação, e agora repito, com a maior firmeza, que se torna inadiável retomar o plano humanitário de amparo à população e de valorização econômica dos territórios, de acordo com as ideias do eminente senador Epiácio Pessoa, que lhes deu execução quando na Presidência da República.

Os trabalhos devem obedecer a um plano rigorosamente técnico, abrangendo o estudo e levantamento do terreno, a cultura das terras, a abertura de estradas, a construção de obras de barragens e de irrigação, para a criação de centros produtores permanentes.

Se para a Aliança Liberal esta promessa representa um compromisso de honra, para o seu candidato será o mais grato dos deveres. Por isso mesmo que, como afirmei algures, tem raízes fundas na minha sensibilidade de brasileiro e no meu pensamento de homem público a preocupação pela sorte das populações do Nordeste, cuja fortaleza física é tão grande que lhes tem permitido resistir, sozinhas, à conjugação dantesca do clima e da nossa inclassificável imprevidência.

Colonização da Amazônia

Outra consequência lógica da sistematização e desenvolvimento dos serviços nacionais de instrução, educação e saneamento será o estudo metódico das possibilidades de colonização da Amazônia.

Este é, sem dúvida, um dos mais graves e complexos problemas da atualidade brasileira. Da sua solução efetiva dependerá a reconquista da nossa posição, que tão relevante foi, nos mercados mundiais da borracha. Só as crescentes vantagens que este produto assegura, no globo todo, justificariam a execução do projeto de saneamento da vasta e exuberante região amazônica. Nos grandes países industriais, a borracha é, hoje, tão indispensável como o ferro, o carvão e o petróleo.

A mais impressionante demonstração dessa influência vital da borracha, quer na Europa, quer nos outros continentes, encontramos-na, sem dúvida, numa série de crônicas sensacionais de viagem do publicista francês Georges Le Fevre. Ao mesmo tempo que revela, através de abundantes dados estatísticos, a fome universal de *caoutchouc*, o escritor assinala o cuidado, o carinho, os requintes de precauções, enfim, mediante os quais se obtém da cultura da Hevea resultado compensador nas possessões britânicas e holandesas. O aparelhamento científico de que estas dispõem exige dispêndios formidáveis, com o custeio de laboratórios, sob a direção de verdadeiros sábios. Não obstante, o rendimento das culturas é ainda inferior às necessidades do consumo e sê-lo-á cada vez mais, pois diariamente surgem novas formas de utilização da borracha.

Ora, justamente porque, entre nós, a produção se verifica em condições especialíssimas, com inigualável facilidade, o Brasil pode e deve ser, dentro em breve, uma das vozes decisivas nos mercados da borracha, em vez de simples caudatário, como tem sido até hoje. Para isso, não lhe bastará o produzir na maior escala possível. A simples exportação da matéria-prima, por maior que seja a respectiva tonelagem, não

nos dará, com efeito, a chave do problema. É necessária, também, a industrialização do produto dentro do país.

Não terá, porém, encarado o assunto sob os seus aspectos práticos quem julgar possível ao Brasil influir vigorosamente nas transações universais do *caoutchouc* antes de sanear e povoar as zonas produtoras. Uma das muitas dificuldades em que tropeçamos, agora, na Amazônia, é a escassez de braços. Urge encaminhar para ali correntes imigratórias. Mas, isso, afinal, será um crime, que comprometerá o êxito da obra e os nossos foros de povo civilizado, se, preliminarmente, não procedermos ao saneamento da região, se esta não for convenientemente preparada para receber o elemento alienígena. Por aí devemos começar, tanto mais quanto assim conseguiremos melhorar desde logo as condições de milhares de patrícios nossos, a cuja energia e espírito de sacrifícios tanto deve o país.

À medicina e à engenharia, sob a direção do novo ministério a que acima aludi, caberá função preliminar e decisiva, nesse vasto empreendimento que não pode ser adiado.

Vias de comunicação

No tocante a vias de comunicação, o que cumpre fazer inicialmente é organizar o plano de viação geral do país, de modo que as estradas de ferro, as rodovias e as linhas de navegação se conjuguem e completem.

Atualmente observa-se, nesse particular como em tantos outros, a mais lamentável desarticulação. É um mal que urge corrigir. Essa falta de correspondência, de entrosagem, agrava sobremaneira os efeitos da deficiência do nosso aparelho de circulação. Obtida a possível ligação entre si das diferentes redes de comunicação dos estados, ter-se-á aumentado de maneira considerável o rendimento delas em proveito das conveniências superiores da nação. Não me parece difícil atingir esse objetivo com a execução de algumas obras suplementares e revisão de outros tantos traçados para abreviar os necessários entroncamentos.

Entre as grandes linhas férreas que a nação reclama, uma das de maior alcance é a chamada “Tocantins”. Refiro-me especialmente a esta porque é típica. Iniciadas no governo Epiácio Pessoa, as obras dessa estrada foram, pouco depois, suspensas. Com a construção de 560 quilômetros, ficará o porto de São Luís ligado ao Tocantins, cujos 800 quilômetros navegáveis seriam assim convenientemente aproveitados.

Como essa, outras vias férreas, já estudadas ou projetadas, estão a exigir a atenção dos governos, visto constituírem obras, por assim dizer, subsidiárias de rios navegáveis cuja utilização, sem elas, é precária, senão impossível.

Para que se possa intensificar, como convém, a cultura do algodão, capaz, por si só, de fazer a prosperidade e a riqueza do Norte do Brasil, impõe-se a ampliação, ali, das rodovias e linhas férreas. Esse problema, que se engranja no das obras contra as secas, encontrará em mim toda a simpatia para a sua oportuna solução.

A nossa legislação sobre portos é antiquada e deficiente. É preciso revê-la, sobretudo no sentido de dar maior amplitude à liberdade de comércio. Assunto igualmente de excepcional importância para a nossa prosperidade econômica e aumento da exportação é a questão dos fretes marítimos. A elevação destes entrava o desenvolvimento do comércio e, portanto, a expansão das nossas forças produtoras.

Nada mais justo do que o amparo da nossa legislação à marinha mercante nacional. As vantagens da existência de várias empresas de cabotagem, entretanto, são anuladas pelo truste oficial dos fretes, que torna impossível a livre concorrência. As companhias beneficiárias da exclusividade no serviço de cabotagem não procuram, infelizmente, melhorar, como é necessário, as condições técnicas de seus navios, de modo a torná-los menos dispendiosos e aumentar-lhes o rendimento. Daí, as dificuldades com que lutam e para cuja remoção só encontram, invariavelmente, aumento de subvenções ou majoração dos fretes.

A pecuária

Não se pode negar que a agricultura nacional já atingiu um grau notável de desenvolvimento, sobretudo nos estados para onde se encaminharam as correntes imigratórias. Relativamente à pecuária, entretanto, o que se tem feito é pouco, é quase nada.

Possuímos, sem dúvida, o maior rebanho bovino do mundo. Não obstante, a nossa situação no comércio de carnes é destituída de qualquer relevo. Os Estados Unidos e a maior parte dos países da Europa até agora vedam ou sujeitam a vexatórias restrições a entrada das carnes procedentes dos frigoríficos brasileiros sob o fundamento da existência da febre aftosa endêmica em nossos rebanhos. A subalternidade deprimente da nossa posição, num comércio em que podemos influir

poderosamente, exige providências radicais. Não temos necessidade de inventar remédios. Aí está, para nos orientar, o exemplo de outros países de mais ou menos idênticos recursos pastoris.

Os fatos demonstram que, enquanto o consumo da carne aumenta, com o crescimento das populações, os estoques de gado ou diminuem ou não crescem na mesma proporção nos países que detêm o recorde do fornecimento mundial.

O mais rudimentar patriotismo indica, assim, aos dirigentes do Brasil, a conveniência da adoção de medidas apropriadas a ampliar, nos mercados universais, a nossa contribuição de produtos pecuários, como lãs, couros, banhas, conservas, carnes preparadas pelos processos do frio, gado em pé etc.

Trata-se de uma das nossas mais vigorosas fontes de riqueza, cuja exploração em larga escala viria contribuir para o equilíbrio da balança comercial da República.

Entre outras providências, seriam de preponderante alcance no desenvolvimento dessa exportação: convênios comerciais, ou entendimentos de consumo; a redução de fretes e o aperfeiçoamento do material e métodos administrativos das nossas empresas de navegação.

Reforma do Banco do Brasil

Na remodelação do Banco do Brasil, tal como a exigem as necessidades da economia nacional, convirá que ele deixe de ser um concorrente comercial dos outros institutos de crédito, a fim de poder sobre estes exercer função de controlador, como propulsor do desenvolvimento geral, auxiliando, nesse caráter, a agricultura, amparando o comércio, fazendo redescontos, liderando, em suma, todo o nosso sistema bancário, no sentido do contínuo engrandecimento do país.

Atingir-se-á esse objetivo mediante a criação de carteiras especiais para o comércio, para a agricultura, para as indústrias etc.

Defesa da produção

Além do café, de que tratarei separadamente, outros produtos estão a reclamar proteção e defesa.

O que ocorre com o açúcar, por exemplo, é típico. O plano de defesa que agora se executa não corresponde nem aos verdadeiros interesses do país nem às necessidades reais da lavoura e das usinas. Não há muito,

em entrevista ao *Diário da Manhã*, de Recife, tive oportunidade de me pronunciar a respeito. Os fatos posteriores não modificaram, antes confirmaram a minha opinião. Por isso, reproduzo-a na íntegra. O plano está falhando, sobretudo, por um erro de organização nos negócios de venda. A chamada quota de sacrifício permite que o açúcar seja vendido, nos mercados exteriores, a preço bastante inferior à taxa fixada para as vendas no interior. Mas esta medida não poderá dar resultados satisfatórios, positivos. Entendo que o problema só terá solução quando for criada no Banco do Brasil uma carteira agrícola. Esta deverá atender às necessidades do produtor, isto é, facilitar-lhe os recursos necessários tanto para o desenvolvimento da produção quanto para o aperfeiçoamento do produto. Resumindo, precisamos amparar o produtor, fornecendo-lhe numerário de acordo com as disponibilidades de seu crédito; melhorar os processos técnicos de cultura, para baratear o custo da produção. Assim, valorizaremos o produto em benefício do agricultor e do usineiro em vez de formar trustes para enriquecimento de intermediários e açambarcadores. A valorização será contida dentro de margem razoável de lucro, de modo a evitar o encarecimento do produto em prejuízo do consumidor e a injustificável anomalia de comprarmos o nosso açúcar, no país, por preço superior ao da sua venda no estrangeiro.

O que aí se preconiza, em relação ao açúcar, tem aplicação plena quanto ao algodão, aos cereais em geral, à erva-mate, ao cacau etc. É o que se tem feito, no meu estado, com o charque, com o arroz, a banha e o vinho, mediante a organização de sindicatos e cooperativas, que não elevaram, absolutamente, o custo desses artigos. No Rio Grande, o governo intervém junto aos produtores apenas com o adiantamento de numerário, garantido pela produção, e com a fiscalização, por intermédio de seus departamentos sanitários, a fim de firmar a excelência da mercadoria e regularizar a exportação. O controle assim exercido habilita o poder público a impedir explorações e abusos.

O café

A defesa do café constitui, sem controvérsias, o maior e mais urgente dos problemas econômicos atuais do Brasil; por isso que esse produto concorre com mais de dois terços do ouro necessário ao equilíbrio da nossa balança comercial. Da sua sorte dependem, assim, o câmbio e a estabilização do valor da moeda.

O plano que agora falhou, com estrépito, alarmando o país todo, visava menos a defesa propriamente dita da produção cafeeira do que a sua valorização imediata. Esta deve ser alcançada não de chofre, mas logicamente por etapas, em consequência daquela. Majorar o preço de determinada mercadoria nem sempre é defendê-la: pode ser prejudicá-la. Se isto ocorre mesmo quando se tem a exclusividade da sua produção, pois o custo alto restringe o consumo e suscita o aparecimento dos sucedâneos, com mais razão se verifica, é claro, quando, como no caso do nosso café, existem concorrentes, e concorrentes em especiais condições de êxito, pela sua maior proximidade do principal mercado recebedor.

A valorização do café, como se fazia, teve esse tríplice efeito negativo: diminuiu o consumo, fez surgir sucedâneos e intensificou a concorrência, que, se era precária antes do plano brasileiro, este a converteu em opulenta fonte de ganho. Foram, com efeito, os produtores estrangeiros e não os nossos, paradoxalmente, os beneficiários da valorização que aqui se pôs em prática. Tal valorização, aliás, dava apenas aos interessados entre nós a ilusão do lucro, pois eles se satisfaziam com o elevado preço de venda, sem atentar no custo, cada vez mais exigente, da produção. Pelo barateamento desta, entretanto, é que devia ter começado a política de defesa do café. Isto é que seria racional.

Obtidas a redução dos gastos de produção e transporte, a diminuição de impostos e a supressão, tanto quanto possível, dos intermediários, que são os que mais ganham e cuja interferência a ação tutelar do Estado, por meio do Instituto respectivo, tornaria dispensável, o café, embora a preços eliminadores de qualquer concorrente, proporcionaria aos lavradores lucro pelo menos tão compensador como os auferidos em virtude da valorização artificial e muito mais certo e sólido do que os desta.

Não se sabe o que levou os governos a optar pela providência oposta. O que ninguém ignora é que dessa experiência colheu o Brasil os piores e mais amargos frutos.

Do que se tem certeza, também, é que, quando se cogitou da adoção do plano atual, não faltaram contra ele vozes de grandes autoridades na matéria. A palavra do preclaro e saudoso conselheiro Antônio Prado, por exemplo, fez-se ouvir com ponderações impressionantes que, infelizmente, não foram dignas de acatamento nos conselhos deliberativos da administração nacional. Tratava-se, não obstante, de um dos nossos estadistas mais ilustres, de uma das individualidades mais úteis

socialmente, com que já contou o Brasil e, além disso tudo, um dos maiores fazendeiros de café.

A carta do conselheiro Antônio Prado, dirigida em 1921 ao eminente brasileiro que foi Nilo Peçanha, adquiriu, agora, irrecusável oportunidade, depois do desastre determinado pela inobservância dos conselhos da sua capacidade e experiência. O que se contém nesse documento, em sua crítica ao projeto então apresentado e logo após convertido em lei, para valorização do café, resume admiravelmente tudo quanto hoje se pode indicar no sentido da solução racional, econômica e patriótica do formidável problema. A sua transcrição impõe-se aqui, como homenagem ao notável administrador cuja clarividência poderia ter poupado ao país os dias amargos que está vivendo; exprime também um apelo a todos os responsáveis pela situação em que nos encontramos, para que se decidam, afinal, a encarar de frente o assunto, sob os seus aspectos basilares.

“Compreende-se” – escreveu o conselheiro Antônio Prado na citada carta, que teve, então, larga publicidade e acaba de ser reproduzida pelos principais jornais do Rio e dos estados –

“Compreende-se que, dadas certas circunstâncias perturbadoras do regular funcionamento da lei da oferta e da procura, seja conveniente a intervenção do governo no mercado do produto, mais para auxiliar o produtor do que para valorizar o produto, porque é o mesmo que produz esse efeito. A intervenção, nesses casos, é recomendável e pode ser vantajosa para o produtor; é o caso da recente intervenção; mas criar um órgão administrativo para regularizar permanentemente o negócio do café e manter o seu preço sem cuidar de diminuir os custos da produção, e desatender às condições dos mercados, é desconhecer por completo as leis econômicas que regulam a produção e distribuição.

O produtor está vendendo o café a 25\$ a arroba, mas faltam-lhe os braços necessários para o trabalho, assim como capital, crédito, transporte barato, ensino profissional, fertilizantes da terra, e geme ao peso de impostos elevados. Desta situação, resulta que o saldo apurado é insignificante, muitas vezes nulo, em vista dos gastos da produção.

Se a política adotada, em vez de consistir em elevar o preço do produto, fosse diminuir o custo da produção, dando ao produtor braços para o trabalho, capital, crédito, ensino profissional, ferti-

lizantes da terra, transporte barato e alívio do peso dos impostos, o café poderia ser vendido por metade, ou menos, daquele preço, deixando lucro ao produtor, e o comércio seguiria seu curso ordinário; o consumo aumentaria e cessaria o perigo da concorrência dos outros países produtores, que só podem competir conosco pela elevação de preços”.

Nem a distância no tempo que vai de 1921 a 1929, nem as alternativas registradas durante tal período, nem a derrocada final a que assistimos prejudicaram as linhas mestras, os pontos definitivos dessa lição. Pelo contrário, a falência do plano oficial, que dela se afastou comprometendo profundamente a maior riqueza agrícola do país, hoje ainda mais lhe aviva e amplia a salutar significação, visto como, agora, a ruínosa experiência lhe torna as conclusões também não só indiscutíveis mas irrecusáveis.

Além do que na carta se prescreve, em síntese, afigura-se-me ainda indispensável, atenta a fundamental influência do café na economia geral do Brasil, tornar mais íntima e efetiva a colaboração da União na defesa do produto, para manter a unidade do serviço, velar pelo cumprimento dos convênios entre os estados interessados, promover as medidas da alçada federal e intervir com os seus recursos, em caso de necessidade.

Eis, senhores, em solene e definitiva reafirmação, pelo órgão do seu candidato, o pensamento da Aliança Liberal sobre a atualidade brasileira. A direção que recomenda, as providências que aconselha, as medidas que se propõe executar compreendem pontos fundamentais da economia, cultura e civismo da nacionalidade.

Passou a época dos subterfúgios e procrastinações. Politicamente, a impressão que nos dá o Brasil é de um *arriéré*, ainda que se restrinja o confronto apenas à América do Sul. Não nos iludamos. Têm sido repudiadas, para as nossas crises políticas, como para as administrativas, soluções específicas, portanto inevitáveis, insubstituíveis, que, se não forem agora postas em prática sinceramente, voluntariamente, não poderão deixar de o ser à força, mais hoje, mais amanhã. Daí a significação, que a ninguém escapa, do vigoroso e profundo movimento de opinião que empolga todas as forças vivas e permanentes do país.

A Aliança Liberal é, com efeito, em síntese, a mais expressiva oportunidade que já se ofereceu ao Brasil para realizar, sem abalos, sem sacrifícios, o plano de ação governamental exigido insistentemente não só pela maioria consciente da sua população e pelas suas tradições de cultura e patriotismo, como também pelo espírito do momento universal.

Não desejei a indicação de meu nome à Presidência da República. Nenhum gesto fiz, nenhuma palavra pronunciei nesse sentido. Minha candidatura surgiu espontaneamente, apresentada por várias correntes de opinião que se solidarizaram em torno de um conjunto harmônico de ideias, de métodos administrativos, de normas governamentais. A esse apelo submeti-me, não sem relutância, como a um imperativo cívico do instante histórico brasileiro. Trata-se, pois, de uma candidatura popular, candidatura do povo brasileiro, sem eiva alguma de oficialismo.

A mesma política do país acha-se nitidamente definida. Ao povo cabe decidir, na sua incontestável soberania. Todos os brasileiros têm não apenas o direito mas o dever de se pronunciar por esta ou aquela candidatura no terreno eleitoral, exigindo que o seu voto seja integralmente respeitado. A divergência momentânea, na eleição dos supremos mandatários, divergência que é sinal de vitalidade cívica, expressão de espírito democrático e de vigilante patriotismo, não pode e não deve ser motivo para que os elementos discordantes se tratem como inimigos.

Todos desejam a prosperidade, a felicidade da pátria; todos aspiram à implantação de um governo que bem compreenda as verdadeiras necessidades e conveniências do Brasil; todos, por isso mesmo, devem esforçar-se para que o pleito se realize serenamente, produzindo o menor abalo possível. Este é o pensamento dos liberais, que, aliás, não poderiam ter outro, visto como se batem pelo advento de uma fase de esquecimento de ódios e prevenções, pela fraternização, enfim, de todos os brasileiros.

Porto Alegre, 4 de outubro de 1930

Discurso pronunciado no dia seguinte ao da eclosão da Revolução de 30 em Porto Alegre. Vargas denuncia a fraude nas eleições de 1º de maio e justifica a necessidade do movimento revolucionário. Conclama o estado a pegar em armas e termina com a exortação “Rio Grande, de pé pelo Brasil!”

Ninguém ignora os persistentes esforços por mim empregados, desde o início da campanha da sucessão presidencial da República, no sentido de que o prélio eleitoral se mantivesse rigorosamente no terreno da ordem e da lei. Jamais acenei para a revolução, nem sequer proferi uma palavra de ameaça.

Sempre que as contingências da luta me forçaram a falar ao público, apelei para os sentimentos de cordialidade e para as inspirações do patriotismo, a fim de que a crescente exaltação dos espíritos não desencadeasse a desordem material. Ainda mesmo quando percebi que a hipertrofia do Executivo, inteiramente descomedido, absorvendo os outros poderes, aniquilava o regime e assumia, de maneira ostensiva, a direção da pugna eleitoral, em favor da candidatura do meu opositor, tentei uma solução conciliatória. As violências e perseguições prévias, como atos preparatórios da fraude, deixavam evidente que, após o pleito eleitoral, viria, com a cumplicidade de um Congresso sem compreensão de seus altos deveres, o ajuste de contas pelo sacrifício dos direitos líquidos de todos os elementos incorporados à corrente liberal.

Sempre estive, igualmente, pronto à renúncia de minha candidatura, assumindo a responsabilidade de todas as acusações que, por certo, recairiam sobre mim uma vez adotadas medidas que satisfizessem as legítimas aspirações coletivas, com aceitação dos princípios propugnados pela Aliança Liberal e execução de providências que correspondessem aos desejos generalizados do povo brasileiro.

Esforcei-me também para que a campanha prosseguisse num regime de garantias e respeito integrais de todos os direitos consagrados pelo sufrágio eleitoral. Somente tal conduta permitiria que, após o pleito, pudessem os adversários dar, lealmente, por finda a luta, reconciliando-se desde logo sem ressentimentos.

Estive sempre pronto a assumir, com renúncia de quaisquer aspirações políticas e da própria posição que ocupo, a responsabilidade integral dos atos determinantes da luta, a fim de que a coletividade colhesse, assim, algum benefício e não se sacrificassem interesses de terceiros.

Da inutilidade de minha atitude teve o povo brasileiro demonstração fidelíssima na farsa eleitoral de 1º de março. Nos estados que apoiaram o Catete, os candidatos a cargos eletivos foram empossados, mercê de uma montanha de atas falsas. Quanto aos estados liberais, Paraíba teve toda a sua representação legitimamente eleita espoliada de seus direitos. Em Minas Gerais, o estado de maior coeficiente eleitoral, o povo não pôde votar, e

foi uma espécie de loteria o reconhecimento executado pelo Congresso. No Rio Grande do Sul não houve alquimia capaz de alterar o expressivo resultado das urnas. Não logrando os pseudocandidatos reacionários obter maioria em uma única seção eleitoral, nem os inspiradores da fraude encontrar apoio na integridade da Junta Apuradora deste estado, tornou-se impossível qualquer artifício de cálculo que alterasse o verdadeiro resultado das urnas.

Além disso, o Rio Grande e os outros estados aliancistas foram, pelo governo federal, tratados como veros inimigos, negando-se-lhes até a solução de problemas administrativos de imediato interesse público, olvidado o dever elementar de colaboração do regime federativo, como se os negócios oficiais fossem de propriedade privada, dependentes exclusivamente da munificência dos poderosos.

Apesar, entretanto, de todos esses desmandos, não devendo ser juiz em causa própria, resolvi lançar o Manifesto de 1º de Maio, em que entregava ao povo a solução do momentoso caso.

Na Paraíba, foi ainda amparada e, criminosamente, estimulada pelos poderes públicos a rebelião do cangaço, que terminou, como é notório, no miserável assassinio do imortal João Pessoa, candidato à Vice-Presidência da República na chapa liberal.

Grave erro foi, sem dúvida, supor que o dissídio aberto em torno da sucessão presidencial da República se resumia a um simples choque de preferências ou interesses pessoais. Transformou-se a luta no leito propício e amplo, que, nas proximidades do seu estuário, haveria de receber a corrente impetuosa e irresistível das opiniões democráticas do nosso povo e do eloquente protesto nacional contra a deturpação do regime político.

Empenhados na contenda, passaram os homens dos dois partidos a valer apenas pelas ideias que representavam, pelas tendências coletivas que neles se resumiam e pelos ideais que propugnavam.

Compreendi desde o primeiro momento a magnitude do prélio, que, levado às últimas consequências, seria forçosamente decisivo para os destinos da República brasileira. Por isso mesmo, julguei possível um entendimento, leal e franco, que tivesse por base a própria reconciliação dos brasileiros, pondo de parte quaisquer considerações de ordem pessoal.

Os adversários, porém, não queriam apenas a vitória eleitoral, obtida embora à custa de todas as artimanhas e à sombra dos mais im-

pressionantes e condenáveis abusos do poder. Foram ainda mais longe os nossos opositores no seu intuito de triunfar. Vencida a minha candidatura, pretenderam subjugar a própria liberdade de consciência, a dignidade do cidadão brasileiro e o direito de pensar e agir dentro da lei.

E quando a nacionalidade inteira, depois da vergonhosa vitória da fraude eleitoral de 1º de março, esperava que os favorecidos, ainda mesmo não ocorrendo outra razão, houvessem, por simples e elementar prudência, de dar ao público demonstrações de comezinho decoro cívico, passamos todos a assistir, constrangidos e humilhados, ao tripúdio mais desenfreado e impudente, ante as vítimas da sanha de um poder que entrava, francamente, na fase final do delírio.

Dados tais acontecimentos, qual a perspectiva que se nos desenha e que porvir nos espera com o prosseguimento do atual estado de cousas? Um infinito Saara moral, privado de sensibilidade e de acústica. O povo oprimido e faminto. O regime representativo golpeado de morte, pela subversão do sufrágio popular. O predomínio das oligarquias e do profissionalismo político. As forças armadas, guardas incorruptíveis da dignidade nacional, constrangidas ao serviço de guarda-costas do caciquismo político. A brutalidade, a violência, o suborno, o malbarato dos dinheiros públicos, o relaxamento dos costumes e, coroando este cenário desolador, a advocacia administrativa a campear em todos os ramos da governação pública. Daí, como consequência lógica, a desordem moral, a desorganização econômica, a anarquia financeira, o marasmo, a estagnação, o favoritismo, a falência da justiça.

Entreguei ao povo a decisão da contenda, e este, cansado de sofrer, rebela-se contra os seus opressores. Não poderei deixar de acompanhá-lo, correndo todos os riscos em que a vida será o menor dos bens que lhe posso oferecer. Estamos ante uma contrarrevolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional. Trata-se dum movimento generalizado, do povo fraternizando com a tropa, desde o Norte valoroso e esquecido dos governos até ao extremo Sul.

Amparados no apoio da opinião pública, prestigiados pela adesão dos brasileiros que maior confiança inspiram dentro e fora do país, contando com a simpatia das forças armadas e a cooperação de sua melhor parte, fortes pela justiça e pelas armas, esperamos que a nação reentre na posse de sua soberania, sem maior oposição dos reacionários, para

evitar a perda inútil de vidas e de bens, abreviar a volta do país à normalidade e a instauração de um regime de paz, de harmonia e tranquilidade, sob a égide da lei.

Não foi em vão que o nosso estado realizou o milagre da união sagrada. É preciso que cada um de seus filhos seja um soldado da grande causa. Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heroico!

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1930

Discurso de posse na chefia do governo provisório, pronunciado perante a junta militar que governava o país desde a deposição de Washington Luís, em 24 de outubro de 1930. Vargas relata a acolhida popular dada à revolução e apresenta um resumo de seu programa de governo.

O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24 nesta capital, foi a afirmação mais positiva que até hoje tivemos da nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história política não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas.

No fundo e na forma, a revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: a construção de uma pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos.

O Rio Grande do Sul, ao transpor as suas fronteiras rumo a Itararé, já trazia consigo mais da metade do nosso glorioso Exército. Por toda parte, como, mais tarde, na capital da República, a alma popular confraternizava com os representantes das classes armadas, em admirável unidade de sentimentos e aspirações. Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional. Essa, a nossa maior satisfação, a nossa maior glória e a base invulnerável sobre que assenta a confiança de que estamos possuídos para a efetivação dos superiores objetivos da revolução brasileira.

Quando, nesta cidade, as forças armadas e o povo depuseram o governo federal, o movimento regenerador já estava, virtualmente, triunfante em todo o país. A nação, em armas, acorria de todos os pontos do território pátrio. No prazo de duas ou três semanas, as legiões do Norte, do Centro e do Sul bateriam às portas da capital da República. Não seria difícil prever o desfecho dessa marcha inevitável. À aproximação das forças libertadoras, o povo do Rio de Janeiro, de cujos sentimentos revolucionários ninguém poderia duvidar, se levantaria em massa para bater, no seu último reduto, a prepotência inativa e vacilante. Mas era bem possível que o governo, já em agonia, apegado às posições e teimando em manter uma autoridade inexistente de fato, tentasse sacrificar, nas chamas da luta fratricida, seus escassos e derradeiros amigos.

Compreendestes, senhores da junta governativa, a delicadeza da situação e, com os vossos valorosos auxiliares, desfechastes, patrioticamente, sobre o simulacro daquela autoridade claudicante, o golpe de graça. Os resultados benéficos dessa atitude constituem legítima credencial dos vossos sentimentos cívicos: integristes definitivamente o restante das classes armadas na causa da revolução; poupastes à pátria sacrifícios maiores de vidas e recursos materiais; e resguardastes esta maravilhosa capital de danos incalculáveis.

Justo é proclamar, entretanto, senhores da junta governativa, que não foram somente esses os motivos que assim vos levaram a proceder. Preponderava sobre eles o impulso superior do vosso pensamento, já irmanado ao da revolução. Era vossa também a convicção de que só pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da pátria, livrando-a da camarilha que a explorava, arrancar a máscara de legalidade com que se rotulavam os maiores atentados à lei e à justiça – abater a hipocrisia, a farsa e o embuste. E, finalmente, era vossa também a convicção de que urgia substituir o regime de ficção democrática em que vivíamos por outro, de realidade e confiança.

Passado, agora, o momento das legítimas expansões pela vitória alcançada, precisamos refletir maduramente sobre a obra de reconstrução que nos cumpre realizar. Para não defraudarmos a expectativa alentadora do povo brasileiro; para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada. Ela é de iniludível responsabilidade. Tenhamos a coragem de levá-la a

seu termo definitivo, sem violências desnecessárias, mas sem contempções de qualquer espécie.

O trabalho de reconstrução que nos espera não admite medidas temporizadoras. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo à verdade. Precisamos, por atos e não por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia. Começemos por desmontar a máquina do filhотismo parasitário, com toda a sua descendência espúria. Para o exercício das funções públicas, não deve mais prevalecer o critério puramente político. Confiemo-las aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral. A vocação burocrática e a caça ao emprego público, em um país de imensas possibilidades – verdadeiro campo aberto a todas as iniciativas do trabalho –, não se justificam. Esses, com o caciquismo eleitoral, são males que têm de ser combatidos tenazmente.

No terreno financeiro e econômico, há toda uma ordem de providências essenciais a executar, desde a restauração do crédito público ao fortalecimento das fontes produtoras, abandonadas às suas dificuldades e asfixiadas sob o peso de tributações de exclusiva finalidade fiscal.

Resumindo as ideias centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade:

- 1) concessão de anistia; 2) saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária; 3) difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os estados. Para ambas as finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas; 4) instituição de um conselho consultivo, composto de individualidades eminentes, sinceramente integradas na corrente das ideias novas; 5) nomeação de comissões de sindicância e para apurarem a responsabilidade dos governos depostos e de seus agentes relativamente ao emprego dos dinheiros públicos; 6) remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional; 7) reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto; 8) reorganização do aparelho judiciário, no sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer do processo eleitoral em todas as suas fases; 9) feita a

reforma eleitoral, consultar a nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituintes, a fim de procederem à revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades públicas e individuais e garantindo a autonomia dos estados contra as violações do governo central; 10) consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigorante, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes; 11) manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias – único meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentários reais; 12) reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho atualmente rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro; 13) intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis; 14) rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais, que não utilizam matéria-prima do país e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando; 15) instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural; 16) promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terras de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade; 17) organizar um plano geral, ferroviário e rodoviário, para todo o país, a fim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião.

Como vedes, temos vasto campo de ação, cujo perímetro pode ainda alargar-se em mais de um sentido, se nos for permitido desenvolver o máximo de nossas atividades. Mas, para que tal aconteça, para que tudo isso se realize, torna-se indispensável, antes de mais nada, trabalhar com fé, ânimo decidido e dedicação.

Quanto aos motivos que atiraram o povo brasileiro à revolução, supérfluo seria analisá-los, depois de tão exata e brilhantemente tê-lo feito, em nome da junta governativa, o Sr. General Tasso Fragoso, homem de

pensamento e de ação e que, a par de sua cultura e superioridade moral, pode invocar o honroso título de discípulo do grande Benjamin Constant.

Através da palavra do ilustre militar, apreende-se a mesma impressão panorâmica dos acontecimentos que vos desenhei já a largos traços: a revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado.

Senhores da junta governativa: assumo, provisoriamente, o governo da República, como delegado da revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da pátria.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1931

Discurso pronunciado em banquete oferecido pelas forças armadas. Vargas exalta o papel dos militares nas grandes causas nacionais e reafirma a necessidade do movimento revolucionário de outubro de 1930.

Confesso-vos o meu desvanecimento por esta expressiva manifestação de apreço que recebo das gloriosas forças armadas da República, tão elevada em seus intuitos, como claramente se depreende da palavra leal e prestigiosa do general ilustre, figura modelar de soldado e de cidadão que simboliza, nesta hora, a expressão do pensamento cívico dos seus camaradas.

A minha satisfação não é pelo que me possa caber na honraria – as homenagens pessoais são sempre constrangedoras –, e sim pelo significado do preito, no qual percebo, com orgulho, que as classes armadas não se desviaram do seu nobre destino histórico, colocando-se sempre ao lado do povo, para a vitória das grandes causas nacionais.

Foi assim na Independência, em 7 de abril, em 13 de maio, em 15 de novembro, e não podia deixar de ser assim agora, quando o Brasil entrou na posse de si mesmo por um movimento de opinião, sem rival na nossa história, em que a vontade da nação imperou, soberana, impondo novos rumos à vida política e administrativa da República.

A prova de solidariedade que me testemunhais repercutirá pelo país inteiro, inspirando confiança e tranquilidade, por tornar evidente que um pensamento único vos une e idêntico ideal harmoniza a vossa atuação.

Esse ideal ressalta lucidamente nesta reunião fraternal entre camaradas de classe a que longo convívio aprimorou a mútua afeição e a prática diária das virtudes militares assemelhou as qualidades de caráter.

Percebe-se, nesta confraternização, um sentido simbólico que a enobrece, e compreende-se na vossa atitude serena mas enérgica, calma porém decidida, o apoio integral que prestais ao governo provisório, instituído pela revolução vitoriosa, para realizar a obra de reorganização moral, política e econômica da República. É evidente que, sem ordem, sem estabilidade, sem firmeza, não pode haver confiança. Fora do equilíbrio que elas produzem, nada seria possível executar, e os melhores propósitos soçobriariam no redemoinho dos conflitos e das dissensões internas.

Louvo, por isso, vossa conduta, cerrando fileiras para declarar que as forças armadas estão com a nação, que o governo pode cumprir com serenidade e segurança o programa da revolução sem jamais esquecer o sentimento que a moldou.

Quem percorreu o país na fase da campanha eleitoral e assistiu às expansões do povo da capital da República pôde bem avaliar a extensão e a profundidade desse sentimento, no entusiasmo das multidões e na intensa palpitação da alma popular.

Forte desejo de renovação animava a totalidade das consciências, fazendo renascer energias capazes de modificar as normas dominantes da hipocrisia política, do puro regime de ficção que imperava, desalentando a nacionalidade e arrastando-a fatalmente à ruína ou talvez ao desmembramento.

O desespero que essa situação de incertezas infundia nos brasileiros, incitando-lhes o patriotismo, congregou-os para a revolta salvadora que se alastrou, cresceu, tomou vulto e, organizando-se em força irresistível, se despenhou em avalanche, de roldão, destruindo tudo quanto se opunha a seu destino.

O programa da revolução reflete o espírito que a inspirou e traça o caminho para o ressurgimento do Brasil: institui o aumento da produção nacional, sangrada por impostos que a estiolam; estabelece a organização do trabalho, deixada ao desamparo pela inércia ou pela ignorância dos governantes; exige a moralidade administrativa, conculcada

pelo sibaritismo dos políticos gozadores; impõe a invulnerabilidade da Justiça, maculada pela peita do favoritismo; modifica o regime representativo, com a aplicação de leis eleitorais previdentes, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo, ainda, a representação por classes em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular; assegura a transformação do capital humano como máquina, aperfeiçoando-o para produzir mais e melhor; restitui ao elemento homem a saúde do corpo e a consciência da sua valia, pelo saneamento e pela educação, e restabelece, finalmente, o pleno gozo das liberdades públicas e privadas, sob a égide da lei e a garantia da justiça.

Em rápida síntese, eis os lineamentos da obra que o governo provisório, com a colaboração eficiente de todos os bons brasileiros, pretende levar a efeito, usando de poderes discricionários e tendo em vista, exclusivamente, reintegrar o país na posse de si mesmo.

Para isso conseguir, cumpre, previamente, assear o terreno inçadado de vegetações daninhas, punindo os negociastas sem escrúpulos, por vezes traficantes da honra nacional, de modo que, quando o país voltar à normalidade da sua vida legal, com a confiança restabelecida entre governantes e governados, o crédito refeito e o povo feliz, não possa mais ressurgir, reconstituindo-se, o estado de opróbrio que vem de ser demolido.

O quadro da verdadeira situação encontrada pela revolução no dia 3 de outubro ultrapassa o imaginável, e somente quando se publicar balanço definitivo espelhando-a poder-se-á julgar da derrocada a que chegáramos, arrastados pela inconsciência criminosa dos homens que nos governavam.

Com a sua instintiva clarividência, o povo havia muito percebera que estava sendo iludido, mas ignora ainda o dever e haver dessa época de ludíbrios e o legado de pesadíssimos encargos que nos coube, gênese de todas as dificuldades com que lutamos presentemente. Depois de tudo apurado com imparcialidade e justiça, sabê-lo-á documentadamente, inclusive que os famosos saldos orçamentários eram apenas o disfarce de outros tantos ônus assumidos pelo Tesouro, resultando, em derradeira análise, de empréstimos, emissões de títulos e obrigações espalhados em profusão, e que a realidade financeira do último quadriênio talvez concretize um déficit de cerca de um milhão de contos.

O estado de anarquia política e administrativa em que se debatia o país, decaído pela falsidade partidária dos oligarcas, pela mentira financeira, pelo artificialismo econômico e pela desonestidade no emprego dos dinheiros públicos, impunha, para salvá-lo, resoluções extremas. Cabe aqui expor o meu pensamento sobre as origens da revolução, sem o fito de suscitar polêmicas, mas apenas animado do intuito de relembrar puras verdades que vão sendo olvidadas.

O *processus* revolucionário foi moroso, porém teve sempre o seu desenvolvimento intensificado pelas forças vivas da nacionalidade. A chamada Aliança Liberal não foi um partido político, no conceito comum da expressão. Nela entraram vários agrupamentos partidários de programas diferentes e, sobretudo, avolumou-se a corrente da opinião pública brasileira, fora dos partidos e acima deles, em cujo espírito se arraigara o ideal renovador dos velhos moldes da política nacional.

Com o pleito de 1º de março, encerrou-se a fase da propaganda eleitoral. Tanto aquele como as depurações levadas a efeito pelo Congresso Nacional constituíram a maior farsa de que há memória nos anais políticos do Brasil. A desfaçatez e a audácia culminaram: fraude no alistamento, fraude na votação, fraude no reconhecimento!

A série de arbitrariedades prosseguiu: deu-se a intervenção extralegal do governo na vida dos estados, e o martírio da Paraíba, ultimado com a morte do inolvidável João Pessoa, esgotou todas as reservas de paciência.

Agravados esses males com a anarquia administrativa, a desorganização financeira e a depressão econômica; perdidas todas as esperanças de uma modificação nos costumes políticos pelos meios aparentemente legítimos e pelo processo de natural evolução dos princípios liberais; conspurcadas as garantias mais elementares de representação, com menosprezo da vontade eleitoral, a reação impunha-se, pois conformar-se o povo brasileiro com a anulação dos seus mais sagrados direitos equivalia a assistir, impassível, com imperdoável fraqueza, aos funerais da República.

Já então a ideia revolucionária espalhara-se dominante por todo o país, empolgando a grande maioria das consciências, e o movimento de revolta tornara-se nacional, irresistível.

Vitoriosa a revolução, o Brasil retoma o caminho que o fará ascender ao destino que lhe compete. O gigante despertou da longa modorra,

distendeu os membros entorpecidos, experimentou a rijeza dos músculos e, com desassombro, se pôs em marcha, afastando todos os obstáculos que se opunham ou retardavam o seu progresso.

Explosão da consciência coletiva do país, a revolução não foi feita para beneficiar uma classe, um grupo ou um partido; tendo adquirido a sua energia redentora pelo concurso de todas as forças vivas da nação, venceu, ao contrário, para arrancar o país do domínio das facções que o exploravam, restituindo-o à direção de todos os brasileiros dignos de colaborar nessa abençoada tarefa.

Não devemos jamais esquecer que a revolução ainda não terminou. A luta travada entre 3 e 24 de outubro foi apenas episódio militar em que se concretizou o esforço dos brasileiros com o fim determinado de derrubar as barreiras opostas à ação transformadora, necessária para modificar a vergonhosa situação do país.

A simples mudança de nomes nas altas esferas governamentais não basta para encerrar o ciclo do movimento regenerador. Só agora começa o lento processo de transformação, no qual deve ter preeminência o espírito revolucionário, criando nova mentalidade política, que o pratique integralmente, de acordo com os imperativos da vida real e as exigências complexas do momento social que atravessamos.

A revolução não deve ser considerada apenas como simples movimento político, nem fato exclusivamente circunscrito à vida brasileira. Além dos males, propriamente nossos, que a causaram, poderá sofrer o influxo da efervescente agitação da consciência universal, em época de desequilíbrio, na qual múltiplos ideais, falsamente reivindicadores, inquietam e perturbam a alma contemporânea.

Aos verdadeiros partidários do movimento triunfante cumpre o dever de canalizar as correntes profundas da opinião nacional, disciplinando-as, para impedir o perigo das inundações, e procurando, ao mesmo tempo, uniformizar as tendências sociais em aparência díspares, a fim de evitar os atritos que retardam o desenvolvimento perfeito das funções do estado.

Do esforço coletivo dos brasileiros e da vigilância patriótica de todos os revolucionários ressurgirá o Brasil novo. Sente-se que esse ressurgimento se executará com rapidez, pois um sopro de esperança areja o ambiente, inspirando à nação confiança no futuro, pela fé que lhe inspira o presente.

A velha alma da raça renasce fortalecida por sadio idealismo construtor, e todos os cidadãos dignos desse nome solicitam que se lhes indique o setor onde devem combater ou trabalhar pela segurança ou pela prosperidade da República.

Realizada a obra saneadora, restauradas as finanças, o governo voltar-se-á, com especial carinho, para o problema da eficiência militar das forças armadas, procurando resolvê-lo, provendo-as do material indispensável, de acordo com as exigências da técnica moderna, e empregando os maiores esforços pela criação e desenvolvimento, no país, das indústrias de guerra, condição essencial dessa eficiência. Paralelamente, não se esquecerá de remodelar os quadros existentes, aperfeiçoando-os, de modo que o Exército e a Marinha possam assumir, confiantes, a responsabilidade absoluta da defesa nacional.

As velhas aspirações do Exército e da Armada serão atendidas, cumprindo aos seus oficiais manterem-se afastados da luta dos partidos, silenciosamente trabalhando em prol do preparo militar da nação e abandonando, para sempre, o papel ingrato de postulantes de vantagens que a lei lhes assegura, por confiarem nas disposições garantidoras de classificações merecidas e promoções justas.

O momento exige desinteresse, sacrifício, renúncia, e ninguém há melhor correspondido a esses sentimentos do que as forças armadas, bastando citar-se, como exemplos, a atitude patriótica da junta militar, entregando o país ao governo civil, e o fato de os oficiais anistiados não terem recebido os vencimentos em atraso.

No quadro generalizado da reconstrução moral e material da nação, ao Exército e à Marinha caberá função de grande relevo. A restauração financeira e o desenvolvimento econômico do Brasil constituem, em substância, problema de administração, mas, para que esta se possa exercer com firmeza e continuidade, precisamos de ordem e segurança interna.

A certeza dessa segurança, criando atmosfera propícia de tranquilidade, manter-se-á pelo apoio integral das classes armadas, como reflexo da vontade e das aspirações do povo brasileiro. A oficialidade do Exército e da Marinha deve também compenetrar-se do espírito de renovação que almeja reconstruir o país, sob a pressão dos novos moldes, à luz dos modernos ideais, conscientemente convencida de que revolução não é revolta, quase sempre acompanhada do indefectível surto de atitudes pessoais, visando unicamente satisfazer interesses ou apetites

próprios. Para o nosso caso, revolução é, antes de tudo, transformação, esforço para tornar latentes novas energias sociais que fortaleçam o regime depauperado impondo moralidade absoluta e justiça perfeita.

Confraternizados Exército e Marinha, unificada a atividade das duas classes, sob o influxo do mesmo ideal, alteando-se, ao mesmo tempo, os seus oficiais acima dos partidos para melhor exercerem o seu nobre sacerdócio cívico, terão desempenhado nobremente o papel que lhes cabe na obra grandiosa da restauração nacional.

No domínio dessa coesão de atividade e de pensamento não deve haver hierarquia de valores estabelecendo distinções entre camaradas: todos os que acompanharam, ainda que apenas espiritualmente, o movimento reivindicador, mesmo sem a ação material correlata, cumpriram o seu dever patriótico. De hoje em diante, o elo que vos deve ligar indissolúvelmente é o espírito de renovação revolucionária, indispensável para que se transforme em realidade o ideal do engrandecimento do Brasil.

Assim entendo a revolução; assim compreendo a demonstração de solidariedade que me trazeis; assim a recebo e a agradeço, confiante na vossa lealdade e patriotismo.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1931

Discurso pronunciado no Palácio do Catete durante a instalação da comissão legislativa encarregada da reforma das leis eleitorais. Vargas compara o “surto legislativo” do novo governo à inoperância do Congresso republicano entre 1889 e 1930, critica o liberalismo econômico e político, assim como a política partidária, e defende a expansão da ação do Estado nacional nas áreas social, administrativa e econômica.

Ao primeiro contato com esta notável assembleia, experimenta-se o receio de que o número tão elevado de juriconsultos eminentes, com variável temperamento e cultura dessemelhante, não possa coordenar as suas tendências pessoais em uma vasta obra orgânica de conjunto. Esta impressão, porém, desaparece se levarmos em conta que o campo atual das ideias e sentimentos se alonga por largos e claros horizontes e que todos os presentes se compenetraram do espírito moderno, não no que possa ter de anárquico ou destruidor, mas no que há nele de poder

sistemático de reconstrução, através do renovamento moral, político e econômico, aspiração generalizada a quase todos os países.

Nessa diversidade, mais aparente que real, predominará a harmonia do todo, pois a circunspeção e o equilíbrio estabelecerão diretrizes, amplas e precisas, de acordo com o pensamento criador que modelará a estrutura final da obra.

O direito já foi por alguém caracterizado como a sistematização do bom senso, sendo lógico por isso esperar-se que, apesar da variedade individual dos princípios e das diversas modalidades de doutrina em conflito – radicais uns, conservadores outros –, todos, ao fim, acordarão, porque entre os membros deste corpo coletivo existe um ponto comum de contato – o espírito e o coração dominados pelo amor ao Brasil – impulsionando-os a realizar as aspirações e resolver as dificuldades nacionais, sem repúdio, no entanto, aos imperativos da fraternidade universal.

Pode afirmar-se, sem exagero, possuir o Brasil uma consciência jurídica própria. Para aperfeiçoá-la, neste instante decisivo, cumpre auscultar e entender o passado, procurando prever as complexidades do futuro, sem consentir que prevaleçam as paixões, ainda efervescentes, da hora atual.

Momento oportuno

O momento é propício à execução de vasta reforma na ordem jurídica e, portanto, social, dados os poderes extraordinários do governo e a liberdade de ação que ele vos outorga. A ocasião que se apresenta é excepcional, permitindo a um selecionado conselho de jurisconsultos, sociólogos e pensadores resolver e legislar, sem os obstáculos protelatórios dos períodos constitucionais, sem as longas alterações dos Congressos, sem as exigências da política e o facciosismo dos partidos.

Libertos de todos esses empecilhos, que demoram e perturbam a feitura das leis, apenas sujeitos à crítica direta da nação, pelo povo, através da imprensa, o governo provisório coloca nas vossas mãos a grande obra de reforma de nossa legislação, tudo esperando dos vossos conhecimentos especializados, acrescidos pela experiência de 42 anos de regime republicano.

Com esse precioso cabedal de doutrina e de prática, deveis traçar os limites do poder jurisdicional da nova República.

O governo provisório de 1889

Em nossa evolução jurídica, houve momento histórico semelhante, marcado por extraordinário surto legislativo. Referimo-nos ao governo provisório instituído em 1889. Esse curto período, um ano e alguns meses, assinala incontestável apogeu na organização jurídica da nacionalidade. Dele provêm inúmeras leis ainda vigorantes. A intensidade do esforço desenvolvido nos primórdios da República, delineando, por meio de acertadas reformas, as instituições nascentes, contrasta, cabendo-lhe por isso grande honra, com a quase esterilidade dos 40 anos de poder legislativo exercido pelo Congresso.

No breve tempo em que o governo provisório desempenhou função legisladora, foram compostas as nossas melhores leis, abrangendo os múltiplos problemas jurídicos intimamente ligados à mudança do regime. A própria Constituição, em grande parte, foi obra sua, pois o projeto por ele elaborado sofreu apenas, na Constituinte, modificações que lhe não afetaram a primitiva textura.

Ao lado e simultaneamente com a reorganização dos serviços públicos existentes e com a criação de novos, o governo provisório legislou, com proficiência, sobre Direito Administrativo, Financeiro, Judiciário, Penal, Civil e Comercial. O rico acervo que nos transmitiu ainda hoje provoca admiração, pela quantidade e pela excelência.

Além dos numerosos atos e resoluções remodelando a administração pública dentro do critério federativo, muitos deles perfeitos, enfrentou com segurança a reforma das nossas leis substantivas: decretou novo Código Penal, reformou a parte mais importante do Código Comercial, legislou sobre o casamento civil, instituindo-o, e regulamentou a instrução e o ensino superior, melhorando-os.

Notabiliza-se, sobretudo, a legislação sobre Direito Público, onde se destaca a lei modelar que estabeleceu a liberdade dos cultos, separando a Igreja do Estado, apontada, pelo consenso universal, como paradigma da nossa cultura e do nosso respeito à liberdade de consciência – lei que nos enaltece, por não encontrar rival nos fastos institucionais da humanidade.

Inatividade do Congresso como órgão legislativo

É impressionante o confronto desse fecundo labor com a inatividade do Congresso republicano, no qual as leis que deviam completar a estrutura de nossa organização política alicerçada pela Constituição jamais

chegaram a termo. As melhores, por ele votadas, como por exemplo o Código Civil, não foram criações de sua iniciativa. O Código Criminal, em idênticas condições, estava sendo elaborado. Por vezes, nesses casos, a colaboração do Poder Legislativo resultou-lhes desarmonizadora e prejudicial.

Em gestação interminável, arrastavam-se pelas Câmaras o Código das Águas, encerrando assunto relevante pelo seu aspecto econômico; o Código Comercial; a lei sobre nacionalização das minas e tantas e tantas outras de capital importância.

A Câmara dos Deputados, afora os seus anais, possui uma publicação especial, cerca de 50 volumes das principais leis e resoluções comprobatórias de sua atividade. Pouca coisa eficiente contém essa biblioteca. Encontram-se, nela, volumes sobre elaboração orçamentária, sobre estado de sítio, sobre intervenção nos estados, sobre meio circulante, sobre instrução pública, sobre impostos interestaduais. Todos esses títulos envolvem temas jurídicos e administrativos que se mantiveram insolúveis.

Relativamente às questões econômicas, enfileiram-se tomos sobre o problema da borracha, em que fomos derrotados, e sobre o do café, que continua a ser das mais graves preocupações do momento.

A reforma tributária, núcleo vital da nossa existência econômica, nem sequer foi iniciada, e a revisão das tarifas aduaneiras, confeccionadas por comissão especial, escolhida pelo Executivo, repousou dez anos no Senado sem conseguir a honra da primeira votação.

Mas não é só. Desorganizado o trabalho pela abolição – acontecimento de consequências econômicas desastrosas, suportadas integralmente pelo novo regime – não aparece, nesses 40 anos, uma lei organizando-o livre e sobre bases racionais. Ainda mais, ultimamente, havendo assinado o Brasil pactos internacionais e assumido compromissos a respeito, nem assim cogitaram nossos legisladores de assunto de tamanha relevância.

Infelizmente, a vida do Congresso republicano consumiu-se, durante quatro décadas, em debates estéreis e na votação de orçamentos, faturados segundo os moldes do regime decaído – inexpressivos, de simples estimativa e de verdade duvidosa, nos quais os saldos aparentes e a hermenêutica confusa eram apenas acessíveis a meia dúzia de iniciados.

Novos horizontes

Cumpra-nos, hoje, palmilhar novas estradas. Atravessamos momento de profundas e radicais transformações. Para legislarmos com segurança e previsão, é indispensável investigar e compreender as modificações sociais do mundo moderno, visto como vivemos o tempo em que se consegue até demonstrar a relatividade das leis físicas, secularmente julgadas absolutas.

No domínio jurídico, as condições da existência em sociedade, os fatores predominantes em certo período histórico, vão fazendo surgir novos institutos, criando direitos e obrigações que à ciência jurídica incumbem dar forma e sanção legais.

Ordem econômica e ordem jurídica

A grande força dominadora e renovadora da vida social contemporânea é, principalmente, de caráter econômico. O edifício do direito novo, a erigir-se, remodelado da base ao alto, para conseguir solidez e eficiência deve ter por argamassa os fatos econômicos, perscrutados nas suas origens, previstos na sua marcha e ascensão, prognosticados nos seus fins. A ordem jurídica precisa, pois, refletir a ordem econômica, garantindo-a e fortalecendo-a.

A propósito, lancemos ligeiro olhar sobre o passado, fazendo rápida análise dos pontos predominantes na evolução política ocidental dos últimos tempos.

Funções do Estado

Os movimentos emancipadores ocorridos ao alvorecer do século anterior, abatendo os privilégios de casta, desenfeudando a propriedade e tornando triunfantes os direitos do homem, asseguraram, pela livre concorrência, o acesso dos indivíduos a todas as posições, conforme a capacidade de cada um.

Esta conquista – característica do individualismo filosófico – repercutiu na organização constitucional dos países cultos. Originou o constitucionalismo clássico, que deu cunho ao século XIX, como reação natural ao absolutismo até então dominante, e derivou para o cerceamento das funções do Estado ao mínimo possível, reduzindo-as quase exclusivamente à manutenção da ordem e à distribuição da justiça.

Mas o progresso vertiginoso dos tempos presentes, os múltiplos problemas morais e sociais provocados pela complexidade da vida moderna alargaram, naturalmente, o poder de ação do Estado para muito além dos limites traçados pelo romantismo político do regime parlamentar.

Referindo-se às alterações do conceito do Estado, em face das circunstâncias históricas, Wilson afirma, com verdade: “Grande parte das transformações impostas ao conceito do Estado consiste em simples modificação do método e extensão do exercício das funções do governo, que lhes são inerentes.” Efetivamente, o Estado, que é a sociedade organizada, dirigido e impulsionado pelo interesse público, neste somente deve encontrar os limites normais a seu poder de intervenção.

À luz destes princípios, o próprio direito modifica-se em sua concepção, afasta-se do conceito clássico e deixa de ser conjunto de regras abstratas para se transformar em sistema de defesa social, adaptado à existência particular da comunidade onde vigora.

No quadro dos interesses sociais, o poder de polícia do Estado chega a atingir e absorver os interesses privados. Esse poder de vigilância, que na órbita constitucional se traduz nas grandes medidas de exceção concernentes à ordem pública, na esfera administrativa desdobra-se em polícia econômica, sanitária, de costumes, educativa, tudo envolvendo e controlando e intervindo soberanamente na regulamentação do trabalho, na fiscalização das indústrias, nas relações do comércio.

As leis, expressão dos fenômenos sociais

A simples enunciação desses aspectos das funções do Estado descobre, aos nossos olhos, novo e dilatado campo de experiências jurídicas.

Se as leis expressam direitos, e o direito moderno, sob o impulso de fenômenos sociais irresistíveis, tem sofrido modificações radicais devido às contingências oriundas do entrelaço econômico dos povos, justo é que a vossa função legisladora se enquadre nos imperativos da época, procurando dar ao Estado a força e o poder capazes de dominar os imprevistos do novo período de transformação humana que se inicia.

Organização econômica

Examinando detidamente o fator de maior predominância na evolução social, penso não errar afirmando que a causa principal de falharem todos os sistemas econômicos experimentados para estabelecer o

equilíbrio das forças produtoras se encontra na livre atividade permitida à atuação das energias naturais, isto é, na falta de organização do capital e do trabalho, elementos dinâmicos preponderantes no fenômeno da produção, cuja atividade cumpre, antes de tudo, regular e disciplinar.

A racionalização, o taylorismo, a cartelização, os *dumpings* e outras soluções rotuladas com palavras mágicas são apenas paliativos incapazes de resolver o problema econômico. Quando muito, possuem a virtude de provocar o advento de novo sistema, definitivo ou mais perfeito. Uma verdade ressalta incontestada de tudo isso: o aumento da capacidade produtora, cada vez mais ampliada por esses processos, trouxe a desigualdade entre a produção e o consumo e, conseqüentemente, a superprodução generalizada, causa precípua da crise atual.

Com esclarecido acerto, pondera notável pensador: “Abandonar a economia universal ao livre jogo das forças produtoras equivale a caminhar de olhos abertos para uma convulsão futura, pela agravação de seu desequilíbrio evidente.” Daí se induz não devermos apoiar incondicionalmente o imperialismo econômico, que de longa data demonstrou as falhas da sua organização, nem fornecer amparo irrestrito ao proletariado, o que acarretaria o predomínio de outra tirania, talvez funesta à marcha da civilização.

Com grave erro, a sociedade moderna ainda assenta a sua economia sobre o lucro individual, concedendo ampla liberdade na escolha dos meios para a sua consecução.

No sistema capitalista, observa-se o preceito perigoso de ser o poder aquisitivo sempre inferior à capacidade das indústrias, quando a produção devia limitar-se à capacidade aquisitiva das massas. Essa diferença, causa do desequilíbrio existente, tende a aumentar, porque, enquanto o capital estimula a produção para ampliar-se, levando a indústria ao máximo de produtividade, o consumidor, defensivamente ou por hábito natural de poupança, procura restringir o consumo ao indispensável às suas necessidades.

Como efeito inevitável, manifesta-se o descompasso da vida econômica, evidenciando que o seu mecanismo não foi organizado previdentemente, uma vez que permite aos detentores das forças que o impulsionam movimentá-lo ao sabor dos seus interesses.

A racionalização integral

As considerações feitas bastam para definir a fisionomia social da nossa época. Ao expendê-las, sinto-me regozijado, verificando a coincidência de alguns pontos de vista com os fixados sobre o mesmo assunto pelo vosso eminente intérprete, principalmente no que respeita à incapacidade legislativa dos parlamentos e quando se refere ao notável trabalho de Rathenau, que, bosquejando o quadro do progresso mecânico dos métodos de produção, confessou não encontrar remédio para os males do mundo moderno, fruto dos fenômenos inquietantes da vida econômica contemporânea.

Efetivamente, já não se confia nos métodos racionalizados. Estes não atenuaram o mal, antes o agravaram. Os economistas hodiernos, cujos conceitos por vezes reproduzo, afirmam que a terapêutica específica está na racionalização integral não só dos processos de produção, como, igualmente, de todo o sistema econômico.

O que parece urgente, sem dúvida, é a necessidade de uma revisão no quadro dos valores sociais, a fim de que, modificada a sua estrutura íntima, se torne possível o equilíbrio econômico, cuja rotura constitui perigo iminente para a civilização. Para levar a efeito essa revisão, faz-se mister congregiar todas as classes em uma colaboração efetiva e inteligente. Ao direito cumpre dar expressão e forma a essa aliança, capaz de evitar a derrocada final. Tão alevantado propósito será atingido quando encontrarmos, reunidos numa mesma assembleia, plutocratas e proletários, patrões e sindicalistas, todos os representantes das corporações de classe, integrados, assim, no organismo político do Estado.

Novos métodos

Nota-se no espírito renovador surgido após a guerra certa tendência, defendida no passado por Ihering, impondo a fórmula salvadora da substituição do justo pelo útil, como finalidade sociológica. Procurando evitar qualquer conceito errôneo, um dos notáveis da escola afirma, com agudeza: “A justiça e o direito guiaram-nos durante o percurso, apesar de havermos partido em procura do útil: é que os homens não se podem fazer felizes sem se tornarem também mais inteligentes e mais justos.”

Na época em que os fins sociais são preponderante-mente econômicos, em que se organiza de maneira científica a produção e o pragmatismo industrial é elevado a limites extremos, assinala-se a função

do Estado, antes e acima de tudo, como elemento coordenador desses múltiplos esforços, devendo sofrer, por isso, modificações decisivas.

Entre nós, uma mudança dos quadros sociais e políticos da atualidade não pode realizar-se sem ser alterada a legislação atual, inclusive o Estatuto Básico do país. Compete-vos examinar todos esses problemas e traçar rumo aos novos horizontes, sem olvidar, contudo, que a palavra final caberá aos futuros constituintes, delegados do povo brasileiro. Estes não esquecerão, por certo, o objetivo dominante, circunscrito à órbita dos fatos econômicos. Defrontá-los e encaminhá-los, preservando do menor agravo os princípios morais que nos regem e modificando as instituições sociais de acordo com as nossas próprias necessidades, é a missão que vos está confiada.

A preocupação desses assuntos tornou-se por tal forma empolgante que os partidos políticos cujos programas sejam estranhos aos fatores de ordem econômica não conseguirão interessar à opinião pública, ficando condenados à esterilidade das mesquinhas rixas locais. A época é das assembleias especializadas, dos conselhos técnicos integrados à administração. O Estado puramente político, no sentido antigo do termo, podemos considerá-lo, atualmente, entidade amorfa, que, aos poucos, vai perdendo o valor e a significação.

Deste amálgama de fatos e sugestões, que não pretendo impor, mas apenas submeter ao vosso criterioso exame e discussão, evidencia-se que os princípios jurídicos, até aqui nossos orientadores, colidem com as realidades ambientes.

Estou na presença de homens de elevada cultura, de juristas na legítima significação do vocábulo, possuidores, pelo trato quotidiano dos livros e observação dos fatos, de clara visão dos acontecimentos sociais.

Creio azado o ensejo para o cancelamento de antigos códigos e elaboração de novos. A velha fórmula política, patrocinadora dos direitos do homem, parece estar decadente. Em vez do individualismo, sinônimo de excesso de liberdade, e do comunismo, nova modalidade de escravidão, deve prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas, circunscritas à órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe como colaboradoras da administração pública.

Os acontecimentos da atualidade permitem, no Brasil, salutar transusão de valores, facultando, ao lado de reconstruções de interesse prático, notável aperfeiçoamento moral imposto pela seleção espontânea

decorrente das grandes crises, sob cujo influxo se renovam as classes dirigentes. Estas, imbuídas de um alto sentimento de dignidade, trazem à gestão dos negócios públicos reservas de energias cívicas capazes de vencer obstáculos e provações e de resistir à cobiça das sobras do Tesouro como prêmio ou recompensa de situações políticas.

Desorientação administrativa

No domínio da administração, afastemo-nos para sempre das soluções de emergência e dos paliativos de efeito apenas protelatório.

Não esqueçamos o exemplo funesto do governo passado, despendendo mais de \$100.000.000, extorquidos da economia nacional depauperada, para a sustentação de um câmbio artificial, com sacrifício do produtor. Esse contínuo escoamento de ouro, acompanhado da inflação de papel-moeda, forçosamente determinaria a queda da taxa cambial.

Sofremos, agora, a consequência desses erros, buscando corrigi-los. Mas, por vezes, o mal gera o bem: a baixa das taxas restringe, automaticamente, a importação, força a poupança, provoca a reação do meio social e estimula a exploração das nossas riquezas exportáveis, ampliando os saldos da balança comercial.

Do crédito nos devemos servir com parcimônia, evitando despesas suntuárias, o risco de empreitadas financeiras perigosas ou a vergonha de solicitarmos favores suscetíveis de melindrar o brio nacional. Em ocasiões difíceis, façamos nós mesmos os sacrifícios cortando na própria carne, sem implorar misericórdia a estranhos e salvando-nos pelo esforço próprio, sem desdenhar, no entanto, do conselho e da experiência alheia.

Nacionalização

Apesar de tudo, a nossa situação, em face do desequilíbrio, ameaçadoramente generalizado em outros países, é de menor perigo e premissência. Dispomos de grandes possibilidades de expansão econômica. Somos país rico em matérias-primas inexploradas e em produtos exóticos e, simultaneamente, vasto mercado consumidor. Nessas condições, a política econômica brasileira deve, em parte, orientar-se no sentido de defender a posse e a exploração das nossas fontes permanentes de energia e riqueza, como sejam as quedas d'água e as jazidas minerais. Julgo, ainda, aconselhável a nacionalização de certas indústrias e a socialização progressiva de outras, resultados possíveis de serem obtidos mediante

rigoroso controle dos serviços de utilidade pública e lenta penetração na gerência das empresas privadas cujo desenvolvimento esteja na dependência de favores oficiais.

Organizações sindicais

A propósito, é oportuno observar, ultimamente exterioriza-se injustificável desconfiança na colaboração das organizações sindicais, surgidas sob o estímulo da necessidade comum e dos interesses de classe.

As leis há pouco decretadas, reconhecendo essas organizações, tiveram em vista principalmente seu aspecto jurídico, para que, em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado. Explica-se, assim, a conveniência de fazê-las compartilhar da organização política, com personalidade própria, semelhante à dos partidos, que se representam de acordo com o coeficiente das suas forças eleitorais.

O trabalho a realizar

Srs. Membros da Comissão Legislativa, o trabalho que fostes convocados a realizar será um dos maiores, dos mais notáveis que à nação pode ser prestado. Em todo jurista oculta-se um pensador e um sociólogo. As instituições que ides renovar, dadas as vossas luzes e patriotismo, deverão caracterizar-se como obra perdurável, de segura previsão social.

Tivemos uma excelente Constituição, com fórmulas perfeitas de liberdade e de garantias individuais, frequentemente esquecida e falseada para assegurar o poder oligárquico e manter uma máquina eleitoral, espécie de chocadoira de pimpolhos políticos gerados ao calor do caciquismo profissional.

Regime constitucional

Já se ouve proclamar a necessidade de reconstruir o nosso edifício constitucional. Os materiais a ele destinados, sobressaindo, entre outros, a reforma eleitoral, passarão, agora, pelas vossas mãos, num primeiro selecionamento. É trabalho este indispensável à perfeição da obra futura, que precisa ser delineada com vagar e sabedoria, sob pena de a construirmos precariamente. Pretender apressar, com açodamento, a volta ao constitucionalismo seria talvez recair na amarga experiência do regime anterior, tornando inúteis os sacrifícios impostos pela revolução.

O saudosismo dos políticos decaídos, procurando precipitar a marcha dos acontecimentos, traduz somente a esperança do retorno às delícias fáceis do poder. Não faremos construção duradoura se a não levantarmos com esforços leais e edificante sinceridade.

Tudo virá a seu tempo. O regresso ao regime constitucional é aspiração comum. Realizar-se-á, porém, com o desenvolvimento lógico dos fatos, sob o amparo de uma nova mentalidade, saturada das ideias e dos princípios renovadores consagrados pela revolução, jamais como feira de sinecuras, ao livre dispor dos sem-trabalho da política.

A ação do governo provisório

Antes de tudo, o problema brasileiro é um problema de administração. Os erros e as falhas resultantes da anarquia administrativa foram os causadores diretos dos nossos maiores males e os fatores decisivos do movimento revolucionário.

Afirmo pura e clara verdade dizendo que o governo provisório, embora ditatorial, tem procurado governar legalmente. Começou restringindo os seus poderes discricionários com a decretação de uma lei orgânica, que enumera as leis em vigor, e continua a esforçar-se sinceramente para assegurar todos os direitos. A Constituição da República, que adotou como princípios basilares a Federação e o regime representativo presidencial, não foi abolida nem revogada. Apenas suspensa parcialmente, a sua revisão ficará a cargo da Assembleia Constituinte, a convocar-se. Os contratos legítimos têm sido considerados invioláveis, e o exame procedido em alguns visa exclusivamente apurar o grau de culpabilidade dos maus funcionários, que, ultrapassando os mandatos recebidos, prejudicaram o interesse público.

Justiça revolucionária

A instituição do Tribunal de Sanções é iniciativa excepcional, perfeitamente justificada pela sua finalidade. Constituem matéria de sua alçada as medidas de caráter administrativo, a malversação dos dinheiros públicos, as faltas funcionais, os atos lesivos ao interesse da coletividade, o julgamento, enfim, dos delitos de natureza política atentatórios à moralidade do regime. O conhecimento dos fatos criminosos previstos pela legislação penal comum continua deferido aos tribunais regulares. A exceção existe somente quanto àqueles que exigem providências urgentes,

incompatíveis com os processos judiciais normais, morosos e férteis em incidentes protelatórios.

Encarada, assim, em seu objetivo fundamental, a função do Tribunal de Sanções é, ao mesmo tempo, de saneamento e correção. Destina-se ele, antes de tudo, a documentar os erros e os crimes do governo depositado, causadores da revolução, que falharia aos seus desígnios patrióticos se os não justicasse, embora uma medida apaziguadora de clemência venha, mais tarde, selar o esquecimento sobre todos os responsáveis, já punidos e edificados pela dura lição dos acontecimentos.

A revolução e os partidos políticos

Estamos governando à margem dos partidos, alheios aos seus interesses. Aceitamos-lhes a cooperação sem fazer política partidária, e, longe de hostilizá-los, queremos, ao contrário, deixar-lhes plena liberdade de organização.

Prestigiado pela solidariedade do povo brasileiro, pelo apoio decidido das forças armadas, o governo revolucionário deseja tão somente não lhe perturbem, com incidentes meramente políticos, o tempo indispensável ao estudo e à solução dos problemas administrativos, primaciais num país de economia e finanças desordenadas.

Equilíbrio orçamentário

Empenhados abertamente nesta tarefa, tudo fizemos para corresponder à expectativa confiante da nação. Já executamos providências extremas na redução das despesas, e o esforço despendido em favor do equilíbrio orçamentário, ante a desvalorização da moeda e a queda das rendas, é o maior até agora empreendido.

Para manter esse equilíbrio, fator primordial do nosso restabelecimento financeiro, não são aplicados meios verdadeiramente heroicos, por vezes dolorosos. Afrontamos, assim, a popularidade fácil, sem cortejá-la, convencidos de que trabalhamos pela grandeza futura do Brasil.

Todas as classes sociais devem suportar, com altruísmo, o pesado ônus dos encargos que nos coube enfrentar. A restrição das despesas públicas, elevada ao máximo possível, e a fiscalização das rendas, exercida com arguta vigilância, produzirão, em breve, compensadores resultados que nos permitirão talvez abandonar para sempre o regime fictício dos empréstimos e das moratórias.

Perspectivas animadoras

A convalescença orgânica da nação prenuncia-se rápida. Por toda parte, a confiança renasce. Produtores, industriais e comerciantes redobram de atividade, confiantes no auxílio do Estado. As medidas excepcionais tomadas para amparo da nossa produção, procurando ao mesmo tempo iniciar, sob base sólida, o aproveitamento de novas fontes de riqueza, farão aparecer, sem demora, os efeitos esperados. Percebe-se lento porém seguro esforço de reconstrução, impossível de ser paralisado enquanto não se restabeleça o ritmo normal do nosso progresso.

É oportuno não esquecer o conceito feliz de um publicista patricio: “Se o governo é provisório, a revolução é definitiva.” Prosseguirá, portanto, irreprimível o ciclo da sua evolução, percorrendo-o serenamente, sem ódios e com firmeza.

Não regateemos ao Brasil o nosso auxílio desinteressado. Nos momentos de crise nacional, a soma de todas as pequenas e grandes renúncias, suportadas estoicamente pela totalidade do país, dá o valor de uma pátria. A nossa, salva de um regime de opróbrios e de mentiras graças à abnegação de seus filhos, é uma nobre pátria, dadivosa e boa, merecedora de todos os sacrifícios.

Senhores, congratulo-me convosco pela obra meritória que ides realizar e agradeço a espontaneidade com que aceitais tão patriótica incumbência. Congregados por um sentimento fraterno, penetrais o limiar de uma vida nova para cumprir a alevantada missão de objetivar em textos de leis, claras e sensíveis, as aspirações de uma nacionalidade redimida pelo próprio esforço.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1932

Manifesto ao povo de São Paulo sobre a revolução deflagrada em 9 de julho, questionando as motivações políticas e econômicas da guerra civil, definida como uma “revanche” oligárquica contra o movimento de 1930.

Já decorreram dois meses de luta fratricida e inglória. São Paulo sangra-se nas suas energias e destrói as suas riquezas. Mais que ninguém, sabem os promotores e diretos responsáveis pela rebeldia que nenhum objetivo superior determinou o doloroso sacrifício imposto ao grande estado e à nação.

Dirijo-me ao povo laborioso de São Paulo. Quero mostrar-lhe a ilegitimidade do movimento em que o atiraram e as intenções subalternas dos seus falsos mentores. Que bandeira desfraldaram e que pleiteiam?

Sob o aspecto dos interesses gerais do país, reclamam a sua volta imediata ao regime constitucional. Motivo ideológico para uma revolução, este é inteiramente falho e inoportuno, porque o retorno da nação à legalidade já fora iniciado, e com data prefixada. Com efeito, decretara-se o Código Eleitoral; marcara-se dia para a eleição dos constituintes; organizaram-se os tribunais eleitorais e suas secretarias; autorizaram-se as despesas necessárias e adotaram-se todas as providências indispensáveis à execução rápida do alistamento. Diante disso, para alcançar o regime constitucional, só um procedimento se impunha aos líderes políticos: agremiarem suas hostes, prepararem seus eleitores e acorrerem ao alistamento, confiado à independência e à integridade da magistratura.

Sob o aspecto dos interesses civis de São Paulo, que pleiteiam? A autonomia do estado, o direito de governar-se por seus próprios filhos? Mas tudo isso já estava alcançado. Governava-os um interventor civil e paulista, um secretariado escolhido pela própria Frente Única, e dispunham, livremente, de uma força pública de elevado efetivo e notável eficiência bélica, sob comando autônomo. Para inteira segurança dessa situação, pediram, por último, novo comandante para a Região Militar e o afastamento de vários oficiais que tachavam de suspeitos à ordem estabelecida em São Paulo. Em tudo foram atendidos. Através de declarações verbais e escritas, os membros do governo paulista fizeram, pessoalmente ou por intermédio de seus delegados, ao chefe do governo, ao ministro da Fazenda e ao general Góes Monteiro, reiteradas afirmações de seus desejos de cooperação, de solidariedade, e protestos de paz com o governo federal. Nada mais tinham a reclamar nem reclamaram. Marcado o prazo para a Constituinte, as aspirações de ordem nacional estavam satisfeitas, e as de ordem local, implicitamente, já o estavam, com a formação de um governo civil e paulista, tão conforme à vontade de todos que, deflagrada a sedição, foi mantido integralmente. Não é só. O governo da União não alimentava, como ainda não alimenta, quaisquer prevenções contra São Paulo. Quando viu abalada a economia do grande estado, às portas de uma crise que se avizinhava da bancarrota, procedeu como nenhum outro, a começar pelo do próprio Sr. Washington Luís. Para salvar a riqueza de São Paulo e o patrimônio dos

seus filhos, ameaçados pela retenção de um estoque de café de cerca de 20 milhões de sacas, fruto das valorizações artificiais das administrações passadas, o governo federal lançou mão de recursos excepcionais e, diretamente primeiro, depois, por intermédio do Conselho Nacional do Café, incorporou à economia paulista nada menos de 1.200.000:000\$!

Os benefícios prestados a São Paulo na ordem administrativa também são assinalados. Comprimiram-se as despesas suntuárias dos orçamentos do estado, e as administrações municipais, igualmente arrasadas pelo desperdício, com déficits alarmantes, sob controle de um departamento especial, foram corrigidas e saneadas, e quase todas já encerravam com saldos os exercícios financeiros. Criou-se uma aparelhagem apropriada com o fim de atender à circulação de sua rede bancária, paralisada pelo excesso de congelados e imobilizações de toda natureza, o que ameaçava a estabilidade comercial do estado, principal beneficiário e causa determinante da medida.

Se todos os motivos apontados e analisados improcedem ante a realidade dos acontecimentos, como se explica a revolta de São Paulo? Só uma explicação é possível: a ambição do poder, caracterizada por um movimento de revanche contra o de 1930, visando restaurar o passado, recuperar posições e reaver as prerrogativas que permitiam ser dilapidado o erário do povo brasileiro mediante todas as formas de corrupção administrativa imagináveis. Mas, se tentaram articular um movimento generalizado e fulminante, e esse movimento falhou, por falta de elementos decisivos e pela pronta reação de todo o país contra propósitos francamente reacionários mascarados numa falsa campanha constitucionalista, por que insistiram na luta? Por que não depuseram as armas? Por que persistem no derramamento e inútil sacrifício do sangue irmão? Só duas alternativas lhes restam: ou ambicionam impor o predomínio de um estado sobre todos os outros do Brasil ou querem chegar ao separatismo. Custa aceitar a evidência de semelhantes intenções, qualquer delas crime de lesa-pátria, atentado aos próprios laços da fraternidade nacional.

Eis a que se reduzem os ideais dos pseudorregeneradores, chefes da sedição desencadeada em nome de São Paulo. O povo paulista deve, porém, procurar ver a situação real. Não lhe custará enxergar, então, entre os mais exaltados apóstolos improvisados de seus brios, os mesmos dominadores decaídos que lhe enxovalharam impunemente as tradições de pundonor e altivez.

Preconcebidamente, calculadamente, começaram por incitá-lo a vinditas de ofensas imaginárias e prepararam ambiente propício de excitação coletiva, tudo para que, chegado o momento, se servissem das raras e notáveis energias de São Paulo, atirando-as ao incêndio de uma guerra entre irmãos, em benefício exclusivo de ambições e despeitos pessoais. Reacionários, não perceberam que despeitos e ambições passarão e o Brasil continuará a ascender aos seus destinos, impelido pela energia renovadora da revolução triunfante em 1930.

No Brasil renascente, esta revolta constitui a derradeira investida para a restauração da velha mentalidade oligárquica, sustentáculo dos clãs familiares cujos reprováveis processos políticos se traduziam em conchavos e acordos clandestinos feitos ao sabor dos apetites e segundo a conveniência dos poderosos do momento – processos que inutilizaram os esforços construtores de várias gerações de brasileiros. As prédicas e fórmulas palavrosas das chamadas frentes únicas apenas mascaravam o anseio de restabelecer, pela força material ou pela imposição de ajustes partidários, o domínio perdido. Os elementos inadaptaáveis ao novo estado de coisas, postos à margem da situação pela incoerência das atitudes e dubiedade de propósitos, congregaram-se dominados pelo afã interesseiro de reconquistar a antiga ascendência, para se perpetuarem nas posições de mando. Explica-se assim a razão de suas exigências sucessivas e crescentes. Obtida uma concessão, logo pleiteavam outra e outra, julgando talvez o governo fraco, quando era somente tolerante e apaziguador. Ninguém melhor que o general Flores da Cunha, mais de uma vez delegado das frentes únicas, pôde apreciar as disposições harmonizadoras do governo provisório e a sua atitude conciliatória ante as exigências intermináveis dos políticos.

Homem de honra, por isso mesmo ao compreender quanto se tramara, oculta e escusamente, em nome do Rio Grande, que não fora ouvido, tomou ele a única atitude que a dignidade do próprio Rio Grande lhe impunha, reagindo contra a insídia premeditada e transformando a sua bravura e lealdade no anteparo invulnerável em que se apoiou a resistência da nação, para enfrentar a torrente reacionária e anárquica.

O governo federal sente-se militarmente forte e prestigiado pela solidariedade do resto do país. Nesse transe decisivo, representando os princípios vitais da nacionalidade, Exército e Marinha patrioticamente

atenderam ao apelo da nação, ameaçada na sua estabilidade orgânica por mal inspiradas tendências de um regionalismo exaltado.

À Marinha coube a missão árdua e exaustiva de assegurar as vias de comunicação litorâneas, de fazer respeitada a nossa soberania marítima e manter o fechamento dos portos, impossibilitando aos rebeldes o contato com o estrangeiro e, conseqüentemente, a aquisição de armas e aparelhos de guerra. O que representa de esforço, de abnegação, de tenacidade, de bravura, em suma, a vigilância ininterrupta e ativa das nossas unidades navais nestes dois meses de luta, vencendo a carência de material envelhecido e gasto, enaltece e patenteia o valor da Armada Nacional.

Por sua vez, a espontaneidade com que as forças de terra se mobilizaram a fim de atacar os rebeldes nos seus redutos, sobrepondo-se, pelos seus melhores elementos, à propaganda subterrânea e dissolvente dos empreiteiros da desordem, evidencia a alta e nítida compreensão dos deveres que lhes assistem na defesa dos magnos interesses da pátria. Combatendo intrepidamente, com admirável denodo e exemplar devotamento, o Exército está solidificando, nas agruras da luta, a sua estrutura técnica e moral. Força coesiva da Federação, esqueceu dissensões e rivalidades íntimas e permaneceu leal ao governo, batendo-se para salvar o Brasil da preponderância de uma política nefasta, que poderia levá-lo ao desmembramento. Dos combates, a melhor escola do soldado, sairá rejuvenescido e homogêneo pelas próprias imposições da guerra, que selecionam as vocações e competências militares. Os benefícios que lhe advirão dessa prova de resistência à desordem serão incalculáveis. Integrado na disciplina e no respeito hierárquico, afastar-se-á, naturalmente, das competições políticas, para se aperfeiçoar e cumprir a sua nobre e elevada missão de garantia da paz interna e da dignidade nacional.

Secundando as forças armadas, todo o resto do país, unificado por idênticos sentimentos de civismo, apressou-se a trazer ao governo o valioso concurso dos seus contingentes militares rapidamente improvisados, por tal forma espontâneos e abundantes que excluiu desde logo a necessidade de convocar reservas, limitando a incorporação ao voluntariado.

Através desse movimento admirável da vontade nacional, reage o Brasil, coeso e consciente dos seus destinos, sobranceiro aos sacrifícios e ao choque das ambições sem freios, cada vez mais fortalecido na sua unidade e soberania.

São Paulo está isolado. Fracassaram todas as tentativas feitas para articular a sedição em outros estados. Os exércitos federais fecham, cada dia mais, o cerco da sua ofensiva dentro do território paulista. E precisamente a realidade da situação não dizem os interessados em sacrificá-lo. Os destacamentos federais já ultrapassaram, no Vale do Paraíba, as linhas de Piquete e Lorena; na frente mineira, penetraram até Amparo, ameaçando Campinas, e ao sul estão às portas de Itapetininga. Toda resistência contrária à ordem ideal da República Nova, visando à nacionalidade, continuará inútil e não impedirá que, dentro de poucos dias, avançando por dever, as tropas legais ocupem novas posições, decisivas para a ultimação da luta. Apesar, entretanto, de qualquer preponderância militar incontrastável, o governo federal, longe de pretender aniquilar ou humilhar São Paulo, aspira, com todos os estados da União, a trazê-lo de novo ao convívio da comunhão nacional.

Pessoalmente, como chefe do governo, não me animam, na luta que nos foi imposta, paixões ou propósitos vingativos. À frente do governo provisório, instituído pela Revolução de 1930, não defendo posições, mas o patrimônio ideológico do irresistível movimento contra o qual se levanta o reacionarismo em armas, tentando galgar o poder sob o pretexto de um falso programa constitucionalista condenado pela opinião pública, segundo reclamavam os próprios agitadores que se fazem, agora, seus arautos e paladinos.

Quando candidato da Aliança Liberal, para salvaguardar a paz da nação, momento houve em que cheguei a oferecer a desistência da minha candidatura em troca da realização do programa mínimo das reivindicações pleiteadas: anistia e reforma eleitoral. Encontrada uma resistência impermeável a toda ideia generosa, decidiu-se, então, pela luta armada, o dissídio irremediável aberto entre a nação e os seus governantes. Desencadeou-se o movimento nacional, cujo governo me coube chefiar, sobranceiro aos embates políticos. Hoje, no exercício de tão alto posto nacional, diante de uma reação rebelde que apresenta, como razão precípua, a volta rápida do país ao regime constitucional, aspiração a realizar-se, pelas oportunas determinações do governo, a breve termo, não hesitei, a fim de assegurar a pacificação da família brasileira, em oferecer uma Constituição imediata, a vigorar provisoriamente até que a futura Constituinte promulgasse o definitivo estatuto político do país. Pois bem, os pseudoconstitucionalistas recusaram a solução pacífica

que se lhes oferecia, preferindo insistir na luta inglória e impatriótica, provocada e assistida sem símile nos anais da nacionalidade. Semelhante recusa equivale a confessar tacitamente que o objetivo do movimento não é implantar a Constituição, e sim outro, oculto, disfarçado – a posse do poder.

O sangue generoso dos brasileiros continua a correr, imolado aos propósitos dos homens que, falando em ideal, a ele não quiseram submeter-se, fazendo questão de permanecer nas posições que ocupam depois de haverem traído a confiança de quem as entregou. O governo provisório tem dado abundantes provas de suas disposições pacíficas. Nunca se negou a ouvir os apelos de paz. Forte, porém generoso aos intermediários que lhe pediram condições, declarou sempre, com franqueza, que, depostas as armas pelos rebeldes, além da concessão de uma Constituição provisória e da manutenção de um governo civil e paulista, no nível da cultura e das aspirações do estado, a todos trataria com benignidade, de sorte que ninguém sofresse constrangimento, e os brasileiros, sem exceções, voltassem a viver fraternalmente, num ambiente de ordem e segurança. Os chefes da revolta, civis ou militares, por ela responsáveis, preferiram sempre, à realização dos apregoados imperativos do movimento, manter-se no poder que haviam desonrado pela felonía e pela traição.

A única preocupação orientadora desta atitude serena e conciliatória consiste em evitar o derramamento do sangue de irmãos e os sacrifícios materiais exigidos pela luta armada. Toda política financeira de severa poupança, estabelecida pelo governo provisório, ficou ameaçada pela rebelião. Ela consumirá também a fortuna particular e lavrará profundas cicatrizes na alma da nacionalidade.

Contrasta com essa maneira patriótica e superior de encarar os acontecimentos a duplicidade de atitudes dos chefes sediciosos – duplicidade que bem demonstra a fé púnica com que corresponderam à confiança neles depositada. Enquanto recebiam e enviavam emissários de paz, autorizavam outros a agir junto aos elementos de prestígio solidários com o governo federal, tentando desviá-los do caminho do dever, mediante promessas falazes e até ofertas de lhes entregar o governo do país, como se este estivesse a leilão. Com gente de tal estofamento moral, não é mais possível entendimento. Os processos de insídía e fraude, de que se têm utilizado, não cabe descrevê-los aqui em suas minúcias. Para preparar

a luta e sustentá-la, todos os meios de felonias e corrupção foram esgotados. A propaganda pela imprensa e pelo rádio, visando impressionar e captar simpatias, obedece ao critério da mentira sistemática e da exaltação demagógica. Esquecidos de que o meio apropriado para conseguir a harmonia nacional consiste sobretudo em trabalhar pela ordem, negando apoio aos que a perturbam, audaciosamente instituíram, sob novos moldes, a ofensiva da paz com caráter francamente derrotista à retaguarda dos nossos Exércitos, com o fito apenas de enfraquecer sua eficiência bélica e diminuir seu ardor combativo. Para movimentar e manter tão impatriótica campanha, o desperdício do dinheiro de São Paulo, suor do seu povo laborioso e honesto, vai aos extremos do suborno e da compra de consciências, a ponto de tornar suspeita toda e qualquer solidariedade manifestada fora das fronteiras paulistas. Mercantilizou-se tudo, inclusive as convicções. Este movimento, inspirado em propósitos reprováveis, com o caráter de uma contrarrevolução, havia fatalmente de fracassar. Não pode vencer quem, para fazer vingar objetivos escusos, não hesita em ameaçar a própria unidade da pátria.

Mas, felizmente ainda, a sedição não partiu do povo varonil, ordeiro e honesto de São Paulo. Audaz sindicato político-militar usurpou-lhe a vontade, jogando o estado numa aventura sinistra e, receoso de receber, pelo ludíbrio praticado, o merecido e inevitável castigo, tudo fará agora para lhe ocultar a verdade. O governo federal não considera o povo paulista culpado. Ele é apenas a maior vítima. Os verdadeiros responsáveis não de encontrar nele, à hora precisa, o juiz inflexível, capaz de ditar e executar a sentença que lhe terá de ser imposta.

São Paulo, iludido na sua boa fé, ludibriado, arrastado à ruína e à perda de vidas preciosas, precisa e deve reagir em defesa dos seus sagrados interesses, para evitar maiores e irreparáveis males, erguendo-se e opondo-se à sanha dos seus algozes, que não trepidaram em atirar à morte as novas gerações bandeirantes, em enlutar e reduzir à miséria lares onde imperava a alegria e reinava a abundância.

Do governo federal não receie o laborioso povo paulista qualquer ato de humilhação e hostilidade. Como até aqui, ele continuará a proceder sobranceiro a ódios e com alto espírito de magnanimidade. O seu poder de assistência, mesmo no decorrer da luta, far-se-á sentir acolhendo fraternalmente aqueles que abandonarem as armas e não permitindo que as populações pacíficas sofram as vicissitudes comuns à

guerra. Ainda agora, informado da escassez de trigo em São Paulo e da conseqüente falta de pão, está disposto o governo a autorizar a remessa do estoque desse cereal existente nesta capital, que lhe era destinado. O povo paulista não sofrerá necessidades. O governo provisório tudo facilitará para que os gêneros de alimentação lhe não faltem.

Os embates da luta fratricida vão se tornando cada dia mais ásperos e de maiores sacrifícios. É tempo ainda de São Paulo recuperar a posse de si mesmo, sem consentir no desbarato das suas fontes de vida e das suas riquezas, acumuladas em séculos de trabalho fecundo e modelar. Retorne, pois, às lides pacíficas e ao convívio maternal dos demais estados, que sempre se orgulharam do seu progresso e civilização!

Rio de Janeiro, julho de 1934

Manifesto à nação após a promulgação da Constituição, em 16 de julho de 1934, e a eleição de Vargas para presidente constitucional da República, no dia seguinte. O manifesto começa com a descrição do “Quadro do Brasil em 1930” e prossegue com o resumo do “Programa da Aliança Liberal” apresentado à nação em 2 de janeiro daquele ano. As duas partes, assim como o “Quadro sinótico da legislação orgânica de 1930 a 1934”, não foram aqui transcritas. Segue a transcrição de “A obra do governo provisório” – referido como ditadura –, “Os empreendimentos do governo provisório” e “A eleição presidencial pela Assembleia Constituinte”.

[...]

A obra do governo provisório

Ao instalar-se o governo provisório, em 3 de novembro de 1930, a primeira preocupação dos dirigentes revolucionários foi respeitar os nossos compromissos externos e manter o equilíbrio das forças nacionais.

O Decreto de 11 de novembro de 1930 depara o mais lúcido atestado da cultura cívica dos promotores da revolução. A ditadura nasceu debaixo da lei. Ao revés do que assoalhavam os pregoeiros de grandes calamidades, o governo provisório traçou, ao constituir-se, diretrizes firmes de justiça e honradez, de que se não apartou um só instante.

Compreendeu o chefe do governo, apoiado por seus colaboradores de maior responsabilidade, a singular psicologia do nosso povo e os

graves problemas da nacionalidade. Antes do mais, era mister resguardar a unidade nacional. E, para conservá-la na sua integridade, tornava-se imprescindível seguir os rumos que nos herdaram os nossos maiores.

A unidade brasileira é, principalmente, um patrimônio de ordem moral. A formação política do nosso país contrariou, com espanto dos sociólogos, as lições da história sul-americana. Tudo conspirava, aqui, para quebrar a corrente de elos que prendiam as nossas variadas regiões e os nossos complexos núcleos humanos. As influências mesológicas foram vencidas, em porfia tenaz, pela vontade do homem. Guiar essa vontade, discipliná-la, orientar-lhe as trajetórias deveria ter sido obrigação precípua do governo. Nada, entretanto, se fizera de positivo e concreto, nesse particular.

Instituída a Federação, o regime republicano foi, a pouco e pouco, desvirtuado e se afastou dos seus fins. Em confrontos com alguns estados fortuneiros, deixamos desamparada, criminosamente, a maioria das unidades federativas. Não procuramos fundir, nos mesmos sentimentos e nos mesmos interesses, os elementos componentes da União. Cada setor da comunhão nacional entrou a insular-se econômica, social e administrativamente dos demais. Contribuímos, além disso, para a crise do urbanismo no litoral, relegando o sertão à mercê da incultura, da miséria e das endemias pertinazes. Cindimos o homem brasileiro em sertanejos obscuros e litorâneos felizes.

Esse, sem dúvida, era o panorama do Brasil em 1930. A revolução, todavia, operou o milagre de que muitos desesperavam. Uniu, de improviso, todos os brasileiros na mesma esperança de melhores dias. Era necessário, portanto, corresponder a esse mandato imperativo da nacionalidade. Por isso, o ato inicial do governo provisório, limitando os seus próprios poderes e mantendo-se equidistante entre as paixões extremistas, evitou os excessos funestos das lutas partidárias. O Decreto de 11 de novembro de 1930 manteve e orientou o sentido nacional da revolução, vencendo a ação descoordenadora do espírito localista. Os homens que o firmaram ofereceram ao país o testemunho de que, longe de os conduzir, a revolução era por eles conduzida.

Articular o aparelho da administração pública foi o segundo mandamento do governo provisório. Sua atuação, nesse passo, desafia qualquer paralelo. O acervo de leis orgânicas, acumulado em três anos e seis meses, justifica, por si mesmo, a revolução.

Recebendo legado pesadíssimo, assenhoreando-se do comando do país, sem economia protegida, sem finanças, sem câmbio e sem crédito, o governo provisório não recuou ante a obra imensa que defrontava. Malgrado as perturbações geradas pelo descontentamento das facções banidas dos postos que haviam assaltado; malgrado as contínuas agitações promovidas por impenitentes reacionários; as intrigas, as campanhas de ódio infecundo, os vaticínios pessimistas e os trabalhos de sapa e o derrotismo, o governo provisório assegurou a ordem e pôs em prática largo e lúcido plano de reforma geral do Brasil. Para isso, contou sempre com a dedicação e o sacrifício das forças armadas, com o apoio de todas as energias conservadoras da nação.

Ao entregar a direção da República aos seus legítimos órgãos constitucionais, depois do pleito eleitoral mais livre que já houve entre nós, o governo provisório não se teme do balanço que porventura se fizer da sua atividade política e administrativa.

Apresentando à nação a simples nomenclatura das leis orgânicas por ele promulgadas, o governo provisório pode, sem orgulho, proclamar que cumpriu o seu dever, e o candidato da Aliança Liberal afirmar que se desobrigou de quase todas as promessas feitas a 2 de janeiro de 1930, na oração proferida na Esplanada do Castelo.

[...]

Os empreendimentos do governo provisório

Vale ponderar que a atividade do governo provisório não se verificou apenas na órbita propriamente legislativa. O caráter eminentemente administrativo que a distinguiu evidencia-se em fatos de maior e mais irrecusável relevância. Um dos nossos males é justamente o de acreditarmos que as medidas consignadas no texto das leis esgotam a capacidade construtora dos governantes. Sofremos do preconceito do papel impresso. Julgamos, por via de regra, que o bom governo é o que maior número de dispositivos sanciona.

Não entendeu assim o governo provisório. Seu principal objetivo foi o de executar, o de pôr em prática imediatamente a obra que lhe cumpria realizar. Para isso, enfrentou desde logo os óbices que lhe opunha a precária situação financeira do país. Sem recorrer a empréstimos e lançando mão apenas de rendas próprias, oriundas de economias feitas à custa de pesados sacrifícios, pagou aos credores estrangeiros mais

de 30 milhões de libras esterlinas, libertando o Banco do Brasil de um descoberto de £ 6.500.000 e mantendo integralmente os serviços dos *fundings* e das operações do café. Iniciou, por igual, a amortização dos títulos franceses, dando cumprimento à sentença do Tribunal de Justiça Internacional de Haia, que não fora observada pelo governo passado, embora lhe coubesse a culpa de a ter provocado.

Regularizou o serviço da dívida externa, reduzindo-a consideravelmente ao revés de acrescê-la, consoante velho hábito, com empréstimos novos. Mercê do acordo concluído com seus credores, apurou, colocando em depósito no Banco do Brasil e no Departamento Nacional do Café, mais de 1 milhão de contos de réis, dos quais pôde dispor livremente para redução de dívidas internas ou aplicação em obras reprodutivas. Além disso, reduziu, pelo Decreto nº 23.827, de 5 de fevereiro de 1934, de mais de £ 57.000.000 os encargos da nação. Comprimiu o volume do meio circulante, que atingiu, nos anos de 1928 e 1929, a 3.934.000:000\$, e baixou, em dezembro de 1933, a 2.977.000:000\$. As rendas públicas federais aumentaram de 400.000:000\$ e as despesas diminuíram de 467.000:000\$.

A despesa do governo revolucionário, confrontada com a dos três últimos anos do governo transato, depara economia de 511.491:000\$, malgrado os gastos decorrentes da construção de vias férreas, rodovias, portos, açudes, canais e toda sorte de melhoramentos em vários pontos do território nacional.

Convém acentuar ainda que o déficit total, nos orçamentos estaduais, foi combatido energeticamente pela ditadura e reduzido, em 1933, a 92.000:000\$, quando em 1930 era de 472.450:000\$.

O governo provisório construiu, no Nordeste, dezenas de açudes, que representam o duplo da capacidade de água armazenada até 1930, canais interiores, numerosos ramais ferroviários, aumentando a nossa rede em cerca de 800 quilômetros, numa média anual superior a cinco anos anteriores à revolução, e 2.462 quilômetros de rodovias, quer dizer, mais estradas do que as feitas naquela zona em quatro décadas de regime republicano, empregando técnicos e trabalhadores brasileiros e seguindo um plano sistemático de valorização econômica das regiões devastadas. Para se formar juízo cabal da atividade dos nossos serviços de viação nesses três últimos anos, basta considerar que eles produziram para o país rendas que atingem a cifra de 417.732:689\$217.

A política portuária do governo provisório está definida pela realização de vários estudos de obras contratadas, pela execução de muitas outras mediante administração, pela solução de inúmeras questões técnicas que contribuem para a maior eficiência do funcionamento dos portos do país. Não houve aumento de taxas portuárias; pelo contrário, efetuaram-se reduções.

O governo provisório imprimiu grande surto à navegação comercial aérea. Em 1930, era de 15.503 quilômetros a extensão das linhas exploradas. Desde então, é ininterrupta a progressão dessas linhas. Em 1933, a sua extensão ascende a 20.066 quilômetros. Findo o primeiro trimestre do corrente ano, registra-se novo aumento: para 30.940 quilômetros. Comparada a extensão das linhas aéreas nos primeiros trimestres de 1933 e de 1934, o seu crescimento corresponde ao coeficiente de 82,2%. O percurso quilométrico realizado em 1930 foi de 1.707.977; em 1933, subiu a 2.444.853. O número de voos cresceu de 1.767 para 2.599, no mesmo período. O movimento de passageiros triplicou. Foi assinado o contrato com a Luftschiffbau Zeppelin, G. m. b. h., para o estabelecimento de uma linha regular transatlântica. Vão ser atacadas as obras do aeroporto do Rio de Janeiro. Está duplicada a linha do Norte e se acham unidas, pela aerovia, todas as capitais do Norte.

No que concerne à questão social, considerada anteriormente simples “caso de polícia”, possuímos agora legislação moderníssima, que integra o operário na comunhão humana, de que estava divorciado pela cegueira e desinteresse criminoso dos dirigentes. A remodelação dos institutos de ensino profissional, primário, secundário e superior está sendo feita de modo a preparar gerações dignas, pelo civismo e pela cultura, da grandeza da pátria.

As forças armadas renovam-se, moral e materialmente, com a adoção de leis e regulamentos práticos e aquisição de elementos imprescindíveis à sua completa eficiência.

Sob o aspecto político, teve o governo provisório sempre uma finalidade única: a de congregar, nas mesmas aspirações de ordem e trabalho pelo progresso do Brasil, todos os cidadãos capazes de colaborar no desenvolvimento da sua civilização. A medida da anistia, decretada pela ditadura, deve mostrar aos mais teimosos que o governo provisório não guarda ódio nem rancor. A consciência da sua força está no apoio que

lhe dá a maioria da nação e serve-lhe de escudo para esquecer agravos sem reacar represálias.

Os doestos com que certos opositores gratuitos procuram feri-lo não lhe entibiam o ânimo. O melhor meio de convencer não consiste em atacar o agressor, o crítico pertinaz ou o descrente de má-fé. Cumpre não abater o adversário com as mesmas armas aleivasas de que ele se utiliza no afã de tudo recusar, mas dominá-lo pela clareza do raciocínio, pela concatenação dos argumentos, pela exposição serena dos fatos. Os atos são preferíveis às palavras, porque aqueles provam e estas simplesmente alegam.

Acresce, também, que essas despropositadas invectivas transcendem a pessoa do governante e vão atingir o próprio país, que ele representa, diminuindo-o, acalcanhando-o, ferindo menos o dirigente que a maioria dos seus concidadãos, a cujo voto se deve a escolha do primeiro magistrado da República.

O respeito àquele que encarna a soberania do povo é o dever primordial do cidadão. Sem dúvida, a liberdade ampla de crítica constitui direito patrimonial das democracias. Mas essa liberdade não pode ultrapassar os limites que se definem, sem grave prejuízo para o Estado, que a regula em proveito dos interesses coletivos. *Sub lege libertas*. Advertir honradamente os mandatários do poder, esclarecer-lhes a razão, apontar-lhes as falhas, ajudá-los, em suma, com avisos salutares nos passos difíceis, é oferecer-lhes o maior testemunho de acatamento. Mas atacá-los, arrastá-los ao ridículo, rebaixá-los no conceito público pelo insofrido amor do escândalo é converter um princípio de ordem em dogma de anarquia. Desmoralizar a autoridade é enfraquecer o Estado. Por isso, desde os primórdios da civilização, da cidade antiga ao mundo moderno, o equilíbrio da hierarquia, que mantém as relações entre dirigentes e dirigidos, é o índice mais transparente dos grandes povos.

A eleição presidencial pela Assembleia Constituinte

A eleição dos deputados que deviam elaborar a Constituição foi das mais edificantes lições de civismo a que assistiu o povo brasileiro. Com a instituição do voto secreto, sob a garantia da magistratura togada, na prolação do voto, na apuração e no reconhecimento dos membros da Assembleia Nacional, expurgou-se o regime dos erros que o falseavam.

A Constituinte que discutiu e aprovou o nosso Pacto Fundamental espelha, na sua integridade, a opinião do país. A pureza da sua ordem

sobrepõe-se a qualquer eiva de suspeição e reflete, rigorosamente, a vontade da soberania nacional. Livremente a Assembleia Nacional votou a nossa lei orgânica e livremente elegeu o presidente da República. A legitimidade do mandato supremo, que ela conferiu no pleno exercício das suas prerrogativas, é tão inquestionável quanto a da Constituição que promulgou. Esses dois atos se conjugam e se completam indissolivelmente.

Apresentado candidato, em manifesto solene, pela maioria das correntes políticas do país e dos partidos organizados, seria escusado acenar que nunca, direta ou indiretamente, insinuei o desejo de receber essa investidura. Submeti-me apenas ao imperativo categórico do momento, derivado da própria revolução, que impunha o prosseguimento da sua obra, iniciada no período ditatorial. Nunca me seduziram as regalias do poder. Aceitando a indicação do meu nome pela Assembleia Constituinte, curvei-me ante o dever de completar o programa esboçado nesses três últimos anos, pois outro propósito não poderia ter quem sabe das agruras e inquietudes peculiares à vida pública.

Isento de agravos e vinganças, o espírito revolucionário continuará, dentro da estrutura constitucional, a exercer a sua influência renovadora. Cumpre não confundir revolução com o episódio militar que a deflagra. Revolução é adaptação à realidade, compreensão segura dos fenômenos sociais, reconstrução do edifício do Estado sobre fundamentos sólidos. Os novos rumos abertos pela ideia revolucionária estão definitivamente traçados. É impossível entrar-lhe a marcha progressiva determinada pela força de uma fatalidade histórica. Nem fórmulas caducas nem princípios inadapáveis à nossa índole serão capazes de a deter.

Após o saneamento dos males que atrasavam a lavoura, combatidos pela lei do reajustamento; após o saneamento financeiro do país, pela adoção de um esquema racional para a liquidação da dívida externa; após a reforma da instrução, as leis sociais de amparo ao trabalho, o lançamento das bases da reorganização das forças armadas, a restauração da liberdade do sufrágio, sucederá, como consequência lógica e inevitável, a fase do reerguimento econômico.

A racionalização da população, por métodos científicos e técnicos, valorizará as nossas matérias-primas, facilitará e melhorará a mão de obra e articulará as nossas indústrias, estimulando-as, sem recorrer ao protecionismo de tarifas excessivas, a fim de baratear o custo de vida.

Há no Brasil três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto do *habitat*. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social. Drenar os pântanos, canalizar as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é conquistar a terra. Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene é criar o cidadão capaz e consciente.

Educar equivale também a uma forma de saneamento. Educar não é somente instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir. A escola, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes dos seus variados misteres. Ao lado das universidades de ensino superior, destinadas à formação das elites, faz-se necessário fundar a Universidade do Trabalho. Daí sairá, no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas.

Povoar não é, a exemplo do que tem ocorrido entre nós, atrair imigrantes e localizá-los, empiricamente, no território do país. Antes de praticarmos um plano sistemático de rodovias, antes de resolvermos o problema da navegabilidade dos rios e da construção dos portos, não conseguiremos povoar o Brasil racionalmente. Povoar é ligar os nódulos da nossa população ganglionar, esparsa em núcleos alongados pelo interior do país. E, para uni-los, para tirar-lhes a fisionomia gregária, devemos abrir, para todos, vias de comunicação.

A ditadura foi, sobretudo, uma escola de administração pública. Os promotores e executores da obra revolucionária compreenderam, felizmente, que o máximo problema do Brasil se ultima no bom encaminhamento e na solução das questões administrativas. A revolução integrou o país nas concepções do Estado moderno, onde as preocupações partidárias ocupam lugar subalterno. Não é com o jogo sibilino das fórmulas e das combinações políticas que se conseguirá dirigir a coletividade brasileira. Não é agitando os espíritos, exaltando as ambições ou acenando com a aplicação impossível de métodos alheios que auxiliaremos o progresso da nossa pátria.

Somos uma nação rica de abundantes recursos, mas a mesma grandeza do seu território, que se dilata por variadíssimas zonas geográficas de clima e geologia diferentes, está reclamando, da nossa parte, esforço persistente e sem solução de continuidade. Pouco adiantaria ensaiar aqui sistemas adaptáveis a Estados de velha civilização e de modesta superfície mas de resultados aleatórios, quando não extremamente perigosos para nós. Não nos deixemos cegar pela letra dos livros ou pelo brilho das estatísticas de propaganda.

O problema do Brasil exige solução brasileira. O primeiro dever do governador é tirar o povo da ganga obscura que o tem envolvido pelos séculos afora. Apesar de tantos e tão duros tempos de infortúnio, de abandono, de cruel desídia, suas naturais qualidades de inteligência, entusiasmo, empreendimento e generoso patriotismo têm aflorado nos momentos decisivos da nossa história. Demos a esse povo, de onde já saíram homens imortais pelo saber, pelo caráter, pelo heroísmo e pela santidade, os instrumentos que sempre lhe faltaram ao desenvolvimento normal da sua capacidade criadora. Só um povo forte, instruído e consciente das suas enormes responsabilidades poderá conduzir este vasto país, da grandeza de um continente, aos seus destinos superiores. E o povo brasileiro, por suas virtudes, é digno do berço em que nasceu.

Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1936

Saudação ao povo brasileiro, nos primeiros minutos de 1936, rememorando “os acontecimentos lutosos” do levante comunista de novembro de 1935. Vargas opõe ao comunismo, “espécie de regresso ao primitivismo” mantido pela violência em proveito de um pequeno grupo, as conquistas sociais dos trabalhadores brasileiros e enfatiza a necessidade de ações preventivas por parte do governo.

Brasileiros, em todos os recantos da terra, nesta hora de expansões fraternais, a humanidade esquece, por alguns momentos, os dissabores e labutas afanosas e ergue-se em espírito e coração para, entre excelsas esperanças e amáveis anelos, proclamar a sua fé num futuro melhor. Somente palavras de suavidade e conforto deveriam ouvir-se, portanto, reforçando o coro de universal aclamação aos sentimentos cristãos dos povos. Entretanto, para nós, brasileiros, de alma sempre

aberta à ternura e aos comovidos anseios de paz e de fraternidade, para nós, serão diversas as vozes desta hora excepcional.

Forças do mal e do ódio campearam sobre a nacionalidade, ensombrando o espírito amável da nossa terra e da nossa gente. Os acontecimentos lutosos dos últimos dias de novembro permitiram, felizmente, reconhecê-las antes que fosse demasiado tarde para reagirmos em defesa da ordem social e do patrimônio moral da nação. Alicerçado no conceito materialista da vida, o comunismo constitui-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã. À luz da nossa formação espiritual, só podemos concebê-lo como o aniquilamento absoluto de todas as conquistas da cultura ocidental, sob o império dos baixos apetites e das ínfimas paixões da humanidade – espécie de regresso ao primitivismo, às formas elementares da organização social, caracterizadas pelo domínio do instinto gregário e cujos exemplos típicos são as antigas tribos do interior da Ásia.

Em flagrante oposição e inadaptável ao grau de cultura e ao progresso material do nosso tempo, o comunismo está condenado a manter-se em atitude de permanente violência, falha de qualquer sentido construtor e orgânico, isto é, subversiva e demolidora, visando, por todos os meios, implantar e sistematizar a desordem, para criar, assim, condições de êxito e oportunidades que lhe permitam empolgar o poder a fim de exercê-lo tiranicamente, em nome e em proveito de um pequeno grupo de ilusos, de audazes e de exploradores, contra os interesses e com o sacrifício dos mais sagrados direitos da coletividade.

Nunca poderá vencer, portanto, utilizando a propaganda aberta e franca, feita lealmente e sem temor à verdade, para dominar a vontade das maiorias, pelo exercício do voto livre. Bem diversos, daí, os seus métodos e expedientes de expansão e proselitismo. Pregando ou conspirando, os seus apóstolos jamais confessam o que são, mas, ao contrário, desdizem-se ou se declaram, quando mais corajosos, socialistas avançados ou pacíficos simpatizantes das ideias marxistas. A dissimulação, a mentira, a felonía constituem as suas armas, chegando, não raro, à audácia e ao cinismo de se proclamarem nacionalistas e de receberem o dinheiro da traição para entregar a pátria ao domínio estrangeiro.

Sejam quais forem os disfarces e os processos usados, os adeptos do comunismo perseguem invariavelmente os mesmos fins. Como por toda parte, também entre nós se distribuem por categorias de fácil

identificação. Há os conspiradores, partidários da violência, querendo precipitar os acontecimentos pelos golpes de força e pela técnica da rebelião, certos de que nunca poderão contar com a maioria da representação política ou, antes, seguros de que terão de enfrentar sempre a repulsa integral do povo brasileiro. Esses são, pelo menos, coerentes, porquanto o regime soviético visa, precisamente, instituir o governo das minorias opressoras, escravizando a inconsciência das maiorias. Há os pregadores, os professores, os doutrinadores do comunismo, disfarçados em marxistas, em ideólogos de nova era social, mistificadores de toda casta, perniciosos e astutos. São os que envenenam o ambiente, turvam as águas, não praticando mas ensinando o comunismo nas escolas, distribuindo livros sectaristas, propinando o veneno e protestando inocência a cada passo, pois não invocam, na sua lábia, a violência e sim a modificação evolutiva dos valores universais. Tão perigosos quanto os outros, definem-se pela pusilanimidade e pela hipocrisia com que se mascaram, adaptando-se às exigências do meio social onde vivem e de cujo trabalho se mantêm parasitariamente.

Nas promessas abundantes e falazes, os nossos comunistas imitam os apóstolos do bolchevismo russo, evitando, porém, lembrar como conseguiram sovieterizar a Rússia. Também eles se diziam protetores do proletário e imprimiram a sua liberdade instituindo o trabalho escravo; prometiam a terra, e despojaram os camponeses das suas lavouras, forçando-os a trabalhar por conta do Estado, sob o jugo de uma ditadura feroz, reduzidos a ainda maior miséria.

Padrão eloquente e insofismável do que seria o comunismo no Brasil, tivemos-lo nos episódios de baixa rapina e negro vandalismo de que foram teatro as ruas de Natal e de Recife durante o surto vergonhoso dos implantadores do credo russo, assim como na rebelião de 27 do novembro, nesta capital, com o registro de cenas de revoltantes traições e até de assassinio frio e calculado de companheiros confiantes e adormecidos.

Os fatos não permitem mais duvidar do perigo que nos ameaça. Felizmente, a nação sentiu esse perigo e reagiu com todas as suas reservas de energias sãs e construtoras. A quase unanimidade das forças políticas do país, integradas todas na opinião pública, mobilizou-se a fim de fortalecer o governo na adoção das medidas necessárias para agir dentro da lei e dar maior eficiência às suas decisões repressivas. Confortador sob todos os aspectos foi esse movimento da opinião nacional através

dos órgãos mais autorizados de todas as atividades políticas, econômicas e sociais do país. O Poder Legislativo colocou-se à altura das responsabilidades do momento, demonstrando que a estrutura democrática do regime possui flexibilidade bastante para sobrepor-se aos assaltos do extremismo subversivo e demolidor. A rápida e vigorosa ação das forças armadas, repelindo e dominando, nesse lance lamentável, as ambições e o desnorreamento de alguns maus militares, foi exemplarmente patriótica. Evidenciando-lhes o espírito de lealdade e civismo, serviu para demonstrar, ao mesmo tempo, a conveniência de se conservarem afastados e à margem das lutas políticas, para melhor se consagrarem ao tirocínio das atividades profissionais, ao culto da disciplina e da obediência aos poderes constituídos, ao devotamento pela segurança pública e pela integridade da soberania nacional. Outra reação exemplificante, no combate ao surto extremista, foi a do trabalhador brasileiro, que de modo explícito negou solidariedade aos empreiteiros da desordem.

O programa apregoado pelos sectários do comunismo no Brasil, ignorantes do que vai pelo país e vazios de ideias válidas, incluía, como aspiração do proletariado nacional, reformas já executadas e em pleno vigor. O nosso operário nada teria a lucrar com o regime soviético. Perderia, pelo contrário, as conquistas obtidas como concessão espontânea dos poderes instituídos, em troca da submissão ao trabalho forçado e coletivo. Basta referir, para tanto, os direitos e os benefícios assegurados aos nossos trabalhadores desde 1930, como sejam a organização sindical, a lei de oito horas, a regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças, a lei chamada dos 2/3 obrigando o aproveitamento de 2/3 de nacionais em todos os estabelecimentos do comércio e da indústria, a aplicação da lei de férias, a representação de classe e, finalmente, a instituição de grande número de institutos de previdência social, garantidores da subsistência na velhice ou na invalidez, amparando o futuro das famílias, na desgraça ou na orfandade, para os comerciários, bancários, empregados de empresas de transporte, marítimos, estivadores e demais colaboradores da riqueza e do bem-estar coletivo.

A punição dos culpados e responsáveis pelos acontecimentos de novembro impõe-se como ato de estrita justiça e de reparação, como exercício legítimo do direito de defesa da sociedade em face da atividade criminosa e organicamente antissocial dos seus inimigos decla-

rados e reconhecidos. Impõe-se, ainda mais, pelo dever que o Estado tem de salvaguardar a nacionalidade atacada, e atacada pela decomposição bolchevista.

O comunismo, encarado como força desintegradora e agente provocador de sérias perturbações, constitui, no Brasil, pela sua profunda e extensa infiltração, já comprovada mas desconhecida ainda do público, perigo muito maior do que se possa supor. O fermento das doutrinas exóticas e subversivas facilmente se propaga quando encontra meio adequado e propício. Servem-lhe de caldo de cultura o relaxamento dos vínculos morais e a passividade, o egoísmo comodista dos elementos responsáveis pelo equilíbrio da vida social. Colaboram também indiretamente na nefasta expansão dessas doutrinas todos os que, pelo indiferentismo, pela descrença, pela ociosidade, pela pobreza de senso moral, vivem à margem da vida pública, atuando como força de inércia ou de ação negativa na marcha das atividades construtivas do país.

Compreende-se, assim, que não basta punir os que pretenderem, usando de violência e de traição, abater o regime. Torna-se indispensável também fazer obra preventiva e de saneamento, desintoxicando o ambiente, limpando a atmosfera moral e evitando principalmente que a mocidade, tão generosa nos seus impulsos e tão impressionável nas suas aptidões de percepção e de inteligência, se contamine e se desvie do bom caminho ao influxo e sob o exemplo dos maus e dos falsos condutores, em geral mesquinhos, perversos e pedantes.

Essa obra deve começar dentro da própria administração pública pelo afastamento de todos os que, exercendo funções remuneradas pelo Estado, servem ao credo comunista, pregando-o, protegendo-o, abalando, ao mesmo tempo, o princípio de autoridade e enfraquecendo a sua ascendência disciplinadora.

Parece chegado o momento de reunir e solidarizar todos os espíritos bem formados numa campanha tenaz e vigorosa em prol do levantamento do nível mental e das reservas de patriotismo do povo brasileiro, colocando as suas aspirações e as suas necessidades no mesmo plano e direção em que se processa o engrandecimento da nacionalidade.

Não esqueçamos que, ao lado das nossas possibilidades de riqueza, o homem brasileiro oferece, pelas virtudes do seu caráter e pela capacidade para adaptar-se, possibilidades ainda maiores, do ponto de vista educativo e de preparação para a vida. Merece, por isso, ser tratado

como material precioso, capaz de amoldar-se a um tipo ideal forte de corpo e de espírito, dinâmico pela força do braço e dominador pela penetração da inteligência. Mas, para chegar lá, precisa, a par de educação, de assistência e de trabalho, uma diretriz moral que o eleve sobre as preocupações exclusivamente materiais da vida.

As seduções do comunismo, como doutrina e falso remédio para curar males políticos, serão mínimas ou deixarão de existir no dia em que pudermos opor-lhes a resistência de convicções próprias, seguras e claramente conformadas, com projeções definidas no campo social e econômico e, mesmo, no das artes e da filosofia.

O comunismo trata o homem como instrumento, como simples fator de trabalho; escraviza-lhe o esforço, materializando-o. Diverso deve ser o nosso objetivo. Cumpre prepará-lo para ser útil a si mesmo e à sociedade e para que, vivendo em comum com os outros homens, se compraza em amá-los sem egoísmo e sem preconceitos de superioridade de classe ou de raça.

O poder público, posto a serviço dos interesses vitais da nacionalidade, cuja estrutura assenta sobre a família e o sentimento de religião e de pátria, poderá refletir salutarmente essas preocupações, orientando-se no mesmo sentido e concorrendo, na esfera das suas atividades, para a grande obra de salvação nacional que o momento está a exigir e que deve ser iniciada sem tardança. No desempenho das altas atribuições de chefe do governo, não costumo medir responsabilidades nem consequências.

Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1936

Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo por ocasião das comemorações da Independência. Vargas reafirma a necessidade de o país manter a guarda contra o perigo bolchevista.

Brasileiros, no momento em que, por todos os pontos do território nacional, vos reunis em festa – nesta clara hora de compreensão e de compromisso, evocadora da criação da pátria, de devoção ao culto dos seus heróis –, eu vos saúdo fraternalmente, em perfeita comunhão de sentimentos, cheio de confiança e de fé.

As lutas ásperas e anônimas pela ocupação da terra selvática e exuberante; os anseios dos homens novos, moldados ao influxo prodigioso

do meio tropical e nascidos para viver num mundo também novo, cuja posse souberam disputar, tenaz e heroicamente, à cobiça de estranhos; o fervor messiânico e o sacrifício dos mártires que primeiro sonharam a nação forte e soberana – tudo isso a grande data resume e simboliza, transformada, hoje, em Dia da Pátria.

Ao reverenciarmos a memória dos próceres da nossa Independência, devemos erguer o pensamento e comungar no mais puro sentimento patriótico, orgulhosos do que somos, percorridos estes 114 anos de maioridade política.

Enquanto a história de numerosas nações é feita de violentos contrastes, de exaltações triunfantes e crises depressivas, a nossa apresenta uma ascensão constante, uma firmeza capaz de inspirar absoluta confiança no futuro. Emancipados sob a forma de monarquia constitucional representativa, chegamos, depois de um período experimental de autogovernança, ao regime republicano sem quebrar a continuidade de nossa estrutura democrática, desfrutando amplas perspectivas de progresso e lugar cada vez mais respeitável no seio de povos civilizados.

Ninguém, de boa fé, pode negar o ardente esforço do povo brasileiro para engrandecer e dignificar a pátria comum, sempre fiel aos ideais de justiça e solidariedade humana. Todo o nosso progresso político e social se fez dentro dos rumos traçados pelos estadistas que fundaram a nacionalidade: o espírito de concórdia, a preeminência da paz para o trabalho fecundo, da ordem para o esforço criador.

Nas próprias lutas internas se refletem essas tendências de tolerância e equanimidade na ação. Mesmo naquelas mais violentas, conseguimos manter a ascendência dos princípios humanos e cristãos. Os calamitosos acontecimentos que abalaram e fizeram sangrar o mundo neste século em nada modificaram a nossa fisionomia moral. Atingimos pacificamente elevado estágio de desenvolvimento cultural, institucional e econômico. Sem lutas e sobressaltos perturbadores, asseguramos a interferência conciliadora do poder público na solução dos conflitos de interesses privados, na assistência social, no amparo e propulsão da vida econômica. E ainda sob este aspecto o nosso avanço é digno de apreço. Assim como o organismo político se foi solidificando e estabilizando, sempre no sentido de dominar os particularismos e unificar a vontade coletiva numa fórmula de alta coesão nacional, ampliaram-se, paralelamente, as possibilidades

da economia interna. Já não somos um país exclusivamente agrário, jungido à luta pelos mercados consumidores de matérias-primas e esmagado pelo peso das aquisições de produtos industriais.

Tendes aí, esboçado a ligeiros traços, o panorama da vida nacional em pouco mais de um século de emancipação política. O que realizamos em tão curto espaço de tempo justifica plenamente a fé e serenidade com que continuamos a trabalhar pelo engrandecimento da nação. Se obstáculos ainda nos embaraçam a marcha, não são eles irremovíveis. Havemos de transpô-los de ânimo forte e sem riscos. Nem mesmo os que se levam à conta de erros ou desacertos nos devem decepcionar. Muitos são inevitáveis, próprios da fase de crescimento que atravessamos. Tenhamos a coragem de reconhecê-los, sejam quais forem, para corrigi-los e tirar deles ensinamentos, estímulos e maior confiança em nós mesmos.

A experiência histórica já demonstrou, de modo insofismável, que a democracia é o regime adequado à índole do nosso povo e aos imperativos do seu progresso moral e material. Mas a democracia, no sentido que lhe emprestamos, não pode estratificar-se em fórmulas rígidas e imutáveis, fechadas à ação renovadora do tempo e à influência das realidades ambientes; ao contrário, deve revestir-se de plasticidade capaz de refletir o progresso social, aperfeiçoando-se, e de resistência combativa para defender-se quando ameaçada nos seus legítimos fundamentos.

As lições do passado evidenciam também que o Brasil é um país de ordem. Ordem e democracia que significam disciplina e liberdade, obediência consciente e acatamento ao direito. Repeliremos os surtos demagógicos, como não toleraríamos a tirania.

Não há, pois, alternativa nem dúvidas quanto à escolha. O nosso país possui o ambiente propício ao aperfeiçoamento progressivo do regime, dando-lhe mais elevado sentido, tornando-o ágil e coerente, capaz de sobrepor sempre o interesse público ao privado, a defesa coletiva aos direitos individuais, os magnos problemas nacionais às questões regionalistas.

Falando-vos nesta hora de confraternização patriótica, não devo fazer silêncio sobre as apreensões criadas pelas últimas ocorrências, que tanto abalaram o espírito e o coração dos bons brasileiros.

O trágico espetáculo ainda está bem vivo em todas as memórias, e se a nação pode trabalhar confiante e segura, deve-o à vigilância constante do governo e à perfeita coordenação dos agentes do poder público.

Nesta emergência, as forças militares têm sido de exemplar dedicação, patrioticamente dispostas a qualquer sacrifício pelos bons princípios. O Poder Legislativo e o Poder Judiciário, cada qual na esfera de suas atribuições constitucionais, amparam as medidas defensivas até agora tomadas. Apesar disto e do apoio de todas as classes em tão meritória campanha, os responsáveis pela ordem pública recebem, diariamente, dos comunistas estrangeiros, insultos e reclamações insolentes exigindo a libertação dos que atentaram contra a integridade da pátria ou foram afastados do convívio social como nocivos e perigosos à segurança das instituições, que, felizmente, nos regem.

Os agentes da subversão e da desordem persistem nos seus planos diabólicos. Sob os mais variados disfarces, procuram infiltrar-se no meio social, insinuando, iludindo, apelando para sentimentos generosos que intimamente repudiam, reclamando a liberdade que pretendem estrangular. É da tática comunista a dissimulação e o embuste.

Precisamos, portanto, estar em guarda contra a investida bolchevista, anarquizadora e maléfica, e alertar aqueles a quem se dirige, com insistência, a propaganda sinuosa e torva. O trabalhador desprevenido, votado aos problemas do seu ofício, e a mocidade, aberta a todos os entusiasmos nobres, são alvos preferidos dessa ofensiva dos inimigos da pátria, da família e da religião. Não alimentemos dúvida sobre os processos e intuitos dos elementos empenhados em transformar-nos em colônia de Moscou. Enquanto fronteiras adentro agem pela técnica da violência, solapam as crenças herdadas dos nossos maiores, provocam dissídios, desencadeiam a luta fratricida, no exterior apresentam-se como vítimas da prepotência de governantes em cujas mãos o Brasil não passa de uma terra bárbara, onde só o arbítrio decide e impera. Esta campanha derrotista, entretanto, não modificará a nossa atitude. Em breve funcionará o Tribunal investido da nobre missão de julgar os crimes contra a pátria. Animado do sincero propósito de desempenhar tarefa tão patriótica, o governo não dará tréguas aos adversários do regime direta ou indiretamente a serviço do comunismo.

Brasileiros, a persistente e audaciosa campanha mantida pelos extremistas através de variados expedientes e engodos sedutores mas com uma única finalidade – aniquilar a pátria, a família e a religião – leva-me, neste dia de culto cívico, a dirigir novo apelo aos homens de razão, aos verdadeiros patriotas, a todos os que procuram sobrepor-se às contingências

materiais da vida, dignificando-a e enobrecendo-a pela inteligência e o trabalho honesto. Para continuarmos a desfrutar a paz e a tranquilidade que outros povos menos felizes já perderam, torna-se imprescindível manter constante vigilância, a fim de evitar que, num momento de perturbação, possam os inimigos ganhar terreno e, por um golpe traiçoeiro, de astúcia e violência, tão dos seus métodos, dominar-nos com as nossas próprias armas e escravizar-nos dentro da nossa própria casa.

Devo prevenir-vos contra as maneiras multiformes de favorecer a ideologia dissolvente. Não são perigosos apenas os comunistas rubros, ativos e práticos, que fazem claramente a sua nefasta propaganda e aliciamento. Igualmente o são os de outras variedades, mais difíceis de caracterizar e que, ao contrário dos primeiros, escapam à enérgica e pronta ação defensiva do governo. Os disfarçados, intimamente vermelhos, atuando com duplicidade; os hipócritas, que afetam atitudes e até rótulos nacionalistas, acumpliciam-se à obra de destruição e, na treva, servem às ligações inimigas, encobrendo os manejos dos adversários da nossa existência de povo livre, não são menos temíveis.

Também não podem escapar ao vosso repúdio os seres acomodatórios, inertes, colaboradores dos bolchevistas por complacência ou covardia, cúmplices pelo silêncio e a desatenção, indiferentes à luta, supondo, na sua triste ignorância, que nenhum mal lhes viria da vitória dos destruidores sistemáticos da ordem e da lei. E, finalmente, os aproveitadores de dissensões, estereis, retóricos, perdidos no labirinto da própria confusão intelectual, inclinados a confundir as miúdas ambições de mandonismo político com os interesses superiores da coletividade.

Esses como aqueles, ativos uns, aparentemente passivos outros, servem de modo idêntico aos fins trágicos e espantosos do internacionalismo destruidor, que só chega a vencer aproveitando-se dessas neutralidades e isenções criminosas.

Tenho, entretanto, fé na vitória. Estou confiante em que os comunistas e os que se acumpliciam para aniquilar-nos serão abatidos pelo esforço comum, pelo devotamento de todos os brasileiros que querem, sob a égide da justiça, o ambiente de ordem imprescindível às realizações do seu destino criador de um Brasil maior e mais próspero.

Aos moços desejo dirigir-me de forma especial. São eles a garantia do porvir pacífico do nosso povo e deles dependem os rumos futuros do Brasil. Cumpre-lhes, por isso, defender, nas suas reservas morais, as

gerações vindouras. Não devem consentir que os mistificadores e pregoeiros de reformas utópicas, profissionais da desordem uns, simples instrumentos da Internacional Comunista outros, por ela industriados e pagos, explorem a nobreza dos seus entusiasmos e façam das virtudes inerentes à mocidade resguardo e amparo aos objetivos criminosos que perseguem.

Todos vós – trabalhadores das cidades e dos campos, professores e intelectuais, magistrados e militares, comerciantes e industriais, educadores e jovens estudantes, mães amantíssimas, mulheres de alma fortalecida na piedade cristã –, todos quantos me ouvis, através dos mais longínquos rincões da nossa bela e gloriosa terra, ponde os vossos sentimentos bem alto e estreitai vontades e corações, num voto ardente e sincero de tudo sacrificar pela integridade e engrandecimento da pátria brasileira!

3. *Estado Novo: 1937-1945*

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937

Proclamação lida no Palácio Guanabara e transmitida pelo rádio na noite de 10 de novembro. Vargas explica as razões do golpe de Estado e da nova Constituição, destacando entre elas as disputas eleitorais e partidárias, as falhas da Constituição de 1934 e a inoperância do Congresso.

À nação

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional.

A investidura na suprema direção dos negócios públicos não envolve, apenas, a obrigação de cuidar e prover as necessidades imediatas e comuns da administração. As exigências do momento histórico e as solicitações do interesse coletivo reclamam, por vezes, imperiosamente, a adoção de medidas que afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de governo.

Por certo, essa situação especialíssima só se caracteriza sob aspectos graves e decisivos nos períodos de profunda perturbação política, econômica e social. A contingência de tal ordem chegamos, infelizmente, como resultante de acontecimentos conhecidos, estranhos à ação governamental, que não os provocou nem dispunha de meios adequados para evitá-los ou remover-lhes as funestas consequências.

Oriundo de um movimento revolucionário de amplitude nacional e mantido pelo poder constituinte da nação, o governo continuou, no período legal, a tarefa encetada de restauração econômica e financeira e, fiel às convenções do regime, procurou criar, pelo alheamento às competições partidárias, uma atmosfera de serenidade e confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas.

Enquanto assim procedia, na esfera estritamente política, aperfeiçoava a obra de justiça social a que se votara desde o seu advento, pondo em prática um programa isento de perturbações e capaz de atender às justas reivindicações das classes trabalhadoras, de preferência as concernentes às garantias elementares de estabilidade e segurança econômica, sem as quais não pode o indivíduo tornar-se útil à coletividade e compartilhar dos benefícios da civilização.

Contrastando com as diretrizes governamentais, inspiradas sempre no sentido construtivo e propulsor das atividades gerais, os quadros políticos permaneciam adstritos aos simples processos de aliciamiento eleitoral.

Tanto os velhos partidos como os novos, em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos.

A verdadeira função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. O fato é sobremodo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses.

Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial, transformado em irrisória competição de grupos obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da nação. Chefes de governos locais, capitaneando desassossegos e oportunismos, transformaram-se, de um dia para outro, à revelia da vontade popular, em centros de decisão política, cada qual decretando uma candidatura, como se a vida do país, na sua significação coletiva, fosse simples convencionalismo destinado a legitimar as ambições do caudilhismo provinciano.

Nos períodos de crise como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana,

subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.

Acresce ainda notar que, alarmados pela atoarda dos agitadores profissionais e diante da complexidade da luta política, os homens que não vivem dela mas do seu trabalho deixam os partidos entregues aos que vivem deles, abstendo-se de participar da vida pública, que só poderia beneficiar-se com a intervenção dos elementos de ordem e de ação construtora.

O sufrágio universal passa, assim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos. Resulta daí não ser a economia nacional organizada que influi ou prepondera nas decisões governamentais, mas as forças econômicas de caráter privado, insinuadas no poder e dele se servindo em prejuízo dos legítimos interesses da comunidade.

Quando os partidos tinham objetivos de caráter meramente político, com a extensão de franquias constitucionais e reivindicações semelhantes, as suas agitações ainda podiam processar-se à superfície da vida social, sem perturbar as atividades do trabalho e da produção. Hoje, porém, quando a influência e o controle do Estado sobre a economia tendem a crescer, a competição política tem por objetivo o domínio das forças econômicas, e a perspectiva da luta civil, que espia, a todo momento, os regimes dependentes das flutuações partidárias, é substituída pela perspectiva incomparavelmente mais sombria da luta de classes.

Em tais circunstâncias, a capacidade de resistência do regime desaparece e a disputa pacífica das urnas é transportada para o campo da turbulência agressiva e dos choques armados.

É dessa situação perigosa que nos vamos aproximando. A inércia do quadro político tradicional e a degenerescência dos partidos em clãs facciosos são fatores que levam, necessariamente, a armar o problema político, não em termos democráticos, mas em termos de violência e de guerra social.

Os preparativos eleitorais foram substituídos, em alguns estados, pelos preparativos militares, agravando os prejuízos que já vinha sofrendo a nação em consequência da incerteza e instabilidade criadas pela agitação facciosa. O caudilhismo regional, dissimulado sob aparências

de organização partidária, armava-se para impor à nação as suas decisões, constituindo-se, assim, em ameaça ostensiva à unidade nacional.

Por outro lado, as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder cultural. Isto mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado.

A consciência das nossas responsabilidades indicava, imperativamente, o dever de restaurar a autoridade nacional, pondo termo a essa condição anômala da nossa existência política, que poderá conduzir-nos à desintegração, como resultado final dos choques de tendências inconciliáveis e do predomínio dos particularismos de ordem local.

Colocada entre as ameaças caudilhescas e o perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas, a nação, embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das forças armadas, não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais, vendo-se obrigada a lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa. Essa é a verdade que precisa ser proclamada, acima de temores e subterfúgios.

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir. Conformada em princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesmas criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e amenizar o poder público.

O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos. Na distribuição das atribuições legais, não se colocara, como se devera fazer, em primeiro plano, o interesse geral; aluíram-se

as responsabilidades entre os diversos poderes, de tal sorte que o rendimento do aparelho do Estado ficou reduzido ao mínimo e a sua eficiência sofreu danos irreparáveis, continuamente expostos à influência dos interesses personalistas e das composições políticas eventuais.

Não obstante o esforço feito para evitar os inconvenientes das assembleias exclusivamente políticas, o Poder Legislativo, no regime da Constituição de 1934, mostrou-se irremediavelmente inoperante.

Transformada a Assembleia Nacional Constituinte em Câmara de Deputados, para elaborar, nos precisos termos do dispositivo constitucional, as leis complementares constantes da Mensagem do Chefe do Governo Provisório de 10 de abril de 1934, não se conseguiu, até agora, que qualquer delas fosse ultimada, malgrado o funcionamento quase ininterrupto das respectivas sessões. Nas suas pastas e comissões se encontram, aguardando deliberação, numerosas iniciativas de inadiável necessidade nacional, como sejam: o Código do Ar, o Código das Águas, o Código de Minas, o Código Penal, o Código do Processo, os projetos da Justiça do Trabalho, da criação dos Institutos do Mate e do Trigo, etc. etc. Não deixaram, entretanto, de ter andamento e aprovação as medidas destinadas a favorecer interesses particulares, algumas evidentemente contrárias aos interesses nacionais e que, por isso mesmo, receberam veto do Poder Executivo.

Por seu turno, o Senado Federal permanecia no período de definição das suas atribuições, que constituíam motivo de controvérsia e de contestação entre as duas Casas Legislativas.

A fase parlamentar da obra governamental se processava antes como um obstáculo do que como uma colaboração digna de ser conservada nos termos em que a estabelecera a Constituição de 1934.

Função elementar e ao mesmo tempo fundamental, a própria elaboração orçamentária nunca se ultimou nos prazos regimentais com o cuidado que era de exigir. Todos os esforços realizados pelo governo no sentido de estabelecer o equilíbrio orçamentário se tornavam inúteis, desde que os representantes da nação agravavam sempre o montante das despesas, muitas vezes em benefício de iniciativas ou de interesses que nada tinham a ver com o interesse público.

Constitui ato de estrita justiça consignar que em ambas as Casas do Poder Legislativo existiam homens cultos, devotados e patriotas, capazes de prestar esclarecido concurso às mais delicadas funções públicas,

tendo, entretanto, os seus esforços invalidados pelos próprios defeitos de estrutura do órgão a que não conseguiam emprestar as suas altas qualidades pessoais.

A manutenção desse aparelho inadequado e dispendioso era de todo desaconselhável. Conservá-lo seria, evidentemente, obra de espírito acomodaticio e displicente, mais interessado pelas acomodações da clientela política do que pelo sentimento das responsabilidades assumidas. Outros, por certo, prefeririam transferir aos ombros do Legislativo os ônus e dificuldades que o Executivo terá de enfrentar para resolver diversos problemas de grande relevância e de graves repercussões, visto afetarem poderosos interesses organizados, interna e externamente. Compreende-se, desde logo, que me refiro, entre outros, aos da produção cafeeira e regularização da nossa dívida externa.

O governo atual herdou os erros acumulados em cerca de vinte anos de artificialismo econômico, que produziram o efeito catastrófico de reter estoques e valorizar o café, dando em resultado o surto da produção noutros países, apesar dos esforços empreendidos para equilibrar, por meio de quotas, a produção e o consumo mundial da nossa mercadoria básica. Procurando neutralizar a situação calamitosa encontrada em 1930, iniciamos uma política de descongestionamento, salvando da ruína a lavoura cafeeira e encaminhando os negócios de modo que fosse possível restituir, sem abalos, o mercado do café às suas condições normais. Para atingir esse objetivo, cumpria aliviar a mercadoria dos pesados ônus que a encareciam, o que será feito sem perda de tempo, resolvendo-se o problema da concorrência no mercado mundial e marchando decisivamente para a liberdade de comércio do produto.

No concernente à dívida externa, o serviço de amortização e juros constitui questão vital para a nossa economia. Enquanto foi possível o sacrifício da exportação de ouro, a fim de satisfazer as prestações estabelecidas, o Brasil não se recusou a fazê-lo. É claro, porém, que os pagamentos no exterior só podem ser realizados com o saldo da balança comercial. Sob a aparência de moeda, que vela e disfarça a natureza do fenômeno de base nas relações econômicas, o que existe, em última análise, é a permuta de produtos. A transferência de valores destinados a atender a esses compromissos pressupõe, naturalmente, um movimento de mercadorias do país devedor para os seus clientes no exterior em volume suficiente para cobrir as responsabilidades contraídas. Nas circunstâncias

atuais, dados os fatores que tendem a criar restrições à livre circulação das riquezas no mercado mundial, a aplicação de recursos em condições de compensar a diferença entre as nossas disponibilidades e as nossas obrigações só pode ser feita mediante o endividamento crescente do país e a debilitação da sua economia interna.

Não é demais repetir que os sistemas de quotas, contingenciamentos e compensações, limitando, dia a dia, o movimento e volume das trocas internacionais, têm exigido, mesmo nos países de maior rendimento agrícola e industrial, a revisão das obrigações externas. A situação impõe, no momento, a suspensão do pagamento de juros e amortizações até que seja possível reajustar os compromissos sem dessangrar e empobrecer o nosso organismo econômico. Não podemos por mais tempo continuar a solver dívidas antigas pelo processo ruinoso de contrair outras mais vultosas, o que nos levaria, dentro de pouco, à dura contingência de adotar solução mais radical. Para fazer face às responsabilidades decorrentes dos nossos compromissos externos, lançamos sobre a produção nacional o pesado tributo que consiste no confisco cambial expresso na cobrança de uma taxa oficial de 35%, redundando, em última análise, em reduzir de igual percentagem os preços, já tão aviltados, das mercadorias de exportação. É imperioso pôr um termo a esse confisco, restituindo o comércio de câmbio às suas condições normais. As nossas disponibilidades no estrangeiro, absorvidas, na sua totalidade, pelo serviço da dívida e não bastando, ainda assim, às suas exigências, dão em resultado nada nos sobrar para a renovação do aparelhamento econômico, do qual depende todo o progresso nacional.

Precisamos equipar as vias férreas do país de modo a oferecerem transporte econômico aos produtos das diversas regiões, bem como construir novos traçados e abrir rodovias, prosseguindo na execução do nosso plano de comunicações, particularmente no que se refere à penetração do *hinterland* e à articulação dos centros de consumo interno com os escoadouros de exportação.

Por outro lado, essas realizações exigem que se instale a grande siderurgia, aproveitando a abundância de minério, num vasto plano de colaboração do governo com os capitais estrangeiros que pretendam emprego remunerativo, e fundando, de maneira definitiva, as nossas indústrias de base, em cuja dependência se acha o magno problema da defesa nacional.

É necessidade inadiável também dotar as forças armadas de aparelhamento eficiente que as habilite a assegurar a integridade e a independência do país, permitindo-lhes cooperar com as demais nações do continente na obra de preservação da paz.

Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação.

A Constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal sem alterar o que se considera substancial nos sistemas de opinião: manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos estados dentro das linhas tradicionais da federação orgânica.

Circunstâncias de diversa natureza apressaram o desfecho deste movimento, que constitui manifestação de vitalidade das energias nacionais extrapartidárias. O povo o estimulou e acolheu com inequívocas demonstrações de regozijo, impaciente e saturado pelos lances entristecedores da política profissional; o Exército e a Marinha o reclamam como imperativo da ordem e da segurança nacional.

Ainda ontem, culminando nos propósitos demagógicos, um dos candidatos presidenciais mandava ler da tribuna da Câmara dos Deputados documento francamente sedicioso e o fazia distribuir nos quartéis das corporações militares, que, num movimento de saudável reação às incursões facciosas, souberam repelir tão aleivosa exploração, discernindo, com admirável clareza, de que lado estavam, no momento, os legítimos reclamos da consciência brasileira.

Tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-me seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal. Jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos se tivesse de ceder quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política, sem a certeza de poder trabalhar, com real proveito, pelo maior bem da coletividade.

Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à nação.

As decepções que o regime derrogado trouxe ao país não se limitaram ao campo moral e político.

A economia nacional, que pretendia participar das responsabilidades do governo, foi também frustrada nas suas justas aspirações. Cumpre restabelecer, por meio adequado, a eficácia da sua intervenção e colaboração na vida do Estado. Ao invés de pertencer a uma assembleia política em que, é óbvio, não se encontram os elementos essenciais às suas atividades, a representação profissional deve constituir um órgão de cooperação na esfera do poder público em condições de influir na propulsão das forças econômicas e de resolver o problema do equilíbrio entre o capital e o trabalho.

Considerando de frente e acima dos formalismos jurídicos a lição dos acontecimentos, chega-se a uma conclusão iniludível a respeito da gênese política das nossas instituições: elas não corresponderam, desde 1889, aos fins para que se destinavam.

Um regime que, dentro dos ciclos prefixados de quatro anos, quando se apresentava o problema sucessório presidencial, sofria tremendos abalos, verdadeiros traumatismos mortais, dada a inexistência de partidos nacionais e de princípios doutrinários que exprimissem as aspirações coletivas, certamente não valia o que representava e operava apenas em sentido negativo.

Numa atmosfera privada de espírito público como essa em que temos vivido, onde as instituições se reduzem às aparências e aos formalismos, não era possível realizar reformas radicais sem a preparação prévia dos diversos fatores da vida social.

Torna-se impossível estabelecer normas sérias e sistematização eficiente à educação, à defesa e aos próprios empreendimentos de ordem material se o espírito que rege a política geral não estiver conformado em princípios que se ajustem às realidades nacionais.

Se queremos reformar, façamos desde logo a reforma política. Todas as outras serão conseqüências desta, e sem ela não passarão de inconsistentes documentos de teoria política.

Passando do governo propriamente dito ao processo da sua constituição, verificava-se ainda que os meios não correspondiam aos fins. A fase culminante do processo político sempre foi a da escolha de candidato à Presidência da República. Não existia mecanismo constitucional prescrito a esse processo. Como a função de escolher pertencia aos partidos e como estes se achavam reduzidos a uma expressão puramente

nominal, encontrávamo-nos em face de uma solução impossível, por falta de instrumento adequado. Daí as crises periódicas do regime, pondo quadrienalmente em perigo a segurança das instituições. Era indispensável preencher a lacuna incluindo na própria Constituição o processo de escolha dos candidatos à suprema investidura, de maneira a não se reproduzir o espetáculo de um corpo político desorganizado e perplexo, que não sabe, sequer, por onde começar o ato em virtude do qual se define e afirma o fato mesmo da sua existência.

A campanha presidencial de que tivemos apenas um tímido ensaio não podia assim encontrar, como efetivamente não encontrou, repercussão no país. Pelo seu silêncio, a sua indiferença, o seu desinteresse, a nação pronunciou julgamento irrecorrível sobre os artifícios e as manobras a que se habituou a assistir periodicamente, sem qualquer modificação no quadro governamental que se seguia às contendas eleitorais. Todos sentem, de maneira profunda, que o problema de organização do governo deve processar-se em plano diferente e que a sua solução transcende os mesquinhos quadros partidários, improvisados nas vésperas dos pleitos com o único fim de servir de bandeira a interesses transitóriamente agrupados para a conquista do poder.

A gravidade da situação que acabo de descrever em rápidos traços está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação desse estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização.

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo apenas como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.

Restauraremos a nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1937

Saudação pronunciada no Palácio Guanabara e transmitida pelo rádio, afirmando a necessidade da nova Constituição, expondo os atos já praticados pelo governo, como a extinção dos partidos e intermediários políticos, e anunciando os projetos futuros, entre eles o da Marcha para o Oeste e o de construção de escolas profissionais.

Brasileiros, no alvorecer do novo ano, quando nas almas e nos corações se acende mais viva e crepitante a chama das alegrias e das esperanças e sentimos mais forte e dominadora a aspiração de vencer, de realizar e progredir, venho comunicar-me convosco e falar diretamente a todos, sem distinções de classe, profissão ou hierarquia, para, unidos e confraternizados, erguermos bem alto o pensamento, num voto irrevogável pela grandeza e pela felicidade do Brasil.

Tenho recebido do povo brasileiro, em momentos graves e decisivos, inequívocas provas de uma perfeita comunhão de ideias e sentimentos. E por isso mesmo, mais do que antes, julgo-me no dever de transmitir-lhe a minha palavra de fé, tanto mais oportuna e necessária se considerarmos as responsabilidades decorrentes do regime recém-instituído, em que o patriotismo se mede pelos sacrifícios e os direitos dos indivíduos têm de subordinar-se aos deveres para com a nação.

Era imperioso, pelo bem do maior número, mudar de processos e assentar diretrizes de trabalho condizentes com as nossas realidades e os reclamos do desenvolvimento do país.

A Constituição de 10 de novembro não é um documento de simples ordenação jurídica do Estado, feito de encomenda segundo figurinos em moda. Adapta-se concretamente aos problemas atuais da vida brasileira, considerada nas suas fontes de formação, definindo, ao mesmo tempo, os rumos do seu progresso e engrandecimento.

Os atos praticados nestes cinquenta dias de governo refletem e confirmam a vontade decisiva de agir dentro dos princípios adotados.

Suspendemos o pagamento da dívida externa por imposição de circunstâncias estranhas à nossa vontade. Não significa isso renegar compromissos. Carecemos apenas de tempo para solucionar dificuldades que não criamos e reajustar a nossa economia, transformando as riquezas potenciais em recursos efetivos que nos permitam satisfazer,

sem sacrifício, as exigências dos prestamistas. Foi-se a época em que a escrituração das nossas obrigações se fazia no estrangeiro, confiada a bancos e intermediários; não mais nos impressiona a falsa atitude filantrópica dos agentes da finança internacional, sempre prontos a oferecer soluções fáceis e vantajosas. A inversão de capitais imigrantes é, sem dúvida, fator ponderável do nosso progresso, mas não devemos esquecer que ela se opera diante das reais possibilidades remunerativas aqui encontradas, contrastando com a baixa dos juros nos países de origem. Compreende-se, assim, o motivo por que, se não hostilizamos o capital estrangeiro, também não podemos conceder-lhe outros privilégios além das garantias normais que oferecem os países novos em plena fase de crescimento.

Modificamos a onerosa política seguida em relação ao café e, da mesma forma, o regime cambial que vigorava para as nossas trocas. O monopólio agora atribuído ao Banco do Brasil é simples medida de controle que não chega a afetar os preços de base das nossas utilidades. Livre dos ônus e taxas que o sobrecarregavam para fazer face às valorizações artificiais, o café poderá reconquistar a sua antiga posição nos centros consumidores mundiais, concorrendo vantajosamente com os similares e assegurando aos produtores maiores possibilidades de lucro.

Tudo isto constituía preliminar necessária ao reajustamento orçamentário, que acaba de ser feito, na Lei de Meios do exercício de 1938.

Ao lado dessas resoluções de caráter econômico e financeiro, figuram outras, de não menor significação, na esfera político-administrativa. Quero aludir aos atos de extinção dos partidos políticos, de organização da Justiça nacional e regulamentação dos proventos no serviço público civil.

Pelo primeiro, teve-se em vista suprimir a interferência dos interesses facciosos e de grupos na solução dos problemas de governo. O Estado, segundo a ordem nova, é a nação, e deve prescindir, por isso, dos intermediários políticos para manter contato com o povo e consultar as suas aspirações e necessidades. Pelo segundo, criou-se a Justiça nacional, fazendo desaparecer as contradições e anomalias da organização em que tínhamos tantas Justças quantas as unidades federativas existentes. A codificação do Direito nacional, já iniciada, virá completar essa medida de notável alcance para o fortalecimento dos vínculos de coesão nacional. Assim como uma bandeira

única protege, soberanamente, todos os brasileiros, também a lei deve assegurar, de modo uniforme, os direitos do cidadão em todo o território nacional. Cabe referir, por último, a lei que proíbe as acumulações dos cargos públicos. Por mais de um século, essa providência desafiou os legisladores de boa intenção. A solução encontrada é, sem dúvida, rigorosa. Acarretará sacrifícios para alguns, mas representa um bem para a coletividade e demonstra, de forma insofismável, o propósito moralizador de extinguir todas as situações de privilégio. Permitindo distribuição mais equitativa quanto ao acesso às funções públicas, implicitamente beneficia maior número e oferece oportunidade para assegurar remuneração equivalente aos serviços prestados.

O ano que se inicia será de trabalho intenso e de realizações fecundas. A ação do Estado não se limitará às tarefas da rotina administrativa. Ajustada ao ritmo do progresso nacional, procurará dar-lhe, direta e indiretamente, estímulos novos e meios adequados de expansão.

A civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando definitivamente os alicerces da nação.

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro, que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventureosas. E lá teremos de ir buscar, dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial.

Para tanto, empenharemos todas as energias disponíveis. Não será, certamente, obra de uma única geração, mas é a que tem de ser feita, e ao seu início queremos, por isso, consagrar o melhor dos nossos esforços.

Persistiremos na disposição de suprimir as barreiras que separam zonas e isolam regiões, de sorte que o corpo econômico nacional possa evoluir homogeneamente, e a expansão do mercado interno se faça

sem entraves de nenhuma espécie. Reequipando portos, remodelando o material ferroviário e construindo novas linhas, abrindo rodovias e aparelhando a frota mercante, conseguiremos articular, em função desse objetivo, os meios de transporte e os escoadouros da produção. Em conexão com tais empreendimentos, visando precisamente facilitar e garantir a sua execução, instalaremos a grande siderurgia, se necessário por iniciativa do próprio Estado; ativaremos as pesquisas de petróleo e continuaremos a estimular a utilização, em maior escala, do carvão mineral e do álcool combustível.

No regime da Constituição revogada, não era possível tomar essas iniciativas nem assumir as responsabilidades de tão pesados encargos. A União fora despojada de recursos e sobrecarregada de obrigações, e o poder central, forçado a atender injunções de natureza política, não dispunha de meios para agir com eficiência e presteza. Assegurada, entretanto, a percepção dos tributos como vai ser daqui em diante, e feita a sua distribuição para finalidades verdadeiramente produtivas, restará apenas cuidar da organização do crédito e movimentação dos capitais. Instalar-se-á o Banco Central, como aparelho de controle financeiro, e, nele apoiados, poderemos finalmente estabelecer o crédito agrícola e industrial.

Mas os problemas do Brasil não se reduzem à valorização da terra, à exploração intensiva das fontes econômicas.

O homem brasileiro, dotado de inteligência viva e plástica, perfeitamente aclimado, transformar-se-á no agente dinâmico do nosso progresso quando lhe sejam prodigalizados os benefícios da civilização, sem os quais não poderá adquirir o domínio total do meio físico vasto e rico que lhe cumpre explorar e defender.

Até bem pouco, o nosso aparelhamento de ensino se limitava às necessidades mínimas do preparo individual. A instrução, privilégio de poucos, produzindo improvisadores brilhantes, alguns especialistas de renome mundial e exemplares de alta cultura, deixava a maior parte da população iletrada e sem aptidões para assimilar os conhecimentos e meios modernos de trabalho. Havia abundância de doutores e falta de técnicos qualificados; o homem competente no seu ofício era raro; o artesanato decaiu diante da máquina sem que pudéssemos dispor de trabalhadores industriais.

O governo nacional resolveu empreender, a esse respeito, obra decisiva. Além de modernizar os estabelecimentos existentes, ampliando-lhes a

capacidade e eficiência, iniciou a construção de grandes escolas profissionais, que deverão constituir uma vasta rede de ensino popular, com irradiação por todo o país. Atenderá ainda às iniciativas dos governos locais, mediante auxílios materiais e orientação técnica.

A nova Constituição determina essa tarefa como primeiro dever do Estado, estabelecendo, também, a obrigatoriedade de colaboração por parte das entidades individuais e de fins econômicos. Não esqueçamos que esse dever se estende a todos os que conseguiram, pelo concurso do trabalho de muitas gerações, acumular grandes riquezas. Entre nós, são raros, infelizmente, os homens de fortuna que aplicam no incentivo da educação e da cultura do povo uma parcela, mínima que seja, dos seus fartos rendimentos.

O sentimento de solidariedade humana é uma das mais nobres e altas manifestações do espírito cristão. Quando o Estado toma a iniciativa das obras de assistência econômica e ampara o esforço do trabalhador, é para atender a um imperativo da justiça social, dando exemplo a ser observado por todos, sem necessidade de coação. Já avançamos bastante em matéria de legislação trabalhista, e estamos agora desenvolvendo um plano completo de assistência sanitária a que não faltam as providências complementares atinentes ao saneamento de zonas insalubres, às facilidades para a construção de lares confortáveis e higiênicos e ao barateamento das utilidades e gêneros de consumo imediato.

A multiplicidade de setores em que age o Estado não exclui, antes afirma, um postulado fundamental: o da segurança para o trabalho e as realizações de interesse geral. A ordem e a tranquilidade públicas serão mantidas sem vacilações. O governo continua vigilante na repressão do extremismo e vai segregar, em presídios e colônias agrícolas, todos os elementos perturbadores, reconhecidos pelas suas atividades sediciosas ou condenados por crimes políticos. Não consentiremos que o esforço e a dedicação patriótica dos bons brasileiros venham a sofrer inquietações e sobressaltos originados pelas ambições personalistas ou desvarios ideológicos de falsos profetas e demagogos vulgares.

Todos os problemas em equação na vida brasileira tendem ao objetivo supremo de coordenar os valores humanos e os valores econômicos, a fim de tornar a nação cada vez mais forte e mais próspera. Cabe-nos uma missão na América e no mundo. Donos de meio continente, tendo de mobilizar riquezas e criar uma civilização própria, já não podemos

permanecer em atitude passiva, deixando indefeso o patrimônio histórico que nos foi legado. As forças armadas, para cujo aparelhamento e preparo estamos trabalhando com afinco, representam o núcleo aglutinador dos milhões de brasileiros dispostos a tudo sacrificar pela integridade pátria. O ambiente de perturbações que atravessa o mundo justifica e impõe que nos preparemos para fazer face às eventualidades. Fomos e continuamos sendo uma nação pacífica, que, em obediência ao ascendente cristão das suas origens, prefere às soluções de força o entendimento amistoso e os proveitos da cooperação construtiva.

Brasileiros, na hora das expansões e dos bons augúrios, trago-vos a minha saudação amiga.

Como vós, creio nos altos destinos da pátria e, como vós, trabalho para realizá-los. No Estado Novo, não há lugar para os céticos e os hesitantes, descrentes de si e dos outros. São esses os que, por vezes, interrompem o repouso da vossa jornada, honestamente ganha, com o alarme dos seus temores e a atoarda do negativismo malsinador. De coração confiante e ânimo alevantado, consagrai-vos ao labor quotidiano e aos cuidados do lar, onde haveis guardado as esperanças de felicidade e encontrais o conchego confortador dos entes queridos.

A todos os que vivem sob a proteção luminosa do Cruzeiro do Sul, dou, neste alvorecer do ano novo, os melhores votos de ventura e prosperidade. E de todos vós – brasileiros – peço e espero, neste instante, a solene promessa de bem servir a pátria e de tudo fazer pelo seu engrandecimento.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1938

Discurso dirigido aos trabalhadores ressaltando a importância da ordem, da harmonia entre capital e trabalho, e das leis sociais.

Operários do Brasil, no momento em que se festeja o Dia do Trabalho, não desejei que esta comemoração se limitasse a palavras, mas que fosse traduzida em fatos e atos que constituíssem marcos imperecíveis, assinalando pontos luminosos na marcha e na evolução das leis sociais do Brasil.

Nenhum governo, nos dias presentes, pode desempenhar a sua função sem satisfazer as justas aspirações das massas trabalhadoras.

Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho!

Em primeiro lugar, a ordem, porque na desordem nada se constrói; porque, num país como o nosso, onde há tanto trabalho a realizar, onde há tantas iniciativas a adotar, onde há tantas possibilidades a desenvolver, só a ordem assegura a confiança e a estabilidade.

O trabalho só se pode desenvolver em ambiente de ordem. Por isso, a Lei do Salário Mínimo, que vem trazer garantias ao trabalhador, era necessidade que há muito se impunha. Como sabeis, em nosso país o trabalhador, principalmente o trabalhador rural, vive abandonado, percebendo uma remuneração inferior às suas necessidades.

No momento em que se providencia para que todos os trabalhadores brasileiros tenham casa barata, isentados dos impostos de transmissão, torna-se necessário, ao mesmo tempo, que, pelo trabalho, se lhes garanta a casa, a subsistência, o vestuário, a educação dos filhos.

O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana! Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando apenas o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social. Além dessas condições, é forçoso observar que, num país como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado, poderá, elevando o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno. Após a série de leis sociais com que tem sido amparado e beneficiado o trabalhador brasileiro, a partir da organização sindical, da Lei dos Dois Terços, que terá de ser cumprida e que está sendo cumprida, das férias remuneradas, das caixas de aposentadoria e pensões, que asseguraram a tranquilidade do trabalhador na invalidez e a dos seus filhos na orfandade, a Lei do Salário Mínimo virá assinalar, sem dúvida, um marco de grande relevância na evolução da legislação social brasileira. Não se pode afirmar que seja o seu termo, porque outras se seguirão.

Um operário – Confiamos em V.Exa.

O SR. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS – O orador operário, que foi o intérprete dos sentimentos de seus companheiros, declarou, há pouco, que a legislação social do Brasil veio estabelecer a harmonia e a tranquilidade entre empregados e empregadores. É esta uma afirmativa

feliz, que ecoou bem no meu coração. Não basta, porém, a tranquilidade e a harmonia entre empregados e empregadores. É preciso a colaboração de uns e outros no esforço espontâneo e no trabalho comum em bem dessa harmonia, da cooperação e do conagraçamento de todas as classes sociais. O movimento de 10 de novembro pode ser considerado, sob certos aspectos, como um reajustamento dos quadros da vida brasileira. Esse reajustamento terá de se realizar, e já se vem realizando, exatamente pela cooperação de todas as classes. O governo não deseja, em nenhuma hipótese, o dissídio das classes nem a predominância de umas sobre outras. Da fixação dos preceitos do cooperativismo na Constituição de 10 de novembro deverá decorrer, naturalmente, o estímulo vivificador do espírito de colaboração entre todas as categorias de trabalho e de produção. Essa colaboração será efetivada na subordinação ao sentido superior da organização social. Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional.

É preciso, portanto, para a realização desse ideal supremo, que todos marchem unidos, em ascensão prodigiosa, heroica e vibrante, no sentido da colaboração comum e do esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil!

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1938

Discurso pronunciado no Palácio do Catete em agradecimento a manifestação popular de repúdio ao levante integralista de 11 de maio.

A demonstração de solidariedade que me trazeis, tão significativa nesta hora quanto confortadora pela sua espontaneidade, exprime bem os mais altos sentimentos da consciência brasileira. E esta demonstração vem, precisamente, no dia comemorativo [dos cinquenta anos] da libertação dos escravos, quando fazemos a evocação comovida de todos os grandes vultos da campanha abolicionista; vem no momento em que acabamos de reprimir um assalto covarde visando subverter o regime e implantar no Brasil novo cativo, isto é, o pior dos cativos, porque seria a conjura permanente dos interesses de indivíduos e de grupos empenhados em trair os supremos interesses da pátria.

A cupidez de alguns politíqueiros expulsos do poder, habituados a viver dos seus proventos sem trabalhar, e a ambição de um grupo de fanáticos desvairados pela obsessão de impor ao país uma ideologia exótica, conluíram-se na trama de uma ignóbil empreitada, lançando mão de todos os recursos sem olhar a sua origem nem ter em vista que comprometiam, com o auxílio recebido de fora, a própria soberania do Brasil.

Assim como ontem, na defesa da integridade e da honra nacional, repelimos os extremistas da esquerda, enfrentamos, hoje, sem vacilações, os extremistas da direita. Ambos se equivalem nos seus meios e objetivos, e encontram igual repúdio na opinião pública.

Na madrugada de 11 de maio, os inimigos da pátria erigiram a violência e o ódio faccioso em norma de ação. Os indivíduos que assaltaram casas residenciais para trucidar os seus moradores eram, na generalidade, meros sicários sem qualificação social, sem profissão conhecida. Os chefes e seus prepostos imediatos fugiram acovardados; os mandantes e instigadores negam as responsabilidades e lavam, na bacia de Pilatos, as mãos tintas do sangue que fizeram derramar.

Surpreso e indignado diante de tamanha audácia, o povo mede, com precisão, o alcance do crime e os propósitos dos chacinadores, reclamando rigorosa justiça e a punição dos culpados onde quer que se ocultem: nos cargos públicos, que traíram; no seio da sociedade, que macularam desonrando as tradições de lealdade e o sentimento cristão do povo brasileiro.

Existia, até pouco, um credo político que disfarçava os seus apetites de sinistro domínio com as invocações mais caras e arraigadas em nossas consciências: Deus, Pátria e Família. Mas a impostura foi desmascarada. Em nome de Deus, que ordena o amor e o perdão aos próprios inimigos, ninguém pode assaltar e trucidar; a pátria exige a união de todos os brasileiros, empenhados em trabalhar pelo seu engrandecimento; e a família é incompatível com a violação de lares adormecidos, maculados pela violência e a brutalidade de assassínios.

A repulsa aos simuladores e aos nefandos processos foi, felizmente, imediata e edificante. As forças armadas tiveram exemplar conduta, mantendo ação coesa e disciplinada, e todas as classes exprimiram, inequivocamente, a sua solidariedade ao governo nacional. A vossa manifestação é mais uma prova da unanimidade dos sentimentos do povo

brasileiro. Os inimigos da nossa segurança e do nosso progresso hão de ter o merecido castigo.

Brasileiros, nas horas tranquilas, como em meio dos perigos, haveis de encontrar-me em comunhão convosco, honrando as vossas tradições mais puras, defendendo os vossos lares e dignificando a missão que me confiastes.

Nem os atentados miseráveis, nem o terrorismo inconsciente entibiarão os nossos ânimos. Continuemos a trabalhar confiantes no futuro, prontos a castigar exemplarmente os culpados pelo crime de lesa-pátria. É o nosso dever. Havemos de cumpri-lo serenamente, sem medir sacrifícios, para maior bem e maior glória do Brasil.

Brasileiros, eu esperava uma demonstração das classes trabalhadoras e recebi uma demonstração de todo o povo brasileiro! É preciso que este momento não passe como um episódio vulgar na nossa vida; é preciso que ele constitua o ponto de partida de uma ordem nova. Eu constituo o povo brasileiro em auxiliar permanente do Estado; eu o constituo em legião para a defesa permanente dos interesses da pátria!

Resende, 29 de junho de 1938

Discurso pronunciado por ocasião do lançamento da pedra fundamental da Escola Militar de Resende – que seria inaugurada em 1944 e daria lugar, em 1951, à Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) –, atribuindo às forças armadas a instituição do Estado Novo.

Senhores, a natureza da saudação que me foi feita impõe-me o dever de vos dirigir também a palavra, nesta solenidade tão grata à expansão dos vossos sentimentos patrióticos. A Escola Militar, cuja pedra fundamental acaba de ser lançada, constitui uma aspiração geral do Exército, desde os seus mais humildes representantes até aos mais graduados. É uma aspiração justa e generosa dos seus cadetes, dos seus professores, dos seus comandantes, entre os quais cumpre salientar o nome do general José Pessoa, até aquele que, no momento, representa duplamente o Exército junto ao governo nacional, pela sua função de ministro e pelas suas virtudes militares – o general Eurico Gaspar Dutra.

O Instituto de Educação e de Preparação Militar, a ser construído, é uma realização do Estado Novo. O plano da sua execução sofreu várias

vicissitudes e teve que vencer extrema dificuldade. Dentro da grandiosidade do panorama em que foi localizado e da perfeição do seu aparelhamento modelar, estou certo de que cada cadete, ao penetrar nos seus umbrais, sentir-se-á elevado, pela própria imponência e pela própria suntuosidade do edifício monumental onde vai efetuar os seus estudos.

Quando vos digo que a Escola Militar é uma das mais altas e das mais expressivas realizações do Estado Novo, é mister recordar-vos de que o regime instituído a 10 de novembro, contando apenas pouco mais de meio ano de existência, já apresenta um patrimônio e um acervo de grandes realizações.

O Estado Novo remodelou os quadros da vida brasileira e, com referência ao Exército, promulgou todas as leis orgânicas, todas as leis que regulam a sua vida e as disposições suplementares que as completam. Em todo o país, quartéis estão sendo modernizados e outros construídos. Por toda parte, a maior soma de esforços para atender às necessidades das classes armadas. As indústrias bélicas foram incrementadas. Em breve, poderemos produzir quase tudo de que o Exército necessita para o seu aparelhamento e para a renovação da sua estrutura material. O que a indústria brasileira ainda não produz já foi encomendado no estrangeiro. Dentro em pouco, estará o Exército em condições de atender a todas as eventualidades da defesa do país.

Prosseguindo na execução do mesmo plano de defesa nacional, a nossa Marinha de Guerra está sendo aparelhada e modernizada, com o cumprimento dos contratos de fornecimento feitos no estrangeiro. E, ao mesmo tempo, nas efusões de um entusiasmo digno de louvores, os nossos estaleiros e os nossos arsenais se aprestam na construção e no lançamento ao mar de outras unidades navais, que integrarão a Marinha no valor das suas belas tradições e na eficiência das exigências modernas.

Na ordem civil, o governo não descarta do esforço permanente e da atividade fecunda em prol da restauração das finanças públicas, do estímulo das forças econômicas e dos estudos preparatórios para o lançamento das nossas indústrias de base.

Além do programa e da política de obras públicas em execução, novas perspectivas se abrem, em dias próximos, para maior soma de iniciativas, serviços e realizações.

Eu vos formulo as interrogações que por tanto tempo foram objeto das preocupações patrióticas dos bons brasileiros: Que existia antes?

Para onde caminhava o Brasil? Por que e quem reagiu contra um estado de cousas revelador de males talvez insanáveis para a defesa e preservação da própria unidade nacional? Infelizmente, o Brasil marchava para a desagregação, a passos acelerados. Os vinte estados em que se retalhava o seu território foram transformados em vinte feudos onde se opunham os interesses regionais aos interesses supremos do país. Orçamentos, em que 80% da receita se gastavam no serviço de pessoal e apenas os 20% restantes se aplicavam em serviços públicos e empreendimentos materiais, eram dispersos e consumidos em torno dos mesmos interesses regionalistas que as condições e as exigências da política tornavam prementes para o governo federal, reduzido ao controle e paralisado, na sua liberdade de ação, pela influência nefasta de forças locais e dissociativas. As rendas da União ficavam à mercê da prodigalidade legislativa, que as desfalcava em favor de interesses facciosos e particularistas.

E, coroando o quadro de confusão e de dissipação, o caudilhismo reclamava o direito de resolver as questões nacionais pela força das ameaças e pelas imposições das influências perturbadoras e das ambições de mando do caciquismo local.

E, para mais agravar as dificuldades internas, elementos estrangeiros, formando como um quisto no território nacional e mantendo contato, por intermédio de emissários qualificados, com os que se interessavam e pretendiam influir nos rumos da nossa própria vida nacional, aguardavam apenas que se processasse a decomposição do gigante, para reparti-lo entre as suas ambições insaciáveis, açulando, também, de um lado e de outro, os extremismos verde e vermelho, entre os quais se debatia a nossa desconjuntada organização política.

As forças armadas, que eram e continuam a ser a única força nacional organizada, sentiram, nas suas reservas de civismo e nas suas resistências patrióticas, que, para salvar a pátria, era preciso o apelo ao recurso extremo da reação contra um estado de cousas que nos ia conduzindo, vertiginosamente, à perda da nossa existência nacional, da nossa independência e da nossa soberania.

O Estado Novo foi instituído por vós, e, para a sua sustentação, está empenhada a vossa responsabilidade. O governo, instituído por um movimento que encontrou a maior ressonância na opinião pública do país e na adesão das suas classes populares, sente-se cada vez mais apoiado nas forças armadas, reivindicando, como o seu mais alto objetivo, o de

aparelhá-las para que possam exercer a sua grande missão cívica e moral. Ainda agora, as dificuldades surgidas pela influência de fatores sub-reptícios originados de fora do país, dificuldades que não nos enchem mais de temores, demonstram à evidência até onde o regime vigente desorganizou e desarticulou os seus planos de ambição e de conquista.

Não podemos recuar e não devemos recuar. A nossa divisa de luta será avançar sempre, tendo como finalidade subordinar todos os interesses à lei suprema do interesse geral, imposta pelo poder público e assegurada pelo Estado. Estamos atravessando uma fase dura, de renúncia e de privações. É mister vencê-la com ânimo patriótico.

Na hora em que lançamos a pedra fundamental da Escola Militar, sob a recordação do dia em que morreu Floriano, mantenedor da ordem no Brasil e consolidador do regime implantado em 1889, eu vos afirmo, evocando a sua memória sagrada, que, mantidas e preservadas a ordem e a tranquilidade públicas, entraremos, em breve, num largo período de prosperidade.

Agradeço a saudação que me foi dirigida e exijo de todos vós o que impus a mim mesmo e que é, para os militares, um postulado do seu dever: o compromisso do devotamento de cada dia, de cada hora e de cada minuto, sem temer as consequências e sem vacilar diante dos resultados – o compromisso do devotamento contínuo e permanente pela prosperidade e pela grandeza do Brasil.

Ribeirão Preto, 22 de julho de 1938

Discurso expondo as ações do governo em prol do café desde 1930.

É justificado e sincero o meu regozijo, vendo-me entre vós e sentindo, no acolhimento caloroso que me fazeis, a vibração dos sentimentos e das energias dos homens que abriram audaciosamente, neste recanto privilegiado da terra paulista, novos rumos à expansão da economia nacional.

Pelos laços de emoção patriótica e pela solidariedade do esforço, somos obreiros do mesmo ideal, empenhados em realizar a tarefa magna do engrandecimento da pátria. Podemos e devemos, pois, falar-nos de maneira aberta e franca, sem ocultar pensamentos e intenções. Juntos, temos batalhado pela solução de problemas comuns; e, na qualidade

de chefe do governo, sempre me encontrastes disposto e pronto para atender aos reclamos das vossas atividades produtoras e iniciativas de labor fecundo.

Ao recapitular os oito anos da minha gestão administrativa, sinto-me tranquilo e seguro na convicção de havermos feito tudo quanto era possível, e o melhor possível, para readquirir o que nos tirou a crise de 1929, especialmente no setor da produção agrícola.

Como elemento básico da nossa economia, foi o café rudemente atingido. A situação difícil que tivemos de enfrentar refletiu-se, de forma direta, na vida e no trabalho de São Paulo. Estávamos em face de uma conjuntura inteiramente nova na história econômica do país e precisávamos agir de imediato, sob pena de maiores danos e perturbações.

É oportuno observar que as mudanças de eixo econômico, anteriormente registradas, operaram-se em menor escala e vagarosamente. Do açúcar colonial ao ouro decorreram séculos. O primado da borracha durou pouco tempo, extinguindo-se quando já se havia iniciado o ciclo da grande produção cafeeira. Sem abalos profundos, pôde o organismo nacional reagir e reconstituir-se.

O colapso de 1929 processou-se em quadros mais vastos e complexos. Era lógico e inevitável. São Paulo, no segundo decênio deste século, transformara-se em núcleo preponderante do progresso do país; a sua evolução, do patriarcalismo econômico para o regime complexo da produção de concorrência, decorrera rapidamente, adquirindo equilíbrio surpreendente e promissor.

Quando chegávamos ao ponto mais alto dessa ascensão, desencadeou-se a catástrofe, com o seu cortejo de sintomas alarmantes. Ao governo saído da Revolução de 1930 coube arcar com as responsabilidades da recuperação econômica. O estudo sereno das realizações e esforços da administração nesse período indica seguramente que a maior tarefa tem consistido no encaminhamento e solução do problema cafeeiro.

A mera exposição de fatos e cifras bastará para revelar aos espíritos mais simples o alcance e valor das resoluções tomadas. A política agrária do governo federal constitui, em essência, a própria política econômica nacional. A sua explicação está no fato de ter conseguido garantir a estabilidade social de São Paulo, fundamentalmente ameaçada pelos fracassados planos de valorização. Aos defensores de artifícios econômicos pode parecer que foi claudicante e incerta a conduta seguida. Mas, a

quem observe com serenidade, aparecerá legítima, útil e adaptada aos objetivos de que nunca se desviou, mesmo quando teve de resistir aos interesses particularistas empenhados no seu desvirtuamento.

O que ninguém ignora é que a situação de São Paulo, no advento da Revolução, era insustentável para o estado e escura para todo o Brasil. O produto fundamental da nossa economia, mercê de valorizações sucessivas, carregava o pesado ônus de todos os malefícios que nos afligiam. Superprodução e subconsumo, aviltamento dos salários e vida encarecida, dificuldades da política monetária e instabilidade nos negócios constituíam o quadro sintomático do mal que minava o arcabouço econômico e financeiro do país.

Em face de situação assim calamitosa, não era possível abandonar de vez os rumos antigos, entregar a lavoura à própria sorte e lançar o país inteiro no caos econômico. Isso equivaleria a arruinar definitivamente a riqueza de São Paulo e fomentar a anarquia no país. Urgia, portanto, enfrentar a realidade traçando rigorosamente o plano que até agora foi executado: restabelecer o equilíbrio estatístico do café, em primeiro lugar, para voltar, depois, à liberdade dos negócios.

Fácil é verificar como esse programa, tão simples de enunciado, apresentava-se complexo na execução. Libertar o mercado dos estoques acumulados e regular as entradas do produto foram as medidas iniciais, seguidas da criação de um imposto em espécie e dos entendimentos com os demais produtores para a defesa do café.

Outras medidas protetoras foram postas em prática, segundo as exigências do momento. Para o efeito da compra, instituíram-se as taxas de 10 e 15 *shillings* e criou-se o Conselho, transformado, a seguir, em Departamento Nacional do Café – instrumento de uma das maiores experiências de economia dirigida que se tem feito no mundo. Nas últimas safras, resolveu-se a retirada das quotas de equilíbrio, sempre com o objetivo de restabelecer a confiança nos mercados e estabilizar os preços.

Fase houve em que tentamos, pelos convênios internacionais, obter a unidade de vistas dos países produtores em torno dos preços e da redução da produção. Falhadas estas tentativas, tivemos de recorrer à concorrência nos mercados.

Como era de esperar, a nova política havia de ter forte repercussão em nossa balança de contas. Obrigou-nos, de início, a suspender os pagamentos da dívida externa, além dos outros sacrifícios que vinham sendo feitos.

O governo não descuroou, entretanto, nem um momento, do auxílio à lavoura, libertando-a de boa parte dos seus compromissos. O reajustamento econômico já custou ao erário nacional mais de \$830.000.000, dos quais cerca de 450.000 destinados a São Paulo. Enquanto isso, melhorava-se tecnicamente a produção, aumentando o coeficiente dos cafés chamados finos, adaptando a esses tipos a quota de equilíbrio e reduzindo o prazo de liberação da mercadoria despachada.

A partir de dezembro do ano último, as cifras de exportação cresceram de modo animador. Enquanto no primeiro semestre de 1937 exportamos 5.900.000 sacas, no segundo ultrapassamos os 8 e 1/2 milhões. Conservando esse ritmo, deveremos exportar 17 a 18 milhões da safra em curso, o que constituirá compensação inegável da queda de preços.

O erro fundamental das valorizações consistia na manutenção e elevação sistemática das cotações, quando os mercados externos não as suportavam e éramos obrigados, para sustentá-las, a reter 3.000.000 de sacas, tendo, ainda, de dar escoamento a uma safra formidável, a de 1927/1928, computada em 27.000.000. Foi a essa altura que, num arranco espasmódico, ao invés de se acautelarem os interesses da produção cafeeira, manteve-se a valorização, com um apelo desesperado ao crédito. O mais oneroso empréstimo de que se tem notícia foi realizado quando o futuro era alarmante, às portas da enorme safra de 20.000.000 de sacas, em 1929/1930, e em face de uma retenção de mais de 11 e 1/2 milhões.

Apesar das dificuldades sem conta, conseguimos desafogar os produtores e o comércio, restituindo a confiança ao mercado e encaminhando-o à plena liberdade de ação.

Isso tudo não constitui louvor nem milagre: decorre de uma contingência a que tínhamos de fazer face com ânimo decidido. Através de experiências coroadas de êxito, vamos, felizmente, pondo em prova o acerto das nossas resoluções.

Esta a situação atual, premissa de uma reconstituição completa da atividade econômica de São Paulo, padrão de trabalho e de empreendimentos fecundos.

Senhores, o ânimo forte e a persistência não vos faltaram. Ao governo sempre sobrou o desejo de auxiliar a lavoura, amparando-lhe os interesses legítimos.

Dias mais prósperos, negócios mais sólidos, crédito mais amplo e perspectivas de progresso seguro – é o que temos a esperar, vencida a borrasca, que, por longos anos, desafiou os nossos esforços.

Confiemos e trabalhemos. O futuro há de nos dar razão, justificando o desassombro com que enfrentamos as dificuldades.

Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1938

Discurso pronunciado no salão de honra do Palácio Guanabara e transmitido pelo rádio. Vargas encerra as comemorações da Semana da Pátria e da Raça, enfatizando a necessidade de fortalecimento da raça, através do levantamento do nível cultural e eugênico da mocidade.

Brasileiros, encerramos as comemorações da Pátria e da Raça, celebrando com exaltado fervor cívico a data máxima da nossa existência política.

Todos sentem o profundo significado desta hora histórica.

Pátria não é apenas a extensão territorial dotada de grandes recursos naturais e admirada pela imponência dos seus panoramas; é, acima de tudo, a comunidade de laços afetivos e interesses econômicos e só existe, em verdade, quando se impõe à inteligência e ao coração do povo como a mais alta representação das suas virtudes e energias criadoras.

Há um ano, falando à nação neste dia glorioso, tinha por certo não voltar a fazê-lo como chefe do governo. Os acontecimentos ditaram o contrário. Permaneço no mesmo posto de trabalho, com o firme propósito de não desmerecer na confiança dos brasileiros.

Avaliareis facilmente quanto é cheia de provações na atualidade a vida de um chefe de Estado consciente das suas responsabilidades. Além dos riscos e sacrifícios pessoais, sobejam as aleivosias dos impenitentes malsinadores e as incompreensões dos que apenas enxergam aparências de gozo e comodismo na árdua e silenciosa luta mantida em prol do bem público.

A tarefa de governar faz-se cada dia mais complexa e difícil. Os clássicos postulados de manutenção e garantia dos pactos sociais sofreram profundas modificações. Já não basta assegurar a ordem e a continuidade administrativa. É preciso controlar as forças econômicas, corrigir as desigualdades de classe e obstar, por uma vigilância

constante, a contaminação do organismo político pelas infiltrações ideológicas que apregoam o ódio e fomentam a desordem. Conduzir uma nação em momento de tamanhas apreensões só o pode e deve fazer quem seja capaz de tudo sacrificar pela felicidade comum.

Não tendo sido outro o meu empenho, conforta-me verificar que a transformação operada na vida nacional, além de inadiável e proveitosa, foi obtida sem abalos e dissensões fratricidas. Saímos de uma situação falsa e caótica, com o país dividido em feudos e o interesse público na dependência dos conchavos das clientelas eleitorais; conjuramos a ameaça que pesava sobre a nossa soberania, impedindo a formação de quistos raciais com pretensões autonômicas; fortalecemos a unidade nacional, extinguindo particularismos e hegemonias regionalistas; atacamos de frente os problemas fundamentais da nossa economia e do aparelhamento defensivo do país; passamos, enfim, de um regime de ficção e desperdício para outro de realidade e trabalho, em que a nação se apresenta estruturada como um todo orgânico, dentro dos objetivos supremos do seu engrandecimento.

Marchando, agora, para novos rumos, cumpre-nos enfrentar as dificuldades e construir corajosamente o futuro.

O culto dos heróis e das glórias passadas não pode traduzir-se numa atitude de pura contemplação, de passividade estéril. Há de revestir, antes, a grandiosidade de um compromisso público, projetando diante de nós as figuras máximas da história pátria, a exigirem, pela memória dos seus feitos, que saibamos perpetuar-lhes o exemplo e manter o ritmo da prosperidade nacional.

O momento é próprio para ressaltar a preponderância do fator humano no progresso de qualquer nação. A capacidade de agir, o amor ao trabalho dignificante, o sentimento cívico e a dedicação à causa pública resultam da cuidadosa e persistente educação do povo. As possibilidades materiais, valiosíssimas em si, só valem efetivamente nas mãos de homens inteligentes e empreendedores de espírito esclarecido e corpo robusto, capazes de transformá-las em elementos de expansão individual e coletiva.

É inadiável dar pronta solução ao problema do fortalecimento da raça, assegurando o preparo cultural e eugênico das novas gerações.

Na formação da mocidade está o fundamento de uma política construtiva e dinâmica. A sua prática virá remover numerosos obstáculos

que entorpecem o progresso nacional. A fuga dos campos, o desamor pela gleba, a caça ao emprego público, as falhas de organização, as influências rotineiras e os vícios da falsa civilização constituem efeitos, na maior parte, da educação insuficiente e defeituosa nos seus processos e objetivos.

Remover tantos males é imperativo iniludível, e só o conseguiremos dispondo de uma mocidade sadia e habilitada profissionalmente.

Sempre fomos, e continuamos a ser, um povo acolhedor e hospitaleiro, tolerante por índole, habituado a praticar a solidariedade cristã e a dedicar-se às grandes causas.

Nas circunstâncias atuais, torna-se urgente mobilizar essas nobres qualidades do caráter brasileiro, utilizando-as em benefício da cultura e do vigor físico da raça. Aqueles que amam a sua terra e a sua gente, homens de visão e de sentimentos, que trabalham e acumulam fortuna, estão convocados a colaborar com o poder público na obra de preparação das novas gerações, desde o berço à juventude, pelo amparo à maternidade e à infância, os dois polos mais poderosos da afetividade humana.

O governo nacional se propôs, nesse sentido, uma campanha que reclama o concurso de todos.

As comemorações da Pátria e da Raça deverão ser, daqui por diante, uma demonstração inequívoca do nosso esforço pelo levantamento do nível cultural e eugênico da mocidade, fonte de revigoramento das energias nacionais e penhor seguro do progresso da pátria.

Brasileiros, desejo e espero que, em data tão memorável, estas palavras cheias de emoção patriótica cheguem aos vossos ouvidos como um incitamento de fé e de confiança nos dias de amanhã.

Ao lado das outras nações americanas, vivemos e trabalhamos sem prevenções, dispostos, como sempre, a atuar sincera e decididamente com o objetivo de preservar a paz, estreitando cada vez mais os vínculos da solidariedade continental.

Elevemos o espírito, aproximemos os corações e juntemos os nossos votos, irmanados no pensamento superior de tudo empreender.

Pelo Brasil unido.

Pelo Brasil forte.

Pelo Brasil grande.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1938

Discurso dirigido aos trabalhadores na inauguração do edifício-sede do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na Avenida Antônio Carlos, Rio de Janeiro. Vargas afirma que sua popularidade é fruto do exercício de suas funções de governante e da atenção que sempre deu às classes trabalhadoras.

Ao inaugurar o amplo e majestoso edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tenho a impressão de ver tomar forma definitiva, com a solidez arquitetônica das construções destinadas a desafiar o tempo, a obra de integração social iniciada com a Revolução de 1930.

Estou, a bem dizer, em vossa casa, e, diante de vós, envolvido pelo entusiasmo das vossas aclamações, sinto-me à vontade, como se me rodeassem todos os homens que trabalham digna e honestamente, na vasta extensão do território pátrio, sem distinção de classes e profissões, acima de estereis particularismos.

Jamais fugi à vossa convivência, e, nas horas incertas ou perigosas, foi no contato direto convosco, nas ruas e nos lugares públicos, que encontrei estímulo para enfrentar as dificuldades e manter a linha de conduta que me tracei como supremo responsável pelos destinos da nação.

Não o fiz para conquistar fácil popularidade e angariar sufrágios eleitorais; foi no poder e no exercício das funções de governante que me tornei amigo vosso, para melhor compreender as necessidades e melhor realizar as aspirações dos trabalhadores.

Sempre senti e expressei com clareza a minha opinião a vosso respeito – intelectuais, artistas, operários fabris, comerciários, bancários, lavradores –, considerando-vos como valores humanos respeitáveis e não simples máquinas de produção; foi sempre elevado o meu juízo sobre as vossas reservas de energia patriótica, inteireza moral e devotamento ao bem público, dentro da ordem, para maior bem da família brasileira e tranquilidade do trabalho, criador de fartura e propulsor de aperfeiçoamento cultural.

Empresto, por isso, às vossas manifestações de apreço e solidariedade a significação de um incentivo espontâneo para prosseguir nos rumos traçados, sem hesitações nem receios. Estamos irmanados no

mesmo ideal de fortalecimento da pátria e de aumento do seu poderio econômico. Reconhecendo os princípios de justiça social e pondo em prática o primado dos direitos da coletividade sobre as prerrogativas dos indivíduos, nunca vos faltou o meu governo, nos momentos decisivos, com as medidas capazes de trazer segurança ao vosso labor e aos vossos lares modestos e honrados. Assim também – desvaneço-me de proclamá-lo –, em todas as circunstâncias em que brasileiros transviados por ideologias exóticas ou a soldo de interesses antinacionais pretenderam subverter a ordem e ameaçar a paz das nossas famílias, estivestes, intransigentemente, ao lado do poder constituído, dispostos a torná-lo mais forte e respeitado.

Em 1935 como em 1938, em meio às apreensões daquelas horas conturbadas, quando a investida inimiga não se detinha nem mesmo diante de assassínios frios e premeditados assaltos, a vossa incondicional solidariedade se fez sentir de norte a sul do país, reafirmando a confiança no governo e a reprovação aos contumazes agentes da desordem.

Ainda tenho na memória, viva e nítida, a confortadora impressão do vosso entusiasmo em 13 de maio deste ano e, mais recentemente, o empolgante espetáculo das demonstrações de Minas e São Paulo, que não deixaram dúvidas sobre a decidida e franca adesão do povo brasileiro ao Regime de 10 de Novembro.

Os extremismos da direita e da esquerda, que, sob formas várias, pretendiam afinal a mesma coisa – a nossa escravização –, foram repellidos e já não constituem perigo imediato para as instituições.

A mesquinha política dos grupos e interesses particularistas foi banida da nossa coletividade. Pensamos todos, todos os bons brasileiros, em servir devotadamente à pátria, dando-lhe pujança econômica e dotando-a de meios eficientes para defender-se em qualquer emergência.

As nossas corporações armadas aprestam-se para assegurar a ordem e garantir a paz; o Exército e a Marinha recebem o necessário aparelhamento; e, enquanto o primeiro prepara cuidadosamente os seus quadros, a segunda tem a sua frota aumentada de vinte e seis unidades, por iniciativa do atual governo.

Isto vem sendo feito sem que as vossas aspirações sejam sacrificadas ou esquecidas. O programa de amparo às classes trabalhadoras, gradativamente executado, proporciona-lhes concórdia e bem-estar dentro dos postulados da justiça. Além das vantagens já consolidadas e das garantias oferecidas pelo seguro social, instituímos o salário mínimo,

visando assegurar ao trabalhador dos campos e das cidades, com a justa retribuição do seu esforço, a satisfação das necessidades humanas e o desenvolvimento moral e cultural.

Trabalhadores do Brasil, os insatisfeitos de todos os tempos, os espíritos inquietos, aqueles que foram contaminados pelas doutrinas deformadoras, sem raízes na vida brasileira, os remanescentes da política retrógrada das pantomimas eleitorais, ainda poderão vociferar, criticar, intrigar e fazer conspiratas; os maus profissionais, os inadaptados ao progresso das atividades que escolheram, podem clamar no deserto; os maus brasileiros, que infelizmente os há, poderão semear boatos e enfileirar-se entre os derrotistas e sabotadores.

O governo nacional, cujo primeiro aniversário hoje comemoramos, mantém-se resoluto no cumprimento da sua missão renovadora e patriótica. Para levá-la adiante, apoia-se na lealdade e devotamento das forças armadas; dispõe da cooperação dos núcleos criadores de riqueza; conta, enfim, convosco, homens de trabalho, porque tem a certeza de que todos vós desejais ardentemente o maior engrandecimento da pátria brasileira.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1939

Discurso pronunciado na sessão de reinstalação do Conselho Federal de Comércio Exterior. Vargas afirma que o país não pode continuar apenas como exportador de matérias-primas, pois que essa é uma condição dos países semicoloniais.

Srs. Conselheiros, o discurso do cônsul João Carlos Muniz, vosso diretor executivo, resumiu as bases do programa do governo.

A experiência de cinco anos do Conselho de Comércio Exterior, que tanto é o tempo de seu funcionamento, pôde mostrar-nos o que se tornava necessário à reforma levada a efeito por haver revelado as razões das suas falhas e as causas de seus êxitos. Estas observações serviram de base à reorganização dos serviços com a melhor distribuição dos encargos da secretaria do conselho, de modo a permitir a fixação de bases seguras para os estudos a que tendes de proceder. De tudo resultará melhor e maior articulação e concentração dos serviços, celeridade na marcha do expediente e aconselhável redução do âmbito de estudo desse conselho, que se não deve dispersar no exame de assuntos estranhos ao seu principal objetivo.

A atenção dos conselheiros deve ser reclamada para todos os fenômenos que interessem à produção, ao comércio, à indústria, às tarifas, às comunicações e aos transportes. Por quê? Porque todos estes fatos estão diretamente ligados à nossa exportação, que deve constituir a preocupação precípua de vossa atividade.

Precisamos transformar o conselho em um organismo vivo e atuante, para que se integre na sua alta finalidade, que é a de estímulo à nossa capacidade de exportação, fator primordial da riqueza nacional.

O Brasil vive e precisa da exportação, e deve, portanto, aumentá-la. Na pauta das estatísticas mais recentes, vemos enumerados quarenta produtos principais da nossa exportação, indicando-se, assim, grande variedade. Desses quarenta produtos, porém, apenas seis representam valor superior a 100.000:000\$000. Todos os demais registram cifras inferiores. Apresenta-se, assim, uma grande margem para o aumento da exportação.

Não nos podemos conformar, como bem disse o vosso diretor executivo, com sermos apenas um país exportador de matérias-primas, porquanto essa condição é própria de países semicoloniais. Temos que tratar das nossas indústrias de transformação, da exportação dos produtos manufaturados e da sua colocação nos mercados externos. Temos que rever os acordos comerciais com outros países e estudá-los de maneira a adaptar o nosso comércio às suas exigências, às suas peculiaridades e aos rumos seguidos pela sua economia. Não nos devemos vincular a doutrina uniforme, mas nos adaptarmos às condições e às necessidades de cada país no plano das relações comerciais.

Estão aqui reunidos cidadãos prestantes, idôneos pela sua competência e pelas suas qualidades morais. Fostes convocados para este serviço. O que espero de vós é o que o Brasil espera de todos os seus filhos: esforço e dedicação daqueles que estão ao seu serviço.

Está instalado o Conselho Federal de Comércio Exterior e encerra-se a sessão.

São Paulo, 5 de janeiro de 1940

Discurso pronunciado ao paraninfar a turma dos diplomados de 1939 no Instituto Profissional Masculino de São Paulo.

Senhores, a experiência de governar e o contato permanente com as diversas atividades da vida nacional mostram-me a imperiosa necessi-

dade de colocar a preparação técnica dos produtores entre os problemas de maior importância para a expansão econômica do país.

Não tenho, como é de moda, desdém pela cultura ou menosprezo pela ilustração. Acredito que o homem conquista, progressivamente, a natureza pelo trabalho e pela ciência, e, graças a esse processo de apropriação, consegue melhorar o corpo e o espírito, elevando a condição humana e tornando a existência mais digna. No período de evolução em que nos encontramos, a cultura intelectual sem objetivo claro e definido deve ser considerada, entretanto, luxo acessível a poucos indivíduos e de escasso proveito para a coletividade.

As observações e os acontecimentos quotidianos demonstram que, para desenvolvermos as nossas virtualidades econômicas, possuímos de fato as riquezas da nossa terra e usufruí-las em lugar de guardá-las como avarentos e incapazes, precisamos formar uma geração de técnicos aptos a resolver os problemas do nosso crescimento e a formular a equação do nosso progresso material, que é, na realidade, a base de todo aperfeiçoamento mental e moral.

Decorrido mais de meio século de trabalho livre, ainda não nos distanciamos muito dos objetivos educacionais que conformaram outra época e outra sociedade.

Expresso certamente uma aspiração geral dizendo que, na agricultura como nas indústrias, diante da evolução incessante dos processos de produção e aproveitamento dos recursos materiais, a nação deseja e quer homens habilitados, com o preparo profissional necessário, para tirar do trabalho o maior rendimento possível. E, para que os tenha, é indispensável que se multipliquem, que se instalem, progridam, forneçam novos mestres e se encham de alunos as escolas como esta.

Não necessito fazer elogio especial ao vosso labor, nem dizer grandes palavras para exprimir a admiração que merece o vosso esforço. A minha presença, hoje, no Instituto Profissional Masculino de São Paulo, parainfando a turma de 1939, depois de ter acompanhado o trabalho dos seus mestres e alunos em diversas exposições, evidencia a constante atenção dispensada pelo meu governo à educação técnica das gerações novas.

Sob todos os aspectos, a organização deste estabelecimento é digna de apreço e representa uma fecunda iniciativa do governo do estado, continuada pelo Sr. Interventor Admar de Barros, que, louvavelmente, tem procurado atender às suas necessidades com a mesma decisão e

patriótico empenho que costuma pôr na realização dos empreendimentos ligados ao progresso paulista e à ação renovadora do Estado Novo. O governo nacional, reconhecendo isso, bem como o mérito do vosso esforço, não deixará de concorrer para a melhoria das vossas instalações e o maior aperfeiçoamento do ensino profissional no estado.

O cultivo das artes mecânicas não merecera, até há pouco, o cuidado que reclama da administração pública. A instalação das escolas de artífices, iniciativa feliz do governo Nilo Peçanha, só na atualidade, com a disseminação dos liceus industriais em construção em diversos estados, recebeu tratamento adequado.

Bem longe estamos, porém, da meta que é preciso alcançar. As deficiências são grandes, sobretudo no que diz respeito à extensão da rede de escolas técnico-profissionais. Numerosos jovens deixam de receber preparo satisfatório por falta de escolas, enquanto outros prosseguem estudos em desacordo com as suas tendências e meios, ou se debatem no autodidatismo, sem encontrar caminho acertado para as suas atividades.

Para corrigir essas falhas, o governo determinou o estabelecimento, em 1º de maio deste ano, das escolas de fábrica e vai criar, brevemente, institutos de orientação profissional e cursos superiores de trabalho, destinados a formar técnicos e professores para os institutos médios. Os liceus modernos, quase concluídos no Distrito Federal, nos estados do Amazonas, Maranhão e Espírito Santo, e de construção adiantada no Rio Grande do Sul e Goiás, fornecerão, por outro lado, os elementos indispensáveis ao preparo profissional dos brasileiros não mais em reduzida escala e pequenos núcleos, mas em proporções nacionais. Entre esses núcleos, sobressaem alguns que honram a inteligência brasileira. A Escola Técnica do Exército, dotada de completo e moderno aparelhamento, exemplifica o que afirmamos. Ali, um brilhante corpo de oficiais vem recebendo, desde 1930, preparação especializada em altos estudos de mecânica e eletricidade, de forma a fazer face às necessidades industriais da nossa defesa e do desenvolvimento das nossas comunicações.

Não bastam, entretanto, às exigências do progresso do país, os técnicos militares. Urge organizar, também entre os civis, quadros mais amplos, constituindo reservas para qualquer emergência e em condições de emprestar à expansão das nossas energias sentido geral e construtivo.

Os frutos da ação governamental nesse setor não tardarão em aparecer, desfazendo a afirmativa generalizada e falsa, aceita pelos observadores superficiais, segundo a qual os brasileiros só aspiram a ser doutores e empregados públicos. A estreiteza dos nossos currículos de ensino, circunscritos quase exclusivamente ao quadro das profissões liberais; a falta de estabelecimentos especializados em condições de aproveitar os pendores naturais da adolescência; a indecisão dos chefes de família que não encontravam facilidades para a educação da prole; a produtividade baixa do operário não qualificado: esses e outros pequenos obstáculos truncavam vocações e derrotavam existências.

O homem brasileiro, dotado de inteligência viva e pronta, é capaz de aprender todos os ofícios, de praticar as técnicas mais difíceis e complexas, de adaptar-se facilmente ao manejo de novas máquinas e à aprendizagem rápida de quaisquer processos industriais. É um excelente operário, um bom contramestre, um engenheiro eficiente. Os estabelecimentos militares e civis que tenho visitado, onde são exigidas as aptidões mais variadas, demonstram essas qualidades de apreensão fácil e execução precisa, o gosto pela profissão, o interesse ativo pela melhoria da própria capacidade.

Mestres e discípulos, a minha presença nesta casa de trabalho é uma homenagem a todos vós. Dou-lhe esta significação porque sei que, entre as vossas máquinas e os vossos teares, sois obreiros modestos, conscienciosos e tenazes do progresso e do engrandecimento da pátria.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1940

Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho. Vargas exalta o trabalhador como fonte do progresso, do desenvolvimento e da independência econômica do país e anuncia a lei que institui o salário mínimo, promessa da Revolução de 1930.

Trabalhadores do Brasil, aqui estou, como de outras vezes, para compartilhar as vossas comemorações e testemunhar o apreço em que tenho o homem de trabalho como colaborador direto da obra de reconstrução política e econômica da pátria.

Não distingo, na valorização do esforço construtivo, o operário fabril do técnico de direção, do engenheiro especializado, do médico, do advogado, do industrial ou do agricultor. O salário, ou outra forma de remuneração, não constitui mais do que um meio próprio a um fim, e esse fim é, objetivamente, a criação da riqueza nacional e o surto de maiores possibilidades à nossa civilização.

A despeito da vastidão territorial, da abundância de recursos naturais e da variedade de elementos de vida, o futuro do país repousa inteiramente em nossa capacidade de realização. Todo trabalhador, qualquer que seja a sua profissão, é, a este respeito, um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva, em prol da independência econômica da nacionalidade. O nosso progresso não pode ser obra exclusiva do governo, e sim de toda a nação, de todas as classes, de todos os homens e mulheres, que se enobrecem pelo trabalho, valorizando a terra em que nasceram.

Constitui preocupação constante do regime que adotamos difundir entre os elementos laboriosos a noção da responsabilidade que lhes cabe no desenvolvimento do país, pois o trabalho bem feito é uma alta forma de patriotismo, como a ociosidade uma atitude nociva e reprovável. Nas minhas recentes excursões aos estados do Centro e do Sul, em contato com as mais diversas camadas da população, recebi caloroso acolhimento e manifestações que testemunham, de modo inequívoco, a confiança que os brasileiros, desde os simples operários aos expoentes das atividades produtoras, depositam na ação governamental.

Falando em momento como este, diante de uma multidão que vibra de exaltação patriótica, não posso deixar de pensar como os nossos governantes permaneceram, durante tanto tempo, indiferentes à cooperação construtiva das classes trabalhadoras. Relegados à existência vegetativa, privados de direitos e afastados dos benefícios da civilização, da cultura e do conforto, os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhes os votos, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais.

A obra de reparação e justiça realizada pelo Estado Novo distancia-nos, imensamente, desse passado condenável, que comprometia os nossos sentimentos cristãos e se tornara obstáculo insuperável à solidariedade nacional. Naquela época, ao aproximar-se o 1º de

Maio, o ambiente era bem diverso. Generalizavam-se as apreensões e abria-se um período de buscas policiais nos núcleos associativos, pondo-se em custódia os suspeitos, dando a todos uma sensação de insegurança e exibindo um luxo de força nas ruas e locais de reunião, que, não raro, redundavam em choques e conflitos sangrentos. Atualmente, a data comemorativa dos homens de trabalho é festiva e de confraternização.

Os benefícios da política trabalhista empreendida nestes últimos anos alcançam profundamente todos os grupos sociais, promovendo o melhoramento das condições de vida nas várias regiões do país e elevando o nível de saúde e de bem-estar geral. A ação tutelar e previdente do Estado patenteia-se, de modo constante, na solicitude com que cria os serviços de proteção ao lar operário, de assistência à infância, de alimentação saudável e barata, de postos de saúde, de creches e maternidades, instituindo o ensino profissional junto às fábricas e, ultimamente, voltando as suas vistas para a construção de vilas operárias e casas populares.

Na continuação desse programa renovador, que encontrou no atual ministro do Trabalho um eficiente e devotado orientador, assinamos, hoje, um ato de incalculável alcance social e econômico: a lei que fixa o salário mínimo para todo o país. Trata-se de antiga aspiração popular, promessa do movimento revolucionário de 1930 agora transformada em realidade, depois de longos e acurados estudos. Procuramos, por esse meio, assegurar ao trabalhador remuneração equitativa, capaz de proporcionar-lhe o indispensável para o sustento próprio e da família. O estabelecimento de um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando, no decorrer do tempo, os índices de saúde e produtividade, auxiliará a solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso.

À primeira vista, poderão pensar os menos avisados que a medida é prematura e unilateral, visto beneficiar apenas os trabalhadores assalariados. Tal, porém, não ocorre no plano do governo. A elevação do nível de vida eleva, igualmente, a capacidade aquisitiva das populações e incrementa, por conseguinte, as indústrias, a agricultura e o comércio, que verão crescer o consumo geral e o volume da produção.

As bases da nossa legislação social já estão solidamente lançadas nas leis que regulam a duração do trabalho, a higiene industrial,

a ocupação das mulheres e menores, as aposentadorias e indenizações de acidentes, as associações profissionais, os convênios coletivos e a arbitragem. Ultima-se, agora, a organização da Justiça do Trabalho, cuja regulamentação está na fase final de estudos e deverá ser posta em vigor dentro de pouco. É uma legislação que tende a ampliar-se e a cobrir com a sua proteção os diversos ramos da economia nacional, da fábrica aos campos, das oficinas aos estabelecimentos comerciais, empresas de transportes e todos os empregos e ocupações. As sugestões da experiência e as imposições da necessidade irão, naturalmente, indicando modificações e ampliações cuidadosas. Chegaremos, assim, a consolidar esse corpo de leis num Código do Trabalho adequado às condições do nosso progresso. Não é demais observar, a propósito das nossas conquistas de ordem social, que povos de civilização mais velha, apontados como modelos a copiar, ainda não conseguiram resolver satisfatoriamente as relações de trabalho, que continuam sendo, para eles, causa de perturbações e antagonismos, em vez de forças de cooperação para o bem comum.

Embora deixados ao abandono, os nossos trabalhadores souberam resistir às influências malsãs dos semeadores de ódios, a serviço de velhas e novas ambições de poderio político, consagrados a envenenar o sentimento brasileiro de fraternidade com o exotismo das lutas de classes. O ambiente nacional tem reagido sadiamente contra esses agentes de perturbação e desordem. A propaganda insidiosa e dissolvente apenas impressionou os pobres de espírito e serviu para agitar os mal-intencionados.

Quem quer que observe a história e a dura lição sofrida por outros povos verá que os extremismos, mesmo quando logram uma vitória efêmera, caem logo vítimas dos próprios erros e das paixões que desencadearam, sacrificando muitas aspirações justas e legítimas, que poderiam ser alcançadas pacificamente. A sociedade brasileira, felizmente, repele, por índole, as soluções extremistas. Corrigidos os abusos e imprevidências do passado, poderemos encarar o futuro com serenidade, certos de que as utopias ideológicas, na prática verdadeiras calamidades sociais, não conseguirão afastar-nos das normas de equilíbrio e bom senso em que se processa a evolução da nacionalidade.

Só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos – patrões e operários, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artesãos, intelectuais – um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da pátria brasileira.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1940

Discurso pronunciado a bordo do encouraçado *Minas Gerais* no 75º aniversário da Batalha do Riachuelo, travada no início da Guerra do Paraguai. Vargas alega que as transformações da “nova era” obrigam o Estado a redimensionar seu papel no mercado e na sociedade, critica o “humanitarismo retórico” e o liberalismo político e exalta o “regime de ordem e de paz” do Estado Novo.

Senhores, a significação do 11 de Junho é bem maior que a de uma vitória naval. Evoca o feito máximo da nossa esquadra, como símbolo do poderio nacional nas águas e da dedicação dos marinheiros brasileiros à grandeza e à glória da pátria. As razões que nos levaram àquele extraordinário lance passaram; já não existem antagonismos no continente: estamos unidos por vínculos de estreita solidariedade a todos os países americanos, em torno de ideais e aspirações e no interesse comum da nossa defesa. O que ficou, perene, imortal, foi o lema de Barroso – O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever.

A frase heroica, transformada em divisa da Marinha de Guerra, nunca foi mais viva do que nos dias atuais. Estou certo de que nenhum brasileiro vacilará diante desse imperativo, e todos, como a guarnição disciplinada de uma grande nave, conservarão os postos que lhes foram determinados, vigilantes e serenos.

Atravessamos, nós, a humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma era nova. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo das suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das ideias mortas e dos ideais estéreis.

A economia equilibrada não comporta mais o monopólio do conforto e dos benefícios da civilização por classes privilegiadas. A própria

riqueza já não é, apenas, o provento de capitais sem energia criadora que os movimente; é trabalho construtor, erguendo monumentos imperecíveis, transformando os homens e as coisas, agigantando os objetivos da humanidade, embora com sacrifício do indivíduo. Por isso mesmo, o Estado deve assumir a obrigação de organizar as forças produtoras, para dar ao povo tudo quanto seja necessário ao seu engrandecimento como coletividade. Não o poderia fazer, entretanto, com o objetivo de garantir lucros pessoais exagerados ou limitados a grupos cuja prosperidade se baseia na exploração da maioria. Os seus direitos merecem ser respeitados, desde que se mantenham em limites razoáveis e justos.

A incompreensão dessas formas de convivência, a inadaptação às situações novas acarretam aos pessimistas, cassandras agourentas de todos os tempos, o desânimo infundado que os leva a prognósticos sombrios e vaticínios derrotistas. Dificuldades relativas aparecem-lhes com o aspecto tenebroso das crises irremediáveis; a perda temporária de mercados toma fisionomia de catástrofe.

A consideração serena dos acontecimentos conduz a interpretação diferente. Se há mercados fechados à venda dos nossos produtos em consequência da guerra, em compensação, para eles não se canalizam economias nossas em troca dos artigos que nos forneciam. O que resulta, em última análise, é o aumento da produção nacional, procurando o país bastar-se a si mesmo, ao menos enquanto persistirem os empecilhos atuais ao comércio exterior. O governo age não somente com o propósito de desenvolver as trocas internas, mas também negociando convênios com as nações credoras, no sentido de pagar em utilidades o serviço das nossas dívidas, reduzindo-as na base dos valores em bolsa. Estamos criando indústrias, ativando a exploração de matérias-primas, a fim de exportá-las transformadas em produtos industriais. Para acelerar o ritmo dessas realizações, é necessário algum sacrifício de comodidades, a disposição viril de poupar para edificar uma nação forte. No período que atravessamos, só os povos endurecidos na luta e enrijados no sacrifício são capazes de afrontar tormentas e vencê-las.

A ordenação política não se faz, agora, à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional sem peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, gozando a paz como um bem natural e não como uma conquista de cada dia. Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos

bens da terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem. À democracia política substitui a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para a defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas. Não há mais lugar para regimes fundados em privilégios e distinções; subsistem somente os que incorporam toda a nação nos mesmos deveres e oferecem, equitativamente, justiça social e oportunidades na luta pela vida.

A disciplina política tem de ser baseada na justiça social, amparando o trabalho e o trabalhador para que este não se considere um valor negativo, um pária à margem da vida pública, hostil ou indiferente à sociedade em que vive. Só assim se poderá constituir um núcleo nacional coeso, capaz de resistir aos agentes da desordem e aos fermentos de desagregação.

É preciso que o proletário participe de todas as atividades públicas, como elemento indispensável de colaboração social. A ordem criada pelas circunstâncias novas que dirigem as nações é incompatível com o individualismo, pelo menos quando este colida com o interesse coletivo. Ela não admite direitos que se sobreponham aos deveres para com a pátria.

Felizmente, no Brasil, criamos um regime adequado às nossas necessidades, sem imitar outros nem filiar-se a qualquer das correntes doutrinárias e ideológicas existentes. É o regime da ordem e da paz brasileiras, de acordo com a índole e a tradição do nosso povo, capaz de impulsionar mais rapidamente o progresso geral e de garantir a segurança de todos.

Pugnando pela expansão e fortalecimento da economia geral, como instrumento de grandeza da pátria, e não como objetivo individual; contando com a boa vontade e o espírito de sacrifício de todos os brasileiros, atingiremos mais depressa o nível de preparação técnica e cultural que nos garanta a utilização das riquezas potenciais do território em benefício da defesa comum.

Na comemoração de tão gloriosa data, vejo a melhor oportunidade para apontar aos brasileiros o caminho que devemos seguir e seguiremos vigorosamente.

O aparelhamento completo das nossas forças armadas é uma necessidade que a nação inteira compreende e aplaude. Nenhum sacrifício será excessivo para tão alta e patriótica finalidade. O empenho dos militares corre de par com a vontade do povo. E o labor atual da Marinha, depois de uma fase de tristeza e estagnação, é o melhor exemplo do que pode a vontade, do que realiza a fé no próprio destino, quando animada pelo calor de um sadio patriotismo. Firme na sua disciplina, fortalecida pela esperança de melhores dias, a Marinha brasileira, fiel ao cumprimento do dever, renova-se e ressurgue pelo trabalho que dignifica os homens e as corporações. O ruído das suas oficinas, onde se forjam os instrumentos da nossa defesa – navios que sulcam rios e oceanos ou aviões que sobrevoam o litoral –, enche de contentamento os espíritos votados ao amor da pátria. Às pequenas unidades já construídas sucederão outras, maiores e mais numerosas, e os monitores e caça-minas de hoje terão irmãos mais fortes nos torpedeiros e cruzadores de futuro próximo.

Sem desfalecimentos, a Marinha se transforma, e com ela se retempera o nosso entusiasmo, aumentando-nos o vigor e a coragem para trabalhar pelo Brasil.

Manaus, 9 de outubro de 1940

Discurso pronunciado no Ideal Club agradecendo o banquete oferecido pelo interventor e pelas classes conservadoras do estado do Amazonas. Vargas ressalta as riquezas da Amazônia, a necessidade de povoamento, a bravura da população local e a importância do rio Amazonas para os países andinos.

Senhores, ver a Amazônia é um desejo de coração na mocidade de todos os brasileiros. Com os primeiros conhecimentos da pátria maior, este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem simbolizando a grandeza territorial, a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão. É natural que uma imagem tão forte e dramática da natureza brasileira seduza o povo e as imaginações moças, prolongando-se em duradouras ressonâncias pela existência em fora, através dos estudos dos sábios, das impressões dos viajantes e dos artistas, igualmente presos aos seus múltiplos e indizíveis encantamentos.

As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça, e a sua história, feita de heroísmo e viril audácia, reflete a majestade trágica dos prélios travados contra o destino. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória. A cidade de Manaus não é a menor delas. Outras muitas nos reserva a constância do esforço e a persistente coragem de realizar.

Do mesmo modo que a imagem do rio-mar é, para os brasileiros, a medida da grandeza do Brasil, os vossos problemas são, em síntese, os de todo o país. Necessitais adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes.

Até agora, o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar.

Apenas – é necessário dizê-lo corajosamente – tudo quanto se tem feito, seja agricultura ou indústria extrativa, constitui realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional. O que a natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem. Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano. A coragem empreendedora e a resistência do homem brasileiro já se revelaram, admiravelmente, nas “entradas e bandeiras do ouro negro e da castanha”, que consumiram tantas vidas preciosas. Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado.

É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais, o seu quadro ainda é o da dispersão. O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu

lado, em contato apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante, para consumo doméstico. Já não podem constituir, por si sós, esses homens de resistência indobrável e de indomável coragem, como nos tempos heroicos da nossa integração territorial, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco, os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto.

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do Regime de 10 de Novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora.

Vim para ver e observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros, também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias, e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro.

O vosso governo, tendo à frente o interventor Álvaro Maia, homem de lúcida inteligência e devotado amor à terra natal, há de aproveitar a oportunidade para reerguer o estado e preparar os alicerces da sua prosperidade.

O período conturbado que o mundo atravessa exige de todos os brasileiros grandes sacrifícios. Sei que estais prontos a concorrer com o vosso quinhão de esforço, com a vossa admirável audácia de desbravadores para a obra de reconstrução iniciada. Não vos faltará o apoio do governo central para qualquer empreendimento que beneficie a coletividade.

Nada nos deterá, nesta arrancada, que é, no século vinte, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes

torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização.

As águas do Amazonas são continentais. Antes de chegarem ao oceano, arrastam no seu leito degelos dos Andes, águas quentes da planície central e correntes encachoeiradas das serranias do Norte. É, portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão da sua bacia hidrográfica e pela origem das suas nascentes e caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio signo de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs, para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostre, mais uma vez, com dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside às relações dos povos americanos, sempre prontos à cooperação e ao entendimento pacífico.

Senhores, o acolhimento afetuoso que tenho encontrado entre vós não só me toca o coração, porque já vos sabia leais e hospitaleiros, como fortalece, ainda mais, o meu sentimento de brasilidade.

Passou a época em que substituíamos pelo fácil deslumbramento, repleto de imagens ricas e metáforas preciosas, o estudo objetivo da realidade. Ao homem moderno está interdita a contemplação, o esforço sem finalidade. E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção, cresce a impressão dessa responsabilidade, a que não é possível fugir nem iludir.

Sois brasileiros, e aos brasileiros cumpre ter consciência dos seus deveres, nesta hora que vai definir os nossos destinos de nação. E, por isso, concito-vos a ter fé e a trabalhar, confiantes e resolutos, pelo engrandecimento da pátria.

Porto Velho, 14 de outubro de 1940

Entrevista concedida à Associated Press e publicada na mesma data no *Diário Carioca*. Vargas explica os planos do governo para colonizar e desenvolver economicamente a Amazônia, o que deveria implicar entendimentos entre os países tributários da bacia amazônica.

Desejando transmitir a toda a América informações completas sobre a Conferência das Nações Amazônicas, a que o presidente Getúlio Vargas se referiu no discurso que pronunciou em Manaus, e as primeiras impressões sobre sua excursão ao vale amazônico, a Associated Press solicitou, telegraficamente, ao chefe do governo brasileiro uma entrevista destinada aos jornais do continente. Atendendo ao pedido, o presidente Getúlio Vargas, de Porto Velho, onde se encontrava no momento, concedeu àquela agência telegráfica a seguinte entrevista:

Não vim à Amazônia com a preocupação do turista que encontra aqui tantos motivos para deslumbrar-se e sentir-se fortemente impressionado. Vim com o objetivo de verificar as possibilidades práticas para pôr em execução um plano de exploração sistemática das suas riquezas e de desenvolvimento econômico do grande vale.

Saneamento e colonização

Essas possibilidades são evidentes, e o plano, já delineado de modo geral, compreende duas partes: saneamento e colonização. O saneamento será feito com uma organização técnica de execução progressiva, até conseguirmos extinguir o impaludismo, existente apenas em algumas zonas do território amazonense. A propósito, convém observar que o clima da Amazônia, ao contrário do que muitos pensam, é geralmente salubre e possui condições favoráveis a uma vida saudável e ao trabalho produtivo. Prova-o o fato de encontrarmos, a cada passo, famílias numerosas e uma grande população infantil. O crescimento demográfico é evidente. E bastará cuidar dessas gerações, defendendo-as contra as moléstias, preparando-as física e culturalmente, dando-lhes educação moral e cívica para transformá-las em valiosos fatores do povoamento da região. É o que queremos fazer sem perda de tempo. A política povoadora será iniciada com grupos de nacionais que aqui se fixem e

prosperem. Tal colonização também terá uma orientação técnica, tanto para a escolha das terras, como para a instalação dos colonos. Fundar-se-ão núcleos agrícolas, servidos de escolas rurais e aprendizados onde os filhos dos colonos recebam instrução e conhecimentos de lavoura.

A distribuição das terras

Aproveitaremos, para isso, as terras devolutas e as distribuiremos, gratuitamente, entre os colonos, fornecendo-lhes ainda instrumentos agrários e sementes.

O Instituto Agrônomo do Norte dará assistência técnica aos agricultores; intensificará o plantio da seringueira; desenvolverá, em condições econômicas, a cultura da castanha, do timbó e de todas as abundantes essências florestais nativas.

Para completar esse plano, intensificaremos a exploração industrial. Com esse fim, já estão chegando, a convite do governo, industrialistas norte-americanos interessados em colaborar conosco no desenvolvimento da Amazônia, onde seus capitais e recursos técnicos encontrarão segura e remuneradora aplicação.

A Conferência das Nações Amazônicas

Quanto à conferência de que falei no discurso de Manaus, devo esclarecer que dela participarão, principalmente, os países vizinhos tributários da bacia amazônica e que precisam fazer escoar seus produtos para o Atlântico. Esses países são Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia. Poderão ser convidados os Estados Unidos, tendo-se em vista o seu interesse como grande mercado consumidor. Os assuntos a tratar parecem-me da maior importância: intercâmbio comercial, navegação, transportes, tarifas aduaneiras e outros. Devemos chegar a um acordo em que se assegure, praticamente, a expansão das nossas atividades em sentido amplo de solidariedade. A exemplo do recente convênio com a Argentina, esse ajuste de interesses mútuos virá ter salutar reflexo sobre o fortalecimento das relações entre os países americanos. Não devemos cogitar apenas de prevenir atritos possíveis, mas, principalmente, de fortalecer os motivos, que nos sobram, para nos unirmos e formarmos uma verdadeira comunidade econômica. É claro que, assim procedendo, aumentaremos as nossas reservas de defesa e a nossa capacidade para resistir a qualquer tentativa de absorção. Embora não tenhamos,

no momento, felizmente, razões para nos sentirmos ameaçados, cumpre-nos consolidar a obra de solidariedade começada com iniciativas como essas que não visam hostilizar ninguém e só concorrem para desenvolver, entre as nações americanas, o espírito de mútua confiança e a convicção da necessidade de nos prepararmos para enfrentar quaisquer eventualidades.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1940

Discurso pronunciado no Ministério da Guerra em almoço oferecido pelo Exército no terceiro aniversário do golpe de 1937. Vargas faz uma retrospectiva das realizações de seus dez anos de governo, em especial no que toca ao reaparelhamento militar.

Senhores, não precisávamos da lição da experiência desta guerra tremenda, que sacode o mundo em seus fundamentos, para saber que de nada valem a uma nação as conquistas do engenho humano, da ciência e da arte, do trabalho e do sacrifício se não contar com força suficiente para se fazer respeitar e recursos militares para defender o seu solo. Foi sempre assim, em todo o curso da história humana, e assim continua sendo, com as novas armas forjadas pelo progresso mecânico.

Ao assumir o governo em 1930, empreendendo a reconstrução da vida nacional em todos os seus setores, sentimos a necessidade de reforçar as nossas defesas militares. O atraso técnico e a pobreza de equipamento eram impressionantes. Procuramos corrigir tão lamentáveis deficiências destinando a esse fim, durante os dez anos decorridos, verbas crescentes e rigorosamente aplicadas. Apesar de tudo, estamos longe de atingir a percentagem comum relativa à nossa população, quer nos efetivos, quer no preparo de reservas devidamente treinadas. Não alimentamos reivindicações contra quem quer que seja; não temos agravos a reparar nem veleidades expansionistas. Cabe-nos, entretanto, a responsabilidade de zelar pela integridade de uma grande pátria e de um vasto território, com uma população de quase 50.000.000, irmanada pelo idioma, pela religião e pelas tradições históricas. A proteção a todos esses interesses exige um núcleo de força militar capaz de adestrar e conduzir à luta toda a nação, se assim for necessário.

O Exército brasileiro esteve sempre ligado aos grandes movimentos que expressam o sentir profundo do nosso povo. Foi assim ao tempo da Abolição, na proclamação da República e no advento do Estado Novo. Não seria possível contar com ele para praticar injustiças ou cometer desatinos, interna ou externamente.

Cultivando a paz com as nações vizinhas, em sincera cordialidade e colaboração, encontramos, felizmente, ambiente internacional de plena compreensão. A ausência de espírito agressivo na América leva os seus povos a considerar a preparação militar como instrumento de paz e de segurança do próprio continente. Façamos votos para que nunca se modifique essa solidariedade, a que prestamos o melhor do nosso concurso, dispostos a todos os sacrifícios para servir à defesa comum.

Quanto mais crescem as dificuldades mundiais, mais sentimos necessidade de paz para trabalhar, produzir, criar riquezas e resolver os múltiplos problemas atinentes à nossa formação e ao nosso desenvolvimento. Mantemos intercâmbio amistoso com todas as nações do globo, ciosos da nossa posição de neutralidade, respeitando o direito dos outros para que nos respeitem, com o firme propósito de não intervirmos em conflitos travados fora do continente.

Foi possível, até agora, sem perturbar esse ambiente de confiança e concórdia, reorganizar as nossas instituições armadas e reaparelhá-las materialmente, com resultados que nos enchem de legítima satisfação e podem ser observados na exposição hoje inaugurada.

Ao sumariarmos os melhoramentos e modernizações introduzidos na estrutura do Exército nestes 10 anos, merece especial referência a construção deste imponente edifício do Quartel-General, sede do Ministério da Guerra, levantado em substituição ao antigo prédio, insuficiente nas suas instalações.

As edificações novas destinadas aos departamentos administrativos e principais estabelecimentos constituem condição fundamental para melhor organização e maior rendimento do trabalho. Estão em via de construção, ou já concluídas, várias obras nas diversas regiões militares e novos quartéis em Santiago, Blumenau, Salvador, Aracaju, São Luís do Maranhão, Cuiabá, Natal e Belém. Numa maior atenção pelo aquartelamento da tropa, cuidou-se também de proporcionar mais conforto às guarnições de fronteira. As dificuldades de moradia, que tornavam

penosa a vida da oficialidade, foram removidas pela criação de vilas militares com casas residenciais para oficiais e sargentos. Além das vilas levantadas em Recife, Campo Grande, São Borja, Uruguaiana, Quaraí, Forte de Coimbra e a desta capital, destinada exclusivamente a sargentos, várias outras estão projetadas no interior do país.

As mesmas providências quanto à instalação adequada das repartições administrativas e aquartelamento do pessoal foram tomadas em relação aos estabelecimentos de todos os ramos do ensino. Acha-se em construção os edifícios da Escola Técnica do Exército, na Praia Vermelha, e as grandes instalações da Nova Escola Militar, em Resende, que virá a ser um dos maiores e mais grandiosos institutos educacionais da América do Sul. Foram construídos ainda grandes edifícios para a Escola de Estado-Maior e a Escola de Artilharia de Costa. Acompanhando esse aparelhamento material, ampliou-se consideravelmente a esfera do ensino militar, que passou a ser orientado e dirigido pela superintendência imediata de uma Inspeção Geral. Novas escolas foram instituídas, de técnicos, de geógrafos, de artilheiros, de motomecânicos, de defesa antiaérea, de educação física. Estimulou-se, por esse modo, a vocação para a carreira militar dos jovens, que acorrem aos milhares, procurando matrícula nos estabelecimentos de ensino do Exército. Foram organizadas, igualmente, unidades-escolas, tais como o Batalhão-Escola, o Grupo-Escola, para facilitar a instrução. Os excelentes resultados obtidos com a Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre, determinaram a criação de outra, em São Paulo, e mais uma deverá ser localizada no Norte. Essa educação cuidada dispensada à juventude brasileira tem por fim elevar o nível físico, moral e intelectual dos candidatos ao oficialato, permitindo uma seleção rigorosa dos futuros oficiais.

Os serviços de saúde receberam também grande impulso, figurando entre as instalações construídas nesse decênio os edifícios da Policlínica Militar, os hospitais de Santo Ângelo e de Alegrete, o Pavilhão de Neurologia e Psiquiatria do Hospital Central, o Laboratório Químico Farmacêutico Militar, o Departamento Médico da Aviação, além de várias enfermarias regionais.

O estabelecimento, em todas as regiões, de um serviço de subsistência veio resolver de maneira satisfatória o problema do abastecimento da tropa.

A atividade desenvolvida no aperfeiçoamento da organização e instalação dos serviços que acabo de resumir reflete-se, com a mesma eficiência, no aparelhamento dos nossos meios de defesa. Por conveniência militar e com o fim de reduzir as importações, procurou-se desenvolver, tanto quanto possível, as indústrias bélicas com a utilização da matéria-prima nacional. O serviço inestimável prestado pelos técnicos do Exército nessas iniciativas merece todos os louvores. Graças a eles, vários empreendimentos relacionados com a produção de material de guerra transformam-se em estímulo à exploração dos nossos recursos minerais pela indústria privada. Hoje, dispomos de um quadro que reúne grande número de oficiais especializados e formados pela Escola Técnica devotados inteiramente à direção das indústrias de guerra. O parque fabril do Exército foi enriquecido com a instalação de novos estabelecimentos em Itajubá, Bonsucesso, Andaraí, Juiz de Fora e Curitiba. Outros estão em construção, e os já existentes, como os Arsenais do Rio e de Taquari e as fábricas de Realengo e de Piquete, foram ampliados. Inauguraram-se, há pouco, os Estabelecimentos Mallet, conjunto de edifícios novos onde se acham instalados os depósitos de material veterinário, sanitário, de transmissão e de engenharia, e está em construção adiantada o grande edifício para depósito de material de intendência.

A nossa indústria manufatureira já presta valioso concurso à provisão das forças armadas produzindo os artigos necessários à vestimenta, alimentação e equipamento. É de se esperar que, em futuro próximo e em colaboração com a indústria civil, possa o Exército produzir quase todo o armamento necessário às nossas tropas. Conjugarem-se, assim, em louvável esforço comum, todas as forças produtivas da nação para fortalecer a segurança nacional. Os problemas da defesa entrelaçam-se diretamente com os do próprio desenvolvimento do país não só no terreno econômico e industrial, mas também no moral e cívico, pela educação do cidadão para o cumprimento dos seus deveres patrióticos.

A contribuição prestada pelo Exército a notáveis iniciativas de interesse geral evidencia-se, entre outros empreendimentos, pela sua atividade na construção de rodovias e estradas de ferro em vários estados do Brasil. No decênio 1930-1940, foram construídos 285 quilômetros de estradas de ferro e 1.287 de estradas de rodagem. Acham-se em construção 1.403 quilômetros de estradas de ferro e 918 de rodovias. Convém ainda salientar que os serviços de remonta e veterinária estão prestando

eficaz auxílio aos criadores brasileiros, com a importação de reprodutores de raça, que são facilitados para a melhoria dos rebanhos.

A arma da Aviação, criada e organizada neste decênio, vem prestando os melhores serviços às comunicações no interior do país com o Correio Aéreo Militar, que passou a cobrir, com as suas linhas, todo o território nacional. Iniciou-se a construção de aviões desenhados e executados por engenheiros nacionais, que será aumentada e acelerada quando entrar em funcionamento a fábrica nacional de Lagoa Santa. Estamos, por outro lado, intensificando a formação de pilotos civis e a disseminação de aeródromos. A nossa Aeronáutica vai entrar numa fase de franco desenvolvimento, recebendo abundante material e unidade de direção.

A estrutura atual das forças de terra assenta num conjunto de leis modernas que enquadram e harmonizam as suas diversas atividades. Dentre essas leis, destacam-se, como mais importantes, a que deu nova organização ao Exército e ao Ministério da Guerra, a lei de promoções, a do ensino, a do montepio e o Código da Justiça Militar.

O nosso aparelhamento militar anima e estimula, nos quartéis e nos estabelecimentos industriais, o entusiasmo da oficialidade pelo trabalho, que se traduz em rendimento e dedicação aos deveres profissionais. Tive ocasião, agora mesmo na minha recente viagem ao Norte, de colher essa impressão, tão agradável aos meus sentimentos de brasilidade. Por toda parte, encontrei as unidades do Exército absorvidas nas tarefas de adestramento, com uma alta noção das suas funções, cercadas pela simpatia e o apreço das populações. Vigilantes como sentinelas avançadas da pátria, lá estavam as companhias de fronteira, desempenhando com patriotismo o seu papel de pioneiras da nossa civilização.

Não esquecerei jamais o aspecto imponente de força disciplinada e serena energia das nossas formações de terra nas grandes manobras de Saicã e do Vale do Paraíba. A concentração e a dispersão dos contingentes, alguns vindos de guarnições situadas a centenas de quilômetros, realizaram-se na mais perfeita ordem, demonstrando preparo e eficiência.

Senhores, todos os sacrifícios feitos pela nação, no sentido de aperfeiçoar as forças armadas e dotá-las do material indispensável à sua nobre e alta missão de guardiãs da ordem e da segurança, encontram plena correspondência no espírito de disciplina e no devotamento com que se entregam às suas tarefas.

Na Marinha, o esforço de reerguimento é notável e tem expressão concreta nas 26 unidades incorporadas à esquadra e na instalação de novas bases e arsenais; no Exército, o mesmo impulso renovador inspira as atividades dos seus quadros sob a chefia do ministro Dutra, caráter austero de soldado, espírito de altos e nobres sentimentos, incansável no labor e dedicação aos assuntos da sua pasta.

As forças armadas, perfeitamente integradas no movimento de reconstrução nacional, continuarão a retribuir a confiança que os brasileiros depositam no seu patriotismo, garantindo o regime de paz e de trabalho que desfrutam e com ele a prosperidade do país.

Ergo a minha taça em honra do Exército do Brasil.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1940

Discurso pronunciado em banquete oferecido por empresários e trabalhadores no Aeroporto Santos Dumont. Vargas reafirma a necessidade de harmonia entre capital e trabalho e faz um balanço de seus dez anos de governo, destacando a necessidade do “golpe libertador” de 1937.

Senhores, a vossa homenagem, pela sua amplitude e significação, constitui o melhor e o mais confortador testemunho do esforço construtivo do meu governo. Sempre tive em vista, ao resolver o problema das relações do trabalho e do capital, unir, harmonizar e fortalecer todos os elementos dessas duas poderosas forças do progresso social. E assim agi não apenas em obediência a princípios de ordem política, mas também guiado pelo sentimento, pela convicção de que só na paz e na compreensão fraternal podem os homens realizar as suas aspirações de aperfeiçoamento material e cultural.

O preconceito de classe tal como o concebem e exploram os reformadores extremistas nunca nos preocupou na elaboração das leis sociais. Numa sociedade onde os interesses individuais prevalecem sobre os interesses coletivos, a luta de classes pode surgir com o caráter de uma reação de consequências funestas. Por isso, as leis sociais, para serem boas e adaptáveis, devem exprimir o equilíbrio dos interesses da coletividade, eliminando os antagonismos, ajustando os fatores econômicos, transformando, enfim, o trabalho em denominador comum de

todas as atividades úteis. O trabalho é, assim, o primeiro dever social. Tanto o operário como o industrial, o patrão como o empregado, realmente votados às suas tarefas, não se diferenciam perante a nação no esforço construtivo: são todos trabalhadores. Diante deles e contra eles só há uma classe em antagonismo permanente, cuja nocividade é preciso combater e reduzir ao mínimo: a dos homens que não contribuem para o engrandecimento do país, a dos ociosos, a dos parasitas.

Por tudo isso, a vossa reunião, neste momento e com este sentido confraternizador, quer dizer mais que uma homenagem ao chefe do governo; quer dizer que as nossas leis trabalhistas são de harmonia social e correspondem plenamente aos sentimentos do povo brasileiro. Nenhuma outra demonstração poderia ser mais grata a quem, durante dez anos de árduo e incessante trabalho, enfrentando dificuldades sem conta, procurou servir incondicionalmente aos altos e supremos interesses da nacionalidade.

O Brasil de 1929 e a Revolução de Outubro

É oportuno reavivar agora as etapas do caminho percorrido e assinalar os propósitos da minha ação governamental. Mas, para fazê-lo, preciso focalizar, embora em rápidos traços, o Brasil anterior a 1930 e o panorama do movimento renovador que completou a 3 de outubro o seu primeiro e glorioso decênio.

Até 1929, o Brasil, em matéria de organização política, era o domínio da ficção eleitoral; na economia, o *laissez faire*, a não intervenção do Estado, contrastava com o ambiente mundial de controle e planejamento; nas finanças, a desordem e a dissipação erigidas em princípio, com o abuso do crédito externo a que raros delegados do poder não sucumbiram, salvaguardados pela transitoriedade dos mandatos; na educação, a rotina; no serviço público, a clientela política. Os estados e os municípios, com poucas exceções, não passavam de feudos em que se processava a sucessão política como se fosse a de bens privados. Negócios públicos e assuntos domésticos tinham soluções paralelas, quando não ocorria os últimos determinarem a solução dos primeiros.

E esse mal-estar da sociedade brasileira – o protesto silencioso das consciências honestas e altivas, o generalizado descontentamento do povo –, tudo isso veio traduzir-se, afinal, no movimento revolucionário de 1930. Porque, é preciso assentar de uma vez por todas, aquela

jornada não foi um levante militar nem uma querela eleitoral resolvida pelas armas: foi um movimento empolgante, espontâneo e profundo – instrumento necessário da reconstrução nacional. A sua vitória exprimi uma determinação inflexível das forças sociais. O Brasil que queria progredir, crescer, civilizar-se, não podia suportar por mais tempo as instituições caducas, as praxes e formalismos viciosos, que deformavam toda a vida nacional e impediam seu crescimento e expansão.

E por isso mesmo, porque era anseio quase unânime do povo brasileiro, a Revolução de 1930 não foi obra de um partido, de uma ideologia, de um grupo de homens ajustados à rigidez de uma doutrina política: foi obra comum, em que todos os patriotas se encontraram. Os mesmos fatores que propiciaram uma vitória relativamente fácil traziam, entretanto, os fermentos, os germes favoráveis à dissociação. Viu-se, desde logo, a dificuldade extrema de encontrar, mesmo entre os mais sinceros e dedicados dos seus líderes, a linha de ação, o plano de conduta e de trabalho capaz de tornar realidade as aspirações e objetivos comuns. Guiar as forças revolucionárias para construir foi sempre mais difícil do que impeli-las à destruição da velha estrutura. Durante alguns anos, o esforço governamental sofreu o retardamento resultante da luta dentro das próprias tendências reformadoras, a ponto de não sabermos bem se custou mais dominar a reação dos velhos princípios que amainar e disciplinar as impaciências dos revolucionários convictos.

Através de obstáculos que são conhecidos de todos, atingimos, afinal, a fase que parecia definitiva e iria assentar os rumos da nacionalidade. Em seguida à primeira eleição verdadeiramente livre que houve no Brasil republicano, chegamos à Assembleia Constituinte. Durante um largo período de verdadeira angústia patriótica, vimos o trabalho coletivo oscilar entre os princípios contraditórios da Revolução de Outubro e da reação refeita do golpe atordoante de 1930. E o resultado dessa constitucionalização apressada, fora de tempo, mas que uma propaganda solerte apresentava como panaceia a todos os males, traduziu-se numa organização política feita ao sabor das influências pessoais e sob o influxo do partidarismo faccioso, divorciada das realidades ambientes e das correntes sadias e construtivas do pensamento contemporâneo.

Produto de uma assembleia eleita com todas as garantias do voto livre, era natural, explicável, que a Constituição de 1934 parecesse satisfazer a opinião e a vontade geral. Mas as primeiras experiências da

sua aplicação permitiram verificar, sem ilusões otimistas, que era inviável. Repetia os erros da Constituição de 1891 e agravava-os com o reforçamento de dispositivos de pura invenção jurídica, alguns retrógrados e outros acenando a ideologias exóticas. Até mesmo a advocacia administrativa plantou seu marco na nova Constituição, procurando subtrair ao dever de pagar impostos as grandes empresas que exploram serviços públicos. Os acontecimentos incumbiram-se de atestar-lhe a precoce inadaptação, e o golpe liberador apareceu como uma consequência lógica, uma imposição das forças vivas do país.

O Estado nacional surgiu da Constituição de 1937, consagrando os princípios básicos da Revolução de 1930 em forma adaptada à sociedade civil brasileira e às exigências da época que atravessamos. Esses princípios são: reconstrução política consagrando o centralismo como método próprio de impulsão progressista, em vez dos particularismos federalistas, porta aberta a todos os vírus de desagregação, capazes de ameaçar a unidade e a soberania nacionais; reorganização econômica, baseada no conceito de utilidade social; aparelhamento financeiro, para que o Estado, dispondo da faculdade de auxiliar e amparar os empreendimentos de alcance nacional, possa utilizar os meios necessários à sua realização; ordenação social e cultural para que todos os brasileiros, igualmente amparados pelo Estado, recebam educação e desempenhem a contento as suas obrigações para com a pátria, acima das dissensões de grupos e dos privilégios de classes.

Reconstrução política e econômica

Pondo de parte as ficções de representação política, empreendemos a tarefa de dar ao país uma estrutura nova, baseada na colaboração de todos os grupos profissionais que constituem a vida econômica do país.

Sentimos que não era possível reorganizar a nação, elevar-lhe a consciência política, criar um senso de responsabilidade perante os vindouros, sem disciplinar as forças da produção. A democracia política – vemos cada dia exemplos evidentes – perdeu o seu conteúdo nesta época de trustes mundiais, de imensas forças econômicas centralizadas e dirigidas cientificamente. Não era, por consequência, possível, na dispersão e no partidarismo federalista, arregimentar e articular as energias dis-

persas e empreender a reconstrução nacional em sentido vertical, da superfície política aos fundamentos econômicos e morais.

Impunha-se o centralismo responsável, a garantia permanente de diretrizes, para que se operasse a reorganização econômica, o saneamento financeiro e a ordenação social e cultural.

Se bem que apenas nos três últimos anos, com o advento do Estado Novo, pudéssemos obter pleno rendimento das instituições e ajustar a vida nacional às diretivas assentadas, este decênio de trabalho e ação governamental apresenta um acervo de realizações fora do comum e de evidente importância.

A partir de 1930, retomamos o ritmo de crescimento da Primeira Guerra Mundial, passamos a compreender o verdadeiro objetivo da nossa expansão, repudiando o errôneo conceito econômico do primeiro período republicano, que nos impunha o agrarismo como fatalidade geográfica e nos levou aos males da monoprodução. Os revolucionários de outubro convenceram-se de que o lugar-comum de país essencialmente agrícola era uma expressão falsa, convindo apenas aos interesses da usura internacional, à política dos grupos domésticos e aos industriais sustentados pelos favores aduaneiros.

À monocultura agrária, que significava o domínio dos latifundiários, devia substituir-se a industrialização organizada, capaz de sobreviver independente das barreiras alfandegárias, e a policultura que oferecesse maior possibilidade de intercâmbio interno e maior resistência às flutuações dos mercados exteriores. Já em várias oportunidades sublinhei a verdade bem conhecida a respeito da dependência em que ficam os países produtores de matérias-primas em relação às potências industriais, mostrando como, em época de violentas perturbações sociais, é precário o destino dos povos impossibilitados de armar-se e defender-se. Aplicamos, por isso, as melhores atenções do governo à correção das graves deficiências que afetavam as bases da nossa economia.

Para fazê-lo, necessitávamos, porém, disciplinar as relações do trabalho e do capital, amparar lavouras que decaíam ou estavam sujeitas a crises periódicas, fomentar riquezas em estado potencial e coordenar a produção geral.

Finanças e administração

Na esfera das finanças públicas e da administração, esforços sem paralelo fizeram-se para o desenvolvimento equilibrado do país, através de empreendimentos de caráter reprodutivo, melhoria de serviços públicos e verificação exata dos ônus e obrigações existentes.

As circunstâncias não comportam análise minuciosa de todas as atividades governamentais no decênio findo. Registramos aqui apenas alguns aspectos, pois não seria possível sumariar as numerosas medidas comuns e extraordinárias que foram tomadas em matéria de fomento agrícola, reforma dos serviços públicos e extensão da vigilância e amparo do Estado em todos os setores da vida econômica. No que diz respeito à defesa nacional, nosso esforço não tem, igualmente, precedentes. Ainda-hoje, em solene inauguração do novo edifício do Ministério da Guerra, recapitulamos os progressos de ordem técnica e material realizados.

Após vários meses de trabalho, no primeiro ano de governo, conseguimos apurar o total dos compromissos externos da União, dos estados e dos municípios no montante de 267 milhões de libras esterlinas. Não é exagero acentuar como foi difícil atingir esse resultado, porque faltavam, tanto na União como nos estados, os elementos comprobatórios do nosso balanço de contas no exterior, achando-se os lançamentos existentes em mãos de banqueiros e comissários de empréstimos. A dívida externa, em 1940, está reduzida de cerca de 19 milhões de esterlinos, ou seja, aproximadamente 100 milhões de dólares, computando-se em 20 milhões a média de amortizações anuais. Os 248 milhões de esterlinos que constituem o saldo devedor hão de ser pagos sem sacrifício do nosso progresso e dos legítimos interesses dos prestamistas.

A situação das finanças públicas, internamente, modificou-se também para melhor e readquiriu a firmeza que não pode deixar de existir como condição primordial da confiança e da normalidade nos negócios.

Construindo, reconstruindo ou ampliando instalações, aumentando o patrimônio público com aquisições de grande vulto, conseguimos arrecadar, em 1939, o duplo das rendas de 1930. As despesas passaram, igualmente, de 2 milhões e 200 mil contos, em 1930, a 4 milhões e 100 mil contos, em 1939. Note-se, entretanto, que, àquele tempo, a percepção dos tributos e a gestão financeira custavam 940.000:000\$000,

enquanto, agora, realizando o duplo da arrecadação, despendemos a mais 450.000:000\$000.

Além disso, conseguimos acumular da nossa produção crescente, que atingiu 10.000 quilos este ano, 43 toneladas de ouro, quando, em 1933, havia apenas 324 quilogramas. O encaixe total equivale, ao preço médio atual, a 940.000:000\$000, ou 20%, aproximadamente, da garantia real da circulação fiduciária.

Em matéria de transportes e comunicações, os índices de rendimento acompanham o progresso geral.

A rede ferroviária, que atingia 32.000 quilômetros em 1930, foi acrescida de 3.000 quilômetros, sem contar a reforma quase total do material fixo e rodante, porque, em algumas estradas, não se substituíram trilhos nos últimos trinta anos.

A eletrificação da Central do Brasil, melhoramento sempre adiado, teve afinal início e prosseguirá, como até aqui, financiada com os recursos nacionais.

Os 113.000 quilômetros de rodovias existentes estão elevados atualmente a 226.000. As rotas aéreas em tráfego, que eram de 7.245 quilômetros em 1929, são hoje oito vezes mais extensas, atingindo 56.000 quilômetros. As linhas telegráficas aumentaram de 5.000 quilômetros, e a rede de radiocomunicações, que contava 80 estações em 1930, dispõe agora de 120 postos principais de emissão, espalhados por todo o país, além das emissoras particulares, que de 5 passaram a 64. Acresce que a renda dos serviços postais e telegráficos passou de 77.000:000\$000, em 1930, para 165.000, em 1940. Por outro lado, a construção de prédios destinados a esses serviços, que, desde a sua fundação até 1930, contava apenas 350 imóveis, foi, no último decênio, aumentada de 150 unidades, algumas de grande custo, resultando porém numa economia de 1.000:000\$000 anuais de aluguéis.

Com o aparelhamento de portos gastou a União nesse período mais de 120.000:000\$000, e, para a frota mercante do Estado, foram adquiridos 22 vapores de passageiros e carga, com a capacidade de 117.000 toneladas, além das despesas de 50.000:000\$000 com a encampação do Lloyd Brasileiro.

O trabalho de valorização do solo, pela açudagem e irrigação das zonas semiáridas e dessecamento das áreas pantanosas, assumiu caráter de realização ininterrupta e metódica. No Nordeste, as obras contra

as secas não se reduzem a trabalhos de engenharia hidráulica: visam a transformação econômica da região, dando estabilidade às populações, garantindo-as contra os flagelos e facilitando o contato com o litoral e os outros centros produtores do país. Existiam, em 1930, 90 açudes, com capacidade para 120 milhões de metros cúbicos d'água. A partir de 1931, construíram-se 29 reservatórios, com um total de acumulação de 1 bilhão e 250 milhões de metros cúbicos, ou seja, 68% do total ora existente. As áreas irrigadas atualmente atingem 5.000 hectares, em 6 redes de canais, isto é, o quántuplo do que havia naquele ano. Além disso, instalaram-se numerosos postos agrícolas, introduziu-se a piscicultura e construíram-se 3.600 quilômetros de rodovias de primeira classe, com 900 pontes de concreto armado.

Possui igual alcance econômico o saneamento das terras baixas do estado do Rio. Essa vasta região, antes abandonada e inabitável, está sendo transformada no celeiro natural da metrópole brasileira. Foram saneados 3.000 quilômetros quadrados de terras, em grande parte já ocupados por culturas produtivas, e breve ficarão prontos mais 1.700, além de 4.000 quilômetros de rios desobstruídos.

A inversão de dinheiros públicos nessas obras soma algumas centenas de milhares de contos e virá beneficiar a economia geral e a saúde de mais de 2 milhões de brasileiros.

O problema da educação foi atacado sob todos os seus aspectos.

Os serviços educacionais, que consumiam, até 1930, 6% das despesas públicas, absorvem, atualmente, mais de 10%. O ensino primário passou a receber orientação uniforme, conjugando-se os recursos da União, dos estados e municípios, para imprimir-lhe a maior amplitude possível. O resultado é que, em 1930, as escolas do país eram frequentadas por 2 milhões de alunos, enquanto a população escolar, em 1939, atingia 4 milhões.

A nacionalização do ensino e do professorado constitui iniciativa vitoriosa. Fecharam-se as escolas de língua estrangeira, substituindo-as por escolas nacionais. Os ensinos secundário, superior e profissional passaram por completa remodelação, com o fim de melhorá-los em qualidade e torná-los acessíveis a maior número de estudantes. Em 1931, existiam 177 colégios; atualmente, 657. Organizou-se a Universidade do Brasil, erigida em padrão do ensino superior, proibindo-se o funcionamento das escolas livres e não reconhecidas. Os cursos profissionais aumentaram consideravelmente. O ensino co-

mercial conta 278 estabelecimentos, contra 83 em 1930, e o ensino industrial passou por completa remodelação, construindo-se 15 estabelecimentos modernos na capital federal e nos estados. Instalaram-se também as Escolas de Ciência e Filosofia e de Educação Física, que não constavam dos currículos existentes.

Completando o conjunto das iniciativas em matéria de ensino e educação, organizou-se a Juventude Brasileira, que deverá enquadrar a mocidade do país em movimento de mobilização cívica, nos moldes nacionalistas do Estado Novo.

A preocupação de levantar o nível sanitário das populações sempre esteve presente nas resoluções governamentais.

Temos procurado combater, sem medir sacrifícios, todas as causas de depauperamento do homem e das suas resistências físicas. As endemias, a lepra, a tuberculose, a sífilis e o câncer são normalmente visados pelo nosso aparelhamento de assistência hospitalar e profilática, articulado em todo o território nacional. Mantém-se o combate profilático à febre amarela e conseguiu-se dominar o alastramento da malária produzida pelo mosquito africano.

Além das ampliações dos serviços existentes e que foram desenvolvidos, com hospitais novos, centros de saúde e organizações de higiene, gastaram-se 80.000:000\$000 com a malária, sendo metade dessa importância nos dois últimos anos; concederam-se 38.000:000\$000 de subvenções a instituições privadas de filantropia; despenderam-se 50.000:000\$000 no combate à lepra, construindo, reconstruindo e ampliando 38 unidades, entre leprosários, colônias e preventórios.

Para o ataque à tuberculose, edificaram-se 12 sanatórios, com capacidade de 4.200 leitos, no custo de 23.000:000\$000.

É preciso referir, ainda, o que se vem fazendo com o objetivo de prevenir as doenças. As obras de saneamento e abastecimento d'água têm sido ampliadas em todos os centros urbanos do país, destinando-se-lhes recursos especiais, o que muito contribui para a melhoria das condições higiênicas gerais. Também, nos últimos anos, além dos serviços novos de educação e higiene, promoveu-se incansável campanha para a boa alimentação popular, e, no setor das indústrias, instalam-se refeitórios capazes de alimentar os trabalhadores, sadiamente e por preços módicos. Generalizam-se, igualmente, os cuidados pela saúde infantil. Fundaram-se centros de puericultura

e instituiu-se o amparo legal à família, visando estimular as proles numerosas, em benefício da higidez da raça e da extensão do povoamento nacional.

É oportuno, finalmente, lembrar que os progressos deste decênio têm o mais decidido cunho nacional. São obra de brasileiros para brasileiros, tanto no que respeita ao trabalho humano, como aos valores econômicos. Tudo se fez com os nossos próprios recursos. Pequeno tem sido o afluxo de capital estrangeiro e, igualmente, o de imigrantes. Entre 1920 e 1930, entraram cerca de 200 milhões de libras de empréstimos a longo prazo e um milhão de imigrantes; no decênio findo, tivemos apenas 290.000 imigrantes e nenhum empréstimo.

As únicas utilizações do crédito público no exterior limitaram-se às transações de base puramente comercial, feitas, em 1938 e 1940, com o Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos, a prazos curtos, e no montante de 30 milhões de dólares. Como é sabido, a primeira operação de 5 milhões foi destinada totalmente à aquisição de material ferroviário, e a segunda, para a montagem da grande usina siderúrgica de Volta Redonda. Internamente, entretanto, fez-se a mobilização possível de capitais, dando em resultado que o Banco do Brasil, cujos empréstimos à produção, no ano de 1929, foram de 585.000:000\$000, emprestou, em 1939, um milhão e 100 mil contos, e as Caixas Econômicas, que dispunham de 500.000:000\$000 de depósitos em 1929, chegaram a quase 2 milhões de contos em 1940. Além disso, entraram na corrente circulatória da finança nacional um milhão e 845 mil contos de réis, montante das reservas dos institutos de seguro social.

Legislação e previdência sociais

A organização de assistência ao trabalhador é obra exclusiva da Revolução de 1930. Antes, bem o sabeis, o assalariado não tinha amparo legal e as suas reivindicações, ainda que justas, eram “casos de polícia”.

Possuímos uma legislação trabalhista adaptada às nossas necessidades sociais e das mais completas, compreendendo: a proteção ao trabalhador nacional, pela fixação dos 2/3 e igualdade de salário em relação ao estrangeiro; a jornada normal de 8 horas, excluídas as indústrias insalubres; a garantia do repouso dominical e de férias remuneradas; o salário mínimo; a proteção contra a despedida injusta; a proteção especial do trabalho da mulher, especialmente a gestante; a proteção ao trabalhador

menor de 18 anos; a proteção contra os acidentes e as doenças profissionais; a garantia do ensino profissional para os aprendizes dos estabelecimentos industriais; a criação dos refeitórios para operários; a proteção a diversas modalidades de trabalhadores intelectuais; o reconhecimento dos contratos coletivos e possibilidade de sua extensão a todos os profissionais da mesma categoria; a Justiça do Trabalho. Mas essa assistência não se limita às providências de ordem legal. Abrange também o amparo econômico. Em 1930, existiam 43 caixas de aposentadorias e pensões, com 142.000 associados, cujo salário anual, base da contribuição, era de 472.000:000\$000. Em 1939, essas organizações abrangiam 6 institutos, com 1.550.000 associados e o salário de 4.500.000:000\$000, e 90 caixas, com 290.000 associados e o salário de 1.100.000:000\$000, que distribuíram cerca de 783.000:000\$000 de benefícios através de aposentadorias, pensões a herdeiros e socorros médico-hospitalares, sendo que, até 1930, o total desses benefícios era, apenas, de 105.000:000\$000.

Além disso, com os recursos reservados às carteiras prediais, iniciou-se o programa de construção de lares para os trabalhadores. Na capital federal e nos estados, já são numerosas as vilas próprias confortáveis.

O homem do trabalho, no Brasil, pode considerar-se um elemento perfeitamente integrado na vida social. Ganhou em dignidade política e conseguiu ver estabilizado o seu esforço, com a garantia do presente e a segurança do futuro da prole.

Produção e comércio

Apresentam-se bastante satisfatórios, nos últimos anos, os índices da produção geral. Apesar de lutarmos com a superprodução em alguns dos itens principais, os algarismos globais justificam os esforços feitos.

A produção total monta a 27 milhões de contos, evidenciando grande aumento na parte industrial. A parte agrícola, ainda muito presa à monocultura, representa uma parcela de cerca de 9 milhões de contos, enquanto os produtos animais valeram 3 milhões, mais ou menos, e os minérios, aproximadamente um milhão. A produção industrial revela um surto ininterrupto. De 4 milhões e meio em 1930 passou a 12 milhões, valendo tanto quanto a produção total daquele ano.

A tonelagem de transporte do comércio exterior e da cabotagem também cresceu animadoramente. De 2 milhões de toneladas de frete para o

exterior, passamos a 4 milhões, enquanto o intercâmbio dentro do país, por via marítima e fluvial, passou de 1.300.000 toneladas a 3 milhões e meio.

Nas indústrias de base, o mesmo ritmo acelerado pode observar-se: 35.000 toneladas de ferro e 25.000 de aço eram os nossos totais. Agora tivemos, em 1939, 150.000 toneladas de ferro e 110.000 de aço.

O cimento, importado em larga escala naquele tempo, é por nós produzido na quase totalidade. De 80.000 toneladas, passamos a 700.000, em pleno ritmo de crescimento.

O carvão nacional, cuja produção era de 100.000 toneladas em 1929, ultrapassou o milhão, no ano findo. O álcool combustível, resultado da iniciativa governamental em 1932, subiu de 19 milhões de litros, naquele ano, a 320 milhões, em 1939, representando economia de 65.000:000\$000 em nove anos.

Por outro lado, no cômputo geral, vimos os produtos do reino mineral, que atingiam escassamente 100.000:000\$000, renderem 900.000:000\$000 em 1939. Já tive ocasião de acentuar que a divisão das fontes de riqueza deve procurar melhor equipartição entre os três reinos naturais, evitando-se que continue, como até aqui, a preponderância absoluta dos produtos de origem vegetal. Enquanto estes atingiram cerca de 10 milhões de contos, os do reino animal chegam a 3 milhões e os minerais a um milhão. Exploração mais equilibrada do nosso potencial diminuirá a importância das crises de preços. No mercado mundial, raramente ocorrem quedas simultâneas nas cotações dos produtos vegetais, animais e minerais, e, assim, teremos sempre uma exportação menos sujeita a violentas oscilações.

A atual guerra na Europa, que ameaçou, no fim de 1939, o nosso equilíbrio econômico com o fechamento de todos os mercados importadores daquele continente, veio demonstrar, de modo incontestável, a razão do nosso empenho em impulsionar o crescimento do mercado interno. Tendo sido o último trimestre de 1939 desanimador, conseguimos, entretanto, pronta recuperação nos nove meses apurados este ano. No período de setembro de 1938 a agosto de 1939, exportamos 5 milhões e 400 mil contos; igual período de 1939/40 atingiu 5 milhões e 200 mil contos. A diferença de 200.000:000\$000 existente não é, propriamente, um déficit, porque resulta da forma diversa de embarque das mercadorias. Enquanto na época de paz havia regularidade de nave-

gação, agora os embarques são feitos em grandes quantidades, mas em períodos irregulares.

Por sua vez, as importações aumentaram de 150.000:000\$000. Os itens da importação são, porém, muito expressivos: aumentaram em ferro e aço, em combustíveis, em veículos automóveis, produtos químicos e celulose. Na exportação, cresceram os valores dos produtos animais, dos minérios, dos oleaginosos e das manufaturas. Os algarismos que expressam o aumento do comércio interior são, todavia, tranquilizadores. Os negócios aceleram o ritmo em vários setores de atividade, e os capitais em giro crescem. As trocas interestaduais são maiores e oferecem plena compensação às perdas do comércio exterior.

As indústrias novas aproveitando matéria-prima mineral são numerosas; entre elas cumpre mencionar a da celulose, que está sendo ampliada para ficar em condições de produzir em quantidade e qualidade o que baste às nossas necessidades, inclusive o papel de imprensa.

Este surto magnífico, que justifica o otimismo geral, não se operou por certo espontaneamente, sem o apoio direto do poder público. Pelos institutos de crédito, facilitaram-se fundos para a instalação e ampliação de indústrias que interessavam à defesa nacional ou concorriam para assegurar o equilíbrio da nossa balança comercial. A mobilização de capitais nacionais, o desenvolvimento dos bancos regionais, bem como o auxílio direto a diversas lavouras – café, cacau, mate, arroz, açúcar – contribuíram para a estabilidade da nossa economia.

Atualmente, é diretiva assente já traduzida em fatos estender às Repúblicas sul e centro-americanas a exportação de manufaturas e adquirir matérias-primas que provenham de fontes mais distantes de abastecimento.

Devemos chamar a atenção dos industrialistas para a necessidade de cooperarem com o governo na abertura de novos mercados, padronizando os seus produtos e lançando marcas que satisfaçam aos consumidores. Para conservar esses mercados, faz-se mister persistência e boa vontade, porque cada dia mais se estreitam os laços de solidariedade econômica e política das Américas.

Novas bases da economia nacional

A atividade deste decênio, depreende-se claramente dos algarismos enunciados, revela um fato de importância transcendente: o valor da

produção industrial mostrou-se superior ao da produção agrícola. Isto quer dizer que o país atingiu sua fase de crescimento equilibrado, forrando-se, pouco a pouco, à dependência econômica, que é característica dos produtos exclusivos de matérias-primas e gêneros de alimentação.

Já atingimos o grau de adiantamento suficiente nas indústrias de transformação, e, por felicidade, vimos o nosso esforço coroado de êxito no preparo das bases de uma etapa superior do seu desenvolvimento.

O Estado Novo venceu os arraigados preconceitos que vigoraram em matéria econômica durante cinquenta anos e que nos chumbavam à situação de país semicolonial, votado, fatalmente, a vender produtos da terra e comprar manufaturas. Os especiosos argumentos que alimentavam o tema dos agraristas sistemáticos eram, em resumo, assim concebidos: não temos combustíveis minerais – carvão e petróleo – e, conseqüentemente, apesar da abundância de ferro, não podemos ser um país industrializado; resta-nos exportar os minérios como matéria-prima e comprar as máquinas; o nosso parque fabril deve reduzir-se a pequenas indústrias de consumo, concentradas nas zonas de maior densidade demográfica, sob a proteção das barreiras alfandegárias.

As pesquisas dos dois últimos anos destruíram, por completo, essas ideias falsas. O petróleo, que se proclamava inexistente em território nacional, jorrou nos poços de Lobato e, graças à persistência do governo, dará, em breve, uma boa quota do consumo atual. Como as prospecções são recentes e não se improvisam as instalações dessa natureza, atacamos o problema por outro lado, lançando a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, que nos levará a incrementar a produção nesse país amigo, pelo acesso fácil aos seus vastos e conhecidos lençóis de combustível líquido. Quanto ao carvão, viu-se, em dez anos, decuplicada a sua produção, como resultado das medidas governamentais, e inteiramente assegurado o fornecimento de coque metalúrgico para a indústria siderúrgica.

Com tais premissas, não pode haver dúvida sobre o êxito das nossas indústrias básicas, que permitirão ao país agrário, preso aos azares do mercado mundial, bastar-se a si mesmo. Isto quer dizer, noutros termos: capacidade para fabricar máquinas em geral, de modo que a própria agricultura, de extensiva e rotineira, possa passar a intensiva; possibilidade de forjarmos os instrumentos da nossa defesa, motores para os

nossos aviões, navios para a frota, trilhos, locomotivas e automóveis para as estradas.

Falando, neste momento, aos homens que vivem precisamente votados ao labor industrial, não lhes falamos apenas ao raciocínio mas também ao seu sentimento de brasileiros. Ferro e carvão para produzir o aço das nossas máquinas, petróleo para movimentá-las: são as aquisições fundamentais desta fase da vida nacional.

Projeção internacional do Brasil

A projeção internacional do Brasil ampliou-se de forma notável nos dez últimos anos e exprime a justificada confiança com que os outros países encaram as nossas atitudes de correção e lealdade.

Chamados a intervir em dois importantes diferendos internacionais na América do Sul, vimos coroadas de êxito as nossas gestões no incidente de Letícia e na guerra do Chaco. Tomamos parte relevante nas três reuniões pan-americanas de Buenos Aires, Panamá e Havana, onde os nossos pontos de vista alcançaram, sempre, aprovação, e, há pouco, lançamos a ideia, recebida com manifestações de geral regozijo, de reunir, na Amazônia, uma conferência das nações limítrofes interessadas nos problemas de tráfego da grande artéria fluvial.

As demarcações de fronteiras foram levadas a termo, e, com a assinatura dos últimos protocolos, completou-se o trabalho da integração territorial.

Na guerra desencadeada noutros continentes, guardamos posição de estrita neutralidade, louvada até pelos contendores, e assim pretendemos continuar, sem prejuízo dos nossos compromissos de completa solidariedade com o programa de defesa dos países americanos.

Valorização do homem e da terra

As realizações já ultimadas, o grande esforço despendido para organizar a economia e tirar maior rendimento das atividades produtivas constituem apenas as premissas da obra maior que é a reconstrução nacional.

As minhas últimas excursões ao Centro do país, ao extremo Norte e ao Nordeste foram de excepcional proveito.

Viajando e conhecendo por observação direta toda a extensão do nosso território, senti de perto as necessidades de cada região, facilitando-se, assim, o planeamento geral das iniciativas do poder público.

Quando fizermos, proximamente, a reunião dos delegados estaduais do poder central, na Conferência da Economia e Administração, poderemos assentar quais as tarefas mais urgentes de cada região. No Centro, a carência de transportes, o aproveitamento das vias fluviais e os meios de acesso às riquezas do subsolo serão as preocupações dominantes, conjugadas com os esforços para acelerar o povoamento. No Norte, o reagrupamento das populações, o combate às endemias, a valorização e industrialização dos produtos nativos, com a melhoria das comunicações e transportes, constituirão núcleo do esforço geral da União, dos estados e municipalidades. No Nordeste, onde já são vultosas as inversões de dinheiro público em obras de fixação da população, é preciso prosseguir nos rumos traçados – açudagem, irrigação, estradas e policultura. No Sul, onde se acham localizadas as maiores lavouras e cerca de 80% das indústrias, persistiremos na obra encetada, de apoio aos empreendimentos produtivos.

Todos esses trabalhos isolados, dirigidos segundo o critério das regiões geoeconômicas, denotam a realidade que precisamos modificar com empenho sistemático: o Brasil ainda não constitui um corpo econômico homogêneo. Até agora, não foi possível articular completamente a faixa litorânea com o Leste, nem o Norte com o Sul, independentemente do caminho marítimo. A unificação de processos de produção, a nivelção técnica e a homogeneidade econômica dependem, em última instância, de dois problemas que o Estado Novo resolveu: o da industrialização intensiva, com o fabrico de máquinas, que é consequência da grande siderurgia, e a exploração do combustível líquido mineral em larga escala, tornando possível alimentar as nossas máquinas sem recorrer à importação de carburantes.

Vencidos esses grandes obstáculos de natureza material, equipado satisfatoriamente o país e melhorado o nível técnico, poderemos, então, abordar as enormes tarefas de sanear, educar e civilizar; numa palavra: valorizar o homem e a terra.

O que vi e o que existe no país reclama a atenção e o interesse de todos os brasileiros – na administração, nos negócios, no comércio, na indústria.

Pela vastidão do país, mal dotado de transportes e comunicações, existem núcleos excelentes de povoamento, aos quais só falta melhorar a capacidade de produção e valorizar o esforço pela subsistência. O

fraco poder aquisitivo desses núcleos, fechados no estreito círculo da economia doméstica, está em função do isolamento e da carência de escolas e conhecimentos técnicos. É nossa obrigação reanimá-los o crescimento, elevar-los o nível de vida pela educação, pelo saneamento, pelo trabalho remunerativo. Entre eles se encontram, como bem sabeis, famílias prolíficas e laboriosas sem estímulos para criar e produzir.

O problema da infância é, em nosso país, dos mais urgentes. À geração que dirige a vida nacional cumpre enfrentá-lo corajosamente. Precisamos dominar as endemias para que, dentro em pouco, a média de crescimento da população melhore e o seu rendimento econômico alcance os coeficientes dos países civilizados. Fixando o homem à gleba saneada e produtiva, dando-lhe educação apropriada ao meio rural, evitaremos o êxodo dos lavradores e a fuga dos elementos jovens e animosos, desviados do campo para as grandes cidades com a ilusão de uma existência fácil e confortável.

Para a consecução desses objetivos, invoco o concurso das classes produtoras, empregados e empregadores. Lembro-lhes a conveniência de não deixarem as fábricas sem escolas de ofício e a necessidade de organizarem o repouso do trabalho e o aproveitamento das férias em condições sadias e agradáveis.

Senhores, ao concluir estas considerações e consignar os meus agradecimentos pela solidariedade compreensiva e certa que ofereceis, deixo dizer que tudo quanto se tem feito e o muito que resta fazer constituem apenas meios para alcançarmos objetivos mais altos.

Reformas políticas, empreendimentos industriais, tarefas educacionais não teriam sentido se não se processassem em função de um ideal superior. E esse ideal é o de realizar a unidade moral e a unidade econômica da nacionalidade, consolidando e crescendo o seu poder defensivo.

Para tanto, abatemos todas as forças de desagregação – os partidos políticos, os regionalismos, os privilégios de casta e os próprios símbolos particularistas das pequenas pátrias. Temos uma só bandeira, porque a pátria é única.

Os brasileiros, de um extremo a outro do nosso vasto território, devem sentir-se em perfeita fraternidade, unidos pelos vínculos culturais, morais e econômicos.

Quando, em todos os recantos, em todas as latitudes, cada brasileiro mobilizar as suas energias no empenho decidido de formar uma verdadeira comunidade de idioma, de sentimentos, de interesses e de ideais, poderemos exclamar com orgulho: o Brasil é uma grande e poderosa nação.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1940

Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas classes armadas no Automóvel Club. Vargas discorre sobre o impacto da guerra na expansão do mercado interno, as medidas nacionalistas do governo na educação e na economia, e a neutralidade do país no plano internacional.

Senhores, as instituições militares do Brasil encerram as suas atividades e realizações de 1940 com mais esta expressiva demonstração de devotamento ao regime e alta compreensão patriótica.

Quando todas as nossas energias se concentram e convergem para um fim único e vemos o Exército e a Marinha perfeitamente integrados na grande obra de renovação nacional, formando uma verdadeira união sagrada pelo engrandecimento da pátria, temos motivos de sobra para encarar os dias futuros com otimismo e confiança.

Atravessamos períodos difíceis no passado. Com as forças dispersas e malbaratadas, envilecido e explorado pelos corrilhos partidários, exposto à competição dos interesses pessoais e de grupos, o país oferecia um espetáculo verdadeiramente contristador. Apesar dos seus vastos recursos e de sentir-se unido pela língua, religião e honrosas tradições históricas, permanecia estacionário e, por vezes, regredia. As rivalidades regionais e as instituições inadequadas fomentavam a desorganização política e administrativa, as agitações estéreis e os perigos do separatismo criminoso. A despeito de tudo, as forças armadas subsistiram como núcleo de integração nacional, polarizando as nossas esperanças e anseios de renovação, e foi por contar com elas que lutamos e vencemos, sobrepondo-nos a dificuldades de toda sorte.

Evocando, agora, as vitórias decisivas obtidas contra as forças desagregadoras, as investidas do reacionarismo e as maquinações extremistas, adquirimos a certeza de que podemos marchar resolutamente pelo caminho desbravado, recolhendo, cada dia, maiores benefícios do

grande e nobre esforço coletivo despendido em bem da pátria. À medida que avançamos, o entusiasmo da ação se revigora e contagia até os céticos e indiferentes. A obra que empreendemos desdobra-se cada vez mais, exigindo trabalho contínuo e pertinaz, que, pelas circunstâncias excepcionais do momento, não pode conhecer tréguas nem descanso.

Para fazer uma precisa ideia da situação que estamos enfrentando, basta rassaltar o fato de ter a guerra atual repercussões mais profundas que a de 1914. O continente europeu ficou isolado, fechado ao intercâmbio internacional, ao contrário do que se verificou no conflito anterior, em que quase todos os mercados se conservaram abertos às trocas habituais. Ainda assim, em meio às perturbações generalizadas, continua inalterável a ação governamental na realização do seu vasto programa, que abrange todos os campos de atividade, desde a organização do crédito à exploração das nossas riquezas, ao desenvolvimento das indústrias e ao incremento dos transportes. O volume global da produção mantém-se quase no mesmo nível dos períodos anteriores, graças à expansão do mercado interno, à criação de novas fontes de trabalho e ao fortalecimento do poder aquisitivo das populações, acelerando-se, paralelamente, o ritmo da nossa economia, que sai dos velhos moldes agrários para uma industrialização capaz de aproveitar todos os nossos recursos naturais e completar a nossa estrutura de país moderno.

Tudo isso foi possível pelo exemplo de disciplina que as forças armadas souberam dar; pelo espírito de compreensão e de patriotismo com que ampararam e defenderam a obra de renovação nacional; pela tranquilidade e confiança que inspiraram à nação inteira.

Os acontecimentos da atualidade mostram como fomos providentes e avisados iniciando, bem antes que irrompesse a guerra, o nosso reaparelhamento militar. Não agimos sob inspirações improvisadas, mas em obediência a um programa metódico, que abrange todos os setores de defesa, em terra, mar e ar. Cuidamos de atender, ao mesmo tempo, o preparo pessoal e o reequipamento material. E esse reequipamento representa, sem dúvida, um extraordinário esforço do país em benefício da própria segurança, dadas as dificuldades financeiras que se nos depararam. As nossas aquisições não são vultosas; correspondem ao mínimo das necessidades. Nelas aplicamos recursos produzidos pelo nosso trabalho e consideramo-las, por isso, legítima conquista da nossa capacidade para satisfazer os imperativos da defesa nacional sem pedir

o auxílio ou a assistência financeira de estranhos. O material bélico que encomendamos é nosso e custou o nosso dinheiro. Seria uma violência aos nossos direitos querer impedir que venha às nossas mãos, e quem o tentar não poderá esperar de nós atos de boa vontade e espírito de colaboração amistosa. Tivemos uma demonstração decisiva do grau de aperfeiçoamento a que já atingiram as nossas corporações militares através das últimas grandes manobras conjuntas e das recentes exposições públicas realizadas pelos ministros da Guerra e da Marinha. Fizemos a reforma dos quadros; fundamos escolas de técnicos e especialistas; ampliamos os efetivos de reserva nos diversos graus de hierarquia; instalamos indústrias bélicas; renovamos arsenais; equipamos bases navais; aumentamos a frota da Marinha de Guerra de dezoito unidades, das quais dez construídas pelos nossos estaleiros.

Acompanhando o esforço geral para o reerguimento do país, vem dessa forma expandindo-se a potencialidade defensiva da nação, em harmonia com a sua vitalidade econômica e de modo a proteger os valores humanos e materiais que nos cumpre preservar.

Não escapa à percepção de ninguém que tão notável surto reconstitutor só foi possível porque nenhum obstáculo conseguiu desviar o rumo nacionalista e nacionalizante da obra governamental. Sem alardes antecipados nem medidas espetaculares, fomos levantando, pedra sobre pedra, a muralha que detém as forças dissolventes da união nacional. Tudo o que depauperava e enfraquecia as nossas reservas e resistências materiais e morais recebeu cuidado atento e decisivo. Extinguimos as organizações estrangeiras de caráter político; proibimos o uso dos seus distintivos e insígnias e também a publicação de jornais em língua estrangeira; abolimos as bandeiras e escudos estaduais e municipais, os hinos regionais e os partidos políticos, que também eram regionais e mantinham e fomentavam os vícios e os males do regionalismo. Tudo isso se fez visando consolidar a unidade política e social do Brasil, e numa época em que tais medidas pareciam temerárias. Não será agora que iremos esquecer esses propósitos de salutar e edificante alcance patriótico para seguir caminho diferente e tomar o partido de interesses estranhos. Os fatos já se incumbiram de mostrar que estamos certos. Cumpre-nos persistir em nossa obra de engrandecimento nacional. Somos, hoje, um povo voltado para um único objetivo: a pátria unida e

forte. Possuímos uma única bandeira – a nacional, um só escudo – o da República, e um só hino – o brasileiro.

A defesa das virtualidades do subsolo, os novos Códigos de Minas e de Águas, o Instituto de Resseguro para evitar a evasão das nossas economias, a Lei dos Dois Terços, que integrou os brasileiros no trabalho nacional; o salário mínimo, a exploração do carvão e do petróleo, o amparo aos produtos básicos da nossa economia, o impulso à construção naval e reaparelhamento da marinha mercante, o estudo e solução do problema siderúrgico são marcos de ação sistematicamente ordenados e plantados. Mas há mais do que isso. Submetemos todos os setores de atividade a uma coordenação consciente e cautelosa, com o objetivo de assegurar o fortalecimento da economia nacional promovendo a propulsão das forças produtoras, articulando os centros de produção e consumo internos, estimulando a industrialização das nossas matérias-primas, assistindo técnica e financeiramente a agricultura e a exploração de toda e qualquer fonte de riqueza que importasse em aumentar as exportações e em reforçar as nossas disponibilidades no exterior. Acabamos, ainda, com as empresas rotuladas de estrangeiras que exploravam serviços de utilidade geral, incorporando-as legitimamente ao patrimônio do país. Eram organizações fictícias, verdadeiros parasitas da nossa economia que desfrutavam como bens seus rendas da nação, graças a privilégios obtidos nos regimes passados pelos agentes vorazes do financismo internacional, que não se contentavam com sugar as nossas energias e ainda nos amesquinavam, apresentando-nos como maus pagadores aos prestamistas que lhes confiavam o dinheiro e aos quais não costumavam prestar contas.

A par dessas realizações de fecunda reconstrução material, cuidamos do melhor aproveitamento dos valores humanos pela educação e pelo saneamento, dentro dos mesmos propósitos nacionalistas. Estendemos a ação educacional a todos os núcleos da população e a supervisão do Estado aos diversos setores da instrução pública; ampliamos a rede dos institutos profissionais; obrigamos a criação de escolas de ofícios nas fábricas; fechamos as escolas de língua estrangeira e as substituímos por outras em maior número com a preocupação primordial de nacionalizar o ensino e difundir a cultura cívica.

As tarefas de sanear, educar e povoar não podem ser resultado espontâneo de atividades dispersas e quase sempre dispersivas. Torna-se necessário dar-lhes unidade de ação para alcançar os objetivos visados.

A nossa política de nacionalização não tem servido nem pretende servir a intenções egoístas de isolamento. Continuamos a receber o capital humano e o capital financeiro com as boas disposições de sempre.

Abordamos o problema do povoamento com a convicção segura de que não teremos mais as facilidades do passado no que diz respeito a imigrantes desejáveis. Os regimes vigorantes nos países de alta densidade já haviam criado restrições à transferência de potencial humano, e a guerra atual, dando ensejo a grandes perdas e vultosa reconstrução, certamente reduzirá mais ainda as possibilidades de recebermos fortes correntes imigratórias. O Brasil terá de ser povoado, desbravado e cultivado pelos brasileiros. É indispensável, portanto, preparar os moços com um sentido pioneiro da existência, enrijando-lhes o caráter, tornando-os sadios e aptos a expandir suas energias criadoras. Por isso mesmo tomamos a iniciativa de enquadrar a juventude numa corporação de finalidades educativas e patrióticas e instituímos o amparo legal às famílias numerosas e produtivas. A entrada de imigrantes continua adstrita ao regime de quotas, que permite distribuir convenientemente os contingentes indispensáveis ao nosso caldeamento racial pelo critério da utilidade e adaptação à vida social. Queremos homens válidos e laboriosos e repudiamos os elementos moral e fisicamente indesejáveis, os de atividade parasitária, os sem ofício, os desenraizados e incapazes de fixar-se, de constituir família brasileira, de amar a terra adotiva e por ela sacrificar-se. No mundo contemporâneo há clima propício a todas as ideologias. Não devem procurar o Brasil os que professam convicções em desacordo com as nossas, os que pretendam infiltrar no espírito brasileiro o falso e cômodo internacionalismo que dissolve as energias patrióticas e pode servir a tudo e a todos, conforme o preço e as ocasiões. Esses não terão mais entrada no país.

A aplicação de recursos financeiros permanece livre. Não somos infensos à colaboração do capital estrangeiro e aceitamo-la oferecendo possibilidades de segura remuneração. Mas é preciso lembrar que vão longe os tempos em que era permitida a exploração colonial da nossa mão de obra e das nossas reservas naturais. Só podemos considerar bem-vindos os capitais que se proponham auxiliar o nosso progresso,

industrializar as matérias-primas, criar riquezas no solo, concorrer, enfim, para o nosso engrandecimento.

Não é demais acentuar, nesta oportunidade, que os nossos rumos, tanto em política interna como externa, são claros e definidos. Utilizando a força das nossas tradições cristãs, pondo em ação as nossas qualidades de povo laborioso e pacífico, organizamos e disciplinamos a nossa vida em função de uma unidade material e moral cada vez mais sólida e estreita, de todos os brasileiros, com o fim de construir uma nação próspera e capaz de fazer-se respeitar. A liberdade de governar-se é atributo inalienável da soberania, e nós a usamos sem pretender influir na organização dos outros povos. Dentro do continente, permanecemos fiéis aos nossos compromissos de solidariedade, prontos ao sacrifício pela defesa comum. Os países americanos sabem que podem contar conosco para reagir a qualquer agressão e repelir violências injustas. Manteremos a nossa neutralidade e exigiremos que seja respeitada, assim como respeitamos os direitos dos beligerantes, sem preferências ou simpatias, porque esse é o nosso dever em face dos conflitos fora do continente.

Senhores, como vós, fui soldado e encontrei na camaradagem das armas uma escola de lealdade, de abnegação e desinteresse. E, com esse espírito de lealdade, abnegação e desinteresse, que foi o ideal da minha juventude, continuo a servir ao Brasil, somando o meu esforço ao vosso e ao de todos os patriotas, para torná-lo cada vez mais forte e mais próspero.

As expressivas manifestações de regozijo cívico que recebi nas recentes viagens pelo país e as grandes comemorações promovidas por motivo do décimo aniversário do meu governo culminam, hoje, nesta homenagem das forças armadas, digno fecho de um ano de intenso labor administrativo e de fecundos empreendimentos, destinados a imprimir rumos definitivos à evolução do país. E essa homenagem, para ser ainda mais significativa, tem à frente, precisamente, os ministros Aristides Guilhem e Gaspar Dutra, que, nestes últimos anos, como auxiliares do governo, se vêm revelando incansáveis na operosidade e constância patrióticas: um consagrando-se à renovação da Esquadra, e o outro reerguendo à altura das suas grandes tradições o Exército nacional. Tudo isso constitui a demonstração eloquente de que o nosso

devotamento frutificou e desperta as simpatias e as adesões calorosas de um povo bom e corajoso, que confia em si mesmo e não teme o futuro.

Em honra das nossas gloriosas corporações armadas, tão dignamente aqui representadas pelos chefes e oficiais do Exército e da Marinha, ergo a minha taça, formulando votos pelo seu constante engrandecimento, que simboliza o próprio engrandecimento da pátria brasileira.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1941

Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama no Dia do Trabalho. Vargas faz uma retrospectiva da legislação social e anuncia a regulamentação da Justiça do Trabalho.

Trabalhadores do Brasil, na grandiosa data das comemorações do trabalho, estou de novo entre vós, vindo de longe para compartilhar das vossas alegrias e dirigir-vos palavras de confiança e de fé.

Quero, mais uma vez, louvar o operariado nacional pela lealdade e inteligência da sua cooperação com o governo, que soube interpretar-lhe as legítimas aspirações e defender-lhe os justos interesses. Nunca o vosso ânimo sofreu vacilações, nem o vosso entusiasmo construtivo soluções de continuidade – conduta desinteressada e reta, que influiu poderosamente na garantia da ordem pública e no fortalecimento da unidade nacional. Destes, assim, um admirável exemplo de patriotismo e mostrastes que só o labor continuado e a união realizam as aspirações coletivas. Essa verdade tão simples domina, hoje, o Brasil e guia-lhe a mocidade. Podeis ufanar-vos de ter concorrido para tão esplêndido resultado, evidente nas cerimônias de 19 de abril – Dia da Juventude – quando, por toda a vastidão do nosso território, os espíritos moços se congregaram para renovar a sua confiança nos destinos da pátria e afirmar a ardente e inquebrantável vontade de protegê-la e engrandecê-la. A homenagem ao chefe do governo, que a escolha de tal data encerra, comoveu-me profundamente. Por certo, imprimiria maior relevo a festividade de tão alta significação associá-la às comemorações de Tiradentes, o herói sacrificado ao próprio ideal.

Acredito, entretanto, que o propósito não foi glorificar homens, mas demonstrar a adesão das gerações novas aos princípios sadios e

claros que orientam o Brasil desde 1930 e determinaram a instauração do Estado nacional.

Norteados por eles foi que o governo conseguiu reformar a estrutura social do país, promovendo a solidariedade das classes pela colaboração geral nas tarefas do bem comum, abolidos os privilégios do passado, dignificadas todas as categorias de trabalho e esforço honesto para viver e prosperar.

Dessa maneira pacífica evitamos males que arruinam civilizações e instituímos a verdadeira democracia – do povo e para o povo – segundo a fórmula clássica e perfeita.

Desde o dia distante da criação do vosso Ministério temos, sem repouso, procurado amparar o obreiro nacional, assegurar-lhe os direitos e fixar-lhe os deveres. A Lei dos Dois Terços – na realidade, da nacionalização do trabalho –, a sindicalização unitária, o seguro social, o horário nas indústrias, a regulamentação do salariado de mulheres e menores, as férias remuneradas, os cuidados de assistência médica, os restaurantes populares e o salário mínimo são outras tantas etapas vencidas do programa trabalhista.

Tal legislação, vasta e complexa, que, mesmo em países de estrutura econômica consolidada, parecia aspiração utópica, realizou-a o Brasil e, contrariando a opinião dos cétricos e timoratos, em vez de separar, de criar barreiras entre classes e acender oposições, aproximou e uniu empregados e empregadores. O panorama resultante é de concórdia, ausentes a desconfiança e a hostilidade, capacitados todos de que são necessários uns aos outros.

A prova mais eloquente dessa colaboração tivemos-la no grande banquete trabalhista do aniversário do Estado Novo, no qual operários e patrões confraternizaram, compreendendo que o trabalho também é capital e os bens acumulados pouco valem se os seus benefícios não se estenderem à coletividade.

Tudo indica, portanto, ser propício o momento para ultimar a grande obra, mantê-la e preservar em toda a sua pureza, intransigentemente protegida do descaso e das interpretações apressadas. A Justiça do Trabalho, que declaro instalada neste histórico 1º de Maio, tem essa missão. Cumpra-lhe defender de todos os perigos a nossa modelar legislação social-trabalhista, aprimorá-la pela jurisprudência coerente e pela retidão e firmeza das sentenças. Da nova magistratura outra coisa não esperam governo, empregados e empregadores.

Mas não terminou a nossa tarefa. Temos a enfrentar, corajosamente, sérios problemas de melhoria das nossas populações, para que o conforto, a educação e a higiene não sejam privilégio de regiões ou de zonas. Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distante das vantagens da civilização. Mesmo porque, se o não fizermos, correremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades – desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva.

Não é possível mantermos anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria num país onde os vales férteis, como a Amazônia, permanecem incultos, e despovoadas de rebanhos extensas pastagens, como as de Goiás e Mato Grosso. É necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros – o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola.

Com esse intuito é que se empenha o governo nacional em fixar no campo os brasileiros animosos, reunindo-os em núcleos de colonização e amparando-os convenientemente, nada lhes pedindo além da disciplina de um trabalho metódico e persistente. O lote de terra já lavrada, a casa de moradia da família, sementes, instrumentos agrários, escolas profissionais e assistência médico-sanitária serão postos à sua disposição, gratuitamente, e sobre o fruto do seu trabalho nenhum ônus pesará, abolidos impostos, taxas e tributos, até que as colônias, florescentes e prósperas, se emancipem da proteção governamental.

Ao Estado Novo cabe, sem dúvida, a missão de resgatar a dívida de 400 anos, a que aludia o grande escritor intérprete da alma dos sertões, contraída pelos homens do litoral com os habitantes das terras altas, descendentes esquecidos dos desbravadores e pioneiros que dilataram meridianos e ampliaram os horizontes pátrios. E, assim, o sertanejo, confiante no futuro, será como a árvore que mergulha raízes em terra fértil e dadivosa. A redenção dos sertões e a revalorização da Amazônia são capítulos essenciais do programa traçado pelo governo para dar ao Brasil a prosperidade e a cultura que merece.

É essa a cruzada nova para a qual convoco as energias nacionais.

Trabalhadores do Brasil, a concentração de hoje e o imponente desfile a que assisti assumem, aos olhos de quem verdadeiramente ama a sua terra, aspecto novo e edificante.

Desenvolvendo a cultura do corpo sadio e forte, sob a direção competente dos técnicos de educação física do Exército, incorporai-vos pelo treinamento paramilitar, indispensável a todos os homens válidos do país, à massa de reserva das forças armadas, rapidamente mobilizável, quando e onde seja necessário, em defesa dos princípios que conformam a nossa existência histórica e garantem a integridade do nosso patrimônio moral e material.

Só os povos bem organizados, de vigilante espírito nacionalista, subsistem. E nós subsistiremos, porque estamos unidos, disciplinados e dispostos a quaisquer sacrifícios pelo Brasil.

Entrevista ao jornal argentino *La Nacion* em junho de 1941

Entrevista concedida ao enviado especial de *La Nacion*, Fernando Ortiz Echague, publicada em Buenos Aires em 26 de junho e transcrita no *Correio da Manhã* em 27 do mesmo mês. Vargas trata da política de boa vizinhança do governo dos Estados Unidos e da presença de imigrantes alemães no Brasil, absorvidos pacificamente pela obra nacionalizadora do governo. Qualifica o Estado Novo de democracia econômica e reafirma a cooperação com a Argentina.

No curso da minha viagem através da América, pude comprovar, Sr. Presidente, a necessidade de as duas maiores potências da América Latina, o Brasil e a Argentina, marcharem juntas em matéria de solidariedade americana e, eventualmente, para a defesa do nosso hemisfério. Considera o presidente chegado o momento oportuno para tal ação?

– Sempre fomos partidários de uma política continental capaz de assegurar o trabalho pacífico das nações americanas. Nossa colaboração neste sentido tem sido franca e irrestrita. As circunstâncias do momento mundial vieram reforçar a convicção de que estávamos no rumo certo. As nações americanas têm felizmente se mantido firmes na aplicação dessa política e chegaram a traduzi-la em convênios memoráveis, como aconteceu com as decisões tomadas nas conferências de Buenos Aires, Havana e Panamá. O Brasil não pretende ser um pioneiro das diretrizes assentadas, mesmo porque elas resultaram de uma forte corrente de tradições americanas, nascidas nos primórdios das lutas emancipacionistas. Creio que, no ponto a que chegamos, nada se deve decidir sem audiência prévia e aprovação de todos. A defesa do nosso hemisfério só poderá ser eficiente contando com a solidariedade de sentimentos e com a unanimidade de ação dos povos americanos.

Tem o Sr. Presidente algum reparo a fazer à política de boa vizinhança preconizada pelo governo de Washington?

– Não tenho reparos; pelo contrário, aplaudo-a. Essa política representa uma forma ativa de solidariedade, ainda mais valiosa quando tem a sustentá-la uma nação que atingiu, pelo trabalho pacífico e a organização modelar, um estágio de riqueza e cultura não ultrapassado por nenhuma outra nação do mundo. É pena que essa política de boa

vizinhança não tenha sido iniciada antes. Se, em lugar do ambiente de desconfiança que persistiu durante largos anos, se tivesse praticado a política de boa vizinhança desde a outra guerra, toda a América estaria agora mais forte, melhor equipada e armada para cooperar na grande tarefa de defesa comum. Ao falar em política de boa vizinhança, não podemos esquecer o seu maior líder e animador – o presidente Franklin Roosevelt; à sua atenção vigilante, às suas iniciativas de verdadeira vocação americanista devemos atribuir grande parte do êxito dos nossos felizes e úteis entendimentos de cooperação.

Que sugestões apresenta o Executivo brasileiro, Sr. Presidente, para dar à política de bom vizinho um sistema econômico, isto é, para que seja algo mais que “uma política”?

– Estamos assistindo, com plena satisfação, o princípio de um movimento de articulação econômica que proporciona já benefícios gerais e poderá transformar-se numa obra duradora de intercâmbio, sem a qual todo esforço político de confraternização seria superficial e limitado às contingências do tempo. Creio na conveniência de serem estudados, desde já, os meios de estabelecer uma comunidade equilibrada e próspera. Já temos bases e elementos para fazê-lo, e creio que os convênios pan-americanos propiciam o trabalho para chegar-se à união aduaneira e eliminar grande parte das barreiras e exclusivismos que contribuem para separar os povos, ao invés de uni-los.

Na minha viagem através de quinze Repúblicas americanas, recolhi a impressão de que o Brasil, pelo seu contingente de população alemã, é um país particularmente exposto à penetração nazista. Penso que o governo brasileiro tem tomado severas medidas preventivas. Poderia o Sr. Presidente esclarecer a opinião da América enumerando essas medidas, seu alcance e sua eficácia?

– Pelo que me diz ter observado durante sua viagem através de quinze Repúblicas americanas e por outras informações de meu conhecimento, sou levado a crer, realmente, que se criou, fora de nossas fronteiras, uma opinião falsa acerca dos possíveis perigos de quaisquer de nossos núcleos coloniais. Não desejo comentar a fonte das informações errôneas que procuram colorir a atualidade brasileira ao sabor e

segundo os interesses de conhecidas tendências internacionais. Posso afirmar-lhe, e será fácil comprová-lo à sua observação de jornalista arguto, habituado a ver com serenidade os aspectos da vida interna dos povos do Velho Continente, que as populações de ascendência europeia não nos trazem preocupações. Os contingentes que aqui chegam se incorporam ao trabalho brasileiro; além de pouco numerosos em relação à massa total da população, vincularam-se à terra e, na sua maioria, ligaram-se ao nosso destino. Não faltaram, por certo, os incitamentos de agentes estrangeiros que tentaram exercer suas atividades desagregadoras, como aliás o fazem, atualmente, em todos os países. Mas reagimos a tempo contra a ação perturbadora desses elementos mediante medidas diretas e outras destinadas a acelerar a integração dos núcleos imigratórios na vida nacional. Entre essas medidas, cabe citar as de simples vigilância policial sobre elementos adventícios, a proibição de publicações periódicas em língua estrangeira, a nacionalização de escolas e associações estrangeiras, a proibição do uso de distintivos e símbolos de partidos políticos, assim como de qualquer atividade a eles vinculadas. Além disso e em virtude mesmo do regime instituído em 1937, promovemos, por todos os meios, o fortalecimento dos laços de união nacional e a educação cívica das populações. É oportuno ressaltar que, graças à modificação do regime, foi possível operar em pouco tempo o saneamento do ambiente, afastando do nosso meio os elementos nocivos à ordem e transformando a mentalidade geral. Foi assim que conseguimos anular a ação dissolvente dos agentes extremistas e eliminar os resquícios particularistas em suas diversas formas. Hoje, há no Brasil uma só bandeira e um só hino, e as leis que definem e asseguram os direitos do cidadão deixaram de ser regionais e se aplicam igualmente de norte a sul do país. Esta obra nacionalizadora foi completada, na ordem econômica, com a supressão dos tributos interestaduais, a unificação do sistema tributário e o incremento do mercado interno. Conseguimos, finalmente, acabar com os preconceitos regionalistas e com a diversidade de tratamento entre estados ricos e estados pobres, populosos ou não, auxiliando a todos e facilitando o nivelamento do progresso nacional. Como bem poderá compreender, dado que ainda existam intenções de criar atritos ideológicos ou minoritários dentro das nossas fronteiras, o novo ambiente não o permitirá, porque cada brasileiro está em condições de reagir,

efetiva e civicamente, segundo as inspirações de uma consciência patriótica e esclarecida.

[...] A estrutura e ideologia do novo Estado nacional brasileiro poderiam parecer, à primeira vista, obstáculo à defesa dos princípios democráticos e liberais da América, próprios da tradição brasileira. Sou um recém-chegado, e tenho a impressão de que não existe, no fundo, tal incompatibilidade: que, chegado o momento de definir posições no nosso continente, o povo brasileiro reafirmaria sua tradição. Se o presidente do Brasil se dignasse de confirmar essa impressão, acredito que serviria grandemente aos interesses da solidariedade continental.

– Só à primeira vista, como diz, a estrutura do Estado nacional pode parecer obstáculo à defesa dos princípios democráticos de formação americana. O Brasil nunca deixou de ser, sob o novo regime, uma democracia, mesmo porque, mais que nas palavras e nas convenções legais das democracias parlamentares, esse regime atende aos interesses do povo e consulta as suas tendências, através das organizações sindicais e associações produtoras. É mais uma democracia econômica que política e, por isso, apresenta, simplificado, o mecanismo adequado de consulta e de controle da opinião pública. Não temos assembleias numerosas onde seja possível, à custa do dinheiro público, desperdiçar o tempo em arroubos oratórios e debates estéreis. Substituímo-las, e parece que com vantagem, pelos conselhos técnicos, pela consulta direta aos órgãos representativos da vida econômica e social do país. Na realidade, o que parece divergência ideológica ou doutrinária no regime brasileiro em relação aos demais Estados da América é somente a afirmação de nossas peculiaridades históricas. Tínhamos numerosos problemas a resolver internamente, e os estamos resolvendo com rapidez, graças à concentração do poder público. Ser-lhe-á fácil obter informações imparciais a respeito e verificar que o que estamos fazendo tem por objetivo supremo unificar o Brasil, moral e economicamente, dentro de um programa de realizações que abrange todos os setores de atividade. Já lhe falei das medidas de finalidade cultural e cívica. Agora, quero referir-me ao que estamos realizando em matéria de valorização do homem e da terra. O desenvolvimento industrial, a ampliação da policultura, o saneamento dos

campos, a reorganização dos transportes, o aparelhamento dos portos e o fomento da marinha mercante nos absorvem esforços consideráveis. Mas os resultados são compensadores. Procuramos, sobretudo, aumentar a capacidade dos nossos recursos e fortalecer a defesa nacional, e o estamos fazendo tanto no terreno industrial, como no tocante ao equipamento das forças militares. Se conseguirmos completar a obra iniciada, estabelecendo a grande indústria siderúrgica e obtendo autossuficiência de combustíveis, inauguraremos nova era de segurança e prosperidade não só para nós, como para os nossos vizinhos.

Nesta ordem de ideias, Sr. Presidente, o povo argentino, que conhece e admira a obra de V.Exa., ainda ignora seus futuros empreendimentos; e seria útil enumerá-los, em favor da obra de confraternização que realizam ambos os países.

O presidente Vargas conclui o seu enunciado sobre a concepção da dinâmica grandeza do Brasil com estas palavras:

– Nosso contato com o seu glorioso país torna-se cada dia mais estreito. Sabemos como lá se trabalha e criamos maiores oportunidades para um sólido e mútuo conhecimento de nossas coisas e realizações. A tarefa de reconstrução interna a que nos consagramos não nos tem impedido de cooperar com a Argentina e os demais países americanos em todas as iniciativas de interesse comum. O que desejo, neste rápido contato com um homem de imprensa de sua cultura e de sua responsabilidade, é transmitir ao povo argentino, expressando o sentir da nação brasileira e do seu governo, a segurança de que em nenhuma circunstância nos afastaremos de nossa tradicional linha de conduta nem deixaremos de cumprir os nossos compromissos de solidariedade continental.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1942

Discurso pronunciado no Palácio Tiradentes por ocasião da instalação da III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. Vargas relembra as duas reuniões anteriores, o compromisso do hemisfério com a paz e o dever de solidariedade do continente para com os Estados Unidos, atacados pelo Japão em dezembro de 1941.

Srs. Ministros e Delegados, meus senhores, é honra insigne concedida ao Brasil e ao seu governo a escolha desta capital para a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Ao convencionarem os países do novo mundo, na Conferência de Consolidação da Paz celebrada em Buenos Aires em 1936, a convite do grande estadista presidente Franklin Roosevelt, o sistema de consultas e conversações ou, melhor, de conselhos de família, não julgávamos viesse a instituição, filha do nosso ardente anseio de harmonia, de trabalho conjugado e produtivo, ser posta à prova em futuro tão próximo e tão reiteradamente.

No entanto, em um lustro, é a terceira vez que os superiores interesses dos nossos povos nos convocam. Três anos decorridos da memorável assembleia da capital platina, o conflito irrompido na Europa nos reunia no Panamá. Já então, sem intuito de agravo a quem quer que fosse, nos havíamos vinculado todos pela Declaração de Lima – instrumento de excepcional expressão, porque não representa o fruto amargo de injunções difíceis, mas o honesto reconhecimento de condições perfeitas de solidariedade e colaboração baseadas no respeito aos princípios do Direito Internacional, na unidade espiritual, na decidida vocação pacifista, nos sentimentos de humanidade e tolerância dos que o subscreveram. E os propósitos de concórdia, que deram vida ao notável documento, não nos abandonaram.

Nas deliberações da primeira Assembleia de Chanceleres fixamos as normas da nossa conduta em face da guerra que se estendia aos caminhos marítimos do continente e lhe afetava vitais interesses. Sucessos posteriores, perigos próximos, acontecimentos novos de alcance mundial determinaram outra reunião – a de Havana, assinalada por duas resoluções de alta importância: a de assistência recíproca e cooperação defensiva e a que prevê o destino e a administração provisória de territórios situados neste hemisfério e sob domínio de países não americanos.

Em dezembro de 1941, por força de alianças ofensivas, tipo de coalizão felizmente desconhecida na América, o conflito, nascido das contradições europeias e já alastrado à Ásia e à África, assumia o aspecto de conflagração geral e tornava-se uma ameaça às nossas soberanias.

A agressão aos Estados Unidos, no Oceano Pacífico, a que se seguiu a declaração de guerra da Alemanha e da Itália ao grande país amigo, tinha, necessariamente, de agrupar-nos ainda uma vez.

Aqui estamos, portanto, representantes soberanos da família americana de pátrias livres e amantes da paz, para reafirmar à nação brusca-mente atacada a nossa solidariedade unânime e resolver, com prudência e decisão, o que convier à segurança e à proteção dos nossos povos.

O programa desta terceira reunião, elaborado por uma comissão ilustre de homens públicos afeitos ao trato dos problemas comuns, dita a ordem das questões a regular, atribuindo às de defesa a primazia que não podem deixar de ter. A esse respeito a firme atitude e a conduta do Brasil são conhecidas e claras. Desde 7 de dezembro – data que constituirá um marco novo na vida das nossas comunidades, pois trouxe a guerra ao continente americano – assumimos posição decidida, coerente com a nossa tradicional política externa e fiel aos compromissos solenes, lembrados e reafirmados mais de uma vez nos últimos tempos.

É propósito dos brasileiros defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitir possam as suas terras e águas servir de ponto de apoio para o assalto a nações irmãs. Não mediremos sacrifícios para a defesa coletiva. Faremos o que as circunstâncias reclamarem, e nenhuma medida deixará de ser tomada a fim de evitar que, portas adentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham causar dano ou pôr em perigo a segurança das Américas.

A segunda parte da agenda dos vossos trabalhos, senhores, cogita reforçar as bases e aperfeiçoar os métodos de colaboração econômica.

Ao ponderarmos as forças de produção do continente, verificamos ser total a nossa autossuficiência. Desde o mais moderno equipamento técnico industrial às riquezas do subsolo, de utilidade para a paz e a guerra, à cultura agrária científica de alto rendimento, nada nos falta. A distribuição equitativa das tarefas é o que nos incumbe estabelecer. E devemos fazê-lo em condições permanentes, visando não apenas a duração do choque armado, mas o regresso de uma paz justa para todo o mundo.

Não bastará a nós, povos de tendências pacíficas, com enormes encargos construtivos a desempenhar, uma solidariedade passageira, em

momento de perigo. Para alicerçar o engrandecimento futuro é preciso fortalecer os laços de amizade e criar, pela prática estrita da cooperação econômica e cultural, condições duradouras de prosperidade para as nossas populações e com isso ajudar a recuperação das nações flageladas pela guerra.

O continente americano, que não tem contradições irredutíveis, fala quatro idiomas facilmente acessíveis a todos os seus habitantes, conserva tradições cristãs comuns, idênticas raízes políticas e interesses que se ajustam, tudo pode fazer para organizar a mais sólida e poderosa aliança de nações livres e soberanas que jamais conheceu a história da humanidade.

Pelo nosso exemplo, pelo nosso fervor em realizar o que foi uma antecipação genial da visão política de Bolívar, poderemos contribuir para restabelecer o equilíbrio do mundo e mostrar como são falhas e inúteis todas as doutrinas, todas as ideologias do ódio e da separação, da luta e da violência.

Levar as pátrias americanas a criarem formas novas e estáveis de convivência, sem excluir ou matar peculiaridades e tradições, é um ideal que merece os nossos sacrifícios presentes e futuros.

Excelências, o Brasil vos saúda, honrado de hospedar, em momento tão grave, os mensageiros de vinte nações ligadas por perfeito espírito de fraternidade, e deseja ardentemente ver a vossa missão coroada de êxito. O seu governo e o seu povo não pouparão esforços a fim de que os propósitos comuns, convertidos em regras e conselhos, sejam respeitados e concorram para preservar a civilização e tornar a existência humana mais segura, mais digna e feliz.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1942

Discurso lido pelo ministro do Trabalho, Marcondes Filho, no Estádio do Vasco da Gama por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho de 1942. O discurso explica que o rompimento de relações diplomáticas com os países do Eixo e o afundamento de navios brasileiros não implicaria a perseguição de imigrantes oriundos desses países. Define também o Estado como “juiz nas relações entre empregados e empregadores”.

Senhores, antes de vos falar sobre as coisas públicas e transmitir-vos a palavra do governo, quero agradecer as expressões de carinho, solidariedade e simpatia que me chegaram de todos os pontos do país, partidas das mais várias camadas da população, no dia 19 de abril.

Afastado do meu posto habitual de trabalho, num recanto tranquilo da terra brasileira, ouvi, comovido, o eco das manifestações. Tocaram-me particularmente as demonstrações da juventude e os donativos feitos para obras sociais como as da Cruz Vermelha Brasileira. Recebi-os e interpretei-os como conforto, estímulo e aprovação à política que vimos seguindo, nos assuntos internos e externos, em que a prudência não exclui a segurança, nem a serenidade afasta a energia. Confessando-vos minha gratidão, brasileiros e amigos do Brasil, reasseguro-vos que, em quaisquer circunstâncias, como chefe ou como soldado, estarei sempre convosco na defesa das grandes causas nacionais, na primeira linha dos combatentes, pronto a tudo dar pela pátria, sem limite de esforço e de dedicação no dever de servir.

Trabalhadores do Brasil, este 1º de Maio, no qual celebramos, mais uma vez, em perfeita comunhão, os esforços realizados pelo engrandecimento da pátria, tem para nós significado especial, cheio de grandiosidade e de esperanças. Escolhi, precisamente, o Dia do Trabalho – Dia do Operário – para fixar a nossa posição em face dos acontecimentos mundiais e indicar o rumo a seguir no interesse da defesa e do progresso nacionais.

Jornais e rádios europeus acusam-nos de fazer “guerra privada” aos países do Eixo, confiscando-lhes bens de Estado e particulares, submetendo-lhes os súditos a restrições de liberdade. E rematam tais alegações, feitas evidentemente de má-fé, com alusões e ameaças a um futuro ajuste de contas.

As acusações, ninguém no país ou fora dele o ignora, baseiam-se em deformação de fatos e adulteração de intenções, pois a verdade é bem outra.

A nossa declaração de solidariedade ao povo norte-americano, a quem nos liga secular amizade, e o conseqüente rompimento de relações diplomáticas com os países que o arrastaram à guerra, era um imperativo de obrigações solenemente assumidas em tratados e convênios e da aplicação de princípios de unidade política continental, sempre afirmados e intransigentemente defendidos pelo Brasil. Ao definirmos, porém, essa atitude, timbramos em exprimir o decidido

propósito de continuar em paz com todo o mundo, ressalvada a hipótese de sermos agredidos.

Apesar de tão leal e compreensível procedimento, ao navegarem em rotas livres e distantes das zonas de bloqueio, foram postos a pique vapores nacionais, com desconhecimento das normas do Direito Internacional e sacrifício de bens e de preciosas vidas brasileiras. Aos ataques do mar sucederam-se, fronteiras adentro, tentativas de articulação com intenções subversivas, e positivaram-se atividades de espionagem exercidas por indivíduos a soldo das nações que nos acusam.

À violência e à felonía responderemos por forma bem diversa da usada alhures. Não houve confiscos, não houve fuzilamentos. Apenas reservamos parte reduzida dos haveres desses Estados e dos seus nacionais em nosso território para garantir indenizações devidas, e fizemos recolher a uma ilha florida, na Baía de Guanabara, os agentes secretos que ameaçavam a nossa segurança e a de países americanos.

Equivocam-se, portanto, os que nos imputam atos de guerra. Não é ato de guerra repelir ofensas, acautelarem-se de prejuízos e privar espíões da faculdade de nos serem nocivos.

Não nos preocupam, pois, as ameaças. Nada devemos, e só Deus sabe com quem terão de ajustar contas os homens e as nações pelas faltas ou crimes que praticarem.

A nossa campanha, desde muito encetada, é outra, e aqui estou para concitar-vos a ampliá-la, aumentar-lhe o ritmo e a extensão.

A conflagração avassala todas as terras, todos os mares, todos os céus, e exige dos povos, beligerantes ou não, resoluções prontas e enérgicas. Ninguém a ela se pode furtar por completo. Por isso mesmo, cada um tem de aceitar o seu setor na luta, de acordo com as circunstâncias e as próprias possibilidades. O nosso é o da produção. O exército sois vós, obreiros do Brasil, e o objetivo a alcançar é a libertação completa do país dos retardamentos, fraquezas e dependências do passado.

Nos últimos anos, com tenacidade digna de admiração, pelejamos e vencemos batalhas memoráveis. O que existia ignorado mas suscetível de exploração no solo e no subsolo está conhecido, estudado, preparado para a mobilização industrial. Derrotamos os pessimistas do carvão, os negadores do petróleo, os descrentes do ferro. Arrancamos grandes áreas agrícolas ao jugo da monocultura, valorizamos o homem, o seu labor

produtivo, e retomamos, em nível superior de técnica agrária, o trato das indústrias extrativas.

No momento, a nossa tarefa nas lavouras, nas manufaturas, nas minas e estaleiros é preencher os claros da importação e fabricar em quantidades exportáveis o que apenas bastava ao consumo interno. A palavra de ordem a que devemos obedecer é produzir, produzir sem desfalecimento, produzir cada vez mais.

O máximo que se obtiver da terra e das máquinas não será excessivo. Nem os brasileiros nem as nações vizinhas e amigas devem sofrer restrições resultantes da guerra e da carência de transportes.

Os transportes constituem, aliás, ponto fundamental da nossa campanha. Se foi nas rotas marítimas que primeiro se fizeram sentir as hostilidades contra nós, aí devemos atuar com mais vigor. Descendentes de navegantes, possuindo um extenso e rico litoral que nos afez às lides do mar, não nos entibiam dificuldades momentâneas. O heroísmo e o denodo dos nossos marinheiros garantem a normalidade da vida brasileira através dos caminhos oceânicos. É nosso dever levar a toda a América o auxílio necessário e trazer para os portos do Brasil quanto reclamem a marcha regular das indústrias e o aperfeiçoamento dos meios de defesa.

Congregados os recursos de trabalho, produção e transporte, estaremos certos da vitória. Passado o temporal, encontrar-nos-á a paz mais vigorosos do que nunca.

Não nos enganemos. O mundo já não reconhece o direito de viver aos fracos, aos inermes, aos desamparados. Principalmente se possuem riquezas fáceis de mobilizar e matérias-primas indispensáveis à paz e à guerra. É preciso, pois, para preservar a América da cobiça dos conquistadores, torná-la autônoma, cercando-a de inexpugnável muralha de resistência econômica; e só o trabalho conjugado dos seus povos o conseguirá. Cumpre-nos, assim, executar com fé e coragem a parte que nos toca nesse programa gigantesco.

A política trabalhista do meu governo tem sido invariável no sentido de estabelecer a harmonia entre os fatores da produção, base do equilíbrio social e fundamento do progresso humano. A nossa organização peculiar afasta-se, igualmente, do erro dos regimes do liberalismo individualista, que legalizam a greve como elemento solucionador de conflitos, e dos estatutos de natureza totalitária, que instituíram o trabalho escravo.

O Estado, entre nós, exerce a função de juiz nas relações entre empregados e empregadores, porque corrige excessos, evita choques e distribui equitativamente vantagens. Assiste-lhe, por isso mesmo, o direito de solicitar o concurso das vossas energias, a dedicação completa dos vossos esforços. Nesta emergência, deve cada homem conservar o seu posto sem pensar em si próprio, sem pensar na família, sem pensar nos bens. Em momentos supremos, os riscos não contam, porque é preferível perder a vida a perder as razões de viver.

Trabalhadores, antes do atual regime, a aproximação do 1º de Maio era motivo de apreensões e sobressaltos. Reforçavam-se as patrulhas de polícia, recolhiam-se as tropas aos quartéis, na expectativa de desordens. Temia-se aproveitassem os trabalhadores o dia que lhes é consagrado para reivindicar direitos. O Estado nacional atendeu-lhes as justas aspirações. A data passou, então, a ser comemorada com o júbilo e a fraternidade que emprestam esplendor a esta festa, na qual os soldados das forças armadas, cuja sagrada missão é manter a ordem e defender a integridade do solo pátrio, reúnem-se aos operários, soldados das forças construtivas do nosso progresso e grandeza.

Soldados, afinal, somos todos, a serviço do Brasil; e é nosso dever enfrentar a gravidade da hora presente, para merecermos que as gerações vindouras se lembrem de nós com orgulho, porque trabalhamos cheios de fé, sem duvidar um só momento dos destinos imortais da pátria brasileira.

Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1942

Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama na comemoração do Dia da Independência, com a presença do general Augustin Justo, ex-presidente da Argentina. Vargas menciona os ataques a navios mercantes que ocasionaram a morte de 600 brasileiros e afirma a decisão do país de enfrentar com rigor qualquer agressão à sua soberania ou traição de imigrantes em território nacional.

Brasileiros, a comemoração do Dia da Independência se teve, nos últimos anos, cunho de puro culto cívico, reveste-se, hoje, de significação maior, constitui mesmo acontecimento extraordinário na vida nacional.

Por um quarto de século, as festividades públicas serviram de ensejo para demonstrarmos os esforços do Brasil no sentido do progresso pacífico e acolhermos as representações de outros povos que vinham congratular-se conosco e compartilhar nossa justa alegria.

A Semana da Pátria, neste ano de 1942, assume o caráter de um movimento de mobilização geral das forças morais e materiais da nação. Serve para conclamar os brasileiros ao cumprimento de obrigações penosas, impostas por circunstâncias incontroláveis, para as quais não concorreremos, mas a que temos de fazer frente com todas as energias de que possamos dispor.

Cultivando as boas relações com os demais povos, praticando uma política sadia de aproximação e concórdia, fomos, entretanto, surpreendidos com uma agressão brutal e inesperada, por parte de Estados que haviam, desde tempos, perdido o respeito de si próprios e não podiam, conseqüentemente, manter o respeito devido aos outros.

Como todos vós sabeis, em agosto último navios da marinha mercante brasileira foram torpedeados, à vista das nossas costas, por uma ação deliberada e perversa de corsários sob a bandeira das nações de presa que lançaram o mundo no mais sangrento conflito deste século.

O fato não constituía novidade, é certo, desde que países pacíficos e desarmados da Europa viram-se talados pelos carros de guerra e atos nefandos praticavam-se diariamente, em desafio aos princípios de convivência civilizada. Opor-se ao arbítrio, observar normas do direito, repelir imposições e restrições violentas à soberania de cada nação era colocar-se sob a ameaça da força bruta, servida pela técnica aprimorada de oprimir e matar.

Tivemos a dignidade de revidar afrontas, guardamos o respeito a nós próprios, defendendo tenazmente a nossa forma de viver e os nossos deveres continentais. Por isso mesmo fomos agredidos, e mais de seiscentas pessoas perderam a vida numa emboscada marítima executada com requintes de inaudita crueldade.

A vossa reação, brasileiros, esteve à altura da ofensa.

Protestastes com indignação, solicitastes por todas as formas de expressar a vontade popular que o governo declarasse guerra aos agressores, e assim foi feito.

A honra e os interesses mais sagrados da pátria exigiam, imperativamente, a atitude que tomamos. Agora nos sentimos de consciência

tranquila, resolutos e dispostos a defender os brios legítimos do nosso povo, que nunca se ajustou às atitudes de servo e há de prosseguir independente e soberano.

A declaração do estado de beligerância colocou-nos na posição de combatentes, e, de acordo com ela, já assentamos os planos de trabalho e de ação. Militarmente, teremos de completar a mobilização para fazer face às necessidades efetivas da guerra. No setor econômico, chefes de empresa e operários cerram fileiras em torno do governo; e, estou certo, em benefício coletivo, ninguém poupará esforços ou bens. Os dissídios classistas e os choques de natureza política não nos farão, felizmente, perder tempo.

Existe, generalizada, a firme compreensão de que precisamos unir-nos e esquecer divergências e particularismos, para só cuidarmos dos objetivos supremos da defesa da pátria.

A frente interna coesa e decidida a arrostar, de ânimo viril, qualquer emergência, as forças armadas prontas a repelir qualquer golpe, tudo isto constitui o magnífico espetáculo da vida brasileira, neste momento grave da nacionalidade.

Qualquer inimigo que pise o solo pátrio, sobrevoe as nossas cidades ou infeste o nosso mar territorial receberá o mesmo castigo infligido aos submarinos que, em prática de pirataria, investiram contra a nossa navegação costeira e foram afundados pelos intrépidos e eficientes pilotos das forças aéreas brasileiras.

Seremos implacáveis no combate aos invasores e aos seus agentes infiltrados, traiçoeiramente, no meio das nossas populações laboriosas. Não importará isso em quebra do nosso sentimento comprovado de hospitalidade. Os nacionais dos países com os quais estamos em guerra, que aqui vieram e construíram os seus lares de forma regular e honesta, nada devem recear enquanto permanecerem entregues ao trabalho, obedientes à lei e prontos a colaborar nas atividades defensivas do país. De modo bem diverso serão tratados os que, traindo os compromissos assumidos e ludibriando o nosso acolhimento generoso, auxiliarem de alguma forma os inimigos, com eles mantiverem entendimentos, espionando ou fazendo sabotagem. A esses, aplicaremos, com rigor, as leis de guerra. E, em relação aos semeadores de boatos e derrotistas de qualquer nacionalidade, nenhuma complacência existirá. Serão segregados

do meio social, reduzidos à condição de suspeitos e declarados indignos da cidadania brasileira.

Povo pacífico, educado nas virtudes cristãs, não cultivamos pendor de guerreiros, mas faremos como os cidadãos pacatos e trabalhadores assaltados na própria casa: devolveremos golpe por golpe, resistindo, por todas as formas concebíveis, aos que pretendam oprimir-nos. Nada nos deterá nessa determinação. Ameaças, injúrias ou violências servirão apenas para acrescer a nossa combatividade e tornar mais forte a reação.

As consequências da luta em que nos empenhamos e que decidirá os destinos do mundo não podem causar-nos apreensões. Os privilégios de casta, os preconceitos raciais, as desigualdades de fortuna, as opressões de classe, os ódios mesquinhos, todos os valores aparentemente inconciliáveis da civilização contemporânea hão de fundir-se nesse incêndio de vastas proporções em holocausto ao surto de uma nova era. O Brasil como país jovem, de estrutura social plástica, rico de possibilidades e com uma formação de equilíbrio adaptável a todas as transformações está, naturalmente, projetado para o futuro e nele terá de encontrar a solução definitiva das equações de seu progresso. Não deve, portanto, temer os dias vindouros e os sacrifícios inevitáveis que lhe assegurarão o direito de colaborar nas renovações de ordem política e econômica que resultarem desse tremendo choque de poderios, mentalidades e culturas.

A causa que defendemos desperta o sentimento de justiça das consciências livres, trazendo-nos a solidariedade dos povos do continente, através dos seus governos e homens representativos. Todas as nações americanas compreendem que estão sob a ameaça de idênticos perigos e sujeitas a idênticos atos de brutalidade e violência. Isolar-se equivale a expor-se mais facilmente à cobiça dos conquistadores. A união nacional e a união continental são os imperativos da hora presente, e, por isso, só temos motivos para regozijar-nos diante das manifestações de simpatia e apoio recebidas dos outros povos americanos em hora de tamanhas apreensões e responsabilidades.

Foram os Estados Unidos a primeira nação do continente a sofrer o golpe da insídia e o ataque armado; e a solidariedade que lhe demos, então, sem hesitações, nós sentimos retribuída, agora, de forma inequívoca, no apoio fraternal do seu valoroso povo e na colaboração para repelir pelas armas a agressão à nossa soberania. Tudo isso significa a

existência de um movimento unânime de repúdio e adesão nos povos americanos. E, aqui mesmo, ao nosso lado, temos a honra e o orgulho de ver, como testemunho direto desse espírito de compreensão fraternal, a figura por tantos títulos respeitável e prestigiosa do general Augustin Justo, nosso hóspede e companheiro de armas, que bem representa, neste momento, com o seu gesto generoso de cavalheirismo, os sentimentos da sua nobre pátria e a forma ativa dos ideais americanistas.

Brasileiros, estou certo da vossa lealdade, da vossa coragem, do vosso ânimo para enfrentar a luta.

A exaltação patriótica, a vibração cívica, o calor de brasilidade, postos nestas comemorações do Dia da Independência, revelam, acima de tudo, o grau de homogeneidade dos nossos sentimentos e das nossas disposições de repetir e reafirmar o sentimento heroico da nossa história e a inflexível decisão de vencer.

Combatendo até a vitória decisiva, seremos dignos da América, continente de homens livres, e do Brasil, pátria grande e gloriosa, merecedora de todas as renúncias e todos os sacrifícios.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1942

Discurso pronunciado no Teatro Municipal, ao ser comemorado o quinto aniversário do Estado Novo. Vargas avalia as ações do governo desde 1930 e o papel do Brasil na guerra.

Senhores, depois de falar às forças armadas nas comemorações do quinto aniversário da Constituição de 10 de novembro, cabe-me traçar, perante os representantes da administração civil, das classes produtoras e trabalhistas, o quadro da vida brasileira em face dos acontecimentos de ordem interna e externa.

Em outras oportunidades, mostrei qual era a situação do país anterior à Revolução de 1930 e fiz, sem rancores, a crítica do regime que vigorava desde 1889. Não é preciso recapitular o triste espetáculo da administração retardada e falha, da ausência de iniciativas, da rotina no trato das coisas públicas e do ronceiro conservantismo que presidiam às nossas relações sociais e econômicas, entravando o progresso, desiludindo o povo, criando o pessimismo dissolvente nas camadas cultas e a indiferença passiva nas camadas populares.

Bem conheceis, e parece supérfluo rememorar, o que foi a nossa luta. Primeiro, procuramos conter o transbordamento da avalanche revolucionária e ajustar as forças que nos permitiriam escolher, nas várias correntes de ideias, as mais acordes com as possibilidades e as que melhor se enquadrassem nos princípios orientadores de uma ação política verdadeiramente construtiva. Depois, tivemos de aceitar, por um período de três anos, a Constituição de 1934, que, sob muitos aspectos, representava um recuo, uma reação, a continuidade do ambiente eleitoral, com os vícios do facciosismo e do personalismo.

Com o reajustamento de 10 de novembro alcançamos, afinal, as premissas efetivas da reconstrução necessária.

O Estado nacional, de cunho centralizador, conforme as linhas da Constituição, transformou a ordenação jurídica, afastando-se dos modelos correntes para atender apenas às características brasileiras, às circunstâncias gerais do nosso crescimento interno e da política exterior, tão importante nos últimos tempos em vista dos perigos internacionais que nos ameaçavam. Pondo de parte as formas clássicas do equilíbrio de poderes, deu preponderância necessária ao Executivo e articulou vários elementos novos de orientação e consulta, nos setores econômico e social. Provavelmente, existem falhas a corrigir nas novas instituições, mas é fora de dúvida que elas correspondem, nas linhas mestras, aos fundamentos da nossa formação histórica e às imposições da época conturbada que vivemos. Não alimentamos, certamente, a pretensão de criar modelos para outros povos. Procuramos, apenas, uma solução brasileira para os problemas brasileiros. E estamos seguros, pelos resultados obtidos até aqui, do acerto patriótico das nossas reformas, tanto no terreno político como no social e econômico.

Consideramos mero bizantinismo indagar se o novo regime é ou não democrático. As oligarquias antigas e modernas, os regimes de privilégio, muitas vezes se apelidaram democráticos. E o eram, na verdade, para uma parte da população que lhes usufruía as vantagens. Não devemos, por conseguinte, preocupar-nos com os vários sentidos emprestados à palavra democracia. Para os espíritos retardados, ela é o velho jogo político-eleitoral, com restrições maiores ou menores; é a oposição crônica entre governantes e governados; é o liberalismo degenerando em licenciosidade. Quanto a nós, com a experiência de cinco anos decorridos, torna-se fácil verificar que democracia é a forma de governar em

benefício do povo como um todo, em função dos interesses supremos da pátria, acima das imposições de grupos, de clã ou região. A autoridade baseada nas leis e a segurança no trabalho vêm acelerando o nosso crescimento econômico e fortalecendo os laços da comunidade. O que nos cumpre agora é aperfeiçoar o aparelho político-administrativo, completando os órgãos constitucionais, preparando o país para a sucessão normal dos seus dirigentes dentro das fórmulas da democracia funcional que instituímos.

Iniciando o reajustamento completo dos quadros da vida brasileira, atacamos, simultaneamente, questões de forma e de essência. Na esfera político-social, tomamos as medidas necessárias à unidade nacional dissolvendo os partidos políticos e as agremiações estrangeiras, que constituíam foco de dissídio e lutas estéreis; fizemos a reforma da educação, de cunho nacionalista, melhorando a preparação cívica e ampliando as possibilidades da instrução técnica; unificamos o Direito, com os novos códigos; com a reforma financeira e o lastreamento metálico foi possível substituir o padrão monetário antiquado e preparar o país para fazer face aos compromissos de guerra; prosseguimos na política trabalhista e, mesmo nas circunstâncias atuais, não suspendemos as garantias dos operários, antes as reforçamos com o pleno funcionamento da Justiça do Trabalho; realizamos obras públicas vultosas, como as da Baixada Fluminense, do Nordeste e do fomento agrícola com a criação de colônias-modelo e a instalação de trabalhadores na Amazônia; construímos rodovias; eletrificamos e prolongamos estradas de ferro, completando a ligação com o Uruguai e prosseguindo na construção dos troncos internacionais da Bolívia e do Paraguai; resolvemos o secular problema da siderurgia, com a instalação das usinas de Volta Redonda e a exploração intensiva das reservas de ferro do Vale do Rio Doce. Na esfera da preparação defensiva, aumentamos os efetivos militares e demos elementos materiais às forças armadas, sem descuidar o preparo técnico-profissional e o rigoroso aperfeiçoamento dos quadros de especialistas; criamos o Ministério da Aeronáutica; renovamos o material de voo; incrementamos, com a Campanha Nacional de Aviação, a formação de pilotos civis; estimulamos na juventude o interesse pela navegação aérea e instalamos numerosos campos de pouso e aeródromos. Reequipamos portos e aumentamos a frota mercante. Ampliamos instalações hospitalares; desenvolvemos sistemática atividade em benefício da saúde, com

medidas especiais de assistência à infância, à melhoria do estado sanitário das populações e dos meios de alimentação popular. Iniciamos a renovação da Marinha de Guerra, incorporando à esquadra dezenas de unidades, construindo e montando outras, reaparelhando arsenais e instalando bases. Nas relações internacionais, continuamos a obra de aproximação continental, incentivando as trocas e a colaboração com os povos americanos. Não houve, portanto, setor de atividade em que se não exercesse ação rápida e propulsiva, criando, aperfeiçoando e melhorando as nossas condições de progresso.

A Segunda Guerra Mundial atingiu-nos em plena fase de reconstrução. Enquanto se limitava a outros continentes, foi-nos possível manter a neutralidade e procurar, por todos os meios, evitar que os seus reflexos diretos perturbassem o ritmo do nosso trabalho. Quando já havíamos reajustado a economia do país às circunstâncias novas, decorrentes do isolamento da Europa e da perda de mercados, a agressão de que foram vítimas os nossos tradicionais amigos dos Estados Unidos da América do Norte determinou, em face dos compromissos assumidos em reiteradas assembleias, a nossa participação no conflito. A Conferência dos Chanceleres realizada em janeiro deste ano teve por consequência o rompimento das relações diplomáticas e econômicas com os países do Eixo, único meio de que dispúnhamos para impedir que, à sombra de imunidades e através de organizações ilegais, se conseguisse prejudicar os interesses dos povos americanos.

Alguns meses decorridos, sem que houvesse atos de hostilidade da nossa parte, fomos provocados da maneira brutal que todos conhecem. Em legítima defesa da nossa honra, fizemos o que nos cumpria. Declaramos o estado de beligerância com os agressores e nos tornamos aliados das nações que defendem os princípios da liberdade e autodeterminação dos povos contra as que preferem a política de presa, a invasão *manu militari* e o assalto organizado às populações pacíficas e laboriosas. Empenhados nas tarefas de desenvolvimento interno, não desejávamos a guerra. Tivemo-la, entretanto, e o que agora nos cabe fazer está na consciência de todos os brasileiros.

Sem descontinuar os esforços para progredir estamos mobilizados e prontos a lutar em duas frentes – a externa e a interna. Cooperando por todos os meios com a nobre nação norte-americana, fornecendo-lhe quanto careça para completar a sua preparação, agindo em perfeita

colaboração com os supremos dirigentes da guerra no setor mundial, desempenharemos as nossas missões de forma exemplar. Ainda agora, antes de iniciar-se o desembarque das poderosas forças americanas na África do Norte, recebemos do presidente Franklin Roosevelt mensagem especial acerca dos propósitos dessa operação, que se desenvolve brilhantemente para as armas aliadas. Demos à iniciativa irrestrito aplauso e solidariedade, por considerá-la antecipação justificada diante dos planos alemães de ocupação, constituindo, ao mesmo tempo, um reforço da segurança americana e, especialmente, do Brasil, porque elimina dos nossos mares os obstáculos à navegação e torna mais fácil a cooperação com os nossos aliados, na entrega de materiais estratégicos. Essa atitude não importa em qualquer hostilidade à França, a quem nos ligam tradicionais relações de amizade, nem ao povo francês, cuja sorte acompanhamos com sincera e comovida simpatia.

Internamente, manteremos o ritmo de trabalho construtivo, dobrando as atividades para que nada falte às nossas populações, nem sofra o seu padrão de vida. As medidas indispensáveis vêm sendo tomadas com firmeza e tanto se fazem sentir no setor financeiro como no industrial ou agrário.

Confio que, com o eficiente e pronto auxílio do povo, até agora exemplar no respeito às ordens das autoridades e na cooperação para o esforço extraordinário, possamos reduzir os sacrifícios e atravessar o conflito fortalecendo-nos quer pela coesão maior da consciência nacional, quer pela ampliação e diversificação das culturas agrárias e do parque industrial.

Para a vitória da nossa causa, para fazer sobreviver o mundo que ajudamos a construir, nenhum esforço será excessivo. Não nos iludamos. Só se salvam os que se mostram dignos de salvação, os que se esforçam por obtê-la, os que não conhecem obstáculos e não temem perigos. Em momento de tanta significação, falando aos representantes do poder público e das classes produtoras, desejo também voltar o pensamento para o povo brasileiro, para a massa anônima das cidades e dos campos, e dizer-lhes que estamos empenhados numa luta decisiva, em que se jogam os destinos da civilização, e devemos confiar na voz profética de Franklin Roosevelt, o grande líder do continente americano, certos de que esta guerra não é feita para garantir privilégios e amparar monopólios, mas para estabelecer a paz com justiça e assegurar a todos

uma vida melhor, subordinando as vantagens individuais aos deveres para com a coletividade.

Senhores, que a nossa reunião comemorativa de hoje valha como um pacto de honra, como um juramento solene, como a promessa de todos os corações em holocausto à defesa da pátria.

Volta Redonda, 7 de maio de 1943

Discurso pronunciado em Volta Redonda, por ocasião de almoço oferecido ao presidente do Paraguai, Higinio Morínigo. Vargas aborda a trajetória da indústria siderúrgica, a necessidade de sua nacionalização, os estudos técnicos e os acordos econômicos para sua instalação.

Senhores, diante de empreendimento de tamanha magnitude como o que estamos aqui realizando, não posso ocultar o meu entusiasmo patriótico e a minha confiança na capacidade dos brasileiros.

O que representam as instalações da usina siderúrgica de Volta Redonda, aos nossos olhos deslumbrados pelas grandiosas perspectivas de um futuro próximo, é bem o marco definitivo da emancipação econômica do país. Aqui está ele plantado, em cimento e ferro, desafiando cepticismos e desalentos. Admiramo-lo, primeiro, com justo orgulho, para refletirmos, depois, quanto foi difícil lançar os seus fundamentos numa realização vitoriosa. E digo difícil não só tendo em vista os obstáculos materiais a vencer, como também as resistências e omissões de uma mentalidade pública que parecia incapacitar-nos para levar ao terreno das soluções práticas o grande problema.

Não será exagero atribuir, historicamente, a nossa conduta de incompreensão e passividade ao provincialismo que a Constituição de 1891 estabeleceu e ao reclamo dos países industriais interessados em manter-nos na situação de simples fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos manufaturados. Aquela expressão “país essencialmente agrícola”, de uso corrente para caracterizar a economia brasileira, mostra em boa parte a responsabilidade do nosso atraso. Durante 32 anos de vida republicana – de 1890 a 1922 – permanecera o problema de tal maneira ausente das cogitações governamentais que se poderia considerá-lo inexistente. Reabriu-se a discussão sobre a matéria

em 1922, por uma razão clara e simples: a Primeira Guerra Mundial arrastara até nós a crise dos produtos manufaturados, e a queda das taxas de juros na Europa do pós-guerra trazia-nos um afluxo de capitais inquietos, dispostos a explorações industriais distantes dos centros em que a questão social tomava plano de relevo.

A enunciação de um simples nome – Companhia de Ferro Itabira – resumiria uma campanha de 20 anos. Retomado o problema siderúrgico com o famoso contrato de concessão que fez correr rios de tinta, ainda persistia uma parte da opinião voltada para a solução semicolonial: exportar minério sem possuir usina transformadora. Levemente alterada, a fórmula “país essencialmente agrícola” orientava ainda os nossos atos. E o argumento, frequente e capcioso, era o mesmo: não dispúnhamos de combustível para fabricar aço.

A Revolução de Outubro, de tendências acentuadamente nacionalistas, afastou por algum tempo o risco de entregarmos as nossas jazidas de ferro, a Estrada de Ferro Vitória-Minas e o Vale do Rio Doce a um monopólio internacional. Sempre se pretendeu, interessadamente, considerar como partes inseparáveis do problema a fundação da grande siderurgia, a exportação de minério e a produção de carvão. Simples fórmula dilatória. Não resolvendo tudo, nada era possível resolver. Tínhamos, porém, os homens da Revolução de 30, vistas diferentes sobre a questão.

Já o candidato da Aliança Liberal assinalava na sua plataforma: “O surto industrial só será lógico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, a maior parte das máquinas que nos são indispensáveis. Daí a necessidade de não continuarmos a adiar a solução do problema siderúrgico”. E um ano depois, em Belo Horizonte, triunfante o movimento, desenvolvia aquele ponto de vista apenas indicado: “Mas o problema máximo, pode dizer-se básico, da nossa economia é o siderúrgico. Para o Brasil, a idade do ferro marcará o período da sua opulência econômica. No amplo emprego desse metal, sobre todos precioso, se expressa a equação de nosso progresso. Entravam-no a nossa mingua de transportes e a falta de aparelhamento indispensável à exploração da riqueza material que possuímos imobilizada”. Completando, finalmente, o meu pensamento no tocante à solução do magno problema, julgo oportuno insistir ainda em um ponto: a necessidade de ser nacionalizada a exploração das riquezas naturais do país, sobretudo a do ferro. Não sou

exclusivista nem cometeria o erro de aconselhar o repúdio do capital estrangeiro a empregar-se no desenvolvimento da indústria brasileira sob a forma de empréstimos, no arrendamento de serviços, concessões provisórias ou em outras múltiplas aplicações equivalentes. Mas, quando se trata da indústria de ferro, com a qual havemos de forjar toda a aparelhagem dos nossos transportes e da nossa defesa; do aproveitamento das quedas d'água, transformadas na energia que nos ilumina e alimenta as indústrias da paz e da guerra; das redes ferroviárias de comunicação interna, por onde se escoa a produção e se movimentam, em casos extremos, os nossos exércitos; quando se trata – repito – da exploração de serviços de tal natureza, de maneira tão íntima ligados ao amplo e complexo problema da defesa nacional, não podemos aliená-los, concedendo-os a estranhos, e cumpre-nos, previdentemente, manter sobre eles o direito de propriedade e de domínio.

Colocado o problema nestes termos, tratamos de passar, sem demora, à ação. Pouco depois, nomeávamos grande comissão de estudos, da qual fazia parte o capitão Edmundo de Macedo Soares e Silva, considerado autoridade no assunto, por seus estudos especializados e sua incontestável capacidade. As conclusões do trabalho realizado foram, então, encaminhadas ao Congresso, na vigência da Constituição de 1934, e aí permaneceram até o seu encerramento, em 1937.

Não era possível, em meio a opiniões saturadas de conservantismo, abolir velhos erros de apreciação. E, verdadeiramente, num grande corpo legislativo, a penetração de influências capazes de eternizar os debates não poderia mesmo permitir solução satisfatória.

O governo, porém, não estava disposto a consentir em protelação maior. O exame do assunto passou a ser feito, em 1938, pela Comissão Técnica do Ministério da Fazenda, e nesta os depoimentos do major Edmundo de Macedo Soares e Silva e do Dr. Guilherme Guinle fizeram pender a balança das razões para a solução nacionalista. Ao primeiro deu-se logo o encargo de preparar o projeto brasileiro, o qual, concluído em todas as suas modalidades, foi submetido ao exame de técnicos americanos, que o aprovaram.

Abordávamos, a um tempo, o problema pelos seus três aspectos capitais, mas sem interdependência: usina siderúrgica, produção de coque metalúrgico e exportação de minério. Nessa fase de estudo e apreciação do problema é de justiça salientar a competente e dedicada atuação do

ministro Mendonça Lima. Os trabalhos, tomando ritmo acelerado, passaram depois à Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, diretamente subordinada ao chefe do governo, que fizera seguir para os Estados Unidos o major Edmundo de Macedo Soares e Silva, com o fim de ultimar os estudos técnicos do plano elaborado enquanto confiava à inteligente e devotada iniciativa do Dr. Guilherme Guinle a organização da Companhia Siderúrgica Nacional. Escolheu-se a localização da usina e com o apoio financeiro americano, que não nos faltou graças à intervenção amiga do presidente Roosevelt, iniciamos a compra dos maquinismos e instalações industriais, invertendo nesses fornecimentos o primeiro empréstimo de 20 milhões, concedido pelo Banco de Importação e Exportação. Porque, é oportuno dizer-se, a aplicação dos fundos externos foi exclusivamente reservada à aquisição do material estrangeiro. As demais instalações de várias ordens são custeadas pelo capital nacional subscrito pelo governo e pelo povo. É com dinheiro brasileiro que se pagam os salários de 8 mil homens que aqui trabalham, desde os técnicos americanos e nacionais até ao mais humilde operário. Da mesma fonte provêm os recursos necessários à aquisição de 50 mil toneladas de ferro, de 3 milhões de sacos de cimento, de 400 mil metros cúbicos de pedra britada, de 3 milhões de metros quadrados de madeira e 55 quilômetros de vias férreas – materiais aqui empregados em edifícios, levantamento de plataforma para maquinismos, instalações e equipamentos indispensáveis ao trabalho industrial. A cidade siderúrgica está pronta para crescer e expandir-se, atingindo a plenitude da sua finalidade.

A solução da premissa fundamental do problema foi também encontrada. Contra os cépticos e a conjuntura de interesses estranhos, o governo, desde 1930, não descontinuou a proteção à hulha nacional. Administrações anteriores haviam procurado amparar o nosso combustível mineral concedendo empréstimos e pequenos favores. A produção incipiente não encontrava, porém, em face da concorrência, condições propícias ao crescimento. As empresas oneradas pelo serviço da dívida, o consumo sujeito às flutuações derivadas de fatores vários, e quase restrito, em certa oportunidade, à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, consumidora de carvão de baixo teor calorífico, não permitiam tomar a medida exata das possibilidades internas. O que se alastrava, em face do jogo de interesses, que iam da propaganda aberta contra o

nosso produto aos *dumpings* e demais processos inconfessáveis, era o desânimo. Somente outras medidas poderiam reanimar os produtores. Em 1931, a Lei nº 20.089, de 9 de junho, criou a obrigatoriedade da quota de 10% do produto nacional em relação ao consumo da hulha estrangeira. As dificuldades que tive de enfrentar, as resistências a vencer, foram enormes e é cedo ainda para relatá-las em público.

Mas o primeiro resultado estava obtido: as empresas brasileiras de extração ampliavam com segurança a produção. E em breve o governo aumentava a quota para 20%, elevando-se depois a 30%, de modo geral atingindo nalgumas empresas consumidoras, como a Estrada de Ferro Central do Brasil, sob a atual administração, 60% do consumo total do ano último e 70% no primeiro quadrimestre deste ano.

Mudou, portanto, o panorama, e a prospecção de novas jazidas interessa aos industriais, que estendem o seu campo de ação contando com o consumo do produto na siderurgia nacional. Realmente, este grande empreendimento, com seus atuais fornos para produzir mil toneladas de coque em 24 horas, dará consumo seguro ao carvão brasileiro e aproveitará os resíduos na fabricação de benzol, toluol, xilol, amoníaco, alcatrão e outros subprodutos que ainda importamos. As experiências feitas com o carvão de Santa Catarina deram excelentes resultados nos Estados Unidos e pode-se considerar simplificado este importante fator da siderurgia com a instalação da usina de benefício que se monta em Tubarão, naquele estado.

O problema básico da nossa economia estará, em breve, sob novo signo. O país semicolonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias-primas, poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial autônoma, provendo as suas mais urgentes necessidades de defesa e de aparelhamento. Já não é mais adiável a solução. Mesmo os mais empedernidos conservadores agraristas compreendem que não é possível depender da importação de máquinas e ferramentas, quando uma enxada, esse indispensável e primitivo instrumento agrário, custa ao lavrador 30 cruzeiros, ou seja, na base do salário comum, uma semana de trabalho.

A questão da exportação de minério, resolvida em separado, com a constituição da Companhia do Vale do Rio Doce, demonstrou perfeitamente como era falso o pressuposto de interdependência em que se procurara colocar, antes, o problema de exploração mineral no país.

A usina de Volta Redonda está planejada para aumentar a sua produção em até um milhão de toneladas por ano. Com a sua coqueria de 55 fornos, a usina de subprodutos e os altos-fornos em instalação, teremos, de início, cerca de 200 mil toneladas de laminados e com o equipamento já adquirido atingiremos 350 mil toneladas anuais de trilhos, chapas, grandes perfis e barras. Só o primeiro alto-forno tem capacidade para mil toneladas em 24 horas. Tudo o que se está fazendo deixa, entretanto, margem a maior expansão, de acordo com as possibilidades do mercado, e não afeta, nem afetará de futuro, a siderurgia de carvão vegetal, tão necessária ao suprimento de especialidades de aço e à formação da nossa indústria metalúrgica.

Essa transformação básica da nossa produção industrial exige, agora, o trato de uma questão de pessoal. E a formação de técnicos. O Serviço de Ensino Industrial instituindo escolas de fábrica dará, dentro de pouco tempo, um número avultado de trabalhadores e especializados, e a rede de 200 escolas profissionais irá preparando jovens de 14 a 16 anos para as atividades que o desenvolvimento das indústrias comporta. Deste impulso, em que colaboram o governo e as empresas privadas, constitui padrão o Liceu Nacional do Rio de Janeiro. E no grau superior, a reforma em elaboração cogita de alguns cursos de especialização para engenheiros, sobressaindo os de metalurgia, eletricidade, mecânica e aeronáutica, além da criação de um Instituto de Pesquisas Técnicas, capaz de auxiliar eficazmente a nossa expansão industrial.

A nossa guerra, senhores, não abrange apenas setores de preparação bélica e adestramento para campanhas militares. Deve compreender um vasto programa de estruturação para o nosso desenvolvimento futuro, de modo que, ao termo da Segunda Guerra Mundial, possamos empreender, com o aço desta usina, com os braços dos brasileiros instruídos e capazes, e vontade patriótica de vencer, a remodelação do nosso parque industrial antiquado pelo desgaste.

Sendo a usina siderúrgica de Volta Redonda uma das mais importantes realizações do meu governo, resolvi visitá-la em companhia do Sr. General Higinio Morínigo, preclaro presidente do Paraguai, por tantos títulos digno representante do seu heroico povo. Quis, assim, ressaltar não só a significação excepcional do empreendimento, como também exprimir ao nosso ilustre hóspede a satisfação que a sua presença nos proporciona, declarando-lhe que consideramos essa obra uma conquista da

capacidade americana e que os benefícios dela resultantes nós os compartilharemos, de bom grado, com a nobre nação amiga.

Meus senhores, eu vos felicito pelo que haveis realizado em prol do Brasil. Esta cidade industrial será um marco da nossa civilização, um monumento a atestar a capacidade da nossa gente, um exemplo com tal poder de evidência que afastará quaisquer dúvidas e apreensões sobre o futuro, instituindo no país um novo padrão de vida e uma nova mentalidade.

A todos vós, construtores, simples trabalhadores, engenheiros – homens animosos que dais o esforço do vosso cérebro e do vosso braço a este empreendimento gigantesco – os meus parabéns e votos de felicidade, que são mais uma afirmação de fé e confiança nos gloriosos destinos da nossa pátria.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1943

Discurso pronunciado na inauguração do novo edifício do Ministério da Fazenda. Vargas elogia a ação do ministro Sousa Costa à frente da pasta da Fazenda, registra que o Brasil vem combatendo os inimigos internos e externos com o apoio da sociedade e afirma que ao final da guerra a “estrutura política da nação será reajustada”. Responde nas entrelinhas aos signatários do Manifesto dos Mineiros, chamados de “leguleios em férias”.

Senhores, ao inaugurar este sólido e imponente edifício, sede condigna do Ministério da Fazenda, obra em que a capacidade construtiva, a clara inteligência e o gosto da ordem do ministro Sousa Costa mais uma vez se revelaram, quero congratular-me convosco, porque assim podeis verificar, através desses argumentos irrespondíveis de cimento e ferro, como a administração progride e quanto se interessa pelos problemas da organização técnica dos serviços, da eficiência e do bem-estar do funcionalismo.

Cumpra ao Estado dar o bom exemplo das instalações higiênicas e confortáveis onde o trabalho não seja desagradável ganha-pão, mas exercício adequado das energias humanas. É de esperar que as empresas privadas, em franca prosperidade, adotem idêntica orientação, que resulta ao mesmo tempo em vantagens de ordem geral e em acréscimo de rendimento das atividades industriais.

Atravessamos uma fase de renovação de valores, de reconstrução social em bases mais equitativas, visando assegurar ao maior número os benefícios da vida civilizada. Devemos, portanto, em proveito de todos, com o elevado escopo de poupar à humanidade agruras maiores, agir segundo as tendências da época e promover o levantamento do nível econômico da coletividade.

O ensejo é propício para anunciar-vos a decretação do aumento de vencimentos do funcionalismo civil e dos salários do operariado, medida oportuna e justa que o governo resolveu tomar em face do encarecimento das principais utilidades. A elevação nos preços dos gêneros de primeira necessidade, quando não é fruto de manobras escusas e atos ilícitos passíveis de severa punição, decorre inevitavelmente das circunstâncias novas criadas pela guerra. A soma de braços retirados pela conscrição ou por serviços de natureza militar à produção de gêneros de consumo das populações urbanas acarreta, sem dúvida, perturbações momentâneas que não tardarão e ser corrigidas.

A passagem da economia de paz para a de guerra representa por si uma causa poderosa de transtornos e dificuldades. Todos os povos pacíficos, que não alimentam propósitos agressivos, só conseguem preparar-se enfrentando resolutamente os imperativos da luta. É este o nosso caso. Conhecendo como conheço a fibra dos brasileiros, a sua admirável capacidade de adaptação, estou certo de que a cooperação geral e a colaboração de boa vontade vencerão os obstáculos inevitáveis, favorecendo o natural reajuste. Temos apenas 14 meses de guerra declarada, mas sentimos desde 1939 os reflexos diretos da anormalidade mundial. Dentro das próprias circunstâncias especiais vamos, apesar de tudo, reagindo e criando condições novas de triunfo, despertando energias, transformando forças potenciais em forças produtivas. E o melhor exemplo para o futuro, a maior segurança do nosso progresso, está precisamente na atitude modelar dos nossos soldados, dos nossos funcionários civis, dos nossos operários. Nos dias conturbados de agosto de 1942, quando o inimigo traiçoeiro iniciou o seu ataque brutal, eu lhes pedia vigilância, disciplina, discrição, devotamento ao trabalho. Temos produzido discreta e disciplinadamente; liquidamos os inimigos internos; prevenimos a sabotagem; impedimos a espionagem e o entendimento com os agentes estrangeiros. Não registramos greves nem perturbações da ordem, nem clamorosos atos de traição. Nas fábricas, nas usinas, nos

arsenais, nos navios, nos transportes, arcamos com as deficiências do nosso parque industrial; vamos marchando com firmeza e suprindo com extraordinário engenho as dificuldades técnicas e materiais. Os nossos marítimos, valentes e prontos ao sacrifício, os ferroviários, os trabalhadores dos transportes têm feito prodígios. Merecem, portanto, nossa admiração e francos louvores.

É preciso que todos correspondam, em outros setores da vida nacional, a esse devotamento patriótico. Se escasseiam alguns gêneros, se as colheitas não bastam para as exigências atuais, plantemos mais e melhor; se os transportes apresentam falhas, cabe reclamar e solicitar pelos meios adequados a intervenção dos poderes públicos; se ocorrem irregularidades na distribuição de gêneros e mercadorias ou no controle de preços, cumpra à Coordenação Econômica providenciar para que sejam executados os planos da administração. Incumbe-lhe agir e tem amplitude de poderes para fazê-lo, punindo açambarcadores e intermediários vorazes, prejudiciais ao mesmo tempo ao produtor, que não lucra com a carestia, e ao consumidor, obrigado a suportar o peso dos lucros dos aproveitadores. Todos devem colaborar no bom combate. As donas de casa, responsáveis pela economia doméstica, o homem do povo, o funcionário, mostrando-se igualmente zelosos pela observância das leis, fiscalizando-lhes o cumprimento, estarão contribuindo para ajustar os suprimentos às necessidades gerais.

Precisamos convencer-nos de que a contribuição individual, a fiscalização popular são ainda os meios mais eficientes para compelir os recalcitrantes ao cumprimento do dever. O governo espera que os brasileiros, homens e mulheres, habitantes das cidades e dos campos, concorram com a sua parcela de esforço para o bem comum, que no momento significa, precisamente, esforço para a vitória.

Nem há, nem pode haver, devo repetir nesta oportunidade, outro objetivo capaz de desviar-nos a atenção. O nosso maior inimigo ainda será a divergência interna. Não preciso lembrar exemplos de outras nações. Está no consenso de todos que a pior forma de impatriotismo, quando nos achamos em plena luta, é impedir ou dificultar, por qualquer modo, o esforço comum para vencer a guerra. Não temos tempo para desperdiçar na interpretação de fórmulas ideológicas e no exame das conveniências políticas de simples finalidade eleitoral. No fundo da nossa consciência sentiríamos remorso se contribuíssemos para lançar o povo brasileiro nos

excessos de uma agitação partidária com o fim de tranquilizar os pruridos demagógicos de alguns leguleios em férias. É singular e merece reparo irônico que esses inquietos reformadores improvisados, sempre conhecidos no cenário político pelas suas tendências retardatárias, se erijam em profetas democráticos exatamente na ocasião em que os povos de velha estrutura representativa preferem adiar as convocações à vontade popular e manter os chefes nos seus postos. Quando terminar a guerra, em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro. E das classes trabalhadoras organizadas tiraremos de preferência os elementos necessários à representação nacional: patrões, operários, comerciantes, agricultores – gente nova, cheia de vigor e de esperança, capaz de crer e de levar avante as tarefas do nosso progresso. A primazia nas posições de direção, controle e consulta caberá aos que trabalham e produzem e não aos que se viciaram em cultivar a atividade pública como meio de subsistência e instrumento de simples acomodações pessoais. Encontrarão também oportunidade para fazerem-se ouvir e opinar os representantes da mocidade, que, nas escolas, nas fábricas e nos quartéis se prepara e concorre, cheia de ardor cívico, para construir o futuro da pátria, dispondo-se a defendê-la decidida e virilmente.

Senhores, teremos que empreender, no imediato pós-guerra, a reforma completa do nosso antiquado sistema tributário e a reorganização bancária indispensável ao desenvolvimento das finanças nacionais.

Dispondo de condições propícias, podendo centralizar e acomodar todo o seu pessoal, o novo Ministério da Fazenda reflete a nossa situação atual e presta-se a um confronto edificante com as épocas passadas. O velho edifício da Avenida Passos, insuficiente e colonial, correspondia à nossa posição de país devedor, onerado pela carga de juros e amortizações, resgatando empréstimos com empréstimos e fazendo *fundings* ruinosos para a economia nacional, em proveito exclusivo dos banqueiros internacionais, até a Revolução de 1930 modificar o panorama geral das nossas finanças revendo tais compromissos, que terão de ser adaptados às circunstâncias novas ou suspensos enquanto não se verificar o necessário reajustamento.

O alojamento provisório na Avenida Rio Branco marcou a época de transição, da mesma forma que este monumental edifício mostra a

prosperidade alcançada, que se há de tornar maior com o nosso trabalho fecundo e garantirá ao Brasil a posição independente e digna que conquistou no concerto das nações civilizadas.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1943

Discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras ao tomar posse na cadeira vaga com a morte do acadêmico Alcântara Machado, para a qual havia sido eleito dois anos antes. Vargas discorre sobre o patrono da cadeira, Tomás Antônio Gonzaga, e seus sucessores, detendo-se em Alcântara Machado. Elogia o fato de a academia ter passado a reunir, a partir de 1930, homens da cultura, da indústria e das profissões liberais.

Sr. Presidente, Srs. Acadêmicos, a atividade intelectual é para mim uma imposição da vida política, que exige de quem a ela se consagra a obrigação de comunicar-se com o público com precisão e clareza, explicando ideias e problemas de governo, esforçando-se por fazer-se ouvir e compreender.

Não sou e nunca pretendi ser um escritor de ofício, um cultor das belas-letas, embora tenha me habituado, desde moço, à amável convivência de poetas e romancistas, como leitor e admirador comovido das suas obras. Por que não hei de reconhecer também, numa confissão escusável nestas circunstâncias, a atração que sempre exerceram sobre mim os homens de pensamento, as inteligências cultas e desinteressadas, os espíritos de lato quilate moral, possuidores do divino dom de transmitir aos seus semelhantes as conquistas culturais, os anseios piedosos, os arrebatamentos da paixão e da fé?

Mas tudo isso de que vou falar está longe de definir os méritos de um escritor, de legitimar pretensões à partilha dos louros e das glórias a que têm direito os príncipes da poesia e os mágicos exploradores dos reinos da ficção.

A Casa de Machado de Assis parecia reservada, nas minhas reflexões, aos homens votados à criação artística e ao estudo desinteressado dos problemas culturais. Não a considerava gleba apropriada ao rude amanho dos agricultores, mas terreno escolhido e tratado, onde os jardineiros operam milagres de beleza e colorido.

Nascida sob a invocação da Academia Francesa, por ela modelada, teria certamente o destino de servir de refúgio e assegurar repouso amável aos espíritos serenos que olham a vida em termos de categoria filosófica e usam as lentes da perspectiva histórica para observar com imparcial frieza os acontecimentos da atualidade.

Sem dúvida, as circunstâncias da vossa fundação delatavam o divórcio então existente entre a pura análise espiritual, a seriação e o estudo da realidade através das artes e atividades chamadas práticas.

Naquele remanso do fim do século, passadas e esquecidas as agitações que auspiciaram o advento da República, políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais de outro, ocupando margens opostas na torrente da vida social.

Por uma deformação lógica sentiam-se quase incompatíveis. As alterações da semântica retratam, melhor do que amplas razões, essa situação de fato. Poeta era, ao tempo, sinônimo popular de lunático, pessoa ausente, habitando um mundo de fantasias e imagens; literato traduzia, num pejorativo brando, o teórico, pés fora do solo, cabeça nas nuvens, alheio às realidades cotidianas e convencido de poder ajustá-las aos esquemas simplistas da construção dialética.

Em ambiente assim, era inevitável, as energias sociais dispersavam-se esterilmente, e o desdém do espírito pela matéria tomava formas quase extravagantes. Para o homem de letras, as palavras político, industrial, administrador tinham igualmente um sentido alterado: significavam estreiteza de vistas, incapacidade imaginativa, grosseiro trato com as coisas belas da vida e os seus valores supremos. Para ser um exemplar dessa fauna tornava-se necessário ignorar as rosas, os poentes, as sutilezas da linguagem, o aguçamento de um sarcasmo e a finura de uma ironia.

Explicavam uns e outros, através de conceitos voluntariamente truncados, o desdém recíproco e a mútua desconfiança. Os literatos reclamavam o isolamento, a torre de marfim, a impassibilidade marmórea, e essa atitude se refletia na própria preferência pelas imagens do reino mineral, tão do gosto dos poetas mais celebrados do tempo. Os homens de ação, dedicados às tarefas práticas, desacreditavam, por seu turno, as possibilidades reais dos que sabiam pensar e dizer.

Não há novidade em declarar, por conseguinte, que a primeira fase da vossa ilustre instituição decorreu à margem das atividades gerais, enquanto o Estado, a administração, a sociedade civil, evoluíam e se

transformavam. Só no terceiro decênio deste século operou-se a simbiose necessária entre homens de pensamento e de ação. Hoje vemos em vosso meio, compartilhando a imortalidade com poetas e romancistas, representantes das profissões liberais, juristas, historiadores, políticos e até industriais. É admirável que isso aconteça. Os valores da inteligência são multiformes, resultam de múltiplas e fecundas aplicações. Os modernos processos de integração social não podem malbaratá-los e a todos disciplinam, num sentido útil, para maior bem da coletividade.

O papel das academias não é, na atualidade, o que Chapelain atribuía à Academia Francesa: “Fazer um grande dicionário e fiscalizar a língua.” É mais importante, mais amplo e profundo.

Não corresponde, evidentemente, a uma instituição acadêmica vanguardar os movimentos revolucionários em arte e cultura. Também não lhe corresponde atuar do lado extremo, permanecendo fechada num conservantismo estreito e reacionário. Cabe-lhe, no conjunto das atividades gerais, uma função ativa, coordenadora de tendências, ideias e valores, capaz de elevar a vida intelectual do país a um plano superior, imprimindo-lhe direção construtiva, força e equilíbrio criador.

Foi com essa visão global das responsabilidades acadêmicas que aceitei um lugar na vossa ilustre companhia, honrado com a escolha, que considero homenagem excepcional, e disposto a trabalhar convosco pela afirmação da nossa cultura, interessando-a nos grandes problemas da nossa nacionalidade.

Eleito para a cadeira 37, venho sentar-me entre vós, sob o patronato de Tomás Antônio Gonzaga, na sucessão de Silva Ramos e Alcântara Machado. Não me poderia sentir melhor em qualquer outra. O poeta da Inconfidência Mineira alcançou essa consagração mais pelo seu destino político que pela expressão da sua arte poética, aliás formosa.

Numerosos foram os homens que, pela época, interpretaram em verso os anseios sentimentais, as dúvidas amorosas, os conflitos dos desejos e das possibilidades. O que singularizou a figura daquele desembargador do século XVIII não foi certamente a inovação literária, a inspiração de grandes voos ou a criação linguística, como aconteceu com Dante e Camões. A sua lírica é similar à de todos os poetas do tempo. Reflete idênticas influências, repassa consabidos modismos, veste-se com as mesmas galas retóricas. Versejar parecia, então, sestro generalizado, diversão preferida das classes cultas. Se

desde os clássicos da língua se admitia que “não fazem dano as musas aos doutores”, contavam com absolvição antecipada os governantes poetas, os líricos magistrados.

Essa produção literária oferecia, entretanto, pouca ou nenhuma originalidade. Seguiu invariavelmente regras aprendidas a modo de ofício manual e a temática restrita dos modelos. Tomás Antônio Gonzaga, que é o nosso exemplo, vivendo em Vila Rica, cidade colonial de Minas Gerais – cheia de pretos da mineração, de brigas de garimpeiros, de façanhas de contrabando – não nos apresenta, nas suas composições, um esboço sequer da vida ambiente. A mais leve referência ao meio é esquecida. As suas poesias não se embeberam do cheiro estonteante da terra moça. As pastoras, os zagais, os pegureiros, que invoca e canta, não passam de simples expressões de um dicionário ignorado na colônia do ouro e das pedras, consumida pela febre das riquezas e do luxo que a Inglaterra e a Flandres produziam e Portugal importava e pagava com larguezas de perdulário.

Não foi, por consequência, essa literatura de amores infelizes, tão comum em tantos autores da época, o que elevou a herói o patrono desta cadeira. A projeção excepcional da personalidade do cantor de Marília resultou da sua atuação política, da sua participação num acontecimento que objetivava emancipar a grande terra brasileira, ausente na obra do poeta e presente na existência do homem.

O verdadeiro patrono da cadeira nº 37 não é, a rigor, o lírico de *Marília de Dirceu*. A poesia influiu na escolha como mera circunstância. A homenagem do patronato equivale a um preito de admiração à memória do poeta que se ligou a uma nobre causa e por ela padeceu o degredo e a morte expatriada. Iluminado por um sentimento de justiça, de independência, de anticolonialismo, Tomás Antônio Gonzaga legounos, ultrapassando a sua vocação lírica, a ascendência de uma vocação política sacrificada pela emancipação do Brasil.

Os fundadores da academia tiveram, ao contrário do que se tem dito, uma iniciativa feliz ao retirarem do hagiológico pátrio o nome do herói, confiando-lhe o destino de uma cadeira que parece fadada a recolher os que, noutros tempos e por outros caminhos, se devotam ao engrandecimento da nação, decididos a servi-la sem medir esforços.

Já originou observações curiosas a coincidência de ter sido português pelo sangue o patrono da cadeira 37 e português pela formação

literária seu primeiro ocupante. Silva Ramos, filólogo, pensando e escrevendo em moldes clássicos, era, realmente, um filho espiritual de Coimbra, exilado no Rio de Janeiro entre gentes que deslocavam pronomes e abusavam dos gerúndios.

O fenômeno não é novo e o vemos repetir-se na América com desusada frequência. Deriva claramente da herança linguística. Os idiomas dos grandes grupos sociais originários da Europa tendem a retornar aos antepassados, numa forma de hereditariedade semelhante à do mundo biológico.

Fiel à mentalidade de herança, que se fortalecera definitivamente na fase de formação cultural, Silva Ramos não se preocupou em readaptar-se às exigências do meio em que veio viver e trabalhar. Certamente, isso não lhe parecia necessário. A língua era e ainda é o único instrumento de expressão entre os dois povos e o laço mais forte de consanguinidade capaz de manter em contato íntimo e fraternal brasileiros e portugueses. Ficou tal como veio de Coimbra, exercendo com serenidade compreensiva a missão de mestre da boa linguagem. Foi um gramático, classificação que, apesar de parecer hoje um tanto pejorativa, corresponde exatamente a certos períodos culturais em todas as latitudes. Com a perspectiva do tempo poderemos dizer que preferiu ser um selecionador a ser um criador. Conhecer e escolher afigurava-se-lhe talvez mais grato que inventar e produzir.

Em 1931, sucedeu a Silva Ramos o professor José de Alcântara Machado de Oliveira, que, durante um decênio, emprestou à academia o brilho do seu pensamento e da sua cultura séria e extensa.

Alcântara Machado representava entre nós uma estirpe mental de linhas fortes e bem definidas. Possuía uma formação cultural sólida de amplos horizontes. Essa formação não se fizera, entretanto, com sacrifício da personalidade, que se constituiu reta e em constante ascensão, obedecendo a fundamentos morais de nítida influência cristã e encerrando, segundo o conceito de Maritain, a totalidade dos atributos humanos. Militante da cátedra, militante da política, exercendo no seu meio tão fecundo – a velha Faculdade de Direito de São Paulo – ação direta e pessoal como professor e mais tarde diretor, foi literariamente um tradicionalista.

As épocas passadas encontravam nele ressonâncias duradouras. Aprendera com Renan a considerar a tradição o mais forte fundamento da ideia de pátria. Homem do seu tempo, apercebido das realidades

atuais, compreensivo e plástico na atuação social, admirava os antepassados, celebrava-lhes os feitos e sentia-se perante eles herdeiro responsável das suas qualidades e virtudes.

O livro de estreia literária de Alcântara Machado – décimo trabalho publicado, porque até aí só as letras jurídicas o preocupavam – é *Vida e morte do bandeirante*. Todos vós conheceis essas páginas admiráveis. Retratando o viver simples, austero e frugal dos desbravadores e pioneiros das terras altas do Brasil, o autor se entrega a uma tarefa grata aos seus sentimentos tradicionalistas. Não se trata de um trabalho de pura reconstrução histórica. Por certo, se enquadra no gênero perfeitamente. Sobra-lhe exatidão documental, e a recomposição da vida social da época se desdobra em quadros descritivos quase fotográficos, sem omitir a localização dos fatos, fixando-os à paisagem e aos seus acidentes caracterizadores. Sabia, naturalmente, que a história deriva da geografia. Colocando as personagens no seu meio, identificando-as com ele, conseguiu apresentá-las completas, talhadas como deveriam ser na realidade, num único bloco. Ali estavam associados, inseparáveis, os dois elementos conformadores da personalidade de Alcântara Machado – o amor à terra e o culto dos antepassados. Deles tirava, como Barrès, a sua lei de equilíbrio no seio de uma sociedade em crescimento, que se alargava em círculos maiores de diversificação à medida que lhe vinham de fora, de outras latitudes, contingentes étnicos de vária origem, portadores de novas forças de conquista e de novos processos de apropriação econômica. Vendo chegar os adventícios, o coração de Alcântara Machado se confrangia e o seu espírito se povoava de interrogações sobre o futuro.

É fora de dúvida que o confronto entre os dois quadros – o da expansão bandeirante e o da incorporação migratória – sobressaltava-o e enchia-o de temores. A propósito, devemos lembrar uma passagem do discurso que pronunciou na Academia Paulista de Letras, em setembro de 1940.

“Porque não nos iludamos [dizia]. Aqui está se desenrolando a luta silenciosa e subterrânea, mas incessante e encarniçada, dos adventícios entre si e de todos contra nós. Agrava-se de momento a momento o perigo, já anunciado por alguém, de nos tornarmos uma colônia como as demais neste chão conquistado, fecundado e mantido ileso pela coragem e pelo trabalho dos nossos maiores.

Por mais que se digam, e mesmo que sinceramente se esforcem por ser brasileiros, não o são, nem podem sê-lo, os recém-chegados. Faltam-lhes aquela integração no espírito da grei, aquela impregnação profunda da sensibilidade pela natureza, que vem do nosso lastro hereditário e determina o nosso modo e a nossa razão de ser. À ação de presença desses representantes de raças tão distantes, preocupados com a satisfação de interesses imediatos, não será ousadia atribuir o declínio sensível das nossas virtudes tradicionais.

Aí está o que nos deve apavorar. É a possibilidade de que um dia se desnature a alma coletiva, substituída por outra, feita de retalhos de tecidos disparatados. Retomam-se províncias arrancadas pelo inimigo, mas não se consegue jamais reaver consciências anexadas ao estrangeiro. Contra essa eventualidade, tornada mais temerária hoje em dia pelas tendências dominantes em certos países, que convertem cada emigrado em instrumento de expansão imperialista, urge que mobilizemos todas as energias”.

As palavras de Alcântara Machado no discurso citado foram as últimas que se lhe ouviram antes que a morte o roubasse ao convívio dos amigos e ao serviço das letras. Poderíamos considerá-las o seu testamento patriótico em face das provações da nova guerra e das incertezas do futuro para as nações jovens, de fraca densidade demográfica, abertas à imigração e desarmadas. Mostram, ainda, como era forte, no conjunto das suas qualidades de homem culto, o sentido da responsabilidade pública, sempre alertado nas situações em que teve de atuar, como professor, político, historiador, escritor ou jurista. E não é demais acentuar o equilíbrio, a serenidade, a dignidade das suas atitudes nos prélios onde foi chamado a opinar. Na cátedra, na tribuna parlamentar, nos concílios partidários, era sempre o mesmo – fidalgo na compostura, discreto no dissentir, firme sem jactâncias, lúcido no pensar e elegante no dizer.

Como instrumento de expressão, a linguagem por ele usada em todas as circunstâncias aparecia dúctil, pulcra, transparente, cheia de ressonâncias clássicas, revelando um escritor com recursos excepcionais de estilo e de ideias. Em Alcântara Machado podemos comprovar o acerto de Sainte-Beuve quando afirma que “um pensamento firme e vivo já se apresenta necessariamente com a sua forma completa de expressão”.

Antes de ir adiante, quero anotar uma observação marginal sobre a atitude do autor de *Vida e morte do bandeirante* relativamente ao problema da assimilação dos contingentes imigratórios. Já sabemos como era ele amoroso da terra, profundamente enraizado ao solo pátrio. O livro em que evoca, magistral e comovidamente, o pioneirismo paulista, dedica-o a membros da família, remontando a “Antônio de Oliveira, chegado a São Vicente em 1532”. Reata, assim, os laços de ascendência a velhos troncos patrícos dos primórdios da colonização portuguesa.

Alguns anos antes – eis o curioso desencontro – Antônio de Alcântara Machado, filho mais velho do nosso ilustre companheiro, publicava o seu primeiro trabalho literário, dando-lhe por título os nomes de três bairros populares de São Paulo e dedicando-o “aos novos mameucos”, isto é, aos pioneiros do progresso paulista nos dias recentes do afluxo imigratório. E, ao invés de escrevê-lo na linguagem apurada que tanto elevou o nome do pai como escritor, utilizou-se do idioma dialetado dos descendentes de italianos, fazendo excelente literatura com os casos do quotidiano nas ruas movimentadas dos bairros industriais.

Aparecia, flagrante, a contradição. Para o filho, os bandeirantes do pai valiam tanto quanto os seus condes papalinos, os seus pequenos industriais prósperos e outros humildes adventícios, construtores anônimos do engrandecimento da cidade. Enquanto aquele evocava, orgulhoso, os sertanistas e desbravadores da era do ouro e das pedras, o outro olhava com admiração os homens novos, lutando dentro da floresta das chaminés fumegantes, espetadas irreverentemente para os céus.

Compreendemos, desde logo, o antagonismo das duas gerações representadas pelo pai e o filho, com as suas transformações de mentalidade e diferenciação social. Com quem estaria a razão? Talvez Alcântara Machado houvesse formulado a pergunta a si mesmo e nos tivesse dado a resposta na passagem da magnífica oração acadêmica anteriormente lembrada. Fácil seria certamente resolver o dissídio sem recusar razões a ambos. Limitemo-nos, porém, à anotação do fato em si, evitando juízos que os mortos não podem contestar e aproveitando-o para mostrar como se apresenta, nos nossos dias, imperioso e contingente, o problema da incorporação dos imigrantes aos núcleos da população nacional. A atualidade, com os tremendos ensinamentos da guerra, está a indicar o único caminho possível: apressarmos, por todos os meios, a transformação dos adventícios em autênticos e bons brasileiros.

Depois desta digressão, retomemos o fio das considerações anteriores para fixar aspectos singulares da fisionomia moral de Alcântara Machado e marcar os ritmos da sua marcha vitoriosa desde os bancos acadêmicos até alcançar o mais alto plano da consagração literária.

Todos os adolescentes – opinam alguns psicólogos demasiado imaginosos – levam consigo, ao entrar no mundo dos descobrimentos e surpresas que a idade lhes reserva, um arquétipo, um modelo da personalidade, “aquele que desejariam ser” e cuja maneira de viver desejariam repetir. Escolhido o modelo, procuram imitá-lo pelos anos afora, muitos sem êxito, outros com simples aproximações, alguns logo desiludidos da difícil empresa. Há ainda os que se desencantam nas primeiras experiências de adaptação e os que teimam em seguir padrões antípodas e incompatíveis com as tendências do temperamento e as condições de tempo e de meio. São, geralmente, os casos que mais se fazem notar pelo disparatado dos contrastes e a incongruência das atitudes postíças e caricaturescas. Não vemos por aí, com tanta frequência, tartamudos que se julgam Demóstenes; pesquisadores de biblioteca que se consideram grandes eruditos; militares, políticos e estadistas empolgados pela imitação das figuras históricas de Napoleão, Alexandre e César? Quantos desses desencontros, dessas falsificações de modelos estarão a interferir desastrosamente no destino dos homens e dos povos?

Se tomássemos a sério a estranha teoria, as verificações da sua aplicação haveriam de ser decepcionantes. Não certamente em relação a homens como Alcântara Machado, cujo arquétipo nenhum trabalho daria descobrir, tal a confessada fidelidade com que o seguiu, honrando-o consciente e exemplarmente. Nunca o ocultou e em todas as circunstâncias teve-o presente como supremo mentor das suas diretrizes morais e das suas conquistas de homem de pensamento. Era o pai, era Brasília Machado, cuja biografia escreveu com tanto carinho e devoção filial.

De Alcântara Machado podemos dizer que foi um menino-moço. Cresceu e educou-se sob a direta e imediata influência paterna. Brasília Machado, professor, advogado, político e orador, marcou-lhe os rumos da existência desde os passos iniciais. Precoce, reconcentrado, estudioso – aos 21 anos se fazia professor da mesma escola onde pontificara o pai. A tese com que disputou a cadeira – um trabalho completo sobre medicina legal – revelou-o uma inteligência vigorosa, honesta e armada com os melhores recursos da cultura jurídica e das letras clássicas. Daí

por diante, nenhuma hesitação na marcha. Entregou-se a outros trabalhos, como advogado e político, e os realizou com a mesma segurança e elevação de ideias.

Poucos contatos pessoais tive com Alcântara Machado para considerar-me habilitado a falar do seu feitiço íntimo, das linhas do seu caráter, dos seus sentimentos e reações diante dos atos humanos e dos acontecimentos sociais. O que recolhi, porém, confirma substancialmente o testemunho dos amigos e dos que o conheceram mais de perto. Muitos se referem à sua bondade acolhedora, à timidez que parecia dominar-lhe os movimentos e dar a quem não o conhecia uma falsa impressão de soberba e superioridade estudada. Não me parece que esse fosse, realmente, o “defeito honesto” do seu caráter. A timidez nos espíritos cultos e sensitivos, fáceis de ser atingidos simultaneamente pelos caminhos da emoção e da inteligência, não passa as mais das vezes de uma disposição espontânea da personalidade. O tímido é geralmente um fraco de vontade. Nas suscetibilidades exageradas, nas tensões e afrouxamentos das reações nervosas, ora amortecidas, ora abruptas, deixa-se surpreender aos primeiros contatos. Faltam-lhe, por isso, nas ações e na maneira de comportar-se, os nexos de continuidade e serenidade que são visíveis e persistentes nos temperamentos equilibrados, sadios e fortes. Alcântara Machado escapava, evidentemente, à classificação de tímido. Nos atos e no modo de agir demonstrou sempre coragem serena e uma vontade firme. Poderiam levá-lo por convencimento a transigir, mas não o obrigariam jamais a desistir por imposição ou temor. Era, apesar disso – afirmam quantos lhe desfrutaram a convivência e o trato fidalgo –, um afetivo. Não se confiava facilmente a intimidades, mas reservava para os amigos uma constante e enternecida assistência. O que o fazia parco em expansões e o colocava na posição de quem não quer ser visto talvez fosse o receio de parecer falso e metediço, quando o seu empenho maior consistia em guardar fidelidade a si mesmo. Pertencendo a uma geração de crise – a de 1890 –, teve a oportunidade de conhecer períodos de depressão, de prosperidade geral e de sérios traumatismos políticos. Recolhera, na fase de formação, as últimas influências do romantismo e sofreu as primeiras inquietações do século. Explica-se, assim, por que, ao atingir a idade madura, desfeitas muitas ilusões e embebido de resignação cristã, viesse a considerar “a vida uma grande lição de humildade”.

Os últimos anos de existência, consagrou-os Alcântara Machado a dois trabalhos totalmente diferentes: a biografia de Brasília Machado e o Código Criminal Brasileiro.

O estudo biográfico do pai assinala mais um marco definitivo na carreira do escritor. Executou-o com cuidados enternecidos. O perfil do notável professor vale por uma perfeita reprodução da sua personalidade. Brasília Machado possuía, indiscutivelmente, títulos de sobra para destacar-se no meio em que viveu e atuou. A inteligência pronta, a cultura jurídica, a combatividade faziam-no admirado e respeitado como mestre e causídico. Possuía porte tribuniário, flama e audácias verbais de autêntico orador. Era também capaz de devotar-se a causas nobres e desinteressadas. Firme de caráter e de convicções, quando renunciou às lutas partidárias não o fez para encerrar-se no cômodo silêncio do conformismo. Católico praticante, antes dos 20 anos converte à religião o próprio pai, velho brigadeiro maçom, anticlerical, excelente protótipo dos homens do Primeiro Império. Completa, afinal, brilhantemente o ciclo da sua projeção social batendo-se, como diria o filho, “pela recristianização do Brasil, pela volta ao espiritualismo de uma terra que ao espiritualismo cristão deve em grande parte seu crescimento e sua unidade”.

O jurista, em Alcântara Machado, antecipou-se ao homem de letras. A parte mais sólida da sua cultura, a sistemática dos conhecimentos, a orientação filosófica, foram aquisições feitas na mocidade, durante o curso de Direito na velha e gloriosa Faculdade de São Paulo. Ao ingressar no professorado a sua mentalidade já estava definitivamente conformada e apta a aplicar-se com seguro equilíbrio. Foi, por isso, um mestre completo e um causídico de rara proficiência.

A organização do Código Criminal vem a ser, por conseguinte, uma espécie de coroamento das atividades do jurista, do professor e do advogado. Foi-lhe confiada numa hora de transição política, quando se mudavam as instituições para cuja adoção o parlamentar decisivamente contribuía. Lembro a circunstância para salientar como o político sabia sobrepor-se, serena e patrioticamente, às contingências dos acontecimentos. Esquecendo-se de si, superior às suscetibilidades e às decepções, esteve sempre pronto a aplicar o saber e a sacrificar as comodidades pessoais em proveito das iniciativas úteis à coletividade.

Apraz-me destacar, mais uma vez, esse traço marcante da personalidade de Alcântara Machado. O sentido da solidariedade humana nele era

tão forte como a vontade de realizar. Pensava certamente com Montaigne que “quem não vive de algum modo para os outros mal vive para si”.

Nas atividades de acadêmico conduziu-se com idêntica elevação de espírito. Já o disseram melhor do que eu, por ocasião da sua morte, os eminentes confrades congregados em sessão para celebrar-lhe a memória. No acervo dos seus trabalhos, as orações acadêmicas representam uma contribuição literária destinada a durar e a incorporar-se ao patrimônio cultural do país. São páginas vigorosas de penetração crítica, saturadas de sentido humanista, onde o escritor se mostra na plenitude dos seus recursos de expressão. Lembremos, nos discursos de posse e recepção que pronunciou, os juízos sobre Silva Ramos, Luís Guimarães Junior, João Ribeiro e Joaquim Nabuco. A precisão dos conceitos, o exame das ascendências culturais e os nexos históricos indispensáveis em trabalhos críticos de ampla estruturação transformam os perfis traçados numa galeria rica de conteúdo espiritual e de interesse humano.

Alcântara Machado trouxe para os trabalhos acadêmicos a sua deslumbrada capacidade de compreender e aquilatar, sem restrições ideológicas e preconceitos de escola, os valores fecundos da inteligência. Acreditava no préstimo social dos intelectuais e na função política da literatura.

A existência de instituições como a nossa não encontraria justificção plausível no conjunto das atividades sociais se limitássemos a sua esfera de ação à tarefa de selecionar e consagrar, dentro das fronteiras do país, as glórias literárias. É o que se pode concluir também, atentando para a feição peculiar da obra de Alcântara Machado e evocando as palavras magistras da parte final da sua oração de posse, quando afirma caber à academia, “que é a expressão luminosa do pensamento e da sensibilidade nacionais, o dever, de que jamais desertou, de apertar os elos de solidariedade, por uma compreensão e um conhecimento mais perfeitos, entre os brasileiros de todos os estados”.

Encerra essa afirmação todo um programa de atuação construtiva e nacionalizadora. A academia, é preciso reconhecer, já começou a executá-lo desde o momento em que abriu as portas da imortalidade aos representantes da inteligência brasileira vindos dos diversos quadrantes geográficos e considerados expoentes legítimos nas letras, na sociologia, na medicina, na administração e nas ciências em geral. Cumpra-lhe apenas desenvolvê-lo, amplia-lo, exercendo uma espécie de judicatura sobre a vida mental do país, preparando uma atmosfera de interesse e

de respeito pelas criações intelectuais, estimulando as vocações e facilitando-lhes o acesso às fontes de revigoramento e renovação espiritual.

O Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa têm de recair necessariamente sobre os intelectuais e os homens de pensamento. A Academia Brasileira de Letras não reúne a todos, mas dispõe de meios para congregá-los, oferecendo o exemplo dos seus ilustres membros, que não se recusarão a consagrar a tão alta empresa o que melhor possuem como expressão de inteligência, de generosidade, de fé patriótica.

São Paulo, 1º de maio de 1944

Discurso pronunciado no Estádio do Pacaembu por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho. Vargas elogia o caráter pacífico do trabalhador brasileiro, refere-se às reformas em curso nos serviços de assistência e previdência social, e conclama os trabalhadores a fortalecerem seus sindicatos dentro do espírito de cooperação nacional.

Trabalhadores do Brasil, pela primeira vez, neste 1º de Maio, altero a praxe de falar-vos da capital da República. Vim a São Paulo e daqui vos dirijo a palavra, atendendo ao apelo de quase meio milhão de obreiros da riqueza e do progresso do país, representados por duzentos e setenta sindicatos e seis federações.

Para alcançarmos resultados satisfatórios nestes dias difíceis e conturbados em que os obstáculos se multiplicam, a vossa colaboração foi decisiva, e o governo reconhece tão patriótico devotamento. O vosso resolutivo apoio de homens afeitos às duras labutas da indústria nunca faltou à administração e vale por um encorajamento constante no sentido de fazer triunfar a justiça social. Mourejando solidários, em perfeito entendimento, vamos ajustando cada dia mais a mútua compreensão dos grandes e permanentes interesses nacionais. Os efeitos dessa cooperação tornam-se evidentes. Mesmo entre as agruras da guerra o país prospera e o ambiente de ordem interna, construtivo e saudável, mostra a firme disposição de trabalharmos sem descanso pelo seu engrandecimento.

A vossa conduta tem sido exemplar. Nem greves, nem perturbações, nem desajustamentos. Haveis compreendido, com a mesma inteireza

de ânimo posta no desempenho das tarefas quotidianas, as graves circunstâncias que atravessamos. Estais votados ao bem da pátria, junto às vossas máquinas, nas vossas oficinas, como estarão amanhã os nossos jovens e bravos soldados nos campos de batalha. É um esforço único, de admirável ritmo, que permite augurar para a nação brasileira dias de paz digna e de maior progresso.

A luta pela emancipação econômica do país está iniciada com as indústrias de base e vamos entrar num ciclo de realizações que nos exigirá redobrado e persistente esforço. Não se atinge a maioria como nação sem vencer dificuldades de toda ordem. Mas, felizmente para o Brasil, os elementos de discórdia, os motivos de desentendimento interno não existem. A evolução das relações do trabalho e do capital não assumiu entre nós, graças às medidas adequadas do governo, aspectos insolúveis, como noutros países. Ao contrário, dentro de uma sadia concepção cristã estamos resolvendo, gradativa e satisfatoriamente, os dissídios passageiros entre as duas grandes fontes de produção, mostrando a empregados e empregadores que a colaboração sob a égide do Estado, em benefício do superior interesse da nação, ao invés de advogar proveitos de grupo é a mais vantajosa solução para todos.

Já fizemos bastante, sem dúvida. Os frutos deste trabalho são magníficos; mas ainda há muito que empreender e aperfeiçoar. É nesse sentido que desejo anunciar-vos hoje a projetada reforma dos serviços de assistência social em bases mais amplas, capazes de favorecer número de trabalhadores e amparar mais eficientemente suas famílias.

Terminada a fase de experiência e solidificação dos institutos e caixas, cujas reservas vinham sendo aplicadas sob o critério de imediata segurança e rendimento certo, é tempo de iniciarmos uma política de mais largo alcance relativamente ao emprego dos fundos acumulados. Emprestar os depósitos das organizações de seguro para construções suntuárias ou fazê-los circular a juros bancários é afastá-los da finalidade superior que ditou a legislação trabalhista. Ao contrário disso, nas suas linhas mestras, a nova lei orgânica de previdência em elaboração igualará os benefícios de todos os grupos profissionais, outorgará pensões na base dos encargos crescentes de família, segundo o número de filhos menores, e melhorará as aposentadorias, que passarão a corresponder, pelo menos, ao salário mínimo regional. Quanto às aplicações do capital também serão adotados rumos diferentes. Forneceremos aos

trabalhadores sindicalizados utilidades básicas em forma cooperativista, elevando-se assim, automaticamente, os salários reais, com a colaboração das administrações municipais, que entrosarão os respectivos projetos nos seus planos de reurbanização, construiremos cidades-modelo nas proximidades dos grandes centros industriais, com instalações de tratamento de saúde, de educação profissional e física. As quotas reservadas a auxílios não deverão visar apenas o afastamento da miséria iminente, quando fica inválido ou desaparece o chefe da família; deverão assumir formas propulsivas, possibilitando melhor alimentação e melhor padrão de vida, com o funcionamento de restaurantes populares, escolas de trabalho, centros de saúde, lactários, campos de esportes e estâncias de repouso. A unificação de esforços dos grandes institutos e o condomínio das construções de seguro social tornarão as iniciativas desta natureza perfeitamente viáveis. O cálculo da mobilização financeira das reservas atuais permite-nos anunciar o propósito de nelas inverter inicialmente quinhentos milhões de cruzeiros.

Concluídos estes aperfeiçoamentos no sistema do auxílio e estímulo ao operário industrial, o Estado atacará com idêntico empenho outro aspecto relevante do problema da produção. Estão adiantados os estudos para a promulgação de uma lei definidora dos direitos e deveres dos trabalhadores rurais. A quinta parte da nossa população total trabalha e vive na lavoura e não é possível permitir por mais tempo a situação de insegurança existente para assalariados e empregadores. Torna-se inadiável estabelecer com clareza e força de lei as obrigações de cada um, o que virá certamente incrementar as atividades agrárias, vinculando o trabalhador ao solo e evitando a fuga do campo para a cidade, tão perniciosa à expansão da riqueza nacional.

Para o êxito completo dessas iniciativas faz-se mister cerrar fileiras em torno das agremiações sindicais. A massa operária de São Paulo, nos seus trinta e três mil locais de trabalho, concentra cerca de oitocentos mil trabalhadores, e destes apenas cento e vinte mil se acham filiados aos órgãos de classe. Em outra oportunidade já vos dirigi um apelo para que vos congregásseis por forma que os sindicatos representassem, realmente, um número de associados que fosse expressão total de cada atividade, aptos a exercer ativa fiscalização dos direitos que lhes assistem. A reforma da lei orgânica cogita, por isso mesmo, da instalação dos postos de previdência, destinados a manter em cada empresa o contato direto dos associados com os órgãos de classe.

São Paulo, que conta entre os seus melhores trabalhadores o ministro Marcondes Filho, alta inteligência e personalidade dinâmica, e o inventor Fernando Costa, tão operoso e experimentado na administração como na agricultura e na indústria; São Paulo, que manufatura metade dos vinte e quatro bilhões de cruzeiros da produção industrial do país e tem no café a lavoura de mais extensa cultura, precisa oferecer o exemplo de congregar nas agremiações trabalhistas a mão de obra que lhe garante tão excepcional situação. Essa modificação de mentalidade é tanto mais imperiosa e fácil de apreender quando se considera a rapidez das transformações da vida econômica e a revisão do próprio conceito de capital, que deixou de ser simples acumulação de dinheiro para representar energia social concentrada em incessante e fecundo movimento.

Tais são os propósitos do meu governo. e para realizá-los plenamente conto com a vossa integral adesão. Porque, se as tarefas do presente são importantes, muito mais hão de ser as do futuro. O fim da guerra, com a vitória das nações unidas, aproxima-se. Depois de alcançá-la, dominados os inimigos externos, precisamos vencer os inimigos de outra ordem e não menos perigosos, que são as discórdias, a incompreensão, o egoísmo de classe, a intransigência dos interesses privados. A liberdade, no sentido estrito de franquias políticas, não basta para resolver a complexa questão social. Sem a independência econômica converte-se quase sempre em licenciosidade e ludíbrio para o povo, que não mata a fome com o direito de voto nem educa os filhos com o direito de reunião. Amparar economicamente os trabalhadores equivale a dar-lhes o verdadeiro sentido de liberdade e segurança para expressar as suas opiniões políticas. E, para isto, urge corrigir o desequilíbrio existente entre os que não encontram limites na exploração lucrativa dos meios de produção e os que labutam em permanente estado de necessidade, sem recursos para adquirir o indispensável à subsistência. As atividades produtoras nos tempos que correm devem subordinar-se aos interesses da coletividade e não à preocupação absorvente de lucro, à voracidade dos intermediários e parasitas, tanto do capital como do trabalho. Impõe-se, por conseguinte, fazer reverter à comunidade os proventos derivados das circunstâncias de emergência, aplicando-os no desenvolvimento da produção para o consumo geral, que eleva o nível das massas e lhes permite usufruir os bens da civilização.

Quando num grupo social ou nacional a produção deixa de ser de utilidades para ser somente de mercadorias, sobrevêm inevitavelmente desequilíbrios profundos, de consequências fatais para a ordem social, porque a parte mais [fraca] desse grupo passará a sofrer restrições e necessidades. Por isso mesmo, toda vez que o Estado recorre a procesos evolutivos com o fim de resolver os problemas máximos da nação, nada mais faz do que evitar as transformações violentas, os desperdícios materiais e humanos, sofrimentos e lutas cruentas. Precisamos meditar sobre os erros da organização social, conjurando preventivamente futuras e catastróficas perturbações.

O aumento de salários e vencimentos será sempre inoperante enquanto o custo de vida continuar a elevar-se. E todos nós sabemos: ou remediamos com serenidade e justo senso das circunstâncias os males que afligem o povo ou este perderá a confiança e a si mesmo se prejudicará, caindo em excessos condenáveis. Se pretendemos verdadeiramente viver como civilizados cumpre-nos não admitir, como condição para prosperar, o predomínio brutalizante da lei de seleção animal, a exploração do homem pelo homem. É possível substituir ajudando-nos mutuamente, oferecendo uns aos outros melhores oportunidades de progresso, principalmente num país novo e cheio de possibilidades como o nosso, cujo potencial de riqueza ainda não se esgotou, podendo criar indefinidamente formas mais nobres e saudáveis de convivência.

O capital no Brasil não terá de que se amedrontar se souber usar a profunda sabedoria da autoiluminação. O país entrou numa nova era de realizações. O governo está empenhado em iniciativas importantes e no planejamento de grandes empreendimentos industriais, que serão conhecidos em breve, e certamente sustentará o ritmo do nosso desenvolvimento econômico e aumentará o giro dos negócios, assegurando a todos, capitalistas e trabalhadores, remuneração farta dos seus esforços.

Trabalhadores do Brasil, depois da tempestade que abala o mundo, fazendo tremer nos seus alicerces grandes impérios, devemos esperar dias de bonança e recomposição pacífica.

A cooperação e a solidariedade entre os grupos sociais, dentro de uma mesma nação e das nações entre si, operarão, sem dúvida, substancial acréscimo de bem-estar e prosperidade para maior número de seres humanos.

O Brasil que, tanto no campo das relações internacionais como na solução dos problemas de caráter interno, foi sempre pioneiro das soluções amistosas, do arbitramento, da concórdia das classes, terá a oportunidade de auxiliar a reconstrução do mundo e colaborar, por todos os meios ao seu alcance, no retorno das nações civilizadas aos largos caminhos do direito e da justiça.

Para essa missão de enorme responsabilidade é que vos conclamo – chefes de indústria, operários, agricultores – todos quantos nesta abençoada terra produzem e vivem do trabalho honesto, acreditando que, no após-guerra, daremos o exemplo de um povo organizado, dono dos seus destinos, criador do próprio progresso, fiel aos ideais cristãos de fraternidade.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1944

Discurso pronunciado por ocasião do desfile da Força Expedicionária Brasileira pouco antes de seu embarque para a Itália. O pronunciamento foi feito no pavilhão levantado próximo ao Obelisco da Avenida Rio Branco.

Soldados do Brasil, chegou a grande hora de honrar a pátria.

Agredidos insólita e brutalmente, vamos vingar o sangue dos nossos patrícios, soldados e civis, mulheres e crianças, barbaramente massacrados pelos navios piratas dos países nazistas.

Felizmente, ainda desta vez fazemos a guerra justa – a guerra dos povos pacíficos, ofendidos na sua dignidade, reagindo contra os agressores. É isto o que ensina a tradição dos nossos maiores; é isto o que aprendemos sobre as guerras em que estivemos empenhados.

Desde as primeiras invasões estrangeiras, quando ainda colônia, nunca nos faltaram coragem e tenacidade para nos defendermos. Depois, e em todas as circunstâncias, revidamos sempre os golpes que nos eram vibrados, reagimos sempre à cobiça alheia, fizemos sempre tremular alto, no topo dos mastros, o sagrado pavilhão auriverde.

Agora, mais do que nas campanhas vitoriosas do passado, cumprenos agir com o heroísmo sereno dos fortes.

O inimigo de hoje é mais audaz, mais poderoso do que todos os outros que temos enfrentado. Por isso mesmo, com os nossos valentes

aliados, resolvemos combatê-lo na sua própria fortaleza. Fostes escolhidos para essa gloriosa tarefa – honra excepcional que a pátria vos confere, e ireis participar de operações militares que exigem o máximo de preparo, de denodo, formando a vanguarda dos nossos bravos combatentes, enquanto o povo brasileiro, que agora vos aplaude, continuará mobilizado e entregue ao trabalho, confiante no vosso destemor e na vossa decisão de vencer.

Pela primeira vez, em quatro séculos de história votados às artes da paz e só em revide fazendo a guerra, vamos lutar em outro continente. O nosso Exército, que se cobriu de louros em feitos memoráveis, atravessará os mares para defrontar um inimigo tenaz e perigoso. O Exército de Caxias e Osório, de Porto Alegre e Sampaio, de Floriano e Carneiro provará as suas novas armas e a sua bravura tradicional nos campos da Europa.

O espírito americanista que preside as nossas determinações é o da restauração dos valores humanos, é o da liberdade e da justiça.

Não esqueci, nem poderei esquecer jamais, o entusiasmo, a chama cívica que ardia na exaltação e nas vozes do nosso povo quando pedia guerra ao agressor. Chegou o momento de transformar em atos os nossos sentimentos de repulsa e indignação. Para tanto nos preparamos, repelindo os ataques traiçoeiros do inimigo e adestrando-nos no uso dos modernos instrumentos de guerra. Estareis tão bem armados e supridos como qualquer dos melhores soldados em luta. Com o vosso ânimo varonil e as vossas excelentes condições de disciplina, treino e armamento, a nação permanecerá confiante, porque sabe que desempenhareis corajosamente a vossa missão.

Soldados expedicionários, tranquilizai-vos quanto ao futuro. Todas as providências foram tomadas para que nada vos falte. Os vossos entes queridos – esposas, mães, noivas, filhos – aguardarão, confiantes, o vosso retorno e estarão amparados pelo governo – pelo Brasil que cumpre lealmente o seu dever e ao lado de poderosos aliados irá ganhar, com o esforço e a intrepidez da sua juventude, lugar condigno na comunidade das nações civilizadas.

A pátria tudo espera de vós e orgulha-se da vossa coragem consciente, da vossa dedicação.

Que a bênção de Deus vos acompanhe, como vos acompanham os nossos espíritos e os nossos corações até o regresso com a vitória.

Em qualquer circunstância, em meio às dificuldades próprias dessa jornada heroica, lembrai-vos sempre que defendeis uma tradição, uma bandeira e um nome – Brasil.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1944

Discurso pronunciado no Palácio do Catete, ao instalar-se a Comissão de Planejamento Econômico. Vargas afirma que seus objetivos são a industrialização e o combate ao colonialismo.

Senhores, mais do que em outras ocasiões graves da sua vida o Brasil enfrenta, neste momento, um problema imperioso: o da organização da economia nacional em bases consistentes, capazes de suportar, sem crises profundas, o desenvolvimento das forças produtivas, mantendo o ritmo do progresso com o máximo aproveitamento das suas fontes de riqueza e do seu potencial humano.

Só as mentalidades impermeáveis aos ensinamentos dos fatos podem acreditar ainda na validade dos princípios do *laisser-faire* econômico e nos seus corolários políticos. O livre jogo das forças sociais, no estágio de evolução a que atingimos, é a anarquia pura e simples. Esta verdade, cabalmente confirmada pelas imposições da guerra às grandes potências mundiais, torna-se de maior evidência em relação aos povos como o nosso, em plena fase de crescimento e expansão. País novo, no sentido da apropriação dos recursos naturais e sua valorização, o Brasil reclama disciplina e método em todas as atividades criadoras de riqueza.

A Comissão de Planejamento, que ora instalamos, não se destina a intervir compulsivamente na organização econômica nem pretende entrar a iniciativa particular, mas, pelo contrário, ampará-la, quando tiver um sentido realizador e orgânico. Deverá agir apenas como instrumento de orientação, ajustando o desenvolvimento geral do país a diretivas racionais e previdentes, evitando desperdícios e perturbações sociais.

Os objetivos a atingir, quaisquer que sejam os esquemas propostos de trabalho, estão compreendidos nestes dois problemas básicos: o da exploração produtiva das virtualidades do nosso território e o da melhoria do homem brasileiro. E esse programa exige, por sua vez, a solução de duas questões preliminares e vitais: a industrialização e a educação técnica.

Sem trabalho científico na exploração da terra continuaremos a “fazer desertos”; sem acompanhar as conquistas técnicas não teremos indústrias verdadeiras, mas apenas extensas manufaturas utilizando mão de obra por processos rudimentares.

O combate ao colonialismo econômico é precisamente um dos pontos doutrinários em que todos os brasileiros estão de acordo. Produzir à maneira colonial quer dizer baixo rendimento do capital empregado, operariado sem estímulos, salários ínfimos, subconsumo e, conseqüentemente, superprodução.

Em outra oportunidade, por ocasião da Conferência de Interventores, em 1938, lembrei a conveniência do zoneamento das culturas segundo as determinantes geográficas. A Comissão de Planejamento certamente tomará a seu cargo os estudos para isso necessários. O nosso país, estendido da faixa equatorial até muito abaixo do trópico, exige o aproveitamento máximo das condições naturais. Isto só poderá ser alcançado quando dispusermos de energia abundante e de custo módico. Para obtê-la possuímos carvão, petróleo e potencial hidráulico. São fontes de energia que esperam uso largo e intenso em substituição do esforço braçal.

No setor das indústrias metalúrgicas precisamos progredir o mais rapidamente possível, fabricando máquinas produtoras de máquinas, que nos encaminharão depois às máquinas das indústrias leves, fornecedoras de utilidades de consumo imediato. Com a instalação da nossa primeira usina siderúrgica, de proporções consideráveis, poderemos, desde logo, iniciar a indústria química autônoma. Máquinas-ferramentas, máquinas agrícolas, combustíveis, transportes – são os elementos primaciais para a ampliação e intensificação das nossas culturas. Ensino técnico generalizado e eficiente, condensação de núcleos demográficos para facilitar a industrialização, apropriação imediata das zonas mais férteis e sua ligação aos centros distribuidores representam etapas obrigatórias de um programa coerente e construtivo.

A reforma agrária que teremos de empreender não implica redistribuição, porque não temos, como outros povos, escassez de terras. A tarefa apresenta-se com outros aspectos: os de técnica agrícola, de aparelhamento e educação para o trabalho.

Urge mecanizar a lavoura e industrializar os seus produtos, para enfrentarmos as necessidades do crescente aumento das populações e as exigências da exportação. É processo retrógrado de produção o que

despreza os subprodutos, limitando-se às formas primárias de utilização. Até agora temos trabalhado empiricamente, instalando indústrias ao sabor das perspectivas eventuais de lucro. Necessitamos, daqui por diante, atender com maior cuidado às questões de rendimento e possibilidades de exportar produtos transformados em vez de matérias-primas e gêneros de alimentação. Para atingir tal objetivo impõe-se reequipar as indústrias existentes e criar outras que lhes sejam complementares.

Só assim poderemos aumentar a renda nacional, ampliando a produção e o consumo. Quando isso houvermos conseguido os problemas propriamente defensivos encontrarão natural e rápido encaminhamento, porque disporemos dentro do país de todos os elementos materiais e humanos indispensáveis ao aparelhamento militar.

Programa tão fácil de resumir reclama – bem o reconhecimento – o melhor das energias nacionais. Elas já estão mobilizadas para a guerra justa aos nossos agressores. Continuemos, pois, neste estado de alerta e de esforço com o fim de solidificar as bases da nossa produção, assegurando ao capital rendimentos satisfatórios e ao trabalho salários compensadores.

O Brasil, vitorioso juntamente com os seus aliados na luta que está travada, com o crédito fortalecido pela estabilidade da sua situação financeira, encontrar-se-á, finda a guerra, em condições sobremodo favoráveis para expandir-se e acelerar o seu progresso econômico.

Acredito que vos achais compenetrados da seriedade do momento, da importância de todas as contribuições e da necessidade de trabalhar dedicada e silenciosamente pelo engrandecimento da pátria.

Não preciso indicar nem ampliar os perigos que nos rodeiam. Os povos fracos, herdeiros de base territorial vasta e rica, são, naturalmente, presa cobiçada. E não é apenas pela invasão *manu militari* que podem perder a sua independência e sofrer ameaças à sua soberania. Também isso acontece quando pela alienação das indústrias-chave se cedem os materiais estratégicos e se confiam a mãos alheias os fatores capitais da defesa nacional.

A Comissão de Planejamento, com a firme colaboração que estabelecerá entre os elementos militares, preocupados com os problemas de segurança, e os mais amplos setores da atividade privada, vai realizar tarefas que serão verdadeiras provas de seleção patriótica. O novo órgão do Estado saberá, por certo, contrapor-se aos propósitos solertes de especuladores e monopolistas e às influências pessoais ou de grupos, permanecendo fiel aos superiores interesses da nação.

Petrópolis, 2 de março de 1945

Entrevista a jornalistas avaliando as origens e as realizações do regime inaugurado em 10 de novembro de 1937, mencionando a “complementação constitucional” e anunciando a preparação de nova lei eleitoral.

O Regime de 10 de Novembro e as razões de sua implantação

A reforma da Constituição, consubstanciada na Lei Constitucional nº 9, está perfeitamente justificada em face dos argumentos e considerações da exposição dos ministros de Estado, já divulgada e conhecida. Depois disso, parece-me, o que mais interessa esclarecer nesta oportunidade são as razões profundas da implantação do Regime de 10 de Novembro. É um exame retrospectivo necessário a fim de melhor fixar os dados de que a história carecerá para formular juízos imparciais e definitivos. A Constituição de 10 de novembro de 1937 começou a nascer em 1935. A violência do levante comunista daquele ano, espantosa para a índole tradicionalmente pacífica do nosso povo, causou um abalo profundo nas classes conservadoras. O temor de outros movimentos semelhantes, a persuasão de que a democracia liberal não tinha capacidade defensiva, a fragmentação partidária das arrematadas estaduais, sem programas consistentes, e, mais ainda, a ausência de convicções definidas em grandes grupos que viveram sempre alheios à política – capitalistas, industriais, comerciantes, agricultores – criaram um clima favorável à expansão da ideologia oposta, que também se tornara de ação internacional, depois de vitoriosa na Itália com o fascismo e na Alemanha com o nazismo, penetrando no Brasil sob a bandeira de um novo partido – o integralismo. Por motivos perfeitamente explicáveis, a reação contra o comunismo, no sentido cultural e político, foi habilmente aproveitada pelos adeptos do totalitarismo, que passaram a desenvolver, daí em diante, intensa atividade infiltrando-se nos meios conservadores, agitando a mocidade das escolas e impressionando os espíritos religiosos e as consciências patrióticas com o lema Deus, Pátria e Família, usado na intenção facciosa de explorar os sentimentos cívicos e as tradições cristãs dos brasileiros. Utilizando recursos que a todos surpreendiam e uma técnica de propaganda cujos efeitos se haviam revelado efficientíssimos nas mãos dos líderes estrangeiros

do nazifascismo, ampliaram os seus quadros com elementos novos, arregimentaram-se em todo o país e desenvolveram impressionante proselitismo político. A propaganda integralista assumira tamanho vulto que as suas manifestações e desfiles na capital da República e nos estados começaram a preocupar todos e principalmente as autoridades responsáveis pela ordem e segurança pública. Sabia-se quais as ligações que mantinham com os centros de propaganda totalitária da Alemanha e da Itália. De lá recebiam diretivas, lemas partidários, material de publicidade e até agentes de orientação doutrinária. Todas as circunstâncias pareciam favorecer a “marcha totalitária” para o assalto ao poder nos moldes e processos já experimentados com sucesso noutros países – tentativa que só se verificou em 1938 e que nos permite hoje avaliar a que estado de degradação política estaríamos reduzidos se a investida criminoso houvesse logrado êxito. Não estamos fantasiando. A veracidade do que dizemos é atestada pelos próprios fatos da época. Passados os perigos e serenados os tempos, podemos revê-los imparcialmente, deixando-os falar por si mesmos, sem prevenções apaixonadas. Por outro lado, como todos sabem, providências acumuladas em quase meio século haviam dado ensejo a que laboriosas colônias estrangeiras se aglutinassem em pontos estratégicos do território nacional, formando verdadeiros quistos, onde os costumes, a língua e o ensino ainda eram os do país de origem. Também sob esse aspecto as apreensões não podiam ser mais graves. Estávamos evidentemente amadurecidos para servir de presa cobiçada e fácil ao imperialismo totalitário, dentro dos famosos princípios do “espaço vital” e das “minorias étnicas”. Nesses redutos dominados pela influência estrangeira encontraram os propagadores do nazifascismo vasto campo de expansão, cooperando com os integralistas ou agindo por conta própria, através das associações, das escolas e até dos padres estrangeiros.

Foi nesse ambiente de luta declarada entre os dois extremismos – o da esquerda e o da direita – que se iniciou e processou a campanha da sucessão presidencial. Pouca gente se apercebia que nos ameaçavam simultaneamente dois grandes perigos: o da guerra, que estalaria na Europa a qualquer pretexto, e o da situação interna, que se agravara por dissensões e abalos capazes de desencadear a guerra civil com todas as suas terríveis consequências, arrastando-nos talvez à desagregação. Não houve possibilidade de um compromisso em torno de um candidato

único com programa sereno e construtivo, capaz de manter as linhas da reforma social iniciada em 1930 e de mobilizar a opinião, afastando-a dos extremismos. Os fatos verificados no começo e no decorrer da campanha presidencial demonstraram de forma evidente a incompreensão ou a incapacidade dos políticos, mais preocupados com as árvores do que com a floresta, diante das responsabilidades do momento, bem como a notória indiferença do povo pelos candidatos concorrentes, cujos programas nada significavam e nenhuma solução apresentavam para a tremenda crise que abalava nos seus alicerces a sociedade brasileira. A própria luta pela sucessão abriu novas brechas às investidas dos extremistas, que se aproveitaram da confusão para tomar posições dentro dos próprios arraiais dos grupos que se apresentavam para disputar nas urnas a escolha do futuro chefe da nação. Num dos grupos saídos das próprias forças políticas que apoiavam o governo, a violência com que foi conduzida a campanha chegou a assumir o caráter de verdadeira oposição aos poderes constituídos, desnorteando e pondo em pânico os seus componentes a ponto de provocar divergências e dissensões irremediáveis. O grupo adversário, por seu turno, desmandava-se em maquinações demagógicas e se armava secretamente para uma intervenção subversiva no caso de fracassar nas urnas. O confusionismo dominava os espíritos, as inquietações se generalizaram, e os prognósticos sobre o desfecho da crise política não podiam ser piores.

As nossas instituições democráticas iam ser submetidas a duras e decisivas provas em consequência da luta que se desencadeara. Na verdade, por todo o mundo, em 1937 e até deflagar a guerra, as democracias se mostravam indecisas e fracas em face dos problemas econômicos e sociais. Enquanto isso, num contraste desnorteante, os regimes da extrema direita se excediam nas atitudes e soluções exasperadas.

Chegamos, assim, nesses dias conturbados de 1937, a uma encruzilhada decisiva para os destinos da nação em que era imperioso, inadiável, fazer alguma coisa para salvá-la do caos que sobreviria inevitavelmente se não reagíssemos em tempo, sobrepondo-nos ao perigoso dilema dos extremismos como solução única.

As classes armadas, sentinelas da unidade e da segurança da pátria em todos os momentos graves da nossa vida política, sentiam mais de perto a necessidade de agir e compreenderam que não era possível temporizar. De acordo com elas, com seu apoio firme e patriótico, to-

mos, nessa emergência difícil, a decisão nacional de 10 de novembro de 1937. As manifestações de solidariedade do povo brasileiro evidenciaram o seu acerto e oportunidade. Foi realmente uma grande solução. Não provocou lutas, dispensou violências, restabeleceu a confiança geral, tranquilizou o país, que retomou o ritmo do trabalho construtivo e pôde preparar-se para enfrentar serenamente as tarefas do reajustamento interno e as dificuldades criadas mais tarde pelas contingências da guerra mundial.

Creio ter exposto a largos traços as razões da implantação do Regime de 10 de Novembro. Mas a ação posterior do governo, durante estes sete anos de trabalho intenso e ininterrupto, ainda as torna mais claras e convincentes no juízo de quantos queiram examiná-las com isenção de ânimo e senso patriótico. Todas as medidas adotadas, a partir de novembro de 37, revelam a preocupação séria e constante de fortalecer a unidade nacional. Vínhamos dos excessos do federalismo, com autonomias estaduais levadas quase ao extremo da soberania, e tratamos, por isso, de revigorar e estender a autoridade do poder central, tornando-a efetiva em todos os recantos do território pátrio. Na execução do amplo programa que nós traçamos de reconstrução nacional, não vacilamos um só instante. Fizemos a nacionalização do ensino e da imprensa; suprimimos as agremiações, ligas e entidades sociais estrangeiras de ação política reconhecidamente nociva e desagregadora; extinguímos os escudos e bandeiras estaduais; decretamos a supressão das barreiras tributárias estaduais e municipais; promovemos sistematicamente, pelas formas mais diversas, o alargamento das trocas internas e o aumento dos meios de comunicação entre o norte, o centro e o sul do país; na ordem social, como na ordem econômica, o nosso lema foi unir, estreitar, fortalecer – dar coesão às energias nacionais, tornar o Brasil mais próspero e mais forte. E que os esforços nesse sentido não foram vãos prova-o a posição excepcional a que chegamos em plena guerra, com ordem na vida social, prosperidade no trabalho e prestígio no concerto das grandes nações. Podemos, pois, afirmar que a reforma política de 37 foi providencial para a defesa dos supremos interesses da nação e salvou a democracia brasileira da contaminação das ideologias extremistas.

É oportuno repetir mais uma vez que ao instaurarmos o Regime de 10 de Novembro não procuramos copiar qualquer dos muitos modelos que estavam em moda e se atribuíram o privilégio de fazer a felicidade

dos povos. Procuramos, sim, remediar de forma concreta e imediata os males e retardamentos do regime de equilíbrio de poderes, mantendo-nos fiéis às nossas realidades e aos imperativos da nossa formação histórica. A Constituição de 37 nunca foi apresentada como padrão de uma estrutura política perfeita: constitui instrumento de trabalho que provou bem durante um período instável e conturbado da sociedade brasileira e da vida mundial.

Suponhamos, para exemplificar, o caso das leis restritivas da liberdade de imprensa em língua estrangeira e do uso e abuso das escolas alienígenas. Se tivéssemos de resolver a matéria pela forma consagrada, defrontaríamos a um tempo a oposição do Legislativo e do Judiciário. Em nome da liberdade democrática de opinião continuariam a funcionar escolas e jornais a serviço das organizações nazifascistas. E o governo estaria inerte e incapaz de ação contra as infiltrações políticas.

As supostas tendências totalitárias

A Constituição de 1937 foi acusada de tendências totalitárias. Essa arguição não tem fundamento. Fizeram-se a respeito muitas confusões, umas para justificar juízos apressados e superficiais e outras propositadas, com o simples objetivo de exploração política. Os regimes totalitários têm fundamentos doutrinários e estrutura inteiramente diferentes do instituído pela Constituição de 37. Para não nos alongarmos num exame completo que a oportunidade não comporta, basta lembrar que nos regimes totalitários o Estado monopoliza tudo, absorvendo os indivíduos espiritual e economicamente. Expressam ideologicamente uma concepção da vida e das relações sociais – concepção oposta, como se sabe, aos fundamentos cristãos da sociedade brasileira, que foram expressamente declarados e respeitados pela Constituição de 37. O totalitarismo como organização política se caracteriza, ainda, pelo partido único, pelo poder absoluto do Estado – supremo senhor e distribuidor de direitos –, pela imposição despótica de padrões uniformizadores de cultura e de convivência social, assumindo no nazifascismo a forma de estatolatria pura, num enquadramento único de toda a vida nacional, até abranger os extremos limites da raça e da fé religiosa e transformar-se em imperialismo de conquista e dominação armada. Onde essas características em nossa Constituição? Pelo fato de havermos deixado de parte a formulação clássica dos regimes representativos eleitorais concluíram,

afoitamente ou de má-fé, que nos fizéramos totalitários. O regime de 37 é, sem dúvida, um regime forte, de concentração de poderes. Mas para ser isso não precisava ser, como não é, totalitário. É realmente muito diferente. Instituinto novo processo de consulta às necessidades e opiniões da população através de corpos econômicos e agremiações de caráter produtivo, tivemos em vista precisamente dar realidade ao princípio democrático segundo o qual os poderes públicos devem ser apenas órgãos de execução da vontade popular, eliminando a clássica oposição entre governantes e governados e corrigindo o desvirtuamento do sistema representativo pelos grupos partidários ou de interesses particularistas. As nossas relações diplomáticas com a Alemanha e a Itália sofreram fortemente em consequência das leis de nacionalização, e há episódios de importância que a história divulgará um dia. Foi com o auxílio estrangeiro, provavelmente nazifascista, que se tentou o golpe de maio de 1938 contra o regime da Constituição de 37 e diretamente contra o presidente da República. Vimos assim, paradoxalmente, um regime dado como totalitário assaltado e agredido pelos maiores do totalitarismo.

A complementação constitucional

Diversos e imperiosos motivos obrigaram a retardar a instalação e funcionamento de alguns órgãos da Constituição de 37. Nisso influenciou indubitavelmente a deflagração da guerra, mas a influência maior resultou das nossas circunstâncias sociais e políticas. Com o apoio popular irrestrito e a atitude exemplar das forças armadas, que se apresentavam celeremente para as emergências impostas pela guerra, o que tínhamos de melhor a fazer era adiar a consulta para momento mais oportuno. A consulta era prematura em 1938, e contraproducente, de evidente inconveniência, em 1939, quando a guerra se alastrava, assumindo o caráter de configuração mundial. Tínhamos de cuidar, antes de tudo, dos aspectos substanciais da segurança nacional e da preparação defensiva. Diante das previsões conhecidas e dos informes secretos das chancelarias, a guerra atingiria inevitavelmente a América. Era, portanto, urgente e de toda a conveniência reforçar os laços de solidariedade continental e manter a posição de neutralidade enquanto não fôssemos atacados. Isto não impedia que, coerentes com a tradição de nossa política exterior, ajudássemos de forma indireta, como fizemos, a situação desenvolvida pelos nossos aliados potenciais – os Estados Unidos e as

nações americanas sobre as quais pesavam grandes ameaças. Muito antes do rompimento das relações com os nossos agressores já havíamos permitido a utilização das bases aeronavais do Nordeste e estabelecido a exclusividade da venda dos materiais estratégicos, além de outras facilidades de natureza político-militar que sempre foram apreciadas e proclamadas de alto valor pelos estadistas e chefes militares aliados. Tal atitude, naturalmente tomada com a discricção aconselhável, tornou possível a reunião interamericana de janeiro de 1942 em nossa capital e o rompimento com as nações do Eixo. Depois disto, o que ocorreu foi a necessidade urgente de aproveitar todos os esforços anteriores de coordenação para mobilizar o potencial econômico e humano e desempenharmos dignamente o nosso papel na luta. As de terra, deficientes para a própria guarda territorial, expandiram-se até atingir a organização de um corpo expedicionário; a nossa Marinha de Guerra cresceu a ponto de desempenhar a tarefa completa de patrulhamento do Atlântico Sul; e a nossa Aeronáutica, utilizando eficientemente os elementos novos com que foi dotada a partir de 1930 e principalmente após a criação do Ministério da Aeronáutica em 1940, pôde atuar com êxito na vigilância do nosso litoral e na frente de combate da Europa.

A oportunidade da complementação e as medidas adequadas

A guerra está no fim. Com a aproximação do prazo terão de ser postas em equação e resolvidas pelo consenso geral questões de máxima relevância. A tarefa de reconstrução mundial imporá obrigações internacionais de diversa natureza, desde as que se referem ao socorro das populações devastadas até as que envolvem compromissos mais amplos, afetando as gerações futuras.

Como governar é prever, devemos preparar-nos para eventualidades. Foi precisamente a aplicação desse sábio preceito que nos levou a preservar, por um período de autoridade maior, o bem-estar e as tradições cristãs do nosso povo. Os perigos passaram. Tanto interna como externamente as condições atuais do país são de segurança e prestígio. Por isso julgamos o momento propício e indicado para convocarmos a nação a fim de pronunciar-se e escolher os seus dirigentes, de acordo com os princípios democráticos da nossa formação social e política. Esse pronunciamento é o que mais importa.

Já o dissemos várias vezes: não cultivamos fetichismos de fórmulas políticas. Os regimes mudam, mas as nações continuam. O Brasil há de ser a poderosa nação que todos sonhamos, com esta ou com outra Constituição, desde que nos devotemos constantemente ao seu engrandecimento. Coerente com esse ponto de vista, expresso no discurso do fim de 1944, incumbi aos meus auxiliares imediatos, os Srs. Ministros de Estado, examinar o assunto e sugerir as providências de caráter prático para a consulta nacional. O estudo por eles realizado já é do conhecimento público, e aprovando-o foi expedida a Lei Constitucional nº 9, que consubstancia diversas alterações na Constituição capazes de permitir uma rápida complementação dos órgãos institucionais.

A lei eleitoral, cuja publicação se vai seguir, deve assegurar a verdade do voto por um processo de alistamento simplificado, acessível a todas as classes. Os documentos necessários serão os mais simples e usuais, exigindo-se apenas autenticidade. É nosso empenho que possam concorrer às eleições os habitantes das mais diversas regiões do país e que o voto não represente um privilégio concedido de preferência aos moradores das cidades ou aos que disponham de amplos recursos para alistar-se. Tudo temos feito desde 30 pela emancipação política do homem de trabalho, garantindo-lhe a estabilidade econômica e a segurança contra os riscos sociais. A massa é livre para votar de acordo com as suas preferências. Não está mais na dependência do patrão ou do Estado.

A recomposição dos quadros políticos dará ensejo certamente ao aparecimento de novas e sadias correntes de opinião, identificadas com os altos problemas nacionais. O povo brasileiro, de fácil compreensão e hábitos ordeiros, progrediu consideravelmente nestes últimos anos. Possui hoje uma receptividade política que poderá ser aproveitada em benefício da estruturação definitiva dos fundamentos econômicos e sociais da nacionalidade. A convocação para opinar e decidir deverá orientar-se honesta e seriamente, evitando agitações facciosas e a repetição dos velhos processos de recrutamento eleitoral de quinze anos atrás. O governo saberá assegurar todas as garantias para que o pronunciamento nas urnas seja amplo e legítimo. Assim procedeu em 1934, quando presidiu as eleições mais sérias e limpas que se realizaram na vigência do regime republicano. Precisamos agora demonstrar que o Brasil é um país organizado, apto a resolver os seus problemas políticos dentro da ordem e da lei. Esse pensamento superior, que é também uma

norma salutar de atuação cívica, deve orientar a todos, em momentos de tantas responsabilidades para a nação; confiamos, para isso, na índole generosa e pacífica do povo brasileiro, sempre igual na expansão dos nobres sentimentos e exemplar no devotamento patriótico.

A imprensa e o momento político

Haverá liberdade ampla para discutir e apreciar os fatos políticos, liberdade de crítica no plano superior das ideias. A imprensa brasileira já alcançou um nível elevado de cultura e educação. Devemos esperar, por isso, que nos debates e apreciações em que se venham a empenhar os nossos jornalistas seja respeitado sempre o interesse público, evitando-se as demasias de linguagem e as campanhas puramente pessoais. Há, ainda, a considerar as restrições próprias do estado de guerra, que precisam ser atendidas rigorosamente. Tudo que se refira às questões de defesa, ou afete de qualquer forma os problemas da preparação militar, deverá ficar excluído do debate público. Não será desejável que as nossas valentes tropas expedicionárias venham a sofrer dificuldades em consequência das controvérsias eleitorais. A nossa imprensa, órgão de colaboração do poder público, estou certo saberá conduzir-se como convém, honrando as suas tradições de inteligência e patriotismo.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1945

Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, no 15º aniversário da Revolução de 1930.

Senhores, a data de hoje, a que as vossas demonstrações emprestam cunho renovador de entusiasmo e de luta, evoca um grande momento da vida brasileira. Em 1930, em todo o Brasil se levantavam multidões de patriotas destemidos, dispostos a dar tudo pela vitória da causa revolucionária e pela reforma política do Brasil. Hoje, como naquele dia memorável, compreendo os anseios do nosso povo, desejoso de abrir, em meio às incertezas das horas que vivemos, caminho seguro para o seu progresso.

Nos últimos dez meses, exatamente quando se desenhou nítida a vitória da causa comum da Segunda Guerra Mundial, iniciamos a jornada da nossa recomposição democrática, estabelecendo as franquias necessárias à livre manifestação da vontade do povo brasileiro: liberdade ampla de

associação e expressão; anistia completa dos delitos políticos; lei eleitoral; organização de partidos e emenda constitucional fixando as eleições gerais para a escolha do Parlamento e do presidente da República.

Pela Lei Constitucional nº 9, a Constituição de 1937 continua em vigor, salvo quanto à matéria regulada pelo referido ato, chamado popularmente “adicional”.

O futuro Parlamento poderá emendar, modificar ou reformar a Constituição, respeitando as restrições nela estabelecidas, conforme afirmei na minha entrevista de Petrópolis defendendo aquela lei então acerbamente atacada. Alegava-se, nessa oportunidade, que a Constituição de 37 estava perempta, que a emenda nº 9 era ilegal, emanadas uma e outra de um governo também ilegal. Os críticos de ontem já não pensam hoje do mesmo modo. Apresentam-se agora como os defensores intransigentes e acirrados do chamado Ato Adicional, consideram-no a essência da legalidade e não admitem que possa ser modificado. Como se vê, reformaram os seus juízos, reconhecendo que a Constituição de 37 permanece em vigor e não é tão má como a pintavam. Essa mudança de atitude só é para mim motivo de satisfação.

Venho recebendo de todos os recantos do país, através de milhares de telegramas, cartas e notícias de comícios públicos, insistentes apelos, agora reiterados pelo povo da capital federal, nesta demonstração impressionante, para provocar uma Constituinte com poderes expressos para elaborar nova carta básica da organização política do país, isto é, uma nova Constituição. Sem dúvida, a eleição de uma Constituinte é processo genuinamente democrático, em perfeito acordo com as nossas tradições. Assim se fez em 1891, assim se fez em 1934. Não precisamos, para isso, ir buscar exemplos nem lições no estrangeiro. Possuímos também a nossa tradição de democracia política, étnica e social.

Mas, para atender a esses reclamos, manifestados na forma direta e espontânea dos verdadeiros pronunciamentos populares, o governo teria de modificar a Lei Constitucional nº 9, e não poderia fazê-lo sem a manifestação favorável dos órgãos autorizados de opinião – os partidos, as entidades de classe, as forças organizadas. O meu dever é cumprir a lei. Farei tudo que de mim depender para que o povo escolha livremente os seus candidatos.

Apesar das minhas atitudes públicas sempre claras, insistem em criar um ambiente de suspeitas e desconfianças, propalando que pretendo dar um golpe para continuar no poder.

Perante Deus, que é o supremo juiz de minha consciência, perante o povo brasileiro com o qual tenho deveres indeclináveis, reafirmo que não sou candidato e só desejo presidir eleições dignas da nossa educação política, entregando o governo ao meu substituto legalmente escolhido pela nação.

Mas, se para realizar as aspirações do povo em relação à Constituinte e abrir com a sua convocação novas possibilidades a uma melhor solução do problema eleitoral, que julgam não estar colocado em bases democráticas, dissipando assim dúvidas e conciliando todos os brasileiros, for necessário o meu afastamento do governo, não hesitarei em tomar essa resolução espontaneamente, com o ânimo sereno de quem cumpre um dever até o fim. Recolhendo-me ao sossego da vida particular, guardarei no silêncio e na obscuridade, sem amarguras, a mesma atitude de devoção pela pátria, de amor pelo seu povo, sempre tão nobre, bravo e generoso.

Devo acrescentar que atravesso um momento dramático da minha vida pública em que preciso falar ao povo com prudência e lealdade. A convocação de uma Constituinte é um ato profundamente democrático que o povo tem o direito de exigir. Quando a vontade do povo não é satisfeita, ficam sempre fermentos de desordem e revolta. E nós precisamos resolver o nosso problema político dentro da ordem e da lei. Devo dizer-vos que há forças reacionárias poderosas, ocultas umas, ostensivas outras, contrárias todas à convocação de uma Constituinte. Posso afirmar-vos que, naquilo que de mim depender, o povo pode contar comigo. Quero terminar apresentando-vos os meus agradecimentos por esta demonstração cívica de tão alta significação. Ela bem demonstra que o povo brasileiro possui educação cívica, sabe o que quer e sabe para onde vai. Diante desta manifestação, que considero como uma delegação da vontade popular, me sinto largamente compensado das agruras que tenho sofrido por servir com devotamento ao povo brasileiro.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1945

Manifesto dirigido ao povo brasileiro após ter sido deposto do governo pelos ministros militares na noite de 29 de outubro, e assinado sua renúncia formal na madrugada do próprio dia 30.

Ao povo brasileiro

Em todos os momentos decisivos de minha vida pública sempre procurei pairar acima das paixões e choques personalistas, pensando somente no bem da pátria.

Não me afastarei ainda agora dessa atitude de serena elevação.

Abstenho-me de analisar os graves acontecimentos que me levaram a renunciar ao governo a fim de evitar ao país maiores males e abalos irreparáveis.

A história e o tempo falarão por mim, discriminando responsabilidades.

Ao afastar-me da vida pública quero apenas dizer aos brasileiros palavras de compreensão e de confiança nos seus juízos definitivos.

Não tenho razões de malquerença para com as gloriosas forças armadas da minha pátria, que procurei sempre prestigiar. Nenhum governo se esforçou mais do que o meu pelo seu fortalecimento. Nenhum outro cuidou tanto da sua preparação profissional, do selecionamento dos seus quadros, do seu aparelhamento material, da melhoria de suas condições de trabalho e conforto.

Ao povo brasileiro procurei servir sempre, defendendo com intransigência as suas aspirações e legítimos interesses.

Faço votos para que a serenidade volte aos espíritos e todos se compenetrem das tremendas responsabilidades do momento.

Não guardarei ódios nem prevenções pessoais.

Os trabalhadores, os humildes, aos quais nunca faltei com o meu carinho e assistência – o povo, enfim, há de me compreender.

E todos me farão justiça.

São Borja, 28 de novembro de 1945

Mensagem dirigida ao povo brasileiro, aconselhando o apoio ao general Eurico Dutra, candidato do Partido Social Democrático (PSD) à Presidência da República nas eleições marcadas para 2 de dezembro de 1945.

Constantemente solicitado de todos os pontos do Brasil, por amigos, representantes das classes trabalhadoras, elementos do PSD e, principalmente, por diretórios estaduais e municipais do Partido Trabalhista Brasileiro, a me pronunciar sobre a questão presidencial dentro dos quadros legais, isto é, dos candidatos inscritos no pleito, quebrando, de novo, o silêncio que me havia imposto, respondendo a essas consultas:

Brasileiros, a abstenção é um erro. Não se vence sem luta, nem se participa da vitória ficando neutro. Fora do governo, meu espírito sofreu decantação de quaisquer ressentimentos por injustiças sofridas. Nunca pretendi outra coisa senão cumprir a lei, realizar as eleições na época marcada e passar o governo às mãos do meu substituto eleito pelo povo e reconhecido pelos poderes legais.

As ocorrências de 29 de outubro foram o resultado de erros e confusões das quais nos devemos dar quitação recíproca. As forças armadas do Brasil devem estar acima de suspeitas facciosas e não podem ser consideradas em causa nas lutas partidárias.

O momento não é de nomes, mas de programas e de princípios. Recentemente, em mensagem, aconselhei aos trabalhadores que cerrassem fileiras em torno do programa do Partido Trabalhista Brasileiro, representante e defensor dos seus interesses.

O general Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD, em repetidos discursos e, ainda agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das ideias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantias de apoio, de acordo com as suas forças eleitorais. Ele merece, portanto, os nossos sufrágios.

Sempre procurei atender aos interesses dos pobres e dos humildes, amparar os direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro em geral, desse povo sempre bom, bravo e generoso. Estarei ao vosso lado para a luta e acompanhar-vos-ei até a vitória.

Após esta, estarei ainda ao lado do povo contra o presidente, se não forem cumpridas as promessas do candidato.

Agredido, injuriado, traumatizado pelo choque dos ódios e das paixões políticas, venho dizer-vos que esqueci tudo isto e encontrei, no amor à minha pátria, forças para me renovar.

Estou presente e venho cumprir minha palavra.

4. Senador: 1946-1947

Porto Alegre, 31 de maio de 1946

Discurso pronunciado em comício realizado pouco antes da vinda para o Rio de Janeiro, a fim de assumir a cadeira no Senado como representante do Rio Grande do Sul. Vargas enumera os feitos de seus 15 anos de governo e declara que exercerá seu mandato com o propósito de apoiar o governo.

Aqui estou, obedecendo a um imperativo de consciência, ao impulso de uma voz interior, que é o eco de todas as vozes, vindas de todos os recantos da pátria, em constantes e repetidas mensagens, nas formas mais comoventes e confortadoras.

Não podendo no momento percorrer todo o país, venho à capital do Rio Grande do Sul, essa leal e valorosa cidade de Porto Alegre, onde floriram os sonhos da minha mocidade, para daqui falar a todo o Brasil. E se as circunstâncias me impuseram esta atitude, ela se justifica inteiramente. Pelas condições da sua geografia, da sua história e da sua própria índole, ninguém mais do que o gaúcho pensa e sente brasileiromente. Eis por que, filho do Rio Grande do Sul, levado por uma revolução renovadora ao governo do Brasil, obedecendo a essa vocação que é uma predestinação histórica, ninguém o serviu com mais espírito de brasilidade. Todas as regiões de nossa pátria foram lembradas. Eu as percorri e senti de perto, procurando sempre ir ao encontro das aspirações de seus habitantes e suprir as falhas que lhes entravavam o progresso.

A longínqua Amazônia, esquecida e abandonada, entrou numa fase de restauração econômico-financeira e de valorização humana, com o saneamento destinado a dar melhores condições de vida à sua laboriosa população; a imigração de trabalhadores, levando mais braços para impulsionar seu progresso; a valorização da borracha, seu principal produto, pelo acordo feito com o governo americano; a criação do Banco da Borracha, para o financiamento dessa produção; a criação do Instituto Agrônomo do Norte, tendo como principal objetivo o plantio selecionado dos produtos próprios da região; e, finalmente, o saneamento

das finanças do estado do Amazonas, com o pagamento de sua dívida, de acordo com um plano orientado tecnicamente e que teve início com gerais aplausos da sua população.

Nesse e noutros estados do extremo Norte, estavam sendo organizadas as grandes colônias nacionais para amparar os trabalhadores agrícolas. Cada uma delas poderia acolher 7 mil famílias de brasileiros necessitados, que recebiam gratuitamente a terra e todo o material agrário necessário às suas atividades. Orientadas para o cooperativismo, e tendo garantido o transporte de seus produtos ao mercado mais próximo, eram novos centros de atividade produtora em vias de formação.

A recuperação econômica do Nordeste, periodicamente flagelado pelas secas, estava há muito tempo sendo realizada, pagando uma dívida de 400 anos para com esses heroicos nordestinos, que constituem o cerne da nacionalidade, no alto conceito do grande Euclides da Cunha. Com a construção de açudes e estradas, a irrigação e o plantio sistemático, uma zona semiárida está se povoando de pomares e lavouras e aumentando sua produção numa escala crescente, que já atinge em alguns estados até 500%. A lavoura canavieira, às portas da falência, foi salva graças à criação do Instituto do Açúcar e do Alcool e às medidas então tomadas para a sua proteção. O núcleo agroindustrial de São Francisco já está em funcionamento, e o aproveitamento da força hidráulica da Cachoeira de Paulo Afonso, que vem beneficiar todo o Nordeste e o grande estado da Bahia, se acha em vias de ser realidade com a recente criação da companhia hidroelétrica que deverá presidir a construção da usina e orientar seu aproveitamento industrial.

A planificação dos sistemas ferroviários e rodoviários, já aprovada e com obras já executadas, virá beneficiar todos os estados articulando tecnicamente as redes existentes, em grande parte isoladas umas das outras. O consumo do álcool-motor e do carvão nacional foi tornado obrigatório, promovendo o desenvolvimento de sua indústria e exploração.

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, passaram a ser conservadas pelo Estado as obras de arte deixadas por nossos antepassados. A gloriosa Minas Gerais teve então sua tradicional e histórica Ouro Preto erigida em monumento nacional e amparada por esse Serviço, enquanto a industrializada Juiz de

Fora foi defendida das enchentes, que periodicamente a assolavam, com as obras executadas pelo Serviço de Saneamento.

Ainda nesse estado, a construção do ramal de Santa Bárbara, ligando a Central do Brasil à Estrada de Ferro Vitória-Minas, promoveu o desenvolvimento da indústria siderúrgica de aços finos. A incorporação ao Patrimônio Nacional, sem ônus para o Tesouro, das formidáveis jazidas de ferro de Itabira, que estavam cedidas a uma empresa estrangeira, aliada à criação da Cia. Vale do Rio Doce, para a qual contribuíram capitais brasileiros e americanos, e a construção de uma estrada de ferro resolveram o problema da exportação do minério, assim como Volta Redonda resolve o problema da industrialização. Torna-se possível também, com a nova estrada, a valorização de uma das regiões mais ricas do Brasil – o Vale do Rio Doce.

São Paulo, com o seu formidável potencial de energia criadora, teve suas atividades agrícolas e industriais amplamente amparadas pelo crédito. Aí também foram realizadas grandes obras e instalações militares para o Exército e Aeronáutica.

Será através de São Paulo que se fará o intercâmbio com a Bolívia e Paraguai, por intermédio da Noroeste, que, transformada em organização autárquica e com uma administração eficiente, remodelou seus serviços a partir de Bauru e tornou-se apta para cumprir essa missão. Tanto este estado como os de Minas e Rio de Janeiro serão beneficiados pelas grandes obras de remodelação da Estrada de Ferro Central do Brasil, cujos traçados estão sendo retificados e os aparelhamentos modernizados.

Ainda em relação aos transportes, a macadamização das estradas União e Indústria e Rio a Minas, já realizada, e Rio-São Paulo, em andamento, trarão sensíveis melhoras ao intercâmbio entre as grandes unidades nacionais.

Nos estados do Paraná e Santa Catarina foi feita a incorporação ao Patrimônio Nacional de sua rede ferroviária, até então entregue a empresa estrangeira, e uma organização autárquica, admiravelmente administrada, promoveu seu aparelhamento e a construção de novos ramais. A exploração das minas e a industrialização de carvão foram estimuladas. A indústria de celulose e a grande fábrica de papel tiveram todo o amparo oficial para sua instalação. Foram construídos portos, bases navais e aéreas, e rasgadas novas estradas de rodagem.

No Rio Grande do Sul, cinco ramais ferroviários, sendo três em funcionamento e dois em construção, e a rodovia Porto Alegre-Vacaria, que, atravessando a próspera região colonial, vai ligar esta cidade à capital da República, atestam, ainda uma vez, o interesse tomado pela melhoria dos transportes no imenso território brasileiro. Aqui também, por intermédio do Ministério da Agricultura, foram tomadas fecundas iniciativas no sentido de fomentar a produção. Através do Rio Uruguai, foi lançada a grande ponte internacional, obra admirável de arte e de técnica que, unindo dois povos, ficará como um símbolo da fraternidade americana.

Quando vim pela última vez ao Rio Grande como chefe do governo, em entrevista às classes produtoras tanto em Pelotas como em Porto Alegre, prometi que seria realizado o grande plano de aproveitamento da força hidráulica do estado, para fornecer energia barata e abundante às nossas indústrias. Em cumprimento à minha promessa, o engenheiro Hildebrando Góis, que dirigia o Serviço de Saneamento e já estava realizando aqui as grandes obras de defesa da cidade contra as inundações, deu, em breve, início à construção das barragens, primeira parte do plano que, desde então, entrava em execução. Era o maior serviço que eu poderia prestar ao Rio Grande e fiquei satisfeito em ter podido fazê-lo. Ao deixar o governo, o orçamento consignava verba suficiente para o desenvolvimento normal dessas obras. O atual presidente da República, quando aqui esteve como candidato, prometeu continuar esse plano, no qual está, também, vivamente empenhado o governo estadual.

Na capital da República, essa admirável Cidade Maravilhosa, além das grandes obras de remodelação feitas pela prefeitura, os créditos fornecidos pela Caixa Econômica e pelos institutos permitiram não só a construção de vilas operárias para os trabalhadores em diversos bairros, como a de habitações coletivas destinadas a abrigar seus habitantes, cujo número aumenta dia a dia.

Grandes obras foram executadas pelo governo federal em próprios militares e civis. Levantaram-se diversos edifícios para dar aos serviços públicos uma instalação condigna, num ambiente sadio e confortável. Para os Ministérios da Educação, Fazenda, Guerra, Justiça, Marinha e Trabalho foram construídas novas sedes, apropriadas ao fim a que se destinavam. A do Ministério da Viação foi remodelada, a do Exterior ampliada, e a da Aeronáutica está em execução. Só o Ministério da Agricultura não teve sua exigua sede modificada no

meu governo, mas, nesse período, ergueu-se a Universidade Rural do Km 47, que constitui uma maravilha de técnica como não há melhor em nosso continente e onde serão instalados todos os estabelecimentos de ensino do referido ministério.

A fim de contribuir para a solução do complexo problema do abastecimento da grande cidade, foram construídos no Cais do Porto um grande entreposto e um frigorífico para frutas. Estavam-se processando as obras de eletrificação da Central do Brasil, custeadas com os recursos da própria estrada, graças a um administrador que deixou seu nome ligado às maiores transformações que sofreu essa via férrea.

O Oeste também não foi esquecido. A Fundação Brasil Central, sob uma direção dinâmica e inteligente, está desbravando o sertão e, qual moderna bandeira, abre aos brasileiros novas estradas para a civilização. A Marcha para o Oeste não é simples frase: constitui uma realidade.

Três grandes ramais ferroviários, em construção, darão um sentido objetivo ao intercâmbio com dois países vizinhos e amigos – Bolívia e Paraguai. A grande estrada transcontinental, ligando o Atlântico ao Pacífico, o sonho de Rio Branco, delineado no Tratado de Petrópolis, só no meu governo começou a ser executada. Iniciando-se em Campo Grande, como um prolongamento da Noroeste, atravessando o rio Paraguai por uma ponte monumental e passando por Corumbá, atingirá Santa Cruz de la Sierra no altiplano boliviano, ligando-se até o Pacífico. São mais de 600 quilômetros de estrada de ferro, já quase prontos. Outro prolongamento, partindo também de Campo Grande, irá, atravessando grande parte dos territórios brasileiro e paraguaio, ligar-nos ao sistema ferroviário platino. E, finalmente, houve a encampação da Estrada de Ferro Norte do Paraná, pertencente a uma empresa estrangeira, que se recusou a fazer o prolongamento até Guaira, o qual já deixei em construção.

Outras obras vastas e ciclópicas, de ordem moral, social, financeira, econômica e cultural, abrangendo o âmbito nacional, foram realizadas durante o meu governo:

- Volta Redonda, que irá fornecer máquinas para a construção de máquinas: planeada e executada por técnicos nacionais, é uma afirmação da energia criadora dos brasileiros, um desmentido aos pessimistas e aos indolentes, uma realidade que não poderá ser negada.

- O saneamento da Baixada Fluminense, que restituiu à economia nacional 17 mil quilômetros quadrados.
- O acordo da dívida externa, que reduziu em 40% nossas obrigações no exterior.
- A obra de educação e cultura, que reformou e amparou o ensino, criando escolas técnicas e cuidando da assistência à infância em quase todos os estados.
- A obra de saneamento, que combateu as endemias, espalhando hospitais, preventórios e centros de saúde por todo o território nacional.
- A remodelação das forças armadas, que, dum orçamento exíguo, quase irrisório antes de 1930, consomem hoje cerca de um terço da despesa geral, fora os créditos extraordinários. Foi promovido o seu reaparelhamento, construídas novas sedes para as escolas destinadas a formar os futuros oficiais: a Militar em Resende e a Naval em Villegaignon. Dotadas de parques militares, fábricas de produção e recuperação de material bélico, novas bases e estaleiros, as forças indispensáveis à defesa do nosso território tornaram-se aptas para cumprir sua missão, o que ficou sobejamente provado durante a última guerra mundial.
- A construção de navios de guerra, feita nos estaleiros da Ilha das Cobras, com técnicos e mão de obra nacionais.
- A criação do Ministério da Aeronáutica, com todas as suas formidáveis instalações: fábrica de aviões, escolas, bases aéreas e campos de pouso espalhados por todo o território, além de várias companhias civis de transportes aéreos amparadas pelo Estado.
- A Fábrica Nacional de Motores e a fábrica de aviões de Lagoa Santa, já em funcionamento, que são, como Volta Redonda, outras afirmações da capacidade dos técnicos nacionais.
- A criação do Instituto de Resseguros, que evitou a saída de ouro para o estrangeiro, onde até então as companhias de seguro faziam essas operações. Organizado racionalmente por um técnico, é hoje uma instituição de renome e de reputação firmada, que presta reais serviços à coletividade.

- A criação dos territórios federais, com a organização de um plano administrativo que, se for continuado, levará a essas esquecidas populações de nossas fronteiras um novo surto de vida, uma fonte de grandes transformações.
- E, finalmente, aquilo a que não poderia faltar, a predestinação de minha vida pública, o amparo aos trabalhadores e a assistência aos necessitados.

Estão aí as leis sociais, de aplicação efetiva e condensadas num código, que pode servir de modelo às mais adiantadas nações do mundo, indo desde o salário mínimo até sua cúpula, que é a Justiça do Trabalho; a organização dos restaurantes populares, ou serviços do Saps, instalados em quase todos os centros populosos do país; a lei de amparo às famílias numerosas, que vai levar a dezenas de milhares de lares, nos recantos mais longínquos da pátria, o auxílio do Estado – pequeno auxílio, é verdade, mas que, na sua humildade, eles recebem como um presente do céu, sentindo pela primeira vez que o governo não se aproxima deles somente para exigir impostos ou outras obrigações.

Quando assumi o governo em 1930, o Brasil era considerado um país puramente agrícola e exportador de matérias-primas, com suas jazidas minerais entregues a capitais estrangeiros, que não se interessavam em explorá-las. Com a construção de Volta Redonda, a propriedade das riquezas do subsolo e o incentivo às indústrias, dei ao Brasil uma nova base econômica; com a legislação trabalhista, uma nova base social; com o acordo da dívida externa, a restauração do nosso crédito, acabando com o regime dos *fundings*.

O acusado ditador deu à sua pátria o voto feminino e o voto secreto, duas medidas das mais democráticas e que nenhum governo antes de 1930 se tinha animado a fazer. Com a igualdade política dos sexos e a liberdade do voto assegurada a todos os cidadãos, destruí o caciquismo político, que mantinha no Brasil, até 1930, um regime artificial, uma democracia de fachada.

Finalmente, nossa política de colaboração com os Aliados levou-nos até a participação na guerra, com um corpo expedicionário, constituído das forças do Exército e da Aeronáutica, que se cobriu de glórias nos campos de batalha da Europa, elevando o nome da nossa pátria a

um grau de prestígio nunca dantes atingido, enquanto a Marinha de Guerra, num trabalho heroico e silencioso, garantia as rotas marítimas, vitais para o abastecimento do país.

Não se julga um governo por teorias ou opiniões que lhe atribuem, mas pelo que realizou na ordem prática dos fenômenos, pela sua produtividade em atos. E, nesse período histórico, que se encerrou a 29 de outubro de 1945, manteve-se a ordem, assegurou-se a unidade nacional, restauraram-se as finanças, incentivou-se o progresso, valorizou-se o homem, e o Brasil cobriu-se de glórias na maior guerra mundial.

Faço essa rápida resenha de minha atuação no governo não por vaidade, mas por ser um homem que atinge ao fim de sua carreira política e que nada mais pretende. Já fui no meu país o mais que poderia ser e por ele fiz o que poderia fazer. Não sou candidato a nenhum cargo público, nem a qualquer outra função política. Após repetidas declarações dessa natureza, meus amigos, meus correligionários e todos aqueles que em mim confiam, não podem fazer-me a injúria de supor que venha a contribuir para acender discórdias ou lançar confusões. Deixem isso aos intrigantes políticos, alguns dos quais até combateram o atual chefe do governo quando candidato e agora procuram arvorar-se em seus protetores contra pretendidas manobras que me atribuem. Repilo apenas a intriga, mas não censuro a oposição por colaborar com o governo. Julgo até louvável essa atitude, no interesse da tranquilidade do país. Ela importa, também, no reconhecimento do nosso acerto na escolha do nome que sufragamos na eleição de 2 de dezembro.

Aceitei este mandato pela maneira especial com que me foi imposto pelo povo, uma reparação e um desagravo, e vou exercê-lo com o propósito de apoiar o governo da República na realização de um programa construtivo. Não tenho agravos a vingar, nem queixas, nem ressentimentos. Estou quite. O que passou, passou, tratemos de reconstruir o presente e prever o futuro. Desejo para a minha pátria o que está no lema de sua bandeira: “Ordem e progresso”. Quanto ao Rio Grande do Sul, deve ser pela sua abastança um dos celeiros do Brasil e, pela harmonia e cooperação de seus elementos representativos, um escudo contra a desordem e a anarquia.

Além da nova estruturação política do país, os problemas fundamentais do momento são a manutenção da ordem e a defesa do povo nas suas justas reivindicações. O povo brasileiro é profundamente bom, pacífico e traba-

lhador, mas é bravo e altivo. Não suporta injustiças, nem perseguições. Não se podem fazer imposições à vontade do povo. A voz do povo deve continuar a ser a voz de Deus, pois Deus fala pela boca da coletividade.

A última guerra mundial, da qual ainda sofremos as consequências, foi feita pelos países aliados em nome da democracia e da liberdade, para que todos os homens tivessem sua oportunidade de viver, pensar e trabalhar segundo sua vontade, seus hábitos e suas tradições, e para que todos os povos tivessem liberdade de organizar-se sem o privilégio de raças, de castas ou de religiões.

Esse foi o pensamento de Franklin Delano Roosevelt, a figura oracular da democracia que nunca faltou ao Brasil e ao seu governo com o conselho amigável e a colaboração eficiente. Era preciso abater os países do Eixo e destruir seu poderio de maneira exemplar, para que nunca mais pudessem se reproduzir guerras como esta. Batíamo-nos pela implantação de uma nova era de paz e fraternidade entre os homens e entre os povos. É a paz de Cristo, que ensina o amor ao próximo e a assistência aos pobres e aos humildes. Terra sagrada, o Brasil não derramará mais o sangue de seus filhos, nem o dos filhos de outras pátrias, principalmente entre os povos americanos, que têm necessidades, ideias e aspirações comuns e devem permanecer unidos, colaborando num mesmo plano de trabalho harmônico, sem ódios, nem prevenções. E agora, como antes, posso repetir daqui: toda violência gera violência, só o amor constrói para a eternidade.

Assembleia Nacional Constituinte, 31 de agosto de 1946

Breve intervenção em que Vargas afirma sua intenção de não desviar a atenção da assembleia para assuntos estranhos à elaboração da nova Constituição, mas declara estar à disposição, fora do recinto da assembleia, daqueles que contra ele tiverem “motivos de ordem pessoal” ou se julgarem com “direitos a desagravo”.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, quando aceitei o mandato que me foi confiado pelo povo brasileiro, vim exercê-lo com o firme propósito de não contribuir para desviar a atenção desta ilustre assembleia com assuntos estranhos à sua função específica, que é a de discutir e votar uma Constituição. Essa atitude, porém, não importa em

censura, nem na mais leve restrição à opinião de nobres colegas que, pensando de modo contrário, aqui têm versado, aliás alguns com grande brilho, matéria não constitucional. Quero fazer esta declaração para acentuar que, assim como eu respeito a opinião dos nobres colegas, desejo também que minha atitude seja respeitada.

O Sr. Sousa Leão – Mas anteriormente V.Exa. não teve a mesma atitude de tolerância para com seus adversários.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quando for votada a Constituição, falarei ao povo para definir minha posição perante a história de minha pátria. Mas, para que não suponham que haja nesta atitude qualquer vislumbre de receio, venho declarar que, se alguém tiver contra mim motivos de ordem pessoal ou se julgar com direitos a desagravo, fora do recinto desta assembleia estarei à sua disposição.

Porto Alegre, 2 de setembro de 1946

Discurso pronunciado durante visita à sede do PTB na capital gaúcha. Vargas enfatiza a necessidade de manter intactas as conquistas das leis trabalhistas que outorgou e afirma que, para isso, é necessário que a massa trabalhadora se aliste no PTB. Faz também a defesa da economia planificada.

Quando compareci a esta sessão, supunha que fosse apenas uma reunião ordinária do diretório do partido. Não esperava encontrar uma multidão como esta, tão variada, entusiástica, cheia de vibração cívica, que aqui me homenageia nesta ocasião.

O Partido Trabalhista Brasileiro tem dois grandes objetivos a realizar. Um é o de manter intactas as conquistas das leis trabalhistas outorgadas no meu governo. É preciso que nenhuma dessas conquistas seja relegada. É preciso que nenhuma delas sofra sequer uma restrição, mas que continue a sua evolução normal, batendo-se o Partido Trabalhista para que essa legislação social se vá cada vez mais aperfeiçoando. O outro dos objetivos do Partido Trabalhista é que, sendo um partido de massas, e tendo fins concretos, tem também grandes ideais. É um partido de idealistas cujo raio visual se estende e confunde com os horizontes da própria pátria.

Quando eu estava no governo, era o guarda vigilante, o defensor dos trabalhadores. Hoje, quando se diz estarmos instituindo um regi-

me democrático, as forças organizadas para a defesa dos trabalhadores têm que ser os partidos políticos. É necessário que os trabalhadores se organizem em partidos com programas concretos, contendo-se neles todas as suas reivindicações, a fim de que, através dos mesmos, pelo seu número e prestígio, possam tirar do seio da massa os seus delegados e representantes, que hão de fazer valer, nos parlamentos, os seus direitos. Por conseguinte, mais do que nunca é indispensável que a massa trabalhadora se aliste no Partido Trabalhista, a fim de torná-lo uma força irresistível e que a opinião pública, através dele, se faça manifestar.

Essa organização democrática, a que estamos assistindo, está ainda em formação, e, por isso talvez, é que observamos essa espécie de vacilação e de tateio na sombra, nesse momento que vive o povo brasileiro, tateio à procura de uma direção firme e resoluta. É que nós estamos, por enquanto, apenas numa democracia política, quando os trabalhadores a têm que completar com a democracia econômica.

A democracia política e a econômica a que estamos assistindo no momento são ainda os vestígios, como afirmou um dos vossos oradores, do velho liberalismo burguês, fora da época e inteiramente fora dos ensinamentos da política moderna. Por isso, nós estamos, em matéria política, no regime dos intermediários que, eleitos pelos partidos para um determinado fim e programa a executar, fazem coalizões e reuniões políticas à revelia do povo.

Os intermediários da economia são os que, em vez de trabalharem pelo bem da comunidade, procuram restabelecer os velhos processos da democracia liberal burguesa, destruindo a economia dirigida, querendo acabar com as autarquias e os institutos que amparavam produtores e consumidores, a fim de que, oprimidos os produtores e desamparados os consumidores, erga-se diante deles o intermediário, que faz o povo oscilar entre a fila e o câmbio negro.

A democracia econômica não se pode organizar sem o prévio planejamento. Este é que se tem de realizar, não para a economia da coletividade ser desfrutada por meia dúzia de privilegiados. Esse planejamento econômico é que coloca a produção subordinada aos interesses da comunidade e não aos das minorias. Por conseguinte, nós todos devemos nos empenhar em trabalhar para isso, para a organização dessa democracia planificada, a fim de que ela constitua a defesa dos trabalhadores.

É nessa democracia que me alisto convosco, para conseguirmos realizar o engrandecimento do Brasil e a prosperidade de todos os brasileiros.

Esperamos que a promulgação da Constituição, completando os quadros legais, permita ao governo, com boa vontade e disposição de acertar, imprimir diretrizes mais seguras e consentâneas com as necessidades do povo e do Brasil.

Eu compreendi que a minha força dentro do povo estava numa ideia muito simples. É que o povo, no seu presidente, via-se a si mesmo colocado no governo. Hoje, que estou fora do governo, venho identificar-me com a massa e com ela de novo batalhar pelas reivindicações e direitos dos trabalhadores e para concorrer, dentro do regime que está estabelecido, às eleições em que se deve fazer prevalecer a vontade do povo. Hoje, que não sou governo nem candidato a qualquer função do governo, sou apenas um companheiro disposto a lutar convosco para a realização das legítimas aspirações dos trabalhadores e o amparo às suas justas reivindicações.

Porto Alegre, 29 de novembro de 1946

Discurso pronunciado em comício do PTB em Porto Alegre, tendo em vista as eleições de governadores e deputados estaduais marcadas para 19 janeiro de 1947. Vargas defende a candidatura de Alberto Pasqualini no Rio Grande do Sul e os candidatos do PTB em todo o país. Declara-se convencido de que foi vítima dos agentes da finança internacional que pretendiam manter o Brasil na condição de exportador de matérias-primas e comprador de produtos industrializados, critica a democracia liberal capitalista e conclama os trabalhadores a escolherem seus representantes dentro da própria classe, através do PTB.

A grandiosa manifestação que venho de receber é dessas que rejuvenescem o espírito, na inspiração perene do amor à pátria e do amor evangélico aos semelhantes. Nunca me senti tão pequeno na minha humildade para tanto merecer. Também nunca me senti tão grande no coração do povo. E nesta expressiva multidão que aqui se congrega, na acolhedora e próspera cidade de Porto Alegre, eu vejo, em seus diferentes aspectos sociais, representado todo o povo do nosso glorioso Rio Grande do Sul.

Os trabalhadores brasileiros têm, geralmente, padrões comuns de atividade em diversificadas especializações profissionais. No Rio Grande há, porém, dois tipos característicos, um tanto diferentes do resto do país: o colono e o gaúcho.

O colono, dono da terra, no regime da pequena propriedade explorada intensivamente, trabalhador infatigável, pacífico, tranquilo e forte, é um dos construtores da nossa grandeza econômica. Mas, quando o Brasil defronta uma guerra e invoca seus serviços, todos acorrem, firmes e resolutos, em torno da bandeira da pátria.

Os colonos precisam de escolas e estradas. Escolas para instruir seus filhos, estradas para transportar os produtos de seu trabalho. Precisam ainda de crédito bancário para o desenvolvimento normal de seus negócios, de novas terras para cultivar e da garantia de preços para suas mercadorias, a fim de não serem explorados pelos intermediários. Necessário se torna também, para eles, o desenvolvimento da organização cooperativista para defesa do produtor e do consumidor.

Quanto ao peão dos campos, geralmente mal alimentado e mal vestido, em sua maioria jaz esquecido. Estiola-se nos subúrbios dos centros populosos ou nas cidadezinhas do interior. Aí espera que lhe deem um pedaço de terra própria para morar e um arado para cultivá-la. No entanto, ele é o descendente do antigo gaúcho, do campeador dos pampas que, nos primórdios da nossa civilização, foi um dos fatores preponderantes na formação da nacionalidade.

A 11 do corrente realizou-se nesta capital a memorável convenção do Partido Trabalhista, que tive a honra de presidir. Alberto Pasqualini lançou o seu notável programa de candidato digno da aceitação do povo rio-grandense. É o candidato que eu indico. Em discurso então pronunciado manifestei-me sobre as particularidades referentes ao caso gaúcho. Agora, porém, falando ao povo em geral, sem um caráter estritamente partidário, minhas impressões abrangem o panorama coletivo da política brasileira e não somente o do Rio Grande do Sul. Nesta ocasião, e por vosso intermédio, eu falo ao Brasil.

As lutas políticas, que se apresentam em todos os estados para um desfecho a 19 de janeiro, não são de homens, mas de ideias e princípios. Depende de nossa cultura e educação política, nesse pleito, um encontro no terreno superior de seus programas. Os homens valem como expressão

dessas ideias e do firme propósito de realizá-las. Não bastam as boas intenções, quando se enredam em fórmulas gastas e inaptas para construir.

Entre os diversos partidos de organização democrática, e dela excluo os extremismos em que se fragmenta o panorama político brasileiro, há um divisor de águas. De um lado estão os partidos que, com nomes diferentes, significam a mesma coisa. Têm a mesma substância política, social e econômica. Não é de estranhar que venham a se reunir. São os expoentes da democracia burguesa, a velha democracia liberal que afirma a liberdade política e nega a igualdade social. Toda essa liberdade política está organizada no sentido da defesa de seus interesses econômicos. Não tem conteúdo nacional. Giram em torno das competições regionais e acompanham o poder.

De outro lado está o Partido Trabalhista Brasileiro, um verdadeiro partido nacional, integrado na comunidade do continente americano. Separa o trabalhismo brasileiro dos outros partidos democráticos a diferença de interpretação do conceito social.

Impera no Brasil essa democracia capitalista, comodamente instalada na vida, que não sente a desgraça dos que sofrem e não percebem, às vezes, nem mesmo o indispensável para viver. Essa democracia facilita o ambiente propício para a criação dos trustes e monopólios, das negociatas e do câmbio negro, que exploram a miséria do povo. Tira o que foi cedido ao Estado para entregar ao monopólio de empresas particulares. Ou a democracia capitalista, compreendendo a gravidade do momento, abre mão de suas vantagens e privilégios, facilitando a evolução para o socialismo, ou a luta se travará com os espoliados, que constituem a grande maioria, numa conturbação de resultados imprevisíveis para o futuro.

Essa espécie de democracia é como uma velha árvore coberta de musgos e folhas secas. O povo um dia pode sacudi-la com o vendaval de sua cólera, para fazê-la reverdecer em nova primavera, cheia de flores e de frutos.

Na afirmação de um grande filósofo inglês, o melhor país é aquele em que ninguém é pobre, ninguém sente a necessidade de ser rico e nem se vê perturbado pelo temor de que outros venham apoderar-se do que é seu.

O Partido Trabalhista não é um partido de governo nem vive do poder. Mas o momento é grave. Avaliamos as dificuldades com que luta

o presidente da República. Para evitar a desordem e a anarquia, penso que esse partido deve continuar a apoiá-lo. Esperamos também que ele mantenha seus compromissos de progressiva realização do programa social trabalhista.

Quanto mais medito no silêncio e no recolhimento de minha paz interior, estranho a qualquer pretensão de mando, poder ou chefia, quanto mais balanço certos dados no arquivo de minha memória, mais se avoluma o sentimento de uma verdade que ressalta na trama dos acontecimentos. As causas remotas da campanha política que sofri, seus motores ocultos e os ostensivos, geram uma convicção. [...]

Essa convicção é de que fui vítima dos agentes da finança internacional, que pretende manter o nosso país na situação de simples colônia, exportadora de matérias-primas e compradora de mercadorias industrializadas no exterior. Os empreiteiros desses agentes colonizadores, os advogados administrativos e representantes de tais empresas, por elas estipendiados, blasonando independência e clamando por liberdade, adulteraram sistematicamente a verdade, criando um falso ambiente que contaminou certas classes ou setores sociais. Isso levou patriotas desavindos ou desviados de suas funções a supor que praticavam um ato de salvação nacional com o golpe de 29 de outubro. Não os acuso por isso. Até explico e compreendo. A verdade, porém, está lavrando nas consciências e um dia poderá surgir documentada.

De estrangeiros que podiam influir nos destinos do mundo, que amavam o Brasil e desejavam vê-lo forte, rico e respeitado, um conheci que posso citar. Mas, como esse, um aparece em cada cem anos e chama-se Franklin Delano Roosevelt. Sem ele não se teria feito Volta Redonda.

Não podem perdoar-me os usufrutuários e defensores de trustes e monopólios que meu governo houvesse arrancado das mãos de um sindicato estrangeiro, para restituí-lo sem ônus ao patrimônio nacional, o Vale do Rio Doce, com o Pico de Itabira, contendo uma das maiores jazidas de ferro do mundo. Tampouco me perdoariam os agentes de finanças estrangeiras a nacionalização das outras jazidas minerais do nosso rico subsolo e das quedas d'água geradoras de força, o uso obrigatório do carvão nacional, as fábricas de alumínio e de celulose e a construção de Volta Redonda. Era contra os interesses da finança internacional a industrialização progressiva e rápida do Brasil.

Pedantocratas e fariseus acusam-me de inflacionista. Bem-aventurada inflação que redimiu o Nordeste, realizando as obras contra as secas; que saneou a Baixada Fluminense; que iniciou no Rio Grande do Sul a construção de grandes barragens para fornecer energia barata às suas indústrias e promoveu a defesa de sua capital contra as enchentes, que periodicamente a assolavam. Estendeu sobre o país milhares de quilômetros de estradas de ferro e de rodagem, construiu pontes e arsenais. Remodelou a capital da República, abrindo novas artérias e realizando novas construções que assinalavam o estágio de uma civilização. Salvou as classes produtoras da maior das suas crises com o reajustamento econômico. Valorizou o trabalhador com a legislação social e amparou a agricultura e a pecuária com o crédito bancário. Bem-aventurada inflação que construiu a grande siderurgia, que armou o Brasil para a defesa na maior guerra mundial, que reduziu em 40% a dívida externa, contraída pelos governos anteriores, que deixou um encaixe-ouro de 700 milhões de dólares, tornando o cruzeiro uma das moedas mais estáveis do mundo. Com essa mesma inflação pretendia ainda, através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, já criada, iniciar grandes obras no mais brasileiro dos nossos rios, para que os futuros governos formassem aí uma nova civilização industrial. Pretendia, ainda, deixar criada a grande companhia de construção de material elétrico. Seus estudos já estavam feitos por outro grande técnico que, na sua especialidade, rivaliza com o de Volta Redonda.

Depois que deixei o governo, que fez essa brilhante democracia de canibais, que vivem a se entredevorar e abandonam os problemas fundamentais do país? Nada tendo a realizar no futuro, limita-se a agredirme, num ódio impotente contra as realizações de um passado histórico. Que fez? Aumentou as despesas públicas de mais de dois bilhões e meio de cruzeiros, sem criar a receita correspondente, transformando o saldo previsto no Orçamento de 1945 num formidável déficit. Que mais fez? Emitiu mais de três bilhões de cruzeiros, para cobrir esse déficit.

Que mais fez? Fez uma Constituição compilada das anteriores, mas com uma característica: retirou das populações mais numerosas e cultas da capital da República, das capitais dos estados, dos portos de mar, das estâncias hidrominerais e das que possuem bases militares o direito de escolher seus prefeitos. É uma democracia que foge do voto.

Que mais fez? Dividui a sociedade, lançando a cisão e a discórdia no próprio lar, inimizando as famílias pela intolerância de seus processos e a agressividade de suas atitudes.

Que mais fez? O resto é silêncio, a não ser o vozear da politicagem homenageando essa democracia.

Embora sempre amparasse o capital estrangeiro empregado para fins reprodutivos, não tenho a simpatia dos agentes da finança internacional, que pretende entravar o progresso do Brasil para impor-nos a compra de seus produtos. Também não a tenho dos políticos que fazem da política uma profissão e encaram o trabalhador como massa de manobra a ser explorada quando disputam os cargos eletivos.

Os trabalhadores devem escolher, de preferência, seus representantes dentro da própria classe, conhecedores de suas necessidades, com a marca dos seus sofrimentos e a colaboração do seu sangue. Tendo que optar entre os poderosos e os humildes, preferi os últimos.

Só Deus sabe das minhas amarguras e da sinceridade de minhas intenções, deturpadas pela fúria dos interesses contrariados. Não posso desviar de seu curso o sentimento social do povo abandonado. Sinto-me bem entre os trabalhadores e o povo em geral. Neles posso confiar!

A velha democracia liberal e capitalista está em franco declínio porque tem seu fundamento na desigualdade. A ela pertencem, repito, vários partidos com o rótulo diferente e a mesma substância.

A outra é a democracia socialista, a democracia dos trabalhadores. A esta eu me filio. Por ela combaterei em benefício da coletividade. E já que as nossas atividades na vida pública, por imposição legal, devem orientar-se na órbita dos partidos, se um conselho posso dar ao povo é que se integre na ação do Partido Trabalhista. Ele é o melhor indicado para realizar a felicidade de todos os brasileiros.

Senado Federal, 4 de dezembro de 1946

Breve intervenção em que Vargas se refere ao “espírito um pouco assomado” dos senadores mais jovens e apela para que não lhe façam provocações de natureza pessoal. Promete para breve um discurso atendendo a todas as interpelações feitas e a todas as explicações pedidas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Peço a palavra para uma explicação pessoal.

O Sr. *Presidente* – Tem a palavra o nobre senador.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, sempre conheci esta Casa através de uma tradição de respeito e de serenidade. O Senado era uma espécie de remanso onde se vinham atenuar todos os rumores vindos de fora. Talvez devido à maioria de os Srs. Senadores entrarem para aqui já na idade propecta. Acontece, porém, que, nesta legislatura, há homens jovens, de espírito um pouco assomado e que, talvez, não sigam bem a tradição da Casa. Devo, porém, dizer que é meu propósito conservar essa tradição, mantendo o respeito a todas as opiniões e desejando, apenas, que respeitem as minhas. Lanço, assim, um apelo para que não me façam provocações de natureza pessoal.

O Sr. *Aloísio de Carvalho* – Mas não foi feita uma provocação pessoal a V.Exa.

O Sr. *Hamilton Nogueira* – V.Exa. usou de uma expressão que não está à altura daqueles antepassados que aqui estiveram.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Porque essas provocações de natureza pessoal vão gota a gota enchendo o copo e ocasionam explosões. É por isso que respeito as opiniões pessoais de V.Exas. e peço não façam provocações de ordem pessoal.

O Sr. *Aloísio de Carvalho* – Não houve, aqui, provocações de ordem pessoal. V.Exa. não deve confundir pessoas assomadas com pessoas combativas. Aqueles que integram a bancada da União Democrática Nacional são pessoas de combatividade, o que é muito diferente das pessoas assomadas a que V.Exa. se refere. Mantenha V.Exa. o debate no mesmo terreno impessoal, que todos nós, coletivamente e um a um, saberemos manter-nos nesse mesmo terreno.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sr. Presidente, era a advertência que desejava fazer, porque as provocações de natureza pessoal eu as aceito em qualquer terreno.

O Sr. *Hamilton Nogueira* – Também nós.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Isso não interessa ao Senado.

O Sr. *Hamilton Nogueira* – As palavras de V.Exa., como na única vez que ocupou a tribuna na Assembleia Constituinte, são de desafio, o que não está à altura daquela serenidade a que V.Exa. se referiu.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Vamos evitar que ocorram novos fatos dessa natureza e entremos no bom entendimento democrático, que V.Exas. desejam e eu penso deva ser feito. Dentro de breves dias, pro-

nunciarei um discurso no Senado. Atenderei, então, a todas as interpelações feitas, a todas as explicações pedidas, a tudo que formularam explicitamente ou que ficou implícito no espírito de V.Exas. Procurarei explicar-me com serenidade e isenção de ânimo.

O Sr. Hamilton Nogueira – Saberemos ouvir V.Exa. Mas também V.Exa. há de convir que façamos perguntas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Meu discurso de agora ficou prejudicado pelo do ilustre senador pela Bahia, Sr. Pinto Aleixo. Eu ia exatamente ler aquela nota que S.Exa. leu, porque dava, a meu ver, uma explicação cabal ao assunto de natureza militar que se procurou criar com as palavras que proferi em Porto Alegre. A nota já foi lida. Depois, Sr. Presidente, virá o meu discurso. Portanto, nada mais tenho a dizer aos nobres senadores senão pedir-lhes que aguardem, porque o resto virá depois.

Senado Federal, 13 de dezembro de 1946

Longo discurso feito perante o Senado e dirigido ao povo brasileiro, em que Vargas explica o regime de 1937 pela conjuntura internacional, pede um minuto de silêncio para Roosevelt e apresenta o balanço de suas realizações. Àqueles que apontam erros em seu governo, diz: “Eu não preciso que me julguem porque, depois do julgamento do povo com as eleições de 2 de dezembro, ninguém tem mais autoridade para falar em nome do povo contra mim”.

Sr. Presidente, a poucos homens é dada a suprema ventura de um julgamento da opinião pública contemporânea. Quase todos apelam para a “justiça de Deus na voz da história”. A mim foi concedida essa mercê com o sufrágio de 1.300.000 brasileiros, que me outorgaram o mandato de senador por dois estados e de deputado pelo Distrito Federal e mais seis estados da Federação. Minha eleição adquire, assim, uma expressão nacional, e pesam sobre meus ombros as responsabilidades da confiança do povo brasileiro. Ao povo, pois, eu me dirijo, quebrando o silêncio da meditação sobre os destinos do Brasil – para dizer que aceito essas responsabilidades e mostrar como cumprirei meu dever.

Política e história

Este discurso não tem sentido político-partidário, nem se vincula aos quadros normais de nossa existência transitória. É um documento

de nossa história e, por sua importância, se integra na história universal. Por isso, peço a todos os que divergirem ou tiverem divergido de mim, aos meus adversários e aos meus inimigos, que serenamente me permitam cumprir o dever desse depoimento, que faço perante o povo e seus representantes.

Tive de assumir graves obrigações para servir nossa pátria. E a razão de Estado, o dever de defesa nacional, me obrigaram ao silêncio. Hoje o dever me obriga a falar.

Todos viram a importância estratégica do Brasil na guerra. Foi, portanto, o Brasil o campo de uma das mais terríveis lutas de preparação para a tragédia mundial. Enquanto as potências democráticas praticavam um esplêndido isolacionismo, as nações totalitárias se digladiavam no mundo. Em 1935 tivemos o primeiro choque dessa luta. Já a Alemanha se encontrava sob o controle totalitário, em luta aberta de vida ou morte. A Espanha se transformara em zona de experiência das armas modernas e se preparavam as provas dos Savoia, dos Messerschmits, dos tanques etc. Todas as nações latinas se deixavam dominar pelo espírito totalitário em reação à política da Rússia e ao comunismo internacionalista.

No Oriente, desde 1932 o Japão desacatava todas as grandes potências, invadindo a China, onde a guerra civil dividia o povo em exércitos da revolução e da reação.

Pouco depois da Conferência de Isolabella, com o consentimento tácito do governo francês, a Itália invadia a Abissínia e eliminava, de fato, a Liga das Nações do equilíbrio europeu.

O Brasil sentia a necessidade de uma política continental que preservasse a América da crise de sangue que se aproximava. O grande espírito de Roosevelt, a quem deve a humanidade ter sido preservada de uma catástrofe, lançava a política de boa vizinhança, e a ela me consagrei com a previsão de que seria o único baluarte para resguardar nosso povo.

A sucessão de 1937

Previendo os acontecimentos, tinha eu enviado para os Estados Unidos, como embaixador, um dos mais brilhantes espíritos do Brasil. O Sr. Osvaldo Aranha em pouco tempo conseguiu criar situação privilegiada para nosso país, junto ao governo e ao povo da grande nação, que àquela época quase nos desconhecia. Ninguém mais indicado do que ele

para continuar a linha de política internacional que era um imperativo de existência para o Brasil.

Nossa vida repentinamente adquiria uma importância internacional para a qual não estávamos organizados. Anunciava-se a Conferência de Buenos Aires e nós nos preparávamos para a grande definição continental.

Roosevelt

A presença de Roosevelt no Rio facilitou a concretização do programa de cooperação pan-americana. Examinamos juntos os problemas da defesa continental. As nuvens da catástrofe se condensavam no horizonte. Graves eram os problemas de política dos Estados Unidos que preocupavam o grande líder da nossa civilização cristã. Mas ele considerava gravíssima a situação internacional e especialmente a do nosso continente. Era indispensável que todas as nações americanas se unissem, mas que se unissem com suas forças reunidas. E esperava ainda defender a paz. Sofria pensando na angústia da guerra. E comunicou a meu espírito o seu sofrimento.

Sr. Presidente, interrompo o meu depoimento perante a história para prestar a homenagem do povo brasileiro a Franklin Delano Roosevelt. Com ele compartilhei o pão da angústia nos dolorosos momentos de preparação para a defesa. Com ele vivi a ansiedade dos dias duvidosos. Não foi dado a esse espírito superior contemplar com seus olhos mortais a alegria da vitória. Que a homenagem do Senado brasileiro, no sentimento do nosso povo tão querido por ele, seja conforto e penhor de gratidão eterna na história da humanidade. Peço um minuto de silêncio, em prece íntima, como reverência à memória de Franklin Delano Roosevelt. (*Todos os presentes se mantêm em silêncio durante um minuto.*)

E prossigo. Todas as campanhas ateavam incêndios em nosso continente: a luta anti-imperialista fomentada contra a Inglaterra e os Estados Unidos pelo Komintern; a luta pela Hispanidad, com a concepção mais ampla da Ibero-América, mantida e desenvolvida de Berlim através da Espanha e Portugal; a do “gênio latino de Roma”, alimentada pelo fascismo; a da “France Eternelle” pela cultura francesa; a dos vínculos raciais pela propaganda da *Kultur* germânica; e a dos interesses britânicos pelas grandes organizações do povo inglês. Cada vez mais nos ligávamos ao passado e nos esquecíamos do presente, não compreendendo o futuro.

Em Buenos Aires o Brasil, com suas renúncias, salvava a conferência. Solucionavam-se problemas de paz na América. Consolidava-se essa paz. A tranquilidade externa das nações americanas se estruturava em bases sólidas. Restava o problema da paz interna.

A luta interna

Não me foi possível alcançar unanimidade em torno de um candidato. Os governadores eram por demais poderosos em face do presidente. À margem dos entendimentos dos governadores se processava a formação do Partido Integralista, que adquiriu excepcional vitalidade em face da tentativa comunista de 1935.

As duas candidaturas que surgiam se apresentavam numa linha perigosa de paixão política, oferecendo a gravidade de um choque entre o Norte e o Sul. A questão social se enraizava nessas candidaturas, aparecendo o Norte com sua vibração de esquerda e o Sul com sua fisionomia de direita.

Sangravam-se judeus nos campos de concentração da Alemanha. A liberdade dos povos e nações da Europa Central periclitava. Nos Estados Unidos se organizavam as sociedades raciais germanófilas, e o padre Coughlin, de um púlpito misterioso, através do rádio, criava germes de desconfiança do grande povo em seu chefe. Ruía em Genebra a Liga das Nações, a Espanha era devastada pela guerra civil e, na França, a Frente Popular derrubava Laval, que assinara a política de Mussolini.

Minhas responsabilidades pareciam chegar a seu termo, quando novos deveres me foram impostos. Nossas forças armadas, por seus órgãos de comando, sentiam a necessidade de se preservar o Brasil de uma catástrofe. Na verdade eu não era apenas o presidente da República – era o chefe de uma revolução vitoriosa. Em torno de mim se conjugaram os que sentiam a gravidade do problema. Todos estavam vendo que uma frágil estrutura democrática não assegurava resistência à desagregação forçada pelos organismos totalitários. As nações fortes poderiam sobreviver. As fracas seriam fatalmente dominadas.

1937

Não é segredo para ninguém que os elementos de esquerda e de direita estavam sendo movimentados para a luta armada. Que as formações militares de que dispunham os governadores do Sul e do Norte estavam na iminência de um choque. As forças armadas do Brasil me

apresentaram uma solução. Aceitei o dever de conduzir os destinos do Brasil no momento de maior gravidade de sua história.

Poucos meses antes, na Câmara, se discutira a questão japonesa. Dividiram-se as opiniões. O Brasil naquela época tinha a maior colônia japonesa do mundo fora do Oriente. O embaixador do Japão acompanhara da tribuna os debates. A propaganda japonesa era ativa e poderosa. Eu não poderia vetar a lei se fosse aprovada, sob pena de criar graves conflitos internos e provocar reclamações diplomáticas. Foi a palavra do nobre espírito de Miguel Couto e a campanha do *Jornal do Comércio* que salvaram a situação.

Naquela época se organizavam no Sul, como forças econômicas e políticas, os elementos de origem alemã e polonesa. Estrangeiros e brasileiros natos vestiram as camisas dos partidos nazista e fascista. Especialistas vindos da Europa organizavam a luta para o dia em que se tornasse necessário fazer pressão sobre o governo, em política interna, para forçar diretrizes internacionais. No Rio Grande, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo as colônias estrangeiras se arregimentavam. Nós, brasileiros, como sempre sonhadores, dispersávamos nossas energias em choques políticos ou em ilusões. E a realidade nos ameaçava com o sangue da guerra civil.

Quantas vezes Winston Churchill teve necessidade de subir à tribuna da Câmara dos Comuns e escrever artigos mostrando a necessidade de enfrentar o problema com decisão? Quantas lágrimas verteu o povo inglês por ter esperado ver a realidade para acreditar no rosto de Medusa da guerra? Qual foi o preço pago pelos povos da Áustria, da Iugoslávia, da Romênia, da Bulgária, da Tchecoslováquia, da Polônia, da Holanda, da Bélgica, da Hungria, da França, da Dinamarca e da Noruega? Quanto sofreu o povo espanhol? Quantas vezes Roosevelt foi atacado violentamente pela sua diretrix política? Quando os bombardeiros japoneses pouco antes da guerra puseram a pique a canhoneira norte-americana *Panay*, Roosevelt estava manietado. E permitiu que a gloriosa bandeira da sua pátria sofresse, sem revide, uma afronta mortal.

Em 1937, 300 mil japoneses ocupavam posições estratégicas no litoral de São Paulo e em todo o interior. Funcionavam legalmente, no Brasil, as seções dos Partidos Nazista e Fascista. Organizavam-se a infância e a juventude brasileiras no culto racial a seus antepassados estrangeiros e inculcia-se em seu espírito a ligação à pátria de seus pais e não à pátria brasileira. Como poderia qualquer governo enfrentar esse problema, que

tinha desafiado todos os governos anteriores, já me havia desafiado, e dominava numa crise política as estruturas municipais? Quem iria correr o risco de perder eleições por motivos que pareciam de somenos importância?

As zonas coloniais forneciam fortes contingentes eleitorais aos que defendiam sua política. Eram ricas e poderosas. Organizadas e disciplinadas. E nós, como sempre, puros e ingênuos, “deitados no berço esplêndido”.

A decisão

Duas vezes em minha vida fui obrigado, pela razão de Estado, a quebrar a harmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo. A primeira, quando dissolvi o Congresso como chefe da Revolução de 1930. Prestei contas à nação desse ato do governo provisório por mim chefiado. A segunda vez, quando reassumi a chefia da revolução brasileira e, em defesa da pátria, para garantir a ordem interna e assegurar a defesa continental, fechei o Parlamento em 1937. Eu não quis o poder, não pratiquei esse ato para impor minha vontade ou para desrespeitar a soberania popular ou ferir seus representantes. Era indispensável enfrentar com um governo forte todas as influências internacionais que nos lançavam a uma guerra civil. Era indispensável unir, com a disciplina, todas as energias nacionais, que nosso temperamento vibrante separava. Não pratiquei o ato que poderia ser considerado como golpe de Estado por motivos de política nacional. Tinha necessidade de tornar possível a defesa do continente. E eu sabia qual o destino das nações fracas e confiantes. Precisava agir antes que fosse demasiado tarde.

A esta Casa presto minha homenagem, como expressão sincera de meu respeito à sua simbólica tradição. Posso ter errado na forma. Mas a história provou que cumpri meu dever.

Os primeiros atos de meu governo, em dezembro de 1937, foram o fechamento de todos os partidos e a nacionalização do ensino.

E devemos o êxito dessas medidas principalmente à cooperação de todos os estrangeiros e descendentes dos que emigraram para o Brasil. O sentimento de cooperação e de integração em nossa vida que eles manifestaram merece especial relevo. Afastados os emissários perturbadores que os inquietavam, os estrangeiros residentes no Brasil e seus filhos deram grandes exemplos de civismo e de amor à nossa terra. E precisamente por isso a pressão dos interesses políticos internacionais feridos manifestou-se violenta. No princípio de 1938 o Brasil, por mi-

nha determinação, deixava de considerar *persona grata* o embaixador de Hitler, Sr. Karl Von Ritter, que exigia do governo brasileiro o funcionamento das seções do Partido Nazista em nossa terra. Num gesto de violência, a que estava acostumado, o governo do Reich enviou ao Brasil, de regresso do Congresso de Nuremberg, o mesmo embaixador. Fiz comunicar que não seria permitido o seu desembarque e, ao mesmo tempo, retirei o embaixador do Brasil em Berlim. Foi o Brasil a primeira nação do mundo a enfrentar o poderio de Hitler.

Consagrado ao sacrifício

Fui destinado a sofrer o mesmo fim de Dolfuss, sangrado no Palácio do Governo. Pouco antes se realizara a anexação da Áustria à Alemanha. Compreendi que precisava contemporizar. Em todos os países do mundo as nações do Eixo e o Japão articulavam uma intensa propaganda e organizavam forças para a desagregação. Em outubro a Inglaterra e a França capitulavam em Munique, oferecendo o holocausto da Tchecoslováquia, cortando as possibilidades de defesa dessa nação com a entrega da região dos sudetos. Em março de 1939, a Alemanha ocupava definitivamente a Tchecoslováquia. O mundo sentia a guerra. Mas todos recuavam perante o poder agressivo do Eixo. Em março chegava a vez de Memel, na Lituânia. Nos Estados Unidos se desencadeava uma violenta campanha política contra Roosevelt. Em Londres, Churchill clamava num deserto. Em agosto de 1939 realizava-se o pacto de amizade entre a Rússia e a Alemanha. Em 1º de setembro a Polônia iniciava o seu martírio.

Durante meses a Inglaterra e a França dirigiram apelos de angústia ao presidente Roosevelt, e o grande chefe da nação norte-americana se achava bloqueado pela oposição política. O Brasil, numa das posições estratégicas mais delicadas da guerra que se alastrava pelo mundo, era o campo de batalha da mais furiosa de todas as campanhas de publicidade estrangeira e ação subterrânea. Cercado por todos os lados, conseguia, porém, manter a nossa posição internacional. Enquanto não se conseguia a evolução da política interna dos Estados Unidos, meu compromisso pessoal com o presidente Roosevelt era contemporizar, assegurar a ordem interna no Brasil e manter a unidade continental. Por isso o Brasil cedeu sempre em Lima e Havana; por isso mantive o governo em rigorosa neutralidade, ferindo muitas vezes os entusiasmos precipitados

e exibicionismos mercenários que perturbavam o ambiente, prejudicando o que se precisava do Brasil para a vitória.

Graves e dolorosos foram esses dias de ação silenciosa e esquiwa, esperando todas as noites a morte, enfrentando todos os dias as investidas dos que imaginavam desviar o Brasil do seu destino continental, e sofrendo as injustiças de campanhas que o desconhecimento da realidade fomentava contra a diretiz, que devia ser prudente e cautelosa, sábia e sutil.

O grande momento

Quando as tropas britânicas foram jogadas pelo furacão de Rommel até El Alamein, dependeu quase que exclusivamente do Brasil a defesa do último reduto no Mediterrâneo. Os socorros militares, material bélico e outros meios de luta, que os Estados Unidos enviavam para a Inglaterra, passavam por Natal. Sem esse ponto de apoio, Montgomery não teria o material de que necessitava. E eu precisava a todo custo garantir essa passagem. Não dispunha de outras forças materiais além das que minha inteligência me oferecia e às vezes tinha de recorrer à astúcia. A Inglaterra, segundo reconheceu publicamente o herói de sua resistência, Winston Churchill, contraiu uma grande dívida de gratidão para com o Brasil. Ninguém me arrebatará esse serviço.

Nestes termos me telegrafou Roosevelt:

“Sei, como o sabe todo o povo do continente, quanto é grande a dívida de gratidão de todos nós à esclarecida visão e diretivas de V.Exa.

A amizade pessoal de V.Exa. neste período crítico é uma fonte de constante inspiração para mim e a sua atuação muito encoraja o povo dos Estados Unidos, mostrando a determinação e a visão com que V.Exa. enfrenta a emergência diante da qual estão colocados os povos livres em todo o mundo”.

Cordell Hull e Sumner Welles já testemunharam também como o Brasil foi fiel a seus compromissos. Não estávamos fazendo política internacional. Fortalecíamos a ação genial de Roosevelt, que precisava da união da América para salvar a Europa. Cobrimos o flanco dos Estados Unidos política e militarmente. *Esta a razão, esta a ação da ditadura.*

Nenhum país cujo território era ou podia ser posição estratégica vital foi poupado aos horrores da guerra civil, da invasão, ou dos *putschs*. Os fa-

tos demonstraram o acerto de minha previsão. Mesmo nos Estados Unidos o poder dos inimigos foi tão forte que conseguiu impossibilitar uma ação mais rápida de Roosevelt. Só depois da infame agressão de Pearl Harbour, quando toda a Europa já tinha sido sacrificada, é que o povo americano se desintoxicou da ação interna e enfrentou com heroísmo e tenacidade o inimigo. Na Inglaterra, só depois da realidade da vitória continental alemã e sobre as ruínas de Londres é que Churchill recebeu o poder político.

Mas eu tinha e tenho a confiança do povo. Podia utilizar em benefício do próprio povo, da nossa pátria, da América e da humanidade essa confiança. Podia e devia. E foi o que fiz. E a prova de que o povo me conforta com a generosidade de sua confiança está na minha presença nesta nobre Casa.

O controle das informações

Em 1940, e não em 1937, criei o Departamento de Imprensa e Propaganda, para controlar e acompanhar de perto a infiltração estrangeira no Brasil. Atuavam então em nosso país a United Press e a Associated Press, agências de informações norte-americanas. A Havas, francesa, estava controlada pelos alemães. Como todos sabem, naquela época, a Havas era a agência de maior irradiação no Brasil e distribuía o serviço de todas as agências europeias, inclusive a Reuter. A Associated tinha irradiação limitada naquele período. Ao lado da Havas, a Transocean, diretamente alemã, cobria todo o território, bloqueando a United. Acresce uma circunstância: a Havas e a Transocean distribuía serviço telegráfico nacional. Tinham um excepcional poder de ação interna. Vários jornais em língua alemã, italiana e japonesa infestavam as zonas povoadas por núcleos de origem desses povos. Naquele período a propaganda britânica também se intensificou. Mas eu não devia resolver os nossos problemas de acordo com as conveniências da propaganda internacional, e sim na base das conveniências do Brasil e da América.

Hitler costumava afastar da vida os chefes de Estado que se não afastavam do seu caminho, e eu mesmo tivera uma experiência desses hábitos. Para que minha missão pudesse ser cumprida precisava viver e contemporizar. A linha de neutralidade rigorosa era a única defesa. O excesso de zelo da propaganda britânica várias vezes perturbou minha ação. Mas até certo ponto foi útil, pois provocou medidas que deram a garantia de nossa impecável neutralidade e enfraqueceram a vigilância.

Mas todos sabem da cordialidade que sempre existiu entre a imprensa e meu governo até o princípio do ano passado. Várias vezes fui convidado pela ABI a reuniões íntimas e dela recebi o título de Presidente de Honra, concedido pelo art. 142 dos Estatutos, o que muito me desvanece. Diretores e redatores de jornais, que mais tarde me acusaram e me injuriaram, privaram da minha intimidade e muitos continuam meus amigos pessoais, apesar das divergências políticas. Muitos podem ter sido cerceados momentaneamente no exercício da profissão por medidas provisórias de funcionários do governo. Ninguém foi preso por uso ou abuso da liberdade de imprensa. Um conselho de imprensa orientava esse assunto. E a lei que criou o DIP aboliu a pena de prisão para os jornalistas profissionais.

Nunca me preocupei em organizar a “minha imprensa”. Tinha que defender o Brasil da infiltração de propaganda e, ao mesmo tempo, orientar a publicidade de acordo com as conveniências do Estado. Nada foi para mim pessoalmente. E a prova é que vários jornais de meus amigos dedicados se fecharam nesse período e eu não disponho de um jornal meu. A imprensa foi nacionalizada; foram liquidados os jornais alemães, italianos e japoneses e, quando se tornou possível deixar que os sentimentos tivessem campo livre, desapareceram as dificuldades.

A guerra econômica

Uma nação que é arrastada pelo turbilhão de acontecimentos internacionais, como os destes últimos anos, sofre, naturalmente, profundos abalos em sua estrutura econômica e financeira. O Brasil, em 1930, sofreu o mais pavoroso de todos os traumatismos em suas forças econômicas e em seu potencial financeiro. Cito o testemunho do ilustre Dr. José Maria Whitaker, meu primeiro ministro da Fazenda: “Tendo encontrado exaustos o país, o Tesouro Nacional e até mesmo o Banco do Brasil...” Quase toda nossa vida econômica e financeira girava em torno do café. E a situação desse produto, de acordo com a exposição do Dr. José Maria Whitaker, era a seguinte:

“Enquanto havia reservas e a retenção retardava a venda do produto colhido há três, quatro ou seis meses apenas, o inconveniente era tolerável e compensava-se pelo crédito bancário, mesmo precário, como aquele que possuímos. Mas a corda foi estican-

do, a retenção aumentando, chegando-se afinal a uma situação de desespero nos últimos meses de 1930”.

Foi o que encontrei: uma situação de desespero. A esse desespero dos produtores se somava a situação cambial. Cito ainda o Dr. José Maria Whitaker:

“O câmbio ficara, nos últimos dias do governo deposto, galvanizado nominalmente à taxa de 5.1/4. Ao Banco do Brasil fora concedido o monopólio da compra de letras de exportação e, portanto, também o da venda de cambiais. Como as coberturas não suprissem as necessidades do próprio banco e do governo, deste monopólio resultara a suspensão virtual de remessas para o estrangeiro, mesmo para o pagamento de trigo, carvão, gasolina e outros artigos indispensáveis”.

A situação cambial era falsa. E o Dr. José Maria Whitaker esclareceu:

“Semelhante situação, evidentemente, não podia continuar. A taxa real de câmbio era inferior à taxa aparente, como se verificava pela cotação do mil-réis nos mercados estrangeiros, constituindo a diferença um imposto a mais na nossa já muito sobrecarregada exportação. A reabertura do mercado cambial tinha, porém, de ser feita com extrema cautela, para evitar uma queda violenta de taxas, a qual, sobrevindo bruscamente, constituiria uma catástrofe para toda a nação”.

Desesperada era, portanto, a situação econômica, catastrófica a posição cambial. E ouçamos ainda o Dr. José Maria Whitaker: “No estrangeiro a situação do banco apresentava-se igualmente gravíssima, exigindo providências imediatas. Desde algum tempo a desorientação de suas operações cambiais atingira francamente a insânia”.

Para quem conhece a ponderação e o equilíbrio do Dr. José Maria Whitaker, a palavra “insânia”, utilizada para caracterizar as operações do Banco do Brasil, tem grande significação.

E foi isto o que a revolução brasileira encontrou: desespero econômico, catástrofe financeira e loucura cambial. E a situação do Tesouro?

Eis o que nos diz o Dr. José Maria Whitaker: “De há muito os orçamentos encerravam-se com déficits vultosos. No governo anterior anunciaram-se saldos, mas esses saldos obtinham-se à força de inclusões ou exclusões arbitrárias e, de fato, nunca exprimiram a realidade.”

Quando assumi o governo, em 1930, o Banco do Brasil estava com saques a descoberto no exterior na importância de 10 milhões de libras. Não possuíamos divisas para pagar as compras de trigo, carvão e gasolina. E já tínhamos saques na iminência de serem protestados. São fatos, Sr. Presidente, e não palavras.

Passei o governo com uma reserva de ouro e de cambiais no valor de 700 milhões de dólares, correspondentes a um lastro de moeda de 80% em ouro. Fala-se tanto em inflação, e a moeda brasileira, no momento em que deixei o governo, era a moeda mais sadia, mais sólida e mais valorizada do mundo. O cruzeiro-papel vale ouro – ou pelo menos valia – e nenhuma outra moeda, de nenhum país do mundo, nem mesmo da Inglaterra ou dos Estados Unidos, apresentava esse valor.

O que encontrei foi menos do que zero; o que deixei foram 700 milhões de dólares, além de todas as obras realizadas durante os 15 anos de meu governo. E cito entre as obras materiais a recuperação da Baixada Fluminense, Volta Redonda, a abertura do Vale do Rio Doce, a Estrada Rio-Bahia, a reconstrução de estradas de rodagem encontradas quase todas em ruínas, como a Rio-Petrópolis; e estas são apenas algumas das que poderei enumerar, mas que, como as obras do Nordeste e sua recuperação econômica, estão como provas materiais desafiando as críticas e as tentativas fáceis de demolição.

Estruturação da defesa

Mas, Sr. Presidente, uma obra gigantesca foi realizada no período de meu governo que pode ser limitado entre 1937 e 1945 – precisamente a formação de uma nova estrutura de defesa nacional. As reformas do Exército, da Marinha, e a criação do Ministério da Aeronáutica estão aí. O material bélico de que dispunha o Brasil em 1930, todos sabem que não passava de alguns resíduos de ferro-velho da guerra de 1914. Criei Divisões Motorizadas para o Exército nacional. Criei fábricas de produção de material bélico; escolas técnicas. Dei ao Exército os meios materiais e de ensino e treinamento, para que nossos oficiais se apresen-

tassem no quadro das forças armadas do mundo iguais em capacidade técnica, eficiência, dedicação.

Nossa Marinha de Guerra estava reduzida a comprar no estrangeiro tudo que necessitasse. Renovei a tradição do Império e nossos arsenais voltaram a funcionar. Construimos nós mesmos os nossos navios e reiniciamos uma evolução que havia sido interrompida pelo esquecimento do problema durante quase meio século. Estão aí, singrando os nossos mares, os navios de guerra brasileiros, construídos por operários brasileiros, em estaleiros brasileiros, dirigidos por técnicos brasileiros. Isto foi feito e as palavras não destruíram.

Criei um Ministério da Aeronáutica e os nossos aviadores tiveram todos os elementos necessários para sua formação e para o seu desenvolvimento.

O Brasil possui hoje quadros técnicos militares nas forças armadas de terra, mar e ar iguais aos de qualquer nação do mundo. Isto foi feito e a política não destruiu. E não destruirá.

O problema agrícola

Um governo deve ter muitos erros, porque de erros é feita a imperfeição humana, mas, no balanço entre os erros e os acertos, a Justiça manda que se cotejem acertos e erros e se verifique a média para julgar esse governo.

Meus adversários, que não ambicionavam construir, mas apenas demolir para alcançar o poder, somam erros para apresentar a expressão de um balanço negativo. Eu não preciso que me julguem porque, depois do julgamento do povo com as eleições de 2 de dezembro, ninguém mais tem autoridade para falar em nome do povo contra mim. Pode falar por sua conta própria, mas eu posso falar em nome do povo, porque meu nome foi sufragado de ponta a ponta do Brasil pela consciência popular, que viu erros e acertos, mas sentiu que eu conseguira, através de todas as dificuldades e do ambiente de agitações mundiais, efetuar a evolução nacional sem sangue, sem angústias e sem tristezas, transportando o Brasil para uma nova era de equilíbrio social, de poder econômico e de força militar.

Muito se fala sobre a falta de atenção do meu governo para os problemas agrícolas do Brasil, mas foi precisamente durante meu governo que se determinou o recuperamento do nosso potencial agropecuário.

Em 1930 registrou-se a derrocada do café, e os valores da nossa produção agrícola passaram do índice 100 para o índice 75. O fenômeno não foi apenas brasileiro. Nessa mesma fase entravam em derrocada todos os sistemas de economia agropecuária do mundo. Na Argentina se queimaram milho e trigo; na Austrália se queimaram carneiros; nos Estados Unidos se queimaram porcos e algodão, e no Brasil se queimou o café.

A diminuição de 25% do valor dos produtos agrícolas de um ano para outro é mais do que suficiente para mostrar a catástrofe que eu encontrei e na qual tive de viver durante anos, procurando, a todo custo, renovar esses valores, fortalecer os nossos produtores e dar-lhes a possibilidade de viver, pois já se encontravam nas vascas da agonia.

A mais arrojada de todas as medidas foi a do reajustamento, quando o Estado assumiu a responsabilidade de metade de todas as dívidas dos lavradores. Exemplo único. Nenhum governo no Brasil praticou tal medida em defesa da nossa economia agrícola.

Em 1937 já conseguira elevar o índice dos valores agrícolas de 75 para 82 e, em 1944, já os colocara na base de 107. Os índices de tonelagem produzida por área cultivada, que, em 1931, haviam baixado para 97, em 1944 tinham alcançado 125. Estávamos, portanto, produzindo, em 1944, 25% a mais na mesma área em tonelagem sobre 1930, e isto graças ao desenvolvimento técnico e ao aperfeiçoamento dos meios de produção.

De 1925 a 1929, podemos estabelecer o índice 100 para a produção de gêneros alimentícios; em 1943, estávamos produzindo 134. Tínhamos aumentado 34% da nossa produção de gêneros alimentícios – e isto é excepcionalmente importante –, tínhamos passado do índice 100 de matérias-primas para o índice de 368. Tínhamos quase quadruplicado a nossa produção de matérias-primas, demonstrando, portanto, um desenvolvimento excepcional no setor agropecuário.

Encontrei, em 1930, a lavoura e a indústria do açúcar totalmente arrasadas, como consequência da crise mundial de açúcar que, como todas as crises mundiais, repercutiu entre nós. Consegui alcançar a recuperação das energias dessa atividade econômica brasileira.

Sr. Presidente, a economia da guerra é um problema muito complexo para ser discutido depois da guerra. Antes não é possível tratar dessa questão, porque significa fornecer armas ao inimigo. Durante

a guerra é traição. Depois da guerra, em todos os países do mundo se presta homenagem ao chefe da nação vitoriosa. Winston Churchill, apesar de derrotado politicamente nas eleições – e eu não fui –, é respeitado e estimado por seus adversários políticos. Ninguém o acusa como responsável pelas privações impostas ao povo. Ninguém se lembrou de acusar Roosevelt porque racionou a carne a uma vez por semana, racionou café, açúcar, manteiga, leite e até gasolina. Mas tenho visto algumas estatísticas muito interessantes, através das quais se pretende provar que meu governo desorganizou a produção.

Começemos pelas estatísticas. Ao meu governo se deve a organização de um serviço modelar, o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nada escondi. Nada procurei ocultar. Mas à minha iniciativa se deve a estruturação do maravilhoso manancial de estudos econômicos que é esse instituto.

Portanto, ainda que meu governo estivesse errado, certo andou, pelo menos, na organização dessas estatísticas, permitindo melhor orientação para o futuro. E fui sincero e honesto organizando a documentação da realidade.

O cavalo de batalha dessas acusações é um estudo no qual se afirmou que o consumo *per capita* de produtos de alimentação, que, em 1929, era 414 quilos por ano, “numa estimativa preliminar” baixou para 400 quilos, depois de ter alcançado, em 1943, a quantidade de 441 quilos. Chegou-se a essa afirmação, na base de “estimativa preliminar”, somando-se 22 produtos à importação e subtraindo-se a exportação, dividindo-se pela população.

Mesmo considerando perfeito esse critério, é necessário ponderar que, entre os produtos de alimentação se acha o café, cuja produção em 1929 foi de mais de 26 milhões de sacas e em 1944 não passou de 14 milhões. Eliminando-se o café, que em 1929 e em 1930 não foi nem bebido nem exportado, mas ficou perturbando a economia com seu estoque colossal, temos uma baixa dos índices de 414 quilos de 1929 e de 437 de 1930 e uma elevação do índice de estimativa de 1944, fixado *ad libitum* em 400 quilos.

E é fácil de se verificar isso, cotejando-se nossa produção em 1930 e em 1943.

	1930 (em 1.000 t)	1943 (em 1.000 t)
Arroz	1.000	2.000
Milho	5.000	5.559
Batata	363	525
Mandioca	4.974	8.897
Feijão	719	916
Cana-de-açúcar	16.221	21.000
Caroço de algodão	429	879
Trigo	150	222
Manteiga	26	43
Queijos	21	42
Sal	333	500
Óleos	46	101

Considerando-se o aumento de população, temos o seguinte quadro:

Feijão – em 1939 tínhamos 20 quilos por pessoa para uma população de 35 milhões de habitantes. Em 1943, tínhamos 22 quilos por pessoa, para uma população de 43 milhões de habitantes.

Arroz – em 1930 tínhamos 34 quilos por pessoa, para uma população de 35 milhões de habitantes. Em 1943, tínhamos 46 quilos por pessoa, para uma população de 43 milhões de habitantes.

Batata – em 1930 tínhamos 10 quilos por pessoa para uma população de 35 milhões de habitantes. Em 1943, tínhamos 12 quilos por pessoa, para uma população de 43 milhões de habitantes.

Mandioca – em 1930 tínhamos 142 quilos por pessoa, para uma população de 35 milhões de habitantes. Em 1943, tínhamos 206 quilos por pessoa, para uma população de 43 milhões de habitantes.

Está, assim, provado que nossa produção de gêneros alimentícios básicos aumentou em média acima do nível de aumento da população. E podemos verificar também que a população, apesar de tudo o que se tem dito, aumentou em nível superior à média do decênio de 1920 a

1930, pois nesse período seu aumento foi de 500.000 por ano e de 1930 a 1944 foi de 606.000 por ano.

1920	30.635.000
1930	35.684.000
1944	44.180.000

Portanto, a industrialização do Brasil, de que tanto acusam meu governo – acusação que me honra –, em nada perturbou nossa produção de gêneros alimentícios. E agora vou acrescentar que foi precisamente essa industrialização que tornou possível a evolução de uma lavoura que passou a ter um rendimento médio, por hectare, de mais 25% sobre os índices de 1930 e, ainda mais, tornou possível o trabalho nos campos e o transporte quando, durante a guerra, tudo nos faltou e sobre a nossa indústria tivemos que assentar as possibilidades da existência do povo e da nação.

A angústia do combustível

Em 1930 não produzíamos álcool-motor. Em 1943 produzimos cerca de 103 milhões de litros, cobrindo com 22% do total nossas necessidades vitais de gasolina. Em 1930 produzimos apenas 385.000 toneladas de carvão. Em 1944 produzimos mais de 1.600.000 toneladas. E como foi possível esse aumento? Tornando obrigatório o consumo do álcool-motor e do carvão nacional numa percentagem que foi sempre aumentando. E sabe Deus as dificuldades que tive de enfrentar contra os advogados das empresas estrangeiras que afirmavam serem inaproveitáveis esses produtos.

Durante a guerra contribuímos, portanto, com mais da metade de nossas necessidades de carvão e quase um quarto das nossas necessidades de gasolina. Isto ajudou a ganhar a guerra, porque gasolina e carvão eram mais preciosos do que vidas, pois não pela vida dos homens se lutava, mas pela liberdade de todas as nações e pela dignidade humana.

Em 1930 produzimos 82.185 toneladas de ferro e aço e importamos 50.407 toneladas. Em 1940 produzimos 461.917 toneladas; exportamos, Sr. Presidente, 30.669 e importamos 95.780 toneladas. Em 1944 só de laminados produzimos cerca de 150.000 toneladas.

Em 1930 importávamos óleos. Em 1943 passamos a ser exportadores de óleos.

Afirmação industrial

Com nossa produção de álcool-motor, carvão, ferro e aço, aliviámos a carga pesada dos Estados Unidos, que funcionava como o arsenal das democracias. Com nossa produção de cristal de rocha, que passou de 222 mil quilos em 1936 para 1.103.000 quilos em 1940, fornecemos o material estratégico mais precioso para a vitória. As peças mais delicadas do radar são de cristal brasileiro. As lentes de precisão de todos os instrumentos de orientação, as objetivas das máquinas fotográficas, a visão da democracia, foi dada pela matéria-prima do Brasil. A mica para a resistência dos aparelhos de eletricidade. O cimento para as bases de Natal e de Recife – os trampolins do Atlântico. Tudo isso foi esforço de guerra. Duplicamos nossa produção de cimento em cinco anos. Passamos a produzir quase 800.000 toneladas. A Índia não nos podia mandar juta. Substituímos com fibras nacionais 60% do nosso consumo, produzindo mais de 15.000 toneladas. Em 1930 importávamos 446 toneladas de seda. Em 1944 éramos os únicos exportadores do mundo. Em 1930 nossa indústria têxtil absorveu apenas 60 milhões de quilos de algodão, produzindo 600 milhões de metros. Durante a guerra passamos a produzir mais de 1 bilhão e 200 milhões de metros, suprimindo nossas forças armadas, abastecendo a América Central e do Sul e a África. E contribuimos para suprir as necessidades das Nações Unidas como a terceira nação industrial têxtil do mundo.

Evolução agrária

Não preciso, Sr. Presidente, destacar o que representa a nossa evolução industrial. Mas desejo voltar à questão dos gêneros de alimentação. Nesse setor, tanto como em qualquer outro, foi gigantesco o esforço do povo atendendo ao apelo do governo. Encontrei, em 1930, a situação da lavoura em verdadeiro desespero. Nossa economia assentava sobre o café. Tudo era café, desde os transportes, que viviam das tarifas sobre o café, até o Tesouro, que vivia dos impostos sobre o café. E mais ainda: só podíamos importar o que o café nos assegurava em cambiais. De uma exportação no valor de mais de 100 milhões de libras por ano, chegáramos a menos de 30 milhões. E, o que devemos recordar, nossa produção de cereais em parte era um verdadeiro subproduto do café. Porque feijão e milho se plantavam nos cafezais em formação. Em 1930 a derrocada dos preços paralisou a formação de cafezais. E os cereais, que eram plan-

tados entre os cafezais, passaram a ser o único recurso financeiro das fazendas. Depois se intensificou o plantio do algodão. E essa lavoura ocupa toda a terra e todo o braço no mesmo ciclo vegetativo do milho e do feijão. Manter o mesmo volume de produção de cereais, mais a cana-de-açúcar indispensável ao álcool-motor, mais a gigantesca produção do algodão, seria um milagre. Mais do que um milagre foi feito pelo trabalho dos brasileiros. E a produção aumentou.

Em 1933, com o reajustamento econômico, salvamos a lavoura da derrocada. Em 1937, com providências de ordem jurídica, restauramos o potencial dos lavradores. Em 1938 a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial fornecia aos produtores rurais meios para desenvolver suas atividades.

Em 1944 ocorreu em toda a América Latina um fenômeno que não se registrara há quase um século. Foi a seca que assolou nossos campos e arrasou nossos rebanhos. Nesse período, no Sul da América, a produção de trigo baixou 60% e a de milho ficou reduzida a 30%. Mas não apenas na América se observaram os efeitos dessa catástrofe. Em 1945 a produção de cereais da África mediterrânea baixou para menos de 1/3. Na África do Sul, no mesmo ano, a produção de trigo, batata e feijão ficou reduzida à metade. Na Austrália, em 1944 e 1945, os rebanhos foram dizimados pela seca. Em 1945, na Europa, a bacia do Danúbio sofreu as consequências de uma estiagem pavorosa e não produziu cereais. Na Índia, no Ceilão e na Birmânia, as chuvas não apareceram nem em 1944, nem em 1945. E só a Índia produziu menos 3 milhões de toneladas de arroz. A inclemência da natureza destruiu mais vidas do que a guerra e deixou um rastilho de desespero.

Mas nós, no Brasil, com o Plano de Emergência, feito no meu governo em 1945 assegurando um preço mínimo para os cereais, superior ao do algodão, conseguimos que neste ano enfrentássemos a crise com a maior safra de cereais de nossa história econômica.

A construção civil

Existe uma frase muito usada pelos economistas franceses, como índice geral da situação econômica e financeira de um povo: "*quand le bâtiment va bien, tout va bien*". Nossa indústria de construções civis se desenvolveu extraordinariamente em técnica e eficiência. No limiar da guerra ela se apresentava como a segunda indústria do Brasil. Era

indispensável mantê-la em ritmo de evolução porque o crescimento do nosso povo assim o exige. A formação de quadros profissionais, de técnicos e de organizadores não se processa a saltos, nem em clima de desinteresse. Passamos da época do predomínio dos mestres de obras para o dos técnicos, arquitetos e engenheiros. Nos Estados Unidos foi perfeitamente possível paralisar a atividade civil da indústria de construções, que era a sétima, porque o governo requisitou toda a sua atividade para obras de guerra. Nós não tínhamos recursos nem necessidade de tal monta. Construímos alguns edifícios públicos, utilizamos outros, realizamos as obras essenciais à defesa nacional e mantivemos em limite de eficiência os quadros de técnicos e trabalhadores para que, no após-guerra, não nos defrontássemos com o problema do desemprego ou da falta de habitações.

Fala-se muito a respeito dessa política criticando-se a orientação seguida, mas não conheço melhor solução para o problema da habitação do que construir casas ou apartamentos. Existe outra fórmula, que é a de paralisar o crescimento das grandes cidades. Mas a ninguém ocorreria a ideia de colocar a cabeça sob uma prensa porque o chapéu fica apertado.

Nossas repartições públicas funcionavam sem eficiência e conforto dos servidores públicos, em prédios em ruínas ou de alto custo de aluguel. Posso recordar que foi precisamente durante a guerra e para a guerra que em Washington se construiu o Pentágono, o maior edifício do mundo. E que ainda durante a guerra, em Washington, se construiu o Hotel Statler, para citar só dois casos entre dezenas de milhares. É certo que não se construíram arranha-céus em Nova York, mas grandes prédios foram levantados em quase todas as regiões do mundo e até cidades novas surgiram em zonas de atividade especial.

Quanto aos financiamentos feitos pelos institutos, é uma questão de técnica que permitia, através de um juro mais elevado para construções em geral, assegurar financiamentos a juro mais baixo para construções operárias. E dezenas de vilas proletárias surgiram no Brasil com esse sistema, que permitia o uso do dinheiro a preço mais barato para quem mais necessitasse dessas condições.

Multipliou-se o número de pequenos proprietários urbanos e nos encaminhamos para um ritmo de equilíbrio social. É claro que a propriedade urbana se valorizou, mas essa valorização é principalmente

devida à multiplicação do valor do terreno pelo número de andares nele construídos.

A receita pública aumentou e, inegavelmente, melhorou nosso nível de instalações para o trabalho e de habitação. Não nos devemos deter pelo pessimismo. O problema de habitação só se resolve *construindo*, e não *discutindo*. Uma coisa é certa: com o sistema que tanto se critica, muitos foram os funcionários, os militares e os chefes de família da burguesia média que puderam adquirir um lar próprio e milhares de operários estão morando em casa própria ou pagando aluguel módico.

Se é verdade que para termos abundância de alimentos a preços razoáveis precisamos produzir, não é menos verdade que, para termos casas a preços módicos, precisamos construir. O problema das favelas não é peculiar ao Rio de Janeiro. Na parte leste de Londres e em todas as cidades inglesas existem os *slums*. Nos Estados Unidos são inúmeros os conglomerados humanos nas mesmas condições das nossas favelas. Os cortiços, *tenements*, são terríveis provas de uma crise social do século. Os *shanty town* são rigorosamente iguais aos nossos bairros de lata de querosene. Centenas de milhares de pessoas moram nesses *shanty town*. Milhões nos *tenements* e nos *slums*. E estou citando as nações mais ricas e mais civilizadas do mundo.

As empresas de serviços públicos que os exploram por concessão ou autorização não acompanharam devidamente a evolução do Brasil, excetuando-se as que produzem energia elétrica em relação a duas usinas de seu sistema no Rio e São Paulo. É bem verdade que foram instaladas muitas usinas elétricas e se solucionaram alguns problemas dessa natureza, mas nossa evolução de consumo de força industrial apresenta um índice de 14% ao ano de aumento, mantido durante mais de dez anos e que representa um recorde na evolução econômica de todas as nações, superior ao do plano quinquenal russo. Se um grupo de empresas suportou essa evolução e a acompanhou, outro fracassou. E são precisamente seus elementos representativos os líderes da campanha pela estagnação do Brasil.

Os serviços públicos urbanos que dependiam diretamente do governo foram atendidos na medida do possível. A falta de transporte é um mal de todas as cidades do mundo. Nossas grandes cidades precisam cuidar de transportes urbanos subterrâneos, e já pensamos nisso para o Distrito Federal, nos estudos feitos na Comissão de Planejamento.

Não desejo, Sr. Presidente, fazer crítica aos que me precederam no governo. Mas os fatos mostram as grandes dificuldades de administração que encontrei. Em 1930, no aceso da campanha política, nos deixávamos empolgar por críticas e combates a homens, imaginando que a modificação dos homens poderia solucionar os problemas do povo. No entanto, não é a modificação dos quadros humanos, e sim a de pensamentos e orientação. O Brasil, até o esgotamento total de seu crédito e ruína dos mercados financeiros internacionais, abalados pelo *crack* de Wall Street de 1929, cujas consequências culminaram no pânico de 1932, viveu do que importava – mercadorias e dinheiro – em troca de café: 76% de sua exportação. Nossos serviços públicos, nossas estradas de ferro, nossa navegação, quase tudo, enfim, que existia e já em avançado desgaste, foi feito com empréstimos estrangeiros.

Tínhamos caucionados ou apenhados quase todos os nossos impostos e, entre eles, a renda da Alfândega. O serviço de juros era, em 1930, na base de quase 12 milhões de libras, 60 milhões de francos, 34 milhões de dólares, e 2.800 mil florins. A dívida interna consolidada exigia 165 milhões de cruzeiros de juros. Nossos orçamentos eram deficitários e, o que é mais grave, nossa balança de pagamentos era também deficitária. Não tínhamos reservas-ouro, nem divisas, e o Banco do Brasil estava com saques a descoberto. Os juros da dívida externa exigiam mais de 35% do total da receita e quase a metade das nossas exportações. Na podíamos importar porque não tínhamos como pagar. Por mais que exportássemos, os preços não compensavam nosso esforço. Deixei o governo com a dívida externa pesando apenas em 6% sobre as nossas receitas, com 700 milhões de dólares de saldos no exterior e com tantas possibilidades que o governo é obrigado a proibir a exportação, porque se considera com sobra de cambiais.

Durante os 15 anos anteriores a 1930, foi construída uma média anual de 364 quilômetros de estradas de ferro no Brasil. Até o início da guerra, minha administração construiu uma média superior a 200 quilômetros por ano. Mas as administrações anteriores tiveram o recurso dos empréstimos externos. E nós tivemos que trabalhar com nossos meios. Além disso, e é indispensável acentuar esse ponto, o material ferroviário, de um parque construído quase todo antes de 1914, em 1930 já tinha quase 20 anos de uso e seu desgaste total pesou precisamente sobre meu governo. A reforma de material, novos carros, via

permanente, novas locomotivas, trouxeram ônus tão grandes quanto o de sua instalação inicial, quando não maiores. Conseguimos melhorar a eficiência do nosso sistema, como documento com os seguintes dados: em 1931 nossas estradas de ferro transportavam 145.421.000 passageiros e, em 1939, transportavam 194.746.000. Em 1931 foram transportadas 2.288.000 cabeças de gado e, em 1939, 3.895.000. Em 1931 a carga foi de 20.725.000 toneladas. Em 1939 já alcançávamos 35.436.000 toneladas.

Apesar de termos sofrido perdas por torpedeamentos – 31 navios com 131.812 toneladas –, com a compra de 19 embarcações já substituímos 129.170 toneladas. Outros navios ainda foram adquiridos para o Lloyd Brasileiro, mais de 500 quilômetros de estradas de ferro foram eletrificados e foram adquiridas e estão trafegando 103 automotrizes. Em 1930 o Brasil tinha 113.000 quilômetros de rodovias. Hoje tem cerca de 250.000 quilômetros.

Desde 1938 tivemos que efetuar um grande esforço para a preparação das nossas forças armadas e só em orçamento consignarmos, até 1944, cerca de 12 e meio bilhões de cruzeiros. E isto além dos 8 bilhões que nos custou a guerra propriamente dita e das despesas de 1945. Consagramos às nossas forças armadas mais recursos anualmente que todo o orçamento de receita que encontramos em 1930.

É de suma importância recordar as palavras de S.Exa. o Sr. Presidente da República, quando ministro da Guerra, em 1940, a propósito da ação do meu governo, relativamente à preparação das forças armadas. Disse então S.Exa.:

“Mencionaremos os nobres esforços despendidos pelo Sr. Presidente da República e pela alta administração atual em prol do nosso aparelhamento, dantes tão precário e desconexo: aquisição de material bélico de toda sorte, real equipamento da tropa, intensificação das obras de aquartelamento, desenvolvimento dos estabelecimentos fabris do Exército, amplificação dos seus quadros, além do saneamento e vitalização do serviço militar, anemiado dantes por uma série de praxes e restrições que daninhamente lhe prejudicavam a execução.

Até 1930, pouco fizemos para armar e equipar o Exército; salvo limitado material adquirido, continuávamos com o velho armamento importado em 1918, quando imperativa situação interna nos

obrigara a romper com a rotina das contemporizações de créditos para armamento”.

As despesas públicas realizadas no período de 30 a 44, de acordo com a documentação existente, montaram a Cr\$ 68.418.172.956,30. Incluem-se nessas despesas as de orçamentos e créditos adicionais, as do plano de obras públicas e aparelhamento da defesa nacional executadas de 39 a 43, as do plano de obras e equipamentos, iniciado em 44, e os créditos especiais e extraordinários abertos para ocorrer às despesas de guerra no período de 42 a 44.

O total de despesas militares, cujo pagamento já foi efetuado, alcançou a cifra de Cr\$ 21.136.375.035,30. A essas despesas devem ser somadas as que resultaram de acordos internacionais como relativas a compras de armamentos no exterior e cuja liquidação se processa pelo Ministério da Fazenda.

De um exército de 50.000 homens em 1930, passamos para 93.000 e, em 1940, chegamos a alcançar os efetivos de 160.000.

Todos sabem que nada tínhamos em matéria de aviação a não ser o esforço de alguns valorosos aviadores num sacrifício permanente pela carência de material. Hoje existe o Ministério da Aeronáutica.

Modificação do quadro tributário

É necessário considerar que nossas receitas tiveram de sofrer uma total modificação, pois baseávamos tudo sobre a renda da importação. Nos últimos anos as verbas de receita da Alfândega caíram naturalmente e, não fosse a reestruturação da nossa receita através da do imposto sobre a renda, imposto justo e que cada vez mais se aperfeiçoa, não teríamos elementos suficientes para enfrentar a evolução nacional.

Muito se fala a respeito do nosso protecionismo aduaneiro. Entretanto, posso mostrar que nossas tarifas constituem uma percentagem a ser considerada entre as mais baixas do mundo, figurando praticamente no nível das despesas da isenção tarifária dos Estados Unidos. Não é maior de 19% o índice médio da nossa tarifa. Ao mesmo tempo que esse índice baixo proporciona poucos recursos para o Tesouro, a baixa de volume de importação evidencia uma redução drástica durante longo período.

Espírito de economia

Há fatores de importância excepcional que devem ser destacados como índice de um grande progresso do Brasil e de uma educação econômica. Entre eles merece especial relevo o que se relaciona com o aumento dos depósitos e dos depositantes das Caixas Econômicas.

O sentido da economia já empolgou o espírito do nosso povo, e esse merece uma referência destacada, pois é precisamente um dos índices mais notáveis da nossa evolução e do nosso progresso.

Talvez cause admiração a afirmação que vou fazer, de que 51% da população do Distrito Federal têm depósitos na Caixa Econômica. E isto representa um nível elevadíssimo de educação social demonstrado pelo povo do Rio de Janeiro. Não era esse o índice que encontrei. Menos de 30% da população tinham depósitos nas Caixas Econômicas. E por isso sinto que são justas as referências de S.Exa. o Sr. Carlos Luz quando declarava que “O presidente Getúlio Vargas tem no atual surto das Caixas Econômicas um dos maiores títulos de sua benemerência.”

Antes de 1930 não se tinha uma noção do que fossem os depositantes escolares. Criada esta seção especial na Caixa Econômica, alcançamos, em 1944, a soma impressionante de Cr\$ 2.300.000,00 de depósitos escolares.

Crescimento da população

A crítica é muito fácil quando se tomam dados isolados, sem o cotejo com os das demais nações do mundo. Por isso não se reparou, com atenção, no esforço desenvolvido em prol da assistência e da saúde no Brasil e se acusou o meu governo de permitir que se mantivessem elevados os índices de mortalidade infantil e de tuberculosos.

Nossos esforços nesse setor poderiam ser demonstrados por uma série de atos e de organizações criadas durante anos. Mas basta a citação dos resultados finais para se mostrar como são injustas essas críticas. A população na Argentina cresceu na média de 1,35% por ano e a do Brasil cresceu em média superior a 1,50% por ano.

Emissões

Muito se falou nas emissões de papel-moeda, e seria interessante, para conhecimento desta Casa e do povo brasileiro, o cotejo entre a emissão de papel-moeda feita pelo Brasil e os demais países do mundo. É o que se pode verificar do seguinte quadro:

Índices de aumento do papel-moeda em circulação

Tomando-se por base 100 em 1938, o índice de aumento do papel-moeda em circulação era, no princípio de 1945, o seguinte:

Grécia	312.422.000
Itália	1.372
Iraque	914
China	856
Hungria	852
Manchúria	761
Irã	731
Síria e Líbano	679
Bulgária	655
Finlândia	650
Norte da China	603
Palestina	588
Japão	551
Romênia	548
Noruega	542
Índia	538
Egito	486
França	477
Alemanha	475
Turquia e Tchecoslováquia	450
Bélgica	447
Holanda	442
Equador	441
Austrália	440
Estados Unidos	419
Nicarágua	396
Bolívia	393
México	389
Canadá	387
Dinamarca	376

Peru	353
Portugal	331
Polônia	326
União Sul-Africana	293
Cuba	291
Salvador	290
Costa Rica	284
Chile	278
Brasil	275
Eslováquia	274
Colômbia	252
Guatemala	250
Nova Zelândia	243
Venezuela	240
Inglaterra	231
Suécia	221
Paraguai e Irlanda	204
Argentina	192
Suíça	185
Uruguai	149

Emitiram, portanto, menos do que o Brasil, em proporção à circulação anterior, 11 países. Nenhuma nação apresenta índice inferior a cerca de 150. O Brasil tinha um índice de 275 e os Estados Unidos de 419, e a Inglaterra de 231. O Canadá tem 387 de índice de emissão, a Austrália, 440, e a Índia 538. O conjunto do Império Britânico apresenta, assim, um índice superior ao do Brasil.

A circulação inglesa não aumentou proporcionalmente à dos Estados Unidos porque a Inglaterra congelou os pagamentos dos fornecimentos do Império e de todos os outros países, como a Argentina e o Brasil, fazendo verdadeiros empréstimos internacionais forçados.

Verifica-se, portanto, que, entre as grandes nações, a média de emissão do Brasil é relativamente pequena.

O fenômeno da inflação não é, pois, o fenômeno básico da perturbação de preços. É um dos fatores, mas não é o único fator.

Desde novembro de 1945 até setembro de 1946, foram emitidos 2.835 milhões de cruzeiros. Desde o início da guerra mundial, sustentando a preparação militar e a luta armada, meu governo emitiu em média 143 milhões de cruzeiros por mês. Nestes últimos dez meses foram emitidos 280 milhões de cruzeiros por mês.

E o custo de vida teve a seguinte evolução:

Índice do aumento do custo de vida	
1936	100
1937	+ 8%
1938	+ 4%
1939	+ 3%
1940	+ 5%
1941	+ 14%
1942	+ 15%
1943	+ 17%
1944	+ 17%
1945	+ 30%
1946	+ 37%

Crédito no exterior

O crédito do Brasil no exterior se fortaleceu de maneira excepcional, com os acordos da dívida externa, e nada mais preciso fazer para documentar essa realidade do que transcrever as cotações dos títulos do Brasil em 1930 e em 1945. O quadro é o seguinte:

Data dos empréstimos	Cotações	
	1930	1945
1883	49	51
1888	47	59
1889	38.1/2	48
1895	51	52
1898	80	92
1901	46.1/2	52
1903	69.1/2	70
1910	73	92
1910	38.1/2	48
1911	53	58
1911	40.1/4	48
1913	48.1/2	51

Potencial monetário e econômico

Mas, Sr. Presidente, o que importa destacar é que o nosso potencial monetário, que em 1930 era de 5.200 milhões, em 1945 era de 44.272 milhões. Para muitos isto se apresenta como um fenômeno pavoroso – e de fato teria sido se a produção geral do Brasil não tivesse crescido na mesma proporção. Já vimos que os índices de produção de carvão, de ferro, de carburantes, de produção industrial em geral, aumentaram 300%, 400% e até 500%. Já vimos que os índices de produção agrícola e pecuária destinados a gêneros alimentícios aumentaram na proporção da população. E podemos verificar que os índices de matérias-primas aumentaram em nível superior a 300%. Todos esses fatores, formando um conjunto com as reservas-ouro do Brasil, corrigiram todos os efeitos negativos da emissão de papel-moeda e a equilibraram no conjunto da economia brasileira.

Dois grandes problemas meu governo tinha a resolver: o primeiro era elevar o índice de salários do povo brasileiro, que é o construtor de toda essa prosperidade, e, em segundo lugar, valorizar a nossa exportação, que tinha sido destruída em sua estrutura de valores pela derrocada dos preços do café. O índice que devíamos acompanhar não era já o dos

preços internos, e sim o da elevação dos preços das matérias importadas pelo Brasil. Sem acompanharmos esses índices no mesmo nível, o Brasil se empobreceria fatalmente.

Em 1930, época da valorização do café e dos preços mais altos até então obtidos, o índice médio de valores da nossa exportação foi de Cr\$ 1,95 por quilo e o índice médio de valores da nossa importação foi de Cr\$ 0,49. Em 1944 os produtos de importação tinham subido para Cr\$ 1,20. Mantivemos elevado o nível proporcional dos valores de nossa exportação, que alcançara, em 1944, a média de Cr\$ 3,93 por quilo. Daí a nossa riqueza em reservas de ouro e de divisas.

O trabalho brasileiro deixou de ser o trabalho escravo, de salário médio de pouco mais de Cr\$ 100,00, e subiu para um salário médio superior a Cr\$ 450,00. Essa perturbação de níveis, esse desequilíbrio de valores é que devem ser reajustados.

Corrigidos os abusos de especulação, reajustados os salários gerais do Brasil no verdadeiro nível de um povo que se consagra, com seu esforço, à grandeza da pátria, teremos uma economia sólida sobre os alicerces que já foram construídos com tanto sacrifício e transmitidos não como herança pesada, mas como a mais preciosa de todas as heranças que um governo lega à administração que o sucede.

A política do meu governo foi de defesa nacional. E a defesa nacional se caracteriza pela preparação do povo a essa nobre missão. A preparação é espiritual e material. Dos resultados dessa preparação espiritual tivemos a prova na consciência cívica não só das Forças Expedicionárias como da nossa Marinha de Guerra e da nossa marinha mercante que, juntas, tiveram o primeiro contato com o inimigo, e, ainda, da nossa jovem Força Aérea, que se cobriu de glória ao nível das tradições dos organismos veteranos. E tivemos a demonstração do nosso povo unido e coeso no sentimento de defesa da pátria. Os trabalhadores nas fábricas, nos campos, de todas as classes, em todos os setores, se consagraram à defesa do Brasil com sentimento puro e sem medir sacrifícios.

Quanto à preparação material, basta citar que, desde 1942 até 1945, as despesas podem ser assim classificadas:

	Cr\$ milhões
Despesas civis	128.196
Despesas de guerra	14.665

Desde 1930 até 1945 as despesas obedeceram ao seguinte critério:

Juros e amortizações da dívida	Cr\$ 14.333.922.000,00
Despesas militares	Cr\$ 25.939.595.447,00
Despesas civis	Cr\$ 28.329.275.000,00

Das despesas civis é necessário destacar a verba de mais de 15 bilhões que foram gastos no Ministério da Viação e Obras Públicas. Não é justo, portanto, pensar no que devia ser feito, e sim no que podia ser feito.

O desenvolvimento da produção brasileira suportou perfeitamente os encargos da guerra. O esforço do trabalhador brasileiro conquistou, para nosso país, uma posição de relevo entre as nações industriais. Nosso crédito no exterior se renovou, conforme documentam as cotações de títulos. Não tínhamos reservas em ouro e divisas. Hoje possuímos 700 milhões de dólares, correspondentes a 14 bilhões de cruzeiros. Nossa população aumenta em nível superior ao dos povos vizinhos. Nossa produção de matérias-primas triplicou. Nossa produção industrial triplicou também em volume. Nossa produção de gêneros alimentícios aumentou em proporção superior ao [aumento] da população. Encontrei uma crise de depauperamento. Deixei uma crise de crescimento. É fácil corrigi-la.

Quando, no discurso de 11 de março de 1945 pronunciado no Automóvel Clube, declarei de forma pública e solene que não era candidato à Presidência da República, havia tomado uma atitude definitiva, da qual não poderia voltar atrás. Se o fizesse, isso constituiria uma duplicidade perante a opinião pública do meu país. Promovi, em seguida, a coordenação das forças políticas que me apoiavam em torno do nome do general Dutra, meu ministro da Guerra.

Para a defesa dessa candidatura, encaminhou-se, com o meu apoio, a formação do Partido Social Democrático. Como a mentalidade dos

trabalhadores não se adaptasse bem à dos antigos políticos, criou-se uma nova organização partidária, que se denominaria Partido Trabalhista Brasileiro. Ambos apoiaram essa candidatura, em contraposição às oposições coligadas, que já haviam lançado o nome de outro militar.

Mantive-me sempre firme nestas duas diretrizes: de não ser candidato e apoiar a candidatura Dutra. Invoco como testemunhas irretorquíveis da firmeza dessa atitude os meus ministros, interventores e todos os políticos que de mim se acercaram, aos quais eu aconselhava o apoio à referida candidatura, pondo-os em contato com o candidato. Que o diga o meu discurso de 1º de maio de 1945, em que, de público e de forma clara, a aconselhei. Ainda depois de afastado do governo, confinado e controlado, segundo declarações oficiais, respondendo às consultas que me chegavam de todas as partes do país sobre a atitude a tomar nas eleições, lancei um manifesto esquecendo todos os agravos, aconselhando a sufragar o mesmo candidato anteriormente indicado. De mim para mim, diz-me a consciência que não faltei a ninguém. Fui leal e honesto, cumprindo todos os compromissos. Se alguém faltou, não fui eu.

A violenta campanha de ataques dirigidos à minha pessoa despertou a reação popular a que se denominou “Queremismo”. De reação transformou-se em vibrante campanha de entusiasmo cívico, inédita na vida do país, em torno de um homem que chegava ao fim do seu governo, que não era candidato e que nada poderia prometer. Mesmo recebendo as manifestações desse povo, afirmei sempre, de público, que não era candidato, que precisava descansar e que não era possível convocar uma Constituinte fora dos moldes já promulgados para a eleição de 2 de dezembro, porque a isso se opunham forças reacionárias poderosas e eu não queria lançar o país na guerra civil. Estava promulgada a Lei Eleitoral e entregues à magistratura os serviços de alistamento e a realização das eleições, com época previamente marcada para 2 de dezembro de 1945.

Ao declarar que não cederia nem pela violência, nem pela traição, era um desafio aos meus agressores, aos meus adversários, aos que se diziam meus inimigos. Estávamos a 33 dias do pleito e nada indicava qualquer alteração do que fora prefixado quando sobreveio o golpe de 29 de outubro. Não pretendo comentá-lo, e sim apenas registrar os fatos, serenamente, para o julgamento do futuro.

Após a promulgação da Constituição de 10 de novembro de 1937, que fora utilizada como um instrumento de governo, eu me apoiara nas forças armadas para a realização de três objetivos principais: 1º) defender o Brasil; 2º) levar a termo um programa administrativo de grande envergadura; 3º) ampliar o desenvolvimento e a aplicação da justiça social em benefício dos trabalhadores. Desde que me faltou o apoio das forças armadas, não poderia continuar no governo e dava por finda minha missão no exercício do cargo.

Não guardo ressentimentos, nem tenho outro desejo que não seja o bem-estar do povo. Muito já sofremos, no Brasil, pelo ódio e pelo rancor dos homens. Durante anos procurei sempre esquecer os agravos, e comigo colaboraram antigos adversários e até inimigos. Sempre me esforcei para alcançar a harmonia nacional, apesar da intolerância de alguns espíritos e da intransigência de muitos interesses. Minha palavra é, portanto, um apelo a todos, amigos e inimigos, companheiros e adversários, para que tenhamos sempre presente a necessidade de paz e de equilíbrio social. Nosso povo precisa de tranquilidade para o trabalho fecundo. Necessita da produção intelectual de nossa elite para melhorar sua eficiência, seu nível de vida e seus recursos materiais. Já passou a época das posições políticas em benefício de grupos. O desvio de uma parte da elite na disputa estéril de cargos e posições governamentais retarda a evolução econômica, prejudica o ritmo de trabalho e sacrifica o povo.

Como representantes do povo, nele devemos pensar e por ele agir, pondo à margem as preocupações imediatistas em torno de falsas posições de máquinas políticas, que não resistem à manifestação do voto secreto. Nossas elites, em parte, se afastaram do sentimento social e chegaram até a se arrogarem, em alguns momentos, os direitos de impor sua vontade sobre a das multidões. Muitos imaginaram que minha autoridade advinha da força e do poder. Que eu necessitava da máquina governamental. Mas a verdade é que, em toda a minha vida pública, sempre tive o sentimento do povo como orientação básica. E se encontrei forças para lutar contra os poderosos, foi precisamente nesse sentimento popular. A todos os que sempre confiaram em mim, e especialmente aos soldados e oficiais das forças armadas, que me prestigiaram e comigo cooperaram desde 1930, pude provar, em 2 de dezembro, que nunca os desviei do cumprimento do dever para com a nação, porque o povo, juiz soberano, disse o seu sentimento. Mas o dia de ontem foi

o passado. Olhemos para o futuro confiantes no Brasil, na reflexão e inteligência de suas elites, no patriotismo de suas forças armadas, na capacidade de trabalho do nosso povo. Somos hoje a maior nação latina da humanidade. Temos uma herança preciosa de tradições a defender. Temos um glorioso destino a cumprir. E para o povo, que trabalha nos campos, nas fábricas e nos escritórios, das cidades e das vilas, volto meu pensamento agradecido pelo conforto que me deu, pela energia que renovou, e ao seu sofrimento, mais uma vez, solenemente me consagro.

São Paulo, 16 de janeiro de 1947

Discurso pronunciado em comício do PTB três dias antes das eleições que iriam escolher os governadores e deputados estaduais em todo o país. Nos dias anteriores, Vargas pronunciara discursos em comícios realizados em João Pessoa, Fortaleza, Recife e Salvador. Neste, enaltece São Paulo, identifica-se com os trabalhadores paulistas e recomenda o voto em Hugo Borghi, candidato do PTB.

Trabalhadores do Brasil, paulistas, aqui estou, como um peregrino que chega à Terra da Promissão, símbolo de uma ideia e de um sentimento. Sois a vanguarda do movimento de renovação social do Brasil.

São Paulo de Piratininga, Nóbrega e Anchieta estão eternamente no planalto, onde cristalizaram a grande civilização latina, que hoje é nosso orgulho, nesta fase dolorosa de ocasos e ruínas.

São Paulo das Bandeiras, os limites do Brasil foram traçados pelo teu heroísmo.

São Paulo do Ipiranga, “Independência ou Morte” foi teu grito de glória. Mais uma vez “Independência ou Morte”! Quebraram-se os grilhões políticos, mas continua o povo condenado à galé perpétua da escravidão econômica. São Paulo do Ipiranga: independência ou morte.

São Paulo do Paraíba, transformaste a terra bravia nos cafezais, que fizeram a fortuna do Império. Criaste o fulcro do Brasil.

São Paulo de Campinas, sonhaste a República e realizaste teu sonho. Tua cultura se afirmou, profunda e renovadora. Teu trabalho se desdobrou, audacioso e conquistador.

São Paulo de Ribeirão Preto, pelo interior adentro marchaste, desbravando o sertão a caminho do Oeste, como os pioneiros de antanho. Venceste o homem e a terra. Cultivaste o Brasil do Brasil.

São Paulo da Alta Sorocabana, mais sertão a vencer, mais sertão vencido. Não apenas pela passagem, mas pela conquista da terra, abrindo sulcos, derrubando florestas e fecundando-a com amor, apaixonadamente.

São Paulo do Café, tudo te negavam quando me encontrei na encruzilhada do teu destino. Mais de 30 milhões de sacas formavam uma muralha que represava a tua riqueza e esterilizava o teu trabalho. Derrubei a muralha. Restaurei tuas energias através do reajustamento econômico. Hoje estás livre.

São Paulo da Indústria, o ferro, o aço, o alumínio, as fibras, todas as matérias-primas se transformaram na gigantesca produção industrial que podes ostentar com orgulho. Tens hoje o maior parque industrial da América e o maior centro de indústria do mundo abaixo do Equador. O teu trabalhador e a tua iniciativa realizaram esse milagre. Nos últimos 15 anos, o aumento de volume de tua produção foi superior a 16% ao ano. Não há exemplo no mundo de tanto progresso.

Trabalhistas de São Paulo, sempre senti o calor da vossa solidariedade, a flama do vosso entusiasmo, o eco de vossas aclamações e, sobretudo, a firmeza e lealdade do vosso caráter. Nas eleições de 2 de dezembro, elegestes-me senador. O mais votado dos vossos candidatos. Não usei do direito de optar. A Constituinte resolveu sobre minha representação. Fui eleito pelos trabalhadores e pertenço-lhes. Venho trazer os meus agradecimentos e dizer mais uma vez: estou convosco e não vos poderia faltar. E em que situação venho encontrar o povo?

A vida encareceu sem medida, trazendo a fome, a penúria, o desespero. As próprias classes médias estão com seus orçamentos desorganizados pela exploração. Muitos trabalhadores já teriam sucumbido de inanição nas filas se não fosse a assistência do Partido Trabalhista. Uma bela obra que se está realizando para suprir a função do poder público ausente.

Depois que se disse ter sido instalada a democracia, os males cresceram e pouco se fez para remediá-los. Só se cuidou de destruir a expressão popular e restabelecer os grupos políticos e financeiros destroçados em 1930.

A democracia deve associar o regime da liberdade ao da responsabilidade. O que vigora no Brasil, porém, é uma democracia capitalista ou, antes, uma plutocracia. A liberdade política é uma burla, porque lhe falta a igualdade social. No regime da democracia capitalista, liberdade é faculdade de agir dentro da lei. Mas se a lei é feita para defender os interesses criados sobre a base de verdadeiros privilégios, a luta se travará

para a defesa destes, através de trustes e monopólios. Os que estão na posse desses privilégios defendem-nos com tenacidade. E quando são forçados a abrir mão de alguns deles, fazem-no como se concedessem uma esmola. Na época em que vivemos, o capitalismo só é admissível reduzido às condições normais da vida.

Muito devemos esperar da mocidade, das gerações que estão formando seu espírito no momento de transformações que atravessamos. Formarão uma nova mentalidade, alerta e objetiva, sem as teias de um verbalismo sonoro próprias dos velhos políticos envoltos por um individualismo egoístico e dispersivo. Há velhos que não têm capacidade para se renovar, como há moços de espírito velho, acostumados a deglutir a papa feita dos surrados chavões da politicagem. Não será com os plutocratas, fariseus e sibaritas, gozadores e indiferentes, que se fará a renovação de valores.

O Partido Trabalhista Brasileiro é o partido dos trabalhadores, porque nele estão os operários. É o partido do povo, porque respeita suas tradições. Só ele é capaz de resolver seus problemas, porque tem a sensibilidade de seus sofrimentos e, por isso, bem os compreende. O povo está cansado de sofrer e desiludido dos políticos. Já se esgotou sua paciência e não acredita mais em promessas. Quer ele mesmo assumir a responsabilidade da administração pública.

O hábito da mentira e da falsidade de seus agressores, sua constante má língua insistiam em me apresentar como aliado do chefe comunista. Trabalhismo e comunismo eram a mesma coisa. Isto afirmavam muitos. A maioria fazia-o de má-fé, e outros por candura, ignorância ou estupidez.

Atentai no panorama político que se desenha para o pleito de 19 de janeiro. Em toda parte o Partido Comunista tomou posição contra o trabalhismo brasileiro. Na escolha de governadores aliou-se aos velhos partidos burgueses, que usam rótulos diferentes, mas têm a mesma substância. Uns agem por interesse, outros por velhacaria. Uns são suicidas, outros espertos. Não os acusamos por essas alianças. Estamos até muito satisfeitos. Queremos apenas devolver a quem tocar a acusação de aliados do comunismo. Entre comunismo e trabalhismo há apenas uma semelhança e muitas diferenças. A explicação virá depois.

São Paulo de São Paulo, superaste a ti mesmo na evolução histórica. Entre todos os povos, em todas as épocas, os choques mais violentos se determinam quando se defrontam a aristocracia agrária e o dinamismo

industrial. Quando no Brasil ainda se lutava para manter a escravidão, tu já importavas mão de obra livre. Quando tua lavoura ainda se achava no apogeu, lançavas a grande indústria. E quando, na aurora social, os reacionários se congregam, já estás na vanguarda do socialismo brasileiro. Fazes surgir a verdade de ti mesmo. Conheces o teu caminho e sabes indicar o caminho do Brasil.

Trabalhadores de São Paulo, ao dealbar, madruço convosco. E sei o que significa o sacrifício da marcha cotidiana para o trabalho. Sob a garoa matutina. Duas horas penosas até os portões das fábricas, sem alimento, sem condução. E assim, já fatigados, começais vosso dia.

Quatro horas em frente às máquinas que atordoam com sua cadência monótona. Frio, umidade ou calor senegalesco no verão. No inverno, os pés ficam entorpecidos, sobre o cimento, pela imobilidade em frente à máquina. O ar é pó de algodão, ou serragem, ou limalha. Quando não tem os miasmas dos ácidos, que corroem os pulmões e os brônquios. Ouço a vossa tosse intermitente, angustiosa, que alcanço além do ruído das engrenagens, suficiente para ocultá-la a vossos empregadores. Depois de quatro horas, meia hora para almoço. A lei dá uma hora. Mas a lei ... Ora, a lei... E a marmita é uma velha lata, onde um pouco de feijão e farinha formam uma pasta negra, endurecida pelo frio, e que a ordem nas fábricas não permitiu que se colocasse perto das caldeiras. Depois, mais quatro horas. Quatro? Às vezes seis, porque é preciso trabalho extraordinário. A lei fala em oito horas de trabalho. Mas a lei... Ora, a lei... E, depois, duas horas de peregrinação em busca de um meio de transporte. Quatorze horas de sacrifício. Para um salário de dez horas, que não basta para o alimento de um homem.

Trabalhadores, regressais ao lar. Ao que se chama de lar. Mais da metade dos trabalhadores de São Paulo vive com suas famílias num quarto. E mais da metade das habitações não possui instalações sanitárias. As crianças recebem como alimentação menos da metade do que lhes é indispensável. E os patrões dizem: "O salário já está muito elevado. Quanto mais se paga, menos trabalham". E apresentam estudos mostrando que a eficiência baixa quando o salário aumenta. Não lembram que, quando o salário aumenta, o trabalhador já está extenuado e desesperado. Então as organizações patronais mostram que a assiduidade ao trabalho vem diminuindo. Como se fosse possível chegar a algum lugar em hora certa, nestes tempos. Verifiquem, nesses estudos, se a baixa de

frequência não se determina depois de um temporal, ou no fim da semana, quando o trabalhador não pode calçar o único par de sapatos que tem – se o possui – porque molhado na véspera, ou quando se encontra extenuado pelo esforço da semana.

Trabalhadores de São Paulo, conheço o vosso sofrimento e dele faço o meu cilício. Todas as vossas angústias são uma coroa de espinhos em meu coração. Eis por que me encontro aqui para vos dizer que vosso apelo a meu nome, vossa lealdade aos ideais de renovação do Brasil representam apenas o primeiro passo para a vitória. É necessário votar. É necessário votar no Partido Trabalhista Brasileiro. O vosso partido, Trabalhadores de São Paulo, é a maior força política e social do Brasil. Surgiu do programa que comecei a realizar no governo e, com sua vitória, será o centro de todas as energias para o futuro do Brasil. Fiel à tradição cristã do nosso povo, fiel ao sentimento da pátria, que se afirma como a maior nação latina do mundo, o Partido Trabalhista é o gigante que despertou. É a soma de todas as vossas energias, defendendo direitos e o ideal de um futuro em que o trabalhador tenha todos os caminhos abertos para o governo do povo pelo povo.

Em todos os estados, a fiscalização das leis sociais cabe ao Ministério do Trabalho. A política paulista sempre pleiteou um regime de exceção. Verificando o erro desse sistema, restabeleci a supervisão do ministério. Voltou agora ao controle do governo do estado. Por isso, trabalhadores, se for para mãos reacionárias o governo, não tereis mais justiça. Vossa defesa está na vitória do Partido Trabalhista.

Estão escolhidos pelo Partido Trabalhista Brasileiro os candidatos para o pleito de 19 de janeiro. Para governador, Hugo Borghi! Hugo Borghi é um dos homens mais discutidos e atacados hoje no Brasil. Mas ele se defendeu dos ataques e confundiu os atacantes. Foi o esforço organizador do Partido Trabalhista de São Paulo. O povo reclama o seu nome. Eu não posso desviar o curso dos acontecimentos. A 19 de janeiro o povo irá julgá-lo. E isto é democracia. Votai, portanto, na chapa trabalhista escolhida pela convenção, porque só com ela terão os trabalhadores garantidas suas reivindicações.

Os reacionários não percebem que estamos no limiar duma nova era, a pique duma grande transformação mundial. E São Paulo vai dar o exemplo. É o estado-nação, que tem por padroeiro o grande apóstolo da cristandade. O herói e mártir que interpretou e sistematizou os ensi-

namentos do Divino Mestre. Foi o grande apóstolo que combateu o seu combate e não esmoreceu na sua fé.

São Paulo, ergue-te e caminha. Abandona o esquecimento e o marasmo em que pretendem afundar-te. Empunha o lábaro das tuas reivindicações sociais e caminha, com decisão, com firmeza, para a luta, para a redenção, para a vitória.

São Paulo, estou a teu lado. Chegou a tua hora. Foste o povo escolhido por Deus para a cruzada duma nova era.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1947

Discurso pronunciado na II Convenção Nacional do PTB. Vargas faz uma retrospectiva do mundo industrial do pós-guerra, em especial da Europa e dos Estados Unidos, e acentua que são pontos do programa do PTB o aumento em quantidade e qualidade das atividades produtivas, e a defesa da legislação social.

Trabalhadores do Brasil, estamos no limiar de uma nova era e precisamos concentrar todas as energias da inteligência e da ação para nos anteciparmos aos fenômenos que transformarão o ritmo da vida dos homens, dos povos e das nações. Depois de uma guerra que exigiu supremos sacrifícios, a humanidade ainda hesita entre o passado e o futuro, detendo-se na contemplação das ruínas e incerta em face dos novos valores. A paz ainda não desceu sobre os homens. No Oriente, o prestígio do homem branco está sendo renovado pelas armas. A Europa ainda é um acampamento. A África é campo de disputas. Somente na América a liberdade tem seu clima.

Todos os povos buscam fórmulas para sua restauração. E no Brasil, como em toda parte, a intranquilidade é o pão cotidiano.

A guerra foi um parêntese, armado como solução ou tentativa de solução provisória ao problema social, que estava desafiando todos os estadistas. A humanidade retoma seu caminho. E encontra todos os fenômenos agravados. Antes da guerra, 100 organizações industriais dos Estados Unidos fabricavam 30% da produção desse país. Isto correspondia a 15% do total da produção mundial. Hoje, 100 empresas controlam 70% da produção industrial norte-americana, representando mais de 40% do total da produção do mundo inteiro. Durante a guerra desapareceram

500 mil empresas independentes. O fenômeno é tão grave que Wendell Berge, procurador assistente da República dos Estados Unidos e chefe do Departamento Antitruste, declarou: “A concentração do poder econômico em poucos grupos privilegiados é, hoje em dia, maior do que em qualquer época da história”.

A par desse fenômeno, se processam outros de importância capital. Em 1939, o salário dos mineiros de carvão dos Estados Unidos era de 24 dólares semanais, correspondentes a quase Cr\$ 2.000,00 mensais de nossa moeda. Hoje, o salário dos mineiros de carvão nos Estados Unidos é de 66 dólares semanais, equivalente a mais de Cr\$ 5.000,00 por mês. Mas o salário dos mineiros ingleses não alcança hoje 5 libras semanais, ou seja, Cr\$ 1.600,00 mensais. Apesar disso, o preço do carvão norte-americano é igual ao do carvão inglês. Ninguém mais quer trabalhar nas minas de carvão da Inglaterra e estamos assistindo a uma crise de pavorosas consequências. Por quê? Porque enquanto uns empregam o trabalho mecânico a pleno rendimento, os outros, com instrumentos rudimentares, exaurem suas forças em escassa produção.

Todos apresentam críticas, todos se consideram capazes de salvar a humanidade. Mas ainda não se fez o diagnóstico do mal. Ou melhor, ainda não se tentou fazer um diagnóstico com serenidade, buscando-se as causas reais dos fenômenos.

Quando a máquina a vapor e as grandes instalações industriais do fim do século passado começaram a criar os desajustamentos naturais a um novo ciclo econômico, surgiu Karl Marx com a concepção da mais-valia. Mas a ciência não evoluiu apenas no setor industrial. No campo agropecuário realizou verdadeiros milagres. A Europa se libertou das importações de açúcar, multiplicou a fertilidade de suas terras com os adubos químicos e conseguiu manter seu ritmo de crescimento graças à utilização de todos os recursos da ciência. A mais-valia marxista deixou de ter importância econômica, pois a margem com que o capital onerava a produção passou a ser insignificante em face da multiplicação da produtividade do homem, que os recursos da ciência, desenvolvida pelo capital, determinavam. A eletricidade e o motor a explosão colocaram ao alcance das massas inúmeros benefícios de que há meio século nem os mais ricos poderiam usufruir. Os serviços sanitários, a luz, os

serviços de transporte – mesmo com a crise atual – representam mais uma fase de evolução das massas. A imprensa, com seus novos maquinismos, rasgou horizontes de amplitude sem par na esfera da educação e cultura. E o rádio, finalmente, se apresenta hoje como o milagre da nossa geração.

Mas todos esses fenômenos de evolução trouxeram um ritmo desordenado e confuso. Não se produziu apenas o necessário. A atividade humana se estendeu para o supérfluo, sem considerar que a resistência dos produtos vitais tem um limite. Ao ônus econômico da produção ilimitada e desordenada do supérfluo se acresceram os ônus de atividades não relacionadas com a produção. A Europa, desejando manter em cada nação, por motivos políticos, o maior número de habitantes, foi concentrando atividades de toda espécie e estabeleceu um sistema econômico na importação de gêneros alimentícios. Pelos últimos cálculos, antes da guerra a Europa necessitava de 200 milhões de toneladas de gêneros alimentícios e importava essa massa gigantesca, além de manter uma política artificial de subvenção para determinadas culturas. No fundo, a Europa não apresentava uma solução científica para seu problema. Sua solução era política e se baseava na troca de valores de horas de trabalho por um maior número de horas de trabalho de outros povos. Entre esses povos que contribuíam com maior número de horas de trabalho para manter o sistema econômico europeu estava o Brasil.

Eis a origem do Partido Trabalhista Brasileiro. Não é possível mais tomar em consideração o trabalho humano apenas na sua base quantitativa. É indispensável considerar outros dois fatores: o da multiplicação da sua quantidade e o da melhoria da sua qualidade. Multiplicação e melhoria só se alcançam por meios científicos. A multiplicação dos valores e a melhoria da qualidade das horas de trabalho representam a elevação econômica do trabalhador, a melhoria de seus salários e um nível de vida digno. E este é o programa do Partido Trabalhista Brasileiro.

Sem receio de erro, podemos diagnosticar a crise mundial como consequência da desproporção entre as horas de trabalho aplicadas na produção de utilidades e as horas de trabalho consumidas em inutilidades, somadas às horas de consumidores totalmente improdutivos. Onde as horas de trabalho aplicadas na produção de utilidades se multiplicam pela ciência, temos uma redução desse desequilíbrio, como ocorre no

Canadá e nos Estados Unidos. Mesmo assim, até nos Estados Unidos o peso das atividades semi ou totalmente improdutivas já se faz sentir, superando a evolução da ciência. Esse desequilíbrio determina a crise, que a inteligência deve dominar.

A Revolução Francesa explodiu como consequência da pressão do consumo improdutivo sobre os trabalhadores produtivos.

Nos últimos anos que precederam a guerra, a situação já se vinha agravando com o desenvolvimento de atividades dirigidas a um setor de produção de elementos prescindíveis, ao invés de se concentrarem na produção de utilidades indispensáveis. Inúmeras outras atividades absorveram milhões de horas de trabalho ou de consumo improdutivo. A guerra acentuou ainda mais esse fenômeno e o após-guerra se caracteriza pela intensificação dessas atividades para a produção dispensável.

A troca do resultado de horas de trabalho aplicadas em produção de utilidades indispensáveis por certo número de horas de trabalho aplicadas em bens de consumo dispensáveis ou supérfluos é um desperdício do trabalho e, portanto, uma redução do seu valor. E o Partido Trabalhista Brasileiro surge como força para impedir esse mal.

Eis, em linhas gerais, a nossa doutrina. Eis um aspecto do programa do Partido Trabalhista Brasileiro. Consideramos os valores do capital não preponderantes sobre os valores do trabalho. Eles, sempre que examinados como elementos constitutivos de bens de produção, se apresentam dinâmicos, ao nível de uma energia de operação, e são tanto mais úteis quanto mais multiplicam os valores iniciais das horas de trabalho do homem. São estáticos os valores de capital que não multiplicam os valores de trabalho. E são negativos os que não servem nem à produção, nem à vida do homem. Esses valores negativos não podem ser considerados pelo Partido Trabalhista Brasileiro como legítimos. Mesmo porque são contrários, com sua negatividade, ao bem-estar coletivo.

A doutrina do Partido Trabalhista Brasileiro é resultante da atividade espiritual. O homem produz com inteligência, e inteligência é espírito.

Esse partido é nacionalista, mas seu nacionalismo é defensivo e não agressivo. Deverá manter, rigidamente, sua estrutura nacional, porque as organizações políticas devem ser nacionais para poderem ser nacionalistas.

Precisamos respeitar a sabedoria das nossas tradições e evoluir de acordo com as nossas possibilidades reais.

O Partido Trabalhista Brasileiro é essencialmente democrático. E, por ser democrático, compreende a necessidade da existência dos outros partidos, praticando a norma básica da democracia, que é o respeito à vontade e à opinião alheia.

Nesta difícil conjuntura, sentimos todos que a democracia não sobreviverá à crise sem uma planificação econômica e social. Depois de meio século de choques sangrentos entre operários e patrões, a experiência Roosevelt criou, com o New Deal, o ambiente para uma nova filosofia política e social. O espírito liberal fulminou o New Deal. As consequências são as que aponta hoje Wendell Berge. Na Europa, os ingleses revivem a era dos espartanos com um sacrifício patriótico que faz da privação glória e orgulho. E o Partido Trabalhista britânico enfrenta com energia a crise, realizando um programa social. Na França, Monnet traça um plano para a reestruturação da economia gaulesa. As dificuldades de seu êxito são excepcionais. A França, para o sucesso do Plano Monnet, precisa de, pelo menos, mais um milhão de toneladas de carvão mensais do que tem hoje. E não existe no mundo esse carvão. A Bélgica adota outra política econômica: a da restauração psicológica através de um período de bem-estar que lhe é assegurado pela sobra de divisas. Nos Estados Unidos, Chester Bowles enfrenta “o amanhã sem medo”, baseando-se no *full employment prosperity*. No Japão, Edwin Pawley projeta a reorganização econômica do Oriente. Finalmente, a Organização das Nações Unidas recomendou, por unanimidade da assembleia, que seu Conselho Econômico e Social preparasse os planos de uma Comissão Econômica para a Europa.

O Brasil precisa de máquinas modernas para a renovação de seu parque industrial e para revitalizar seu sistema de transportes. Não devemos esgotar nossas disponibilidades no exterior com a importação de mercadorias supérfluas. Providenciemos também para que Volta Redonda desempenhe sua missão de fabricar máquinas para produzir máquinas.

A planificação de nossa economia é ponto vital do programa do Partido Trabalhista Brasileiro. Estão definidas as diretrizes básicas do partido. O trabalhismo no Brasil, todos o sentem, mesmo os seus adversários, é o grande movimento que empolga os espíritos e as consciências. Não visa o Partido Trabalhista Brasileiro conquistar posições políticas para satisfação de seus membros. Cada função é um encargo à nossa soma de responsabilidades. Sua disciplina assegurará o triunfo de seu programa e de seus ideais.

Entre os quatro grandes partidos do Brasil, o Partido Trabalhista Brasileiro foi o único que não só não apresentou redução de votos, como ainda demonstrou sua pujança com aumento do número de eleitores. É uma questão de fato. Apesar de ter contra si as dissidências, sub-repticiamente, os partidos improvisados para atrair operários à sombra do poder; apesar da preocupação generalizada de impedir seu crescimento, sem recursos, sem propaganda, elevou seu prestígio e se consolidou.

Insisto num ponto de grande importância para o futuro. O Partido Trabalhista Brasileiro não é o reflexo nem a projeção da minha personalidade. É o sentimento consolidado pela legislação que afirmou a consciência política do socialismo no Brasil. Não é a vontade de um homem e sim a opinião das massas e a cristalização das leis sociais que devem ser cumpridas. O Partido Trabalhista Brasileiro é a estrutura política do direito trabalhista. Hoje, a reorganização do partido é um imperativo de seu desenvolvimento. O Partido Trabalhista Brasileiro abre suas portas à nova geração e dirige um apelo a técnicos, estudiosos, especialmente à juventude pura e vibrante, no sentido socialista, para que formem seus departamentos de todas as atividades, porque nenhum outro partido pode oferecer carreira tão livre e tão digna na estrada do serviço à causa pública.

Ele é o partido dos trabalhadores e não dos políticos. Para aqueles devem ser franqueadas todas as portas e seus postos de comando ocupados pelos verdadeiros líderes das classes.

Ruiu a mística do poder. Os partidos conservadores esgotam-se, porque não satisfazem às necessidades das massas. As chamadas elites fracassam, porque só têm finalidades políticas e não compreendem o sentido econômico da evolução social. E o povo, angustiado e sofredor, manifesta seu descontentamento pela abstenção nas urnas.

Só o Partido Trabalhista define sua posição, como elemento de equilíbrio entre o comunismo, organização gregária destituída de idealismo construtor, e os outros partidos, que, por injustificadas prevenções personalistas, deixam penetrar em suas muralhas o “cavalo de Troia” do credo vermelho.

Estas observações são sugeridas pelo estudo da nossa existência e dos acontecimentos internacionais, feito por quem nada mais aspira na política do Brasil. Desejo apenas, antes de me afastar inteiramente da via

pública, deixar no Partido Trabalhista Brasileiro um componente novo, uma força de equilíbrio que atenda às aspirações dos trabalhadores e eleve a nossa cultura como a expressão doutrinária do socialismo brasileiro.

Resumindo: constitui programa do Partido Trabalhista Brasileiro a defesa da legislação social elaborada em benefício do trabalhador brasileiro. É um patrimônio seu, que deve ser defendido e fiscalizado, para que o não destruam, sonquem ou deturpem, para que seja fielmente interpretado e cumprido.

Essa legislação foi acrescida de novas conquistas, como a conseguida pela representação trabalhista na Constituinte, as férias semanais remuneradas e a participação nos lucros das empresas. Essas novas conquistas, embora integradas na Constituição, não foram ainda cumpridas.

Cabe também ao Partido Trabalhista Brasileiro, como definição de seu programa, bater-se pelo aumento, em quantidade e qualidade, das atividades produtivas do brasileiro, reduzindo as improdutivas. A superação das primeiras sobre as segundas resolveria a crise que nos aflige, restabelecendo o equilíbrio orgânico do país.

Esses são pontos do programa partidário nas atividades nacionais, dentro do território de nossa pátria. Fora de nossas fronteiras, isto é, no campo internacional, a bandeira que defendemos deve ser a da nossa tradição histórica, a bandeira do pan-americanismo – a política de amizade e colaboração com todos os países da América, para a defesa da ordem e da paz no continente.

As boas relações com os países extracontinentais devem estar subordinadas ao primado da paz e da tranquilidade dos povos americanos, sem qualquer sacrifício ao princípio da soberania e integridade de cada um deles.

O ambiente que nos envolve, os fenômenos que influem sobre nós são tanto de ordem nacional como internacional. E num e noutro campo precisamos situar nossa posição.

O programa do Partido Trabalhista Brasileiro, lançado no momento de sua organização e ampliado pela evolução dos acontecimentos, abre largos horizontes aos vossos estudos, à vossa capacidade de trabalho e à vossa dedicação pelo Brasil.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1947

Mensagem aos trabalhadores lida ao microfone da Rádio Mayrink Veiga. Vargas relembra as mensagens que costumava dirigir aos trabalhadores nessa data durante seu governo e aponta o PTB como a arma política do proletariado.

Todos os anos, neste dia consagrado ao povo, eu costumava me dirigir aos trabalhadores numa perfeita harmonia de ideias e de sentimentos. Confraternizavam, em campo aberto, as massas populares e o governo, sentindo-se numa só energia construtora em virtude da obra comum que estavam realizando. Integrados no governo, os trabalhadores reviam-se a si mesmos como se estivessem no poder.

Nessa data se comemoravam as vitórias trabalhistas na evolução do nosso direito e se estruturava a consciência social do nosso povo, através de novas conquistas e da afirmação de novas aspirações.

A consciência social se cristalizava mediante constantes apelos do governo aos trabalhadores para que se aperfeiçoassem no estudo dos problemas públicos, tomando conhecimento dos atos administrativos de equilíbrio social e sugerindo fórmulas para a construção do futuro de igualdade de classe.

Os que prometeram o bem-estar do povo como um milagre resultante de uma questão personalista estão verificando que não era o homem o criador das dificuldades e dos problemas. Procurando destruir o que eu construí, romperam o ritmo de trabalho e de administração e já temos novas altas do custo da vida, dificuldades pesando sobre todas as classes, e o espectro do desemprego, como arma da reação, ameaçando e quebrando a energia dos trabalhadores.

E enquanto todos sentem o vácuo e a esterilidade das contendas pelo poder e pelos cargos da máquina eleitoral, o povo sofre com as experimentações, tentativas e esforços que só têm um objetivo: fugir da realidade que é a consciência social do nosso trabalhador.

Isolado na luta pela solução dos seus problemas, o trabalhador foi sempre vencido pelo poder do mais forte. Entretanto, seu conagraçamento com o governo, que, atento às reivindicações do povo, incluía em preponderância no seu programa a questão trabalhista, produziu o

estatuto social realizando o equilíbrio das forças vitais da nação e difundindo-lhes os direitos e obrigações recíprocos.

O 1º de Maio tem, hoje, o sentido universal das grandes conquistas sociais. Para defendê-las e aperfeiçoá-las, é necessária uma luta incessante evitando que a desintegração se processe no seio das classes trabalhadoras, impossibilitando-lhes a ação coletiva em prol do progresso social.

Aos trabalhadores compete garantir o seu próprio futuro, impondo-se como grande maioria nos quadros políticos do país e propugnando pelo progresso e pela união da família brasileira.

O Partido Trabalhista Brasileiro é a arma política do proletariado. Tenhamos a certeza de que a luta que hoje travamos não será vã, porque já se fixou no espírito de nossa gente a influência decisiva da evolução que se processa, configurando o sistema da igualdade social.

No futuro, a sociedade brasileira não se subdividirá mais entre ricos e pobres, poderosos e humildes. Será um povo unido pela compreensão, pelo senso da realidade para a felicidade comum.

O 1º de Maio deverá ser, então, a data da confraternização de todas as classes, exaltando o esforço coletivo.

Trabalhadores do Brasil, quero concluir esta mensagem reafirmando a minha confiança no vosso destino, que será também o destino vitorioso de nossa pátria.

Senado Federal, 9 de maio de 1947

Discurso em solidariedade ao povo paulista, então atingido pela crise econômica. Vargas faz uma análise da mensagem presidencial de Eurico Dutra, declara sua intenção de cooperar para manter a ordem e debelar a crise, e aponta falhas na política econômica do governo.

Sr. Presidente, quando o povo paulista votou em meu nome para senador, delegou-me uma responsabilidade à qual não posso fugir. Neste momento, fecham-se fábricas que surgiram e se desenvolveram durante o meu governo. Dezenas de milhares de operários já estão sem trabalho. Neste momento, o café entra em derrocada de valores, repetindo a dolorosa crise de 1929. Neste momento, o comércio de São Paulo, que é o coração econômico do Brasil, está angustiado, ferido pelo colapso.

Neste momento, a situação bancária do estado mais rico de nossa terra se torna periclitante. Todas as classes têm um único sofrimento: a crise.

Mais cedo do que poderia ser previsto, chegou a crise. E é nosso dever, Sr. Presidente, pôr à margem todos os debates, reunir todas as correntes políticas do Brasil, para dar ao povo paulista a solidariedade a que tem direito, e auxiliar o Poder Executivo a agir com firmeza no sentido de vencer as dificuldades que pesam, em maior soma, sobre os que mais trabalham e mais produzem. Minhas palavras só têm um objetivo: cooperar, com firmeza e decisão, para debelarmos a crise.

Desde janeiro de 1945 nos encontramos em agitação política permanente. Até 29 de outubro foi contra a ditadura. Esta deixou de existir, mas continuaram as preocupações políticas predominando no ambiente. Sempre que se fala em problemas econômicos, a mentalidade que preside os debates não é a de investigação sobre as causas da crise para se encontrar o meio de solucionar um problema, e sim o argumento para se provar uma culpa. Não é o espírito de estadista ou de economista que orienta. É o do inquisidor.

Está claro que a preocupação pelos problemas do povo é muito relativa. O que se quer fazer é convencer o povo de que a culpa das dificuldades em que se encontra cabe a mim. Nem mesmo ao meu governo. E isto se vem repetindo com a monotonia de um realejo ao povo, que está cansado de palavras de acusação, de retaliações, e só deseja trabalho e administração.

Em síntese: a preocupação não é resolver os problemas do povo. Não se pensa no que se deve fazer, e sim em demonstrar que eu nada fiz e o pouco que fiz estava errado. Perdemos, com isso, dois anos e meio de tempo no Brasil, precisamente numa fase em que cada dia é preciosíssimo em face da complexidade dos problemas a resolver. E o povo está esperando. O povo está sofrendo.

Nos intervalos dessa contenda surgem insinuações, intrigas e receios de que eu esteja ameaçando ou cogitando de ameaçar as instituições. Conheço bem esse gênero de negócio público. Durante 15 anos se apresentaram muitos “salvadores” de minha posição informando-me de planos e maquinações.

Para dirimir de uma vez para sempre essas dúvidas, declaro solenemente à nação que sou contrário a toda e qualquer agitação que venha perturbar a tranquilidade nacional. Sejam quais forem as minhas

divergências, sou pela defesa da ordem pública, das instituições e do governo legalmente constituído. Isto não me tolhe a liberdade de crítica nem significa solidariedade política. Mas representa a compreensão da necessidade nacional de paz e de ordem. Espero que o presidente da República não agirá fora da lei. E é nosso dever cooperar com sinceridade e lealdade com o Poder Executivo, para solucionar todos os problemas nacionais de ordem, de paz, de trabalho e de produção.

Sei que o povo quer paz e precisa de paz. Quer e precisa, urgentemente, de ordem pública e de ordem administrativa. E aos meus amigos, aos que ouvem minhas palavras e confiam em mim dou essa diretriz sincera, para o bem do Brasil.

Ainda há quem imagine que eu ambiciono o poder. Para que o poder? Estou satisfeito com a soma de sofrimentos e desencantos que me trouxe. Todos me farão justiça em reconhecer que nunca utilizei o poder para fins materiais em meu proveito.

E todos os que foram meus auxiliares sabem que nunca tive a volúpia de mandar. Enquanto pude ser útil ao Brasil, como chefe da nação, cumpri meu dever. Da mesma forma e com maior satisfação, porque menores são as minhas responsabilidades, cumpro meu dever hoje, como senador. Nada mais quero, nada mais ambiciono. Não se preocupem comigo. Não sou nem concorrente, nem obstáculo.

Sr. Presidente, pela leitura da mensagem do Sr. Presidente da República verifica-se que o Executivo está animado dos melhores propósitos para enfrentar as dificuldades nacionais. É indispensável que o Poder Legislativo examine esses problemas e dê ao Executivo os meios de que necessita.

A situação brasileira não é nem crítica nem catastrófica. É difícil, no presente momento. Mas precisamente por isso é que devemos apresentar nossas ideias, nossa experiência, e não nossas paixões, como cooperação em benefício do povo.

Declara, em sua mensagem, o chefe da nação, que o Brasil possui 314.881 quilos de ouro, correspondentes a Cr\$ 7.096.368.907,80, e mais Cr\$ 6.886.547.295,50 em divisas estrangeiras. Isso corresponde a um total de Cr\$ 13.982.916.203,30 de reservas.

O total da moeda em circulação era, quando deixei o governo, pouco mais de 17 bilhões. O governo Linhares emitiu 620 milhões e o atual governo, apesar de seus esforços altamente louváveis, foi obrigado a

emitir cerca de 3 bilhões de cruzeiros. Emitir não é, portanto, uma questão de querer ou não querer. É um problema de poder ou não poder.

Durante o ano passado não se fez outra coisa que não fosse dizer que o Brasil estava arruinado, que nossa moeda nada valia. O que se teve, como consequência, foi uma perturbação da noção dos valores de crédito e um clima de desconfiança.

Cito um trecho da mensagem de S.Exa., o Sr. Presidente da República:

“Apesar de nossa dívida interna fundada ser relativamente pequena, pois o respectivo saldo em circulação, em 31/12/46, era de Cr\$ 9.965.458.534,00, não apresenta o nosso mercado de títulos condições favoráveis para o lançamento de novos empréstimos”.

Estou de inteiro acordo com S.Exa. neste ponto. Nossa dívida fundada é pequena, mas, infelizmente, nosso mercado de títulos não tem poder de absorção de novos empréstimos. Este é um obstáculo que devemos vencer. E a única coisa que devemos fazer para manter o mercado de títulos sólido e forte é criar o clima de confiança na administração, e principalmente no futuro do Brasil. Se os homens em posições de destaque fazem declarações incessantes e permanentes de que o Brasil está arruinado – o que não é verdade –, o crédito público sofre um abalo natural.

Acredito firmemente que, divulgando-se a posição das finanças nacionais, o povo confiará no futuro e corresponderá invertendo em títulos do Estado suas economias, para construir a grandeza de nossa pátria. Deixei o governo com a dívida externa não só não aumentada – e foi o meu o único governo do Brasil, desde a sua independência, que não aumentou a dívida externa – como ainda a reduzi. Em 1930 a dívida externa era problema básico da administração, pois exigia 30% do total do orçamento da receita. Hoje, os ônus para juros e amortização da dívida, na base do plano fixado pelo Decreto-Lei 6.019, de 23 de novembro de 1943, representam apenas 3% do total da nossa receita.

Nossa dívida interna consolidada é “relativamente pequena”, conforme reconhece o Sr. Presidente da República. Se no período de 1937 até 1945 aumentei a circulação de papel-moeda em cerca de 13 bilhões, deixei mais de 13 bilhões em ouro e divisas. Não emiti sem lastro, antes pelo contrário, as emissões feitas têm um lastro de 100% ouro, e isto positivamente representa riqueza e não inflacionismo desordenado.

As consequências da campanha política que, visando a mim, foram atingir o crédito público, não se fizeram sentir apenas no mercado de títulos. Foram bem mais profundas as suas repercussões no setor do crédito privado. A intranquilidade e as inquietações determinaram uma profunda retração nas disponibilidades de caixa bancária.

Conheço perfeitamente esse fenômeno porque, em 1942, por ocasião da guerra gerou-se a mesma crise. Os encaixes bancários baixaram vertiginosamente e se tornaram indispensáveis providências radicais. Essas providências se consubstanciaram:

- 1) na criação do cruzeiro, obrigando-se os portadores de papel-moeda a fazer voltar seu dinheiro aos bancos para o carimbo e mais tarde substituição;
- 2) no lançamento do empréstimo de guerra e a colocação compulsória dos bônus na base do imposto sobre a renda;
- 3) na lei sobre os lucros extraordinários.

Havia uma razão para esse fenômeno. Era a situação a razão de ordem objetiva. O que podemos observar é um fenômeno de natureza subjetiva. Discussões em torno do valor da moeda. Debates e acusações sobre a inflação. E finalmente o medo. Esse medo gera o pânico. E o pânico é o que se registra em São Paulo, paralisando o coração do nosso organismo econômico. O Brasil cresceu e parece que estão com medo do seu crescimento.

Eis por que, Sr. Presidente, apesar de todas as providências tomadas, em 31 de dezembro de 1946 a média do encaixe bancário sobre o total dos depósitos baixou de 10,5% para 9% sobre o ano anterior, e a média da caixa sobre os depósitos à vista baixou de 7,1%, em 1945, para 6,8%.

Não sei o que afirmam os responsáveis por esta situação ao presidente da República. Mas sei que, embora se tenha reduzido de 96,9% para 84,5% a percentagem dos empréstimos sobre o total dos depósitos, não se conseguiu aumentar a média dos bancos, que alcançou, em dezembro de 1946, o recorde de baixa proporcional nos últimos 16 anos. E isto apesar dos depósitos compulsórios terem sido aumentados de 1.740 milhões para 2.325 milhões, e os depósitos de poderes públicos de 3.384 milhões para 6.683 milhões.

O número de estabelecimentos bancários era exagerado, segundo diziam. Mas em 1946 foram abertos mais 95 bancos, entre sedes e filiais. Não critico esse ponto. Confio no alto critério do Poder Executivo. Cito apenas como referência aos que me acusam por ter feito o que não podia deixar de fazer.

Confesso, Sr. Presidente, que me sinto sumamente orgulhoso de ter deixado possibilidades de venda de 11.881 quilos de ouro para realizar mais de 300 milhões de cruzeiros, a fim de se fazer face a despesas do Estado. E, ainda mais, de verificar que o governo atual tem mantido a mesma política de compra de ouro, encerrando em novembro as vendas e adquirindo 9.572 quilos de ouro fino.

Em 1930 nada encontrei a não ser saques do Banco do Brasil a descoberto. Felizmente para a administração pública, o Brasil possui reservas sólidas e pode confiar no seu futuro.

Sr. Presidente, todas estas considerações são indispensáveis para se chegar às causas da crise que atingiu em cheio São Paulo. A resistência tributária tem um limite. Esse limite é determinado pelo ritmo da evolução econômica e financeira do povo. Estamos colhendo, com o aumento de arrecadação, os benefícios do impulso adquirido pela economia nacional de 1944 e 1945. A linha geral da retração de crédito, de encaixes, de restrições gerais fixadas pela política bancária em 1946 está repercutindo em 1947 e terá impressionantes consequências no orçamento de 1948. Olhar para a arrecadação deste ano como exemplo de otimismo é um erro. Assim como se semeia para se colher no ano seguinte, também se organiza a economia e as finanças para se arrecadar, nos anos sucessivos, a receita orçamentária.

Em 1945 a arrecadação prevista foi de 8.232.399 mil cruzeiros. Em 1946 a orçada foi de 10.010.148 mil cruzeiros e a arrecadação efetiva foi 11.569.575 mil cruzeiros. Apesar desse aumento da arrecadação, tivemos um déficit de Cr\$ 2.632.968.265,50. A previsão de arrecadação para 1947 é de Cr\$ 12.003.650.000,00. E já sabemos que está previsto no orçamento um déficit de mais de meio bilhão de cruzeiros. Em dois anos nossa receita aumentou de 50%.

Um país que pode apresentar esse milagre positivamente é um maravilhoso manancial de energias. Mas não devemos ter ilusões sobre a extensão desse potencial. Diminuindo-se a resistência dos contribuintes, reduzindo-se o ritmo dos negócios, fechando-se indústrias,

perturbando-se o comércio, criando-se o desemprego, reduzindo-se a exportação, determinando-se derrocadas como a dos valores do café, fatalmente teremos o problema orçamentário como básico no ano vindouro. Porque a repercussão nesse setor só se verificará em 1948 e 1949, e em condições tais que todas as energias estarão esgotadas.

É bem possível que, então, os que tiverem fracassado nesse setor aleguem crises políticas e de ordem como defesa. Então o sofrimento do povo já se terá agravado. E ao povo pouco interessa apurar culpas: o que importa é assegurar seu bem-estar num ritmo de evolução e progresso.

Preciso e quero pôr as coisas bem claras. Se porventura tivesse a intenção de manobras políticas, permaneceria silencioso e esperaria o ponto culminante da crise, dentro de um ano ou dois. E, então, oporia ao mal-estar ambiente o bem-estar do período de meu governo. De nada valeriam as críticas e ataques, porque o povo sabe e imagina.

Mas, Sr. Presidente, não posso deixar que o Brasil mergulhe numa crise e que os trabalhadores sejam sacrificados pela derrocada econômica e financeira que se esboça. É meu dever colaborar, com as energias que me restam, e aconselhar, com a experiência dos meus 15 anos de governo, a junção de todas as forças nacionais a fim de vencermos os obstáculos transitórios que se podem transformar em crise de graves consequências.

Sr. Presidente, meu governo foi várias vezes criticado e ainda recentemente nesta Casa se afirmou que procurei desenvolver a indústria com prejuízo da agricultura. Apresento a posição de empréstimos do Banco do Brasil em 1945:

Índices de aumento do papel-moeda em circulação	
Agricultura, reflorestamento e pecuária	Cr\$ 5.172.000.000,00
Indústria de construção	Cr\$ 65.000.000,00
Indústria de transportes	Cr\$ 287.000.000,00
Comércio	Cr\$ 1.657.000.000,00
Outros empréstimos	Cr\$ 272.000.000,00
Total	Cr\$ 8.830.000.000,00

Estimula-se a produção e desenvolve-se a atividade nesse setor mediante empréstimos, mediante fornecimento de recursos para essa evolução.

A indústria de construção civil, que é apresentada como culpada pela falta de braços na lavoura, só teve 65 milhões de cruzeiros de empréstimos no Banco do Brasil, e a agricultura e a pecuária 5.172 milhões. A indústria manufatureira teve menos de 25% dos auxílios financeiros do Banco do Brasil prestados à agricultura e à pecuária. Basta refletir sobre essas cifras, Sr. Presidente, para se verificar que não há a menor razão na crítica feita nesse sentido.

Os saldos de fim de ano nos empréstimos do Banco do Brasil apresentaram em 1946, em relação a 1945, a seguinte posição:

Agricultura, reflorestamento e indústria extrativa	menos 447 milhões
Indústria manufatureira	mais 178 milhões
Indústria de construção	mais 78 milhões
Comércio	menos 23 milhões
Capitalistas, profissões liberais, etc.:	mais 303 milhões.

Se precisamos de maior produção agrícola e, ao mesmo tempo, necessitamos combater a inflação de crédito, não está muito certo diminuir de cerca de meio bilhão de cruzeiros os empréstimos da agricultura.

É curioso que tenha acontecido isso em 1946, mas aconteceu. E ainda mais, em relação a 1945, as aplicações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial marcaram um decréscimo de 495 milhões. Nos saldos médios dos descontos, o balanço do Banco do Brasil acusa um decréscimo de 1 bilhão e 227 milhões de cruzeiros e o mesmo balanço informa uma redução de 1 bilhão e 828 milhões nos saldos médios das aplicações.

O cotejo da vida do Banco do Brasil em 1945 em relação a 1944, e em 1946 em relação a 1945, nos mostra o seguinte:

Principais rubricas	
<i>Variações em relação ao ano anterior</i>	1945/1946
Depósitos do público, à vista	mais 34% e mais 19%
Depósitos do público, a prazo	mais 31% e menos 12%
Aplicações	mais 9% e menos 10%
Todos os empréstimos	mais 2% e mais 15%
Empréstimos a bancos	mais 25% e mais 32%
Empréstimos a entidades públicas	menos 42% e mais 19%

Empréstimos à produção, ao comércio e a particulares	mais 67% e mais 13%
Edifícios de uso do banco (valor)	mais 28% e mais 26%
Cobrança (valor)	mais 30% e mais 47%
Ordens de pagamento (valor)	mais 28% e mais 26%
Valores em custódia	mais 29% e mais 24%
Ações do banco (cotações)	mais 2% e menos 14%

- 1) os depósitos do público à vista, que em 1945 tinham aumentado de 34% em relação a 1944, em 1946 só aumentaram de 19%;
- 2) os depósitos do público a prazo, que em 1945 tinham aumentado de 31% sobre os de 1944, em 1946 baixaram 12%;
- 3) os empréstimos à produção e ao comércio, que em 1945 aumentaram de 67% sobre 1944, em 1946 só aumentaram 13%;
- 4) e os empréstimos a entidades públicas, que tinham baixado de 42% em 1945, aumentaram de 13% em 1946.

Em resumo: a média de depósitos no Banco do Brasil, que aumentou em 1945 de 23%, em 1946 subiu apenas de 7%, tendo baixado os depósitos a prazo.

Como índice da crise, podemos verificar a conta de prejuízos do Banco do Brasil, que acusa 20 milhões no primeiro semestre e sobe para mais de 50 milhões no segundo semestre de 1946. E suas ações, que tinham aumentado em 1945 2% em sua cotação, baixaram em 1946 de 14%.

O aumento de custo de vida, o aumento de preços da produção agropecuária, não é devido nem à inflação nem à falta de produção. A demanda internacional determinou pedidos para a exportação por preços mais elevados do que os do nosso mercado. O Brasil, que antes era uma nação colonial, passou a viver no ritmo dos preços internacionais.

Nosso trabalho passou a ser pago na base do valor real de seus produtos. Os mercados estrangeiros passaram a adquirir, pelo valor real, os produtos brasileiros básicos, e, por isso, desde 39 a 43 nossos preços deixaram de ser os do mercado interno para ser os do mercado externo.

E posso apresentar os seguintes índices de valores unitários de alguns gêneros alimentícios no comércio internacional. Tomando por base o ano de 1938 como índice 100, temos:

Gêneros	1939	1940	1941	1942	1943
Açúcar	129	164	109	291	395
Arroz	106	113	143	301	307
Banha animal	113	120	155	209	283
Café em grão	101	99	137	201	210
Farinha de mandioca	80	80	104	148	176

Confirmando essa realidade, o atual presidente do Banco do Brasil diz, em seu último relatório:

“Em 1945, o preço médio da tonelada de mercadoria exportada se elevou de Cr\$ 4.015,00 para Cr\$ 4.083,00, acusando o aumento moderado de 1,7% em relação ao exercício precedente. Entretanto, em 1946 esse preço de Cr\$ 4.083,00 passou a Cr\$ 4.985,00, registrando-se, assim, a alta ponderável de 22%.

O preço médio da tonelada importada teve um aumento de 28,18%, maior ainda do que da tonelada exportada.

A observação desses movimentos leva a crer que a acentuada elevação de preços em 1946 foi um fenômeno de ordem mundial”.

O que devemos considerar, Sr. Presidente, é se o Brasil deve ou não ser uma nação no mesmo nível das demais, ou se deve ser uma nação onde os estrangeiros possam comprar o fruto do trabalho brasileiro por menor preço do que o seu valor real.

Devemos refletir e decidir se o trabalhador brasileiro vale menos e tem a obrigação de viver em condições inferiores às dos demais países.

Porque, Sr. Presidente, o valor da produção nada mais é do que o valor do trabalho. E se deixarmos que reduzam, pela pressão externa, valores do trabalho brasileiro, estaremos condenando nosso povo à escravidão econômica.

Não se alcança a melhoria do custo de vida mediante a baixa de valores da produção, apenas. Nem tampouco com restrições sobre a circulação da moeda. Colocar toda a economia dum país na dependência de um sistema monetário rígido significa subordinar o todo a uma parte.

Uma das mais incisivas críticas feitas a meu governo foi de que beneficiei os ricos. Em 1930 o imposto sobre a renda produziu 75 milhões de cruzeiros, ou seja, 2,5% do total do orçamento. Em 1946, sem modificação em sua estrutura de 1945, o imposto sobre a renda representava 27% do orçamento, na base de 2.705 milhões. A incidência sobre lucros passou de praticamente zero para um mínimo de 7% mais 7% de bônus de guerra e um máximo de 36% de bônus de guerra, alcançando 72%.

O grande elemento de correção para as desigualdades sociais é o imposto sobre a renda. Praticamente esse imposto se criou e se desenvolveu durante minha gestão. E seu aperfeiçoamento servirá para conter as especulações e limitar os lucros no nível normal de desenvolvimento das atividades do progresso do país.

Não posso deixar de consignar aplausos à intenção do Sr. Presidente da República em controlar e reduzir as despesas. A execução orçamentária de 1945 apresenta, ao invés do saldo previsto, um déficit de 997 milhões. E infelizmente, apesar do aumento da receita de 1946, a execução orçamentária desse ano apresenta um déficit de 2.632 milhões. E havia sido previsto um saldo. O orçamento de 1947, de saída, nos apresenta um déficit de quase 600 milhões. Já a arrecadação do imposto sobre a renda, em 1946, foi menor em quase 20% do que a orçada. E esse é um sintoma de capital importância.

A meu ver foi praticado um erro grave quando se abandonou a subscrição compulsória de bônus de guerra. As despesas de uma guerra não podem ser pagas com recursos orçamentários normais. E essas despesas não são limitadas apenas ao período de operações militares. A preparação de um povo exige grandes sacrifícios financeiros. E a reorganização do após-guerra não se improvisa. Teria sido mais útil à nossa economia manter o excesso de meios em circulação do que limitar as exportações e provocar a crise que está determinando o fechamento de fábricas. No caso da subscrição compulsória

dos bônus de guerra, quem pagaria seriam os beneficiários dos lucros e na base do imposto de renda. Com a limitação das exportações a crise tomba em cheio sobre os trabalhadores, que ficam sem emprego.

Estou convencido de que, mais cedo ou mais tarde, S.Exa. o Sr. Presidente da República compreenderá a razão do carinho especial e da apaixonada dedicação de alguns de seus conselheiros.

Faz-se combate à inflação de boca e à custa dos outros. Vejamos, por exemplo, o que aconteceu no setor de tecidos. Houve uma lei proibindo a elevação de preços. À testa do órgão governamental incumbido de executá-la encontrava-se um industrial. À frente da campanha pela baixa de preços, pela deflação, outro industrial, em posição-chave da economia nacional. A matéria-prima subiu de 30 a 40%, em 1946. A mão de obra subiu de 30%. O resultado do balanço dessa fábrica foi, em lucro bruto:

<i>em 1945:</i>	
1º semestre	Cr\$ 40.752.207,00
2º semestre	Cr\$ 44.432.505,00
<i>em 1946:</i>	
1º semestre	Cr\$ 45.440.510,00
2º semestre	Cr\$ 66.613.527,00

Não é necessário uma investigação para se verificar que os preços foram aumentados. E como! Não só aumentos do custo da matéria-prima e mão de obra foram cobertos, como também o lucro atingiu um nível recorde no mundo. Em 1944 essa mesma fábrica teve, num ano, o lucro do segundo semestre de 1946.

É claro que ao honrado Sr. Presidente da República não falta autoridade moral para agir contra a elevação do custo de vida, mas com os conselheiros que cooperam tão valentemente em seu proveito para a elevação dos preços, como evidencia o famoso balanço de lucros que acabei de citar, nem o povo nem a economia nacional podem confiar.

Sr. Presidente, é indispensável suspender as querelas políticas e cuidar-mos atentamente da administração pública. Precisamos fortalecer o Poder Executivo com confiança no presidente da República e dando-lhe os meios para que possa realizar seu programa.

O café não pode ficar abandonado a um triste destino e sujeito a golpes da especulação internacional. Os trabalhadores nos campos e nas cidades não podem ser sacrificados pelos métodos simplistas de solucionar problemas forçando-se crises. A lavoura de algodão está próxima da colheita e não tem financiamento. Nossa pecuária apresenta profundas reclamações contra a falta de créditos. Dezenas de milhares de trabalhadores já se acham com dificuldades para obter emprego.

Foram pedidas providências por parte da indústria e do comércio. Foram prometidas essas providências. Não me consta que as ordens emanadas do Executivo estejam sendo cumpridas com lealdade. A situação, decorridas várias semanas, continua a mesma. Devo também pedir providências em nome dos trabalhadores. Durante a guerra apelei para os trabalhadores do Brasil como chefe da nação. Mobilizei-os para a defesa nacional, e ao homem brasileiro as Nações Unidas devem uma cooperação preciosa. Tenho o dever de reclamar do governo o que eu faria se no governo estivesse. Os trabalhadores hoje precisam de um mínimo de 200 horas de trabalho. Eles têm o direito ao trabalho. Querem trabalhar e precisam trabalhar. Sem defesa dos valores de produção ficaremos sem defesa dos valores de trabalho.

A participação nos lucros e o imposto de renda eliminarão progressivamente as diferenças de nível social. Negar recursos ao ritmo natural de nossa evolução, perder tempo com lutas estéreis e disputas pelo poder é esquecer seus deveres para com o povo. Dispersar as nossas energias em preocupações personalistas é retardar providências urgentes. Espero as sugestões do Executivo para discuti-las e apoiá-las. Espero com o povo.

Eu devo a São Paulo a minha solidariedade. E aqui estou em defesa do seu povo e da sua economia, que é honra e orgulho para nossa pátria. São Paulo é o centro da riqueza nacional. Sua indústria, sua lavoura, seu comércio, suas instituições de crédito estão atingidos pela crise. Se suas reclamações não forem atendidas a tempo, o que está ocorrendo em São Paulo atingirá, em breve, a todo o Brasil.

Senado Federal, 30 de maio de 1947

Discurso em que Vargas nega intenções conspiratórias contra o governo e rebate a “larga publicidade paga de ataques” que lhe foram dirigidos desde que pronunciou seu discurso anterior no

Senado, em 9 de maio. Além de responder aos líderes do governo e do PSD no Senado, e à contestação pelo Banco do Brasil dos dados citados em seu último discurso, faz a defesa da política financeira, industrial e agrícola de seu governo e diz-se disposto a colaborar para a solução da crise na economia nacional.

Sr. Presidente, ontem, pela manhã, estava em minha residência, acompanhado apenas de duas pessoas: um moço datilógrafo, meu amigo, que, por gentileza, passava à máquina a revisão final do meu discurso, e a copeira da casa. Nem minha esposa se achava presente. Estava numa casa de saúde, dando a assistência de seus cuidados a uma de nossas filhas, enferma de operação recente. Nesse ambiente de apreensões familiares e de trabalho, surpreendeu-me um redator de *O Globo*. Ia ouvir-me sobre uma pretendida conspiração de sargentos, em que estava envolvido meu nome. Respondi-lhe que meus pontos de vista sobre a necessidade de ordem e tranquilidade para o país foram claramente expostos no discurso de 9 do corrente, que pronunciei no Senado. Não poderia tomar a sério acusações dessa ordem. À tarde vi publicadas, em diversos jornais, com grandes manchetes e dizeres chamativos, as notícias dessa fantasia ridícula. Fiquei triste, Sr. Presidente: farsas dessa natureza prejudicam mais o crédito do Brasil do que a mim mesmo.

Há dias, desde que pronunciei nesta Casa o discurso já referido, tem-se feito uma larga publicidade paga de ataques contra mim. Muito dinheiro, que está faltando às necessidades do povo, deve ter sido posto nessa inflação publicitária. É bem possível que sobrasse pecúnia para improvisar um qualquer delator de fantásticas conspirações. Estranha coincidência é que essa publicidade seja feita às vésperas do discurso que vou pronunciar nesta Casa. Parece que há o propósito de intimidar-me.

Em nada alterei, quer nos conceitos, quer na forma, o que antes pretendia dizer. A serena firmeza e o respeito que devo às pessoas a quem me dirijo não sofreram alterações. Conheço bem as manobras dos forjadores de conspirações, para lhes dar importância. É provável que pretendam fechar mais alguma coisa e estejam preparando ambiente. Era isso o que tinha a dizer como prólogo do meu discurso.

Sr. Presidente, ouvi, com especial atenção, os discursos dos dois líderes que, nas últimas duas semanas, enriqueceram os anais desta Casa com magníficas considerações sobre o panorama econômico e finan-

ceiro do Brasil. Ouvi o discurso do líder do Sr. Presidente da República, que se estende sob a árvore benfazeja, repousando na sombra dadivosa do poder. E ouvi, finalmente, o líder do Partido Social Democrático, mourejando de sol a sol na árdua tarefa de uma defesa inútil. Inútil, Sr. Presidente, porque nada havia a defender, porque nada foi atacado. Minhas palavras não foram bem compreendidas, já o disse e repito. Não quis acusar nem criticar, não quis alarmar nem demolir; só tive um objetivo: concentrar as energias de todos os homens, de todos os partidos, para enfrentar as dificuldades nacionais.

Muito me emocionam esses exemplos de amizade, dedicação e lealdade política. Vejo, com grande satisfação, que o Sr. Presidente da República conta com numerosos amigos, como Ovídio descrevia em seus poemas. Mas, Sr. Presidente, os amigos de S.Exa. o Sr. Presidente da República não precisam defendê-lo de mim, porque ninguém mais do que eu pode apresentar provas da mais profunda amizade ao chefe da nação.

Tive a satisfação de promovê-lo de tenente-coronel a coronel e a general de brigada, e ainda de general de brigada a general de divisão. Durante muitos anos ele foi meu ministro da Guerra, desempenhando com tanta lealdade e tanta bravura essa função que foi chamado o “Condestável do Estado Novo”.

Mais tarde, quando sua candidatura, em vésperas de eleição, se encontrava em perigo, foram meus os votos que decidiram sua eleição, porque, meditando na escolha entre os dois candidatos, verifiquei que o ilustre brigadeiro Eduardo Gomes, um dos mais notáveis valores da sua geração, podia esperar um pouco, adquirindo no primeiro embate político de sua vida a experiência dos enganos e desenganos, indispensável, junto com a soma de sofrimentos e de decepções, para enfrentar a árdua tarefa de governar o Brasil. Pareceu-me, entretanto, que a idade propecta de S.Exa. o Sr. Presidente da República, seu espírito ponderado e sereno melhor se ajustavam ao período imediato que deveríamos viver. E S.Exa. dá provas de sua ponderação procurando governar com equilíbrio, sem partidarismo, sem paixão política, visando reunir todos os esforços e congregar todas as atividades para o bem do Brasil.

Ninguém mais do que eu tem dado provas de apreço pessoal ao general Eurico Gaspar Dutra. Tinha, no entanto, Sr. Presidente, um dever a cumprir e fui obrigado a cumpri-lo em defesa de São Paulo, em defesa da grande

terra bandeirante, pioneira de todas as grandes iniciativas brasileiras e cujo povo me delegou o mandato com emoção que jamais esquecerei.

Realizou-se uma reunião ministerial. Apareceram declarações otimistas. O Sr. Ministro da Fazenda informou que tudo corria perfeitamente. Minha voz serviu para alguma coisa. Poucas horas depois de ter declarado que não existia crise, S.Exa. o Sr. Ministro da Fazenda embarcava para São Paulo e entrava em contato direto com os produtores. A estes S.Exa. assegurou providências. São precisamente essas providências o que eu visava obter – e são essas providências que estou esperando.

Apresentando alguns dados sobre a situação financeira e econômica do Brasil, outro intuito não tive que não fosse o de informar o governo e esclarecer a opinião pública. Apareceram certas contestações. Vamos examiná-las serenamente.

Valor do ouro

Existe uma pequena diferença entre o valor do ouro pertencente ao Tesouro Nacional, citado em meu discurso, e o valor apresentado pelo Banco do Brasil na sua contestação. Em relação a esse valor do ouro, o presidente do Banco do Brasil só cita, no texto de seu relatório, 7 bilhões e 96 milhões.

O Sr. Presidente da República, porém, faz duas citações: uma à página 3.528 do *Diário Oficial* de 17 de março, de Cr\$ 7.096.368.832,00, e outra de Cr\$ 7.096.389.907,80 à página 3.531 do *Diário Oficial* de 17 de março de 1947.

Uma das citações do chefe da nação coincide com os meus dados. A outra coincide com os dados do Banco do Brasil.

É bem possível que os dados da página 3.528 tenham sido fornecidos pelo Ministério da Fazenda, e os da página 3.531 da mesma mensagem presidencial tenham sido fornecidos pelo Banco do Brasil. De qualquer forma, a diferença é apenas de Cr\$ 17.924,40, que em nada altera a posição. E, se alterar, corre por conta da mensagem presidencial.

Valor das divisas

Em relação às divisas, entre as cifras citadas em meu discurso e as que o Banco do Brasil apresenta em sua contestação, existe uma diferença de 40 milhões de cruzeiros.

De fato, à página 5.564 do *Diário Oficial* de 23 de abril, o presidente do Banco do Brasil, em seu relatório, indica um total de divisas existentes no valor de Cr\$ 6.844.509.024,90. À página 3.528 do *Diário Oficial* de 17 maio o Sr. Presidente da República, em sua mensagem, indica a cifra de Cr\$ 6.886.547.295,00.

As cifras citadas como divisas, e constantes no balanço do Banco do Brasil como saldo da verba “Correspondentes no Exterior”, apresentam os seguintes números: Cr\$ 6.846.547.295,50.

Citei, em meu discurso, os dados constantes da mensagem presidencial. Não podia escolher fonte melhor, nem mais autorizada. Como já vimos, o próprio governo tem três cifras diferentes. Seria de toda conveniência acertar as suas citações.

Papel-moeda em circulação

Em meu discurso declarei que, quando deixei o governo, a circulação de papel-moeda era pouco mais de 17 bilhões de cruzeiros. Exagerei um pouco. Em outubro de 1945, o papel-moeda em circulação era, exatamente, Cr\$ 16.914.000.000,00.

De 1º de novembro de 1945 a 31 de dezembro de 1946, foram emitidos Cr\$ 3.580.000.000,00. Desse total, 630 milhões nos meses de novembro e dezembro. No mês de janeiro de 1946, foram emitidos mais 156 milhões, ainda no governo Linhares. E nos 11 meses restantes, a emissão foi de 2 bilhões e 794 milhões.

As minhas cifras se referiam, como é fácil de verificar, aos dois meses de dezembro englobando o mês de janeiro no exercício de 1946.

Mas é melhor precisar o ritmo emissionista. No ano de 1945, durante dez meses de minha responsabilidade, foram emitidos 2 bilhões e 452 milhões, isto é, uma média mensal de 245 milhões e 299 mil cruzeiros, média mensal já inferior à do ano de 1944, que foi precisamente aquele em que o governo teve de lançar mão desse recurso por necessidades que estão ao alcance de todos: o Brasil ainda estava em guerra.

Em 1945, conforme se verifica, o ritmo emissionista foi detido. Começamos a emitir menos. A partir de novembro, se considerarmos o total da emissão feita nos 14 meses até dezembro de 1946, temos uma média mensal de Cr\$ 255.700.000,00. E se levarmos em conta apenas os 11 meses do governo do general Dutra em 1946, temos a média mensal de 254 milhões de emissão. Ambas as médias são superiores à de minha

responsabilidade em 1945. Portanto, não se deteve o ritmo inflacionista. O que se fez foi dizer que se estava detendo. O que se fez foi falar contra a inflação, mas os resultados e a documentação aí se encontram.

As cifras acima são rigorosamente exatas e extraídas da mensagem de S.Exa. o Sr. Presidente da República, do relatório do presidente do Banco do Brasil e, finalmente, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Não existe uma rigorosa coincidência entre as cifras da mensagem do general Dutra e as do relatório do presidente do Banco do Brasil. Mas essa diferença é por demais pequena para ter valor no cômputo geral.

Depósitos no Banco do Brasil

O Sr. Presidente do Banco do Brasil declara, em seu relatório, que os depósitos desse banco aumentaram, no ano de 1946, de 1 bilhão e 165 milhões de cruzeiros. É verdade. Mas vejamos se esse aumento foi proporcional ao ritmo de todos os aumentos existentes nos anos anteriores.

À página 5.577 do *Diário Oficial* de 23 de abril de 1947, encontramos, no relatório do presidente do Banco do Brasil, os saldos médios de fim de ano nos depósitos desse banco. E, na base desses mesmos dados, dessas mesmas cifras do Banco do Brasil, temos o seguinte quadro:

- em 1941 os depósitos do Banco do Brasil aumentaram de 954 milhões de cruzeiros sobre os do ano anterior;
- em 1942, aumentaram de 1 bilhão e 433 milhões de cruzeiros sobre os do ano anterior;
- em 1943, aumentaram ainda de 2 bilhões e 940 milhões;
- em 1944 o aumento ainda foi superior, alcançando 3 bilhões e 740 milhões;
- em 1945 o aumento foi de 3 bilhões e 130 milhões;
- em 1946, conforme já vimos, o aumento foi de 1 bilhão e 165 milhões.

Mas – e este é o ponto grave que preciso destacar – não houve um decréscimo nos depósitos dos outros bancos. Antes pelo contrário: em 1945 o aumento dos depósitos dos outros bancos foi apenas de 1 bilhão

e 205 milhões e, em 1946, quando decrescia o ritmo dos depósitos no Banco do Brasil, o aumento dos depósitos nos outros bancos brasileiros e estrangeiros, que em 1945 fora de 1 bilhão e 205 milhões, alcançava a cifra de 2 bilhões e 118 milhões!

Se alguém quiser discutir esses dados, discuta a exatidão das cifras do Banco do Brasil e do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, de onde foram extraídos, com o maior cuidado.

O Banco do Brasil apresenta, como média geral do seu movimento de empréstimos sobre depósitos, a do mês de dezembro. Esta foi, indiscutivelmente, mais elevada. Mas é a sua média e não a do total de todos os bancos. Além do mais, a média anual da percentagem de empréstimos sobre depósitos do Banco do Brasil, conforme se pode ver do próprio relatório daquele banco, foi de apenas 85%.

Além disso, convém esclarecer que esta questão de depósitos e empréstimos, como a de percentagens de empréstimos sobre depósitos, perdeu sua importância, uma vez que o Banco do Brasil está empenhado em reduzir os meios de pagamento.

A retenção do crédito é a linha geral dos bancos, que não podem mais contar com a garantia da carteira de redesconto. O que poderia parecer um fenômeno é um programa.

Essa redução dos meios de pagamento verifica-se na recusa de crédito ao desenvolvimento da produção, nas restrições à exportação e até no retardamento inexplicável do pagamento dos débitos dos próprios fornecedores dos serviços públicos.

Encaixes do Banco do Brasil

Da leitura do balanço do Banco do Brasil verificamos que consta em seu ativo, em caixa, a quantia de Cr\$ 1.000.110.879,10, e o total dos empréstimos é de Cr\$ 15.405.151.965,50.

Fazendo-se o cálculo de percentagem da caixa sobre o total dos depósitos, temos a média de 6,4%. E, computando-se a caixa sobre os depósitos à vista, temos a média de 8,9%, inferior à do movimento geral de todos os outros bancos.

As cifras estão no balanço. Para esse cálculo basta somar, multiplicar e dividir. O balanço se encontra à página 5.582 do *Diário Oficial* de 23 abril de 1947.

Depósitos compulsórios

Há uma pequena diferença entre os depósitos compulsórios citados em meu discurso e os que estão consignados no Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

De qualquer forma, os depósitos compulsórios que existiam em 1946, e que citei em meu discurso como na base de 2 bilhões e 325 milhões, são, efetivamente, 2 bilhões e 326 milhões. E os que computei em 1945 foram limitados aos dez meses de minha responsabilidade. Por isso citei apenas 1 bilhão e 740 milhões.

Computando os outros dois meses, temos 1 bilhão e 906 milhões. Esse detalhe tem importância secundária. Não altera o que quis dizer, isto é, que o aumento dos depósitos do Banco do Brasil foi devido, em grande parte, aos depósitos compulsórios. E posso acrescentar ainda, ao aumento dos depósitos dos poderes públicos no Banco do Brasil, que foi de mais de 300 milhões de cruzeiros, de um ano para outro.

Somando os dois aumentos, mesmo na base apresentada pelo Banco do Brasil em sua contestação, temos mais de 700 milhões de cruzeiros entre aumento de depósitos compulsórios e aumento de depósitos dos poderes públicos no Banco do Brasil. Isto significa que, sobre o total de aumento de depósitos efetuados no Banco do Brasil, 70% tiveram origem compulsória ou de poderes públicos.

Valores em custódia

Há uma retificação feita pelo Banco do Brasil à situação dos valores em custódia, que se encontram no meu discurso.

Se existe um erro, ele se acha à página 5.576 do *Diário Oficial* de 23 de abril de 1947, no relatório do presidente do Banco do Brasil.

Financiamento à pecuária

Em 31 de dezembro de 1946 os créditos em vigor para a pecuária eram de 3 bilhões e 250 milhões.

As operações sobre pecuária se fazem para pagamento num prazo de três a cinco anos. O total desses créditos foi distribuído entre 30.538 empréstimos, representando uma média de 100 mil cruzeiros por empréstimo. Calculando-se que, para 200 vacas, são necessários cinco touros, a média de valores de empréstimos não é exagerada, nem de caráter especulativo.

O Brasil tem mais de 32 milhões de cabeças de gado vacum. Na base do valor de 500 cruzeiros por cabeça, o total dos créditos corresponde a 20% do gado brasileiro.

Todos se queixam da falta de leite e de carne. O que não teria acontecido sem o financiamento à pecuária?

As primeiras operações – como estímulo – foram feitas na base da avaliação máxima do Banco do Brasil, de 5.000 cruzeiros para os touros e 3.000 cruzeiros para as fêmeas de gado fino. Depois, ainda no meu governo, se reduziu esse limite para 4.000 e 1.200 cruzeiros, respectivamente para machos e fêmeas. Os criadores protestaram e pediram a volta ao antigo nível. As últimas providências do Banco do Brasil reduziram ainda mais esse nível, fixando-o em 3.000 cruzeiros para os touros e 700 cruzeiros para as fêmeas.

Em 1946 os criadores pagaram 8.833 milhões de amortização sobre os créditos em vigor. O banco só concedeu créditos na base de 804 milhões. Em 1945 o total de créditos concedidos à pecuária foi de 2 bilhões e 94 milhões de cruzeiros.

Convém assinalar que, sobre um total de 6 bilhões de créditos destinados à pecuária nestes últimos seis anos, os pecuaristas pagaram aproximadamente a metade. Considerando-se o ciclo médio de produção pecuária de três anos para o gado vacum, os pecuaristas honraram sua palavra.

Neste momento nossa pecuária se encontra em moratória. Afirma-se que surgiram muitas especulações sobre o gado. É bem possível que se tenham verificado esses fenômenos. Mas não é justa essa condenação que pesa sobre toda a pecuária brasileira, uma das atividades vitais do nosso país, arrastada hoje a uma situação de sacrifício porque o método simplista de administrar considera que as operações de financiamento à pecuária não devem ser realizadas pelo Banco do Brasil.

Créditos rurais

No capítulo referente ao movimento geral de créditos concedidos, os créditos rurais, que em 1945 montavam a mais de 5 bilhões, em 1946 ficaram reduzidos a 2 bilhões de cruzeiros. E os créditos agrícolas, em vigor em 1946, eram em número de 7.089, no valor de 755 milhões de cruzeiros.

Se se pretende incentivar a produção agropecuária, não é com 755 milhões de cruzeiros de financiamento à lavoura e a moratória da pecuária que se conseguirá solucionar o problema.

Já afirmei, publicando estatística do próprio Banco do Brasil, que houve uma redução, de 45 para 46, de cerca de meio bilhão nos créditos agropecuários e um aumento nos créditos a capitalistas, profissões liberais etc.

Isto não foi contestado. Nem pode ser contestado. É a realidade, que se encontra publicada no relatório do Banco do Brasil. É a realidade que todos sentem nos campos e que o relatório veio apenas documentar para o governo, mostrando toda a tragédia dos nossos produtores.

O Plano de Emergência projetado durante o meu governo pela Comissão de Planejamento não foi executado nem financiado pelos que me sucederam. Fez-se um contrato com a firma Matarazzo. Entregou-se à Matarazzo essa responsabilidade e se transformou em negócio o que era uma medida de salvação pública.

Por isso, ou por outros motivos, o preço do milho, que em 1945 não alcançava no Porto de Santos Cr\$ 60,00 a saca, tanto assim que se fazia mister garantir este preço para incentivar a produção, hoje alcança uma média de Cr\$ 90,00.

Sr. Presidente, quando o preço do milho aumenta de 50%, aumentam de 50% os preços de todos os gêneros alimentícios. Esta é uma realidade da qual não se pode fugir no Brasil.

Situação orçamentária

Desde 1941, o balanço da União apresenta os seguintes déficits entre receita arrecadada e despesa realizada, conforme dados efetivos, baseados nas fontes da Contadoria Geral da República e do Conselho Técnico da Economia e Finanças:

1941	Cr\$ 794.080.000,00
1942	Cr\$ 1.371.433.000,00
1943	Cr\$ 501.363.000,00
1944	Cr\$ 84.463.000,00
1945	Cr\$ 997.821.000,00

Como se pode facilmente verificar, em 1944 o déficit foi reduzido à insignificância de 84 milhões de cruzeiros. Estávamos alcançando o equilíbrio orçamentário. Em 1945, a crise política, não obstante a previsão de um saldo orçamentário, nos arrastou a um déficit de quase um bilhão.

A crise passou. O Brasil caminhou para o ideal democrático, que deveria solucionar todos os problemas básicos do nosso país. O novo governo não teve problemas políticos, porque todas as forças de todos os partidos lhe manifestaram seu apoio e sua solidariedade.

Apesar disso, o exercício de 1946 se encerrou com um déficit de 2.632.968.265,50, conforme foi declarado por S.Exa. o Sr. Presidente da República em sua mensagem, à página 3.528 do *Diário Oficial* de 17 de março de 1947. Este é o déficit declarado na mensagem. Mas um órgão conservador da imprensa desta capital, insuspeito ao governo, fala num déficit potencial de Cr\$ 3.714.978.251,70. Informa o *Jornal do Comércio* que do exercício de 1945 transferiram-se créditos especiais e extraordinários, equivalentes a Cr\$ 1.306.306.736,40. Além disso abriram-se, em 1946, créditos da mesma natureza, no valor de Cr\$ 2.408.671.515,30. Não verifiquei a exatidão desses dados. Reporto-me às informações da-quele autorizado jornal.

Sr. Presidente, esse déficit é o maior de toda a nossa história administrativa. É maior do que todos os déficits que tivemos durante a guerra. E precisamente por isto é que achei indispensável concentrarmos as nossas energias nesse problema, colaborando com o governo para eliminar esse mal.

Em 1946, todos os impostos tiveram um aumento de arrecadação bem apreciável sobre a receita orçada. O imposto sobre a renda foi o único que não aumentou. E, no entanto, o imposto sobre a renda vinha, desde 1941, tendo um aumento progressivo não só sobre a receita do ano anterior como, e principalmente, sobre a receita orçada. As previsões, em relação ao imposto sobre a renda, nunca foram otimistas. Em 1946 foram, e é justamente esse sintoma que me preocupa.

Preciso ainda acrescentar que, nos últimos anos do meu governo, no Brasil, os orçamentos dos estados e dos municípios caminharam para a sua normalização e a extinção dos déficits. Em 1941 os déficits dos orçamentos de todos os estados eram 103 milhões e 88 mil cruzeiros. Em 1942 esses déficits atingiram a 120 milhões e 4 mil cruzeiros. Em 1943 tivemos, na soma total dos orçamentos dos estados, um saldo de 269 milhões e 221 mil cruzeiros. Em 1944 tivemos um saldo de 274 milhões e 580 mil cruzeiros e, em 1945, um déficit de 620 milhões.

O mesmo fenômeno que se observa em relação aos estados se registra quase paralelo com referência aos orçamentos dos municípios.

Em 1941 havia um saldo de 20 milhões e 86 mil cruzeiros. Em 1942 um déficit de 39 milhões e 877 mil cruzeiros. Mas, em 1943, já tínhamos um saldo de 39 milhões e 663 mil cruzeiros. Em 1944 voltamos a um déficit de 24 milhões e 589 mil cruzeiros. Finalmente, em 1945, o déficit subia para 58 milhões e 731 mil cruzeiros. Não conheço os dados de 1946. Ainda não estão publicados e ainda menos confirmados.

Essas cifras provam, documentalment, que, terminado o período de guerra, estivemos tomando todas as providências de ordem administrativa para alcançarmos o equilíbrio nos orçamentos da União, dos estados e dos municípios, providências básicas para iniciarmos a série de medidas complementares indispensáveis ao bem-estar coletivo. Publico tais dados porque tanto se fala em fantasmas e em desmandos do passado que é mister colocar as coisas no seu lugar.

A inflação

Sr. Presidente, o grande tema de uma literatura econômica que se tornou moda nos últimos tempos é o monstro inflacionista. Vejamos de perto a fisionomia desse monstro.

Em 1930 o Brasil não tinha a menor reserva de ouro ou divisas. Nossa moeda, portanto, era papel, sem o menor lastro. Em 1945 deixei uma moeda com 73% de lastro em ouro e divisas. Como se constituiu essa riqueza? Naturalmente na base dos saldos da balança comercial.

Foi dito que essas reservas de ouro e divisas não constituem reserva líquida: representam o nosso déficit em equipamentos industriais, trilhos, locomotivas, vagões etc. Se não tivéssemos constituído essas reservas, continuaríamos com a necessidade de trilhos, vagões, locomotivas etc., ou não continuaríamos? Esta a pergunta que exige uma resposta. Porventura o desgaste do nosso equipamento industrial deixou de se fazer quando os governos não se preocuparam ou não puderam constituir reservas? Ou foi menor o desgaste no ano de 1946?

Ficou o eminente colega senador Ivo D'Aquino impressionado com a minha afirmação de que a elevação de preços era devida a um fenômeno de ordem internacional. Disse, no meu discurso, que era esta a opinião do presidente do Banco do Brasil. Vou transcrever essa opinião. À página 5.564 do *Diário Oficial* de 23 maio de 1947, declara o presidente do Banco do Brasil, textualmente: “A observação desse movimento – aumento dos preços médios de tonelada de mercadoria exportada e importada – leva

a crer que a acentuada elevação de preços em 1946 foi um fenômeno de ordem mundial.”

Transcrevi o quadro da elevação internacional de preços dos nossos produtos básicos. O ilustre senador Ivo D’Aquino me apresenta um quadro relativo ao que lhe parece um paralelismo entre aumento de papel em circulação e aumento de custo de vida.

Verifica-se que, tomando-se como índice 100 em 1930, o custo de vida subiu para o índice 288 em 1946 e a moeda em circulação passou para o índice 720. Se estabelecermos um cotejo entre os vários aumentos da moeda em circulação e os do custo de vida, verificaremos que não há proporção alguma. O custo de vida aumentou; a moeda em circulação também aumentou. A relação entre os dois fenômenos, porém, não é básica. Indiscutivelmente depois de um certo limite se estabelece alguma relação entre os dois fenômenos. Inegavelmente, a emissão de papel-moeda, descontrolada e sem lastro, é e pode ser a causa do aumento do custo de vida.

Mas, no caso brasileiro, o único paralelo existente, rigoroso, é o do aumento do custo de vida e o do aumento do custo da mão de obra. Nossa mão de obra só tinha dois paralelos: China e Índia. E não podemos desejar para o Brasil a continuação desse nível de vida.

Desejo, porém, por enquanto, permanecer na afirmação doutrinária do ilustre senador Ivo D’Aquino. “Em uma economia ajustada, um dos fatores essenciais de equilíbrio no âmbito interno é a adaptação dos preços das utilidades e serviços aos salários e vencimentos.” Para atingir esse objetivo, acha o ilustre senador que o volume total dos meios de pagamento – moeda em circulação e depósitos à vista – deve estar em relação conveniente com o volume total dos bens, das mercadorias e dos serviços.

Parece lógico que a solução para o problema não é restringir créditos, e sim aumentar a nossa produção e riqueza, aumentando, portanto, os bens, as mercadorias e os serviços. Creio até que, se bem não me engano, esta é a opinião de vários ilustres membros desta Casa, entre os quais posso destacar o senador Durval Cruz, que aparteceu declarando: “Melhor teria sido a absorção pelo aumento da produção”.

Mas não é esta a opinião do ilustre presidente do Banco do Brasil, orientador geral da economia e das finanças nacionais. “A produção” – declara S.Sa. em seu relatório – “não se pode desenvolver de modo ilimitado”. E continua dizendo mais ou menos o seguinte: que existindo excesso de

meios de pagamento e não existindo possibilidades de aumento de produção, é indispensável reduzir os meios de pagamento.

Doutrinariamente, esse ponto de vista estaria certo se não houvesse mais possibilidade de aumento de produção, isto é, se o Brasil tivesse alcançado a saturação econômica. O grande mal de ler muitos livros estrangeiros, sem traduzir os problemas, limitando-se à tradução das palavras, reside precisamente nisso. Irving Fisher escreveu dentro do problema norte-americano e nós nos encontramos num país onde podemos verificar um subconsumo e uma subprodução. Muito longe de alcançarmos o ilimitado, precisamos produzir, e produzir muito, para a grandeza do nosso país e bem-estar do nosso povo.

Mas, Sr. Presidente, os bens, mercadorias e serviços existentes são suficientes para o povo brasileiro? Parece-me que não. Por mais que tenhamos edifícios, apartamentos, casas de moradia, faltam habitações para todas as classes. Por mais que tenhamos produtos industriais, se sobram em alguns setores, faltam em muitos outros. Por mais que tenhamos serviços de Estado e serviços públicos, faltam ainda, em quase todos os setores, esses elementos vitais para as necessidades do povo. Se há falta, bens, mercadorias e serviços ainda se podem desenvolver, estando, assim, muito longe do limite de saturação.

É preciso, porém, esclarecer uma dúvida apresentada pelo eminente senador Ivo D'Aquino. Diz S.Exa. que eu citei apenas os produtos básicos que sofreram a influência dos preços internacionais e que não foram somente esses produtos que aumentaram, e sim todos. Se S.Exa. me tivesse feito esta pergunta antes de uma afirmação categórica, para basear seu raciocínio sobre a mesma, eu teria respondido que a lei da interdependência de preços determina, fatalmente, uma elevação ou baixa de preços todas as vezes que os produtos básicos se elevam ou baixam.

Agradeço, muito sensibilizado, a brilhante defesa que o ilustre senador Ivo D'Aquino fez do período de meu governo. É uma justa homenagem prestada ao ilustre presidente da Comissão de Finanças, deputado Artur de Sousa Costa, que comigo colaborou dedicadamente na solução dos mais graves problemas financeiros do país. Ninguém mais do que o meu ministro da Fazenda foi anti-inflacionista e, no entanto, emitiu. Ninguém mais anti-inflacionista do que eu e, no entanto, emiti. Mas não baseei meu governo somente sobre a inflação ou a anti-inflação.

Devo esclarecer também que a Superintendência da Moeda e do Crédito, criada durante o meu governo, não funcionava como um organismo isolado, mas, sim, como uma peça de um conjunto equilibrado entre a Superintendência da Moeda e do Crédito, a Carteira de Redescontos e as Letras do Tesouro e Títulos do Estado. A Carteira de Redescontos deixou de funcionar nos empréstimos a bancos praticamente no ano de 1946. Sobre 8 bilhões e 900 milhões, que a Carteira de Redescontos tinha emprestado aos bancos em 1945, em 1946 só emprestou realmente um bilhão.

Nessas condições, a Superintendência da Moeda e do Crédito funciona apenas como bomba aspirante, sem correspondente para intensificar a circulação da moeda. É precisamente pela falta de funcionamento do conjunto que se está determinando a crise de meios de pagamento em todo o Brasil.

Não resta a menor dúvida de que o que se pretende fazer é isso mesmo. Mas é justamente pelo fato de se pretender reduzir de forma tão violenta os meios de pagamento que eu manifesto minha estranheza, em face das consequências que tal política pode determinar.

Durante anos, meu governo também pensou no Banco Central. E esteve quase pronto esse Banco Central. Não o criei, Sr. Presidente, única e exclusivamente porque, em preparação de guerra, com a guerra próxima e conhecendo as consequências inevitáveis dessa situação, não poderia responder pelo equilíbrio orçamentário. E um Banco Central só funciona bem quando o orçamento está equilibrado. Fora daí, o Banco Central passa a ser um organismo mais nocivo e contraproducente do que eficiente e benéfico.

Afirmou o Sr. Senador Ivo D'Aquino que a crise vem de longa data e que já a desenhara, numa de suas exposições, o então ministro da Fazenda, atual deputado Artur de Sousa Costa. É verdade. Ninguém pode pretender, no entanto, que se acesse uma guerra sem crise econômica. Mas são duas crises completamente diferentes: a crise de uma guerra e a crise de uma paz, porque se apresentam como consequência de dois fenômenos inteiramente diversos. A crise da guerra, Sr. Presidente, foi superada. Estamos, agora, na crise econômica da paz. A construção econômica dessa paz não pode ser realizada criando-se uma guerra contra os produtores, com uma agressividade nunca vista. Não

pode ser levada a termo através da preocupação de se impedir o desenvolvimento econômico do país.

O custo da produção, Sr. Presidente, nada mais é, dentro do sistema capitalista em que vivemos, do que o resultante da soma de duas parcelas: custo do dinheiro e custo do trabalho. O que se visa fazer é aumentar o custo do dinheiro e diminuir o custo do trabalho, isto é, reduzir, pelo desemprego, as possibilidades de os trabalhadores pleitearem reajustamento de salários. Não me parece que esta seja a melhor forma de se baratear a produção, nem tampouco a melhor maneira de se estimular a produção.

Se meu discurso teve profunda repercussão, não foi pelo que eu disse, e sim pelo que todos sentiam. Comprometi-me a trazer a esta Casa a prova de que as ordens do governo não estavam sendo cumpridas. Cito e transcrevo um trecho do artigo de autor absolutamente insuspeito a meu respeito, o Sr. Assis Chateaubriand. Diz esse brilhante jornalista, textualmente:

“Fontes oficiosas adiantam que o Banco do Brasil está autorizado a financiar o café, francamente, quando representado por documentos tais como conhecimentos e *warrants*. Todavia, os gerentes das filiais aqui, no interior e em Santos, declaram que continuam sem instruções da matriz no Rio. Tal se passa até agora, às 10 horas, através das informações diretas de Santos. O crédito que existe em Santos está circunscrito aos limites cadastrais das firmas comissárias, que já os esgotaram”.

Esse artigo tem a data de terça-feira, 13 de maio de 1947.

Todos sabem, Sr. Presidente, que a Confederação das Associações Comerciais do Rio de Janeiro sempre foi ativa e independente. Desejo transcrever o item VI das conclusões do Memorial da Confederação das Associações Comerciais apresentado ao chefe da nação: “Ajustar a política do Banco do Brasil às necessidades da produção e não meramente às necessidades financeiras do Tesouro”.

Mais ainda, Sr. Presidente, o senador Ribeiro Gonçalves declarou, em aparte ao senador Ivo D’Aquino, que: “É tremenda a crise que está atravessando presentemente o comércio de exportação de cera de carnaúba”. Essa crise atinge principalmente o Piauí e o Ceará, que estão reclamando financiamento.

Vários deputados acabam de apresentar na Câmara uma indicação para um inquérito que determine as causas das anormalidades da situação da indústria têxtil, com o objetivo de se tomarem providências que “salvem da crise a indústria têxtil, setor importante da economia brasileira”.

Não me consta que a Confederação das Associações Comerciais esteja encampando pontos de vista de especuladores e, menos ainda, que senadores e deputados de vários partidos, muitos dos quais meus adversários políticos, estejam defendendo pontos de vista de especulação. Não me consta que a criação de uma Comissão Especial de Pecuária na Câmara dos Deputados, para examinar a difícil situação em que se encontram os criadores do Brasil, seja um movimento de especuladores.

Transcrevo, finalmente, um telegrama da Associação Comercial e Industrial de Blumenau:

“A Associação Comercial e Industrial de Blumenau tem a satisfação de levar ao conhecimento de V.Exa. que, reunida em sessão conjunta com representações do comércio e da indústria, estudou com cuidado e atenção a gravíssima situação por que vêm atravessando as nossas classes conservadoras locais, originada pela retenção das operações de descontos de títulos comerciais junto aos estabelecimentos de crédito da praça. Cientificamos V.Exa. de que expedimos telegramas mesmo sentido Sr. Presidente da República, Dr. Nereu Ramos, ministros da Fazenda e Trabalho, presidente Banco do Brasil e nossas representações Senado e Câmara Federal, encarrecendo a todos providências urgentes e imediatas para que seja determinado Banco do Brasil local proceder aumento limite para operações descontos títulos de nossas classes conservadoras e determine o redesconto títulos transacionados demais bancos locais. Cientificamos a V.Exa. que fato está causando alarme requerendo por isso providências de nossas autoridades constituídas a fim seja evitada uma possível convulsão social local. Resta-nos assim solicitar a V.Exa. interferir junto demais autoridades solução magno problema que constituirá tranquilidade apreensões existentes e defesa nosso parque industrial seriamente ameaçado.

Respeitosas saudações. Joaquim Gonçalves, presidente”.

Será que os comerciantes e industriais de Blumenau também são especuladores? Disse o senador Ivo D'Aquino: “Talvez tenhamos sido imprevidentes e alimentado no espírito uma ilusão que tristemente agora se dilui”.

Eu não estou sendo imprevidente. Chamei a atenção para o reflexo da política monetária sobre os orçamentos. E o ilustre líder do PSD declara, textualmente: “Todos os governantes do Brasil devem ter em atenção que, refreado o surto inflacionista, podem ficar na contingência de, antes de terminado o terceiro semestre [*sic*] do exercício anual, não estarem em condições de pagar o funcionalismo”.

Está bem claro que o governo sabe para onde caminha. Quando chamei a atenção para a repercussão da crise sobre os orçamentos, quis ser previdente. Mas o governo já sabe que pode ficar na contingência de não ter dinheiro para pagar o funcionalismo. E o ilustre senador Ivo D'Aquino está avisando os governadores dos estados de que isto pode acontecer.

Os sem-trabalho vão aumentar em número. O governo os concita a procurar outras profissões. Quais? Na lavoura, na pecuária? Certamente não, porque lavoura e pecuária estão em crise e sem recurso. Onde? Pouco importa.

Deixamos de ser devedores internacionais para sermos credores internacionais. E isto vejo que entristece profundamente todos aqueles que, durante anos, sempre desejaram o Brasil de sacola na mão, como um pedinte, roto e esfarrapado.

O combate à inflação

Entretanto, vejamos como se combate a inflação. As emissões levadas a efeito, desde que deixei o governo, tiveram um lastro em ouro e divisas de apenas 44%, enquanto eu deixei a média de 73% de lastro. E, devido a essas emissões, a média geral do nosso lastro baixou de 73% para 67%.

Isto é que é inflação e não deflação. Aumentar o papel-moeda sem aumentar principalmente as nossas reservas em ouro e divisas é o que se chama inflação, inflação verdadeira, inflação real, inflação objetiva.

Não fui eu que criei a inflação. Inflação é esta que se está fazendo sob a máscara da deflação, conseguindo-se apenas reduzir créditos, reduzir os recursos à produção e ocultar, com palavras, uma realidade que

já começa a ser dolorosa, sem reduzir os preços, antes pelo contrário, alcançando uma sensível elevação do custo da vida.

Contestem estas cifras. Provem que não é verdade que diminuiu a percentagem de lastro em ouro e divisas sobre a moeda emitida. Provem que os preços não aumentaram. E depois voltem a falar em inflação.

Já mostrei, Sr. Presidente, que o déficit orçamentário de 1946 foi o maior de todos os tempos da história econômica, financeira e administrativa do nosso país. Já mostrei, ainda, que a percentagem de lastro em ouro e divisas sobre a moeda emitida baixou de 73 para 67%. E todos sabem que os preços subiram. A literatura sobre inflação continua e agora é que começamos a inflação com déficits orçamentários tão vultosos e com a redução das nossas divisas.

Não desejo me estender mais. O que se está fazendo no Brasil é querer calçar um sapato de criança num gigante. O que se está fazendo é esconder a realidade ao chefe da nação, é pretender intoxicar a opinião pública com palavras que não resistem nem ao tempo nem aos fatos. Não há crise no Brasil. Reina paz em Varsóvia.

O complexo contra o trabalhador brasileiro

Vejo, Sr. Presidente, com profunda tristeza, que o que existe por parte de alguns homens em nosso país, arvorados em líderes da economia nacional, é apenas um acentuado complexo contra o trabalhador brasileiro.

Não me preocupam interesses e lucros industriais. Não me preocupam lutas entre grupos que porventura se tenham desavindo. A indústria tem, nesta Casa, seus representantes, e eles que a defendam, caso precise de defesa.

O que se pretende é destruir o valor desse trabalho, reduzir a papel o que é ouro e moeda estrangeira, já incorporados ao patrimônio da nação. O que se pretende é criar o monopólio do dinheiro, destruir todas as iniciativas, sufocar o nosso povo e reduzir os operários a mendigar trabalho.

Não tínhamos, no Brasil, o problema dos desocupados. Eis o que se pretende criar. Uma vez determinada a impossibilidade de desenvolvimento industrial, os operários sofrerão as consequências da crise com o desemprego. Haverá mais oferta de braços do que procura. E os trabalhadores irão, pela fome, pela necessidade imediata e premente, renunciando às conquistas sociais e voltando à situação de escravos dos que possuem dinheiro.

Não é nem pode ser este o programa de um presidente da República do Brasil. Mas é isto o que se está fazendo. O maior negócio político dos últimos tempos tem sido a atribuição de intenções que não me animam. Minhas palavras são a expansão do sentimento do povo. Não tenho inimigos nem adversários. Os que porventura imaginam que em meu espírito existe mágoa ou rancor praticam um grave erro. Compreendo e justifico, perfeitamente, todas as lutas contra um regime ao qual era contrário o idealismo de muitos nobres brasileiros. Respeito todas as opiniões, todos os ideais e todos os sentimentos.

Erros e dificuldades do governo

Ninguém mais do que eu sabe como é difícil governar e fácil criticar. Todos, porém, podem verificar que o que se está fazendo é mais criticar do que governar.

Cito um exemplo claro: todos achamos que a inflação é um mal. O governo investe contra a inflação. O Banco do Brasil faz relatórios contra a inflação. Vejamos os fatos: emite-se na base 44% sobre as divisas e baixa-se o nível do lastro de 73% para 67%. Todos achamos que os orçamentos devem ser equilibrados. Vejamos os fatos: um déficit de 2.600 milhões. Todos achamos que a lavoura e a pecuária devem ser estimuladas e desenvolvidas. Vejamos os fatos: reduzem-se os empréstimos rurais. Todos achamos que se deve combater a alta dos preços. Vejamos os fatos: os preços continuam subindo.

Mas, Sr. Presidente, vamos admitir que meu governo tenha errado. Vamos admitir que a orientação econômica e financeira executada pelo meu ministro da Fazenda seja a causadora de todos os males. Não foi. Estou convencido disso e disso está convencida a Câmara dos Deputados, que elegeu presidente da Comissão de Finanças o ilustre representante do Rio Grande, Sr. Artur de Sousa Costa.

Mas vamos admitir tudo isso. Pois bem, por que se emitiu mais com menos lastro de reservas e por que continuamos em déficit? Por que não corrigimos esses erros? Se é difícil, se não é possível, não se deve criar na opinião pública a consciência de que o governo sabe que está errado e não pode deixar de errar. Porque o povo não passa a ter uma opinião menos favorável em relação a esse governo, que precisa, como todos, do apoio da consciência popular.

Vejam, por exemplo, a questão de preços. O governo baixou um decreto congelando todos os preços. Repetiu a tentativa da Portaria nº 36, de 8 de janeiro de 1943, da Coordenação da Mobilização Econômica. Mas a coordenação fez essa portaria como ensaio e eu não arrisquei a autoridade do governo, porque sei que os preços não se controlam nem por decretos, nem com portarias. De qualquer forma, essa ação tinha o objetivo de conter, administrativamente, as tendências para alta. E se foi fazendo o possível, dentro das dificuldades da guerra, que chegou a reduzir nossa eficiência de transporte marítimo a pouco mais de 30%.

Em relação aos tecidos fez-se um acordo, obrigando-se a indústria a fornecer a uma comissão especial um mínimo de 100 milhões de metros por ano na base de preços de custo. Foram fixados esses preços. Em 30 de novembro de 1945, o coordenador, em sua Portaria 424, baixou os preços de todos os tecidos em 10%. A regulamentação e a fiscalização dessa portaria ficaram a cargo da Comissão Executiva Têxtil. Leia-se o *Diário Oficial* de 1º de dezembro de 1945. A Cetex assumiu, portanto, essa responsabilidade. Mais ainda: regulamentou a portaria do coordenador em Resolução nº 16, de 10 de dezembro de 1945, publicada no *Diário Oficial* de 15 de dezembro do mesmo ano. Ficou, assim, com o encargo de fiscalizar a redução de preço. Isto foi feito? Positivamente não!

O ilustre senador que me contestou declara que a Comissão Executiva Têxtil não tinha o controle dos preços. Estou documentando que minha afirmação era verdadeira.

Depois o governo criou a Comissão Central de Preços e congelou todos os preços das utilidades, pelo Decreto-Lei nº 9.125, de 4 abril de 1946. Como foi cumprida essa determinação? A Cetex ficou com a competência exclusiva até recentemente, quando o atual vice-presidente da CCP interveio na matéria e determinou a marcação dos preços de fábrica. Não desejo discutir mais este assunto. Apresento as provas do que disse e estou convencido de que o vice-presidente da CCP, dentro de pouco, transferirá suas armas e bagagens para outro setor, porque teve a petulância de pretender impedir o sacrifício do povo, que se está fazendo com o monopólio dos frutos da famosa árvore benfazeja já não só em sombras e flores.

Insisto num ponto: há um complexo contra o trabalhador brasileiro. Açam que ele não deve ser operário nas fábricas, que o Brasil não deve ter indústria, que é indispensável destruir toda e qualquer possibilidade de trabalho fora dos campos. O Brasil, no conceito desses homens, deve ser uma nação essencialmente agrícola. O operário deve mudar de profissão, pelo que pretendem, ou então voltar ao regime da escravatura.

No momento em que a Argentina, sem energia hidrelétrica, sem carvão, sem ferro, sem a riqueza fantástica de matérias-primas que o Brasil possui, se lança num programa ativo de industrialização, nós devemos voltar atrás. E o operário deve desaparecer.

Não vejo como se consegue baixar o custo de vida elevando o preço do dinheiro. O resultado de uma política de elevação do preço do dinheiro pode ser imediatamente o de uma baixa nos preços dos estoques e, portanto, uma perda de substância para a indústria, o comércio, a lavoura e o orçamento. Mas fatalmente representará, logo que se liquidarem os estoques, uma elevação do custo da produção.

Há ainda um fenômeno de excepcional importância, que se está processando: é o desânimo dos produtores. Desânimo tanto mais grave quanto coincide com as possibilidades de importação de maquinismos. Muitas empresas, na atual situação, não se aventuram a uma tarefa tão ingente. E muitas outras já não mais possuem os recursos indispensáveis a uma reforma de instalações.

Quem sofre, mais do que o empregador, é ainda o operário, que vê desaparecer a possibilidade técnica de melhorar seu nível de vida através do trabalho em máquinas de maior produção e eficiência.

E a mim preocupa extraordinariamente a sorte de milhões de trabalhadores, aos quais se diz permanentemente que não é possível reajustar salários porque a crise está às portas. Preocupa meu espírito o futuro desses homens, ameaçados da redução de possibilidades de trabalho. Preocupa a minha consciência o destino do esforço de todos os que trabalham no Brasil nas fábricas, nas lavouras e nos campos. São Paulo sofre e eu sofro com São Paulo.

Estejam todos certos de que só me anima um desejo sincero: o de ver o chefe da nação realizar uma grande obra administrativa que, ao mesmo tempo, assegure paz e bem-estar ao povo brasileiro. Tudo que puder fazer nesse sentido, tudo que estiver ao meu alcance realizar para ajudar todos os homens de boa vontade eu farei, porque não há sacri-

fícios para mim, desde que exista a compensação, que sempre tive, do carinho do povo.

Por isso, Sr. Presidente, reitero meu apelo. Esqueçamos tudo o que passou. Vamos trabalhar, ombro a ombro, pela grandeza da nossa pátria, pela felicidade do nosso povo, pelo êxito da administração, a fim de que possamos preparar o Brasil para o seu futuro, que será, estou certo, digno dos nossos anseios.

Senado Federal, 3 de julho de 1947

Discurso em resposta à defesa do governo feita pelo líder do PSD, senador Ivo D'Aquino, a partir das primeiras críticas feitas por Vargas, em maio, à política econômica em curso.

O Sr. Presidente – Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o Sr. Senador Getúlio Vargas, orador inscrito. Atenção! As galerias não se podem manifestar.

O SR. GETÚLIO VARGAS – (*Lê o seguinte discurso.*) Sr. Presidente, agradeço de todo o coração a acolhida que minhas palavras receberam nesta Casa. Agradeço o apoio e as críticas. Disse, desde o primeiro momento, que meu objetivo era colaborar para a solução do problema econômico nacional, unir o meu esforço e a minha experiência ao vosso saber, à vossa competência.

O ilustre líder do PSD, senador Ivo D'Aquino, declarou que eu partira de premissas errôneas e que, portanto, minhas conclusões deviam ser falhas. É verdade, Sr. Presidente. O senador Ivo D'Aquino mostrou, em seus discursos, que minhas premissas eram errôneas. De fato, não imaginava eu que o governo estivesse empenhado numa deflação. Até dias atrás sabíamos que a política monetária do governo não tinha essa diretriz. Sabíamos que o governo estava empenhado em reduzir as emissões. E esse programa salutar, traçado, como bem mostrou o nobre senador Ivo D'Aquino, pelo meu governo e, infelizmente não executado, também não estava sendo executado pelo emérito presidente da República. Mas reduzir as emissões não significa fazer deflação. E eu ainda não aprendi como fazer efetiva e eficientemente deflação sem se alcançar o equilíbrio orçamentário. Estou aprendendo agora, juntamente com muitas outras coisas.

Estava eu convencido da concentração dos esforços do governo para aumentar a produção. E, ainda, da conjugação de todas as energias para se alcançar o bem-estar do povo. Tendo conhecimento da formação de uma crise em São Paulo, achei que era meu dever, desde que os paulistas se lembraram de mim, mostrar como era profunda minha gratidão e acudir em defesa da economia de São Paulo, alertando o governo, que eu supunha desconhecer a realidade. Sei, por experiência, que em torno dos presidentes se formam cortinas de fumaça e os ambientes palacianos são quase sempre risonhos e felizes. Choveram os protestos. Não há crise, declarou o Sr. Ministro da Fazenda. Isto significa, bem claramente, que, para o mundo oficial, a crise não existia.

Sr. Presidente, mais uma vez eu partia de uma premissa errônea. Observando os reflexos da orientação financeira nas massas trabalhistas, eu me limitara a focalizar o problema do operariado paulista, sem trabalho e buscando meios de sobreviver. Estava longe da realidade. A crise se estendia do Amazonas ao Chuí. Uma crise estranha, uma crise de encomenda, uma crise incrível, uma crise pré-fabricada. Fiquei impressionado com o fenômeno e resolvi reafirmar, como reafirmo, que não desejo, de forma alguma, fazer exploração política, criticar quem quer que seja, combater esta ou aquela orientação. Não desejo, tampouco, Sr. Presidente, discutir problemas políticos nem acender ou reacender animosidades.

Existem, como é natural, várias divergências nos julgamentos sobre os homens e as coisas. Mas há pontos sobre os quais sinto existir perfeita harmonia. Não são os meus pontos de vista. São de todos. Todos os homens que sentem a responsabilidade de um mandato sabem que têm deveres em relação aos que os elegeram. E todos os que nos elegeram pensam de uma só forma: deixar de emitir é uma necessidade, mas a deflação violenta é um perigo. E ainda mais: a retração de crédito é uma catástrofe.

Pensávamos todos, no Brasil, que o louvável esforço em se controlar o ritmo emissionista não significaria a drenagem de todos os recursos destinados à produção para o Banco do Brasil poder atender a despesas do governo. O que estamos verificando, porém, é apenas isso. Todos os bancos reduziram suas operações. O Banco do Brasil continua retirando da circulação destinada à produção tudo o que consegue. E os pecuaristas, os agricultores, os industriais, os comerciantes, os construtores, todos enfim

que produzem, só têm o caminho do desespero. Três grandes portas estão abertas: moratória, concordata, falência. As demais se fecharam.

E eu perdendo meu tempo, mergulhando num oceano de cifras para provar que a política monetária estava causando precisamente o que se queria alcançar!...

Na verdade, Sr. Presidente, se, como verifiquei, o programa do governo é desencadear, com a restrição de meios de pagamento tão violenta, uma perturbação econômica e financeira, não precisa de mais nada para ter a segurança do seu êxito. De minha parte, continuo achando que não pode ser programa de governo algum quebrar a pecuária, arruinar a lavoura, fechar fábricas, aniquilar o comércio e criar o problema do desemprego. Acho de toda a conveniência que as correntes políticas responsáveis pela vida da nação se definam em face dessa orientação, por seus líderes autorizados. Precisamos dizer ao povo se estamos de acordo com a restrição de créditos, o cerceamento à liberdade de comércio, de produção, e a destruição do direito ao trabalho.

O Sr. Ivo D'Aquino – V.Exa. dá licença para um aparte?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Com todo o prazer.

O Sr. Ivo D'Aquino – Acha V.Exa. que o cerceamento e a disciplina do comércio se iniciaram no governo atual?

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. espere, que contarei toda a história.

O Sr. Ivo D'Aquino – Aguardo, então, que V.Exa. exponha o seu ponto de vista.

O SR. GETÚLIO VARGAS – (*Lendo.*) Precisamos dizer ao povo se estamos apoiando uma orientação monetária que não permitirá aos governos estaduais o pagamento do funcionalismo dentro de 90 dias, como declarou o nobre senador Ivo D'Aquino.

Mas não nos devemos limitar ao estudo do problema de créditos para a produção. Temos algumas questões vitais que dependem do nosso pronunciamento. Uma delas é a que se relaciona com o valor internacional do cruzeiro, ou com o padrão-ouro. Já temos, nesta Casa, um projeto apresentado pelo senador Mário Ramos. O governo tinha liberado o câmbio, abandonando toda e qualquer restrição cambial, criando, porém, uma retenção de 20% do produto das exportações, que eram pagos em Letras do Tesouro. Agora volta à política de câmbio da “malfadada ditadura”, arrematando 30% das cambiais pelo preço que bem entender e baseado numa lei ditatorial anterior à Constituição e,

portanto, ao sistema democrático. Mas não aboliu a retenção de 20% das cambiais; o que justificou essa retenção de 20% foi a liberdade de câmbio. Desaparece a liberdade e permanece a retenção. A tendência internacional, especialmente dos Estados Unidos, é no sentido de redução do valor do dólar em face do ouro, para favorecer as suas exportações. A tendência observada no seio do governo é aumentar o valor do cruzeiro para dificultar as exportações em geral.

Existe, finalmente, outro problema básico, que tanto se tem focalizado nos últimos meses e especialmente nos últimos dias: se o Brasil deve ou não ser uma nação industrial. Devo distinguir que industrialização não significa o abandono da produção rural. Algumas nações só podem viver pela atividade industrial, como a Bélgica, porque seus campos não são suficientes para alimentar o povo. Aliás, quase todas as nações da Europa se encontram nessa situação, com maior ou menor concentração de habitantes por hectares. O Brasil pode, ao mesmo tempo, ser como é, nação pastoril, agrária, produtora de matérias-primas vegetais e minerais e, finalmente, industrial.

O Sr. Ivo D'Aquino – V.Exa. me permite um aparte? Foi isso exatamente o que acentuei no meu discurso. E penso ter demonstrado que a produção brasileira diminuiu, sobretudo nos anos de 1943 e 1944.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Que espécie de produção?

O Sr. Ivo D'Aquino – A produção agrícola, em geral, não seguia o mesmo ritmo da produção industrial. Foi exatamente a tese que sustentei no meu discurso. Vejo, agora, com prazer, que V.Exa. está dentro do mesmo ponto de vista.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. pensa que, por isso, deve ser reduzida a produção industrial?

O Sr. Ivo D'Aquino – Ao contrário. Considero que a produção agrícola e a industrial devem ter o mesmo ritmo. Por isso, estranho que a política econômica do governo anterior não se tivesse preocupado com o aumento da produção agrícola.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A todos esses pontos darei resposta no correr do meu discurso. Essas afirmações V.Exa. já fez anteriormente.

(Lendo.) Economicamente, é uma das nações mais completas do mundo. Limitar a atividade de uma nação que se encontra entre as três primeiras do mundo como potencial de energia hidrelétrica e jazidas de

ferro, limitar essas energias à vida rural significa dar provas de incapacidade e de mentalidade colonial.

Desejo, Sr. Presidente, acentuar que a preocupação máxima do meu governo foi a defesa nacional. Justamente pensando na defesa da nossa pátria é que procurei executar os conselhos dos nossos técnicos militares na reestruturação das nossas forças armadas, criei fábricas militares, arsenais e, por fim, pensei que a experiência da Primeira Guerra Mundial seria suficiente para demonstrar a necessidade de uma retaguarda industrial. A Segunda Guerra veio provar o acerto de nossa orientação. A indústria da Inglaterra, a dos Estados Unidos, a do Canadá decidiram o destino dos povos com o milagre da produção.

Sr. Presidente, a industrialização é o anseio de todos os povos, porque a indústria representa a fase mais elevada da civilização. Todas as nações do mundo pensam no desenvolvimento industrial e poucas possuem os meios que o Brasil tem. As nações se dividem em duas categorias: as que podem dar canhões e as que só podem dar carne para canhões. Prefiro ver o povo brasileiro inscrito na categoria das primeiras, mesmo desejando ardentemente uma paz que quase nunca de nós depende.

Cada soldado na linha de frente exige o trabalho de dez operários na retaguarda. Por isso, a própria agricultura se industrializa. Nós estamos apenas no limiar de nossa estrada de industrialização e já acham que caminhamos muito.

É lamentável, profundamente lamentável, essa mentalidade que só pode ser originada do que chamei de “complexo contra o trabalhador brasileiro”. Como se combater o pauperismo sem a valorização do trabalho? Como se valorizar esse trabalho sem eficiência? Como se alcançar a eficiência sem a multiplicação do valor do homem pela energia da máquina?

Se me apresentassem um programa de mecanização da lavoura para se intensificar nossa produção agrícola, eu o aplaudiria com entusiasmo. Se me apresentassem um programa de revigoração de todas as nossas energias de produção, não pouparia minha solidariedade. Mas o que se esboça, além de ser a desordem econômica, é algo de mais grave e profundo: é a destruição da retaguarda de nossa defesa.

O Sr. Ivo D'Aquino – Exatamente do que não se cuidou no Brasil foi da mecanização da lavoura. Nossos lavradores vivem das sobras do movimento comercial dos produtos agrícolas. Estimo que V.Exa. acentue justamente um ponto que, há muitos anos, não merece a atenção do governo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Posso afirmar a V.Exa. – e o senador Apolônio Sales, que está presente, é testemunha – que o meu governo havia feito uma grande encomenda de máquinas agrícolas. Não a fiz antes por causa da guerra. No entanto foi cancelada depois que deixei o governo.

O Sr. Ivo D'Aquino – V.Exa., então, apoia inteiramente a tese que defendo?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Apoio, não há dúvida.

(*Lendo.*) Exército, Marinha e Aeronáutica, sem a retaguarda industrial, representam apenas um conjunto heroico de técnicos sem material.

Existem homens sinceros e bem-intencionados, teóricos e idealistas, nessa campanha contra a industrialização. Mas, por coincidência, à testa dessa luta se encontram nomes que se destacam por suas atividades como representantes de trustes internacionais, que sempre combateram a criação da siderurgia no Brasil, ou então que sempre lutaram contra a exportação do carvão nacional, ou que pretenderam entregar nosso ferro e o Vale do Rio Doce a grupos estrangeiros.

Sr. Presidente, apresentei cifras e estas não foram contestadas. Afirmei que estávamos atravessando uma crise e os fatos o estão provando. Não quis, nem quero culpar ninguém. Não pretendo, repito, acusar quem quer que seja. Os meus discursos estão nos anais do Senado e podemos voltar ao assunto dentro de alguns meses, quando, infelizmente, minhas previsões se realizarem. As respostas aos meus discursos também se acham nos anais.

O Sr. Bernardes Filho – V.Exa. permite um aparte? Desde que V.Exa. está falando em siderurgia, Vale do Rio Doce, carvão nacional, e atribuindo a brasileiros o estarem ligados a trustes e pretenderem entregar a estrangeiros a exploração dessas atividades, V.Exa. prestaria um grande serviço ao Brasil declinando nomes.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Devo dizer a V.Exa. que esses nomes são conhecidos. Tem até livros publicados a respeito. E aproveito a ocasião para fazer justiça ao ex-presidente Artur Bernardes, que, no governo de Minas Gerais como no da República, combateu a entrega do Vale do Rio Doce a um desses trustes internacionais.

O Sr. Bernardes Filho – Muito obrigado a V.Exa. pela referência.

O Sr. Plínio Pompeu – V.Exa. dá licença para um aparte? Em 1937 corria na Câmara um projeto de origem governamental mediante o qual se pretendia autorizar o governo a fazer um contrato com a Itabira Iron. Como eu integrava a Comissão de Obras Públicas, dei voto contrário

em separado, porque o governo pretendia que a Itabira Iron tivesse um cais perpétuo e uma estrada com 90 anos de concessão. O senador Artur Bernardes, que, naquela época, também fazia parte da comissão, declarou que o único país em que existia um porto entregue a estrangeiro era a China. O fato passou-se no governo de V.Exa., e nós, que éramos da oposição, combatemos o projeto.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Explico a V.Exa.: o contrato de concessão à Itabira Iron foi feito no governo do presidente Epitácio Pessoa. Depois, no do Sr. Artur Bernardes, propôs-se a sua aprovação. No meu governo, tudo isso foi remetido à Câmara dos Deputados para que emitisse parecer.

O Sr. Plínio Pompeu – Não era questão fechada para o governo a aprovação do contrato?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Absolutamente. Tanto que, depois de 1937, anulei o contrato Farquhar.

O Sr. Plínio Pompeu – O então deputado Artur Bernardes pediu a respeito o parecer da Comissão de Forças Armadas, onde ficou o processo até o golpe de 1937.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Pareceres existem e inúmeros. O nobre senador José Américo pode dar seu testemunho de que, quando ministro da Viação, foi nomeada uma comissão para que estudasse o assunto.

O Sr. José Américo – A respeito, posso adiantar que o contrato da Itabira Iron foi rescindido no governo de V.Exa., sendo eu ministro da Viação.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Perfeitamente. O contrato foi rescindido quando o nobre senador Sr. José Américo era ministro da Viação.

O Sr. Plínio Pompeu – As condições apresentadas posteriormente eram piores do que no tempo do governo de Epitácio Pessoa, porque, neste, a companhia obrigava-se a transformar 5% do minério explorado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O meu governo não opinou. Mandou o pedido ao Congresso para que este deliberasse. E lá ficou sem que nada fosse resolvido. Só depois de 10 de novembro de 1937 foi tudo anulado pelo meu governo, criando-se, então, a Companhia do Vale do Rio Doce.

(*Continuando a leitura.*) Mais cedo do que pensava o governo, veio a resposta dos produtores desesperados, desmentindo, com seus apelos, o espírito de Pangloss. Não vou pedir a inserção nos anais de todos

os telegramas, de todas as entrevistas, de todas as declarações de produtores em torno do sofrimento a que estão condenados.

O governo considera “queremistas” ou “comunistas” todos os que não acharem que devem ir à falência, todos os que reclamarem créditos ou financiamentos. Todos os que precisarem do organismo bancário brasileiro são especuladores. E, pelo que ouvi, acusados de especuladores, são escolhidos pela severa polícia bancária. A causa dos trabalhadores é demagogia.

Mas os fatos, dentro de pouco, valerão mais do que as minhas palavras, que não querem ouvir. Sei perfeitamente que a política monetária, esboçada sub-repticiamente e agora declarada, é insustentável. Posso apresentar uma prova: as declarações do diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil:

“Inspirados – disse S.Sa. – no procedimento cambial da Instrução nº 20, estávamos vendendo mais câmbio do que comprávamos, trazendo, em consequência, um desequilíbrio em nossa balança comercial com o exterior e tínhamos que fazer face a esse déficit com as nossas reservas penosamente acumuladas durante a guerra”.

Isto quer dizer, bem claramente, que já estávamos com déficit na balança de pagamentos. A política de restringir as exportações e favorecer as importações deu resultado. E que resultado!... Quer dizer ainda mais: que só o comércio importador estava satisfeito. E agora nem esse setor da nossa economia foi deixado tranquilo. Diz ainda o diretor da Carteira Cambial: “As perspectivas atuais são as de que obteremos um equilíbrio em nossa balança comercial”. E tínhamos saldo!...

Lembro-me bem, a propósito, de um livro de Balzac intitulado *La peau de chagrin*. O protagonista tinha em seu poder um pedaço de pele mágica. Ia realizando seus desejos e a pele se encolhia. Cada vez menor se tornava seu talismã. Assim os recursos da nação brasileira e do Estado mínguem dia a dia. Vamos deflacionando a receita e inflacionando a despesa. A receita e a despesa de uma nação se representam com a exportação e a importação. E o talismã, as reservas que deixei, vão minguando.

Desde 1930 até 1944, os meios de pagamento passaram do índice 100 para o índice 720. É necessário e importante esclarecer que esse

índice 720 corresponde à média de aumento da circulação fiduciária e da moeda escritural. O índice da moeda fiduciária, em relação a 1939, é 480, e o da moeda escritural é 1.004.

A emissão de papel-moeda não tem uma relação tão estreita com os preços, conforme se afirma. E é fácil verificar isso cotejando os índices de valores médios por tonelada produzida dos gêneros alimentícios e das matérias-primas e da produção industrial básica desde 1939. Tomando-se por base o índice 100, em 1939, verificamos que, em 1944, atingiu a 173 o índice de valores médios da produção de gêneros alimentícios; a 150 o da produção de matérias-primas e a 201 o da produção industrial básica.

Já se tem afirmado, muitas vezes, que a produção agrícola no Brasil tem decrescido. Não sei onde vão buscar esses dados. Mas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e nos estudos apresentados pelo Sr. Rafael Xavier, o que verificamos é que a produção de gêneros alimentícios, que em 1939 tinha o índice 100, em 1944 tinha o índice 135.

O Sr. Ivo D'Aquino – V.Exa. dá licença para um aparte? Esse índice se refere ao valor ou à quantidade?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Refere-se à quantidade.

O Sr. Ivo D'Aquino – V.Exa. tem certeza de que se refere à quantidade?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sim, senhor.

O Sr. Ivo D'Aquino – Então, procurarei demonstrar a V.Exa. – o que, aliás, já fiz – que o índice relativo à quantidade diminui. É possível que o índice relativo ao valor tenha aumentado. Mas o valor decorre da inflação. Temos que fundamentar esses índices na quantidade da produção e não no seu valor. Não tenho, no momento, elementos para contrariar os dados que V.Exa. apresenta ou confrontá-los com os que apresentei. Mas apreciarei depois o discurso de V.Exa.

O Sr. José Américo – O nobre aparteante pode declarar que o aumento da produção não correspondeu ao da população.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É possível. O que estou afirmando, porém, é que houve aumento da produção.

O Sr. Ivo D'Aquino – Houve aumento em relação ao valor, mas não em relação à quantidade. Porque o valor depende da inflação.

O SR. GETÚLIO VARGAS – (*Lendo.*) E o que mais importa destacar é que, entre os gêneros alimentícios, o feijão passou para o índice 153; o açúcar para o índice 140; a batata para o índice 179 e o arroz para

o índice 241. Não baixou, portanto, a produção de gêneros alimentícios. Aumentou, e sensivelmente.

Conforme expliquei num discurso, os cálculos da baixa foram feitos levando-se em conta a produção de café anterior a 1930 e a produção atual, que é, indiscutivelmente, bem mais reduzida. E todos sabem por quê: não valia a pena produzir quando não se encontrava mercado para consumo. De outro lado, os que falam em baixa de produção em relação ao aumento de meios de pagamento, é preciso que reflitam sobre o índice de aumento de volume não só dos gêneros alimentícios como das matérias-primas, que, de 100 em 1929, passou para 358 em 1944, e o índice de produção industrial básica, que, de 100 em 1929, passou para 1.217 em 1944. Relativamente à produção industrial brasileira, não existe uma estatística completa determinando seu aumento de volume. As estatísticas de produção industrial são elaboradas na base do valor do Imposto de Consumo. Temos, porém, possibilidades de chegar a uma estimativa bem superior ao índice de 700 considerando-se produção industrial a atividade de construção civil.

Não há um desequilíbrio tão violento entre os meios de pagamento e os bens de consumo. E este ponto é, precisamente, o “calcanhar de Aquiles” da orientação monetária do governo. E é precisamente devido a esse erro que a produção nacional se reduzirá na proporção da redução dos meios de pagamento, porque, Sr. Presidente, inegavelmente tivemos um forte aumento não só no meio circulante como na moeda escritural. Mas isto representa apenas a média geral das necessidades de desenvolvimento de um país. Numa nação de economia já saturada, esse aumento de meios de pagamento pode determinar grandes crises. Numa nação como o Brasil, de economia em evolução, o aumento de meios de pagamento, acompanhado pelo aumento de bens de consumo, como se está verificando, se efetuou – e ainda por uma elevação proporcional de tributação, que retira os excessos da circulação pelo meio fiscal – não representa o menor perigo. Perigo, sim, é a redução dos meios de pagamento. E tanto mais grave quanto vai alcançar toda a estrutura do Estado e não somente a vida econômica do país.

Pergunto, Sr. Presidente, quem está defendendo o governo? Eu, que chamo a atenção para a gravidade da redução de meios de pagamento afetando as possibilidades de recursos financeiros da administração pública, ou quem efetua essa redução de meios de pagamento, destrói

todas as possibilidades dos orçamentos federal, estaduais e municipais e coloca o governo na impossibilidade de dispor de meios?

Tomando-se em conta o índice 100 para o conjunto de orçamentos federal, estaduais e municipais em 1929, tivemos, em 1944, o índice 439. Há uma quase rigorosa coincidência entre o nível do papel-moeda emitido e o nível dos orçamentos públicos. Não existe a menor coincidência entre os níveis da emissão de papel-moeda e os dos preços ou valores de produção.

A Receita Federal passou de 100, em 39, para 374 em 1944. A soma das receitas estaduais passou de 100 para 557 e a das receitas municipais para 464. Todos sabemos que a tendência da despesa é subir, e a prova se encontra nos orçamentos posteriores a 1944.

Já temos, neste ano de 1947, previsões pouco animadoras. O café baixou de preço sensivelmente, devendo produzir na balança de exportação menos 1 bilhão de cruzeiros. Pouco algodão teremos para exportar. A estimativa da Bolsa de Mercadorias de São Paulo para a safra do algodão deste ano é de 173.349 toneladas, em relação às 463.193 toneladas de 1944. As nossas disponibilidades de exportação serão, portanto, bem reduzidas. O óleo de caroço de algodão, cuja falta já se vem fazendo sentir este ano, nos dará uma produção ainda mais reduzida.

O Sr. Ivo D'Aquino – V.Exa. pode explicar-me, já que argumenta dessa forma, por que a orientação que teve em seu governo foi no sentido de reduzir a produção do café.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Já declarei a V.Exa. que o café era produto em superprodução para a absorção do qual não havia mercado no mundo, ao passo que os outros tinham muito mercado. Não se compreende por que se restringiu a produção desses outros.

O Sr. Ivo D'Aquino – Havia mercado interno e o café estava por um preço exorbitante; no entanto, queimava-se café no Brasil!

O Sr. José Américo – Existe algo mais grave do que a redução da produção, como fosse a proibição da cultura do café?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Queimou-se o café porque havia superprodução.

O Sr. José Américo – Logo, o decréscimo da produção é consequência da orientação de V.Exa. proibindo novas culturas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Como disse, ao lado da superprodução, não havia mercado de consumo.

O Sr. José Américo – Então, a reação quanto à produção foi além dos limites previstos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Essa parte está explicada no meu discurso.

O Sr. Hamilton Nogueira – Não havia possibilidade de geração espontânea; não se plantou, não nasceu café.

O Sr. Ivo D'Aquino – Estou argumentando simplesmente porque desejava que o nobre orador ficasse inteiramente dentro da sua tese.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estou dentro de minha tese. (*Continuando a leitura.*) De quase 90 mil toneladas em 1945, teremos apenas 32 mil toneladas para o consumo do ano vindouro. Este é um ponto de capital importância, conhecida como é a crise de gorduras no mundo inteiro e sabendo-se, como sabemos, que a redução da produção do óleo fatalmente repercutirá nos valores das demais gorduras, elevando-os sensivelmente.

É fácil verificar, por essas cifras, que teremos uma profunda redução na mais importante de todas as nossas forragens, que é a torta de algodão, com uma conseqüente elevação do custo do leite e de todos os seus derivados.

A Bolsa de Mercadorias de São Paulo estima em menos de oito milhões de sacas a produção de milho daquele estado este ano. Não preciso acentuar o que isso significa.

Estamos apenas no princípio da execução do plano de redução de meios de pagamento. A retração de crédito golpeou de forma dolorosa a espinha dorsal da economia brasileira. Tudo o que venho expondo, Sr. Presidente, é grave, muito grave, e não é com ataques pessoais, com campanhas de caráter político, que se conseguirá solucionar o problema econômico do Brasil.

Não é possível abandonar e destruir valores de produção vinculados à nossa economia, como se está fazendo. O abandono em que se encontram os nossos principais produtos, desde o café à cera carnaúba, o cacau, o algodão, os óleos vegetais, a dolorosa posição dos nossos pecuaristas, o cerceamento ao crédito para os produtores de carne e os invernistas, e, ainda mais, a limitação de recursos aos rizicultores, tudo isso, Sr. Presidente, não faz prever o desenvolvimento da nossa produção.

Iremos reduzir os meios de pagamento e a produção, sendo que esta em proporção muito maior do que a dos meios de pagamento, porque o

governo, à proporção que for desenvolvendo o seu programa, será obrigado a emitir cada vez mais, e emitir sem lastro, visto como não terá nem ao menos o recurso dos saldos da balança comercial para assegurar um lastro de ouro e divisas à sua emissão de papel-moeda.

O Sr. José Américo – Se não se favorecer a produção com créditos, haverá necessidade de se emitir.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. tem plena razão no que afirma. (*Continuando a leitura.*) Estou perfeitamente de acordo com todos os que acham que a concentração de poderes nas mãos de um homem só pode ser provisória e nunca se mantém como regime definitivo.

O Sr. Artur Santos – Entretanto, V.Exa. manteve essa concentração de poderes durante 15 anos.

O Sr. Vespasiano Martins – Mas não foi definitiva, foi provisória.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não foi definitiva, foi provisória.

O Sr. Artur Santos – Sr. Presidente, protesto contra o modo desrespeitoso por que estão sendo feitas as manifestações nas galerias! É um insulto ao Senado! Repito, protesto contra esse desrespeito acintoso.

O Sr. Hamilton Nogueira – Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que mantenha a disciplina nas galerias. O Senado deve ser respeitado, sobretudo no momento em que o nobre senador Euclides Vieira vê cassado o seu mandato por uma exorbitância do Tribunal Superior Eleitoral.

O Sr. Presidente – Advirto severamente as galerias de que as farei evacuar se continuarem a perturbar a ordem dos trabalhos desta Casa, como acabam de fazer.

O Sr. Artur Santos – Basta de mistificações! Nós estamos numa democracia livre!

O Sr. Hamilton Nogueira – Essa demagogia das galerias não pode continuar!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Rogo a todos os meus amigos que assistem a esta sessão do Senado que se não manifestem e respeitem a opinião dos Srs. Senadores, qualquer que ela seja. (*Lendo.*) Indiscutivelmente o anseio geral da nação brasileira em 1945 era a democracia. E democracia, ao que me parece, é o governo do povo. Nesse regime – que é aquele em que nos encontramos – existem três poderes: o Executivo, que executa, o Legislativo, consubstanciado nas duas Casas do Parlamento, que traça as diretrizes e faz as leis, e o Judiciário, que as interpreta e julga. O Parlamento

delibera e o Executivo executa. Não me consta que tenhamos deliberado destruir a economia nacional.

No momento, o governo ainda está funcionando como uma ditadura, baseando muitas regulamentações e portarias em decretos-leis da ditadura que não foram revistos pelo Congresso. Em matéria econômica, tudo está decorrendo rigorosamente das autorizações legais expedidas por mim, pessoalmente, em benefício da economia ou na base de necessidades prementes do Estado e agora utilizadas contra a economia nacional.

O Sr. Artur Santos – V.Exa. permite um aparte? A nação ouviu, satisfeita, a declaração do ilustre senador de que o governo de S.Exa. foi de ditadura pelo longo período durante o qual o exerceu; entretanto, quem isso afirmasse, naquela época, seria condenado pelo Tribunal de Segurança.

O Sr. Hamilton Nogueira – Ia para a cadeia.

O Sr. Vespasiano Martins – Ninguém o pode negar.

SR. GETÚLIO VARGAS – Ignoro tivesse alguém sido condenado por esse fato.

O Sr. Artur Santos – V.Exa. ignora tudo, mas o fato positivo é que houve condenações do Tribunal de Segurança por se afirmar que o Estado Novo era uma ditadura. Agora é V.Exa. quem vem confessar perante a nação que seu governo foi uma ditadura.

O Sr. Presidente – Atenção! Está com a palavra o senador Getúlio Vargas.

O Sr. Artur Santos – Estou usando do direito de apartear, permitido pelo orador.

SR. GETÚLIO VARGAS – Muitos desses decretos-leis foram medidas de emergência, para determinado momento e determinada situação. Justificam-se dentro do quadro de economia dirigida em tempo de guerra.

O Sr. Ferreira de Sousa – V.Exa. dá licença para um aparte? Quer dizer que V.Exa. nega, dentro da atual Constituição, o sistema da economia dirigida? Acha que só pode ser utilizado em regime de guerra?

SR. GETÚLIO VARGAS – Não, não o nego. O que afirmo é que os decretos-leis em que se está baseando o Executivo são anteriores à Constituição e, portanto, o Parlamento deveria revê-los. São inadmissíveis num ritmo normal de regime democrático, em tempo de paz. Não encontram alicerce jurídico em face da atual Constituição, a menos que o Parlamento, baseado nessa Constituição, os ratifique.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Mas V.Exa. não admite que esses decretos-leis estejam em vigor enquanto não expressamente revogados?

O Sr. *Artur Santos* – Realmente estão, desde que a Constituição não os revogou.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Desde que não sejam inconstitucionais.

O Sr. *Bernardes Filho* – Aliás, V.Exas. têm o precedente das várias Constituições em que a praxe foi sempre essa.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Perfeito! As leis anteriores continuam em vigor.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Quero apenas chamar atenção para o fato de que a ditadura continua.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Infelizmente, neste ponto, o orador tem toda a razão, porque continuamos a sofrer as consequências da ditadura.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ninguém deu poderes ao Executivo para instalar uma ditadura econômica e financeira, que está funcionando como garrote sobre todas as forças da produção.

O Sr. *Hamilton Nogueira* – E continua a funcionar.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas não funciona a ditadura política... Oficialmente, acabaram a 29 de outubro com a ditadura...

O Sr. *Artur Santos* – A nação é que acabou com ela; a nação que depôs V.Exa. do governo...

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...mas continuamos com a ditadura econômico-financeira.

O Sr. *Artur Santos* – ...contra a vontade de V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – (*Lendo.*) Na realidade, Sr. Presidente, a ditadura não acabou. Continuamos com uma ditadura mais rígida, mais severa, mais inabalável e irredutível do que a que se derrubou. Não tenho reparos a fazer sobre o assunto. Apenas aponto a realidade, que todos estão sentindo, que todos estão verificando, em todas as classes. O povo estava convencido de que tinha elegido o general Dutra presidente da República. Mas quem dirige a nação é o presidente do Banco do Brasil...

O Sr. *Vitorino Freire* – V.Exa. dá licença para um aparte? Se fosse o presidente do Banco do Brasil quem dirigisse o chefe da nação, este último não teria tomado a atitude que assumiu no dia 29 de outubro.

O SR. GETÚLIO VARGAS – ...impondo um programa que só tem como objetivo aumentar o valor do dinheiro...

O Sr. *Bernardes Filho* – V.Exa. permite um aparte?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Com todo o prazer.

O Sr. Bernardes Filho – Teve V.Exa., porventura, ocasião de trocar impressões com o Sr. Presidente da República sobre todas as questões econômicas e financeiras de que tem tratado em seus discursos? Ouviu, por acaso, do chefe da nação alguma opinião ou sentiu qualquer omissão que pudesse levar V.Exa. a esta afirmativa, que é quase injuriosa ...

O Sr. Vitorino Freire – Quase injuriosa, não. Injuriosa.

O Sr. Bernardes Filho – ...de que o Brasil esteja sendo, econômica e financeiramente, governado pelo presidente do Banco do Brasil? V.Exa. só teria o direito de fazer tal afirmação ao Senado se, em conversa com o Sr. General Eurico Dutra, tivesse podido concluir isso. E não é, certamente, por este fundamento que chega a conclusão tão irreverente e injusta.

O SR. GETÚLIO VARGAS – No tempo do governo do grande Campos Sales, todos sabiam que quem orientava a política econômica e financeira era Joaquim Murinho. No entanto, nunca se alegou que isso constituísse uma injúria para o Sr. Campos Sales.

O Sr. Bernardes Filho – Orientar é uma coisa. Todos os presidentes da República se cercam de técnicos e de homens capazes, porque nem sempre podem dedicar-se ao estudo e solução de todos os problemas nacionais. V.Exa., Sr. Senador Getúlio Vargas, governou o Brasil, e sabe disto perfeitamente. É lamentável a sua afirmação.

O Sr. Vitorino Freire – À parte injuriosa responderei depois ao honrado senador gaúcho.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O presidente do Banco do Brasil tem desenvolvido as suas teorias largamente, chamando-as até de “palavras oraculares”, publicadas nos jornais e mencionadas no rádio, onde essa orientação econômica e financeira é amplamente explanada.

O Sr. Walter Franco – V.Exa. permite um aparte?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Com todo o prazer.

O Sr. Walter Franco – O nobre orador acaba de fazer afirmação muito grave. Deveria dar conhecimento aos Srs. Senadores dos grupos econômicos que dirigem atualmente as finanças do Brasil.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Voltarei ao assunto mais adiante. Peça a V.Exa. que aguarde um pouco. (*Lendo.*) Impondo, repito, um programa que só tem como objetivo aumentar o valor do dinheiro, reduzindo os valores do trabalho e da iniciativa e aumentando, através da impossibilidade de receita, as forças políticas dos estados, obrigados, pela re-

dução dos meios de pagamento, a recorrer a empréstimos ao governo federal, ficando inteiramente à sua mercê.

Já sabemos hoje o que não sabíamos há dois meses. E é muito porque todas as ilusões devem desaparecer. Os que sonharam uma democracia verificarão, dentro de pouco tempo, quando precisarem de recursos para suas administrações, quem é que governa, que manda. O Brasil já fez várias experiências. Está fazendo mais uma.

Sr. Presidente, por trás de toda essa cortina de fumaça o que se está fazendo é a construção do privilégio de todos os que possuem dinheiro. Num país onde tínhamos conseguido reduzir o valor do juro a cerca de 8%, voltamos ao índice elevado de 12%, representando mais 50% sobre o custo geral do dinheiro para as atividades nacionais.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – V.Exa. pensa que os juros anteriores eram apenas de 8%? Não tem ciência de que iam além de 12%? Isto era até muito comum.

O Sr. *Walter Franco* – O nobre orador está se referindo a juros sobre depósitos.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Os juros sobre depósitos eram de 4% e 5%. Esses eram sobre empréstimo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Sei que os particulares estão retirando dinheiro dos bancos para fazerem empréstimos a outros particulares com juros superiores a 12%. Tais operações estão sendo realizadas a juros altos.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Meu reparo referiu-se apenas à taxa de juros que V.Exa. diz haver sido reduzida anteriormente a 8% e que, agora, voltou a 12%. Essa afirmação de V.Exa. parece-me sem muita base, porquanto o Banco do Brasil jamais negociou, mesmo no tempo de V.Exa., a 8%. O próprio Banco do Brasil cobrava 9% e 10% aos bancos; aos particulares, 12%, taxa legalmente permitida, embora se soubesse que havia comissões por fora.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A taxa máxima era de 9%.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – A taxa máxima era de 12%.

O Sr. *Artur Santos* – Foram permitidos juros superiores a 8% até em decreto-lei.

O Sr. *Ivo D'Aquino* – A taxa estabelecida em lei era de 8% para hipotecas rurais e 10% para as hipotecas urbanas.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Os empréstimos eram feitos na base de 12%.

O Sr. *Artur Santos* – Inclusive num decreto-lei da ditadura o juro era superior.

O Sr. *Ivo D’Aquino* – O direito particular não estava restringido.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Nunca tivemos empréstimos a juros de 8%, nem na Caixa Económica, nem no Banco do Brasil.

O Sr. *Walter Franco* – Diversas firmas obtiveram empréstimo no Banco do Brasil a 8%, embora nem todas gozassem desse privilégio.

O Sr. *Ivo D’Aquino* – A regra sempre foi o juro de 12%.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Aliás, a sede de negócios é um fenómeno da inflação. Provoca a procura acentuada de dinheiro e os juros sobem.

O Sr. *Aloísio de Carvalho* – As firmas que obtinham empréstimos a 8% no Banco do Brasil eram privilegiadas.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Na inflação, com abundância de dinheiro, os negócios se multiplicam.

OSR. GETÚLIO VARGAS – Os juros normais eram de 8%. (*Lendo.*) Em face das insinuações permanentes sobre minhas intenções de voltar ao poder, repito, mais uma vez, que já governei bastante. Já dei mais do que um só homem poderia dar à sua pátria. Se fosse possível recolher-me ao repouso a que tenho direito, não me encontraria nesta Casa e, ainda menos, não procuraria intervir nos negócios públicos nem mesmo com conselhos. Chegam, porém, apelos desesperados de trabalhadores que tiveram, em relação a mim, um gesto de tal nobreza que me dou por compensado pelos sacrifícios e pelas desilusões.

Os homens que fizeram do Brasil um dos maiores produtores de seda do mundo, e que conseguiram lançar no mercado 7 milhões de quilos de casulos, este ano produziram apenas 2 milhões de quilos. Setenta por cento das fábricas de fiação de seda foram fechadas.

O Sr. *Walter Franco* – A que atribui V.Exa. o fechamento dessas fábricas?

OSR. GETÚLIO VARGAS – À restrição de crédito.

O Sr. *Walter Franco* – Atribuo a outra causa. Permita-me V.Exa. que diga. Os fabricantes de fio seda para o *rayon* é que foram, realmente, os grandes exploradores.

OSR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. está enganado. Não me refiro à seda *rayon*; falo da seda natural.

O Sr. *Walter Franco* – V.Exa. está equivocado. Quantas fábricas de seda natural temos no Brasil?

Um senador – Fábricas de seda natural? Estão fechadas.

O Sr. Ivo D'Aquino – Setenta por cento das fábricas são de seda *rayon*.

O Sr. Walter Franco – A seda natural nenhuma relação tem com essas fábricas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Os dados que estou citando me foram fornecidos pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo. São pequenas fábricas.

O Sr. Walter Franco – Não atinge a 40.000 o número de operários dessas fábricas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – São fábricas pequenas.

O Sr. Walter Franco – V.Exa. está enganado.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Como pode V.Exa. contestar as estatísticas fornecidas pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo?

O Sr. Ferreira de Sousa – Tudo se deve à política financeira, à cessação da guerra e à falta de fornecimento de fios.

O Sr. Ivo D'Aquino – A informação que possuo no momento é que as fábricas de tecidos não estão obtendo mercado. A procura de artigos tem diminuído. Os atacadistas não querem comprar dos fabricantes e os varejistas não querem obter o produto do atacadista, porque ninguém deseja fazer estoque. Os próprios mercados estrangeiros estão retraídos em face da produção nacional. Essa, a verdade.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É preciso não confundir as três grandes fábricas de seda *rayon*, seda artificial, com as outras pequenas fábricas, por assim dizer domésticas, ou antes pequenas tecelagens.

O Sr. Walter Franco – As três grandes fábricas são de fio e não de tecidos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não me refiro a estas.

O Sr. Walter Franco – Eu me refiro a estas, porque foram as que mais lucraram. As fábricas a que V.Exa. alude são as que não obtiveram esses lucros no governo de V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estou me referindo às fábricas de seda natural.

O Sr. Walter Franco – Essas não existem. As que estão aí são de seda artificial. Nem há fábricas com número tão elevado de operários.

O Sr. Ivo D'Aquino – V.Exa. é autoridade, porque é industrial e conhece o assunto.

O Sr. Walter Franco – Posso assegurar que o nobre orador está enganado. O pânico que existe é nas fábricas de seda artificial.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Essas já foram liquidadas, já se não conta mais com elas. (*Lendo.*) Estamos com o desemprego de cerca de

40 mil operários somente nessa indústria. Em Vila Americana já fecharam 200 pequenas tecelagens, paralisando-se 2.300 teares, com o desemprego de mais de 3 mil operários. Numa área de 65 mil hectares de terra, onde foram plantados 250 milhões de pés de amoreiras, já se derrubaram mais árvores, porque a desgraça é total.

O Sr. Ivo D'Aquino – V.Exa. disse 250 milhões de pés?

SR. GETÚLIO VARGAS – Sim.

O Sr. Ivo D'Aquino – Agradeço a informação de V.Exa.

SR. GETÚLIO VARGAS – (*Lendo.*) A indústria de seda é essencialmente doméstica. Do plantio da amoreira e da criação do bicho-da-seda vivem, em São Paulo, 20 mil famílias de trabalhadores, homens, mulheres e crianças. Cerca de 130 milhões de cruzeiros foram aplicados nas fiações de seda e 500 milhões no plantio de amoreiras e na produção de casulos. O Brasil, que tem as condições técnicas mais perfeitas do mundo para ser o maior produtor de seda, foi destruído nesse setor de sua atividade, enquanto o Japão retoma os seus mercados. Isto tudo é ruína, e isto tudo é derrocada.

E então, Sr. Presidente, eu me pergunto: por que lutamos nós? Por que foi que o Brasil mandou seus heróis aos campos de batalha da Europa?

O Sr. Artur Santos – Para nos vermos livres da ditadura, do Estado Novo.

SR. GETÚLIO VARGAS – Quem deu esse aparte?

O Sr. Artur Santos – Fui eu. Mandamos nossos soldados à Europa para defender a democracia, para livrar o Brasil da ditadura e do Estado Novo e nele implantar a democracia.

SR. GETÚLIO VARGAS – Não acredito que V.Exa. esteja enquadrado entre os acusadores do tempo em que se organizou a Força Expedicionária, que iria combater na Europa...

O Sr. Artur Santos – Nós, os democratas, é que fomos os mais entusiastas defensores da colaboração do Brasil junto às nações que desejavam implantar no mundo o regime democrático.

SR. GETÚLIO VARGAS – ...os quais procuravam, por todos os meios, fazer campanha de sabotagem.

O Sr. Artur Santos – Quem mais sabotou esse movimento foi V.Exa., que era partidário de uma ditadura permanente no Brasil.

SR. GETÚLIO VARGAS – Não estou incluindo V.Exa. entre os que assim procederam.

O Sr. Artur Santos – Nem pode.

O Sr. *Hamilton Nogueira* – O DIP foi sempre um porta-voz da Alemanha nazista.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estou discutindo problemas econômicos. Não quero levar o debate para o terreno das acusações pessoais.

O Sr. *Artur Santos* – V.Exa. está procurando mostrar um sentido da colaboração da Força Expedicionária do Brasil nos campos da Europa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Estou dizendo que houve sabotagem da parte de um grupo, no sentido de que essas tropas, em vez de irem combater na Europa, se organizassem para combater o governo.

O Sr. *Aloísio de Carvalho* – V.Exa. não provará isso absolutamente, não apontará nenhum adversário seu que houvesse sustentado em praça pública, ou através da imprensa, que as tropas, em vez de irem para a Europa, devessem virar-se contra o governo de V.Exa.

O Sr. *José Américo* – Em nome da resistência, de que fiz parte, protesto, veementemente, contra esta injúria irrogada aos democratas brasileiros.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não estou fazendo acusações a V.Exa.

O Sr. *Hamilton Nogueira* – Isso é uma acusação demagógica.

O Sr. *Aloísio de Carvalho* – Naquele tempo o Brasil todo estava unido no sentido de remeter seus soldados para a Europa. Só eram contra a Força Expedicionária, que então se organizava, os totalitários e os que defendiam o fascismo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tive denúncia, do próprio comandante da Força Expedicionária, de que várias pessoas procuravam desencaminhar os soldados que se destinavam a essa campanha fora do continente.

Um senador – Não eram os democratas. Naturalmente eram os totalitários que faziam este trabalho.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não sei. Nunca me citaram nomes.

O Sr. *Aloísio de Carvalho* – Certamente era denúncia falsa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A denúncia foi feita por um chefe militar.

O Sr. *Aloísio de Carvalho* – Cabia a V.Exa. mandar apurá-la. Quem levou este fato ao conhecimento de V.Exa.? Pode dizer os nomes?

O SR. GETÚLIO VARGAS – O general Cordeiro de Farias era um deles.

O Sr. *Aloísio de Carvalho* – O general Cordeiro de Farias foi o interventor que, no Rio Grande do Sul, discursou ao povo declarando que, quando fosse o momento de ele seguir para a guerra, assumiria o comando das forças? Não é este?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Foi ele mesmo quem disse. Acrescentei que deveria procurar descobrir quais eram essas pessoas. E a questão ficou nesse pé.

O *Sr. Artur Santos* – E nunca foram descobertos... Só poderiam ser os correligionários de V.Exa., adeptos do Estado Novo, contrários à democracia. Não foi V.Exa. quem mandou a Força Expedicionária; a nação foi que exigiu esse concurso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Felizes os governos que sentem os desejos dos povos, quando estão administrando, e que os atendem. Quanto a alguns desses correligionários e adeptos do Estado Novo, V.Exa. agora os está apoiando. Posso acrescentar que nunca me envergonhei de ter seguido a orientação do povo brasileiro.

O *Sr. Artur Santos* – Mas não pode dizer que foi V.Exa. quem mandou a Força Expedicionária para combater, na Europa, o totalitarismo, que ameaçava o mundo. V.Exa. não pode dizer isso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Fui eu quem tomou a iniciativa.

O *Sr. Artur Santos* – Foi a nação brasileira; foram as tendências democráticas do nosso povo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Tenho documentos para comprovar o que afirmo e, em tempo oportuno, essa documentação será publicada.

O *Sr. Aloísio de Carvalho* – Aguardaremos essa publicação.

O *Sr. Artur Santos* – De qualquer forma, repito que não foi V.Exa. quem ordenou a ida da Força Expedicionária para os campos da Europa. Foi, sim, o povo, a nação brasileira.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Foi o povo e fui ao encontro dos seus desejos. E eu é que representava esse povo na chefia do governo.

O *Sr. Vitorino Freire* – Sr. Presidente, as galerias estão apartando os senadores. Protesto contra essa anormalidade.

O *Sr. Presidente* – Informo ao nobre senador que já estão sendo tomadas enérgicas providências. Aguarda a Mesa apenas qualquer outra manifestação para ordenar a evacuação das galerias.

O *Sr. Hamilton Nogueira* – Naturalmente, depois do discurso.

O *Sr. Vitorino Freire* – Obrigado a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. GETÚLIO VARGAS – (*Prosseguindo na leitura.*) Foi para ver, depois das vitórias, os vencidos tripudiarem sobre uma derrota que eles nos estão infligindo dia a dia, destruindo o bem-estar dos nossos lares e aniquilando os valores do nosso trabalho? Não, Sr. Presidente!... Não

caem bênçãos sobre as cabeças daqueles que semeiam a desgraça e a miséria nos lares dos trabalhadores.

Durante anos e anos enfrentei lutas terríveis contra os que, inabalavelmente, se colocavam no campo oposto ao progresso do Brasil. Durante anos e anos lutei contra monopólios, especuladores da nossa riqueza. Os advogados do carvão estrangeiro faziam conferências e escreviam livros contra o carvão nacional. Os advogados das siderurgias estrangeiras faziam contratos de cessão do nosso ferro, que não podia ser transformado em riqueza no Brasil. Nos conselhos e nas comissões davam-se pareceres contra a siderurgia nacional – inviável, fantasia, quimera –, carvão e ferro no Brasil não deviam existir, não deviam ser aproveitados.

E são precisamente dois ou três desses líderes que completam, com o presidente do Banco do Brasil, o doloroso quadro dos Quatro Cavaleiros do Apocalipse.

Sr. Presidente, a revolução brasileira me outorgou um mandato com a responsabilidade de um programa. Esse programa foi:

- 1º) nacionalização das jazidas minerais;
- 2º) nacionalização das quedas d'água e outras fontes de energia;
- 3º) nacionalização dos bancos de depósito;
- 4º) nacionalização das companhias de seguros;
- 5º) custo histórico para o capital estrangeiro, garantida a sua remuneração nessa base;
- 6º) criação da indústria básica.

Ainda relembro o programa traçado na entrevista de São Lourenço, programa esse ao qual tive o orgulho de dar o meu nome, mas que representou o objetivo das maiores expressões intelectuais do Brasil, consagradas à defesa nacional.

O Sr. Presidente – Peço licença para observar ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O Sr. Ivo D'Aquino – Peço a palavra, pela ordem.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre senador.

O Sr. Ivo D'Aquino – Sr. Presidente, requeiro a V.Exa. consulte a Casa sobre se consente na prorrogação da hora do expediente a fim de que o Sr. Senador Getúlio Vargas conclua seu discurso.

O Sr. Presidente – O Senado acaba de ouvir o requerimento do Sr. Senador Ivo D'Aquino. Os Srs. Senadores que concordam com a prorrogação da hora do expediente, queiram permanecer sentados. Foi concedida. Continua com a palavra o senador Getúlio Vargas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agradeço ao senador Ivo D'Aquino sua iniciativa e à generosidade do Senado seu assentimento. (*Continuando a ler.*) Tenho a satisfação de afirmar e provar que me desobriguei integralmente da delegação que me foi dada. Volta Redonda aí está, produzindo trilhos para o Brasil. O Vale do Rio Doce, caminho do nosso ferro, voltou a ser nosso, pois o recuperamos a uma concessão internacional. Os bancos estrangeiros não mais controlam a economia nacional. O Instituto de Resseguros aí está, para evitar o escoamento de nossas economias através de companhias estrangeiras. O petróleo surgiu na Bahia e já atende às necessidades de vários estados do Norte. Hoje, quando essas pesquisas deveriam ser intensificadas para se alcançar a evolução dessa fonte de riqueza e de vida, surgem vaticínios sombrios de que se pretende entregar nosso petróleo à exploração internacional.

Não tenho dados para fazer afirmações temerárias. Praza aos céus que não seja afetada a nossa soberania e tranquilidade. É bem possível que a fabricação da nossa crise, a restrição de meios de pagamento, a provocação de uma inquietação nos meios econômicos e financeiros do Brasil e a redução das nossas reservas cambiais tenham como objetivo demonstrar a impossibilidade financeira de o governo instalar refinarias e efetuar pesquisas de petróleo. Não desejo ser temerário nos meus julgamentos, mas conheço, por experiência, as lutas que tive de enfrentar e sei perfeitamente que, em matéria de petróleo, tudo que a nossa imaginação sugerir é pouco em face do que pode acontecer.

O Sr. Walter Franco – V.Exa. poderia informar-me por que razão foi preso e processado pelo Tribunal de Segurança Nacional o escritor Monteiro Lobato?

O SR. GETÚLIO VARGAS – O escritor Monteiro Lobato foi preso e processado por denúncia do general Horta Barbosa, então presidente do Conselho do Petróleo, que se julgou injuriado por ele. Foi condenado e eu o indultei.

O Sr. *Walter Franco* – A denúncia foi secreta?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não. O processo foi feito no Tribunal de Segurança. Nunca o li e não o conheci. (*Continuando a leitura.*) Sou forçado a concluir, diante do que está ocorrendo, que o que se está fazendo em nossa terra é iludir o chefe da nação, para provocar a nossa ruína, alcançar o esgotamento das nossas energias, a fim de que não tenhamos forças de controle sobre as riquezas que recuperamos. Nada mais do que isso. Os líderes da campanha contra a industrialização do Brasil não agem mais à sombra. Estão às claras. Caíram as máscaras!...

Não é a mim que se pretende destruir, Sr. Presidente, e sim ao espírito de libertação do povo brasileiro, que me animou durante 15 anos de governo. É o espírito de libertação das energias nacionais, mantido vigilante e nobre pelo entusiasmo da nação.

Posso dizer, como Horácio, que ergui um monumento mais duradouro do que o bronze: é Volta Redonda, a única organização do mundo que se acha fora do truste internacional do aço.

O governo deve ser compelido, pela crise, pelas dificuldades financeiras, pela perturbação geral do país, a abrir mão de Volta Redonda e do Vale do Rio Doce. É bem possível que seja esta a origem da fabricação desta crise. E aqui ficam minhas palavras, como documento em defesa da vida nacional. Nada mais posso fazer a não ser falar e esperar o dia em que todos tiverem necessidade de recorrer às urnas. Lá os esperarei, com o povo. E não os esperarei como pretendente a qualquer função. Já tenho o meu quinhão de serviços e de desenganos. Só aspiro ao repouso.

O Sr. *José Américo* – V.Exa. diz que só pode falar, mas os senadores têm uma grande faculdade, que é a iniciativa parlamentar. Se V.Exa. julga que a administração está incorrendo em erro, devia procurar atalhar esse erro com um projeto de lei, que é de iniciativa parlamentar e está ao alcance de todos nós.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Nada mais estou fazendo do que isto: provar que estão errados e evidenciando até que um dos erros maiores é o cerceamento do crédito. Não é necessário projeto de lei, desde que o governo esteja disposto a dar crédito às forças de produção. (*Lendo.*) Mas, para evitar novas decepções, estarei pronto a lutar por alguém que tenha a necessária força de caráter para ser, realmente, um defensor dos interesses do povo brasileiro e um condensador das aspirações da nacionalidade.

Sr. Presidente, a criação do monopólio do dinheiro, que se está efetuando no Brasil, representa uma das mais impressionantes ofensivas do poder financeiro contra a produção e contra os valores do trabalho e da iniciativa. As letras do Tesouro, emitidas como pagamento da retenção de 20% sobre as exportações, formam, nesta época, um dos melhores negócios de ágio, retirando ainda mais recursos da atividade produtora. A alta finança, que tinha perdido o controle sobre a economia brasileira devido à ação do governo, que facilitava aos produtores os recursos necessários todas as vezes que os grupos financeiros os negavam, domina o presidente da República e está governando o país.

As forças de produção estão sendo subjugadas e aniquiladas. Não se pensa mais em economia, não se pensa mais em produção, só se está cuidando, no Brasil, em fazer o jogo dos grupos financeiros que, possuidores de dinheiro, desejam valorizá-lo a todo custo com sacrifício dos que não o possuem e dele precisam para desenvolver a sua atividade.

No choque entre as forças da finança e da indústria, quem sofre é o trabalhador, condenado brutalmente, por essa luta, a conhecer misérias e angústias maiores do que as que já tinha de suportar. Nega-se ao trabalhador uma parcela de dinheiro para reajustamento de seus salários alegando-se que isso afetará o custo da produção. Mas aumenta-se a parcela de juros do dinheiro, que hoje só circula em câmbio negro. O custo da produção não baixa. Antes pelo contrário: com a redução de meios para desenvolver-se, esse custo aumenta cada vez mais. E a ele se acresce o dos financiamentos, que só se efetuam sub-repticiamente, na base de empenhos e naturais comissões.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – V.Exa. permite um aparte? V.Exa. faz, agora, uma acusação ao governo e à alta administração. Gostaria que V.Exa., desta feita ou de outra, nos trouxesse argumentos mais pessoais e identificando os casos. V.Exa. disse que os créditos não são distribuídos e que, quando o são, procedem sub-repticiamente as autoridades governamentais, por força de empenho. São acusações seriíssimas, que o Senado deve ter empenho em conhecer.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O Senado tem uma comissão nomeada para esse inquérito.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – A comissão foi nomeada para apurar as causas da crise na indústria de tecidos. Mas a acusação de distribuição sub-reptícia de créditos feita por V.Exa. é muito mais séria, porque atin-

ge a honestidade dos homens encarregados de distribuir os créditos no Brasil. O Senado deve ter empenhado em conhecê-los.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A comissão pode entrar no exame dessa matéria também. (*Lendo.*) A alta finança estendeu seus tentáculos sobre o Brasil e está sugando tudo. E o governo toma as medidas em defesa dos interesses dessa política, que não pode ser uma política de Estado, porque é nociva, contraproducente e agressiva às forças do trabalho e benéfica somente às forças de especulação.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Acha o nobre orador que essa distribuição sub-reptícia de créditos atinge a indústria de tecelagem? Repare V.Exa. que é acusação muito grave, em relação à qual o Poder Legislativo deve ser informado. Temos ordem de conhecer o fato.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Existe uma comissão nomeada pelo Senado relativamente à indústria de tecidos.

O Sr. *Walter Franco* – Mas a sua atribuição é completamente diferente.

O Sr. *Aloísio de Carvalho* – Nada tem que ver com os créditos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Era só dar-lhe pouco mais de elasticidade.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Eis o que V.Exa. deveria propor!

O SR. GETÚLIO VARGAS – Posso propor, pois não.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Já o deveria ter feito.

O Sr. *Bernardes Filho* – V.Exa. prestaria valioso auxílio à comissão prontificando-se a dar, perante ela, seu depoimento. Seria um grande serviço à nação.

O Sr. *Walter Franco* – A denúncia é muito grave.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Se estou pedindo o inquérito não posso dar testemunho. Chegam ao meu conhecimento muitas denúncias nesse sentido, mas ninguém deixa documentos.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – V.Exa., como senador, tem o direito de falar e dar informações.

O Sr. *Hamilton Nogueira* – Mas não tem o direito de fazer afirmações vagas.

O SR. GETÚLIO VARGAS – (*Continuando a ler.*) Em lugar de se preocupar com as especulações, o governo cria a grande especulação, a maior de todas, aquela que é síntese de todas as especulações, porque é a especulação do dinheiro.

Todos sabem que o crédito deixou de ser um fato para ser apenas uma palavra. E um governo que não dá créditos às forças de produção

nacional, um governo que sustenta a política de retenção de créditos, não pode esperar do povo outra resposta que não seja a retenção do seu crédito em relação ao êxito de sua administração.

Argumento com fatos, com dados positivos, com o panorama que se desdobra aos nossos olhos. Não me venham com teorias, com doutrinas para outras épocas, outros povos e condições de vida diferentes das nossas. As teorias muitas vezes pouco valem fora dos teóricos. Elas passam como as modas e se esfacelam diante da realidade.

O Sr. *Walter Franco* – Tenho a impressão de que deveríamos obedecer a um limite: nem os excessos praticados durante a ditadura, nem os abusos que está havendo agora com o crédito no Brasil.

O SR. GETÚLIO VARGAS – De pleno acordo. V.Exa. fala sempre na justa medida. (*Continuando a leitura.*) Quando deixei o governo, a administração que me sucedeu pôs à venda o ouro que se achava depositado no Banco do Brasil. Ninguém foi comprar. O povo acreditava no valor do seu papel-moeda. Não havia sido feita a menor restrição de crédito. Não se havia diminuído a moeda escritural. Mas havia confiança. Hoje, não há mais dinheiro; ninguém mais dispõe de recursos; ninguém mais tem crédito. E não há também confiança.

Sr. Presidente, pela primeira vez na história política, econômica e social de São Paulo, reuniram-se os representantes de todas as classes produtoras daquele estado para pedir providências ao governo. A indústria e a lavoura, que vivem numa luta histórica e tradicional, esqueceram as divergências do passado. Desapareceram também as divergências entre indústria e comércio, que são tradicionais pelo conhecido antagonismo dos seus líderes. Era indispensável um acontecimento realmente excepcional para que todas essas correntes esquecessem divergências de interesses e choques pessoais. Todas essas forças, que representam a espinha dorsal da economia brasileira, estiveram sob o mesmo teto, na Bolsa de Mercadorias, e, unanimemente, aprovaram um memorial apresentado ao Sr. Presidente da República. Não é possível considerar especuladores todos os produtores de São Paulo.

As classes conservadoras de São Paulo afirmam o seguinte:

“Convocadas pela emergência de uma crise econômico-financeira de consequências imprevisíveis, as classes produtoras do estado de São Paulo se reuniram, em sessão especial, na Bolsa de

Mercadorias, e deliberaram advogar, junto às autoridades responsáveis do país, a execução de providências político-administrativas urgentes e indispensáveis para o restabelecimento da tranquilidade econômica e social do país”.

Entre as providências solicitadas convém destacar as seguintes:

- 1) o estabelecimento de uma política econômico-financeira orientada no sentido da concessão de maiores facilidades de crédito;
- 2) o financiamento das atividades produtoras;
- 3) ampla liberdade de exportação ressalvando a retenção dos produtos alimentícios no volume indispensável à satisfação do abastecimento do mercado interno;
- 4) renovação e ampliação do plano de recuperação econômica da lavoura, chamado Plano de Emergência – amparo à produção de algodão ameaçado de desaparecimento – efetuando-se desde já, como início de cumprimento da promessa oficial, o pagamento aos maquinistas dos seus prejuízos, reconhecidos pela Nota do Ministério da Fazenda de 17 de setembro de 1946;
- 5) eliminação da retenção de 20% sobre as Letras de Exportação.

Isto, Sr. Presidente, foi o que as classes conservadoras pediram na semana passada. Nenhuma providência, portanto, havia sido ainda tomada.

Os trabalhadores de São Paulo pedem muito menos, Sr. Presidente. Pedem que lhes seja assegurado o direito de viver. Pedem, como cidadãos brasileiros, que não se lancem suas famílias ao desespero do desemprego. Pedem que não se transforme em miséria o que era esperança de bem-estar. Os trabalhadores paulistas não estão impondo, não estão exigindo. Estão pedindo a esta Casa que se lhes reconheça o direito de trabalhar. Estão pedindo ao Congresso brasileiro que se lhes assegure a possibilidade de existência. Estão quase implorando que não sejam condenados a morrer de fome.

A minha palavra aí está, Sr. Presidente. Dirijo a todos os responsáveis pelo destino do Brasil um apelo: reflitam serenamente sobre as responsabilidades de uma atitude. Eu vos trouxe uma mensagem de paz política,

de paz social. Meu apelo é o de um homem que deseja, ardentemente, encerrar sua vida política num clima de harmonia dos homens e bem-estar do povo. Disse, repito e repetirei: não guardo ódio, nem mesmo ressentimentos, e, hoje, nem mesmo mágoas tenho em face da generosa acolhida que me faz esta Casa.

Sr. Presidente, o ilustre Sr. João Neves da Fontoura, quando ministro do Exterior, tinha concluído todas as negociações em relação aos nossos congelados em Londres, acertando detalhes definitivos sobre a utilização desses recursos para o reequipamento industrial do Brasil, em condições perfeitamente razoáveis, acautelando os nossos interesses e, ao mesmo tempo, cooperando, dentro da linha das nossas possibilidades, com o esforço britânico de reerguimento da sua economia.

Posso afirmar que não me preocupam, de forma alguma, os congelados na Inglaterra, conhecidas como são as nossas necessidades de importação de máquinas inglesas. Esses congelados nem chegam a 20% das necessidades de compras do Brasil na Inglaterra, nos próximos três anos. O acordo foi desfeito e tomamos no mercado financeiro uma atitude de agressão a um país que sempre nos forneceu os recursos indispensáveis para o desenvolvimento dos serviços públicos e, ainda, para atender a necessidades da nossa administração.

O Sr. Bernardes Filho – V.Exa. dá licença para um aparte?

OSR. GETÚLIO VARGAS – Com todo o prazer.

O Sr. Bernardes Filho – Em matéria de congelados em Londres, V.Exa. estará porventura informado sobre se o governo inglês consentiria em nos ceder máquinas e equipamentos?

OSR. GETÚLIO VARGAS – Foi o acordo feito pelo Sr. João Neves da Fontoura quando ministro do Exterior e posso responder afirmativamente ao aparte de V.Exa.

O Sr. Bernardes Filho – Hoje quase posso afirmar a V.Exa. que o governo inglês não pretende atender a semelhante acordo.

OSR. GETÚLIO VARGAS – Perfeitamente. Mas naquela ocasião a Inglaterra faria tal fornecimento e quem não o aceitou foi o governo do Brasil.

O Sr. Bernardes Filho – Não cabe culpa ao governo atual.

OSR. GETÚLIO VARGAS – O governo brasileiro não apoiou o acordo feito pelo Sr. João Neves da Fontoura, seu ministro do Exterior. Aliás, o Executivo poderá explicar sua maneira de agir através do seu líder.

(*Lendo.*) Há outro ponto que merece um especial reparo. O grande técnico brasileiro que é o coronel Edmundo Macedo Soares esteve, como ministro da Viação, realizando nos Estados Unidos todos os entendimentos para o reequipamento dos nossos meios de comunicação e, em modo especial, das nossas estradas de ferro. Conseguimos um acordo, com financiamento norte-americano, que deixava intactas as nossas reservas. O governo declarou, orgulhosamente, que não necessitava de empréstimos. Por que não necessitava de empréstimos? Porque considerava suficientes as reservas que a minha administração deixou? Não são suficientes, Sr. Presidente. Não são suficientes porque o crescimento do Brasil, quer queiram, quer não queiram, se processa a passos de gigante.

Precisamos e precisaremos, ainda durante muito tempo, da cooperação internacional, e não nos é dado recusar a execução rápida de um programa como o que o coronel Edmundo Macedo Soares e Silva projetou e que, levado a termo sem afetar as nossas reservas, permitiria que estas continuassem servindo como recurso de emergência, para um caso de crise financeira internacional. O coronel Edmundo Macedo Soares merece todo o acatamento da nação. É um dos maiores técnicos não só do Brasil mas do nosso continente. Sua palavra é ouvida e acatada fora do Brasil. Mas não serviu para o nosso governo.

O Sr. José Américo – Parece que foi tentada operação de crédito para pagamento do equipamento das estradas de ferro, que não podia ser atendido pela falta de divisas, ou devido ao congelamento.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O coronel Edmundo de Macedo Soares levou aos Estados Unidos um programa de reequipamento do Brasil.

O Sr. José Américo – Para ser feito mediante operação de crédito.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mediante financiamento pelo Import and Export Bank. Não tocava nas nossas reservas. Essa a grande vantagem. Entretanto esse empréstimo não foi feito.

O Sr. Alfredo Neves – Dou meu testemunho pessoal. O coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, então ministro da Viação, elaborou um plano de melhoria de transportes para todo o território do país. Tive oportunidade de conhecê-lo quando presidia a Comissão de Investigação Econômica e ali compareceu S.Exa. a meu convite. Quando de regresso dos Estados Unidos, procurei S.Exa. para conhecer dos resultados da sua missão. Soube em detalhes das dificuldades que encontrou para chegar, afinal, a uma solução muito favorável aos interesses

do nosso país. Basta que se saiba que os juros do empréstimo conseguido seriam de 4%, sendo que todo o numerário nos viria em utilidades indispensáveis à normalização do nosso sistema de transportes, principalmente do ferroviário. Posteriormente, já o coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva substituído no Ministério da Viação, foi julgado dispensável esse empréstimo, diante das nossas possibilidades de divisas na Norte América.

O Sr. Ribeiro Gonçalves – Fez mesmo uma conferência, a esse respeito, na Associação de Imprensa.

SR. GETÚLIO VARGAS – Agradeço a contribuição de V.Exas. demonstrando exatamente que esse equipamento já poderia ter sido obtido.

O Sr. José Américo – Quer dizer que não houve vantagem em acumular reservas, porque os congelados eram destinados ao equipamento das estradas de ferro.

SR. GETÚLIO VARGAS – Realmente.

O Sr. José Américo – No entanto, de acordo com as tentativas feitas pelo ex-titular da Pasta da Viação, seria preciso recorrer ao empréstimo, à operação de crédito, para conseguir esse material.

SR. GETÚLIO VARGAS – O pior é que não se fez o empréstimo para o equipamento...

O Sr. José Américo – Realmente não se fez.

SR. GETÚLIO VARGAS – ...e as reservas estão desaparecendo, sem que o material venha para o Brasil.

O Sr. José Américo – Isso é verdade.

SR. GETÚLIO VARGAS – (*Lendo.*) Sr. Presidente, não insinuei que as dificuldades de ordem econômica e financeira decorriam da indiferença do governo em acudi-las. Disse que existiam dificuldades. Estava certo de que o governo as acudiria. Por isso falei. Não tenho outro meio de me comunicar com o Executivo a não ser esta tribuna. O Executivo negou que existissem dificuldades. Agora já se afirma que “a situação decorre não apenas de fatores atuais senão de antecedentes herdados”. Portanto, existem fatores atuais. Mas foi precisamente isso que declarei e que foi contestado; e agora o ilustre líder confirma.

Quanto aos antecedentes herdados, o deputado Sousa Costa, líder da bancada gaúcha do PSD, que agradeça a referência do líder do PSD no Senado sobre esses antecedentes com juros e erros acumulados e cultivados há mais de dez anos no trato dos problemas econômicos e financeiros do Brasil. Nas afirmações do eminente líder do PSD sobre o café existem

dois aspectos do problema: o que se relaciona com a valorização e o que se apresenta como a utilização do café para distribuição ao povo. Quanto ao primeiro, vem de 1911, com o Convênio de Taubaté. E a Colômbia não desenvolveu suas plantações depois de 1930 porque não fizemos mais valorizações. Nesse detalhe reside a diferença entre a política do café do meu governo e a anterior. O Departamento do Café defendeu o preço indispensável não só aos produtores como ao governo, porque o Brasil precisava de um preço razoável de café para obter cambiais. Café no Brasil é câmbio. Ninguém se esqueça. E quem se esquecer sofrerá as consequências.

O Sr. Ferreira de Sousa – Parece-me que os agricultores de café não pensam assim. Acham que a cota de sacrifício, que a retenção do Departamento Nacional do Café era grandemente lesiva e atribuíam até a ela a diminuição da cultura do café em São Paulo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Esse assunto era muito discutido entre eles mesmos. A questão é que se realizou o Convênio Cafeeiro com delegados dos vários produtores dos estados e estes aprovaram a política do departamento.

O Sr. Ferreira de Sousa – Num momento em que a política governamental dominava sempre.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Ela sempre domina, mesmo agora. (*Lendo.*) Encontrei estoques de 30 milhões de sacas. Uma muralha impedindo a saída da produção. Queimou-se café no Brasil como se queimou trigo na Argentina, nos Estados Unidos e no Canadá, carneiros na Austrália, casulos no Japão. É uma conjuntura da superprodução. O Departamento Nacional do Café atendeu às necessidades do consumo interno, ao contrário do que pensa o senador Ivo D'Aquino, distribuindo milhares e milhares de sacas como subvenção aos torradores, aos estabelecimentos de varejo e a instituições sociais.

O Sr. Ivo D'Aquino – Essa distribuição foi muito precária, apenas para certas organizações. Muitos lucraram, porque o café sempre esteve alto no Brasil.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Folgo em que V.Exa. esteja aí. Procurava-o e não o encontrava.

O Sr. Ivo D'Aquino – Os nossos preços sempre foram altos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O preço interno foi baixo. (*Lendo.*) Por isso nosso preço interno era baixo. E subiu quando acabaram com o DNC.

A crise têxtil é resultante de um golpe de especulação audaciosa feito à sombra do governo e com as consequências de um tiro pela culatra. Em março e abril de 1946 os preços do algodão subiram vertiginosamente. Muitos industriais e comerciantes estavam com negócios feitos no estrangeiro na base de preços baixos. Não podiam, de forma alguma, faltar a esses compromissos. Então convenceram o governo a proibir a exportação.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – V.Exa. então atribui a proibição da exportação de tecidos à necessidade de evitar o cumprimento de contratos no exterior? Assim sendo, os exportadores, que não podiam exportar pelo preço contratado, conseguiram do governo essa proibição como meio para justificar, junto aos compradores, o não cumprimento dos contratos. Esta afirmação é sumamente grave. Acredito mesmo que o Sr. Presidente da República, homem honesto, não saiba disto. V.Exa. talvez possa apurar.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Este é assunto que aquela comissão poderá apurar.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – De acordo com V.Exa.: a comissão poderá apurá-lo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O governo serviu de joguete nessa manobra, fornecendo a situação jurídica para o não cumprimento dos contratos. Agora os compradores do exterior reagem. É só isso.

Disse o senador Ivo D’Aquino que o que se tem notado é a falta não apenas de uma planificação, mas de uma orientação econômica uniforme. Quanto à planificação, estava sendo feita. Desapareceu a Comissão de Planejamento Nacional e sumiu misteriosamente também a sua verba, que era de 12 milhões de cruzeiros. Quanto à orientação uniforme, o que se pode verificar é que cumpri, como presidente, as promessas que fiz como candidato. Sustenta ainda o senador Ivo D’Aquino que o Instituto do Mate foi benéfico. Como consequência da sua atuação, o produtor que recebia Cr\$ 3,50 por arroba passou a receber 23 cruzeiros. Está o ilustre senador “de acordo com todos os órgãos de defesa da produção”. Sua divergência é apenas em relação ao financiamento, que afirma ter sido feito “irracionalmente”. Na verdade, não existe a menor ligação administrativa entre o mecanismo de defesa do produtor e o do financiamento. Mas não há defesa possível para o produtor quando não dispõe de recursos. Sem crédito não se anima a produção. Fala-se na chamada inflação de crédito pecuário. Se em 43 e 44 o governo não fortale-

cesse a posição dos pecuaristas, a demanda excepcional de carne liquidaria nossos rebanhos. E a excelente posição dos nossos rebanhos é devida principalmente ao interesse dos pecuaristas em criar mais do que em vender. É injusto que o governo hoje abandone ao sacrifício os que se entusiasmaram na formação e defesa de um dos mais notáveis patrimônios do Brasil e que, uma vez sacrificado, condenaria as gerações do futuro.

No amplo panorama da economia nacional, o ilustre senador Ivo D'Aquino só apresenta uma falha: a da laranja, que não foi financiada nem amparada. É verdade: várias providências tomadas foram tardias e a mais importante de todas – o frigorífico do Cais do Porto, especial para frutas – foi destruída em 1944 por um incêndio, na véspera de entrar em funcionamento. A crise da laranja é devida, em parte, a esse desastre e, em parte, às dificuldades de transporte.

O Sr. Francisco Galotti – Hoje, o instituto funciona a inteiro contento.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agradeço a informação de V.Exa. (*Proseguindo na leitura.*) Em tempo de guerra, com a crise de combustível, transportava-se principalmente lenha. Mas todos viram nas ruas caminhões do Ministério da Agricultura vendendo a preços baixos nossas laranjas. Preciso ainda destacar um detalhe de importância: a produção em parte sacrificada era a que se destinava à exportação, de paladar diferente da que estávamos acostumados para consumo interno. Finalmente, aos reparos sobre industrialização, que se não fez, observo apenas a dificuldade de encontrar e obter maquinismo.

Passo às críticas sobre a borracha. Diz o senador Ivo D'Aquino que fizemos um acordo a preço vil e sem garantias para o futuro. O preço foi bem superior às médias normais anteriores. E foi criado o Banco da Borracha para financiamento da produção. Quanto ao futuro da borracha, como de qualquer outro produto nosso, estará sempre à mercê de dois fatores: preço e qualidade. O governo promete providências para a cera de carnaúba. V.Exa. mesmo, Sr. Senador Ivo D'Aquino, declarou que a cera de carnaúba seria atendida com o financiamento oficial. Já o terá sido?

O Sr. Joaquim Pires – Até hoje não o foi.

O Sr. Ivo D'Aquino – V.Exa. sabe perfeitamente que todo o financiamento e apoio de crédito dependem de estudos e planos. Não acredito que se possa resolver o assunto em 24 horas e mesmo em uma semana, porque não depende só da aprovação do governo; depende também dos interessados.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Receio bem, Sr. Líder, que esse financiamento venha tarde, como os carabineiros de Offenbach.

(*Prosseguindo na leitura.*) Sr. Presidente, colhendo uma frase do eminente senador Ivo D’Aquino, a ela me associo para justificar o espírito de minha atitude. “A mim parece – disse o líder do PSD – que qualquer medida de ordem econômica não pode deixar de ser acompanhada de estudos e considerações de ordem social”. Como justificar, em face desse conceito, a indiferença com que se fala em fechar fábricas e despedir milhares de operários? Se o plano monetário tem a consequência do desemprego de dezenas de milhares de operários, pode estar certo financeiramente, mas socialmente está errado. E errado está sob o ponto de vista da solidariedade humana.

O Sr. José Américo – É como a queima do café. Economicamente podia estar certa, mas, socialmente, estava errada. O café devia ter sido dado ao povo, como o fiz, em 1932, aos flagelados.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Mas o café foi distribuído através de instituições, de torradores, de várias organizações apropriadas para isso.

O Sr. José Américo – A queima de café, aplaudida por V.Exa., está hoje condenada pelo mundo inteiro.

O SR. GETÚLIO VARGAS – (*Lendo.*) No plano do Instituto do Açúcar e do Alcool foi previsto o aspecto social de forma mais completa do que o ilustre senador imagina. O Estatuto da Lavoura Canavieira representa o equilíbrio social que consolidou a economia da cana-de-açúcar, corrigindo o monopólio indispensável: política, pelas condições do Nordeste, e economicamente, pela estrutura da produção, com uma distribuição de benefícios industriais aos lavradores. A rapadura é uma produção que representa, em açúcar, o que o carro de boi é em transporte. Pode ser ideal de involução econômica, mas não programa de uma nação que pensa em Volta Redonda.

Acolho ainda duas críticas: a de que os açudes ficaram incompletos, porque não se fez a irrigação das áreas servidas, e a de que o problema da Baixada foi resolvido parcialmente: solucionou-se o da terra, mas não o da malária. Quanto aos açudes do Nordeste, em meu governo se fez mais do que desde a Independência e nesta Casa se encontram homens, como os eminentes senadores José Américo e Apolônio Sales, que podem esclarecer a matéria. Além do mais, nunca pretendi ter resolvido todos os problemas nacionais. Ainda há muito por fazer no Brasil.

Disse o senador Ivo D’Aquino que ao governo falta coordenação administrativa entre o Ministério da Fazenda, a política financeira, a política agrícola, a agroindustrial, e acrescenta, textualmente: “A realidade é que são forças divergentes, sem harmonia, sem ritmo, sem disciplina enquadrada”.

O Sr. Aloísio de Carvalho – É V.Exa. quem está dizendo isso?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não, é o senador Ivo D’Aquino (*Lendo*.) Quem diz isto do governo é o líder do partido majoritário no Senado. Harmonia, ritmo e disciplina dependem mais do ambiente e dos homens de direção do que de enquadramentos. Não é com um ministério a mais ou a menos que se solucionará o problema brasileiro.

Já mostrei que não tem fundamento a afirmação de que nossa produção de gêneros alimentícios baixou. Preciso ainda acrescentar que alguns produtos que não oferecem aumento sensível, como o milho, eram exportados e hoje não o são mais. E é indispensável que se observe que a única baixa efetiva foi na produção do café, desde longos anos em crise de superprodução. Outro produto nas mesmas condições é o cacau. Mas feijão, arroz, mandioca, açúcar, produtos básicos da alimentação nacional, tiveram aumento sensível. O ilustre professor Andrade Ramos declara que há deficiência nos dados estatísticos. E, quanto ao mais, não são estatísticas, e sim estimativas.

Preciso ainda esclarecer que em 1944 e 1945 tivemos condições climáticas desfavoráveis, do conhecimento de todos. Mas desejo destacar como a atual política monetária tem conseguido combater o custo da vida citando a tabela apresentada nesta Casa pelo eminente senador Andrade Ramos:

AUMENTO MÉDIO POR ANO		
	De 1942 a 1945	1946 e ½ ano de 1947
Leite	0,20	0,73
Arroz	0,30	0,27
Pão	0,40	1,33
Massas	0,17	2,93
Açúcar	0,27	0,66
Banha	1,30	6,72
Manteiga	3,07	5,32
Café	0,30	3,66
Feijão	0,17	1,66

Diz ainda o ilustre senador Andrade Ramos que esses são os preços médios no Rio de Janeiro. E acrescenta, textualmente: “ao preço de tabela não há”. Se não há ao preço da tabela, é porque tudo é vendido no câmbio negro.

O Sr. Ivo D'Aquino – V.Exa. permite um aparte? V.Exa. acredita que em 1943, 1944 e 1945 se conseguissem gêneros alimentícios no Brasil pelos preços das tabelas?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Pelos preços das tabelas?

O Sr. Ivo D'Aquino – Sim. Pergunto se os gêneros podiam ser adquiridos pelos preços das tabelas, sem câmbio negro.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Obedecia-se muito mais à tabela, porque havia filas, e quando os consumidores chegavam nos centros de abastecimento, encontravam o produto. Hoje, não há mais filas, mas também não é preciso, porque não se encontra o produto.

O Sr. Ivo D'Aquino – É exatamente o contrário. Aí é que V.Exa. está enganado. Em 1943 e 1944 não existiam os produtos. Posso afirmá-lo. O sal, por exemplo, não existia em estado algum do Brasil.

O Sr. Ferreira de Sousa – Existia muito no Rio Grande do Norte.

O Sr. Ivo D'Aquino – Talvez nem no Rio Grande do Norte.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exas. sabem que o Brasil se encontrava bloqueado. E esses assuntos estavam sob a alçada da coordenação.

O Sr. Ivo D'Aquino – Estou respondendo ao argumento de V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Agora há produtos demais no câmbio negro.

O Sr. Ivo D'Aquino – Em 1943 e 1944, nem mesmo no câmbio negro eram obtidos.

O Sr. Hamilton Nogueira – V.Exa. tem toda a razão. A tabela era cumprida. A prova é que um quitandeiro foi condenado pelo Tribunal de Segurança porque aumentou o preço...

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. vê que o Sr. Senador Hamilton Nogueira apresenta seu depoimento.

O Sr. Hamilton Nogueira – V.Exa. conhece o caso, porque nele esteve envolvido um dos grandes campeões da resistência, o Dr. Heráclito Sobral Pinto, que, a propósito, lançou o mais tremendo libelo contra o governo de V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – É verdade.

O Sr. Ivo D'Aquino – Na época em que faltava sal e esse produto estava tabelado a trinta e poucos cruzeiros, quem queria pagar mais de 50 cruzeiros obtinha a mercadoria e quem queria pagar ao preço da tabela nunca o conseguia.

O Sr. Ferreira de Sousa – Dizem que a isso era estranha a Comissão de Marinha Mercante.

O Sr. Ivo D'Aquino – Não quero dizer a quem cabe a responsabilidade. Estou acentuando o fato e o que quero dizer, esperando que V.Exa. compreenda bem meu pensamento, é que não se podem atribuir ao governo atual males dos quais ele não tem a culpa. Em todos os governos, na emergência por que passamos, quem esteve em contato com o povo sentiu as mesmas dificuldades.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Também não afirmei que o governo tem a culpa de tais males. Disse que o governo tinha dificuldades. O governo negou que as tivesse e que houvesse crise. Então, fui obrigado a demonstrar. Agora, V.Exa. me força a uma pequena digressão, para dizer que nunca, como agora, houve tanto mercado negro. V.Exa. afirmou que não havia mercado negro e eu respondi que as mercadorias de alimentação, quase todas, são vendidas no mercado negro e que temos câmbio negro de automóveis e de geladeiras.

O Sr. Ivo D'Aquino – Há cinco anos havia câmbio negro até de gasolina!

O Sr. Ferreira de Sousa – E dizem que era officioso.

O SR. GETÚLIO VARGAS – A gasolina, naquele tempo, só era fornecida às forças armadas.

O Sr. Vitorino Freire – E também o da manteiga argentina?

O Sr. Ivo D'Aquino – Câmbio negro sempre existiu.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Existe o mercado negro de geladeiras e de automóveis.

O Sr. Artur Santos – Mas esse não faz mal ao povo.

O Sr. Ferreira de Sousa – Não é tão grave quanto o do sal.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Há mercado negro de quase todos os produtos de importação. Há o mercado negro de licenças de importação. Há o mercado negro de licenças de exportação. E existe o maior de todos os mercados negros – o do dinheiro, que está se tornando a mercadoria mais cara do mundo. E os dólares para as nossas transações comerciais só se obtêm no câmbio negro. Estamos marchando para o mercado negro dos empregos. As novas gerações, que fundavam sua esperança em conquistar empregos pela demonstração de capacidade nos concursos, são, hoje, obrigadas a ocupá-los pelo empenho, pelo filhotismo e pelo suborno.

O Sr. Ferreira de Sousa – Nunca foi assim no Brasil?!...

O Sr. *Hamilton Nogueira* – Na Faculdade Nacional de Medicina, em toda a sua existência, só dois professores não fizeram concurso. E foi durante o governo de V.Exa.

O Sr. *Artur Santos* – Essa orientação não foi seguida no Estado Novo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – V.Exa. está sendo injusto nas suas acusações. Uma das maiores, feita ao Dasp, era exatamente a de tirar dos ministros a faculdade de nomear funcionários interinos e exigir o concurso. Enfim, estamos marchando para o mercado negro do trabalho. Os operários, forçados ao desemprego, terão naturalmente de se subordinar a todas as imposições, não já para dar o pão, mas a broa, para sustento das suas famílias.

O Sr. *Andrade Ramos* – V.Exa. dá licença para um aparte? Quanto à tabela de preços por mim apresentada e que o nobre senador fez o favor de citar, esclareço que se referia aos anos de 1943 e 1946. Infelizmente, os preços foram subindo. Citei-a para demonstrar que o fenômeno ocorria em função da inflação. As emissões cresceram e os preços as acompanharam.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Foi essa a intenção do nobre colega. V.Exa. citou os preços englobadamente: eu tirei a média por ano.

O Sr. *Andrade Ramos* – Está certo; compreendo a intenção de V.Exa.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Não era meu objetivo discutir os problemas do povo com caráter político. Insisto em afirmar que não acompanharei a discussão nesse tom. Tanto o professor Andrade Ramos como o ilustre líder Ivo D’Aquino acham que “é necessário restabelecer a confiança”.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – V.Exa. não acha que tudo é consequência de fatos anteriores, vindos, talvez, do governo de V.Exa.? As crises econômicas não deflagram assim de momento; são o resultado, sempre, de fatos anteriores.

O SR. GETÚLIO VARGAS – O ilustre líder senador Ivo D’Aquino disse que há antecedentes e há fatores atuais. Peço ao nobre líder da UDN não se enquadre no grupo desses acusadores que querem atribuir tudo que está acontecendo hoje ao meu governo.

O Sr. *Ferreira de Sousa* – Não me enquadro nesse grupo.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Muito bem! Afirmei ser muito cômodo dizer que o meu governo foi a causa de tudo. Isto explica a inércia, a

inépcia dos responsáveis pela administração, como a de seus defensores, conselheiros e apaniguados.

O Sr. Bernardes Filho – O governo do nobre orador foi a causa de muita coisa.

O Sr. Ivo D'Aquino – Permite o nobre orador um aparte? Foi por ter V.Exa. tratado da política econômico-financeira do país que coloquei a minha crítica num ângulo muito largo, abrangendo o governo de V.Exa. e até os anteriores. A política do café, por exemplo, a que me referi – e o orador confirmou a minha afirmação – vem, talvez, de 40 anos. Sustentei simplesmente que foi pena não tivesse o governo de V.Exa. corrigido a anomalia.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Manda a boa educação que os presentes se considerem excetuados dessas críticas. Eu não me referi a V.Exa.

Essas palavras revelam o que todos sentem: não há confiança. (*Lendo.*) Voltemos ao tema do meu primeiro discurso. Como se obter confiança quando a preocupação é política e não administrativa? Como obter a confiança das classes conservadoras impondo diretrizes que a experiência de seus líderes repele e acoimando de inimigos políticos ou exploradores e especuladores os que ponderam e sugerem providências de interesse geral? Como se conquistar a confiança dos trabalhadores afirmando-se que devem abandonar uma profissão adquirida em anos de sacrifício e experiência e seguirem para os campos numa improvisação sem eficiência? Como se alcançar a confiança internacional na indecisão sobre o valor da nossa moeda, no afastamento da linha de Bretton Woods e com a série de restrições à importação e à exportação? Como se fortalecer o poder aquisitivo da nossa moeda quando tudo se faz para dizer que nada vale? Como animar os servidores do Estado mostrando-se que dentro de meses não receberão seus vencimentos, por falta de recursos?

O ilustre senador Ivo D'Aquino falou em providências do ministro da Fazenda. O memorial dos produtores está nas mãos de uma comissão. Eis as providências.

Sr. Presidente, em setembro o arado sulcará a terra na zona central do Brasil, para a sementeira de cereais. Não há financiamento. Em junho encerram-se os balanços de semestre das firmas comerciais e das indústrias. Mas todo o panorama da angústia coletiva já se reflete no seio das massas trabalhistas, que olham para um futuro sem esperanças.

A produção desanimada, a circulação da riqueza entravada e, finalmente, como consequência, a queda de arrecadação. Também na vida do Estado, no orçamento, continuaremos deflacionando a receita e inflacionando a despesa.

Vou esperar em silêncio o desdobramento do programa do Executivo. Uma vez que a colaboração de minha experiência serviu apenas para proporcionar oportunidades de agressões pessoais a mim e de ataques de toda espécie, vou esperar em silêncio, repito, a aplicação da panaceia da deflação.

O Sr. Ivo D'Aquino – V.Exa. permite um aparte?

O SR. GETÚLIO VARGAS – Com todo o prazer.

O Sr. Ivo D'Aquino – Acho que V.Exa. está sendo injusto. Não o agrediu pessoalmente quando respondi aos seus discursos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Digo, sempre, que os presentes estão excetuados. Refiro-me aos ataques mandados publicar contra mim, nos quais se procura inverter a ordem dos acontecimentos, modificando meus argumentos e deturpando fatos.

Sei perfeitamente que as possibilidades de novas tributações são reduzidas. Sei que as possibilidades de arrecadação foram garroteadas pela política monetária. Sei que os malabarismos do Banco do Brasil se vão esgotando. Sei que a resistência dos produtores é limitada. Sei que os governos estaduais necessitarão, em conjunto, de empréstimos equivalentes a mais de meio bilhão, até o fim do ano, para pagar o funcionalismo.

Cumpri meu dever alertando o governo, definindo as posições e defendendo os trabalhadores. Estão conhecidas as responsabilidades. Os líderes dizem que o governo sabe o que está fazendo. Que o povo medite bem sobre isto: não é consequência de erro ou de equívoco, ou de ilusão ou de boa-fé ou de má orientação o que está acontecendo. É resultante de uma convicção. O Executivo sabe o que está fazendo, sabe o que vai acontecer e quer que aconteça.

5. Campanha presidencial: 1950

São Borja, 16 de junho de 1950

Discurso irradiado de São Borja para a convenção do PTB no Rio de Janeiro, que homologou a candidatura de Vargas às eleições presidenciais marcadas para 3 de outubro de 1950. Vargas relembra a obra de seu governo e a contrapõe aos novos tempos: “Teremos, pois, que empreender uma obra de reconstrução metódica da casa devastada pelos erros acumulados nestes quase cinco anos de experiências malogradas, de avanços e recuos perniciosos. Sois vós, trabalhadores do Brasil, as primeiras vítimas deste estado de coisas”.

Srs. Convencionais, trabalhadores do meu Brasil,

Afastado há quase três anos da capital da República, entregue aos trabalhos do campo e consagrando os lazes ao estudo e à meditação, em que se fazem os grandes e proveitosos exames de consciência, é aqui que me vem buscar a vossa inesgotável generosidade, para juntos emprendermos uma nova cruzada a serviço do Brasil e do povo.

Se não busquei de qualquer modo a vossa indicação, muito menos empreguei um só esforço para atrair o apoio de outros compatriotas, alistados em fileiras partidárias diferentes das nossas. Durante estes longos 30 meses de ausência, os céus que cobrem este rincão, perdido na solidão e no silêncio, foram diariamente sulcados por aviões que me traziam a alegria de rever velhos amigos, assim como a inesperada e honrosa visita de inúmeros brasileiros que aqui vieram apresentar-me as suas demonstrações de apreço e confiança em minha ação política. Simples cidadão, sem a mínima parcela de autoridade pública, vi com prazer transporem a soleira de minha casa homens de todos os credos, de todas as regiões do país, de todas as filiações partidárias, muitos deles meus intrépidos adversários de ontem, trazendo-me, sem exceção, o conforto de uma simpatia espontânea e desinteressada. O espetáculo enaltece menos a mim do que ao Brasil. Sinal é de que já atingimos aquela época de maioria política e aquele estágio espiritual de independência de julgamento que faz esvaziar, quando há razão, os palácios

oficiais de outra frequência além da velha e desacreditada clientela de cortesãos e vassalos. Mas esses são cortesãos e vassalos de todos os governos e de todos os regimes. Representam a comparsaria ladina apenas preocupada com a fácil conquista das nomeações e mercês e dotada daquela vocação parasitária que envolve no mesmo abraço funesto as arcas do Tesouro e o tesouro dos negócios ilícitos.

Nunca me cansei de repetir minha decisão de não voltar ao governo, de cooperar para que o novo período presidencial fosse exercido por um concidadão à altura das dificuldades em que se debate a nação depois de cinco anos perdidos na inércia ou na incerteza e contradição das diretivas oficiais, dos tateios sem plano ou dos planos sem base. Quando o ilustre governador do Rio Grande do Sul lançou ao exame da opinião pública a sua fórmula de conciliação, fui dos primeiros a aplaudi-la e a prometer à sua fiel execução o meu e o vosso apoio. Tão grande é a confiança por mim depositada na desambição dos trabalhadores brasileiros que empenhei para a obra de pacificação nacional também a cooperação da vossa solidariedade.

Entretanto, as negociações tomavam o aspecto mitológico dos trabalhos intermináveis. Por baixo da ação dos bem-intencionados conspirava a má-fé dos que não desejavam uma solução pluripartidária, inspirada apenas nas conveniências da pátria, mas um arranjo de timbre oficial garantindo-se a continuidade das boas posições para uma pequena grei que há mais de quatro anos orienta, explora e dirige a ação governamental. O que o governador do Rio Grande propunha não era, não podia ser a destruição e a confusão dos partidos, órgãos nacionais e constitucionais da opinião política do país, mas uma trégua nas lutas, uma confluência de ação e de programa para o futuro ciclo presidencial, uma contemporização honesta e vantajosa para o povo. Nestes termos é que lhe demos a nossa solidariedade. Embora não nos concedessem nem a nós, nem aos correligionários do governador Adhemar de Barros, um tratamento paritário nas deliberações, nem assim nos furtamos a qualquer esforço para a paz geral.

Só quando os três componentes do acordo interpartidário puseram termo às suas negociações internas sem alcançar o objetivo desejado é que emissários credenciados do Partido Social Democrático me propuseram uma conversação bilateral. Dei-lhes, desde logo, meu pleno assentimento, encaminhando-os ao nosso eminente companheiro sena-

dor Salgado Filho, sob cujas patrióticas vistas passaram a processar-se os entendimentos diretos entre as duas correntes. Concluída a apreciação do programa, não logramos, entretanto, chegar a um nome comum. Por culpa nossa? Por exigências ou ambições minhas? Absolutamente não. Depondo, hoje, perante a nação e para o juízo futuro da história, declaro, sem receio de contestação, que sempre estivemos dispostos a apoiar a escolha de um dos valores do PSD que trouxesse na sua bagagem um capital de experiência de governo, de probidade pública e privada, de firmeza nas decisões e de comprovada lealdade. Escusando-me, embora, de selecionar nomes em campo alheio, cheguei mesmo a fazer sentir, de forma clara, embora indireta, como convinha a tão delicado assunto, que as personalidades dos Srs. João Neves da Fontoura, Nereu Ramos e Ernesto Dornelles, se merecessem os sufrágios dos seus correligionários, encontrariam em nossas fileiras uma receptividade simpática e, de minha parte, um sincero e caloroso aplauso. Portanto, se amanhã a sentença das urnas privar o Partido Social Democrático da chefia do governo da República, posto que conquistou com o nosso apoio em 1945, não será nossa a culpa, mas dos que enfeudaram aos seus caprichos, ojerizas e preferências domésticas, a agremiação majoritária.

Encerrou-se, assim, melancolicamente uma tentativa generosa, porque o que se pretendia nos conselhos do governo não era uma convergência de valores políticos e eleitorais para o bem comum, mas a capitulação dos partidos, a sua desmoralização pública, a sua decomposição orgânica. As delongas injustificáveis, os adiamentos propositados das reuniões políticas, a transparente interferência do Catete na limitação geográfica do campo da escolha do candidato do partido majoritário levaram a União Democrática Nacional a alhear-se das combinações, que se iam arrastando de maneira mais do que suspeita, e a fixar-se na pessoa de seu patrono, o eminente brasileiro tenente-brigadeiro Eduardo Gomes, cujo nome foi posteriormente sagrado por unanimidade, pela convenção, como candidato do partido às eleições de 3 de outubro. Por sua vez, pondo inesperadamente de lado o nome do preclaro senador Nereu Ramos, o Partido Social Democrático decidiu-se, afinal, pela escolha de seu conspícuo correligionário deputado Cristiano Machado.

Foi nessa ocasião que me dirigistes o vosso apelo para que aceitasse minha candidatura, pela qual já antes se decidira o nobre governador de São Paulo, o prestigioso Dr. Adhemar de Barros, interpretando o seu

pensamento e a opinião de seus valorosos companheiros do Partido Social Progressista. Não aceitei a indicação de maneira pura e simples. Condicionei-a ao decurso de um prazo razoável para que, dentro dele, o senador Salgado Filho ainda se fizesse, perante a União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático, o intérprete de meu último apelo à concórdia e ao regresso à execução da fórmula do governador Jobim, sem interferências alheias à vida dos partidos políticos, num encontro leal e rápido de líderes capazes de evitar, pela escolha de um nome comum, a luta eleitoral que, embora benéfica e democrática, pode ser o pretexto para a conturbação da paz pelos que não desejam o cumprimento dos preceitos constitucionais.

Maior prova não poderia eu dar de desambição e desinteresse pela volta do governo. Não tendo sido minha sugestão coroada de êxito, os deveres, que a dignidade política impõe, me obrigam a aceitar hoje o vosso convite e a honrar a vossa escolha. Mas por que tanto me esforcei por uma solução conciliatória? Medo da luta? Quem ousaria supor, conhecendo o nosso passado comum de afrontarmos os riscos e desprezarmos as ameaças que só podem ser resultantes da incompreensão dos homens ou de prevenções descabidas, injustas e contrárias à letra constitucional e ao espírito do regime vigente? Não, fui apenas movido pelo alto pensamento de cooperar, quanto em mim coubesse, para a fraternidade entre os brasileiros.

Aqui me tendes, pois, obediente à majestosa imposição das forças políticas e das massas populares, que se agremiaram sob a invocação das nossas ideias. Se os sufrágios depositados nas urnas a 3 de outubro me confiarem a magistratura suprema da República, hei de empregar todas as minhas energias para a obra de ressurgimento nacional comprometido pelos graves erros praticados contra a prosperidade pública.

Não ignoro que vivemos em um mundo perturbado pela perspectiva de nova guerra universal, nem desconheço a gravidade da situação econômica e financeira em que se debate o nosso país. Fui o primeiro a denunciá-la da tribuna do Senado e – ai de nós! – meus vaticínios saíram infelizmente certos. Os que me acusaram de ter aberto as portas da inflação monetária esqueceram propositadamente – e até o contestaram – que o papel-moeda emitido durante o meu governo estava lastreado com 70% em ouro e divisas depositadas no estrangeiro.

Essas disponibilidades – no que toca às divisas – foram quase totalmente desbaratadas por uma política de gastos imoderados, de importações suntuárias e de criminoso resgate da dívida externa consolidada. Mas, se assim desaparecia em grande parte a garantia das emissões, estas cresciam de maneira assustadora provocando, aliadas às restrições de crédito, à produção e ao aumento das despesas públicas improdutivas, a vertiginosa elevação do custo de vida.

Ao deixar o governo, em 1945, havia Cr\$ 17.800.000.000,00 aproximadamente de papel-moeda em circulação. Hoje, segundo os algarismos reais, o papel-moeda em giro não anda longe de Cr\$ 30.000.000.000,00. Não esqueçamos que os déficits orçamentários acumulados de 1946 a 1949 atingem quase Cr\$ 5.000.000.000,00, e o orçamento aprovado para o corrente exercício consigna, ele só, um déficit previsto de Cr\$ 3.515.000.000,00!

É de pública notoriedade que a maior parte das emissões feitas pelo meu governo se destinava ao pagamento das despesas de guerra e das exportações dos nossos produtos. Eram verdadeiras antecipações que poderiam, em tempo oportuno, ser contrabalançadas de um lado pela arrecadação dos impostos instituídos especialmente em caráter compulsório (bônus de guerra, lucros extraordinários etc.) e de outro lado pela normalização progressiva da nossa balança comercial. Afora isso, o aumento de circulação correspondia ao crescimento vegetativo das atividades nacionais e à elevação de preços resultante da alta então verificada nos mercados internacionais como de fatores internos. E que vemos hoje? Enquanto baixam as cotações nos mercados externos, como consequência da normalização das condições gerais, continuam crescendo os preços no mercado interno, tornando-se os produtos brasileiros invendáveis no estrangeiro e sufocando a vida das classes assalariadas, que constituem a maioria da nação.

Emiti para dar crédito aos que labutam no comércio honesto, pagando em cruzeiros os créditos bloqueados no estrangeiro; emiti para, através da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, criada por mim, fornecer meios de trabalho aos que produzem nos campos e nas fábricas, na batalha diuturna do enriquecimento do país; emiti, enfim, para enfrentar a guerra de morte que sustentamos contra os agressores nazifascistas, guerra em que as forças brasileiras de terra, mar e ar se cobriram de glória, abrindo uma nova fase histórica da participação direta da América do Sul na solução dos grandes problemas mundiais.

Posso, assim, escutar com serenidade as críticas infundadas, que não encontram eco nem no coração do povo brasileiro, nem no juízo imparcial dos técnicos. Ao contrário, volto constantemente meu espírito reconfortado para esse passado de realizações, simbolizado na usina de Volta Redonda, que também assinala uma nova era na vida econômica do Brasil. Aí tendes as emissões que fiz e por que as fiz.

Durante minha administração mantive, quando necessário, o regime de controle cambial estritamente para regular as importações, regime abolido pelo governo Linhares e só restabelecido pelo atual quando a invasão de mercadorias, muitas delas supérfluas, e a fuga das nossas disponibilidades cambiais deixaram o país endividado com os exportadores estrangeiros, acumulando-se uma montanha de atrasados comerciais que, sem a elevação inesperada do preço do café, a esta hora estaria tão ou mais alta do que no começo. É que o governo não teve sequer uma política, mas entregou-se ao delírio das improvisações, proibindo hoje as exportações para restabelecê-las no dia seguinte, numa indecisão que, de um lado, desnorteava os produtores e os aterrava; do outro, fazia com que os importadores estrangeiros buscassem outros mercados fornecedores. Assim ocorreu com os tecidos.

Atribuindo-me a pecha de inflacionista, entregou-se, no começo, o governo a uma restrição de crédito súbita e perigosa, que arrastou casas de comércio, fábricas e até bancos à moratória ou à falência e paralisou já não direi o surto de novas indústrias, mas a estabilidade das existentes, contribuindo assim para mais atrelar-nos à dependência estrangeira em muitos ramos da produção em que já triunfara o similar brasileiro!

Não precisarei retrair esse quadro de tristezas e desalentos. Ele está na memória do povo com todas as cores de uma condenação inapelável. Nem é esta, hoje, uma plataforma de governo no desacreditado estilo dos tempos passados. Ensaio às portas da sucessão um rápido golpe de vista sobre o que deixou o meu governo, tão malsinado pelo atual, e sobre o que a nação hoje contempla como obra e glória de meus incansáveis detratores!

Teremos, pois, que empreender uma obra de reconstrução metódica da casa devastada pelos erros acumulados nestes quase cinco anos de experiências malogradas, de avanços e recuos perniciosos. Sois vós, trabalhadores do Brasil, as primeiras vítimas deste estado de coisas. Que vos poderei eu prometer para alívio de vossas dificuldades? No exercício

do governo coube-me a honra de inaugurar uma era em que, de proscritos, passastes a cidadãos, dotados não apenas dos direitos individuais, que por si sós não bastam para sustentar o lar, cuidar da vida e da educação dos filhos e, sobretudo, do seu futuro. Tudo fiz para conceder-vos também as prerrogativas da segurança nos vossos empregos, do salário mínimo e do salário-família, da assistência, do seguro social, da organização dos vossos sindicatos de classe e todos os benefícios das leis trabalhistas. Decerto outras e novas necessidades estão a reclamar provimento da parte dos poderes do Estado.

A Constituição de 1946 consagra com acerto as regras a que deve obedecer a legislação do trabalho e da previdência social, em ordem a ser alcançada a melhoria da condição dos trabalhadores. Se as urnas me levarem à chefia do governo, não deixarei de empregar todos os meus esforços para que se cumpram as disposições constitucionais e para que se amplie o âmbito das vossas conquistas, tão acordes com os princípios da igualdade e da dignidade da criatura humana que os seus grandes preceitos constituem mesmo a política social da Igreja Católica, definida nas célebres encíclicas de alguns dos maiores pontífices. Não pactuarei com a prática de suprimir ou entorpecer, por intervenções inescusáveis do poder público, a liberdade de associação profissional ou sindical, nem com o desvio criminoso dos dinheiros arrecadados com o imposto sindical. Enfim, contareis comigo – e bem sabeis que nunca falhei à vossa mais exigente expectativa – para todas as vossas reivindicações que forem justas, oportunas e realizáveis.

Mas, homem de governo, não descurarei igualmente os meus deveres para com as forças – hoje combalidas – da produção nacional em qualquer de seus ramos, estabelecendo uma política orgânica de assistência aos interesses do comércio, da indústria e da agricultura. Os nossos adversários, que se sabem de antemão batidos num livre confronto de cédulas eleitorais, aproveitam todas as oportunidades para atribuir-nos uma hostilidade, que seria mais pueril do que indesculpável, contra o exercício da livre empresa, que a certos aspectos é uma das fontes da prosperidade dos grandes povos e um dos instrumentos do progresso em todos os campos da atividade criadora e produtora de valores econômicos. Os que nos querem recomendar à suspeita dos conservadores não fazem senão obra de difamação calculada, pois só os regimes de ditadura coletivista é que eliminam a iniciativa privada ou socializam

todas as fontes e meios de produção. Se, dentro das linhas da empresa privada, não se podem, vantajosamente para o povo, explorar alguns dos serviços e indústrias que, pela sua destinação e importância, são pilares da economia e da defesa de uma nação, também não é possível submeter à exploração do Estado todas as iniciativas. É só ver o sistema trabalhista na Grã-Bretanha, que se limitou a nacionalizar até agora uma pequena parte das indústrias. E não se deve ainda esquecer como são diferentes as condições do Brasil em relação às do Reino Unido para se ter a noção da necessária autonomia do nosso movimento e de sua inevitável adaptação às circunstâncias e peculiaridades brasileiras.

Eu sou mesmo um daqueles que se recusam a encontrar diferença real entre os chamados conservadores e os denominados progressistas, como termos antinômicos. Por quê? Porque os primeiros são tipicamente aqueles que não querem ver destruídas as conquistas benéficas da civilização. Essas conquistas foram aspirações do passado que se concretizaram no presente; ou seja – realizaram um movimento de translação do horizonte da esperança para o campo das realidades. Mas, quando uma ideia adquire os contornos de realidade útil, não é ser progressista tentar destruí-la pelo simples gosto de inovação. Afinal, toda a civilização representa um esforço de aperfeiçoamento que as gerações vão transferindo umas às outras.

Assim, conservar-se o que custou sacrifícios não é característica de uma escola política, mas um dever da inteligência, quando não um imperativo do sentimento. Daí que o progressismo não é nem pode ser um adversário natural da conservação dos valores adquiridos, mas representa, na mecânica social, a força que impele o espírito humano a outras conquistas novas. O que em geral se confunde é conservação com reação. Entretanto um indivíduo pode ser conservador e, ao mesmo tempo, antirreacionário. Eu prefiro dizer que o conservador-progressista é, por definição, antirreacionário, isto é, inimigo declarado da opressão, do misonéismo agressivo, da sociedade dividida entre capitalistas ociosos e salarizados-escravos, entre uma minoria de gozadores e o povo – massa, sem pão, sem teto, sem futuro, sem esperança. A cidade política de amanhã há de dever tudo aos construtores avisados, que conservam o que é bom e transformam o bom, senão em ótimo, pelo menos em melhor.

Em última análise, o que todos visamos é a elevação do padrão de vida do povo brasileiro, só possível se precedida da solução harmônica

e corajosa dos nossos problemas econômicos. Urge retomar o programa de amparo à industrialização progressiva do país, dando-se prioridade às indústrias de base que ofereçam melhores perspectivas de êxito entre nós; imprimir novo impulso à exploração das nossas fontes de energia pelo amparo decisivo à produção de carvão e subprodutos; pela fixação definitiva de uma política de Estado relativa às nossas reservas petrolíferas; pelo incremento da produção e uso da energia elétrica com o caráter pioneiro de vanguardeira do progresso no interior do país, como o foram, há anos, as nossas estradas de ferro. Cumpre cuidar seriamente do nosso sistema de transporte, em terra, mar e ar; da prospecção e exploração intensiva das nossas jazidas minerais; da defesa do nosso mercado interno de títulos; da aplicação cautelosa e benéfica para os trabalhadores, e bem dirigida das reservas das Caixas Econômicas e da Previdência Social; da concentração de recursos financeiros e humanos na solução coordenada das nossas questões fundamentais.

E, como base indispensável a qualquer trabalho sério, amparar e estimular a produção agropecuária, sem a qual é vã e perniciosa qualquer veleidade de industrialização. Mesmo porque sem os recursos da técnica moderna não é possível aumentar a produção individual do nosso homem do campo de modo a liberar braços para a indústria. Impõe-se fortalecer a atividade agrícola, pagando preços compensadores, fixando o homem ao campo, e, assim, criar um vasto mercado interno, com capacidade aquisitiva suficiente para absorver os produtos da indústria nacional cada vez melhores e mais numerosos.

Aos meus acusadores insensatos e insinceros, que me alinham ora entre os totalitários da direita, ora entre os revolucionários da esquerda, eu pergunto por que fui vítima dos extremistas de ambos os credos, que se levantaram em armas contra o meu governo, ameaçando a sua estabilidade, a minha própria vida e a vida de minha família. Ensaíaram a violência porque sabiam não haver forças capazes de me afastar da posição equidistante que adotei, traçando uma linha independente de ação em que os interesses do Brasil e as tradições do seu povo eram únicas diretrizes.

Esse é o clima político dos trabalhistas brasileiros, que proscrevem de seu seio os arautos da revolução social, a qual destrói os alicerces espirituais da civilização cristã, que propugna o nivelamento por baixo, que nega a ideia de pátria no que ela tem de puro como força moral,

contrária à transformação das nações em sustentáculos ou vítimas do imperialismo político ou da superdominação econômica.

Falando hoje aos convencionais do meu partido e das mãos deles aceitando minha candidatura à Presidência da República no quinquênio vindouro, não poderia deixar de definir minha posição em face da política externa do Brasil. Nesse grande setor da vida de qualquer povo, minhas diretrizes futuras hão de correr, se me elegerem, paralelas às do meu passado, sobretudo na fase que antecedeu e na que sucedeu à entrada do Brasil na guerra. Sempre fui, na doutrina e na prática, um adepto sincero da paz entre as nações como clima para a felicidade dos povos e para o desenvolvimento de todas as atividades criadoras. Muito especialmente sempre advoguei em favor da comunhão dos homens e dos povos deste continente. O ideal de Bolívar foi enriquecido pela experiência de uma política fraterna de aproximação e solidariedade entre as nações da América. Mas também sempre julguei – e a época atual o atesta ainda mais claramente – que o pan-americanismo não deve nem pode estabelecer sujeições ou dependências além dos tratados livremente consentidos entre os governos. Por outro lado, as necessidades de desenvolvimento dos países mais atrasados exigem que não se esgote a Organização dos Estados Americanos apenas em fórmulas eloquentes, mas que se concretize em obras de cooperação mútua no terreno espiritual, cultural e econômico, dando sentido prático a uma colaboração leal e proveitosa, resguardados, naturalmente, os interesses, os direitos e os melindres de cada soberania.

Desencadeado o último conflito, o meu governo manteve o Brasil num plano de neutralidade ativa, sem ataques a qualquer dos beligerantes, tal como acontecia com os próprios Estados Unidos. Mas não faltei pontualmente ao rompimento com os países do Eixo quando a guerra afetou a solidariedade continental, pôs em risco a segurança do Brasil e das nações deste hemisfério. Muito menos deixei de sancionar, com a declaração de guerra, a vontade do povo, como disse então, quando as nossas águas territoriais foram violadas, vidas brasileiras covardemente suprimidas e a nossa independência política posta em perigo pelas forças totalitárias.

Tendo cooperado o meu governo para a instituição das Nações Unidas, a ela permaneceu fiel o meu sentimento político. Se as dificuldades atuais não são de surpreender, a vontade dos povos e o instinto

dos homens de Estado ainda é capaz de aproximar até as nações de ideologias diferentes para o mesmo programa de paz e cooperação.

Se o povo brasileiro me eleger a 3 de outubro, serei fiel às linhas de política externa que determinaram a feição geral do meu governo, com as alterações naturais que indicarem as circunstâncias gerais e os interesses do Brasil.

Ao falar sobre este tema, não poderia deixar de recordar, com grande emoção, o imortal presidente Franklin Roosevelt, de cuja amizade sempre me honrei e de cuja cooperação com os legítimos interesses do meu país sempre dei inalterável testemunho.

Srs. Convencionais, depois de ter em síntese assinalado alguns dos pontos mais significativos de um plano de governo, só me cabe o dever de agradecer-vos a consagração que me fazeis com tamanho entusiasmo e tão transparente sinceridade. Recebo-a no mais fundo de meu coração, como o único prêmio a que poderia aspirar depois de uma vida de luta e de sacrifício ao serviço da nação.

Não desejei a candidatura que me ofereceis. Muito menos a disputaria por qualquer forma. Ao contrário, ausentei-me propositadamente dos focos de agitações e intrigas. Se a paz interna for perturbada, se os interesses vitais da nação forem atingidos, se o bom nome da democracia brasileira for deslustrado aos olhos do estrangeiro, procurem alhures os responsáveis pelo crime. Não aqui, onde há quase três anos respiro os ares sadios deste rincão longínquo, entregue aos trabalhos rurais, em contato permanente com a natureza generosa destas paragens, sem alimentar ódios que nunca tive, nem planejar vinganças, que nunca foram a característica da minha ação, nem no governo nem na vida privada. Não aqui, onde o meu espírito se refez das lutas, das injustiças, das ingratidões, anistiando a todos que me faltaram, negaram ou agravaram sem razão. Busque o povo os responsáveis pelas ameaças entre os que dispõem das forças e dos recursos do poder, entremostrados ostensivamente contra mim, que sou apenas um dos milhões de brasileiros inermes.

Mas, se sei esquecer os ataques e as injustiças, ninguém consegue atemorizar-me quando se trata de cumprir um dever, exercer um direito ou correr um risco para o bem do povo. Entro na luta com o espírito aberto aos sentimentos de fraternidade entre os brasileiros. Jamais, entretanto, me afastarão das urnas pelos processos de intimidação. Se vencer, governarei sem ódios, prevenções ou reservas, sentimentos que nunca

influíram em minhas decisões, promovendo sinceramente a conciliação entre os nossos compatriotas e estimulando a cooperação entre todas as forças da opinião pública.

Mas, trabalhadores do Brasil, podeis estar certos de que não prevalecerão as potestades evidentes ou disfarçadas da reação. O que, a 3 de outubro, vai triunfar é a vontade do povo – e só do povo –, único tribunal político a cuja sentença se devem curvar todos os cidadãos de uma democracia.

Manaus, 20 de agosto de 1950

Discurso pronunciado durante a campanha eleitoral, que teve início em 9 de agosto em Porto Alegre e levou Vargas a vários estados do país. No Amazonas, foram abordados os temas do nacionalismo e da borracha.

Povo do Amazonas, trabalhadores do Brasil,

Aqui me tendes de novo, pronto a lutar pelo vosso bem-estar e vosso progresso.

Grandiosa e quase despovoada hoje, a Amazônia há de ser um dia o nosso maior celeiro. Estou convencido de que um ônus da grandeza é, precisamente, o de despertar invejas, acender cobiças e insuflar ambições. Num mundo tão vasto, ainda há dois séculos escassamente habitado, mas cuja população cresce em progressão nunca dantes vista, o vale amazônico constitui, atualmente, a maior reserva em bloco ainda por povoar e explorar.

Não é de hoje, não é destes anos atribulados do segundo após-guerra, que olhos cobiçosos se voltam para as nossas grandes possibilidades. Antes mesmo do conflito mundial de 39-45, num parlamento ilustre do Velho Continente levantavam-se vozes que pretendiam apaziguar as querelas europeias acenando com uma compensação – a criação de colônias nas extensas terras do nosso maravilhoso vale.

Recentemente, sob outra forma e com outros empresários, a antiga ideia tomou vulto numa alta assembleia internacional. Não fora o protesto unânime de brasileiros responsáveis e as reservas do Estado-Maior Geral das Forças Armadas, e o nosso desarvorado governo federal teria concordado totalmente com a entrega das assombrosas virtualidades

amazonenses aos trustes cosmopolitas, sob o disfarce de proteção das Nações Unidas, organismo transnacional de conciliação dos interesses econômicos das grandes potências.

A segunda ameaça parece conjurada por algum tempo, mas não está longe a data em que voltarão à carga os colonizadores potenciais. Por isso mesmo nesta campanha presidencial fiz questão de vir até aqui não para disputar votos, mas para dar-vos o penhor público da minha solidariedade. Vim, amigos da Amazônia, para dizer-vos que, se eleito, com o favor de Deus e o voto favorável do Congresso Nacional, hei de promover medidas adequadas ao reforçamento das vossas energias, pondo em execução o vasto programa que a guerra mundial interrompeu.

Em vez da Amazônia internacionalizada, que pretendem alguns poucos brasileiros mal orientados, levarei avante a ideia antiga de uma Amazônia bem brasileira, interessando às nações fronteiriças e promovendo a integração econômica e social da bacia do grande rio. Não é com europeus ou povos de outras latitudes que domaremos o caudal gigantesco e o séquito dos seus poderosos afluentes. Será entre nós, com os brasileiros de todo o país, gente adaptada ao solo e à natureza peculiar da linha equatorial, que dividiremos os encargos atuais. Estabeleceremos facilidades comerciais e um estatuto especial para possibilitar o esforço comum na reabilitação da região prodigiosa. Esse é o meu programa, essa a minha ideia para revigoração do nosso vale sem igual.

Nas outras questões que dizem respeito, administrativamente, ao vosso estado, quero reafirmar-vos que persisto nos planos antigos. O grande inimigo da vossa prosperidade é, sem dúvida, o deserto, é a fraqueza dos índices demográficos. A grande lei do progresso é a lei da divisão do trabalho. E só nos organismos complexos é possível o aproveitamento rápido do potencial econômico. O homem só, isolado como Robinson Crusóé, é o homem perdido. Vivemos socialmente, progredimos em sociedade. Assim, o que necessitamos é evitar a dispersão e promover o aglutinamento das populações em pontos estudados previamente e aos quais seja possível dar assistência de toda ordem.

Pensando na realização desses grandes movimentos de recuperação, não esqueço, todavia, que as necessidades quotidianas existem e é preciso atendê-las com urgência. O eixo em torno do qual gira a vossa vida econômica é ainda a borracha. Criou-se, em grave situação de emergência, como fomento da produção imediata, órgão proposto a tal

fim – o Banco de Crédito da Borracha. Nas contingências especiais de muito nos serviu essa organização bancária. Passados os tempos, porém, mudadas as circunstâncias e desaparecido o incentivo da exportação, o referido órgão atrofiou-se, como contingência da falta ou variação de função. O Banco de Crédito da Borracha já não corresponde às necessidades, porque o problema não é mais o da exportação. Logo que eleito, se o for, transformarei essa organização em outra, com atribuições para disciplinar a extração, equilibrar os preços, financiar as safras e cuidar ainda da cultura de fibras e vegetais oleaginosos.

Precisamos aproveitar convenientemente as vantagens do ambiente geográfico. Embora a borracha nativa tenha os seus dois grandes e poderosos inimigos na goma cultivada e no similar sintético, nem por isso se acham ameaçadas de esgotamento as enormes possibilidades da hévea amazônica. Possuímos hoje indústrias modernas e bem equipadas de artefatos de borracha, que consomem a quase totalidade da produção nacional. Transformando a matéria-prima temos garantido o seu aproveitamento no próprio mercado interno em constante crescimento. Continuaremos a extrair borracha dos nossos seringais, industrializando-a para as próprias necessidades e exportando os artefatos em lugar da matéria-prima.

Outros problemas estão a exigir equacionamento imediato e providências decididas. A navegação fluvial, que é básica no vosso sistema de transporte, deve ser reestruturada e ampliada sensivelmente. A industrialização do pescado, intensamente desenvolvida, vos proporcionará fontes seguras de prosperidade. Destaca-se, igualmente, a questão do povoamento e da legítima conquista da terra. Isto só poderá ser feito como desdobramento do plano nacional das colônias agrícolas, iniciado promissoramente pelo meu governo em vários estados da Federação e posteriormente abandonado pelos poderes públicos. No entanto, se os vossos sufrágios me elegerem, o antigo plano será retomado e melhorado. Instituir-se-ão núcleos de colonização em locais adequados, em que os trabalhadores receberão assistência médica e técnica, além do fornecimento gratuito das terras devolutas e das ferramentas necessárias ao seu labor.

Povo do Amazonas, revendo a Amazônia, sinto fortalecida a convicção de que a grandeza futura do Brasil está guardada nas suas terras fertilíssimas, cobertas de vastas florestas e regadas por caudalosos rios.

Não sou homem de vãs promessas. Por isso mesmo vos afirmo: se voltar ao supremo posto de chefe da nação continuarei a impulsionar, sem tréguas, o progresso da Amazônia, certo de trabalhar pelo engrandecimento de todo o Brasil.

Recife, 27 de agosto de 1950

Discurso de campanha, em que Vargas lembra as medidas de seu primeiro governo em prol da lavoura canavieira, rebate as críticas de seus opositores, recomenda o voto em João Cleofas, candidato do PTB ao governo do estado, e se declara candidato acima dos partidos.

Povo de Pernambuco, trabalhadores do Brasil,

Depois de alguns anos de ausência, encontro-me com sincera alegria entre vós, no vosso meio. De outras vezes, quando aqui estive na qualidade de chefe do Executivo nacional, procurei sentir a pulsação generosa da vossa vida cívica e apreciar os efeitos da ação governamental sobre as vossas atividades econômicas e sociais. Desses contatos guardo recordações imperecíveis, gratas ao meu coração de brasileiro. Permanecem na minha memória a vossa acolhida fidalga, a franqueza das vossas atitudes, a clareza com que sempre me expusestes os problemas que vos preocupavam, permitindo-me abordá-los com segurança e resolvê-los de acordo com as vossas sugestões, sempre leais e bem fundadas.

Aqui estou novamente, pernambucanos, agora candidato à suprema magistratura do país e disposto a auscultar as vossas necessidades para vos atender com a mesma decisão com que vos atendi outrora, caso ascenda ao posto que pleiteio unicamente em obediência à ordem do povo, que me foi buscar no retiro onde me acolhera para repousar das labutas da minha já longa vida política.

Não me considero estranho nem aos sentimentos nem aos interesses dos trabalhadores e do povo de Pernambuco. Quando assumi, em 1930, a chefia do Estado, a vossa economia se achava em completa desordem e os seus dois produtos básicos – o açúcar e o algodão – eram vendidos a preço vil. A lavoura da cana, tradicional monocultura da vossa terra, naufragava em plena crise. Medidas acertadas, que apesar dos duros e impatrióticos ataques à obra do meu governo ainda não puderam ser anuladas, deram-vos não só o equilíbrio econômico e financeiro, arrancando as vossas principais fontes de riqueza da insolvência,

como propiciaram outras oportunidades de progresso, tornando mais variada a vossa produção.

Muitas empresas, graças à política do Instituto do Açúcar e do Alcool, órgão planejado, executado e sempre amparado no meu governo, puderam acumular reservas e melhorar instalações. Algumas, mais avançadas, começaram a desdobrar a matéria-prima e a trabalhar os subprodutos. A cana, que por mais de dois séculos apenas produzira açúcar, entrou a influir com maior amplitude na prosperidade da região. Os efeitos salutares dessa cura da vossa economia logo se fizeram sentir, alargando o campo da vossa ação comercial. Passastes a vender mais e a adquirir em maior escala o necessário ao vosso conforto e ao vosso bem-estar.

Voltando, agora, à bela e brava terra pernambucana, quero dizer à sua gente trabalhadora, ordeira, destemida que não se esgotaram as suas possibilidades de expansão e desenvolvimento. Um governo consciente e sinceramente empenhado em fazer a felicidade do povo pugnará pela ampliação da indústria açucareira com aproveitamento completo dos subprodutos. Cana é açúcar, cana é álcool, cana é papel, cana é adubo. Com os capitais acumulados e o auxílio governamental, com créditos a juros baixos e a prazos longos para os empreendimentos industriais, podereis completar o beneficiamento do produto que ocupa o vosso labor fecundo desde que o Brasil nasceu. E, com o pleno emprego da mão de obra disponível, tereis ocasião de reivindicar o que é contrapeso indispensável à prosperidade econômica: a melhoria de salários e a concessão de maiores benefícios ao trabalhador rural.

As áreas de cultura do fecundo solo pernambucano estão, de longa data, ocupadas e aproveitadas. Tanto no litoral como no sertão, o esforço produtivo de seus habitantes desenvolve-se, consolida-se firmemente. Cumpre apenas estimulá-lo, oferecendo maiores possibilidades de expansão através de assistência técnica e financeira metódica, regular, liberta das influências nocivas dos interesses políticos e personalistas.

Nas bases em que foi colocada e se vem mantendo, com proveito geral, a lavoura canavieira tem largo caminho aberto para a industrialização crescente. Da mesma forma as indústrias de tecidos progrediram incessantemente, absorvendo a quase totalidade das vossas colheitas algodoeiras. Mas o amparo que o meu governo emprestou, com decisão, à manufatura dos tecidos de caroá para aproveitamento racional dessa fibra, abundante em vosso solo, cessou. Por quê? Teria havido

para isso justa causa? Conviria reexaminar o assunto e verificar se interessa reanimar essa indústria.

Ocorre-me um reparo oportuno. Os meus adversários, na pressa inconsiderada dos ataques, continuam a atirar-me, ao mesmo tempo, a pecha de “Pai dos Pobres” e de “Pai dos Ricos”. Como homem público, entretanto, nunca fui faccioso ou extremado. Antes de mais nada procurei agir com justiça e realizar o bem comum. Ricos e pobres são igualmente brasileiros. Se aos primeiros, muitos dos quais estiveram à beira da insolvência que agravaria a situação das classes desfavorecidas e dos assalariados, abri oportunidades de reerguimento e facilitei o crédito, consolidando e fortalecendo as bases da agricultura e da indústria, também não desamparei os trabalhadores. Defendi-os contra a ganância dos exploradores e, rompendo resistências que se levantaram à minha ação, iniciei, com firmeza e segurança, a legislação trabalhista no Brasil.

Atendi ao revigoramento das forças produtoras mas, paralelamente, promulguei leis que limitaram as horas de trabalho, deram ao operário o direito às férias anuais, concederam garantias contra acidentes no exercício da profissão, asseguraram o direito de sindicalização para a defesa dos próprios interesses, outorgaram a estabilidade no emprego e estabeleceram, de forma positiva, tantas outras prerrogativas, acoimadas às vezes de exageradas por alguns, que veem com maus olhos a elevação social do trabalhador e com frequência são os que mais enfaticamente se rotulam de democratas. Criei, igualmente, a Justiça do Trabalho e instituí a aposentadoria para os empregados que, anteriormente, quando esgotados pelo esforço da luta pela vida, dispunham apenas da sarjeta ou das esquinas para esmolar, se a polícia permitisse.

E não pararam aí as iniciativas do meu governo para assegurar a quantos trabalham e produzem o direito de viver com dignidade, sem apreensões diante do futuro. Projetou-se, também, o plano de seguro que deveria, com a reestruturação dos institutos de aposentadoria e pensões, proporcionar aos seus associados melhores pensões quando enfermos e incapazes ou quando houvessem atingido a idade-limite de aposentadoria. Infelizmente esta organização não teve andamento. Era obra da minha administração. Relegaram-na ao esquecimento como tantas outras, embora os prejudicados fossem somente os trabalhadores.

Os reacionários de vários matizes e os aproveitadores de crises, meus inimigos naturais, tentaram e tentam envenenar e corromper o clima de bom entendimento que me esforcei por criar no Brasil para resolver pacificamente os problemas sociais. Empregam nessa campanha inglória os mais variados métodos. Mas o esforço é vão. O bom senso triunfa. Todos sabem, porque os meus atos são conhecidos e os seus frutos esplendem aos olhos de quantos querem ver, que aos ricos sempre exortei a auxiliarem as instituições de benefício coletivo e aos trabalhadores sempre pedi colaboração sem reservas com o fim de produzirmos mais e melhor.

Negar, porém, que o Brasil precisa de reformas maiores, que não é possível continuarmos de braços cruzados quando ainda uma parte considerável da população é privada dos incentivos do progresso, afastada das vantagens da civilização, é conservantismo egoísta e feroz, que repugna aos espíritos educados nos sagrados princípios da solidariedade humana e cristã.

Devo ainda ressaltar, porque oferece interesse especial para vós, trabalhadores de Pernambuco, que foram e continuarão sendo pontos essenciais da minha ação administrativa, se voltar ao governo: a aplicação do Estatuto da Lavoura Canavieira, em cujo preparo colaborou, com brilho e eficiência, o vosso atual governador, Dr. Barbosa Lima Sobrinho; o financiamento adequado à produção; a ampliação do mercado interno pelo fortalecimento econômico dos estados; a defesa justa dos nossos produtos contra os similares estrangeiros, sempre que possamos produzir em iguais condições de preço e qualidade, isto é, sem sacrifício do consumidor.

Há ainda um problema fundamental que cumpre não adiar. Desta tribuna quero anunciar o propósito de estender ao trabalhador rural, progressivamente, as prerrogativas da legislação que ampara os trabalhadores urbanos: melhoria do padrão de vida; salário mínimo que deve ser atualizado para todos, visto que ainda se mantém nos níveis em que deixei quando a vida era muito mais barata; estabilidade funcional; seguro contra acidentes; assistência médica e hospitalar gratuita e lei de aposentadoria e pensões.

O povo tem direitos imprescritíveis à saúde, à cultura, à fruição pacífica dos bens criados pelo suor de todos e pelo esforço comum. Lutei e lutarei enquanto tiver alento contra os empedernidos e míopes apósto-

los da involução, os apologistas da estagnação e do marasmo. Na sociedade moderna, na civilização industrial em que tão tarde nos iniciamos, qualquer parada é regressão. Temos que progredir melhorando as nossas instituições, ampliando e aperfeiçoando a nossa legislação social. Os retrógrados, os reacionários sentirão o peso da nossa determinação, que é a vontade soberana da maioria.

Em Pernambuco, o glorioso estado onde se iniciaram contra os invasores estrangeiros as lutas pela emancipação nacional, levanto novamente o grito de liberdade: libertação da miséria, da doença, do analfabetismo. Contra a ignorância, contra a exploração econômica ergamos todos e façamos do Brasil, da nossa pátria, uma nação de homens fortes e capazes de esforço continuado, de produtores esclarecidos, de trabalhadores de alta qualificação, unidos e fraternizados, já que o capital e o trabalho não são adversários e sim forças que se devem unir para o bem comum.

Vim encontrar a opinião de Pernambuco dividida entre dois grandes blocos políticos. De um lado, o Partido Social Democrático e o senador Vitorino Freire, prestigiando o candidato oficial do Catete, e tendo indicado para a governança do estado o ilustre professor Agamenon Magalhães. De outro, uma coligação dos demais partidos que sufragará, para governador, o não menos ilustre e digno Dr. João Cleofas. Este é o nome que apoio e indico aos sufrágios dos trabalhadores, por ter sido escolhido pelo Partido Trabalhista Brasileiro. A indicação, porém, não importa em crítica ou censura aos outros candidatos, pois os considero à altura do mandato. Estou certo de que o povo pernambucano saberá escolher.

Quanto a mim, não sou candidato estritamente partidário; o meu nome emergiu, direta e espontaneamente, da vontade popular. Atendo, assim, ao chamado de todas as classes sociais, do povo em geral, mas principalmente dos humildes, dos pobres, dos desamparados. Sinto através dos seus apelos um Brasil aflito e ansioso, sofrendo privações e aspirando à vida melhor. Venho, portanto, para atender aos interesses nacionais, para retomar um programa de realizações. Este é o meu objetivo e o motivo da minha presença neste lugar e nesta hora.

Pernambucanos, às urnas todos, numa brilhante e ampla demonstração de civismo e cultura política. Juntos marchamos, em 1930, num grande e vitorioso movimento de renovação nacional. Unamo-nos, outra vez, como um exército civil, empunhando a arma do voto para a

consagração, a 3 de outubro de 1950, da legítima expressão da vontade e da soberania do povo.

Curitiba, 18 de setembro de 1950

Discurso pronunciado já perto do fim da campanha. Vargas lembra a criação, em seu primeiro governo, dos Institutos do Mate e do Pinho, analisa os recursos naturais do Paraná, defende a liberação do crédito e dispõe-se a aperfeiçoar o trabalho iniciado com a aprovação das leis sociais em seu governo anterior.

Povo do Paraná,

Aqueles que vos visitam devem sentir como eu o mesmo encantamento pelo pedaço do Brasil que vos coube, pela amenidade do vosso clima, pelo cavalheirismo do vosso trato, pela acolhida cordial que dispensais aos hóspedes. E se forem além, se lançarem olhos perscrutadores para a vossa vida de trabalho, curvar-se-ão, como também faço, cheios de respeito e admiração, diante do progresso que se observa em todas as atividades e das perspectivas de crescimento que se dividem na verdadeira cruzada de produção em que se empenham os paranaenses.

Realizais o sonho de grandeza acariciado pelos vossos maiores, a cujos descendentes aliaram-se homens vigorosos e lutadores vindos de outras terras, de outros continentes, para empregar nos campos mais amplos e mais novos da América a energia tolhida nos seus países pela densidade de população, pelas asperezas da luta pela existência e por outros fatores que provocam as migrações. Foi assim que se formou o núcleo de brasileiros, saudáveis e dispostos, que hoje ocupam o vosso território.

Sou um homem do Sul; conheço, portanto, as profundas afinidades entre a vossa gente e a gente do Rio Grande. Por isso, já me identificara convosco pelos laços da afeição que rapidamente ligam vizinhos, antes de visitar o resto do Brasil e de verificar como, apesar das distâncias, da diversidade de climas, formamos, pelo espírito, pela unidade de pensamento, pelo devotamento e apego à pátria, uma nação bem mais definida e sólida do que muitos de nós mesmos supomos.

Conversemos, portanto, como brasileiros e vizinhos dos problemas que mais de perto vos interessam e sempre estiveram presentes aos meus cuidados de homem público.

Embora o vosso trabalho, metódico e bem orientado, e as condições peculiares de vida amortecessem os efeitos das crises que afligiam e ainda afligem o Brasil, a verdade é que a de 1929 vos trouxe dias de graves apreensões. A essa época vos atingiram quase simultaneamente a crise econômica, proveniente da desvalorização do café; a crise administrativa, gerada do permanente déficit das contas públicas, e a crise financeira, derivada da dispersiva aplicação dos tributos. Foi preciso agir com rapidez e decisão.

Nos primeiros meses de 1931, o governo provisório da República, compreendendo a intensidade do vosso drama, promoveu imediata assistência social à reorganização das finanças estaduais.

A primeira providência foi o restabelecimento do crédito. A reação se fez sentir imediatamente. As estatísticas mostram que o vosso labor encontrou na medida o remédio de que carecia para recuperar-se e expandir-se, permitindo que consolidásseis iniciativas principiadadas e que novas aparecessem.

Veio depois a criação dos Institutos do Mate e do Pinho, para imporem à produção dessas riquezas orientação técnica apoiada em segura política econômica. Com isso atendemos aos reclamos dos que se consagram a tais indústrias, e cuja colaboração foi pedida na organização dos projetos das duas autarquias, seguindo a orientação que sempre mantive – de trazer para o estudo e elaboração das leis de alcance econômico os que nelas diretamente são interessados, os que conhecem a fundo os ramos de trabalho que elas visam amparar, proteger, consolidar.

Em fins de 1938, quando se instalou o Instituto Nacional do Mate, o excedente das safras estava estimado em 13 milhões de quilos. O processo de disciplina da produção, pelo racional sistema de cotas, entrou a diluir as tintas sombrias desse quadro, conseguindo-se, em plena guerra, introduzir a apreciada bebida de maneira menos empírica nos mercados norte-americanos.

Existe, presentemente, entre a produção ervateira e a capacidade dos mercados continentais, sensível desequilíbrio. Em 1942, por exemplo, a despeito das restrições da guerra, exportamos para o Chile, que não é, aliás, o nosso maior comprador na América do Sul, 8.630 toneladas; em

1949, as vendas baixaram para 7.166 toneladas. A divisão do comércio internacional em áreas, sob o critério da conversibilidade da moeda, em que se opera o intercâmbio, exige orientação adequada na política de câmbio, em proveito da economia do país. Estará provavelmente nesta providência a oportunidade que o mate aguarda para se expandir.

Bem sabeis a posição de destaque que a madeira ocupa nas estatísticas da produção industrial brasileira e que o seu coeficiente na exportação nacional aumenta gradativamente. A madeira é das vossas mais abundantes fontes de riqueza. Com esses dois produtos – o mate e a madeira –, acrescidos da invejável posição de segundo estado cafeeiro, a vós está assegurada uma incessante e promissora expansão.

A indústria madeireira ainda se ressentida do aperfeiçoamento técnico na extração e beneficiamento. Ao lado desse problema surge a necessidade da ampliação e do barateamento do transporte. A competição dos mercados externos impõe um conjunto de medidas que nos habilitem a adaptar os nossos preços aos dos outros países produtores e concorrentes.

Uma das causas principais do desajustamento do setor madeireiro reside na elevação geral das despesas formadoras do custo interno, incluindo-se entre as de maior importância a do transporte ferroviário. Com o barateamento dos fretes e o aperfeiçoamento dos métodos de produção, baseado na obtenção de um tipo de acabamento uniforme, haveremos de expandir as nossas vendas para o exterior.

E surge novamente a questão da acessibilidade do crédito, por mim insistentemente definida, sem o que não lograremos acelerar o ritmo da produção, em face das tremendas e clamorosas restrições financeiras que asfixiam as empresas particulares. Em um país como o nosso, inchado de dificuldades pela extensão territorial, com percursos enormes a vencer, e meios de transportes precários e caros, não é possível trabalhar e produzir sem crédito. Julgo que o ponto alto da maioria dos problemas que nos defrontam está no crédito acessível, reprodutivo e suficiente. Não será demais insistir em que sem crédito abundante, sem juros módicos, sem permanente e estimuladora assistência financeira será impossível levar a economia nacional à plenitude de suas realizações. Na solução do problema da madeira, do mate, do café e de tantos outros, a minha concepção se enquadra principalmente em um enunciado singular: crédito, porque sem crédito morreremos de inanição,

apesar da abundância de valores comerciáveis com que fomos dotados pela Providência.

Mas não param aí as vossas possibilidades quanto ao cultivo da terra e ao aproveitamento dos bens que ela nos dá. Muitos outros produtos poderá o vosso labor arrancar proveitosamente do solo fértil. Citarei apenas mais um: o linho, cujo plantio e beneficiamento de forma tão promissora se iniciou durante o meu governo. Parou? Prosperou? Regrediu? Não sei. Não tive tempo de colher informações a respeito. Em todo caso, é indispensável olhar por essa planta que tem, transformada em tecido fresco e leve, tão larga procura nas nossas terras tropicais.

No campo industrial também o vosso desenvolvimento surpreende. Aludirei apenas a uma indústria aqui nascida e que rapidamente se colocou entre as maiores e mais florescentes do país. Refiro-me à Fábrica de Papel de Monte Alegre, onde vivem e trabalham cerca de 12 mil pessoas, numa pequena cidade dotada de todo o conforto e higiene, plantada em pleno sertão que antes de 1940 era praticamente mata bruta. Essa organização modelar nos libertou do ônus de 50% da importação do papel e ainda abastece o mercado nacional de celulose e cartão em quantidades apreciáveis.

Acusam-me, às vezes, de ter emprestado ao Estado o papel de açambarcador, levando-o a imiscuir-se em atividades que deveriam permanecer no domínio da iniciativa privada. A acusação é tola. Conduzi o Estado a realizações monumentais porque eram indispensáveis à prosperidade do Brasil e do seu povo. Mas não recusei nunca assistência, auxílio, às empresas particulares que trouxessem a intenção provada de concorrer para o progresso comum.

Exemplo marcante desta conduta é a grande indústria de papel de Monte Alegre, a que estou aludindo. Nasceu da iniciativa privada, mas teve por parte do poder público todo o auxílio e amparo que lhe solicitou. Soube honrar a ajuda oficial: cresceu, organizou-se e aí está, como alto marco da nossa produção industrial.

Entre as informações que a respeito dela colhi, há uma que devo destacar: nas terras que explora, tirando a matéria-prima das suas indústrias, cada pinheiro cortado é imediatamente substituído por 10 mudas que se plantam para restaurar a floresta nativa. Dessa forma, os pinheirais não se extinguirão naquela zona; perenemente serão fonte de

riqueza e encanto da vossa paisagem tão típica e sedutora. Reflorestar é também outra necessidade imperiosa para a segurança do nosso futuro.

Ao lado da indústria do papel outras virão para vosso engrandecimento, sobretudo se dermos urgência ao aproveitamento da energia elétrica perdida nas vossas centenas de quedas d'água sem utilização.

Chegamos, paranaenses, ao ponto fundamental do desenvolvimento das vossas riquezas: eletrificação. Não compreendo que qualquer governo deixe de acrescentar esse instrumento admirável de progresso às possibilidades de expansão do vosso estado e do Brasil. Aproveitar a força hidráulica, abundante no Paraná, será, por assim dizer, forçar a industrialização, ampliar a produção agrícola pela mecanização, hoje indispensável em todas as zonas em que o homem é forte, trabalhador e ambiciona prosperar. Conheço o vosso plano hidrelétrico e estou em que, pelas proporções, empreendimento de tal monta não poderá dispensar assistência federal ampla, urgente e inadiável.

Adiar a solução desse problema, vital para o vosso crescimento, será um crime contra a economia do Paraná, contra a economia do Brasil. As vossas terras, apropriadas a todas as culturas, contam-se entre as melhores que possuímos e, cultivando-as, a vossa capacidade de realização não encontrará barreiras se fordes dotados também de força elétrica abundante e barata.

Não encerrarei este rápido golpe de vista sobre vossos recursos naturais, já explorados e potenciais, sem referir-me ao carvão e ao petróleo. Aquele mal começa a ser extraído, ainda em bases empíricas, mas encerra possibilidades que não se devem desprezar. Quanto ao petróleo, tudo indica – e as observações dos especialistas confirmam – que jaz em quantidades enormes no vosso subsolo à espera de que o venham despertar, para colocá-lo também a serviço da vossa grandeza e da do Brasil.

Povo e trabalhadores do Paraná, passamos em revista a estrutura econômica do vosso estado; examinamos os instrumentos de que se serve o homem para conquistar os bens que o fazem feliz; falemos agora do próprio homem, das suas condições de vida, do que convém fazer para realizar as suas aspirações de conforto, de tranquilidade, de convívio fraternal.

Foi preocupação fundamental do meu governo dotar o país de um conjunto de leis sociais compatíveis com a necessidade da vida moderna, que assegurasse ao trabalhador participar, em maior proporção e com mais segurança, dos frutos que o seu labor ajuda a criar. Essas

inovações, que tanto irritam os reacionários, apenas consagram preceitos cristãos inscritos na encíclica de Leão XIII, na admirável *Rerum Novarum*, que muita gente cita sem conhecer.

O grande pastor de almas condena o coletivismo e afirma a legitimidade da propriedade privada. Não há em toda a minha obra uma palavra em apoio daquela doutrina nociva que nega ao homem o direito de possuir o fruto do seu labor honrado. Leão XIII propugnou pelo salário suficiente para garantir a subsistência digna do operário e da sua família; proclamou que o trabalho não deve ultrapassar certo número de horas, que os trabalhadores podem unir-se para reclamar suas justas reivindicações. Tudo isso já se encontra consagrado na legislação social do meu governo, e os outros benefícios que conquistastes daí decorrem.

Devemos manter essa linha de conduta e prolongá-la até onde for possível, ajustando-a aos sentimentos profundamente cristãos do povo brasileiro. Impõe-se, porém, examinar o que fizemos para aperfeiçoar e completar o trabalho. É evidente que as vantagens econômicas asseguradas ao operário urbano devem estender-se aos operários rurais, a fim de fixá-los nas atividades agrárias, livrando-os da miragem que hoje os arrasta, em massa, para as cidades, em busca de vantagens que nem sempre encontram. É imprescindível estancar esse êxodo se quisermos produzir mais, baratear as utilidades e dar ao povo condições de existência mais fáceis. A elevação do salário mínimo é outra imposição a que se não pode fugir. Seria absurdo mantê-lo no nível em que o deixei, quando o preço de tudo triplicou.

Cuidar da saúde, da habitação, da instrução do povo, dos seus próprios divertimentos são deveres elementares dos governantes, deveres que cumpro na medida em que me permitiam os recursos de que dispunha, mas que não estão sendo cumpridos com o mesmo interesse.

Não foi sem prolongada luta íntima, sem resistências compreensíveis diante da tarefa imensa que cairá sobre os meus ombros, que aceitei a convocação do povo brasileiro para candidatar-me à Presidência da República nas próximas eleições. Conheço bem o peso das responsabilidades que assumirei se a vossa vontade, a vontade das massas populares, sair vitoriosa das urnas livres.

Decepcionado por anos seguidos de desorientação política e administrativa, o povo espera de mim o que eu, sozinho, não poderei fazer; mas, com a sua ajuda, apoiado na força de seu trabalho fecundo, estou

certo de que realizaremos muito, estou certo de que recuperaremos o tempo perdido, estou certo de que recolocaremos o Brasil nos largos caminhos da paz e da prosperidade.

São Borja, 30 de setembro de 1950

Mensagem dirigida ao povo brasileiro no encerramento da campanha eleitoral, expressando gratidão pelo apoio recebido e confiança nos resultados eleitorais.

Povo brasileiro, trabalhadores do Brasil,

Cumprindo a determinação legal, encerro hoje, aqui nesta longínqua cidade missioneira e minha terra natal, a campanha em que me envolvi por força dos apelos populares, recebidos sem cessar durante cerca de três anos, de todos os recantos do país.

Já agora chegou o momento de correr os olhos sobre esses quase dois meses de jornada e de fazer, perante a nação, que dentro de poucos dias nos vai politicamente julgar, o balanço das forças que foram ao meu encontro na longa peregrinação cívica iniciada em Porto Alegre a 9 de agosto.

Sem exagero, posso afirmar: tornei a ver o Brasil inteiro na imensa variedade dos acidentes físicos da terra, e ouvi todas as vozes clamando por um dia melhor.

Da vastidão amazônica a estas fronteiras meridionais, das populações de beira-mar às do Brasil central, o povo me acolheu carinhosamente, e mais me falou dele do que eu de mim, transmitindo-me as suas queixas, as amarguras e dificuldades atuais.

Fiz de público, por toda parte, uma completa prestação de contas de meu governo e um confronto imparcial, menos com palavras do que com fatos e documentos, entre o que conseguira fazer e a triste e inerte apatia dos que me sucederam.

O meu testemunho pessoal poderia ser inquinado de suspeito quanto às estrepitosas manifestações que me tributaram, sem descontinuidade, os brasileiros de todas as capitais, cidades e povoações que visitei. Mas a grandiosidade da concorrência e o entusiasmo delirante com que fui recebido estão indelevelmente gravados na memória de todos, desde os que assistiram até os que as ouviram nas transmissões radiodifundidas.

Não disponho de nenhuma parcela de poder: minha campanha resultou de um movimento genuinamente popular; não tenho os recursos em dinheiro de que dispõe o oficialismo; forçoso, portanto, é concluir pela espontaneidade daquelas provas de afeto das multidões que me foram abraçar depois de eu me haver, durante quase três anos, recolhido a este retiro, distante das agitações, das intrigas e das cabalas.

Justa é, assim, a expectativa de que esses aplausos se convertam em sufrágios em quantidade mais do que suficiente para a segurança da vitória no pleito de 3 de outubro.

Em tudo quanto de mim dependeu, a campanha presidencial decorreu nos moldes de uma pugna democrática e civilizada, uma luta entre cavalheiros, sem as agressões pessoais do velho estilo, nem os incitamentos à desordem material e à violação da legalidade.

Não acendi fogueiras de paixões nem faltei, mesmo de leve, às posições da verdade histórica. E nem açulei a revolta das massas, empobrecidas pela terrível alta do custo de vida e desfalcadas, acima de tudo, do tesouro das esperanças.

Poupando os homens ao insulto pessoal que não é nem jamais foi do meu feito, limitei-me a apontar-lhes os erros.

E a todas as classes – as que trabalham e produzem – prometi, para os cinco anos vindouros, um programa ao mesmo tempo racional e realista, construtivo e patriótico.

Registrado sob a legenda de dois grandes partidos políticos – o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social Progressista –, com o concurso poderoso de fortes contingentes do Partido Social Democrático, não sou, entretanto, candidato de matiz estritamente partidário, e sim um homem que consentiu em disputar o pleito, atendendo aos apelos formais do povo, sem distinção de classes sociais nem categorias políticas.

É ao povo brasileiro, portanto, e sobretudo aos trabalhadores, meus dedicados amigos de todas as horas, que dirijo esta mensagem de agradecimento e de garantia de minha fidelidade aos seus anseios e às suas esperanças.

Confiem os eleitores na segurança do voto secreto e, sem receio de vinditas nem perseguições, depositem nas urnas as cédulas que contenham os nomes de sua meditada preferência. Se elas consagrarem a minha candidatura, não faltarei jamais ao povo. Juntos governaremos o Brasil.

Resta-me, agora, o dever de advertir os poderes públicos no sentido de que, de hoje até o último dia do governo atual, mantenham o país numa atmosfera de paz interna, de respeito aos direitos e garantias individuais, de acatamento às decisões da Justiça Eleitoral, a fim de que as transmissões de mando se operem em favor dos que o povo realmente escolheu pelo voto livre, na União, nos estados e municípios.

Esse é o preceito fundamental da democracia: o povo elege e o eleito governa.

Os partidários mais categorizados do candidato oficial à Presidência da República, em desespero de causa, já esboçam tentativas de golpes brancos, como o adiamento das eleições, visando esgotar os recursos dos candidatos populares, que não dispõem das arcas do Banco do Brasil. Projetam-se, contra os dois candidatos de oposição, empregar processos de suborno, ameaças e violências, para vencer as eleições. Um entendimento tácito para a reação é o que resta aos ameaçados da continuidade dessa situação lamentável em que pretendem afundar o Brasil.

De minha parte, tudo foi feito para que o desfecho da luta eleitoral corree as aspirações de todos os brasileiros pela vigência efetiva dos preceitos constitucionais.

Não transigirei, porém, com qualquer desrespeito à sentença das urnas, que, espero, estarão ao livre acesso dos alistados, serão invioláveis e terão os votos apurados rigorosamente de acordo com a lei.

Brasileiros, trabalhadores do Brasil, bem sabeis que não costumo fazer promessas vãs. Basta lembrar que o programa de candidato de 1930 foi superado pelas realizações de meu governo. Creio ser esta a razão principal da confiança que em mim depositastes, arrancando-me deste retiro para uma nova jornada de reafirmação patriótica.

Aqui, deste querido solo são borjense que me viu nascer, entre a saudade dos meus antepassados e o desabrochar das esperanças daqueles que nos sucederão, levanto mais uma vez a minha voz para dizer ao povo brasileiro que estou com ele, identificado pelo pensamento e pelo coração, e que as minhas reservas de energia e a longa experiência da minha vida pública serão consagradas à luta pelo seu bem-estar, se formos, como espero, vitoriosos.

Esta é a minha mensagem de gratidão aos vossos sentimentos de afeto e solidariedade; mensagem de confiança nas manifestações da vontade popular, que afirmará a 3 de outubro o que me prometeu em

todos os recantos do Brasil, nas praças públicas das capitais, nos pequenos largos das cidades do interior, ao longo das avenidas mais ricas como das estradas mais abandonadas.

Agora, nestas horas finais que precedem o embate decisivo das forças partidárias, renovo, perante vós, a minha fé nos postulados cristãos da justiça social e nos gloriosos destinos do Brasil.

6. Segundo governo: 1951-1954

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1951

Discurso pronunciado no Palácio Tiradentes logo após tomar posse como presidente eleito da República. Definindo-se como candidato do povo, e não dos partidos, Vargas elogia a calma e a confiança do povo durante a campanha e o pleito, a despeito dos “profissionais da desordem”, e declara-se pronto para um governo de recuperação do país.

Brasileiros,

Ao deixar o recinto do Congresso Nacional, onde ao lado do ilustre vice-presidente da República, Sr. Café Filho, meu companheiro de campanha e de governo, prestei o compromisso legal de servir ao Brasil, às suas instituições livres e aos seus interesses supremos, o meu primeiro desejo foi dirigir-me ao povo para participar do seu contentamento e comungar das suas esperanças. Eleito a 3 de outubro como o candidato do povo, aspiro e espero governar como o presidente do povo.

Campanha presidencial

Ordenastes e eu obedeci. Deus é testemunha das minhas relutâncias íntimas em participar de uma campanha que pudesse agravar os vossos sofrimentos e fomentar discórdias e animosidades entre os brasileiros.

Não temia os riscos, os ônus e as vicissitudes da luta política nem me enfraqueciam o ânimo as ameaças e as provocações diretas ou veladas. Mesmo assim não me decidi a disputar o pleito sem antes esgotar todos os recursos de conciliação e harmonia das forças políticas. O insucesso dos meus esforços e o malogro das minhas esperanças não abriram outro horizonte que não fosse o da luta que procuramos manter em termos de isenção e elevação. Os profetas de calamidades, como aves agoureiras, andaram anunciando a aproximação das horas de cataclismo. Outros, como falsos pastores, pretendiam assumir uma espécie de curatela da opinião popular porque ainda não estávamos amadurecidos e preparados para os prélios cívicos e os embates ideológicos que fortalecem e vivificam o exercício e a prática da democracia.

Pleito de 3 de outubro

Os seus prognósticos lúgubres e as suas previsões funestas não se confirmaram. A eleição de 3 de outubro desmentiu os seus presságios e também os argumentos engendrados que apenas escondiam os receios duma competição livre que permitisse ao povo exprimir a escolha e a preferência. A ordem não foi perturbada. Os poderes públicos permanecem nos limites constitucionais e não precisaram extravasar para os recursos das medidas de exceção. A nação não interrompeu o ritmo dos seus trabalhos e atividades. O governo federal, os órgãos da magistratura e as forças armadas merecem louvores pela sua contribuição para a lisura, a liberdade e a tranquilidade da propaganda e do pleito. Os profissionais da desordem, os conspiradores impenitentes e os inimigos da paz social não encontraram ambiente propício para a aventura, o terror, a violência ou a demagogia. O povo brasileiro ofereceu um exemplo vivo de maturidade política, cultura cívica e aprimoramento coletivo. Não reagiu às provocações nem se deixou emaranhar nas ciladas da traição. Não se deixou vencer pelo engodo das promessas ou pelas tentações da corrupção. Não perdeu por um só momento a calma, a confiança, as virtudes da fé e a convicção serena de que o voto depositado nas urnas seria contado e respeitado. Não valeriam contra a sua vontade nem prevaleceriam contra a sua decisão os sofismas, as maquinações, as intrujices, as chicanas e as rabulices jurídicas dos que andaram tentando fraudar e perverter a limpidez e a legitimidade dos mandatos oriundos de uma eleição reconhecida e proclamada como a mais livre e honesta da nossa história republicana. Aos partidos, aliados ou adversários, e aos ilustres candidatos que disputaram comigo os sufrágios e as preferências do povo, quero deixar registrado o testemunho da minha admiração e respeito pela elevação, dignidade e cortesia com que se conduziram, honrando os padrões e as conquistas da nossa civilização política.

A eleição de 3 de outubro não representa para mim apenas a designação da estima pública ou o coroamento duma carreira devotada aos interesses, às aspirações e ao serviço da comunidade nacional e das populações ignoradas e esquecidas. Eu a recolhi como um julgamento e com a força dum veredito irrecorrível. Ao deixar o governo, o apodo, as invectivas e a calúnia fizeram de mim o objeto e a vítima do ódio e da injustiça. Malsinaram atos, intenções e propósitos e desfingaram a verdade

ao sabor das suas prevenções e malignidades. Nunca ditei uma palavra de amargor, e sufoquei sempre as penas e as mágoas que me causavam a fúria e a impiedade das suas setas envenenadas. As mensagens de solidariedade, as palavras de conforto, as numerosas provas de gratidão e bondade, partidas de gente anônima e obscura e que chegaram diariamente ao meu retiro, tiveram o efeito dum bálsamo consolador e ao mesmo tempo reavivaram a crença nas virtudes do povo brasileiro e no dever que me competia de continuar pugnando pelos seus direitos e pelas suas causas.

A minha candidatura não nasceu, por isso, das injunções da política ou das combinações dos partidos. Ela veio diretamente do povo, dos seus apelos e dos seus clamores. Por isso vos escolhi, intrépido e valeroso povo carioca, para serdes o intérprete de minha imensa gratidão. Serei fiel ao mandato, às responsabilidades e aos deveres que me impusestes numa alentadora renovação de apoio e confiança.

Sinceridade de propósitos

Não venho semear ilusões nem deveis esperar de mim os prodígios e os milagres dum messianismo retardatário. Não vos aceno com a idade da plenitude e da abundância como um fabricante de sortilégios. Não vos quero enganar com projetos ambiciosos e programas grandiosos, imaginativos e irrealizáveis. Tendes direito a uma vida melhor e a uma participação gradual e equitativa nos produtos do trabalho, na comunhão da riqueza e nos frutos e benefícios do progresso, do conforto e das amenidades da existência. A todos, sem exceções odiosas e discriminações irritantes, devem ser assegurados a igualdade das oportunidades, o acesso das facilidades educacionais, a participação efetiva nos conselhos da administração pública, a remuneração compensadora do trabalho, os cuidados e os desvelos do Estado nas horas de infortúnio, a segurança econômica, o bem-estar coletivo e a justiça social.

A economia popular, fruto do trabalho, será defendida e protegida. É ao próprio povo, em primeiro lugar, que cabe a vigilância do mais sagrado dos direitos, que é o direito da necessidade. Os especuladores dos lucros ilícitos, os exploradores da pobreza, os mercadores da miséria alheia ficam advertidos de que a lei não os cerca de imunidades nem a justiça popular reconhece os seus foros de impunidade.

Governo para servir o povo

O governo não é uma entidade abstrata, um instrumento de coerção ou uma força extrínseca da comunidade nacional. Não é um agente de partidos, grupos, classes ou interesses. É a própria imagem refletida da pátria na soma das suas aspirações e no conjunto das suas afinidades e lealdades. É a emanção do povo e, como tal, o servo da sua vontade, o provedor das suas necessidades, a força humanizada e sensível que preside às relações e ao desenvolvimento da sua vida social no sentido da cooperação e da harmonia das classes e dos interesses.

Brasileiros, a jornada eleitoral foi encerrada e podeis estar orgulhosos da página de glória com que enriquecestes os anais da nossa vida política. Precisamos agora amortecer as paixões, esquecer os dissabores, aplacar os espíritos e apagar as cicatrizes da batalha. Temos diante de nós uma imensa tarefa de recuperação e consolidação a realizar, e para ela, sem exclusões partidárias, convoco a boa vontade, a inteligência e o patriotismo dos brasileiros. Estou certo da vossa ajuda e conto com a vossa cooperação, porque assim estaremos servindo não ao efêmero dum governo, mas à perenidade, à perpetuidade e à grandeza da nação brasileira.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1951

Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama na comemoração do Dia do Trabalho, vista como expressão simbólica de seu reencontro com os trabalhadores, a quem pede maior participação sindical. Vargas faz menção a seu discurso anterior, irradiado do Palácio Rio Negro em 7 de abril, apontado por seus opositores como um incentivo à violência popular. Nega esse intuito, mas reafirma que o país e a América Latina vivem um momento de dificuldades econômicas e de problemas sociais.

Depois de quase seis anos de afastamento, durante os quais nunca me saíram do pensamento a imagem e a lembrança do grato e longo convívio que mantive convosco, eis-me outra vez aqui ao vosso lado, para falar com a familiaridade amiga de outros tempos e para dizer que voltei a fim de defender os interesses mais legítimos do povo e promover as medidas indispensáveis ao bem-estar dos trabalhadores.

Dia do Trabalho

Esta festa de 1º de Maio tem para mim e para vós uma expressão simbólica: é o primeiro dia do encontro entre os trabalhadores e o novo governo. E é com profunda emoção que retorno ao vosso convívio, neste ambiente de regozijo e de festa nacional, em que nos revemos uns aos outros a céu aberto e em que o governo fala ao povo de amigo para amigo, na linguagem simples, leal e franca com que sempre vos falei.

Nas horas de glória e de triunfo, assim como nas de sofrimento e de perseguições, os trabalhadores foram sempre fiéis, desinteressados e valorosos. E posso repetir hoje, de coração, o que mais de uma vez proclamei: os trabalhadores nunca me decepcionaram. Nunca se aproximaram de mim para pleitear interesses particulares ou favores pessoais. Pleitearam sempre para a coletividade a que pertencem, pelo reconhecimento dos seus direitos, pela melhoria das suas condições de vida, pelas reivindicações da classe e pelo bem-estar dos seus semelhantes.

Quando me retirei da vida pública e passei anos esquecido pelos que me festejavam no poder, vós, trabalhadores, nunca me esquecestes; e ali, na minha solidão, não me chegava apenas o eco distante dos vossos anseios e dos vossos direitos conspurcados, mas também o apelo dos vossos corações e a imagem dos vossos rostos cansados da labuta quotidiana, voltados para mim, num gesto comovedor de esperança e de saudade.

Aqui estou novamente ao vosso lado, e quero dar-vos a certeza de que, hoje como ontem, estarei convosco. E é convosco que pretendo reconstruir o Brasil de amanhã.

As urnas de 3 de outubro, em que os sufrágios do povo me reconduziram ao poder, têm uma significação decisiva na vida brasileira. Nelas não ficou apenas evidenciado o desejo e a capacidade do povo de nosso país de participar direta e ativamente no governo; foi também a primeira vez na história do Brasil em que o povo escolheu verdadeiramente o seu presidente, em meio à pluralidade de candidatos e alheio a todas as influências políticas regionais, municipais ou mesmo partidárias.

Porque eu não fui estritamente um candidato de partido: fui um candidato do povo, um candidato dos trabalhadores. Governarei, portanto, com esse povo que me elegeu e envidarei sempre todos os esforços para lhe proporcionar a maior soma possível de conforto, segurança, e bem-estar.

Renovação nacional

Quero dizer-vos, todavia, que a obra gigantesca de renovação que o meu governo está começando a empreender não pode ser levada a bom termo sem o apoio dos trabalhadores e a sua cooperação quotidiana e decidida. Nestes primeiros 90 dias de administração, já pude fazer um balanço das dificuldades e obstáculos que daqui e dali se estão levantando contra a ação governamental. E vim hoje à vossa presença, neste ambiente de festa, sem as apreensões e os receios da reação policial como nos dias passados, para vos falar com a franqueza habitual e vos aconselhar o melhor caminho para a satisfação das vossas mais justas aspirações.

Ouçõ o clamor dos vossos apelos mais prementes; calam-me fundo na alma o desamparo, a miséria, a carestia da vida, os salários baixos, o dinheiro que não chega para as necessidades mais inadiáveis, a luta contra a doença, o desespero dos desvalidos da fortuna e as reivindicações da maioria do povo, que vive na esperança de melhores dias. É profundo, sincero e incansável o meu esforço para atender a esses reclamos e achar solução para essas dificuldades que vos afligem.

Leis contra a exploração

Mas, com a lealdade que vos acostumastes a esperar de mim, venho dizer que, neste momento, o governo ainda está desarmado de leis e de elementos concretos de ação imediata para a defesa da economia do povo. É preciso, pois, que o povo se organize não só para defender os seus próprios interesses, mas também para dar ao governo o ponto de apoio indispensável à realização dos seus propósitos. Por isso, escolhi este dia e este momento do nosso primeiro encontro festivo para vos fazer um apelo.

Preciso de vós, trabalhadores do Brasil, meus amigos, meus companheiros de uma longa jornada; preciso de vós tanto quanto precisais de mim. Preciso da vossa união; preciso que vos organizeis solidamente em sindicatos; preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo para que este possa dispor de toda a força de que necessita para resolver os vossos próprios problemas. Preciso da vossa união para lutar contra os sabotadores, para que eu não fique prisioneiro dos interesses dos especuladores e dos gananciosos, em prejuízo dos interesses do povo. Preciso do vosso apoio coletivo, estratificado e consolidado na organização dos sindicatos, para que os meus propósitos não se esterilizem e a sinceridade

com que me empenho em resolver os nossos problemas não seja colhida de surpresa e desarmada pela onda reacionária dos interesses egoístas, que, de todos os lados, tentam impedir a livre ação do meu governo.

Sindicalização

Chegou, por isso mesmo, a hora de o governo apelar para os trabalhadores e dizer-lhes: uni-vos todos nos vossos sindicatos, como forças livres e organizadas. As autoridades não poderão cercear a vossa liberdade nem usar de pressão ou de coação. O sindicato é a vossa arma de luta, a vossa fortaleza defensiva, o vosso instrumento de ação política. Na hora presente, nenhum governo poderá subsistir, ou dispor de força eficiente para as suas realizações sociais, se não contar com o apoio das organizações operárias. É através dessas organizações, sindicatos ou cooperativas, que as classes mais numerosas da nação podem influir nos governos, orientar a administração pública na defesa dos interesses populares. Auguro para a nossa pátria a época venturosa em que os sindicatos obreiros não serão apenas instrumentos de ação política e de defesa profissional, mas também terão a sua clínica para atender à saúde dos seus associados, as suas cooperativas para vender gêneros e mercadorias a preço de custo, escolas para elevar o nível das massas, órgãos jurídicos para defender os direitos individuais e sociais dos seus afiliados, caixas de empréstimo e financiamento para aquisição de casa própria, lugares de recreação após a labuta diária, sítios de cura e repouso para restauração das energias fatigadas; enfim, uma integração coletiva de vontades e interesses assegurando a todos e a cada um o emprego, o salário adequado, o bem-estar geral e a participação gradativa e proporcional nos rendimentos, frutos e benefícios da riqueza comum.

Para atender a esses objetivos, bem como para a luta contra a carestia da vida e os especuladores, e nos ingentes esforços pela elevação dos salários e a conquista do bem-estar social, é preciso que os trabalhadores e o povo em geral se organizem em volta do governo como um grande bloco, forte e coeso. Assim será possível levar avante o vasto programa de recuperação econômica e nacional que o meu governo pretende realizar. E é também esta a única maneira eficiente de o povo defender-se, para não ser explorado, e, como força de opinião organizada, ajudar o governo a lutar contra os elementos negativos da sociedade e contra os que não colaboram, os que prejudicam, contra

os autores das fraudes, os sabotadores, os exploradores do povo e seus advogados, ostensivos ou disfarçados.

Melhor distribuição

As classes produtoras, que realmente contribuem para a grandeza e prosperidade nacional, o comerciante honesto, o industrial operoso e equitativo, o agricultor que fecunda a terra, estes não têm razão para temores nem para inquietações descabidas. Jamais devem recear a força do povo os que trabalham com o povo e para o povo. O que a lei não protege nem tolera é o abuso, a especulação desenfreada, a usura, o crime, a iniquidade, a ganância de todas as castas de favoritos e de todos os tipos de traficantes, que corvejam sobre a miséria alheia, mercadejam com a fome de seus semelhantes e dão até a alma ao diabo para acumular riquezas, à custa do suor, da angústia e do sacrifício da maioria da população. O que é insuportável é que dentro da sociedade, onde tudo deve ser harmonia, equidade e cooperação para o bem comum, uns reservem para si todos os benefícios e outros carreguem apenas o fardo das privações e dos sofrimentos. Queiram ou não queiram ouvir-me os inimigos do povo, continuarei proclamando em voz alta que não é possível manter a sociedade dividida em zonas de miséria e zonas de abundância; em que uns dispõem do supérfluo e a outros falta o indispensável para a subsistência; em que uns acumulam para si o mais que podem e outros carecem de roupa, de lar e de pão; em que uns padecem a fome e outros especulam com a fome. É justo que o trabalhador tenha um salário razoável, adequado ao seu padrão de vida, e que dê para sustentar a família, educar os filhos, pagar a casa e tratar-se nas doenças sem precisar de favores nem da caridade pública. É justo que a lei lhe faculte os meios de atingir esses objetivos e que o Estado defenda e garanta a execução de um programa dessa natureza.

A esse programa, que se iniciou no Brasil com a legislação trabalhista elaborada pelo meu governo, mas que ainda está longe de ser concluído, tenho dedicado toda a minha vida pública. Sempre contastes comigo, trabalhadores, para realizá-lo paulatinamente, à medida que as contingências o foram permitindo. De hoje em diante, porém, e agora mais do que nunca, sou eu que preciso contar convosco. Não apenas com o apoio constante, desinteressado e amigo que sempre me destes, mas também com a força da vossa organização coletiva, com os instrumentos de ação

dos vossos sindicatos e com o prestígio da opinião pública que conseguistes consolidar pela inteligência dos vossos líderes profissionais e dos representantes escolhidos pelo vosso sufrágio.

Nas classes trabalhadoras organizadas, participando realmente do governo através dos sindicatos, cooperando diretamente com ele, é que poderei achar o sistema de defesa de que necessito para levar avante a obra renovadora do meu governo. Quero encontrar em vós, trabalhadores, nos vossos órgãos de classe solidamente organizados, os amigos verdadeiros e independentes que hão de sempre dizer-me a verdade sobre as vossas necessidades, sem falseá-la, sem adulterá-la, como o fazem muitos que a mim se dirigem com o velado propósito de legitimar as suas pretensões egoísticas, em detrimento dos interesses do povo. Quero encontrar na vossa força coletiva organizada os elementos de ação que ainda me faltam para combater os grupos de exploradores responsáveis pela carestia da vida e pela desvalorização do vosso dinheiro. Quero achar, na sinceridade dos vossos apelos congregados em torno dos vossos sindicatos, o alimento capaz de nutrir a sinceridade com que eu próprio me empenho, na defesa dos vossos direitos e dos vossos legítimos interesses.

Não basta, porém, a sindicalização das classes trabalhadoras: ela deve ser completada pela sadia organização das cooperativas do consumo. Já me referi a isto em discurso anterior e creio que nunca será demais insistir nas vantagens e benefícios do cooperativismo associado a uma boa organização sindical.

Fundo sindical

Devo lembrar que o meu governo achou o fundo sindical desvirtuado dos seus fins, utilizado para as manobras políticas mais inescrupulosas. Medidas já foram tomadas para moralizar essa aplicação; e a Divisão de Organização e Assistência Sindical tem efetuado rigorosos e intensivos exames nos processos de previsão orçamentária a fim de evitar a dispersão e o desperdício na aplicação das rendas sindicais.

Ensino

As cartilhas escolares, que o Ministério da Educação lançou em milhões de exemplares e cuja distribuição iniciei aqui num ato simbólico, representam o primeiro passo para a obra de instrução e difusão popu-

lares que o meu governo empreendeu com a decretação da gratuidade do ensino para que não faltem aos brasileiros, sem exceções ou discriminações, as facilidades e as oportunidades do aprimoramento cultural e do aperfeiçoamento profissional.

Proteção ao trabalhador rural

Medida de grande relevância, que é um dos pontos fundamentais do atual programa governamental, é a extensão dos benefícios da legislação trabalhista ao trabalhador rural, principalmente no que diz respeito à assistência médico-social, moradia e educação dos filhos, salário mínimo, direito à indenização e estabilidade no emprego. Conta o governo, para este fim, com a colaboração de agricultores e pecuaristas, a serem igualmente beneficiados com essas providências. A reforma dos órgãos mantidos pelo Imposto Sindical também deverá ser feita em futuro próximo, já se notando atividade proveitosa num dos seus setores – o do encaminhamento de desempregados, até há pouco tempo inoperante, conforme se vê das listas de convocação publicadas pela imprensa. O trabalho ora concluído está pronto para receber as últimas modificações.

Casa própria

A casa própria para o trabalhador constitui uma das finalidades essenciais que determinaram a criação das organizações securitárias, e este ponto deve estar presente no espírito dos seus administradores. Por isso, determinou o governo aos institutos a aplicação de fundos na edificação de residências para os seus contribuintes, empenhando-se igualmente a Caixa Econômica num novo plano de construção de vilas operárias.

Com o esforço conjugado dos institutos, da prefeitura e das Caixas Econômicas, poderemos construir logo, num primeiro plano de realizações imediatas, cerca de 30 mil casas baratas para a moradia dos trabalhadores do Distrito Federal. Sucessivamente, irão sendo atendidos outros centros populosos dos vários estados da Federação, à medida que se forem tornando mais urgentes e imperiosas as necessidades.

Salário mínimo

Outra providência já determinada pelo meu governo é o aumento do salário mínimo dos trabalhadores em todo o território nacional, aumento que nunca será menor de 50% e que, em certos casos, para

determinadas regiões e gêneros de trabalho, poderá elevar-se a duas ou três vezes mais o salário mínimo atual. Os estudos nesse sentido já estão em andamento no Ministério do Trabalho, e a fixação definitiva dos novos níveis de salário mínimo deverá ficar pronta até fins de setembro do corrente ano.

Grandemente prejudicial aos interesses das classes trabalhadoras era a orientação que vinha sendo seguida em vários Institutos de Aposentadorias e Pensões. Com poucas exceções, esses institutos tiveram o seu patrimônio dilapidado em vultosas inversões de capital, com objetivos inteiramente estranhos às suas finalidades. Já foram ordenadas sindicâncias para apurar responsabilidades, bem como medidas enérgicas para mais eficiente fiscalização das várias Caixas de Aposentadorias e Pensões. As irregularidades encontradas serão oportunamente levadas ao conhecimento público. E esta será a resposta do meu governo aos sabotadores e traficantes, que descontaram nos encargos públicos as comissões pagas em troca de favores eleitorais.

Não faço campanha contra pessoas. Critico apenas os métodos, processos e atos prejudiciais à coletividade brasileira. Isso, infelizmente, é o que simulam não entender os cúmplices da improbidade administrativa quando atacam as medidas moralizadoras da minha administração. Haja vista o que se disse e propalou a respeito do meu último discurso do dia 7 de abril.

Crise econômica

Fez-se abstenção dos atos concretos que relatei, da desorganização financeira do país e do estado de coisas encontrado pelo meu governo, que naquele discurso pretendi revelar ao povo. De tudo o que eu expus, os meus agressores destacaram apenas a frase final, para explorá-la e deturpá-la de várias maneiras, como se eu tivesse dito algo de surpreendente e estranho quando falei na miséria do povo, na carestia da vida, na atividade nociva dos açambarcadores de todos os matizes. Disseram que o meu discurso era um convite à desordem e à reação popular. Entretanto, não anunciei senão verdades sabidas, focalizando problemas conhecidos de todos: a crise econômica em que nos debatemos, a inquietação das massas, provocada pelo aumento desproporcional do custo da vida e pelo monopólio dos gêneros de primeira necessidade. Isto não é apenas um mal brasileiro: é uma crise universal.

Mal-estar social

Ainda recentemente, na Conferência de Washington, os delegados latino-americanos frisaram que a principal causa da crise política do continente era o mal-estar social produzido pelos baixos padrões de vida, pela insegurança econômica das populações. O próprio Plano Marshall, de ajuda aos países europeus, não visa senão elevar os níveis de vida, assegurar emprego para todos, firmar as condições de estabilidade do trabalhador, para que não medrem as ideias dissolventes no seio das sociedades. E que é o tão falado Ponto IV senão um remédio para que cessem os males e perigos da anarquia social?

Precisam saber de uma vez por todas os reacionários intransigentes que estamos vivendo uma fase de democracia econômica e social em que as necessidades básicas de subsistência das populações obreiras e do povo em geral devem ser atendidas de forma preferencial e decisiva. Na Europa, na Ásia, como nos países da América, as dificuldades econômicas são germes constantes da inquietação social, e é preciso remediá-las em tempo oportuno para evitar que o povo se agite e faça justiça pelas próprias mãos.

Advertência necessária

Quando fiz esta advertência no meu último discurso, julguei estar lembrando um fato conhecido por todos, focalizando um problema que, nos nossos dias, é de todas as nações e de todos os continentes. Não o entenderam assim, porém, os meus adversários e os inimigos do povo, que me apoia. Estranharam a minha advertência quando eu julgava estar repetindo coisas comezinhas e quando eu apenas reproduzia a advertência que, no mundo inteiro, fazem hoje os estadistas conscientes, zelosos da paz social e sinceramente preocupados em impedir que os seus países se afoguem no mar revolto das rebeliões das massas. Meus propósitos foram sempre o equilíbrio social, a harmonia dos interesses entre classes produtoras e classes trabalhadoras, a concórdia política e a justiça na distribuição dos bens e das riquezas da coletividade. Não preciso incitar o povo à reação nem açular à violência porque o povo sempre sabe quando deve reagir e contra quem deve fazê-lo.

Houve quem dissesse, há dias, que, nestes primeiros três meses de novo governo, o povo já não esconde a sua decepção e o seu acabrunhamento. Mas os que falam assim não conhecem o povo e muito se enganam sobre a solidez dos vínculos que unem ao povo o meu governo. Pretendem falar em

nome do povo sem saírem das quatro paredes onde vivem refestelados em cômodas poltronas e onde não chegam as vozes livres das multidões, longe, bem longe do ambiente palpitante de trabalho e de sacrifícios daqueles que lutam pelo pão quotidiano.

Só podem falar em nome do povo os que buscam o seu contato, os que não se arreceiam de se defrontar com ele ao ar livre, em espaços abertos, à luz do sol, dando conta dos seus atos e debatendo lealmente os problemas populares – como neste imenso e inconfundível espetáculo que estamos presenciando.

Trabalhadores do Brasil, não me elegi sob a bandeira exclusiva de um partido, e sim por um movimento empolgante e irresistível das massas populares. Não me foram buscar na reclusão para que viesse fazer mera substituição de pessoas, ou simples mudanças de quadros administrativos. A minha eleição teve significado muito maior e muito mais profundo: porque o povo me acompanha na esperança de que o meu governo possa edificar uma nova era de verdadeira democracia social e econômica, e não apenas para emprestar o seu apoio e sua solidariedade a uma democracia meramente política, que desconhece a igualdade social.

Percam a ilusão os que pretendem separar-me do povo, ou separá-lo de mim. Juntos estamos e juntos estaremos sempre, na alegria e no sofrimento, nos dias de festa, como o de hoje, e nas horas de dor e sacrifício.

E juntos haveremos de reconstruir um Brasil melhor, onde haja mais segurança econômica, mais justiça social, melhores padrões de vida e um clima novo de prosperidade e bem-estar para este bom e generoso povo brasileiro.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1951

Discurso de Ano Novo, em que Vargas denuncia a evasão de divisas ocorrida no governo Dutra e relata suas iniciativas em obras de infraestrutura no âmbito do Plano Nacional de Reparelhamento Econômico, entre elas a proposta de criação da Petrobras e do BNDE.

Brasileiros,

Mais uma vez nos encontramos no início de um novo ano e hoje, mais do que nunca, precisamos restabelecer a confiança em nós mesmos e na produtividade dos nossos esforços.

Prestação de contas

Áspero e rude foi o caminho destes primeiros 11 meses de governo. De 1945 para cá, a vida encareceu vertiginosamente e se tornou necessária uma política financeira capaz de combater a inflação. Cortaram-se as despesas desnecessárias e adiáveis, tomaram-se medidas eficazes para aumentar a arrecadação, aumentou-se o crédito para financiamento da produção, subordinaram-se as operações dos Institutos de Previdência e das Caixas Econômicas a preocupações moralizadoras e a uma orientação social. Determinei que se incentivasse a construção de casas populares e proibi que se empregassem os recursos das autarquias em negócios que só favoreciam as classes já favorecidas.

Encontrei os meios de transportes insuficientes para atender aos reclamos do comércio de após-guerra; dos armazéns sem capacidade para abrigar os produtos destinados à distribuição, os quais não encontravam escoamento, nem crédito. Maiores dificuldades tivemos ainda que enfrentar pelo fato de que houve, tanto nos Estados Unidos como na Europa, desde o começo do ano, rígidas limitações à exportação de matérias-primas, em virtude dos programas de rearmamento. Essa circunstância afetou muito a nossa produção, e tanto mais profundamente quanto somos um país em expansão, que precisa de importar matérias essenciais ao seu desenvolvimento industrial.

Como se não bastasse tudo isso, tivemos um ano de adversidades climáticas. A estiagem, no Sul, dizimou os rebanhos, e a seca, no Nordeste, flagelou boa parte da população brasileira. Daí proveio violenta baixa na produção de gêneros alimentícios e acentuada redução na quantidade de leite, manteiga e carne para os mercados consumidores. A escassez de carne e de leite provocou escassez – e conseqüente elevação nos preços – de todos os gêneros correlatos, com grande prejuízo para a economia do povo.

Todos sabem que a elevação do custo de vida e a crise de abastecimento são hoje fenômenos universais, que atingem até mesmo as nações mais abastadas e melhor organizadas. Muitas daquelas que possuíam quase que o monopólio de alguns gêneros essenciais já se veem obrigadas a importar para consumo interno esses mesmos produtos de que eram celeiros. É, portanto, um fenômeno genérico, que se observa no mundo como um todo e em cada país particularmente, resultando

do fato de que a progressão dos meios de subsistência não tem acompanhado, no mesmo ritmo, o crescimento das populações.

O que precisamos realizar

No que toca ao Brasil, esse desequilíbrio poderá ser corrigido ou, pelo menos, reduzido, se trabalharmos e produzirmos cada vez mais, numa conjugação dos esforços de cada um com a ação estimuladora do governo. Precisamos contar, para isso, com a colaboração espontânea e decidida do proletariado. Cada minuto que se subtrai ao trabalho da produção é prejudicial à economia de todo o país. A paralisação, ainda que momentânea, do trabalho, as greves que se prolongam por dias, ou por horas, são forças vitalizantes que se perdem – é mais um atraso na consecução dos nossos objetivos. Que os trabalhadores confiem no governo, certos de que as suas justas aspirações serão atendidas, depois de afastadas as dificuldades mais sérias.

Em 1952, eu vos asseguro que as dificuldades atuais serão combatidas sem vacilações nem desfalecimentos. O governo vai intervir diretamente no mercado armado com os poderes que solicitou ao Congresso e que há poucos dias lhe foram, afinal, outorgados nas duas leis que acabam de ser sancionadas, respectivamente, sobre a intervenção do Estado no domínio econômico e sobre o julgamento dos crimes contra a economia popular.

Pela primeira vez, terá o meu governo alguns dos elementos de ação de que precisa para resolver os problemas do povo. Agradeço ao Congresso Nacional a colaboração que me deu, a mim e ao povo brasileiro. Muitas centenas de milhares de famílias, em todo o país, aguardavam ansiosamente a aprovação dessas duas leis, que se destinam a deter a alta do custo de vida, assegurar a subsistência honesta dos que trabalham e destruir a máquina montada dos especuladores audaciosos, que corvejam sobre as necessidades dos menos favorecidos da fortuna.

Enganam-se redondamente os que julgam que o povo brasileiro me foi buscar e me reconduziu ao governo para pescar sardinhas. Vamos fisgar tubarões. Não descansarei enquanto não conseguir proporcionar aos homens, às mulheres e às crianças do meu país a existência digna, segura, tranquila, próspera e confortável a que têm direito. E isto eu o reafirmo agora, como um juramento solene, nesta passagem de ano, sempre tão cheia de inquietações e de esperanças.

Evasão de divisas

Brasileiros, na primeira prestação de contas do meu governo, cumpre-me fazer uma revelação. Por detrás dos bastidores da administração pública, logrou o governo descobrir aos poucos, e não sem dificuldade, uma trama criminosa que há cinco anos se vinha tecendo contra a economia, a riqueza e a independência da pátria. Fora tão bem feita, tão bem planejada e tão bem executada, que passou despercebida aos olhos da opinião pública. Levou tempo até que lhe descobrissemos a pista, de tal modo estava ela envolta numa rotina burocrática aparentemente inocente. Ainda que pareça incrível, não foi apenas obra de particulares ou de capitalistas interessados em sugar o nosso patrimônio. Foi orientada à sombra da autoridade do próprio governo, através de um regulamento e de vários aditivos a esse regulamento baixados pela direção da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil.

Com a melhor das intenções patrióticas, o chefe do Poder Executivo que me antecedeu promulgou, a 27 de fevereiro de 1946, um decreto-lei que tomou o nº 9.025 e que assegurou aos capitais estrangeiros aplicados no Brasil o direito de retorno ao seu país de origem, mas na proporção máxima de 20% ao ano. Assegurou também o direito de remeter para o estrangeiro os juros, lucros e dividendos produzidos no Brasil, porém no máximo até 8% ao ano. Essa lei está em vigor e, para cumpri-la, fez-se mister o registro prévio dos capitais estrangeiros na Carteira de Câmbio.

Feita com os sadios intuitos de proteger a economia brasileira, garantindo a retirada normal do capital estrangeiro, e sobretudo impedindo que o dinheiro brasileiro, que afluí como juros, lucros e dividendos desse capital, fosse todo ele remetido para o exterior, essa lei, infelizmente, nunca foi cumprida. No mesmo ano de 1946 fez-se um regulamento, baixado pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, mais tarde completado por vários aditivos, onde se permitiu que os juros, dividendos, lucros etc. do capital estrangeiro que ultrapassassem os 8% previstos na lei também fossem considerados como capital estrangeiro e somados a este último para fins de registro e cálculo de juros posteriores.

Assim, um mero regulamento, baixado por autoridade de menor hierarquia, sabotou totalmente não só o espírito, mas o próprio texto do decreto-lei e conseguiu inaugurar, em surdina e sem que ninguém se desse conta, um sistema de vazamento subterrâneo da moeda brasileira

para o exterior. Vazamento tão grande, tão extorsivo do fruto do trabalho de milhões de brasileiros, que, em menos de cinco anos, se logrou subtrair à economia nacional uma soma fabulosa, quase equivalente ao total do papel-moeda circulante no país e que foi escandalosamente incorporada ao capital estrangeiro.

O Regulamento da Carteira de Câmbio violou expressamente a lei, como o reconheceu o atual presidente e o consultor jurídico do Banco do Brasil e como ainda há pouco o reafirmou, em brilhante parecer, o consultor geral da República, a quem confiei o estudo jurídico da questão. E para terdes, brasileiros, uma ideia aproximada do montante da espoliação que vinha sendo feita com o vosso sacrifício, basta confrontardes as cifras que vou anunciar e que foram extraídas dos dados fornecidos pela Fiscalização Bancária e dos relatórios do Banco do Brasil.

Em 1948, estavam registrados no Banco do Brasil, a título de capitais estrangeiros, 12 bilhões e 960 milhões de cruzeiros. Mas, nesse total, apenas 6 bilhões e 730 milhões representavam moeda estrangeira *realmente entrada* no Brasil; os outros 6 bilhões e 230 milhões constituíam moeda nacional, acumulada no Brasil por conta de lucros *que excediam a percentagem legalmente transferível* e que foram indevidamente incorporados ao capital, por força do regulamento.

Nos dois anos seguintes, a situação agravou-se consideravelmente. O total dos registros de capital estrangeiro montou a 15 bilhões e 490 milhões de cruzeiros em 1949, e a 25 bilhões e 130 milhões em 1950. Mas, neste último total, o dinheiro estrangeiro trazido para o Brasil representava pouco mais de 9 bilhões e 417 milhões, enquanto se consideravam como capital estrangeiro mais de 15 bilhões e 718 milhões de cruzeiros em moeda nacional, provenientes de lucros legalmente intransferíveis e indevidamente incorporados ao capital.

Na história econômica deste país, talvez mesmo na de qualquer país independente, não conheço exemplo de espoliação maior, feita na base de um regulamento baixado por um instituto de crédito oficial, contra dispositivo expresso de lei.

Tomando-se por base esse malabarismo de cifras, essa criminosa “multiplicação” do capital estrangeiro em detrimento do trabalho de milhões de brasileiros, foram remetidos para fora, em três anos, a título de rendimentos e de remessas de retorno de juros e dividendos, as seguintes quantias, em números redondos: 791 milhões de cruzeiros em

1948; 883 milhões em 1949; 1 bilhão e 28 milhões em 1950 – ou seja, nos três anos mencionados, um total de mais de 2 bilhões e 700 milhões de cruzeiros. Se se tivesse cumprido a lei e respeitado os 8% permitidos, as remessas para o exterior teriam sido apenas, em números redondos, de 540 milhões em 1948, 450 milhões em 1949 e 750 milhões em 1950, ou seja, ao todo, cerca de 1 bilhão e 750 milhões de cruzeiros. Portanto, foram indevidamente remetidos para fora 950 milhões de cruzeiros a mais do que permitia a lei.

A rigor, esses 950 milhões excedentes deveriam ter sido considerados como retorno de capital e descontados do total deste último, que, em 1950, ficaria, assim, reduzido a pouco mais de 8 bilhões e 460 milhões. Entretanto, o que vimos, nesse mesmo ano de 1950, foi o capital estrangeiro registrado num total de 25 bilhões e 130 milhões, ostentando, pois, um excedente de 16 bilhões e 670 milhões de cruzeiros sobre o seu legítimo e real valor. Isto representa um aumento escandaloso e ilegal de cerca de 200% no capital estrangeiro aplicado no Brasil.

É espantoso, brasileiros! Mas é, pura e simplesmente, a linguagem das cifras. O excedente de mais de 16 e meio bilhões de cruzeiros significa nada mais nada menos que uma dívida contraída pelo Brasil no estrangeiro e que terá que ser paga, ou melhor, “restituída” dentro de certo prazo. E vamos restituir o quê, pagar o quê? Pagar o que não devemos; restituir o que não recebemos, o que é nosso, o que foi majorado por simples magia de cifras, a fim de supervalorizar o capital estrangeiro em detrimento dos valores do trabalho brasileiro e da produção brasileira.

Essa vultosa cifra em cruzeiros equivale a mais de 830 milhões de dólares, em moeda internacional. E se a nação souber que os técnicos já calcularam as necessidades financeiras do Brasil para levar a cabo um importante programa de desenvolvimento econômico em cerca de 500 milhões de dólares, compreenderá desde logo que o total do dinheiro criminosamente arrancado ao povo brasileiro e ilegalmente incorporado ao capital estrangeiro foi, no triênio 1948-1950, muito superior à quantia de que necessitamos para a nossa própria recuperação econômica, excedendo-a em proporção maior de uma vez e meia o seu valor.

Sem dúvida, precisamos incentivar o capital estrangeiro e assegurar-lhe o retorno dos juros, dividendos e do próprio capital em percentagem razoável. Nunca, porém, nessa voragem de dilapidação do patrimônio nacional, que acarretou para o país duas graves consequências.

Consequências

A primeira foi a de permitirmos a transferência para o exterior de lucros resultantes da aplicação de verdadeiros capitais nacionais, num injustificável esbanjamento dos nossos poucos recursos cambiais. Isto significa que tivemos de reduzir as nossas possibilidades de importar máquinas, matérias-primas essenciais e bens indispensáveis ao povo brasileiro para remunerar os estrangeiros possuidores de capitais nacionais.

A segunda consequência dessa inépcia administrativa foi a de sobrecarregar as gerações presentes e futuras com dívidas e compromissos injusta e indevidamente assumidos pelo Brasil, o qual terá de pagar quantia muitíssimo superior à que recebeu – quantia para cobertura da qual todas as nossas atuais reservas em ouro e divisas não seriam suficientes.

Já determinei que fosse suspenso o critério ilegal fixado no regulamento de 1946, e um novo regulamento será decretado dentro de poucos dias a fim de pôr cobro a essa exploração e salvaguardar o patrimônio nacional sem, todavia, afugentar os investimentos de capitais estrangeiros, que, dentro de um critério de justa e razoável retribuição, trazem incontestáveis benefícios à nossa economia.

O equilíbrio entre os valores do capital e os valores do trabalho é um imperativo da recuperação nacional e, para obtê-lo, se congregam todos os esforços do meu governo no campo da economia. Necessito, porém, de novas leis, que pedirei ao Congresso e que espero não me serão recusadas, para o bem do povo.

Providências tomadas

Com o fito de corrigir o déficit orçamentário, determinei, desde o começo do ano, ao ministro da Fazenda que tomasse providências capazes de estimular, de norte a sul, a arrecadação dos impostos e refrear as despesas excessivas. O resultado dessas medidas já se faz sentir. Hoje posso anunciar à nação que, a 30 de novembro último, havia um saldo, na execução orçamentária, de 4 bilhões e 680 milhões de cruzeiros. E as arrecadações, na mesma data, já subiam a 23 bilhões e 840 milhões, ou seja, 3 bilhões e 300 milhões acima da previsão orçamentária.

Essa situação permitiu ao governo o pagamento de compromissos antigos. Só de “restos a pagar” já foram liquidados mais de 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros.

Utilizando semelhante política de subordinação dos gastos às possibilidades financeiras do Tesouro, evitou o governo o recurso às emissões tipicamente inflacionistas. Não foi emitido um cruzeiro sequer para o Tesouro; ao contrário, este possui, no Banco do Brasil, numerário em saldo. Assim, ao invés de o poder público desviar para suas necessidades somas que seriam aplicadas no financiamento das atividades privadas no campo da produção, contribuiu para que maior fosse o numerário a elas destinado. E somente para atendê-las foi obrigado a emitir.

Devo esclarecer ainda que, embora com sacrifício de suas realizações diretas, a União procurou ajudar os poderes dos estados e municípios a se libertarem das ingentes dificuldades financeiras em que se encontravam. Para isso, foi ampliado de um bilhão de cruzeiros o total dos empréstimos do Banco do Brasil aos governos estaduais e municipais. A péssima situação financeira destes também foi um dos fatores de perturbação inflacionária que tivemos de enfrentar. E é com satisfação que registro o esforço dos Srs. Governadores e das assembleias legislativas no sentido de corrigir essa situação, restabelecendo normas prudentes de administração.

Consolidada a parte financeira, restabelecido o equilíbrio orçamentário, poderemos consagrar-nos, em 1952, ao desenvolvimento de um programa de base para a recuperação nacional. Não pretendo prosseguir nessa rotina de realizações esparsas sem um eficaz planejamento de conjunto, como se vinha fazendo até agora. O governo reconhece a necessidade de um programa de larga envergadura, que já está sendo traçado e que lhe permitirá enfrentar a solução conjunta dos grandes problemas nacionais.

Neste primeiro ano, foram assentadas as bases para um financiamento total de 20 bilhões de cruzeiros destinados a uma série de empreendimentos básicos, que abrangem a dragagem e o reaparelhamento dos portos e da navegação, o incentivo das construções navais, o reaparelhamento das estradas de ferro, a construção de armazéns, silos e frigoríficos, o desenvolvimento de um plano geral de aproveitamento de energia, bem como o incremento das indústrias básicas. Desse total, 10 bilhões já foram autorizados pelo Congresso, e os outros 10 bilhões deverão ser providos em moeda estrangeira pelo Banco Internacional, de acordo com os entendimentos estabelecidos. Para a abertura e conservação das estradas de rodagem, também foram ampliados consideravelmente os recursos do Fundo Rodoviário.

Constroem-se neste momento, por iniciativa e patrocínio oficial, vários armazéns e frigoríficos, e um plano nacional de silos, armazéns, frigoríficos e matadouros industriais está sendo elaborado.

Propôs o governo uma nova lei de garantia de preços mínimos aos produtores para defendê-los da especulação dos intermediários e dos azares da falta de transporte, estimulando, assim, a produção.

A assistência aos produtores, sob a forma de revenda, a preços de custo e a prazo, de máquinas e outros materiais, foi muito ampliada em 1951. Alargou-se também a área de terras das colônias e núcleos coloniais da União e, recentemente, na Conferência de Bruxelas, por proposta da delegação brasileira, foi estabelecido critério mais amplo de distribuição de imigrantes europeus entre os países da América, sendo reservada ao Brasil a quota de 18 mil imigrantes escolhidos entre as populações mais produtivas da Europa. Foi criado um novo organismo internacional para reger as migrações, e o Brasil, como participante dele, contribuirá com 103 mil dólares, ficando, assim, livre de todas as despesas de transporte dos imigrantes que receber, que nos sairão apenas a seis dólares por cabeça.

Nova legislação está sendo elaborada para permitir maiores facilidades de acesso à pequena propriedade mesmo antes de uma indispensável reforma agrária, que ora é objeto de estudos num órgão especial criado pelo governo – a Comissão Nacional de Política Agrária.

O planejamento dos recursos de energia vai sendo progressivamente realizado. Está no Congresso o Plano do Carvão Nacional, que deverá duplicar a produção e reduzir sensivelmente os preços do combustível nacional, elevando os salários e as condições de trabalho e de vida dos mineiros.

Para solucionar em bases nacionais o problema do petróleo, propôs o governo a criação da Petróleo Brasileiro S.A., à qual, sob o efetivo controle do Estado, se poderão associar subsidiariamente capitais privados, em limites definidos, para completar os recursos necessários ao programa nacional do petróleo e dar caráter industrial à grande organização de produção. Os recursos serão buscados, de preferência, na tributação de artigos de luxo, processando-se, dessa maneira, sem atingir as classes menos favorecidas.

A expansão dos serviços de energia elétrica é objeto de preocupações especiais e constitui uma das mais altas prioridades no Plano Nacional de Reparcelamento Econômico.

Nossa maior e mais antiga fonte de energia, a floresta, vem merecendo também cuidados especiais. No tocante às indústrias básicas, a política do governo tem sido a de animar sua expansão ou sua introdução no país. A transferência, já iniciada, de várias indústrias estrangeiras para o Brasil, trazendo capital, técnica e trabalho especializado, é um crédito de confiança no futuro do país e, por certo, provocará novo e rápido surto de progresso.

Criou-se uma Comissão de Desenvolvimento Industrial com o fim de coordenar e impulsionar o planejamento e as providências oficiais para uma sólida política de expansão industrial do país. A Fábrica Nacional de Motores vai entrar em fase de produção eficiente. A instalação da usina de álcalis está vencendo os últimos obstáculos. O governo animou, em 1951, a criação e expansão da produção de metais não ferrosos, de que o Brasil carece. As indústrias de fertilizantes, cimento, material elétrico e de máquinas em geral são outras produções básicas que estão sendo desenvolvidas através de medidas governamentais. A Companhia Vale do Rio Doce, nesse ano, excedeu em preços, produção e volume de exportação os níveis alcançados desde a sua instalação.

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco teve acelerada a marcha de suas obras e luta apenas contra o atraso na entrega dos equipamentos encomendados no estrangeiro. Antes de concluída a primeira fase da construção da usina de Paulo Afonso, que lhe dará 180 mil kW de potência, já está o governo cuidando de ampliar as instalações para a segunda fase, que lhe dará a potência de 300 mil kW. A proposta de criação do Banco do Nordeste, que ora se encontra no Senado, dará, se concretizada, extraordinário impulso a todo o desenvolvimento econômico da região.

A Comissão do Vale do São Francisco também prossegue seus trabalhos em ritmo intensivo, dando prioridade à regularização do fluxo do rio, à eletrificação, irrigação e colonização de várias zonas marginais e ao levantamento dos recursos minerais da região.

O Plano de Valorização da Amazônia vai se desenvolvendo, tendo-se antecipado o governo à lei do Congresso, cuja aprovação aguarda, porém, para levar a cabo o empreendimento, que deverá abranger o

desenvolvimento dos transportes fluviais e aéreos, a ampliação das disponibilidades de energia elétrica nos maiores centros urbanos, a plantação racional de 30 milhões de seringueiras, a organização de colônias, a produção agroindustrial e a pesquisa de petróleo.

Tudo isto é apenas um pequeno esboço do grande programa de recuperação nacional que o meu governo está procurando firmar em questões-chave, selecionando os pontos básicos, essenciais à vida da nação. Oportunamente vos darei contas mais minuciosas de cada uma das partes do programa. Aqui pretendi apenas atender à vossa inquieta expectativa e lembrar-vos de que o presidente está cumprindo as promessas do candidato.

Unamo-nos todos e congreguemos os nossos esforços para o aumento da produção nacional.

E a todos vós, brasileiros, a todos vós, trabalhadores, envio daqui a minha mensagem de confiança e a minha promessa de lutar sem tréguas e sem desfalecimentos para a defesa dos vossos interesses, do vosso bem-estar e segurança.

A crise brasileira é uma crise de crescimento e há de ser superada. Governo e povo caminharão juntos para construir a prosperidade e a grandeza do Brasil.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1952

Discurso pronunciado em almoço de confraternização das forças armadas. Vargas relembra a colaboração com as classes militares durante seu primeiro governo e destaca o reaparelhamento do Exército e da Marinha então iniciado, bem como a criação da Aeronáutica. Desautoriza interpretações de desentendimentos entre os militares e seu governo e ressalta a necessidade de combater os inimigos internos.

Srs. Oficiais Gerais, Srs. Oficiais das Forças Armadas,

A minha presença neste ato de confraternização das classes militares do país não é simplesmente uma formalidade protocolar, mas traduz uma íntima e real comunhão de propósitos ideais que traz à lembrança ocasiões similares do outro período do meu governo em que juntos aqui estivemos, num testemunho público da nossa mútua colaboração na defesa dos supremos interesses da pátria.

Soerguimento das forças armadas

Além disso, sinto-me à vontade entre vós. Porque, no acervo de serviços que posso ter prestado ao meu país, creio poder destacar, com especial relevo e mesmo com legítimo orgulho, os esforços que consagrei ao reaparelhamento do Exército e da Armada, e à criação da Aeronáutica. Encontrei as forças de terra, e sobretudo as do mar, desde longos anos na dependência de um material obsoleto e deficiente que não permitia a formação de reservas adequadamente instruídas, nem o preparo técnico e aperfeiçoamento profissional dos quadros. Empenhei-me em libertá-las dessa dependência proporcionando às forças armadas um equipamento moderno e eficaz que lhes permitisse preencher melhor a sua missão precípua de defender o solo pátrio e suas instituições livres. Pelos mesmos motivos criei uma Força Aérea autônoma e poderosa, sem as peias que impunha forçosamente a sua antiga divisão em duas frações heterogêneas, com a subordinação administrativa a outras forças.

Dentro das possibilidades financeiras do país, procurei dedicar ao reaparelhamento das forças armadas o máximo de recursos compatíveis com uma sadia política orçamentária. E os resultados aí estão, patentes pela atividade das fábricas e dos arsenais e pelo novo sopro de vitalidade e de entusiasmo que se espalhou pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica.

Iniciei e reativei a construção do nosso parque de indústrias de guerra e é meu propósito criar novos campos de expansão para a fabricação de armamento e todos os ramos de produção destinados a fins militares. Neste momento o governo está projetando uma segunda expansão da usina de Volta Redonda de modo a elevar para um milhão de toneladas a sua atual capacidade de produção.

Mais ainda que a renovação material, foi característica de toda uma época a fecunda transformação intelectual e doutrinária das classes armadas. E foi privilégio meu acompanhar o crescimento de uma geração de chefes militares de excepcional valor, dotados de elevado padrão de cultura profissional, animados de um espírito de realização e de zelo esclarecido, que imprimiram às instituições armadas um cunho inteiramente novo de progresso e de eficiência prática – único que poderia atender às realidades da vida contemporânea e aos imperativos que estas impõem à estrutura moral e material da nossa defesa.

Privilégio meu foi também o de ter enviado aos campos de batalha da Europa a gloriosa Força Expedicionária Brasileira, que pôde ombrear com as veteranas tropas dos velhos impérios guerreiros e cujas brilhantes vitórias foram o prêmio não só da bravura da nossa gente, mas também da competência técnica e alta capacidade profissional dos seus instrutores e chefes.

Era de mobilização total

Hoje, não é mais apenas a fortuna das armas, disputada na peleja, quem confere a vitória: esta se inclina para a nação que soube, com mais sagaz previdência e pertinaz energia, mobilizar a totalidade das suas forças vivas, organizar o seu poderio econômico e criar os parques industriais onde os exércitos em campanha vão buscar o próprio alento que os anima.

Por isso, devemos encarar também como questão básica para a defesa nacional o aparelhamento econômico e industrial do país em que sempre se empenha – e com firmeza inabalável – o meu governo.

Reeleito pelas forças populares da nação, minhas vistas se voltaram de novo para as forças armadas, e o desejo de robustecê-las, modernizá-las e aparelhá-las para os novos progressos da arte da guerra se renovou em mim com a mesma intensidade e a mesma persistência de outros tempos.

Recomeçando a tarefa da renovação militar do país, neste ano que acaba de transcorrer, prosseguiu o meu governo nos estudos e projetos necessários a esse objetivo tendo em vista não somente a reorganização geral das forças armadas e seu melhor aparelhamento – mas também um melhor enquadramento das instituições militares.

Antes da reorganização geral das forças armadas, cujos projetos estão sendo ultimados, já foram fixados os efetivos dos quadros de oficiais das Armas e Serviços do Exército, e, ainda há poucos dias, tive ocasião de sancionar a lei que estabelece os efetivos dos oficiais dos vários Corpos e Quadros da Marinha de Guerra. Sancionei igualmente a lei que visa prever fundos para a renovação da Marinha de Guerra, fundos esses que serão aplicados na proporção de 60% para a construção e modernização de unidades e 40% para o desenvolvimento das bases, estabelecimentos fabris e escolares, que constituem a infraestrutura da Esquadra, notadamente a Base Naval de Aratu, na Bahia, o dique

e oficiais de Val-de-Cães, no Pará, a Fábrica de Artilharia e Torpedos e os vários centros de formação e de adestramento de pessoal.

A Força Aérea Brasileira, onde se criou, no ano passado, o Comando de Transportes Aéreos, com o objetivo de permitir a modernização dos transportes militares, segundo os ensinamentos da última guerra, prepara-se este ano para iniciar ou prosseguir obras de grande vulto em diversos aeroportos, especialmente nos de Manaus, Campo Grande, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Outros problemas básicos ainda vêm sendo objetivo de cogitações e estudos; entre eles, a definição das atribuições do Comando nos vários escalões e o estabelecimento das responsabilidades correspondentes. Acham-se em curso, também, no Congresso Nacional, ou em vias de encaminhamento à sua apreciação, os projetos de novo estatuto dos militares e das leis do serviço militar, de inatividade e de promoções.

Material humano

Por outro lado, as mesmas considerações que, no meu governo anterior, despertaram a minha atenção para a necessidade de proporcionar a todos os militares, do simples soldado ao oficial mais graduado, um padrão de vida consentâneo com as exigências profissionais e com a representação social de cada um, me inspiram hoje o desejo de proceder, o mais rapidamente possível, ao exame e estudo dos dispositivos do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares que ainda precisam ser revistos, quer para definir melhor e mais claramente certas situações, quer para corrigir desigualdades já reconhecidas no tratamento de casos específicos.

Estas e outras iniciativas poderão atualizar as necessidades e a preparação técnico-profissional das classes armadas, mantendo-as em condições de poderem cumprir os seus mais altos compromissos com a pátria. Manter a ordem, servir ao país, dando-lhe as garantias de segurança e tranquilidade para trabalhar e produzir; defendê-lo dos ataques e da cobiça do estrangeiro – essa a grande missão das instituições militares. Com elas há de colaborar sempre o meu governo, no interesse de manter a organização legal do país e as instituições juridicamente estabelecidas, que só podem e só devem ser modificadas dentro das normas fixadas pela própria Constituição. Este é o meu propósito firme e inabalável, que ora vos reafirmo e que paira soberano sobre as

aleivosias e intrigas dos boateiros inveterados e tradicionais, inimigos da tranquilidade pública.

Em primeiro plano, na ordem dos compromissos sagrados das forças armadas, está a defesa da pátria, do seu patrimônio material e moral, da sua integridade territorial, da sua independência política e econômica e das suas instituições. Em segundo lugar, incumbe-lhes defender o continente americano contra quaisquer invasores eventuais, pois os interesses mútuos das nações deste continente são comuns ao Brasil, e a subsistência da nossa pátria está na dependência imediata da integridade continental e da estabilidade política e econômica de todo o hemisfério. Finalmente, são as nossas forças armadas os instrumentos de ação com que contamos para cumprir os nossos compromissos internacionais, especialmente os que assumimos como membro da Organização das Nações Unidas. Esses três objetivos, dispostos na ordem de prioridade que acabo de anunciar, resumem a missão precípua das nossas instituições militares.

Aproximação continental

Não será preciso lembrar, também, que a nossa tradição histórica e os nossos interesses políticos e econômicos nos movem hoje, como nos moveram sempre, a uma política de estreita colaboração com os Estados Unidos da América. E isto reforça, tornando mais fácil, a nossa política de cooperação e amizade com os outros países da América.

Precisamos estar preparados militar, econômica e financeiramente para enfrentar as necessidades da nossa própria defesa, como do continente americano, se assim o exigirem as circunstâncias.

Os compromissos de assistência mútua, nas obras de paz como nos esforços de cooperação armada, impõem-nos esta atitude que também corresponde aos interesses e aspirações comuns dos povos americanos.

Somos um país pacífico. Desejamos a paz e dela precisamos para consolidar o nosso progresso. Mas não podemos, nem devemos abandonar, por um instante sequer, os nossos esforços de preparação e adestramento para a guerra. Da nossa fortaleza militar dependem a nossa tranquilidade e a nossa própria subsistência como nação livre.

E esta afirmativa tem um sentido mais amplo e mais grave se meditarmos em que os nossos inimigos não estão apenas no exterior, nos eventuais agressores a serviço de um imperialismo em expansão: também estão

aqui, dentro das nossas fronteiras, infiltrados por toda parte, aguardando o momento propício para disseminar suas sementes de desagregação, a serviço de ideologias e de ambições que a maioria da nação repele. Contra esses inimigos internos, solertes e insidiosos, também devemos estar vigilantes. Combatê-los é, sem dúvida, um dos sagrados compromissos das forças armadas para com a pátria.

Mas não bastam os recursos das armas: são igualmente necessárias novas leis sociais capazes de cortar pela raiz as origens do mal e reparar as injustiças causadoras de revoluções. O governo tem a firme convicção de que se impõe o aperfeiçoamento constante de uma justiça social e de uma ordem social onde sejam eficazmente eliminados os argumentos de uma propaganda e de um credo que só prosperam onde há miséria, fome, padecimentos e desigualdades chocantes na condição dos homens. Os processos de exploração do trabalho, que não cogitam da justa repartição dos seus frutos, também constituem séria ameaça à segurança nacional. Esta exige, para sua plena garantia, um combate sem tréguas à ignorância, ao sofrimento e à opressão.

Na ordem interna, repito, a função das forças armadas é servir ao país dando-lhe as necessárias garantias de segurança e tranquilidade, defendendo a organização institucional da República e o regime estabelecido. Alheias às divergências políticas dos partidos, sem se deixarem arrastar pelo jogo de interesses ou pelas paixões que são prejudiciais à coesão, à disciplina e às próprias virtudes militares, as forças armadas têm sabido encontrar estímulo e inspiração, durante os períodos mais fecundos da existência da pátria, no seu próprio labor profissional e no empenho de aperfeiçoar as suas próprias instituições para o cumprimento das suas altas finalidades.

Srs. Oficiais, a segurança e a felicidade da pátria exigem de todos os brasileiros uma inabalável coesão, uma dedicação sem limites ao interesse público e a firme vontade de fazer do nosso país uma nação forte e próspera, capaz de assumir, no concerto internacional, o lugar de relevo a que tem direito.

De todas essas qualidades e virtudes, estou certo, são as nossas forças armadas, agora e como no passado, exemplo vivo e modelar.

Levanto a minha taça, pela felicidade pessoal de todos vós, pela maior glória do nosso Exército, da nossa Marinha de Guerra e da nossa Força Aérea e pela grandeza do Brasil.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1952

Introdução à mensagem enviada ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa. Vargas presta contas de seu primeiro ano de governo, detendo-se nas políticas financeira, de transportes, de crédito agrícola e energética, esta última voltada para o carvão, a eletricidade, o petróleo e a energia atômica, e reafirma a necessidade da intervenção do Estado no domínio econômico.

Srs. Membros do Congresso Nacional,

Ao termo de um ano de fecundo e profícuo labor, em que se empenharam, em suas esferas respectivas de ação, o Poder Executivo e o Legislativo, animados do comum propósito de assegurar a prosperidade e o progresso do país, aqui venho, no cumprimento de um preceito constitucional, fazer convosco a estimativa do caminho percorrido desde igual data do ano findo, prestar-vos contas de quanto o governo pôde realizar dos objetivos que se propôs então atingir, e definir enfim as diretrizes que nos levarão, de comum acordo, à conquista de novos e mais ambiciosos objetivos no ano parlamentar que ora se inicia.

Toda obra de governo, dentro do nosso regime, surge da harmoniosa conjugação de esforços e do equilíbrio de ação entre o Congresso e os órgãos executivos agrupados em torno do presidente da República. Sem o apoio do Poder Legislativo malograrão necessariamente as melhores intenções e os esforços do Executivo na sua tarefa de planejar e coordenar a ação governamental.

É com prazer, portanto, que presto aqui o meu testemunho à operosidade das Casas do Congresso durante o ano que acaba de transcorrer e atesto a vigilante e patriótica dedicação com que abordaram os seus encargos constitucionais, prestando ao governo o seu concurso na elaboração e processamento da legislação requerida pelas circunstâncias nacionais e, não raro, no exercício de suas legítimas prerrogativas, o inegável auxílio de uma crítica construtiva e reveladora do interesse com o qual esta assembleia acompanha o desenrolar da ação administrativa do governo.

Longe de subestimar o valor da cooperação do Legislativo, o governo a aprecia altamente e a solicita com maior interesse do que nunca, e muito espera do patriotismo e do zelo dos Srs. Membros do Congresso, certo de que, nesta hora em que juntos nos empenhamos em vencer ingentes dificuldades que entorpecem o progresso do país e prejudicam o bem-estar de seu povo, não haverá nestas Casas quem não saiba sobrepor às considerações pessoais ou partidárias as injunções imperativas e sagradas da prosperidade geral e da felicidade da pátria.

O Congresso representa a nação íntegra, e não a nação dividida. É verdadeiramente o conjunto da nação na expressão das suas forças coletivas. Por tudo isso, acima das divisões políticas, das diferenças ideológicas e mesmo das divergências pessoais, não devemos esquecer que somos todos brasileiros; e, sendo brasileiros, temos problemas comuns, ideais e interesses permanentes que precedem e superam as questões que num regime democrático podem separar os homens e os partidos.

Os problemas do povo, do seu bem-estar, da sua felicidade, não podem ser objetivo apenas das cogitações do governo, mas sim da cooperação e do concurso de todos os cidadãos e devem contar com a colaboração ativa de todas as forças econômicas e de todas as correntes políticas nacionais.

Não estamos apenas expostos a ataques externos, mas também a graves perigos internos. As nossas divergências de atitude ou de ponto de vista, que são naturais e inevitáveis, não devem ser levadas ao ponto de ameaçar a unidade da nação em face desses perigos. Destes últimos, o mais premente, que é hoje um pesadelo de todas as nações, porque as enfraquece internamente, tem sido a inflação: primeiro, porque é a responsável principal pela elevação do custo de vida e dos preços em geral; segundo, porque representa um ônus opressivo, uma espécie nova de taxação não sobre os grandes lucros, mas sobre a massa dos pequenos produtores e dos pequenos consumidores, pesando diretamente sobre as classes menos favorecidas da comunidade.

A principal causa da inflação é o desequilíbrio orçamentário, e esse no ano findo procuramos corrigir com enorme sacrifício, reduzindo as despesas e aumentando a receita nacional. Os resultados dessa perseverante e corajosa política de compressão de gastos e de aperfeiçoamento do aparelho arrecadador já são do domínio público, e não é sem legítima satisfação que o governo os quer relembrar aqui: um saldo orçamentário

de 2 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, o maior já verificado na história financeira de um país que nos últimos exercícios só conhecia déficits cada vez mais volumosos; uma arrecadação superando em 6 bilhões e 877 milhões de cruzeiros a estimativa orçada; emissões rigidamente limitadas ao necessário para atender aos redescontos exigidos pela animadora expansão dos negócios e das quais cerca de terça parte, ou seja, um bilhão e 275 milhões de cruzeiros, já foi novamente recolhida, tendo sido possível ao Tesouro prescindir de qualquer emissão para atender aos seus próprios encargos; o Tesouro Nacional, devedor no ano anterior da soma de quase 4 bilhões de cruzeiros ao Banco do Brasil e devendo pagar-lhe 43 milhões a título de juros, hoje transformado em credor daquele mesmo banco na quantia de 1 bilhão e 250 milhões de cruzeiros, além de ter recebido daquele estabelecimento de crédito 49 milhões de cruzeiros de juros de seus depósitos.

É, portanto, no setor financeiro, uma situação auspiciosa que o governo pôde exibir ao fim de um ano de trabalho: onde víamos, em 31 de janeiro de 1951, encargos que excediam em quase 10 bilhões de cruzeiros a receita orçada, um Tesouro esmagado de compromissos para com o nosso principal estabelecimento de crédito, uma arrecadação débil e falha, hoje podemos apontar um saldo substancial, uma situação de tesouraria largamente favorável ao Estado, uma arrecadação elevada enfim a uma cifra expressiva da capacidade tributária do país, sem que, no entanto, sacrifique qualquer setor das atividades econômicas nacionais.

Não medíocre resultado, em verdade, e que, sem bastar por si só para reparar os erros e as falhas do passado, justifica as mais vivas esperanças para o êxito futuro da obra de recuperação nacional.

Mas para cobrir o déficit, como fizemos, não basta a compressão de despesas, a qual arrisca atingir as realizações que contribuem para o progresso da nação e para seu aparelhamento econômico e industrial. É preciso criar mais fontes de renda, é preciso exigir o máximo de cooperação com o governo, é preciso que o país inteiro participe com a contribuição do seu esforço e do seu trabalho para incrementar a produção, estimular as atividades fecundas e fazer surgir riquezas novas e bens em abundância para o consumo e o proveito geral. É preciso, sobretudo, que não seja prejudicado aquilo que é o objetivo principal dos governos: o bem-estar social e a felicidade de cada um. Não devemos abandonar esse impulso generoso de dar a todos uma justa participação nos frutos

do trabalho comum, na riqueza que é criada pelo esforço de todos. É necessário proporcionar a todos igualdade de oportunidades, extinguir as injustiças de uma sociedade dividida em classes privilegiadas e em classes oprimidas e despojadas: o nosso objetivo deve ser que todos tenham um lar e que não faltem em cada lar o conforto, o bem-estar, as amenidades da existência.

Muito contribuíram, para o feliz resultado da política financeira do governo, as medidas tomadas para o restabelecimento das normas de moralidade e de ordem administrativa. Foi assim que o governo, ao mesmo tempo em que assegurava o estancamento das evasões do imposto de renda, através dos seguros dotais e de outras estratagemas, preocupou-se com a extinção da orgia de escândalos e facilidades do imposto aduaneiro. Foi promovida, outrossim, através do Poder Judiciário, a anulação das transações que haviam alienado, em condições lesivas para o interesse público, bens e propriedades da União. Dentro da mesma preocupação moralizadora, promoveu-se o saneamento das operações de redesconto do Banco do Brasil, por intermédio das quais bancos e firmas particulares contraíram empréstimos muitas vezes superiores ao seu capital realizado.

No importante domínio de nossas transações com o exterior, foi corrigido, de modo salutar, o critério das operações vinculadas do Banco do Brasil, por onde se drenavam para fora do país as nossas mercadorias em troca de produtos supérfluos e de luxo, que só atendiam à garantia de aventureiros e especuladores.

Recentemente ainda, foi restabelecida a lei de retorno dos capitais estrangeiros através de um novo regulamento com o intuito de acautelar a economia nacional contra uma imprudente sangria de suas forças vitais. Essa medida, que uma crítica, ou impensada ou de má-fé, procurou representar como um ato demagógico de repulsa à cooperação financeira internacional, traduziu na realidade cogitações de prudência e comedimento que representam, ao contrário, garantias suplementares para quem procure, no Brasil, não especulações desvairadas, e sim o abrigo de condições econômicas e financeiras estáveis e equilibradas.

O Brasil sempre foi uma terra de promessa, a terra hospitaleira e generosa por excelência. Apesar da insidiosa deturpação, por elementos mal-intencionados, dos propósitos do governo, continuamos a acolher de bom grado tanto braços como capitais honestos que para aqui se dirijam.

Nem a uns nem a outros negaremos o seu justo salário: nossa terra é vasta, e bastante rica e ampla para que possamos partilhar as suas dádivas com quantos queiram cooperar conosco no propósito de torná-la ainda mais próspera. Nada desejamos do que premunir-nos, como sempre fizeram as nações sábias e precavidas, contra o tipo de exploração econômica que foi, em outros tempos, o flagelo de países de economia semelhante à nossa: com essa razoável e legítima ressalva, abrimos de par em par nossas fronteiras a todos os homens de boa vontade que desejem transportar suas energias e seus haveres para um país jovem e livre, senhor de riquezas incalculáveis e inatas e voltado para um futuro radiosamente promissor.

Vitorioso na batalha pelo restabelecimento do equilíbrio orçamentário e pelo saneamento das finanças, o governo levava avante, paralelamente, o combate pelo desenvolvimento da produção, tanto agrícola como industrial, dedicando particular atenção aos problemas referentes ao respectivo escoamento para os centros de consumo, jamais perdendo de vista este princípio norteador – de que o objetivo do fomento à produção nacional não é o de criar lucros para alguns privilegiados, e sim o de trazer maior fartura e conforto para a generalidade dos brasileiros. Certo é que por si semelhante aumento concorre poderosamente para tal fim, mas ainda assim compete ao Estado zelar para que os efeitos benéficos de uma economia em expansão não sejam indevidamente canalizados para o proveito egoístico de uma minoria. É justamente o que visa coibir a Lei de Intervenção no Domínio Econômico, com a qual o Congresso, em boa hora, acaba de armar o governo.

Essa intervenção do Estado no domínio econômico, sempre que possível plástica e não rígida, impõe-se como um dever ao governo todas as vezes que é necessário suprir as deficiências da iniciativa privada ou acautelar os superiores interesses da nação, quer contra a voracidade egoística dos apetites individuais, quer contra a ação predatória dessas forças de rapina, que não conhecem bandeira nem cultuam outra religião que não seja a do lucro.

É assim que cada vez mais recai sobre o Estado o encargo de assegurar, através do sistema de transportes, o escoamento e a distribuição da produção nacional, que encontra na capacidade daquele sistema um limite intransponível e muito aquém do que lhe marcaria a feracidade da terra e a operosidade da nossa gente.

De nada adianta que as fartas searas amadureçam ao sol se as safras devem apodrecer ao longo de ferrovias insuficientemente aparelhadas ou nos armazéns de portos irremediavelmente congestionados. Eis por que o governo, como passo primordial para o alargamento de nossos horizontes econômicos, para fazer recuar as injustas fronteiras impostas ao esforço e à iniciativa de nosso povo, preocupou-se de elaborar e pôr em execução um vasto plano de reaparelhamento do sistema de transportes abrangendo os setores ferroviário, rodoviário e portuário.

O plano compreende o prosseguimento dos trabalhos de construção dos troncos e ramais rodoviários e ferroviários necessários à articulação das várias zonas econômicas entre si, de modo a fazer do arquipélago brasileiro o continente unido e firme que deverá ser o Brasil de amanhã. Ele compreende, ainda, uma considerável ampliação do material rodante e de tração de nossas principais ferrovias, a laboriosa dragagem de portos e canais assoreados pela vaza e pela incúria de anos, e a ampliação, nesses mesmos portos, de armazéns, cais acostáveis, material de carga e descarga e meios de rápida movimentação.

Não basta, porém, que a nossa produção, sangue vivo do país, possa circular mais livremente pelas artérias ferroviárias e rodoviárias. É preciso também que o regime cíclico da produção agrícola, com suas estiagens e cheias periódicas correspondentes aos tempos de safra e de entressafra, encontre um mecanismo regulador capaz de assegurar escoamento uniforme para os mercados consumidores, assim obviando aos males de uma escassez alternada com a superabundância, que se traduz por preços ou escorchantes para o consumidor ou pouco compensadores para o produtor, e também aliviando o sistema de transportes, esporadicamente sobrecarregado pelas exigências do escoamento das safras. Com esse propósito, planejou o governo uma rede de armazéns e frigoríficos que permitirão descongestionar os meios de transporte, evitar a perda de produtos perecíveis, disciplinar os preços e manter em qualquer estação a abundância de gêneros nos mercados consumidores.

No setor rural, objeto da particular solicitude do governo, porque congrega não somente a maioria dos trabalhadores do Brasil, como aqueles até hoje menos amparados pela ação protetora dos poderes públicos, verifica-se que, dia a dia, a crescente complexidade dos processos de exploração agrícola, bem como a elevação do custo dos produtos manufaturados indispensáveis aos trabalhos do lavrador e do pecuarista, exigem

destes últimos uma inversão cada vez mais considerável de capital em suas empresas. Ora, verifica-se também que os capitais no Brasil preferem orientar-se para inversões rendosas a curto termo nos centros urbanos do que favorecer o resultado, sempre aleatório e geralmente menos remunerador, do trabalho dos campos. A escassez do crédito agrícola é um fator de entorpecimento da produção, ao qual o governo vem procurando obviar, do modo mais decidido, através da inauguração de uma política de extrema liberalidade para as atividades da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, através da qual, além disso, é promovida a articulação entre as atividades agrícolas e as industriais, com a cooperação de outros estabelecimentos de crédito, como o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, destinados a atender às necessidades peculiares a determinadas zonas econômicas.

Dos dois bancos citados, o primeiro já se acha em plena atividade, e o projeto de criação do segundo, de cuja ação muito espera o governo, aguarda neste instante a vossa aprovação.

A ampliação do crédito especializado já pôde abranger, destarte, inúmeros setores de atividade econômica, que se têm visto favorecidos não somente com recursos pecuniários, mas ainda com o fornecimento de máquinas e materiais em escala até aqui nunca vista, cuja compra é financiada pelo governo em condições suaves.

Todo esse amparo, que será completado no setor agropecuário por uma política de preços mínimos destinada a infundir confiança na estabilidade desse gênero de atividades econômicas, depende evidentemente, para o seu êxito, da possibilidade de fornecimento aos campos como às cidades, às indústrias e aos transportes como às lavouras, de energia abundante e barata. Demasiado tempo dependeu o Brasil do braço humano e do esforço animal para produzir, transformar e movimentar as suas riquezas; e, hoje mesmo, é triste constatar a elevada percentagem que essas fontes ainda ocupam na estatística de nossa produção total de energia. Faz-se indispensável a eliminação gradual dos processos rotineiros de trabalho e de transporte, incompatíveis, pelo seu rendimento insatisfatório e antieconômico, bem como pelas condições de desconforto que impõem ao trabalhador, com as exigências de nossa época e com o bem-estar das populações rurais.

A obra do governo se desenvolve no sentido de vencer, pelas forças do progresso e da civilização, as forças da inércia e da rotina e os méto-

dos anacrônicos de trabalho. Essencialmente, isso significa multiplicar as forças do homem pela capacidade da máquina, e, para tanto, ir captar nas profundezas do solo ou no seio das águas as forças ali ocultas, para discipliná-las à vontade humana e forjar os milagres da civilização moderna. Carvão, petróleo, eletricidade: essas as três fontes principais de energia de nossa época, os três poderosos instrumentos do progresso. A abundância de energia térmica ou hidráulica é a própria mola da prosperidade e da grandeza das nações.

Compenetrado dessa verdade, o governo buscou, metodicamente, planejar o aproveitamento e distribuição de nossos recursos nessas duas ordens de energia. Apenas uma íntima parcela do nosso vasto potencial hidrelétrico foi até hoje captada e posta a serviço do homem: acha-se em via de elaboração um plano nacional de eletrificação visando coordenar o aproveitamento industrial de nossas quedas d'água segundo as possibilidades e as necessidades do consumo da cada região, e de modo a levar a zonas atualmente subdesenvolvidas, mas ricas em mão de obra e em matérias-primas, a possibilidade de empreendimentos industriais correspondentes aos seus recursos, e cujo primeiro efeito será o de elevar o padrão de existência de suas populações. Particularmente sensível deverá ser o efeito desse plano nas regiões nordestinas, de população relativamente densa, laboriosa e entranhadamente apegada ao torrão natal, que ela só abandona acossada pelo desemprego oriundo das crises econômicas ali criadas pelas calamidades climáticas. A fixação, no solo nordestino, de indústrias capazes de atrair o braço sertanejo permitirá o estancamento do doloroso êxodo que atualmente depaupera aquela região sem fazer mais do que transportar para outras zonas do país delicados problemas de reajustamento econômico e social.

Ao mesmo tempo em que prosseguem os estudos do Plano Nacional de Eletrificação, o governo tem concedido o seu decidido apoio à execução de vários planos e empreendimentos de ordem regional que prometem transformar radicalmente, em breve prazo, a fisionomia econômica de diversos estados da Federação, nos quais a capacidade de absorção do mercado de energia elétrica justifica e garante inversões imediatas de grande vulto. Enfim, as obras já empreendidas têm sido continuadas em ritmo acelerado, notadamente na grande central hidrelétrica de Paulo Afonso, projetada sob o meu governo em 1945 e cuja construção se acha enfim em via de concluir-se.

Se é imenso, porém, o nosso cabedal de hulha branca, a exploração da hulha negra não tem conseguido até aqui fornecer senão uma reduzida percentagem do carvão queimado em nossas fornalhas. Deficiências quantitativas e qualitativas têm onerado sempre a nossa balança comercial com vultosas compras de carvão estrangeiro e colocado para a nossa já florescente indústria siderúrgica o delicado problema do abastecimento em carvão coqueificável. A essas questões dedicou o governo a mais solícita atenção, promovendo a elaboração do Plano do Carvão Nacional, submetido em agosto do ano findo ao exame do Congresso e cujo objetivo é incentivar a exploração das jazidas sulinas, promovendo, ao mesmo tempo que o aumento do volume da extração, o aperfeiçoamento dos processos de beneficiamento do minério, não descuidando da assistência social ao trabalhador das minas e da elevação de seu padrão de existência.

A exploração do petróleo, enfim, por tanto tempo objeto de discussões estéreis e bizantinas e de devaneios de imaginação, foi trazida para o campo das sugestões concretas e das realizações práticas pelo projeto que o governo teve ocasião de submeter à consideração do Congresso. A solução proposta é a solução realista e patriótica que deve congrega o apoio de todos os bons brasileiros. Permite mobilizar recursos na escala imprescindível a problema de tamanha magnitude e, esteada nas mais sólidas garantias do controle oficial da indústria petrolífera, constitui uma solução em firmes e eficientes bases nacionalistas, mantendo em pleno vigor a legislação vigente. Durante o meu anterior governo jorrou petróleo pela primeira vez da terra do Brasil: trata-se agora de organizar uma indústria moderna e eficiente capaz não só de extrair do solo o precioso combustível, mas de transformá-lo, refiná-lo, extrair-lhes os valiosos subprodutos e ir buscar ao longe, sob o pavilhão nacional, a parte que os nossos próprios poços não puderam fornecer às necessidades do país.

Ainda uma outra fonte de energia, revelada em recentes anos como a força destinada talvez a mudar a face do mundo e o curso da história, vem sendo objeto da providente atenção do governo: refiro-me à energia atômica, hoje arma terrível na guerra, talvez amanhã poderoso propulsor de indústrias pacíficas a serviço do gênio inventivo do homem. Convém que, desde o liminar dessa era atômica que a nossa geração viu raiar e sob cujo signo parecem destinadas a viver as gerações que nos sucederão, o Brasil se enfileire na vanguarda dos estudos e pesquisas para a utilização dessa força revolucionária. Com esse intuito, vem o go-

verno encorajando e orientando o desenvolvimento no Brasil da física nuclear, bem como a pesquisa e lavra dos minérios suscetíveis de serem submetidos à fissão atômica.

É felizmente rico o nosso subsolo em minérios dessa natureza, que, por suas propriedades e por sua raridade no mundo, assumem caráter eminentemente estratégico e interesse de primeira ordem para a defesa nacional. Impõe-se, portanto, ao Estado o dever de superintender atentamente as condições da respectiva extração e exportação, zelando para que não sejam impensadamente exauridas as nossas reservas nem aproveitado o minério extraído senão em benefício do país. As mesmas precauções se impõem para outras categorias de minérios, de importância também para as indústrias bélicas. A fim de assegurar essa fiscalização, acaba de ser criada a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, que exercerá uma judiciosa e estreita vigilância sobre o destino a ser dado a esses preciosos produtos do solo brasileiro, graças aos quais poderemos, depois de satisfeitas as exigências de nossa própria segurança, prestar uma destacada contribuição à defesa do continente inteiro contra qualquer ameaça externa.

A preocupação do governo de encarar com método e segurança o exame e estudo de todos os campos da atividade nacional traduziu-se ainda pela criação de outros órgãos técnicos incumbidos de levar um espírito de previsão racional e científica onde até hoje só imperavam as soluções de ordem imediatista, variando ao sabor das modificações ocasionais na administração local ou nacional. Comissão de Desenvolvimento Industrial e Comissão de Política Agrária: os simples nomes de tais órgãos enunciam todo um programa. O desenvolvimento industrial do país foi até hoje deixado essencialmente ao arbítrio das preferências da iniciativa particular, muitas vezes privada ela própria, por fatores que escapam à sua competência modificar, de levar suas atividades a setores de extremo interesse para o país. Por outro lado, muito embora seja repetido à saciedade que o Brasil é essencialmente um país agrícola, não se pode dizer que haja existido jamais uma política agrícola brasileira. São essas lacunas que se pretende suprir, a fim de manter harmoniosamente entrosadas, através da ação prudente e protetora do Estado, as atividades industriais com as agrícolas, evitar entre elas, ou entre os vários setores em que se dividem, divergências ou conflitos de interesse, abrir novos campos à iniciativa de umas e de outras, facilitar

as suas condições de produção, melhorar o seu rendimento, orientá-las para o melhor atendimento das necessidades do povo. Ainda aí estamos trabalhando pelo futuro, afastando os perigos da imprevisão, contribuindo para a prosperidade geral como para a particular.

Dois outros órgãos enfim, dos quais um, já criado, acha-se em pleno desenvolvimento de suas benéficas atividades e outro aguarda a vossa aprovação, evidenciam a solicitude do governo para com os problemas de administração: refiro-me à Comissão Nacional de Bem-Estar Social, cujo objetivo é estudar as causas e os meios de remoção de todas as modalidades de miséria social, e ao Serviço Social Rural, que deverá levar às zonas rurais, ao proletariado das estâncias e das fazendas, os benefícios da assistência social e da legislação trabalhista de que já desfruta o operariado das cidades.

Os projetos e empreendimentos que venho de expor constituem outros tantos aspectos de um mesmo e vasto plano de realizações duradouras, sobre as quais deverá assentar a futura prosperidade do país.

Cumprе salientar quanto esse plano se caracteriza pela ausência de empirismo, pelo método sistemático de exame dos problemas, e pela cuidadosa concatenação das medidas relativas aos vários aspectos da economia nacional. Rejeitando o fácil recurso dos paliativos momentâneos, o governo preferiu voltar-se resolutamente para as soluções de conjunto e não de detalhes, permanentes e não transitórias, capazes de construir um conjunto homogêneo e estável, base firme para o desenvolvimento de todas as atividades econômicas nacionais. As medidas que foram propostas ao assentimento do Congresso, ou que foram tomadas pelo Poder Executivo em sua esfera privativa de ação, oferecerão por vezes margem às críticas e reparos daqueles que se deixam iludir por panaceias milagrosas ou que preferem a eficácia duvidosa dos tópicos de uso local à salutar, mas às vezes rude, terapêutica dos remédios radicais. Em cada caso, a solução proposta pelo governo é a solução honesta, baseada no acurado estudo das condições e tendo como objetivo não a satisfação de interesses partidários ou regionais nem a conquista de uma popularidade fácil, e sim a salvaguarda permanente dos verdadeiros e superiores interesses do povo brasileiro.

Ao método, à ponderação, ao sóbrio e sistemático realismo que caracteriza a elaboração dos projetos governamentais corresponde, na sua inspiração, um espírito de largo idealismo, isento de arroubos demagó-

gicos e de utopias vãs, mas repassado de um sincero e ardente desejo de construir a felicidade geral com a soma das felicidades individuais, convencido que está o governo de que não é possível a prosperidade de um Estado sobre o conjunto da miséria dos cidadãos. Repelindo o frio impersonalismo totalitário que sacrifica deliberadamente a um Estado devorador e desumano o bem-estar dos indivíduos, colocamos sempre, em todos os aspectos da ação governamental projetada, o acento de importância sobre o homem e não sobre uma abstração dogmática. O nosso objetivo é a felicidade de todo o povo brasileiro, e não de uma fração qualquer desse povo. Se almejamos multiplicar riquezas, é para que a comunidade inteira possa ter delas a sua parte; se nos esforçamos por criar uma Pátria forte e próspera, não é por orgulho ou ambição, e sim para que um dia todos os brasileiros desfrutem de um padrão de existência digno e confortável, para que se apague de todo o sempre de nossa terra a mancha da miséria, e para todo o sempre seja abolida a vergonhosa barreira que separa em duas castas os favorecidos da sorte e os desgraçados. Esse é o que encaramos como o dever precípua dos governos: traduzir em termos verdadeiros a união nacional, fazer uma só nação das duas que hoje existem justapostas e separadas, trazer enfim para o efetivo abrigo da bandeira da pátria aqueles que até hoje só conhecem dos seus concidadãos mais felizes a indiferença ou a opressão; facultar a todos uma existência digna, livre dos terrores da miséria, livre de padecimentos e de privações.

É esse, Srs. Membros do Congresso Nacional, o pensamento que preside a todo o programa do governo; é para ele que desejo e espero o vosso apoio e aprovação, e os da nação inteira, para que, juntos, cimentemos os alicerces inabaláveis de um Brasil mais poderoso, mais próspero e mais feliz.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1952

Discurso pronunciado durante as comemorações do Dia do Trabalho. Vargas convida os trabalhadores a participar do governo e da política através dos sindicatos e anuncia seus projetos de entregar-lhes a direção dos órgãos de previdência social e de expandir a legislação social ao trabalhador rural.

Trabalhadores do Brasil,

Aqui nos temos reunido, muitas vezes, nesta festa de conagraçamento em que costumais trazer ao governo o testemunho da vossa solidariedade, e o governo vos dá conta do que tem feito para corresponder a uma sempre renovada confiança.

Hoje, a vossa presença tem para mim uma significação especial. Vou palestrar convosco sobre algo que é de grande importância para a vossa segurança, a vossa prosperidade e o vosso futuro.

Participação dos trabalhadores no governo

Refiro-me ao modo como podem e como devem os trabalhadores preparar-se para uma participação mais ativa no governo, em correspondência com o grande papel que desempenham na evolução econômica e social do nosso tempo. Porque vós, trabalhadores, aqui no Brasil como em todas as democracias, constituís a imensa e insuperável maioria dentro do povo. Nenhum governo poderá realizar uma verdadeira e sã política social se não governar convosco, se não tiver o apoio do proletariado e a colaboração dos vossos sindicatos profissionais, pois não se pode administrar, nos dias de hoje, sem a cooperação das classes organizadas.

Há uma coisa, porém, que o proletariado do nosso país parece que ainda não percebe com muita clareza: é a maneira pela qual há de influir no governo e preparar os seus líderes e dirigentes para as tarefas e encargos da administração pública.

O governo é um corpo vivo, e não um monumento de bronze sobre um pedestal. É o agente do povo e, nessa qualidade, cabe-lhe promover o bem-estar de todos velar pelas necessidades da comunhão social. Um governo que se isola das massas populares está nutrindo, sem o saber, o germe de sua própria destruição. É imprescindível um contato íntimo e permanente dos poderes públicos com os líderes de todas as classes sociais não só para que o povo defenda os seus interesses, mas também para que exponha as suas críticas.

Uma das tarefas a que mais me consagro é a de receber em meu gabinete, todas as semanas, comissões, sindicatos, representantes das vossas associações, que vêm de todas as partes do Brasil trazer-me os vossos apelos e muitas vezes também os vossos protestos. Diante de mim, confessam as falhas de sua organização e apontam faltas dos órgãos ou agentes do governo. Isso demonstra o interesse cada vez maior do povo pelas atividades governamentais e a receptividade do governo aos apelos populares.

Nesses contatos, o governo explica e orienta, e o povo discute e sugere. Quando saio desses encontros – e os tenho amiudados – levo comigo o sentimento de como pode o povo participar ainda mais e melhor das iniciativas e da própria política do Estado. Imagino o que não seriam esses contatos ampliados, robustecidos por uma organização disciplinada e consciente das forças populares, cristalizados numa participação direta do proletariado na orientação da máquina governamental.

Às vezes, tento ir mais longe, pois compreendo que o governo deve ir mais longe. Procuo um contato íntimo convosco, com os vossos líderes, com os intérpretes das vossas necessidades e aspirações; quiseira ouvi-los na solução dos grandes problemas nacionais. E não apenas ouvi-los: quiseira atendê-los e vê-los pesar decisivamente na balança das grandes decisões políticas.

Outras classes se acham organizadas, têm os seus dirigentes em contato próximo com a máquina governamental tomando a iniciativa de projetos de lei no Congresso ou reivindicando medidas acauteladoras dos seus interesses junto aos vários órgãos da administração. O comércio, a indústria, o funcionalismo público, vários grupos de produtores, as classes militares – todos têm os seus líderes influentes, sempre vigilantes na defesa dos seus direitos e dos ideais, movimentando-se nas altas esferas da política, sugerindo, pedindo, esclarecendo problemas e necessidades, reclamando medidas de interesse geral, fazendo chegar cotidianamente ao governo o eco das suas aspirações. Desse jogo de forças, de interesses, desse concurso de sugestões e de iniciativas é que vive e se alimenta a grande máquina da administração, em qualquer país civilizado.

Sem dúvida, o proletariado já tem os seus líderes, e a estes o governo tem recorrido em várias ocasiões – hoje muito mais do que em épocas passadas. Mas esses líderes ainda são poucos, proporcionalmente à quantidade de problemas e de interesses que lhes incumbe defender. Por essa razão, suas vozes nem sempre conseguem sobrepor-se ao coro das muitas outras, que defendem outros interesses e que dispõem de instrumentos mais eficazes, mais imediatos e mais poderosos de ação e de expressão.

Quando falo em líderes dos trabalhadores, não me refiro a representantes políticos, mas aos que defendem interesses reais, aspirações, necessidades das classes, reclamando salário, habitação, assistência, bem-estar. As organizações operárias devem ser representadas pelos

seus sindicatos. Determinei, por isso, a mais inteira liberdade nas eleições sindicais, que devem ser sempre realizadas livremente e livremente reconhecidas. Desde que assumi o governo, nenhuma autorização mais se exigiu para a realização de assembleias e congressos sindicais. À frente do Ministério do Trabalho está agora um alto funcionário que dentro dele fez carreira e que, além de capaz e inteligente, é um grande conhecedor da legislação trabalhista – o ministro Segadas Viana. Podeis contar com a sua operosidade e com o persistente empenho do governo em garantir definitivamente a liberdade sindical.

Sei que, muitas vezes, os vossos esforços têm sido entorpecidos pela máquina burocrática. Verdadeiros líderes das classes trabalhadoras, dedicados e cheios de abnegação, foram, não raro, injustamente acusados e perseguidos como extremistas, a fim de serem afastados das competições eleitorais nos sindicatos. Tenho recebido vossas queixas e hoje compreendo que muitas dessas acusações são infundadas. A culpa recai, nesses casos, sobre o próprio Ministério do Trabalho, que, em não poucas ocasiões, dificultou a sindicalização, afastando dos sindicatos os dirigentes sinceros, para prestigiar os que lhe servem de instrumento, mas que nunca representaram a opinião da classe. Esse mal deve ser corrigido. Assim como confio nos trabalhadores, estes podem confiar em mim.

A tarefa dos trabalhadores

Talvez seja o Brasil o único país do mundo onde a legislação trabalhista nasceu e se desenvolveu não por influência direta do operariado organizado, mas por iniciativa do próprio governo, como realização de um ideal a que consagrei toda a minha vida pública e que procurei pôr em prática desde o momento em que a Revolução de 1930 me trouxe à magistratura suprema da nação.

Mas não podeis continuar dependendo da iniciativa governamental. Tendes que consolidar as vossas conquistas de maneira que se imponham a todos os governos, quaisquer que eles sejam. Lembrai-vos de que, hoje, não tendes apenas reivindicações novas a fazer: tendes, sobretudo, um patrimônio de conquistas já realizadas, que deveis preservar, um sistema de leis de proteção e de previdência que vos cabe defender e aperfeiçoar.

Tampouco deveis ficar à mercê dos que só se lembram de vós nas vésperas das campanhas eleitorais, com o engodo de sonhos e promessas. Ainda recentemente vistes como proliferaram os trabalhistas, que

de trabalhismo só tinham o nome e o rótulo. Por isso, deveis constituir uma força que sabe o que quer e para onde vai, e não agrupamentos dispersos e sem coesão que sirvam de instrumentos às ambições alheias ou de cobaia para as experiências perigosas dos aventureiros e agitadores.

Achamos-nos numa encruzilhada onde teremos que escolher entre dois caminhos: o da reforma social voluntária e consciente ou o da violência, que nada constrói.

O que há de melhor na civilização resultou de uma constante vitória da justiça sobre a força, do amor sobre o ódio, da fraternidade sobre a violência. Só se recorre aos métodos da força onde falham os meios normais de amadurecimento progressivo, que são o apanágio das nações civilizadas.

No decurso dos últimos 20 anos, a política trabalhista do meu governo realizou um grande avanço pelos meios legais e supriu a lacuna resultante da insuficiente organização do proletariado no que diz respeito à elaboração das leis sociais de proteção e previdência do trabalho. Mas não pôde, nem poderia jamais conseguir a reparação dessa outra lacuna, que concerne à participação ativa e permanente do operariado na direção do governo, tanto no setor legislativo e parlamentar como no setor da própria administração pública.

Por isso venho hoje alertar-vos, trabalhadores do Brasil, e fazer-vos um apelo da maior transcendência para todos vós. A união será a vossa força. Mas não basta a união: é preciso que vos prepareis intelectual e politicamente para a direção dos negócios públicos. É preciso que saibais transformar os vossos sindicatos em organismos eficientes de opinião e de ação, unindo-vos dentro deles, procurando conhecer melhor os vossos companheiros e sabendo escolher entre eles os mais idôneos, capazes de defender os vossos interesses em todas as esferas do governo e de assegurar a vossa presença ativa e vigilante na solução e na direção de todos os problemas nacionais. É no seio dos vossos sindicatos, das vossas organizações profissionais e dos vossos centros sociais que se deve adquirir a experiência e fazer o aprendizado da carreira pública.

Para a consecução desse objetivo, o governo vos dará todo o apoio necessário.

Sempre foi meu desejo entregar a direção dos institutos de previdência aos próprios trabalhadores, que para eles contribuem e que com eles se beneficiam. Já comecei a fazê-lo confiando a direção de dois institutos a trabalhadores indicados pelas classes. Com o primeiro, o dos

bancários, a experiência foi benéfica; a segunda experiência será iniciada agora, com o Instituto dos Empregados em Transportes e Cargas. No dia em que, à frente de cada instituto, estiver um líder de sua própria classe, será realizado um dos pontos do programa do meu governo.

Renovação nos meios sindicais

Se souberdes, trabalhadores, renovar o ambiente dos vossos sindicatos, conhecer-vos melhor uns aos outros, habituar-vos ao debate, à crítica e ao esclarecimento dos vossos próprios problemas, escolhendo os vossos dirigentes, preparando-os para as lides políticas e para os altos encargos da administração, vereis que tudo mudará em vosso favor, que a vossa influência pesará cada vez mais na balança política, que os vossos interesses se medirão em pé de igualdade com os interesses das outras classes, no Parlamento e no governo. E este último, amparado no vosso prestígio, poderá cada vez mais aproveitar a colaboração dos vossos líderes e levar avante os programas tendentes à defesa dos vossos ideais e necessidades.

Que este 1º de Maio, festivo e fraternal, seja um dia de esperança e uma afirmação de fé, marco decisivo desta nova batalha para cuja vitória vos conclamo, meus amigos e companheiros, trabalhadores do Brasil: a batalha da organização, da disciplina intelectual e política da classe operária e da sua preparação para participar do governo.

Vossa prosperidade depende também, essencialmente, do desenvolvimento industrial do país, da organização agrária e do aumento da nossa produção. Mais produção e mais indústrias significam trabalho mais abundante e mais bem remunerado, mais empregos para todos, melhores salários e melhores padrões de vida. Nesse sentido, meu governo vem envidando todos os esforços, visando o fomento da produção e o progresso econômico do país.

Não estamos empenhados em obter a recuperação nacional de maneira apressada ou fragmentária para atender à impaciência dos que esperam milagres ou à má-fé dos que anunciam catástrofes. Queremos assentar o progresso e o futuro do Brasil em bases sólidas e estáveis. Por isso, está o governo elaborando e executando um plano orgânico e sistemático de reaparelhamento econômico tendo como objetivo a expansão da nossa riqueza em benefício de todas as classes sociais.

Os planos do carvão e do petróleo, o desenvolvimento das indústrias de base, a batalha da produção agrária, a construção de armazéns, silos e frigoríficos, o melhoramento dos portos e da navegação, o reequipamento dos transportes rodoviários e ferroviários, os auxílios financeiros à lavoura e à pecuária e o conjunto de outros problemas que estamos procurando resolver, e a que já me tenho referido noutras ocasiões, interessam diretamente ao progresso e ao bem-estar da classe operária, a quem a sua solução há de beneficiar.

Não nos causam inveja as nações que alicerçam a sua prosperidade à custa dos sacrifícios e da miséria do povo. Não nos interessa, tampouco, a expansão da riqueza nacional se esta não for justa e equitativamente distribuída por todos aqueles que concorram para a sua produção. Não queremos a penúria em meio à abundância, nem uma nação dividida entre favorecidos e necessitados. O progresso econômico e social só se justifica pela quantidade de benefícios que espalha por todos os indivíduos e pelas contribuições que traz ao bem comum.

A ampliação da legislação social aos trabalhadores dos campos é outro empreendimento a que se vem consagrando o meu governo e que se destina a preencher mais uma lacuna da nossa organização trabalhista.

Apesar de protegido pelos direitos conferidos ao trabalhador urbano, o trabalhador rural não pode fruí-los eficientemente, por lhe faltarem os meios indispensáveis a isso. Falta-lhe, inclusive, um documento escrito, comprobatório da relação de emprego, como tem o trabalhador urbano. Faltam ainda, nas zonas rurais, agências fiscalizadoras da boa execução das leis trabalhistas.

Para solucionar o problema do trabalhador rural, torna-se necessário um plano que resolva, paralelamente, as questões atinentes à reforma agrária, ao seguro agrário, ao serviço social rural e a uma legislação específica para o trabalhador dos campos. É o que já elaborou o governo, restando apenas a indispensável aprovação parlamentar para uns e o encaminhamento final de outros.

A reforma agrária está sendo presentemente estudada pela Comissão Nacional de Política Agrária; o seguro social dos trabalhadores do campo está sendo projetado pela Comissão Nacional de Bem-Estar Social; o projeto de lei criando o Serviço Social Rural se encontra em adiantada fase de discussão no Congresso; o anteprojeto de lei que concede novos

direitos ao trabalhador rural e lhe dá meios eficazes para o exercício dos direitos atuais acaba de ser concluído pelo Ministério do Trabalho.

Nesse anteprojeto está conceituado o que se entende por trabalho, empregador e empregado rural, instituindo-se a carteira do trabalhador rural, que corresponderá à prova do contrato de trabalho ou de parceria agrícola ou pecuária. Também se estabelecem medidas de proteção ao trabalho da mulher e do menor e se assegura o direito à indenização de um mês de salário por ano de serviço para o trabalhador injustamente despedido. Cuida ainda o anteprojeto da instituição de postos de fiscalização do trabalho rural e procura estimular o trabalho de parceria, dando-lhe feição ajustada à realidade atual. No que toca ao trabalhador urbano, um dos problemas que ainda mais o afligem é o da habitação. Desde o início do atual governo, recomendei aos institutos que construíssem casas sempre para vender aos seus associados, e não somente para alugar. E, relativamente às casas que já se acham no regime de aluguel, é preciso que sejam cumpridos os dispositivos da Portaria nº 96, do Conselho Nacional do Trabalho, de 30 de dezembro de 1943. Essa portaria, que data do meu governo anterior, estipulou várias condições para a locação de casas aos associados dos institutos, como sejam, redução dos aluguéis ao mínimo indispensável à remuneração do capital invertido e compatível com o nível de vida e de salário dos beneficiados; dispensa do aluguel, enquanto viver o associado, ou sua viúva e filhos, se o imóvel tiver sido ocupado por aquele durante 20 anos consecutivos, e assim por diante.

Fui informado de que alguns institutos, com flagrante violação dessas normas, têm aumentado os seus alugueres, e nem todos os associados obtiveram os favores a que fazem jus. Já determinei providências para pôr cobro a tais irregularidades e para que sejam respeitados os direitos dos contribuintes.

Também está sendo estudada a concessão de aposentadoria aos trabalhadores por limite de idade e tempo de serviço, isto é, aposentadoria com salário integral aos que contarem mais de 55 anos de idade ou mais de 35 de serviço, calculando-se o benefício, nos demais casos, em base nunca inferior ao salário mínimo de cada região do país.

Trabalhadores, meu apelo está lançado e conto convosco, com as vossas organizações, com os vossos dirigentes, com a força coesa e disciplina

do vosso prestígio para que colaboreis melhor com o governo na gestão dos negócios públicos.

Que no 1º de Maio do ano vindouro já possais mostrar um grande avanço no sentido dessa renovação para a qual vos conclamo – são os meus votos mais sinceros, e é a grande esperança de todo o povo brasileiro.

Belo Horizonte, 31 de maio de 1952

Discurso pronunciado por ocasião do lançamento da pedra fundamental da usina Mannesmann. Vargas rememora sua preocupação com a siderurgia, relata a expansão de Volta Redonda e ressalta a importância da nova usina e do aço em geral para a indústria nacional.

O lançamento da pedra fundamental da grande usina Mannesmann representa um marco decisivo para o progresso da siderurgia mineira. É com emoção que compareço a esta solenidade altamente significativa para mim e para os objetivos do meu governo.

Era siderúrgica

Até 1930, a indústria siderúrgica no Brasil não era mais que uma tentativa incipiente, na qual nos valíamos dos recursos naturais do país em minério de ferro, carvão de madeira e calcário para a produção de ferro-gusa e de pequenos perfis, em quantidade, aliás, que mal correspondia às necessidades do consumo interno.

Quando pela primeira vez assumi o governo, já trazia no pensamento o desejo de incentivar a criação da grande indústria siderúrgica no país. A 23 de fevereiro de 1931, visitando Belo Horizonte, eu anunciava ao povo mineiro o início dessa campanha, depois de mostrar que o problema máximo da nossa economia era o siderúrgico. Preconizei a necessidade de explorar quanto antes as imensas jazidas de ferro de Minas Gerais.

Mais de 20 anos se passaram, e hoje verifico ter sido obra integral do meu governo, através de lutas que só Deus e eu sabemos quanto me custaram, o extraordinário surto da indústria do aço no Brasil.

Dessas lutas, saliento uma das maiores obstáculos me levou a enfrentar: a que arrancou as ricas jazidas de ferro de Itabira das garras de um monopólio prejudicial aos interesses do país para que fossem restituídas ao patrimônio nacional.

Desde os primeiros dias do governo provisório, todos os meios ao alcance da administração pública foram postos em prática para impulsionar a nossa siderurgia. Começamos encorajando a iniciativa particular, como no caso da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Para a construção de Monlevade, era preciso levar os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil até a estação que então se denominava São José da Lagoa, hoje Nova Era. Apesar de ser um trecho de via férrea em terreno bastante acidentado e de custo elevado para as finanças da época, não hesitou o governo, e completou-se rapidamente a ligação de Santa Bárbara à estação terminal na Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Volta Redonda

Monlevade constituiu notável progresso, e o seu concurso para o desenvolvimento industrial do país não tem sido pequeno. Nesse clima de encorajamento, prosperaram as outras usinas menores, em Minas Gerais, em São Paulo, no estado do Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

Em seguida, veio a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda. Com ela se inaugurou a grande indústria pesada em nosso país. Foi um fato inédito na história econômica do Brasil, e me conforta verificar o serviço inestimável prestado ao país por essa iniciativa de meu governo.

Hoje, Volta Redonda já contribui de maneira apreciável para a indústria nacional. Em 1951, produziu mais de 285 mil toneladas de coque, 342 mil toneladas de gusa, 465 mil toneladas de aço em lingotes e 342.500 toneladas de laminados de aço. As vendas efetuadas pela Companhia Siderúrgica Nacional durante o ano de 1951 montaram a mais de 1.475 milhões de cruzeiros – quantia bastante expressiva do valor da sua produção industrial.

Fase de expansão

O plano de expansão da usina vai sendo executado sem desfalecimentos. O capital social da Companhia Siderúrgica foi aumentado para 1.750 milhões de cruzeiros, já integralmente subscrito, e as encomendas de equipamentos nos Estados Unidos ultrapassavam 10 milhões de dólares em fins do ano passado, estando compreendidos entre os melhoramentos projetados a construção de mais um alto forno, de novos fornos de aço, da fábrica de estruturas metálicas e de novas instalações para a aciaria e a laminação.

Volta Redonda constitui hoje uma esplêndida realidade, a concretização do sonho de toda uma geração e o marco mais assinalado no caminho da evolução industrial do país, que se orgulha, a justo título, desse passo decisivo para a sua emancipação econômica.

Outras fases, contudo, ainda teremos que percorrer. Há duas décadas, naquele discurso ao povo mineiro em que lancei a campanha pelo crescimento da siderurgia brasileira, eu vos dizia que a grandeza futura do Brasil depende da exploração das suas jazidas de ferro e que o ferro é Minas Gerais.

“Aos mineiros, cujo próprio nome indica certa predestinação histórica nesse sentido, deve caber o esforço maior para a conquista dessa glória. Minas possui montanhas de ferro com capacidade para satisfazer as necessidades do consumo mundial durante séculos. Exploremo-las, adquirindo, com trabalho tenaz e inteligência prática, a abundância e a independência econômica”.

Novo empreendimento

Essas palavras foram reafirmadas por mim recentemente, quando me dirigi ao povo de Belo Horizonte na campanha eleitoral de 1950 e prometi que tudo faria para dar ao Brasil uma segunda Volta Redonda, a qual seria, provavelmente, em Minas Gerais.

Nunca duvidei de que a indústria do ferro se desenvolveria ainda nestas montanhas, que encerram nos seus flancos as maiores jazidas de todo o mundo.

Hoje venho cumprir a promessa do candidato. A pedra fundamental da grande usina Mannesmann, que hoje estamos lançando, simboliza uma nova Cidade do Aço, que se formará ao lado da primeira para impulsionar a industrialização do país.

Ao apoio que deu o meu governo a esta iniciativa veio juntar-se também a colaboração profícua e decidida do governador Juscelino Kubitschek, cuja inteligência e operosidade estão dando a Minas Gerais um impulso novo de progresso. O aumento do potencial de energia necessário para o funcionamento da usina, a concessão do terreno para sua instalação, a construção de casas para os operários constituem elementos preciosos de ajuda que devemos ao governo do estado.

A usina que aqui vai ser construída tem finalidades distintas da de Volta Redonda e representa outro passo básico no caminho do nosso reaparelhamento industrial. Vai inaugurar no Brasil a fabricação, em larga escala, de tubos de aço sem costura, em quantidade capaz de cobrir todas as múltiplas necessidades do nosso mercado interno, quer para a fabricação de caldeiras, quer para adução de água em alta pressão, quer para instalação hidrelétrica, quer enfim para o revestimento de poços de pesquisa de petróleo e de água subterrânea.

Será um grande centro industrial, em cujo derredor crescerão novas fábricas, interessando às indústrias de máquinas, de produtos químicos, de construções civis, de instrumentos agrícolas e de material refratário. Através duma industrialização de base poderemos computar os efeitos futuros sobre os meios de transporte e de produção de energia.

Importância do novo parque

A importância desse empreendimento, que o meu governo incentivou e conduziu para o terreno das realizações imediatas, pode medir-se ainda pelo fato de que, enquanto a indústria nacional de tubos de ferro fundido está em condições de atender às necessidades do consumo interno, não se fabricam, entretanto, no Brasil, tubos de aço sem costura. Por outro lado, embora exista no país produção de tubos costurados, essa produção ainda é insuficiente para as nossas necessidades.

Trata-se de produtos industriais de grande utilização e cujo consumo atinge a média anual aproximada de 75 mil toneladas, tomando-se por base o consumo normal do país, sem levar em conta o que gastam as grandes empresas ou as obras de maior vulto, como as do oleoduto São Paulo-Santos e outras, programadas pelo Conselho Nacional do Petróleo.

A produção brasileira ainda é inferior à metade dessas exigências de consumo e se avizinha da média anual de 30 mil toneladas. Isto nos tem obrigado a importar do estrangeiro a parte excedente. As importações de tubos de aço, feitas dos Estados Unidos e de outros países, oscilaram, de 1947 a 1951, em volta da média anual de 45 mil toneladas.

A grande usina Mannesmann, que vai surgir aqui, nos arredores de Belo Horizonte, visa precisamente cobrir essas necessidades e resolver, de imediato, um dos problemas capitais da siderurgia nacional, com a produção inicial prevista de 100 mil toneladas. Isto significa que não só deixaremos de importar tubos de aço para o consumo interno, mas tam-

bém teremos margem para exportar o excedente, ou, quando menos, para cobrir as exigências extraordinárias das grandes obras que forem programadas pelo governo ou por firmas particulares no sentido de desenvolver o nosso parque industrial.

Aproveitamento de nossos combustíveis

Outro aspecto a salientar, e que muito influenciou na opinião dos técnicos brasileiros que recomendaram a instalação desta usina, foi o preço relativamente barato do combustível que a alimentará. A Mannesmann não trabalhará com altos fornos, como Volta Redonda, nem fabricará gusa pelo método geralmente adotado no Brasil. Utilizará fornos rotativos Krupp-Reiner, que apenas exigem a terça parte do combustível requerido por um alto forno para a mesma quantidade de minério a ser reduzido. Mais ainda: para esse tipo de forno serve qualquer combustível, inclusive o carvão de má qualidade. Para um país pobre em combustíveis sólidos, como o Brasil, esse aspecto do método alemão é muito importante e possibilitará o emprego integral do carvão brasileiro na fabricação do aço.

Os produtos especializados que sairão desta usina virão concorrer, assim, para acrescer o número dos que são fabricados em terra brasileira e darão para cobrir as nossas necessidades em tubos de aço para a construção civil, para a engenharia sanitária, para a pesquisa e produção do petróleo e outras atividades.

Seria oportuno lembrar também que a usina Mannesmann, de um lado, e Volta Redonda, de outro, ainda não esgotarão todas as possibilidades de aproveitamento das riquíssimas jazidas de ferro de Minas Gerais. Há um outro aspecto da indústria siderúrgica que tem merecido as atenções e o apoio do meu governo. Refiro-me aos aços especiais, destinados sobretudo à fabricação de máquinas elétricas e mecânicas, de veículos de todo gênero e de ferramentas.

A Acesita e sua importância

Nesse sentido, vem-se empenhando o governo em expandir a usina de Acesita, da Companhia de Aços Especiais Itabira. Colocada em pleno Vale do Rio Doce, essa usina desempenhará também importante papel na industrialização do país. Seus produtos são indispensáveis ao desenvolvimento, entre nós, da fabricação de aparelhos e máquinas elétricas, de gôes, locomotivas, automóveis e ferramentas de toda espécie.

Dois decênios bastaram para que a indústria pesada brasileira se convertesse de uma remota esperança numa pujante realidade, ao brotarem do solo da pátria, uma após outra, as cidades industriais e as poderosas usinas onde o esforço de um povo forja e caldeia no metal incandescente, ao clarão das fornalhas, a robusta estrutura do Brasil de amanhã.

A expansão de Volta Redonda às margens do Paraíba, o nascimento da usina Mannesmann no planalto mineiro, o ímpeto das aciarias de Acesita no Vale do Rio Doce despertam novos quadrantes do país para a grande produção siderúrgica, abrem novos horizontes a essa indústria matriz, que é um dos esteios essenciais de nossa segurança militar. Nunca faltou e não faltará a esses empreendimentos, e a outros que visem os mesmos propósitos, o decisivo apoio do meu governo, que neste instante faz votos para o sucesso e prosperidade da usina cuja pedra fundamental estamos lançando e que representa um animador exemplo de inteligência e benfazeja cooperação entre capitais estrangeiros e recursos nacionais.

Brasileiros, um Brasil novo desponta, laborioso e forte, cômico de suas possibilidades, despertando, enfim, de um estéril e enganoso ufanismo para os imperativos de um porvir que se anuncia, cheio de prosperidade e grandeza. Mas é preciso que saibamos enfrentar e superar os problemas oferecidos pela realidade presente, entre os quais se coloca em primeiro plano uma industrialização inteligentemente planejada. Nessa grande obra, que será o nosso principal legado às gerações futuras, cabem a Minas Gerais um papel de destaque e uma contribuição capital para o surto de progresso que trará a riqueza, a segurança e o bem-estar à nação brasileira.

Santos, 12 de junho de 1952

Discurso pronunciado no Sindicato dos Portuários. Vargas reafirma que os trabalhadores devem continuar a defender seus direitos através da organização sindical, menciona o fim da exigência do atestado de ideologia para a eleição de dirigentes sindicais e a necessidade de regular o direito de greve e a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

Portuários de Santos, trabalhadores do Brasil,

Venho de percorrer desde ontem a cidade de São Paulo, onde se assentam os marcos de uma nova civilização. Assisti, primeiramente, à

Exposição Industrial de São Paulo, produto, em grande parte, do esforço e da iniciativa dos industriais, mas também do braço de cerca de 200 mil trabalhadores que labutam nas oficinas.

Pela manhã de hoje, nesta suave manhã de inverno, percorri a estação do oleoduto do Alto da Serra, visitei as turbinas da estação de bombardeamento, assisti ao levantamento da torre da refinaria de Cubatão e demorei-me na visita aos trabalhos do oleoduto que liga Santos a São Paulo, destinado a abastecer de petróleo e seus derivados todo o interior deste estado e do país

Sindicalismo

Desci por essa admirável Via Anchieta, obra do governo de São Paulo, que honra a sua administração, e chego aqui, em Santos, para visitar a sede do Sindicato dos Portuários. Verifico que esta sede foi adquirida à custa dos esforços dos trabalhadores, com seus próprios recursos, e constitui, por conseguinte, uma demonstração não só da capacidade dos portuários como da força da sua união, da solidariedade de todos os elementos da classe. Uma classe que consegue instalar em edifício próprio a sua associação merece, sem dúvida, os maiores elogios pela unidade que assim está demonstrando, pela vitalidade dos associados e, principalmente, pelo seu desprendimento no cumprimento e atendimento das despesas correspondentes a esse esforço. Agora estou aqui na casa dos trabalhadores, que também é a minha casa. Estou ao lado dos que sempre estiveram ao meu lado. Nos trabalhadores do Brasil, através de toda a minha acidentada vida política, encontrei o viático que me amparou nas horas amargas, que é o mesmo que me estimulou nas horas de criação e entusiasmo.

Obrigações para com os trabalhadores

Tenho a dizer, aqui, que muitas coisas ocorreram, no que concerne aos trabalhadores, durante o período em que estive ausente do governo, pois vim encontrá-las mudadas. Há sete anos compareci a esta mesma sede, que ainda naquela época não pertencia aos trabalhadores, e disse, então, palavras das quais não tenho nenhum motivo para me arrependeu até agora. Mas, por outro lado, devo dizer que algumas dessas mudanças que se deram no tratamento dispensado aos trabalhadores e que foram mencionadas pelo orador que me antecedeu podem ser reparadas. Quero

afirmar que estou sempre pronto a atender às aspirações dos operários e dos trabalhadores em geral, mas que, para isto, é necessário que eles me mandem um memorial concretizando essas aspirações, a fim de que elas sejam examinadas e resolvidas. Falou-se aqui, por exemplo, que os trabalhadores portuários desejam um novo dirigente para a Caixa de Aposentadoria e Pensões. Nada mais fácil de atender do que essa legítima aspiração, desde que todos concordassem na indicação de um só nome, se o atual ocupante do cargo não estivesse garantido pelo prazo de três anos, nos termos da nomeação feita pelo governo anterior. Eu não posso tirá-lo da função, porque a lei garante a sua permanência durante o prazo citado. É preciso deixar que esse tempo escoe para que eu possa atender às aspirações dos trabalhadores.

Quanto aos demais assuntos, como, por exemplo, o da reforma sindical, estou pronto a atendê-los, e, como disse, também essa parte deverá constar do memorial que me deverão enviar e que irá servir de base aos estudos a serem feitos.

Justiça do Trabalho

No tempo do meu anterior governo, não havia necessidade de greves, porque havia realmente a Justiça do Trabalho constituída pelos próprios trabalhadores, útil, profundamente adaptável às mais variadas circunstâncias, que resolvia os dissídios coletivos dentro de um prazo máximo de semanas ou de um mês, de modo que os trabalhadores tinham imediatamente solucionados os seus dissídios pelas decisões da Justiça do Trabalho, que era composta dos trabalhadores.

Hoje, pela Constituição, a Justiça do Trabalho não pertence mais ao Ministério do Trabalho, pertence ao Ministério da Justiça. É um tribunal vitalício e inamovível, com todas as garantias. É, portanto, uma organização burocrática onde os dissídios coletivos dos trabalhadores demoram dois, três e até quatro anos. Como esses dissídios não são resolvidos pela Justiça do Trabalho, o que resta aos trabalhadores? Resta o direito de greve. É o único protesto que eles podem fazer. A greve está garantida pela Constituição, mas não está regulamentada. É preciso, portanto, ou que esse direito seja regulamentado, ou que essas decisões da Justiça do Trabalho sejam mais rápidas e eficientes, a fim de atender às justas solicitações dos trabalhadores.

Participação nos lucros

A Constituição vigente criou também o direito do operário à participação nos lucros das empresas. Por que criou ela esse direito? Porque isso significa também uma mudança muito grande no conceito do que seja capital. Capital não é somente o conjunto de maquinaria que constitui uma empresa. Capital é também o braço do trabalhador. E como é o braço do trabalhador, é a sua técnica a força que movimenta as peças mecânicas da indústria. É justo, por isso, que também ele tenha direito à participação nos lucros das empresas.

Este assunto, porém, não foi ainda regulamentado, e, por isso, não está em execução.

A solução final, portanto, é o fortalecimento das classes operárias através das organizações sindicais. É preciso que se organizem os sindicatos, que eles elejam os seus verdadeiros representantes e que esses representantes sejam reconhecidos como os líderes da classe.

Eu bem sei que, quando está para se realizar uma eleição sindical, surgem naturalmente dois ou três candidatos: o candidato que está no gozo dos benefícios oficiais, que recebe através do Fundo Sindical e tem a vida mais confortável, e o candidato que vem de fora, o líder, o operário trazido pelos trabalhadores para substituir o outro. Mas, como este não quer sair, é muito fácil eliminar o contendor que tenha possibilidade de vencer indicando-o como comunista à polícia. Daí muitas vezes serem fichados como comunistas trabalhadores que nunca foram comunistas e que nunca participaram dessas atividades. Os próprios colegas, às vezes, levam à polícia uma indicação caluniosa, tachando-o como pertencente ao movimento comunista.

Tudo isso é preciso ter em vista a fim de defender a classe dos operários e permitir que eles elejam para presidente dos seus sindicatos os seus legítimos líderes, os reais representantes da classe, aqueles que podem realmente falar em seu nome.

É esta a liberdade sindical que eu desejo, que eu asseguro, que eu garanto. Por esse motivo preciso ter conhecimento de todo e qualquer ato que destoe desta orientação, a fim de que possa providenciar a respeito.

Quanto ao mais, trabalhadores, quero apresentar a todos o meu agradecimento por essa esplêndida recepção que me proporcionaram. Quero ainda dizer que os trabalhadores devem continuar firmes e resolutos na

defesa de seus direitos, os quais só podem ser exercidos em sua plenitude através da união das classes trabalhadoras e por intermédio da organização sindical, para que eles possam fazer valer as suas reivindicações, contribuindo, assim, para a obra comum de redenção econômico-social do povo brasileiro.

Paulo Afonso, 22 de junho de 1952

Discurso pronunciado durante visita às obras da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, destacando os benefícios do empreendimento para o Nordeste. São também destacadas as ações dos dois governos de Vargas voltadas para a questão energética.

Potencial hidrelétrico

Nas águas do Rio São Francisco escondem-se algumas das maiores riquezas do Brasil. A energia hidrelétrica, que aqui está em potencial, é gigantesca. Seu racional aproveitamento há de permitir o surto de numerosas indústrias – de tecidos, de carnes, de pescado, de cerâmica, de sal-gema, de alumínio, de cimento, de azoto sintético – associado à exploração das ricas jazidas minerais e dos recursos agrícolas de toda a região nordestina.

No período anterior do meu governo, esses problemas foram objeto de constante preocupação. O aproveitamento industrial do grande rio foi planejado conjuntamente com o represamento de suas águas e a racional distribuição destas pelas terras circundantes. Teríamos, assim, uma obra simultânea de utilização industrial e de fixação de núcleos colonizadores à margem do rio. Para esse fim baixei, em 22 de julho de 1942, o Decreto-Lei nº 4.505, que autorizou a formação de núcleos agroindustriais para a colonização do São Francisco.

Companhia Hidrelétrica do São Francisco

Foi também por iniciativa de meu governo que, em meados de 1945, começou a organizar-se a companhia que deveria explorar a energia elétrica da cachoeira de Paulo Afonso. Desde os primeiros meses do ano de 1944, essa companhia vinha sendo projetada, e o então ministro da Agricultura chegou a anunciá-la numa entrevista coletiva à imprensa, a 16 de março daquele ano, como sendo uma sociedade por ações, onde o governo federal entraria como principal subscritor, convidados todos os brasileiros a participar do empreendimento.

E no último mês do meu governo, a 3 de outubro de 1945, assinei o decreto-lei que constituiu, definitivamente, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com o capital inicial de 400 milhões de cruzeiros, sendo a metade subscrita pelo Tesouro Nacional. Pelos termos do decreto, a companhia gozaria de isenção de direitos de importação para consumo, das taxas e demais tributos a que estivessem sujeitos os materiais e equipamentos que importasse, desde que destinados às suas instalações e à conservação e exploração das mesmas; e gozaria também de isenção, durante dez anos, de todos os impostos federais, estaduais e municipais.

Por outro decreto da mesma data, foi outorgada à companhia concessão, por 50 anos, para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do rio São Francisco no trecho compreendido entre Juazeiro e Piranhas, a fim de fornecer energia elétrica em alta tensão aos concessionários do serviço público na zona compreendida dentro de uma circunferência de 450 quilômetros de raio, tendo como centro a usina, que seria construída para o aproveitamento inicial.

Assim, deixou o meu governo, em 1945, assentadas todas as bases para o aproveitamento agroindustrial e do potencial hidrelétrico de um dos maiores rios do continente americano. O que se fez depois foi uma consequência dessa preparação inicial. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco começou a funcionar em 1948 e, desde então, conseguiu vencer o tempo perdido em hesitações e empreender a primeira fase de aproveitamento da cachoeira, que foi a construção de uma usina central de 120 mil kW. Com a adição de um terceiro gerador, cuja encomenda já foi feita, essa capacidade será logo ampliada para 180 mil kW. As linhas de transmissão constam de duas linhas-tronco de 840 km de extensão e mais 1.300 km de linhas de voltagem menor, às quais se adicionará logo a linha de transmissão para o Cariri.

Acerto da medida

A companhia foi organizada sob a forma de uma sociedade de economia mista. Não errou o governo em ter preferido esse tipo de organização. A eficiência com que tem sabido levar avante os seus grandes empreendimentos é um atestado vivo do acerto e fecundidade do impulso inicial, que a criou. Esses e outros exemplos inspiraram o governo quando propôs, para a solução do problema do petróleo brasileiro, o

mesmo tipo de organização, cristalizado no sistema de economia mista da Petrobras. Estou certo de que essa forma de empreendimento há de dar, no caso do petróleo, os mesmos frutos que já colhemos da hidrelétrica do São Francisco e da usina siderúrgica de Volta Redonda.

O aproveitamento progressivo de Paulo Afonso será a maior base, ou melhor, o centro irradiador para a recuperação e o desenvolvimento econômico do Nordeste, tanto pelos efeitos diretos na área servida pelas linhas de transmissão, como pelos reflexos poderosos desse novo centro de vida nas zonas nordestinas mais distantes. Quanto mais rápido for alcançado o aproveitamento total de Paulo Afonso, mais pronta e efetiva será a vitória do homem brasileiro contra as secas que flagelam periodicamente o Nordeste e retardam o progresso do país, a despeito da fibra inigualável do nordestino.

Recuperação do Nordeste

Aqui se encontram dois problemas fundamentais para o meu governo. Um regional – o do Nordeste; outro nacional – o da energia.

O amparo aos nordestinos, castigados pela terrível seca do ano passado, que em muitas zonas ainda prossegue o seu tormento, exigiu grandes esforços de reaparelhamento administrativo e financeiro dos órgãos responsáveis pelo combate ao flagelo. Estou certo de que realizamos uma grande tarefa e de que muito ainda poderemos fazer para amparar o homem do Nordeste. Vamos completar essa obra com um programa muito mais amplo e preventivo para toda a região sujeita às secas, permitindo o aproveitamento dos recursos naturais de água e de energia, das possibilidades agrícolas e industriais imediatas, e bem assim a fixação do homem em pequenas propriedades rurais, além de outras medidas que estão sendo estudadas.

Banco do Nordeste

O Banco do Nordeste, que vai ser criado como instrumento financeiro moderno para a luta contra a seca e para cuidar da organização econômica da região, será um meio eficaz de promover, com rapidez maior do que o simples papel catalítico da usina, o adensamento agroindustrial em torno da zona de distribuição de energia. Para esse fim, não se poderá prescindir do concurso confiante e já oportuno do capital privado. Daqui faço um apelo, pois, às entidades de classe e aos homens

empreendedores do país e do estrangeiro para que tragam a cooperação dos seus capitais a fim de auxiliar o desenvolvimento da produção do Vale do São Francisco e na região de influência de Paulo Afonso.

Organização administrativa

Interesse particular merecem os setores administrativos que estão diretamente empenhados na região do rio São Francisco, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Comissão do Vale do São Francisco, a fim de aproveitar prontamente, e na maior escala, as possibilidades criadas com a liberação da energia de Paulo Afonso, cujo aproveitamento integral ultrapassará 900 mil kW.

Não contando a companhia senão com os recursos indispensáveis às obras de eletrificação, cumpre que outros serviços cuidem da irrigação e colonização, do tráfego fluvial no baixo São Francisco, das estradas de ferro e de rodagem, da rede de aeroportos, do sistema de comunicações, do saneamento rural, da saúde e assistência, da educação e ensino profissional, do fomento à produção pecuária e mineral, da industrialização e até do estabelecimento de planos diretores para os aglomerados urbanos que surgem ou que se expandirão em consequência da energia de Paulo Afonso. Também deve ser efetivada a realização do Parque Nacional de Paulo Afonso, com o fim de constituir reserva da flora e da fauna características da região, bem como de melhor aproveitar as possibilidades econômicas do turismo e de cultivar em torno da majestosa cachoeira e da pujante obra humana da sua dominação um centro acolhedor de repouso e de recreio, para nacionais e estrangeiros.

Interesse do governo

Em despacho de janeiro deste ano, determinei a todos os órgãos do governo que dessem a mais completa assistência à companhia, para o melhor aproveitamento da energia a ser gerada em Paulo Afonso, quer para beneficiamento da região, quer para a realização das fases subsequentes do seu programa de expansão. Uma lei do Congresso, oriunda de mensagem presidencial, já aumentou de 400 milhões de cruzeiros o capital da companhia, e eu vos asseguro que essa importância não será poupada, devendo empregar-se totalmente no desenvolvimento da empresa.

Assim, já estão bem adiantados os estudos e providências para a pronta realização da linha de transmissão que, no sentido norte, atingirá

o coração do Ceará, na região densamente povoada do Cariri, cujo desenvolvimento agrícola e capacidade industrial têm sido testemunhados pelo progresso do artesanato ali existente. Essa região cearense está sendo objeto de estudos definitivos, por parte da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, de acordo com a minha recomendação.

O sistema que alcança o Ceará, através de 24 municípios, servirá também à Paraíba, abrangendo seis dos seus municípios, além das áreas de oito municípios de Pernambuco.

Por sua vez, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos está examinando o sistema do São Francisco que se destina ao desenvolvimento agropecuário e industrial da região ribeirinha do grande rio, desde 100 km a montante de Paulo Afonso até sua foz.

Transporte

Também está o meu governo estudando com todo o interesse a melhoria e a ampliação da rede de transportes nesta região, a fim de que se completem as rodovias já iniciadas e o ramal ferroviário Salgado-Paulo Afonso, assim como a ligação ferroviária Paulo Afonso-Arcoverde. Estuda-se ainda a possibilidade de tornar francamente navegável o São Francisco, desde sua foz até Piranhas, proporcionando, assim, livre acesso ao tráfego marítimo em vasta região do Nordeste.

Pesquisas do subsolo

O incremento das pesquisas minerais na região beneficiada será, como já apontei de início, uma das consequências mais notáveis da exploração hidrelétrica do São Francisco. Em Olinda (Pernambuco), Arapiraca (Alagoas) e Ipirá (Bahia) há grandes jazidas de fosfatos, de que tanto depende a agricultura nacional. O sal-gema de Sergipe poderá ser a base de uma grande usina de álcalis, utilizando-se o processo eletrolítico. Também há calcários localizados em várias zonas e que servirão para fabricar cimento.

São conhecidos os depósitos de ferro de Sento Sé, bem como os minérios estratégicos de manganês e cromo, insuficientemente explorados em Jacobina, Campo Formoso e outros municípios baianos. O cobre do Caraíba, no sertão adusto da zona de Canudos, poderá ser mobilizado para a reconsolidação da indústria nacional, tão carente desse precioso

metal, desde que se construam as linhas de transmissão, a via de acesso e o suprimento de água, essenciais ao estabelecimento de uma usina local.

No ano passado, determinei o estudo definitivo do aproveitamento das minas de Caraíba, no desejo de que venham elas resolver um problema importante para a industrialização nacional e possibilitar economicamente, e a curto prazo, a linha de transmissão que deverá atingir o médio São Francisco, em Juazeiro e Petrolina.

Temos ainda o tungstênio e o berílio na Paraíba e no Rio Grande do Norte, que também serão beneficiados no plano de Paulo Afonso. Da atmosfera se extrairá o azoto para a fabricação de grande quantidade de nitrato, sobretudo para adubos.

Indústrias rurais

Entre as indústrias de origem agropecuária, assumiram importância relevante a de fibras regionais, como os excelentes algodões de fibra longa, o sisal, o caroá e outras, as de óleos e resinas vegetais, as de couros e pelos.

Com essa base industrial e novas fontes de abastecimento de matérias-primas agropecuárias, decorrentes da irrigação e da colonização, novas condições de vida se irradiarão de Paulo Afonso para todo o Nordeste, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento equilibrado da economia brasileira.

Energia

O outro grande problema que temos de resolver nesta região do país é o da energia. Está o meu governo empenhado em atacá-lo sistematicamente estabelecendo uma política nacional de energia na qual se inclui também a energia florestal.

Apresentei ao Congresso, há quase um ano, o Plano do Carvão Nacional; e, no fim de 1951, um projeto relativo à exploração do petróleo, criando uma organização com o vulto e a flexibilidade necessários a tão magno empreendimento. Numerosos projetos de eletrificação têm sido igualmente apoiados, técnica e financeiramente, pelo governo federal, que para os mesmos tem concedido créditos e patrocinado a obtenção de financiamento no estrangeiro, com a garantia de fornecimento de equipamentos.

Devemos concentrar todos os recursos financeiros e técnicos que forem precisos para coordenar a ação dos vários órgãos públicos na solução desse problema e na execução da política nacional de energia.

No meu governo anterior, o Conselho Federal do Comércio Exterior iniciou o estudo do Plano Nacional de Eletrificação, e as diretivas então firmadas estão sendo hoje objeto de estudos complementares. Solicitei ao Conselho Nacional de Economia e aos órgãos especializados da administração que realizassem trabalhos técnicos para a pronta elaboração e execução de um Plano Nacional Integrado de Eletrificação.

Foi também reconstituído e atualizado o estudo feito em 1945 pela Comissão da Indústria do Material Elétrico a fim de criar a indústria de material elétrico pesado, essencial à expansão do sistema de eletricidade no Brasil.

Se agora sofremos, em todo o país, o racionamento de energia elétrica, é porque a montagem de usinas demora longo tempo e nem as empresas privadas concessionárias nem o governo desenvolveram em tempo programas de expansão da nossa capacidade instalada, que está crescendo vertiginosamente. Tal situação não poderá ser remediada em meses, porém estão sendo tomadas medidas para que não se prolongue.

Assim, o Plano Nacional de Eletrificação, que em breve encaminharei ao Congresso, constituirá novo e poderoso elo da política nacional de energia e de uma grande reforma de base da economia brasileira.

Uma nova civilização

Brasileiros, com sincera emoção antevejo a era da conquista integral deste vale prodigioso e abençoado, onde milhões de brasileiros poderão refugiar-se, com a segurança do dia de amanhã e a certeza de que lograrão trabalhar com entusiasmo, pois na terra acharão fartura de alimentos e nas águas da cachoeira encontrarão a fonte inesgotável de energia que lhes permitirá movimentar as máquinas da civilização e do progresso.

O Nordeste inteiro há de crescer e enriquecer-se com o grande impulso industrial que partirá desta obra gigantesca, sonho de muitas gerações e esperança de numerosas populações que ainda hoje se debatem com dificuldades e entraves de toda sorte.

Um novo ímpeto civilizador há de brotar das águas do São Francisco, conquistadas pela firme vontade do homem, e dias melhores, de fartura,

de tranquilidade, de trabalho fecundo e de bem-estar social, hão de nascer no vale imenso, que foi uma dádiva e um desafio da natureza bravia à coragem, à tenacidade e ao heroísmo da nossa gente.

Candeias, 23 de junho de 1952

Discurso relembrando que foi na Bahia que pela primeira vez jorrou petróleo no Brasil, em 1939, e explicando a importância da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, Petrobras, empresa de economia mista cujo projeto de criação foi encaminhado ao Congresso, consolidando a orientação nacionalista do governo.

Brasileiros, povo da Bahia,

Uma das páginas mais notáveis da história econômica do Brasil foi escrita aqui, no Recôncavo Baiano, quando, em janeiro de 1939, jorrou petróleo das entranhas do solo pátrio, após uma incansável pesquisa de vários decênios.

Coube ao meu governo a glória de haver realizado esse descobrimento destinado a imprimir novo rumo ao progresso do país e que foi o coroamento de uma série de tentativas infrutíferas que se vieram sucedendo e multiplicando desde o começo do século. Organizou-se desde logo um plano sistemático de sondagens que tornou realidade a exploração industrial do petróleo brasileiro, embora restrita, até o presente momento, ao âmbito de uma produção para consumo local.

Moderno pioneirismo

Antes de mais nada, desejo louvar a capacidade dos nossos técnicos, a audácia dos pioneiros da penetração do subsolo pátrio e o esforço tenaz e infatigável dos trabalhadores dedicados, que, sem medirem sacrifícios, lutaram, durante muitos anos, para que se tornassem afinal realidade palpável os sonhos e as esperanças de tantas gerações.

A guerra mundial impediu que se levasse avante esse empreendimento com o ritmo acelerado que seria aconselhável. Mas, não obstante isso, as reservas petrolíferas da Bahia chegaram a produzir, no começo de 1951, 5 mil barris diários.

Com essa produção, ainda estamos muito longe de atender às necessidades do país, que consome, em média, 130 mil barris diários, prevenindo-se que, em 1953, esse consumo atingirá 170 mil.

A principal dificuldade com que nos defrontamos para resolver o problema do petróleo é de ordem financeira. Qualquer iniciativa nesse terreno exige vultosos capitais e uma diretriz política e econômica firme e persistente.

Durante o decênio de 1931-1940, o consumo de petróleo no Brasil cresceu na média anual de 6,4%; no decênio seguinte, 1941-1950, aumentou para 11,9%. Em 1951 consumiram-se no país 119 mil barris diários, que custaram ao consumidor 3 bilhões e 850 milhões de cruzeiros.

Nossas necessidades

E para fazer face a tão grande consumo, a produção brasileira ainda é insuficiente e inoperante. Somos, por isso, obrigados a importar grande quantidade de petróleo e derivados, consumindo nessa importação todas as nossas divisas no exterior. De ano para ano, as compras de petróleo bruto e de seus derivados vêm-se transformando no mais pesado encargo externo do país, tanto mais quanto essas compras são feitas em dólares. As compras do corrente ano consumirão mais de 5 bilhões de cruzeiros, representando 266 milhões de dólares. E se atentarmos em que as importações de produtos de petróleo em 1951 representaram um aumento de 50% em valor sobre as de 1950, bem se poderá avaliar qual o ritmo desse aumento de encargos. Se o problema não for solucionado em curto prazo, antes de 1956 teremos uma média anual de 10 bilhões de cruzeiros para as importações brasileiras. É difícil acreditar que tenhamos divisas para tanto.

Constitui, por isso, necessidade imprescindível o prosseguimento das pesquisas, a fim de que se possa descobrir mais petróleo, e traçar um plano sistemático de sondagens e de exploração industrial do combustível líquido mais importante para o abastecimento dos veículos de transporte e para a emancipação econômica nacional.

Petrobras e Volta Redonda

Precisamos mobilizar novos recursos financeiros, principalmente no setor da pesquisa e lavra; e só poderemos contar, de fato, com uma fonte de tais recursos: a tributação. O problema terá que ser solucionado criando-se novas fontes de receita e organizando-se as pesquisas através de uma entidade capaz de lhes dar unidade de direção e eficiência de ação.

Essas considerações levaram o meu governo a enviar ao Congresso Nacional, em dezembro de 1951, a mensagem que propôs a criação de uma sociedade de economia mista, nos moldes da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Hidrelétrica de São Francisco, já que estas constituíam eloquente testemunho de uma atividade fecunda e útil aos interesses do país. Não receio proclamar que o projeto ora submetido ao patriotismo e às luzes do Congresso Federal representa o instrumento mais apropriado para a exploração e industrialização do petróleo, além de constituir uma organização genuinamente nacional, sob o mais completo e rigoroso controle e custeada com os recursos oriundos do país.

Linha nacionalista

O projeto de incorporação da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, ou, mais simplesmente, Petrobras, visa captar, para o desenvolvimento da indústria brasileira do petróleo, as fontes de receita de que necessita e a centralização de iniciativas que lhe é indispensável. Mais ainda, consolida a orientação nacionalista, de que nunca se afastou o meu governo e que espero poder sustentar até o fim, contra todos os adversários descobertos ou embuçados e os inimigos da nossa emancipação econômica.

Orientação anterior

Outros planos tinha o governo que me antecedeu quando baixou o Decreto-Lei nº 9.881, de 16 de setembro de 1946, que autorizou a constituição de uma empresa para gerir a refinaria de Mataripe e outras refinarias – empresa essa que estaria sob o controle federal enquanto fosse insuficiente o capital particular, que não tinha limite individual de subscrição. O governo só nomearia o presidente da companhia enquanto a União tivesse mais de 25% das ações; em qualquer hipótese, os outros diretores seriam eleitos pelos demais acionistas.

Em complemento desse decreto foram enviadas ao Congresso as Mensagens nºs 61 e 62, de janeiro e fevereiro de 1948, respectivamente, com projetos de leis que reformavam completamente a orientação nacionalista do meu passado governo, propondo-se, na primeira dessas mensagens, alterações fundamentais na lei de permissões para refinação e transporte, inclusive oleodutos para abastecimento interno, facultando-se a constituição de sociedades brasileiras com 40% de sócios estrangeiros,

com limites de quotas. A segunda mensagem projetou o famoso Estatuto do Petróleo, que desde logo enfrentou um grande movimento de opinião, levando a Câmara dos Deputados a arquivá-lo.

Por certo, ninguém põe em dúvida o patriotismo dos homens públicos que pretendiam executar esse programa. Fundavam-se eles na tese de que ao Estado cabia a função pioneira e estimuladora, e não a função do controle efetivo da indústria do petróleo. Já não pensava assim, todavia, a imensa maioria do povo brasileiro.

A solução

Desde que reassumi o governo, ordenei que se reexaminasse o problema dentro da orientação nacionalista de que nunca me afastei. Pareceu-me também que, numa indústria complexa como a do petróleo e num país extenso como o Brasil, cuja grandeza depende do máximo desenvolvimento regional, o êxito de um programa dessa ordem dependeria da maior flexibilidade e descentralização das atividades executivas. A natureza desse empreendimento, embora requeira unidade de ação e orientação governamental, não exige centralização rígida, disciplinada a um departamento administrativo, no sentido estrito do termo.

No caso em estudo, poder-se-ia obter o controle do Estado sem o prejuízo da liberdade de ação industrial e comercial, indispensável ao âmbito da organização que se pretende estabelecer.

Eis por que se orientou o governo para o projeto de constituição de uma sociedade de economia mista, na qual pudesse ele reunir a maioria absoluta das ações e participar diretamente de uma empresa dotada de bastante flexibilidade, dinamismo, autonomia de ação e máxima capacidade de expansão industrial.

Cautelas necessárias

No projeto da Petrobras, a associação do capital privado ao do Estado foi estabelecida de maneira que não compromettesse, mesmo remotamente, o controle do governo sobre a sociedade de economia mista. Ao mesmo tempo, cuidou-se de reunir as fontes de receita da nova companhia ao esforço concomitante do Fundo Rodoviário Nacional, com o aumento do imposto sobre combustíveis líquidos e lubrificantes.

A Petrobras foi concebida como uma entidade ao mesmo tempo de execução direta em certos setores de trabalho e de coordenação técnica,

econômica e financeira em outros. Todas as empresas subsidiárias da Petrobras deverão constituir-se segundo o modelo da empresa central, embora mantidas com recursos financeiros pertencentes às administrações regionais e locais.

Autossuficiência

Quando posto em prática, esse plano imprimirá novo impulso a uma série de atividades relacionadas com o problema do petróleo. Espera-se, por exemplo, que a produção petrolífera do Recôncavo Baiano atinja a cifra de 25 mil barris diários dentro de quatro anos. Intensificar-se-ão as pesquisas na Amazônia, noutros estados do Norte e na bacia do Paraná. Terá início a exploração industrial do xisto betuminoso do Vale do Paraíba. Será concluída a refinaria de Santos e se construirão novas usinas, com uma capacidade adicional de refino da ordem de 100 mil barris diários, que é a média do consumo nacional. Esse plano está em fase final de estudos no Conselho Nacional do Petróleo.

Esperamos obter também a autossuficiência no suprimento de lubrificantes de origem mineral, pela industrialização do óleo bruto baiano, e a ampliação da frota de petroleiros nacionais para 500 mil toneladas.

Controle do Estado

A Petrobras será, na verdade, o próprio governo agindo no campo da indústria petrolífera, tal como já o faz na indústria do aço, através da Companhia Siderúrgica Nacional. E isto sem prejuízo do concurso do capital privado, através das subscrições compulsórias de todos os proprietários de veículos automóveis. Mas nem remotamente existe o perigo de que, através da participação do capital privado, venham a agir os grupos financeiros alienígenas, ou mesmo nacionais. Afastou-se tal perigo de vários modos: quer limitando a subscrição de ações com direito de voto, quer estabelecendo que o presidente e os diretores executivos da sociedade serão nomeados pelo presidente da República, tendo o primeiro direito de veto sobre as decisões do Conselho de Administração, quer, ainda, reduzindo a 15% o montante da participação do capital particular na sociedade, onde os estados, municípios e autarquias poderão contribuir até 25%, e a União Federal até 65% e nunca menos que 51%.

Nessas bases, a organização da Petrobras foi concebida dentro de um ponto de vista nitidamente nacionalista. Ela dará o petróleo do Brasil aos

brasileiros e tornará possíveis os recursos financeiros vultosos de que necessitamos para explorar uma das maiores fontes de riqueza da civilização.

Fundamentos históricos

Essa bandeira nacionalista, eu a venho desfraldando em toda a minha vida pública, e ninguém logrará arrebatá-la de minhas mãos. Coube ao meu passado governo elaborar a legislação de minas, que nacionalizou a propriedade e a exploração das riquezas do nosso subsolo, cristalizando-se pela primeira vez a defesa do patrimônio mineral do Brasil.

Em 29 de abril de 1938, considerando a importância fundamental do combustível líquido para a nossa economia e segurança, promulguei o Decreto-Lei nº 395, que declarou de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo.

Ficaram assim dependentes de autorização e controle do poder público a importação, exportação, distribuição, transporte e refinação do óleo mineral e seus derivados, e foi nacionalizada a indústria de refino.

Essa foi cuidadosamente regulada pelo Decreto nº 4.071, de 12 de maio de 1939. Para realizar os objetivos da lei, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, cujas funções foram depois ampliadas, inclusive para a pesquisa, lavra e industrialização, pelo Decreto nº 538, de 7 de julho de 1938.

Continuidade política

Prosseguindo na trilha da preservação e nacionalização dos nossos recursos naturais iniciada com o Código de Minas de 1934, promulguei, em 29 de janeiro de 1940, o novo Código de Minas, que está em vigor e pelo qual só podem ser sócios de empresas privadas de mineração, autorizadas a pesquisar ou lavrar minérios, os brasileiros, inclusive os naturalizados e os casados com estrangeiras. Para o petróleo, entretanto, prevaleceu a norma da exigência de ser brasileiro nato, casado com brasileira.

Ainda em 1940, pelo Decreto-Lei nº 2.615, de 21 de setembro, criou-se o imposto único sobre combustíveis líquidos e lubrificantes, importados e produzidos no país, com o objetivo de disciplinar a matéria em benefício da expansão da indústria petrolífera nacional e de prover recursos para o Fundo Rodoviário.

Em 1941, outra lei do meu governo – o Decreto-Lei nº 3.236, de 7 de maio – define o regime legal das jazidas de petróleo e gases naturais e de rochas betuminosas, existentes em território nacional, as quais per-

tencem à União, a título do domínio privado imprescritível. Nessa lei se exigiu a nacionalidade brasileira dos sócios das empresas que pretenderem autorização para mineração do petróleo. Esta foi, aliás, a diretriz firmada por mim desde a Revolução de 1930 e da qual nunca me afastei.

Interesses contrariados

Durante muitos anos a tecla favorita na campanha dos meus adversários foi o combate ao nacionalismo da minha política de governo. Entretanto, foi esse nacionalismo a couraça que defendeu o Brasil contra a incursão dos trustes internacionais.

É justificável a sinceridade dos que encaminham as suas preferências para outras formas jurídicas, como incompreensível a atitude tendenciosa dos que pretendem servir-se dum problema nacional para fazer jogo de oposição. Não os incluo entre os conhecidos advogados dos monopólios econômicos estrangeiros, nem entre os arautos dum falso nacionalismo que mal encobre sua filiação ideológica, visando novos imperialismos. Não é de espantar, pois, que se levantem agora, uns e outros, com o objetivo de torpedear e paralisar a atual proposta governamental – os primeiros porque não têm porta de acesso na nova organização, e os últimos porque, para eles, só interessa que o petróleo seja nosso, mas... debaixo da terra.

A despeito de tudo, haveremos de celebrar em breve a solução do magno problema nacional, e assim o Brasil dará mais um passo decisivo no caminho da sua emancipação econômica e industrial. E entraremos numa nova era de riqueza e de intensa produtividade, com o concomitante aumento do nível de vida do operariado e das condições de conforto e bem-estar de nossa população.

Consolidação de independência

Povo da Bahia, quis o destino que essa terra abençoada viesse a ter mais uma participação essencial no progresso do Brasil e que, no mesmo solo onde a primeira vez floresceu a civilização, também despontasse pela primeira vez o veio líquido de uma riqueza incalculável.

Por uma feliz coincidência, estamos às vésperas de 2 de julho e na proximidade do local onde ocorreu o feito histórico que essa data evoca. É grato ao meu coração de brasileiro recordar o magnífico episódio da história pátria em que o Recôncavo Baiano, por todas as suas classes,

num movimento nitidamente popular que sacrificou os haveres de centenas de famílias, marchou contra a capital ocupada para consolidar a independência nacional.

O que hoje estamos fazendo aqui é uma nova consolidação da independência. Ontem foi a independência política; hoje é a independência econômica. A Bahia marcha de novo para recuperar o seu posto de pioneira na história do Brasil – desta vez desfraldando a bandeira da nacionalização do petróleo e da emancipação da nossa economia. Também esta campanha terá que vencer dificuldades enormes, mas podeis contar com a colaboração do meu governo, que tem o inabalável propósito de conduzi-la a bom termo, quaisquer que sejam os obstáculos e os sacrifícios.

Para aqui se voltam, pois, mais uma vez, os corações ansiosos de todos os brasileiros, esperando melhores dias, em que a fertilidade incomparável da Bahia disseminará por todo o país as bênçãos e os frutos do seu solo privilegiado.

Que se cumpra o seu destino. E que a riqueza da Bahia seja hoje, como foi tantas vezes no passado, uma fonte perene de engrandecimento do Brasil.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1953

Fala à nação, transmitida diretamente do Palácio do Catete através da Agência Nacional. Vargas presta contas de seus dois anos de governo, das iniciativas tomadas e das que estão sendo planejadas.

Brasileiros,

Na consciência do dever cumprido, venho prestar-vos conta dos esforços realizados nos meus dois primeiros anos de governo para assentar em bases duradouras o progresso do Brasil.

Todo um plano de ação coerente e pertinaz vem sendo executado sem a precipitação e a inconsciência das soluções efêmeras, sem a preocupação de granjear aplausos, mas também sem desfalecimento. Dia a dia, pedra por pedra, vamos edificando um Brasil melhor, de economia mais independente e mais capaz de utilizar e multiplicar as suas energias produtivas.

Nenhum problema foi descurado, nenhuma solução adiada, nenhuma dificuldade deixou de ser enfrentada e vencida com ânimo decidido. Não nos evadimos de nenhuma responsabilidade. Nunca deixou de

ser exercida a ação pronta e eficaz do governo onde era reclamada. Os apelos vindos de toda parte do país, e principalmente das classes menos favorecidas, encontraram da minha parte uma acolhida calorosa e mereceram, como sempre, os cuidados e desvelos do governo.

Não nos preocupam a impaciência dos sôfregos, a paixão dos interesses nem a malquerença dos que se habituaram a fazer da coisa pública o pasto da sua voracidade insaciável. O país cresce e progride num clima de trabalho e paz social e só não o veem as cassandras agourentas ou os derrotistas incorrigíveis, que procuram descobrir em crises passageiras e naturais os sinais de catástrofes irremediáveis.

Nada nos desviará do rumo traçado: fazer um governo do povo, em defesa dos seus interesses e das suas necessidades, bastando-me como recompensa o apoio, a confiança e a solidariedade que nunca me faltaram e que dia a dia mais se robustecem. Encontramos o país a braços com a angustiada inflação e desaparelhado para enfrentar os múltiplos problemas decorrentes da nossa própria crise de crescimento.

A Coreia e a seca

Durante os anos de 1951 e 1952, fomos ainda atingidos pelas perturbações causadas na economia internacional pelo impacto da guerra da Coreia. No Brasil, a necessidade de maiores exportações determinou repentinas altas de preço no mercado interno ao mesmo tempo em que se verificava a elevação dos fretes marítimos internacionais e que se produzia o encarecimento, nos países de origem, das mercadorias que importamos. Por essas mercadorias tivemos que pagar de 30% a 60% a mais.

Outra grande dificuldade foi a estiagem, que, mais ou menos intensamente, alcançou boa parte do nosso território, atingindo igualmente a Argentina e, em consequência, os suprimentos de trigo que recebemos da nação vizinha. Os efeitos da estiagem se fizeram sentir particularmente nos estados do Sul, onde chegou, em algumas zonas, a ser mais severa que as de 1914 e 1932. O programa de obras públicas nas zonas atingidas e os serviços de socorro e assistência às populações flageladas consumiram, nos dois últimos anos, a soma avultada de quase dois bilhões de cruzeiros.

Tomaram-se todas as providências para remover os principais obstáculos com que se defronta o país. Foi reduzida, quando não evitada, a perda de safras. Na medida dos recursos financeiros disponíveis,

promoveu-se a melhoria dos transportes e criaram-se instalações para o mais rápido abastecimento dos centros consumidores.

Para atender aos trabalhadores já foram adotadas medidas que se antecipam ao projeto da Lei Orgânica de Previdência. Os serviços de assistência médico-social foram consideravelmente ampliados nos últimos dois anos através dos Institutos de Previdência, Caixas Econômicas e da Fundação da Casa Popular, destinando-se maiores somas à construção de habitações a preços acessíveis e também ao financiamento de serviços públicos municipais de base.

Trabalhando para o futuro

Ainda poderiam ser mencionadas outras providências visando a efeitos imediatos. Evidentemente medidas dessa ordem não bastam para resolver os problemas fundamentais de um país. Têm eles raízes mais profundas, resultam de condições orgânicas permanentes, como o crescimento demográfico, a carência de capitais, a insuficiência dos quadros técnicos e de instituições ajustadas às necessidades da economia nacional e, ainda, dos imperativos de segurança numa nação que atinge a maioria quando tremendas forças destruidoras ameaçam convulsionar o mundo.

Por isso mesmo a preocupação maior do meu governo tem sido trabalhar para o futuro, procurando resolver problemas de base da nossa economia e consolidar os alicerces do bem-estar social.

Desde o início, foi traçado um plano de ação uno, coerente, realista, cujas partes se articulam e se entrosam e cujos efeitos se farão sentir progressivamente, à medida que forem amadurecendo os frutos dos nossos esforços.

Plano de reaparelhamento

O ponto capital desse programa, que há dois anos vem sendo executado, consiste em mobilizar as nossas escassas disponibilidades financeiras para atender às necessidades crescentes do nosso desenvolvimento. Quando foi preciso reforçar os recursos próprios do país, procurou o governo obter financiamentos internacionais e investimentos de capital estrangeiro, recebendo fraternalmente os que aqui vieram para se radicar e produzir, e não apenas para especular e enriquecer.

Para dar estabilidade ao nosso processo de desenvolvimento econômico, é fundamental o combate à inflação. Neste sentido se impôs a racional compressão das despesas públicas. Apesar das reações contra essa diretriz, principalmente por parte daqueles que prefeririam ver o governo num grande regime de déficits, com prejuízo geral da economia do povo, estou certo de que assim se evitou um aumento ainda maior no custo de vida e se tornou possível mais amplo financiamento à lavoura e a todas as atividades produtivas.

Situação financeira

Ao iniciar-se o ano de 1953, estão começando a refluir as emissões feitas nos últimos meses do ano passado. É propósito do governo evitar que a circulação no fim do ano em curso ultrapasse a de 1952, a não ser nos limites estritos justificáveis pelo crescimento da população e das forças de produção.

As aplicações feitas pelo sistema financeiro, qualquer que seja a sua natureza, incluindo não somente os bancos comerciais, mas também o sistema da Previdência Social, as Caixas Econômicas e as Companhias de Seguro e de Capitalização, devem ser consideradas como um todo. Será executado um plano geral de recursos e aplicações para o sistema financeiro a ser efetivado pelo controle direto, no que diz respeito às instituições subordinadas ao governo federal, e por meios indiretos e sobretudo duma desejável cooperação no que toca às instituições particulares.

O plano geral de recursos e aplicações permitirá redistribuir o volume do crédito, respeitadas as limitações decorrentes da necessidade de evitar a inflação. Assim, dentro desse volume total, a crescer em ritmo moderado e não inflacionário, mais crédito se tornará disponível.

É desejo do governo tornar o crédito um direito de todos os brasileiros, e não um privilégio de poucos.

Quanto ao comércio internacional e à balança dos pagamentos, o governo não obteve ainda os resultados desejáveis. Além das dificuldades da situação internacional, tivemos que suportar as consequências dos negócios de compensação, anteriormente autorizados. A importação de artigos não essenciais só se fez em consequência desses ajustes de compensação, que já haviam sido firmados, ou das cláusulas dos acordos de comércio, que condicionavam a exportação de produtos nossos

não essenciais à importação de quantidade equivalente de artigos mais ou menos suntuários.

Por outro lado, se estamos hoje com atrasados comerciais, essa crise estará sanada em curto prazo, já havendo sinais de melhoras positivas. Não havia mecanismo legal que possibilitasse, sem os vícios das operações vinculadas, a exportação de produtos nossos em condições de competir com os preços do mercado internacional.

Câmbio e Banco de Desenvolvimento

O governo utilizará a nova lei de câmbio, recentemente promulgada, para instituir um sistema que aumente a nossa exportação e também para substituir, na medida do possível, o atual regime de controle da importação, feito através dos meios arbitrários e burocráticos da restrição automática, através da própria taxa cambial. Tudo será conseguido sem aumento do custo de vida e meramente pela extinção dos lucros monopolísticos dos importadores.

Foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para complementar os recursos ordinários do Estado no reaparelhamento da nossa economia. Aqui, como noutros setores, transparece o nosso empenho em submeter os problemas de organização e desenvolvimento econômico a órgãos técnicos especializados.

Com a cooperação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, já foram elaborados 23 projetos que implicam um investimento de 264 milhões de dólares, ou 7,5 bilhões de cruzeiros. Outros se acham em estudo e deverão brevemente ser concluídos elevando estes totais para cerca de 500 milhões de dólares, ou 14 bilhões de cruzeiros. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico se prepara para continuar a tarefa de planejamento, e novos projetos deverão ser elaborados para atender a setores da vida econômica não previstos pela comissão mista, como, por exemplo, a navegação de longo curso. Além disso, vultosos investimentos governamentais serão aplicados através da Petrobras e do Plano Nacional do Carvão.

Projetos em estudo

Está sendo examinada pelos órgãos competentes uma série de projetos, de iniciativa governamental ou privada, cuja execução muito contribuirá para aliviar a nossa balança de pagamentos, tanto pelo au-

mento de nossas exportações como pela diminuição das importações. Destacam-se dentre eles os da Companhia Vale do Rio Doce e do porto de Itacuruçá, que permitirão substancial acréscimo na exportação de minérios; de Volta Redonda, que elevará para um milhão de toneladas a produção da usina; os relativos à celulose e ao papel de imprensa, aos álcalis, ao enxofre e ácido sulfúrico, ao cimento, aos adubos, à construção naval, às locomotivas e, finalmente, aos tratores agrícolas. A fixação de uma política nacional de energia é ponto básico para o desenvolvimento e a emancipação econômica do país. Por este motivo, cuidei desde logo de concluir e enviar ao Congresso o plano do carvão nacional e o programa do petróleo. Estuda-se nesse momento uma ação mais ampla e sistemática para a eletrificação do país.

Produção agropecuária

Preocupação dominante no meu governo tem sido o desenvolvimento da agricultura e o amparo ao homem do campo. Além dos efeitos benéficos que resultarão da melhoria dos transportes, da eletrificação das zonas rurais e da expansão das indústrias básicas, inclusive as de máquinas agrícolas, as de fosfatos e adubos azotados, o governo está levando a termo um programa sistemático para fomentar a produção agropecuária e melhorar as condições de vida de nossas populações campestres.

Além das medidas que visam à expansão do crédito agrícola e à simplificação de suas formalidades, para torná-lo mais acessível ao pequeno produtor, enviei ao Congresso projeto de lei destinado a abrir facilidades novas ao financiamento do trabalho rural. Em benefício da lavoura foi ainda aprovado pelo Congresso um sistema de preços mínimos.

Também estamos empenhados em desenvolver em todo o país uma rede de matadouros industriais, silos, armazéns e frigoríficos. Estudam-se, igualmente, os meios de promover o melhor aproveitamento das terras não cultivadas, sobretudo em volta dos centros consumidores e ao longo das vias de transporte.

Particular atenção vem sendo dispensada à imigração de técnicos e de bons colonos que venham contribuir para desenvolver a produção, trazendo para o Brasil a sua experiência de trabalho agrícola organizado.

O aparelhamento dos portos, o reequipamento e modernização das redes ferroviárias e rodoviárias, o aproveitamento das fontes de energia, com a construção de centrais elétricas, a exploração intensiva das riquezas do

nosso subsolo, a expansão das indústrias de base, a mecanização agrícola e as facilidades do crédito rural, o saneamento financeiro e a manutenção do valor da moeda, o aumento da produção e das exportações estão destinados a melhorar as condições materiais do país e a fornecer os instrumentos de que necessitamos para a expansão e a circulação da riqueza e dos frutos do trabalho comum.

Há um plano de governo

Nesse conjunto de providências ressalta a unidade orgânica de um plano de governo que foi traçado desde o início e que está sendo executado com perseverança, sem preocupações imediatistas e demagógicas, sem vaidades pessoais – unicamente com o sentimento de fé e confiança no futuro do Brasil e com o desejo sincero e ardente de edificar para os dias que hão de vir, para as gerações que estão crescendo e que formarão a grande pátria de amanhã.

Governantes e cidadãos, trabalhadores e soldados, servimos todos a uma realidade maior, que nos transcende. Nós somos o transitório, só a pátria é eterna – como eterno é o amor que lhe dedicamos.

Confiança e fé no futuro do Brasil

Meu governo nasceu de um movimento livre de opinião e há de conservar-se dentro da legalidade constitucional. Brotou de um movimento irresistível de regeneração política e há de manter-se num espírito de rigorosa moralidade administrativa. Surgiu de uma aspiração veemente de justiça social das massas trabalhadoras – e não descansarei enquanto não der ao povo humilde e sofredor a segurança econômica e uma participação maior nos benefícios da riqueza comum.

Propusemo-nos dar bases orgânicas ao progresso do Brasil e por isso nos lançamos a um plano de ação construtivo, que há de preservar o nosso futuro. Depois que assegurarmos ao país o de que ele mais carece – energia, estradas, transportes, produção abundante, industrialização e prosperidade econômica –, só então poderemos consagrar-nos, tranquilamente, a outras tarefas.

Volto a dizer-vos que é preciso trabalhar, produzir, exportar cada vez mais para atingirmos completa emancipação econômica.

Saibamos todos construir com amor, com fé, com perseverança, não para o capricho e vaidade de um momento que passa, mas para a conti-

nuidade dos tempos que virão, para o que renasce, e dura, e se desdobra na sucessão interminável das gerações. Só os que constroem com esse desprendimento pessoal e espírito público, com essa dedicação à causa comum, acham abrigo e conforto na justiça da história.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1953

Discurso pronunciado no Palácio do Catete, em solenidade comemorativa do pleito eleitoral que três anos antes reconduzira Vargas à Presidência da República. O presidente enumera as realizações de seu governo em diversos campos, afirmando que só não as veem “aqueles a quem o ódio põe escamas nos olhos, ou ainda outros a quem os interesses e as paixões obliteram o senso de justiça”.

Brasileiros,

Três anos já decorreram desde o pleito memorável em que, reafirmando o sentido histórico do 3 de outubro, o povo brasileiro, através da mais impressionante manifestação da sua vontade livre, me chamou a presidir de novo os destinos da pátria.

Uma candidatura que nasce dos anseios populares

Não podendo esquivar-me aos apelos populares, decidi-me a arrosar as incertezas e as agruras da batalha democrática, na serena convicção de que a simpatia das massas e a confiança da gente humilde me bastavam para a vitória, contrariando os prognósticos pessimistas da política profissional. Minha candidatura não contou com os favores do bafejo oficial nem recorreu aos métodos corrosivos e demagógicos da oposição sistemática.

Triunfante na decisão das urnas, voltei ao governo com a profunda consciência das ingentes responsabilidades e dos árduos deveres que me eram impostos. A experiência da minha vida devotada ao serviço da nação não me deixava ilusões quanto aos graves problemas que me caberia enfrentar.

A despeito dos fatores adversos com que tive de lutar e ainda venho lutando, num período notoriamente difícil para o Brasil, como para o mundo todo, não vacilei um só momento em seguir, com passo firme, o rumo que as necessidades essenciais do país apontavam.

Ultrapassada a primeira metade do novo período presidencial

Ultrapassada a primeira metade do meu mandato presidencial, conforta-me verificar que, apesar de tantos obstáculos, o governo apresenta um acervo considerável de serviços e realizações que envolvem todos os aspectos da vida nacional.

Forçado, inicialmente, a adotar rígida política de compressão de despesas para lograr o saneamento do meio financeiro, nem por isso foram prejudicadas as obras de interesse público. E, contrastando com os déficits dos exercícios anteriores, a execução dos orçamentos federais de 1951 e 1952 registrou saldos apreciáveis, não obstante os onerosos compromissos do Tesouro, inclusive o pagamento de vultosas dívidas flutuantes que vinham dos anos precedentes.

O problema dos atrasados comerciais

Vêm sendo tomadas drásticas providências para solucionar o problema dos atrasados comerciais, decorrentes do desequilíbrio em nossa balança de pagamentos e que têm constituído a maior dificuldade financeira do país. Resultante de uma necessidade indisfarçável, a política de controle das importações permitiu grande aumento das disponibilidades nacionais de artigos básicos para o progresso da lavoura e da indústria. Esse progresso, acelerado pela ação do governo, debelará a crise atual de comércio e de câmbio, que decorre do próprio desenvolvimento do Brasil e do conseqüente aumento na sua capacidade de consumo.

Os problemas de base, de que depende toda a vida econômica nacional, foram enfrentados corajosamente.

A criação da Petrobras

O Congresso acaba de consubstanciar em lei o plano governamental para a exploração do nosso petróleo. A Petrobras não somente assegurará o desenvolvimento da indústria petrolífera nacional, como contribuirá decisivamente para limitar a evasão de nossas divisas. Constituída com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobras resulta de uma firme política nacionalista no terreno econômico, já consagrada por outros arrojados empreendimentos em cuja viabilidade sempre confiei. Quando se construía Volta Redonda, muitos descreeram de suas possibilidades, mas hoje a grande siderurgia se ergue como um testemunho irrefragável da capacidade criadora nacional. Quando

foram lançadas as bases da usina de Paulo Afonso, houve igualmente quem vaticinasse o insucesso da obra grandiosa, que em breve será o esteio de toda a economia nordestina. Conquistas como essas revigoram a confiança no poder realizador do nosso povo e nos dão a certeza, contra a opinião dos negativistas, de que levaremos a bom termo a exploração do petróleo brasileiro. É, portanto, com satisfação e orgulho patriótico que hoje sancionei o texto da lei aprovada pelo Poder Legislativo e que constitui novo marco da nossa independência econômica.

Também foi sancionado recentemente o programa nacional de exploração e aproveitamento industrial do carvão, que contribuirá decisivamente para apressar o ritmo em que se processa o nosso desenvolvimento industrial.

O Plano Nacional de Eletrificação

Estão quase concluídos os estudos pertinentes ao Plano Nacional de Eletrificação, que nos dará, para o futuro, a segurança e a tranquilidade do abundante suprimento de energia elétrica, à altura das solicitações do nosso surto industrial. Nesse propósito já encaminhei ao Congresso dois projetos de lei destinados a garantir os recursos financeiros necessários à execução desse importante programa.

As obras de Paulo Afonso prosseguem vigorosamente, graças ao cuidado constante do governo em apressar a sua conclusão. Vários empreendimentos destinados a suprir as necessidades regionais de energia elétrica estão em andamento devido à assistência técnica e ao apoio financeiro do governo federal. Manaus, Belém, Fortaleza se beneficiarão dentro em breve desse programa. As futuras centrais elétricas de Itutinga, Salto Grande, Capivari e Candiota trarão alívio à atual emergência de escassez de eletricidade.

Ampliação da indústria siderúrgica

Dentro de alguns meses, começará a funcionar a segunda usina de Volta Redonda. Cada vez mais se afirma a importância econômica desse empreendimento gigantesco do meu governo passado. Ainda para o desenvolvimento da nossa siderurgia, o governo incentivou a concretização do projeto de instalação da Companhia Mannesman em Minas Gerais. Por sua vez, foi consideravelmente ampliada a produção da Companhia Vale do Rio Doce, que em 1952 exportou mais do dobro do

minério de ferro que havia exportado em 1950, beneficiando-se ainda aquela empresa com o reaparelhamento da via férrea Vitória-Minas e com a expansão da usina da Acesita.

Novo surto industrial

Outras e vultosas iniciativas atestam igualmente o empenho do governo em promover o desenvolvimento industrial do país. Já se acha praticamente ultimada a duplicação da refinaria de Mataripe e intensificam-se os trabalhos da refinaria de Cubatão, com a qual se conjugará uma nova fábrica de fertilizantes nitrogenados, que será grandemente benemerita para o incremento e a racionalização das atividades agrícolas. Devidamente reestruturada, a Fábrica Nacional de Motores iniciou a fase de operação propriamente industrial, com a produção progressiva de caminhões, dando começo também a um programa semelhante para tratores. Foi estimulada a fabricação no Brasil de locomotivas, vagões e outros implementos de aparelhagem ferroviária. Teve também o apoio governamental a indústria de peças de veículos automotores. A construção naval mereceu o encorajamento do governo. Desenvolveu-se atualmente grande número de empreendimentos ligados à indústria metalúrgica, química de base, mecânica e de beneficiamento de produtos agrícolas.

Mecanização e fomento da lavoura

A mecanização da lavoura tem sido uma das preocupações dominantes do governo. Criou-se o Fundo Nacional de Mecanização Agrícola, cujos recursos já sobem a 150 milhões de cruzeiros. Um empréstimo de 18 milhões de dólares foi obtido para custear a aquisição de maquinaria agrícola. Deu-se caráter prático e efetivo à assistência técnica e financeira aos lavradores, facilitando-se-lhes o crédito e habilitando-os ao manejo dos novos instrumentos de trabalho mecanizado.

O financiamento à lavoura e à pecuária aumentou de quase 90% entre 1950 e 1952. Estão presentemente no Congresso os projetos elaborados pelo governo para dar ao seguro agrícola bases novas e definitivas e para facilitar o crédito aos agricultores, através da cédula rural pignoratícia e hipotecária.

Projetos de lei enviados ao Congresso Nacional

Esperam também a aprovação do Legislativo outros planos governamentais, que se consubstanciam nos projetos para criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, da Carteira de Colonização do Banco do Brasil e do Serviço Social Rural, todos de grande interesse para a agricultura. Reveste-se de igual importância a criação da Comissão Nacional de Política Agrária, destinada a elaborar o projeto de reforma agrária que em breve remeterei ao Congresso. Está em marcha um vasto plano de construção de armazéns, silos e frigoríficos orçado em 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros. Os resultados já obtidos no fomento à produção do trigo atestam a eficiência dessa ampla política de amparo às atividades rurais. Basta dizer que a atual safra desse cereal é estimada em cerca de 400 mil toneladas, isto é, duas vezes a safra obtida no ano agrícola de 1951-1952. No Ministério da Agricultura e na Comissão do Desenvolvimento Industrial trabalha-se para dar todo o apoio e todo o incentivo às indústrias de alimentação. Enviei mensagem ao Congresso propondo a criação do Instituto Nacional do Babaçu, destinado a coordenar e industrializar a exploração de uma das nossas maiores riquezas.

O problema dos transportes

Atacou o governo, sem desfalecimentos, o problema essencial dos transportes. O plano rodoviário nacional vem sendo executado sistematicamente, contando já agora com os benefícios da Lei do Fundo Rodoviário. As obras da Estrada Rio-Belo Horizonte e a construção da São Paulo-Belo Horizonte completarão o triângulo rodoviário básico do centro industrial do país. Os estados e municípios, para a construção de estradas de rodagem, já receberam da União recursos num total de quase 3,5 bilhões de cruzeiros, desde o início do meu governo.

O Plano de Reaparelhamento Ferroviário, elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos com o maior rigor técnico, prevê a expansão de todo o sistema ferroviário brasileiro, já estando em execução no que diz respeito a algumas ferrovias. Pode-se afirmar que, no Brasil, jamais se fez trabalho de tamanha envergadura em benefício da nossa rede de estradas de ferro. Releva notar aqui que o trabalho de planejamento realizado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos inclui também projetos de construção de usinas elétricas, de expansão rodoviária, de

reaparelhamento dos portos, de reequipamento da marinha mercante e de obras de armazenagem.

Quanto aos transportes marítimos e fluviais, está em andamento largo programa de reaparelhamento dos portos, obra cuja relevância vem sendo reconhecida e em que estão sendo empregados mais de 2,5 bilhões de cruzeiros.

Problemas regionais

Também se destaca, pela sua importância, a criação do Banco de Desenvolvimento Econômico, cujos resultados já se fazem sentir no incentivo ao progresso do país. Por outro lado, a recente criação do Banco do Nordeste veio trazer precioso estímulo à produção de uma vasta região, cuja economia tanto necessita de amparo.

A assistência aos flagelados e a intensificação das obras contra as secas foram alvo de ingentes esforços nestes dois anos e meio de minha administração. Toda uma série de medidas foi tomada em defesa da indústria açucareira nordestina.

No seu programa de ajuda aos sistemas econômicos regionais, o governo vem apoiando a iniciativa conjunta dos estados que se empenham no desenvolvimento da bacia do Paraná. Já foram elaborados os projetos para a próxima execução das obras necessárias ao aproveitamento dos recursos hidrelétricos do Vale do Paraíba.

O Plano de Valorização da Amazônia entrou na sua fase executiva e prática para solucionar os problemas daquele imenso potencial de riquezas. A recuperação econômica do Vale do São Francisco já é uma realidade em marcha, corporificada em medidas que se destinam à regularização do regime do rio, controle das inundações, navegação permanente, abundante energia elétrica, irrigação, colonização e melhoria das condições de vida das populações marginais.

Dentre as iniciativas do governo cumpre ressaltar o plano de obras de abastecimento de água para os municípios do interior. Já foram contempladas 343 localidades em diferentes regiões do país, e a execução total do programa beneficiará cerca de 750 cidades, com a mobilização anual de verbas de 800 a 850 milhões de cruzeiros.

Seguro e previdência social

No campo da assistência aos trabalhadores, os planos de previdência social se ampliam num ritmo sem precedentes, incluindo os auxílios à maternidade, o desenvolvimento do serviço médico-social e o vasto programa de construções e de financiamento da moradia própria através da Fundação da Casa Popular, dos Institutos e Caixas Econômicas. Encontra-se no Congresso um projeto destinado a organizar e sistematizar todos os serviços de previdência social. Também depende de aprovação legislativa o plano de ampliação dos serviços do Saps, para estender a todo o país os benefícios dos restaurantes populares.

A Comissão do Bem-Estar Social prossegue nos seus trabalhos e estudos sobre os padrões de vida e orçamentos familiares a fim de melhor orientar a política econômica e social do governo. Aumentou-se o salário mínimo em todo o país, melhoraram-se as condições de aposentadoria, foi regulamentado o instituto de seguro por acidentes do trabalho e projetadas, em bases mais amplas, as condições de proteção aos trabalhadores rurais.

Educação e saúde

No âmbito da educação e saúde foram incentivadas as campanhas sanitárias e iniciado o combate em larga escala à esquistossomose. Foi ampliado o Fundo Nacional do Ensino Primário e Normal, instituída a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, visando a facilitar a todos as oportunidades de adiestramento científico e técnico. Ainda há dois dias tive a satisfação de inaugurar o Instituto de Puericultura, primeira unidade concluída da monumental Cidade Universitária, obra que delineou o meu governo passado e que será o nosso mais importante centro educacional.

Projeto de reforma administrativa

Estendendo-se por tantos setores da vida nacional, os cuidados do governo também se dirigiram para a própria estruturação dos órgãos do Executivo, a que procurou dar sentido mais racional e sistemático, ação mais pronta e mais eficiente, através da reforma administrativa, cujo projeto já se encontra em discussão no Congresso.

Importância das realizações do governo

Eis aí, em traços rápidos, o esboço das principais realizações do governo. Por certo, muitos desses empreendimentos só mais tarde poderão ser devidamente apreciados em toda a sua importância e significação, pois são trabalhos fundamentais, que demandam tempo, constância e sacrifício, como tudo que se constrói para o futuro, para durar como um bem conquistado e não para atrair os fáceis aplausos das obras de fachada, das coisas efêmeras e imediatistas. Mas são evidências que não podem ser negadas nem obscurecidas. Aos que acusam o governo de omissos, ausentes ou inoperantes, respondemos com a força convincente dos fatos. O povo escolheu um governo que, quando diz, faz; quando promete, realiza; quando empenha a palavra, cumpre. Só não o compreendem os que esperam milagres ou aqueles a quem o ódio põe escamas nos olhos, ou ainda outros a quem os interesses e as paixões obliteram o senso de justiça.

Bem sabeis que obstáculos se levantaram ante o esforço do governo. O desequilíbrio econômico que adveio da guerra e que se prolongou nestes anos de recuperação mundial trouxe perturbações para o comércio e para a economia dos povos. Não nos preparamos para enfrentá-las, mas tivemos que sofrer as suas consequências. O desajustamento da balança comercial, a inflação decorrente das emissões em larga escala impostas pelos déficits orçamentários, o desaparecimento material do país e o desnível entre o aumento da produção e as exigências do consumo acarretaram problemas cuja gravidade não podia ser disfarçada através de soluções de emergência.

De ânimo sereno e resolutos cuidou o governo de fazer face a esses entraves, agindo e trabalhando para vencê-los, enquanto os exploradores das horas amargas procuravam utilizá-los como instrumento de seus ódios e interesses facciosos. Obstinaram-se em ferir o governo que procurava dar remédio aos males da nação. Mas o Brasil já se cansou desses flibusteiros de uma política viciosa e superada, que antes rondavam à porta dos quartéis e hoje assentam suas vãs esperanças nas agitações demagógicas.

Evocação histórica da Revolução de 30

Brasileiros, lembramos neste dia carregado de destino a revolução que veio renovar a nossa vida pública e iniciar a redenção das massas trabalhadoras através da legislação social. A sua vitória, alcançada

pelas armas do povo, sagrou-se historicamente com o enorme progresso do país nestes anos tão intensos, tão ricos de acontecimentos para o Brasil e para o mundo.

Levar avante o progresso da nação é a árdua mas glorificadora tarefa que nos incumbe. Não esmoreceremos em meio da jornada nem daremos ouvidos aos que se detêm num passado de rancores e decepções. Havemos de prosseguir em nosso caminho de realizações e empreendimentos, porque vamos ao encontro das radiosas esperanças com que nos acena o futuro da pátria.

Petrópolis, 1º de maio de 1954

Discurso de comemoração do Dia do Trabalho pronunciado no Palácio Rio Negro e transmitido pelo rádio. Vargas anuncia o aumento do salário mínimo e outras medidas de interesse dos trabalhadores, entre elas, mudanças na previdência. Ressalta a importância de os trabalhadores participarem da política “Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo”.

Trabalhadores do Brasil,

Neste 1º de Maio, tão grato a quem, como eu, se acostumou a ver em vossa nunca desmentida solidariedade o maior motivo de alento para continuar devotado ao serviço da pátria e à causa da reforma social, quero estar convosco, em espírito e sentimento, participando das vossas alegrias, na data consagrada à exaltação do vosso esforço e heroísmo. Prefiro dirigir-me a todos aqui desta sala de trabalho para vos levar, no recesso dos lares, onde mais prementes se fazem sentir as vossas necessidades, ou nas concentrações de praça pública onde vos reunis agora para ouvir a minha palavra, a boa nova de que o governo vos fez justiça, atendendo aos vossos reclamos, aos vossos desejos e às vossas legítimas reivindicações.

Revisão dos níveis de salário mínimo

Rememorando os sucessos e realizações destes últimos 12 meses, posso proclamar com orgulho que o governo soube honrar a linha política que tem norteado toda a minha vida de homem público: engrandecer a pátria e fortalecê-la economicamente, através do estímulo e do amparo ao trabalho. Foi levado avante, sem sombra de desfalecimento,

o meu desígnio supremo que visa à valorização do trabalhador brasileiro e à plena concretização da justiça social.

Quando, em 1951, assumi o governo, um dos meus primeiros atos foi determinar a revisão dos níveis de salário mínimo, fixando novos montantes que até hoje vigoram. No correr do último ano foram procedidos estudos a fim de promover novo reajustamento, indispensável para vos assegurar uma remuneração digna do vosso esforço e capaz de garantir a satisfação das vossas necessidades de subsistência. A rápida industrialização e a expansão econômica do país geraram uma acentuada desproporção entre o nosso surto de progresso e o nível dos salários. O crescimento vertiginoso da arrecadação do imposto de renda, que subiu de 310 milhões em 1939 para 10 bilhões em 1953, mostra que o aumento da riqueza privada e o vulto dos lucros das classes abastadas estão em contraste chocante com o índice dos salários.

Hoje, depois de um exame cuidadoso do assunto em todos os seus aspectos, computadas e sopesadas cifras colhidas em todo o Brasil, consultados os competentes órgãos técnicos, é com alegria e particular emoção que vos anuncio a fixação dos novos níveis de salário mínimo, condizentes com as vossas aspirações e destinados a vos proporcionar melhores condições de vida. Fruto de um trabalho metucioso, amadurecido e pensado, essa medida vem assegurar a devida retribuição ao vosso denotado labor de todos os dias e, por outro lado, se enquadra perfeitamente dentro das possibilidades e dos recursos das nossas classes patronais. Os que vivem a apregoar, por convicção ou por espírito de oposição sistemática, que o custo de vida aumentou assustadoramente devem ser os primeiros a reconhecer que a elevação dos salários é uma necessidade imposta pela atual conjuntura econômica. As publicações jornalísticas sobre o encarecimento da vida estão fornecendo preciosos subsídios aos estudos do Ministério do Trabalho para melhorar os salários profissionais dos trabalhadores da imprensa.

Para chegarmos ao feliz resultado que hoje se concretiza, muito contribuiu a ação dos sindicatos de trabalhadores de todo o país, ao reivindicar, usando dos seus direitos, uma remuneração mínima indispensável para satisfazer as suas necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Nesta campanha em que estivemos juntos e em que juntos partilhamos a alegria da vitória, é justo ressaltar a participação destacada do

ex-ministro do Trabalho João Goulart, incansável amigo e defensor dos trabalhadores, que se desvelou dia e noite nos seus esforços para atendê-los; do atual ministro interino, Hugo de Faria, que soube continuar a obra de seu antecessor; e do ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, que deu a valiosa colaboração da sua experiência e do seu conhecimento aprofundado dos assuntos econômicos e financeiros aos estudos para conseguir uma fórmula capaz de corresponder aos desejos dos trabalhadores.

Acidentes no trabalho e habitação popular

A par dessa providência de interesse vital para o trabalhador brasileiro, foram tomadas inúmeras outras medidas destinadas a trazer-vos benefício imediato. Promoveu-se a Campanha de Prevenção dos Acidentes de Trabalho, acompanhada de uma série de atos inspirados no propósito de vos garantir maior conforto e segurança no labor quotidiano; prosseguiu o governo nos seus esforços no sentido de reduzir a carência de moradia para o trabalhador, e, apesar de todos os tropeços que dificultam a sua ação nesse terreno, foram feitos progressos substanciais, sendo de notar que o decreto regulamentando a cooperação técnica e financeira entre a União e os órgãos locais para a construção de habitações populares abriu novas perspectivas à solução do importante problema.

O novo regulamento da Previdência Social

Já no fim do meu anterior governo era uma das minhas maiores preocupações assegurar o reajustamento e a atualização do nosso sistema de seguro social, de modo a atender as exigências do trabalhador brasileiro nas suas múltiplas categorias de atividades. Em 1945, eu vos anunciara essa reforma, que se tornava cada dia mais indispensável. Durante a campanha eleitoral de 1950, no discurso que pronunciei nesta cidade de Petrópolis, reiterei o meu propósito de retomar os estudos do projetado Instituto dos Serviços Sociais do Brasil aproveitando as pesquisas feitas, completando-as e adaptando-as às necessidades atuais.

Um substancial progresso nesse terreno acaba de ser assegurado com a promulgação do Regulamento Geral dos Institutos de Previdência Social. Esse ato virá trazer benefício efetivo a cerca de 3 milhões de trabalhadores e 7 milhões de dependentes, além daqueles que poderão, através de contribuição facultativa, participar das vantagens da Previdência Social.

Ficam doravante definitivamente abolidas as diversidades de condições exigidas aos assegurados dos vários institutos, que terão, a partir deste 1º de Maio, uniformizados os prazos de carência, o plano de custeio e o de vantagens e benefícios. As pensões, até agora limitadas ao máximo de pouco mais de 600 cruzeiros mensais, e as aposentadorias, restringidas a um limite que apenas ultrapassava a cifra dos mil cruzeiros por mês, de agora em diante serão proporcionais aos salários realmente percebidos, desaparecendo o injusto desequilíbrio entre o que o trabalhador recebe em atividade e o que lhe era atribuído na hora da doença ou da incapacidade física.

Além da aposentadoria por velhice ou invalidez, os institutos passarão a propiciar a chamada aposentadoria ordinária, correspondendo a um justo anseio dos que desempenham atividades penosas ou insalubres e que terão assim garantido o merecido repouso aos 55 anos de idade, com remuneração, em numerosos casos, correspondente ao salário integral. Aos associados de todos os institutos será também assegurada, em virtude dos dispositivos do referido ato, a extensão do auxílio-maternidade, que, concedido aos industriários por decreto de 1952, já beneficiou mais 150 mil famílias operárias.

Por outro lado, cria o regulamento o auxílio-matrimônio, a ser proporcionado às pensionistas que se casarem, atendendo-se desse modo a um dos mais relevantes objetivos da assistência social e favorecendo a defesa e a preservação da família. Esse ato de tanta significação social lança também as bases para a futura participação do trabalhador rural nos benefícios da previdência.

Igualmente foi dado um importante passo no sentido da inclusão dos profissionais liberais e dos trabalhadores autônomos e domésticos no sistema geral de assistência. É prevista também a organização da comunidade médica da previdência social, para racionalizar e aperfeiçoar os serviços médicos assistenciais.

Por decreto de 2 de abril último, assegurei também a direta e ativa participação dos contribuintes na gestão dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, através da eleição dos membros dos seus conselhos fiscais pelos próprios trabalhadores.

Todos esses atos serão integrados, completados e ampliados na Lei Orgânica da Previdência Social, que se encontra entregue ao exame do

Congresso e que assegurará a regulamentação geral e sistemática de todos os nossos serviços de amparo ao trabalhador.

Amparo ao trabalhador rural

Um dos aspectos mais marcantes do meu atual governo é o seu cuidado em beneficiar o trabalhador rural e conceder-lhe as garantias que a legislação social já assegura ao operário urbano. Nessa obra de valorização do homem do campo, a par do vasto programa de mecanização da agricultura, que vai sendo levado avante e que já supera nesses três últimos anos tudo o que foi feito antes no sentido de proporcionar aos nossos lavradores instrumentos modernos e eficientes de trabalho, tenho procurado de toda forma recompensar os nossos camponeses pela sua valiosa contribuição para o nosso desenvolvimento econômico. Ainda se encontram na dependência da aprovação legislativa importantes projetos que encaminhei ao Congresso destinados a imprimir maior flexibilidade às atividades financeiras rurais e a dar assistência social efetiva ao nosso trabalhador campesino. Refiro-me ao projeto criando a cédula rural pignoratícia e ao que estabelece o Serviço Social Rural.

Em 5 de abril último submeti ao Congresso um importante projeto que estende aos empregados rurais os preceitos da legislação trabalhista, com as alterações requeridas para a sua aplicação prática. Dentre as normas específicas que consigna, devem ser ressaltadas a garantia de estabilidade, a instituição da Carteira do Trabalhador Rural, os dispositivos relativos à duração da jornada de trabalho, à proteção do trabalho do menor e da mulher e à filiação obrigatória ou, conforme o caso, facultativa ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. A aprovação desse projeto será justa recompensa à grande classe dos trabalhadores rurais, principais responsáveis pela estabilidade e prosperidade da nossa economia, e virá atender aos seus mais justificados reclamos.

Ampliação do Saps

Quero ainda mencionar outro importante aspecto da assistência ao trabalhador, realizada pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social, que comemora hoje 15 anos de existência e que vem prestando relevantes benefícios à classe operária. De 1951 até agora o Saps aumentou de sete para 15 milhões o seu total de fornecimento diário de refeições. Onze novos restaurantes, quatro refeitórios, cinco armazéns

distribuidores foram criados. Deverá o Saps, dentro em pouco, iniciar a distribuição, nos próprios locais de trabalho, de refeições preparadas pelas cozinhas centrais.

Política de constante proteção ao trabalhador

Trabalhadores do Brasil, como vedes, tudo o que depende da ação do governo, no âmbito das suas faculdades constitucionais, tem sido feito para que não faltem amparo e assistência às massas trabalhadoras. Todas as medidas que dependem de aprovação legislativa têm sido propostas ao Congresso para que se convertam em lei. As promessas que vos fiz estão sendo cumpridas, como estão sendo saldados os compromissos que assumi. As dívidas que contraí com o povo estão sendo resgatadas. Tenho realizado por vós tudo o que posso e mais do que posso.

Não me perdoam os que me queriam ver insensível diante dos fracos e injusto com os humildes. Continuo, entretanto, ao vosso lado. Mas a minha tarefa está terminando e a vossa apenas começa. O que já obtivestes ainda não é tudo. Resta ainda conquistar a plenitude dos direitos que vos são devidos e a satisfação das reivindicações impostas pelas necessidades. Tendes de prosseguir na vossa luta para que não seja malbaratado o nosso esforço comum de mais de 20 anos no sentido da reforma social, mas, ao contrário, para que esta seja consolidada e aperfeiçoada.

É necessária a união e a organização dos trabalhadores

Para isso não cabe nenhuma hesitação na escolha do caminho que se abre à vossa frente. Não tendes armas, nem tesouros, nem contaís com as influências ocultas que movem os grandes interesses. Para vencer os obstáculos e reduzir as resistências, é preciso unir-vos e organizar-vos. União e Organização devem ser o vosso lema.

Há um direito de que ninguém vos pode privar, o direito do voto. E pelo voto podeis não só defender os vossos interesses como influir nos próprios destinos da nação. Como cidadãos, a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituíis a maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo.

A satisfação dos vossos reclamos, as oportunidades de trabalho, a segurança econômica para os vossos dias de infortúnio, o amparo às vossas famílias, a educação dos vossos filhos, o reconhecimento dos

vossos direitos, tudo isso está ao alcance das vossas possibilidades. Não deveis esperar que os mais afortunados se compadeçam de vós, que sois os mais necessitados. Deveis apertar a mão da solidariedade, e não estender a mão à caridade.

Trabalhadores, meus amigos, com a consciência da vossa força, com a união das vossas vontades e com a justiça da vossa causa, nada vos poderá deter.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1954

Discurso durante homenagem prestada pelo Exército nacional. Vargas refere-se às notícias sobre envolvimento dos militares em articulações políticas contra seu governo e garante, na “qualidade de comandante supremo das forças armadas, que a Constituição será mantida em toda a sua plenitude e em toda a sua integridade”.

Srs. Oficiais,

Esta expressiva manifestação, de sentido tão afetuoso, testemunho de uma velha camaradagem, comprova mais uma vez a tradicional lealdade militar ao chefe da nação. Profundamente grato, recebo com emocionada alegria a vossa demonstração de apreço, interpretada, de forma tão feliz, pelo nobre e digno general Amaury Kruel.

Como chefe do governo e, portanto, constitucionalmente chefe das forças armadas, eu me orgulho de vós, da vossa lealdade, da vossa disciplina e da vossa integração nos princípios que juntos devemos defender. Quis a vontade do povo brasileiro que eu me tornasse novamente responsável pelo destino da nossa pátria, cuja direção já me coubera em momentos árdus e angustiosos para a humanidade. Hoje, como antes, podeis estar certos de que, no desempenho de tão alta missão, saberei sempre agir com serenidade, mesmo quando as paixões toldam o ambiente e perturbam os ânimos.

As forças armadas e a defesa da Constituição

Sobre meus ombros pesa a grande responsabilidade de responder pela ordem e pelo bom encaminhamento dos negócios públicos no período de natural exaltação prenunciado pelas novas campanhas eleitorais. Julgo oportuno declarar diante de vós, na qualidade de comandante supremo das forças armadas, que a Constituição será mantida em toda

a sua plenitude e em toda a sua integridade. O presidente da República conservar-se-á na posição de magistrado imparcial e vigilante, alheio a todos os choques partidários que estão contidos no limite dos verdadeiros prélios democráticos. Velarei com o máximo rigor para que ninguém se possa utilizar de cargos de administração federal em benefício de suas ambições eleitorais. Assegurarei o cumprimento da legislação vigente nos casos em que prescreve o afastamento de ocupantes de funções públicas que tenham os seus nomes registrados como candidatos. Não permitirei de forma alguma que os interesses partidários venham perturbar o ritmo do reajustamento financeiro e econômico do país e a política de austeridade administrativa em que o governo se empenha para o equilíbrio orçamentário.

Para a defesa da Constituição e o cumprimento do meu dever, conto com a tradição de honra das forças armadas, quando é notória a existência do propósito deliberado de criar um clima de agitação e perturbação. Quando a nação precisa tanto de paz, fomenta-se uma espécie de guerra fria para inquietar os espíritos. Tendenciosamente, acusam-me de planejar golpes, para se preparar o ambiente propício à desordem. No momento em que mais necessitamos afirmar na vida internacional o poder de uma nação organizada democraticamente, procura-se demolir o prestígio e o poder moral da autoridade. Quando mais as forças armadas se concentram patrioticamente em seu preparo técnico, busca-se por todos os meios perturbá-las no seu adestramento para cumprir os seus sagrados deveres e atender às suas graves responsabilidades decorrentes da conjuntura internacional. Com o objetivo solerte de dividi-las, procura-se lançá-las em debates, animando dúvidas e, finalmente, tentando envolver chefes prestigiosos em choques partidários.

Ao Brasil não podem aproveitar essas manobras insidiosas. Não vos será difícil perceber a quem interessam esses manejos confusionistas. Só podem servir a alguns panfletários, que se valem dos direitos da imprensa para o culto das paixões pessoais ou para o insulto sistemático, e a alguns políticos que, à cata de votos perdidos, se atribuem com alarde patentes exclusivas de honradez. Apenas a estes poderia aproveitar a desordem que provocam com o desígnio evidente de solapar a autoridade constituída.

Já tendo demonstrado que não preciso do poder para triunfar nas urnas, dele não me prevaleço nem pretendo fazer uso para fins eleitorais. Ninguém me arrancará das mãos a bandeira da justiça social com

que sirvo ao povo, e ninguém poderá ver esmorecidos a confiança e o apoio com que me acompanham os que mais sofrem e precisam portanto de mais amparo.

Estou empenhado exclusivamente em defender a autoridade, como dever que o cargo me impõe, para salvaguarda das instituições e preservação dos princípios consagrados na Constituição do país.

Justiça e solidariedade social

Meus atos não são inspirados por intenções demagógicas. Procuo atender aos justos reclamos do povo para melhor assegurar a harmonia das classes e o aumento da produção. Decretei a elevação do salário mínimo por ter motivos que bem o fundamentavam: primeiro, por se ter verificado que nos últimos oito anos, em face da desvalorização gradativa de nossa moeda, os trabalhadores haviam recebido apenas metade do salário real; segundo, porque ficou demonstrado que o impacto do aumento de salário não influiria em mais de 25% na composição geral dos preços. Nessas condições, eu daria ao povo um poder aquisitivo de mais 100% tendo um contrapeso de apenas 25% no aumento do custo; terceiro, porque se comprovou que a margem de lucros incorporada ao patrimônio dos empregadores era abusiva, constituindo um fator de ressentimento e injustiça social cujos efeitos poderiam representar uma ameaça à estabilidade do regime democrático. Nada se constrói sobre a miséria e a desgraça alheias. E não podemos falar em união nacional sem que primeiro implantemos as bases da solidariedade social.

O Exército contra a subversão e pela ordem constitucional

Numa época de graves apreensões para a comunidade internacional a que estamos ligados por compromissos e responsabilidades, devem ser eliminados todos os elementos de dissensão interna. Não são poucos os que, falando e agindo em nome da democracia, usam a técnica da agressão e da violência para colaborar na obra impatriótica da subversão do regime. A inconsciência e a audácia de alguns chegam ao ponto de instigar o povo, pelo rádio e pela imprensa, a depor o governo. Que povo? O que me elegeu e bem os conhece? Com que meios? Com os das forças armadas, que devem defender a Constituição e a pátria? A minha serenidade não significa receio, nem a minha tolerância deve ser considerada tibieza. Consciente da força que representa a defesa da ordem

constitucional, presidirei como magistrado às duas eleições de outubro de 1954 e 1955 assegurando a todos o direito de escolher livremente os candidatos de suas preferências. E não vos preciso dizer que conto convosco, porque os soldados do Brasil sabem honrar os seus compromissos com a nação.

Tendes um ministro dedicado à sua classe e pronto a servi-la, um valoroso soldado coberto de lauréis conquistados heroicamente nos duros embates da última guerra.

Falei-vos como chefe. E agora, amigos, mais uma vez vos agradeço pelo conforto da vossa estima pessoal, do vosso apoio e da vossa solidariedade. Tudo isso constitui um prêmio e um estímulo ao meu esforço no cumprimento do dever.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 1954

Último discurso de Vargas, pronunciado na inauguração das usinas siderúrgicas Mannesmann. Nele Vargas historia a colaboração do governo federal para o desenvolvimento de Minas Gerais, menciona a crise política, o uso político das forças armadas, e adverte “aos eternos fomentadores da provocação e da desordem” que resistirá a “todas e quaisquer tentativas de perturbação da paz e da tranquilidade públicas”.

Povo de Minas Gerais,

O esplêndido surto de desenvolvimento econômico que se estende pelo vosso estado e revigora o ânimo laborioso da sua gente alcança hoje mais um triunfo notável, quando se inaugura esta nova e grande usina Mannesmann, de características tão modernas, que se destina a transformar em riqueza criada e em instrumentos de progresso os recursos inexauríveis do vosso fabuloso subsolo.

Importância da usina Mannesmann

Plantada na terra cujas opulências atraíram a iniciativa pioneira dos heroicos desbravadores nos tempos coloniais e onde o profundo senso da nacionalidade se apurou no culto das melhores tradições brasileiras, a Mannesman põe ao alcance do vosso infatigável esforço, para maior aproveitamento dos vossos preciosos minérios, adiantadas técnicas e vultosas inversões financeiras.

Esta importante fábrica, em que trabalharão cerca de 3 mil operários, começará a produzir, a partir de hoje, 1.500 toneladas mensais de tubos de aço sem costura, devendo, em meados de 1955, atingir o seu nível normal de produção, com 80.000 toneladas anuais do produto. Isto significará, para o nosso país, importante economia de divisas, principalmente agora, quando a exploração efetiva do petróleo intensificará grandemente a procura e o consumo dos tubos.

Com particular satisfação, vejo concretizado mais este valioso empreendimento, mais este considerável acréscimo no quadro geral dos vossos progressos, que constituem motivo de constante desvelo e de sempre renovado júbilo para o governo federal. Prometi dar a Minas Gerais uma grande usina siderúrgica. Agora essa promessa se transforma em realidade.

Auxílio do governo federal a Minas Gerais

Nos limites das possibilidades orçamentárias, venho emprestando todo o apoio material e moral ao admirável impulso de reaparelhamento econômico que assinala os feitos da vossa atual administração. Se vos lembro as medidas tomadas em prol de Minas Gerais não é para subestimar as realizações do governo estadual, mas antes para demonstrar que este, pela visão esclarecida, pelo descortino político e pelo dinamismo empreendedor do governador Juscelino Kubitschek, conseguiu assegurar a mais integral confiança da administração federal no completo êxito do arrojado programa de soerguimento material do estado de Minas Gerais a que se propôs levar a cabo o seu ilustre governador. Os múltiplos aspectos de que se reveste a ajuda da União traduzem-se num só e mesmo testemunho de apreço e de estímulo à obra do governador mineiro.

Cooperando na execução do vosso binômio administrativo energia-transportes, o governo federal concedeu, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para o reequipamento das estradas de ferro que servem a Minas Gerais, financiamentos que montam a mais de um bilhão de cruzeiros, sendo que só a Rede Mineira de Viação se beneficiará com um empréstimo de 568 milhões há dias aprovado. Por intermédio do mesmo órgão, quase 300 milhões de cruzeiros foram destinados à intensificação das obras das centrais elétricas de Salto Grande do Santo Antônio, da Companhia Cataguases-Leopoldina e da Companhia Prada. Há três dias aprovei, por despacho, a concessão de 12 milhões

de cruzeiros para a ampliação das instalações desta última empresa. Do mesmo passo, o banco, com o seu aval, possibilitou a obtenção de empréstimo externo de 7 milhões e 300 mil dólares para as obras da usina de Itutinga e de 5 milhões de dólares para o equipamento agrícola do estado. Um convênio entre o governo estadual e o Ministério da Viação determinou ainda o emprego de mais 125 milhões de cruzeiros de recursos federais em várias obras hidráulicas a serem realizadas no território mineiro.

Não tem sido menor a assistência dada para a solução dos vossos problemas rodoviários, sobressaindo-se os trabalhos de construção de duas rodovias de interesse vital para a economia mineira: a nova Rio-Belo Horizonte e a Estrada Fernão Dias, ligando Belo Horizonte a São Paulo. No período de 1951 a 1954, 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros foram empregados pela União na abertura, construção e pavimentação de estradas de rodagem em Minas Gerais.

Cuidou também a União de promover a melhoria das condições de tráfego das estradas de ferro do estado, enquanto não se executa o plano de reequipamento ferroviário de grande envergadura que será levado adiante com os recursos providos pelo Banco de Desenvolvimento Econômico. Assim, 88 milhões de cruzeiros foram aplicados no alargamento da bitola da Rede Mineira de Viação.

Não tem faltado a Minas Gerais o amparo financeiro do Banco do Brasil. O montante das responsabilidades diretas que assumiu para financiamento do governo do estado atinge a cifra de 930 milhões de cruzeiros, e o das responsabilidades indiretas ultrapassa a 870 milhões. Além disso, o banco concedeu à prefeitura de Belo Horizonte empréstimo de 4 milhões de cruzeiros. Ao mesmo tempo, os empréstimos particulares nas várias carteiras do banco, que, em 1951, orçavam por 2 bilhões de cruzeiros sobem hoje a mais de 4 bilhões e 500 mil cruzeiros.

De grande alcance para a valorização de vossa economia foi também a antecipação de pagamentos de produtos da Fertilizantes de Minas Gerais S. A., por meio da qual a União contribuiu imediatamente com 30 milhões de cruzeiros, indispensáveis para assegurar o êxito do importante empreendimento.

Outra iniciativa da maior relevância para o progresso do vosso estado é a Frigorífico de Minas Gerais S.A., que também foi amparada por um empréstimo federal a longo prazo até o limite de 210

milhões de cruzeiros, compreendendo um prêmio em dinheiro no valor de 70 milhões.

Além do empréstimo externo obtido com a garantia federal e destinado à mecanização da vossa lavoura, Minas Gerais tem sido favorecida com as quotas de distribuição de máquinas agrícolas de acordo com o programa organizado pela Comissão de Revenda de Material Agrícola do Ministério da Agricultura.

Uma ampla campanha de educação rural foi também encetada pela administração federal em Minas Gerais, através do custeio de Centrais Rurais de Treinamento, a par da construção, no município de Ibitiré, do Instituto Superior de Educação Rural. A Escola Agrotécnica de Muzambinho, já instalada, é outro importante centro de esclarecimento do vosso trabalhador rural, de iniciativa do meu governo.

Um convênio com o Instituto Brasileiro do Café proporcionou ao estado estímulo à produção das suas ricas regiões cafeeiras.

Merecem menção especial as variadas e importantes obras empreendidas pela Comissão do Vale do São Francisco em território mineiro. Esse órgão, destinado a garantir a valorização econômica de uma das mais portentosas regiões do país, promove estudos e trabalhos tendentes à regularização do regime do rio, à produção de energia elétrica, ao melhoramento dos transportes fluviais, rodoviários e aéreos e ao saneamento urbano e rural da zona, obras que absorvem dotações federais de grande vulto.

Convém também lembrar as inversões da Companhia Vale do Rio Doce, que já ultrapassaram a cifra de 1 bilhão e 700 milhões de cruzeiros, beneficiando, na sua maior parte, o estado de Minas Gerais.

No terreno das atividades educacionais, Minas já recebeu do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, de 1951 até agora, cerca de 30 milhões de cruzeiros para construir prédios escolares de nível primário, secundário e normal. Sob muitos outros aspectos, seja custeando a instalação de 1.900 unidades de ensino supletivo, seja criando sete ginásios no interior do estado, seja distribuindo 47.000 livros escolares e grande quantidade de material de ensino, o governo da União não se descuidou dos problemas relativos à formação da mocidade mineira.

Auxílios de vulto também foram concedidos pelo governo federal no setor da assistência hospitalar e da saúde pública. Só dois hospitais de Belo Horizonte, o Hospital de Pênfigo Foliáceo e o da Organização

das Voluntárias, receberam financiamento de 4 milhões e 500 mil cruzeiros e 3 milhões e 800 mil cruzeiros, respectivamente. De 1951 a 1954, 1.035 instituições hospitalares mineiras receberam do Fundo Federal de Assistência Hospitalar recursos que montam a cerca de 80 milhões de cruzeiros, garantindo a manutenção de 53 mil leitos em todo o estado.

Quero, por último, mencionar o crédito especial de 30 milhões de cruzeiros destinado à reconstrução da vossa bela represa da Pampulha, que, proposto por mim ao Congresso, já se consubstanciou em lei, estando à disposição do estado meios para reparar os danos sofridos pela barragem.

Preservação da legalidade contra a desordem

Povo de Minas Gerais, as minhas preocupações com o bem público não me deixam fugir ao dever, onde quer que tenha de ser cumprido. E eu o cumprirei até o fim.

Espalhando o germen da discórdia, procurando subverter a força e o prestígio da autoridade, falseando os fatos e fantasiando as intenções, há um propósito de gerar a confusão pela mentira, para levar o país à desordem, ao caos e à anarquia. Para o bem da nossa pátria, podemos confiar nas reações saudáveis da opinião pública e no sentimento de patriotismo e disciplina das forças armadas. As classes armadas, sobre as quais repousa o sossego e a tranquilidade da nação, manterão a ordem e assegurarão o pleno exercício das instituições democráticas; a Justiça cumprirá o seu dever com independência; e o povo, nas próximas eleições, manifestará livremente a sua vontade.

Empenharei a autoridade e a honra do governo para que a ordem seja mantida, as garantias constitucionais asseguradas e as próximas eleições realizadas num clima de ordem e tranquilidade. As injúrias que me lançam, as pedras que me atiram, a objurgatória, a mentira e a calúnia não conseguirão abater o meu ânimo, perturbar a minha serenidade nem me afastar dos princípios de amor e humildade cristã por que norteio a minha vida e que me fazem esquecer os agravos e perdoar as injustiças. Por outro lado não terei condescendência para aqueles que se fazem agentes do crime ou instrumentos da corrupção.

No governo represento o princípio da legalidade constitucional, que me cabe preservar e defender. Dela não me separarei e advirto aos eternos fomentadores da provocação e da desordem que saberei resistir a todas e quaisquer tentativas de perturbação da paz e da tranquilidade públicas.

Papel de Minas Gerais na economia brasileira

Meus amigos de Minas Gerais, não tenho preferências nem faço discriminações regionais, porque vejo o Brasil como um todo indivisível, como uma pátria una e uma só família.

Estendendo as suas fronteiras sobre o norte, o centro e o sul do país, recebendo as influências e os reflexos decorrentes dessa aproximação territorial, Minas Gerais espelha os valores e as virtudes do nosso povo e representa uma súpula do que pensam, do que fazem e do que almejam os brasileiros.

Nesta cerimônia vejo a marca da verdadeira revolução que em 1930 se iniciou em vosso estado, no plano da produção e do trabalho. Até então vivíeis no culto às tradições gloriosas do passado de fausto, no amor aos velhos hábitos e às velhas técnicas, constituindo uma grei eminentemente conservadora.

A vossa contribuição efetiva para a economia nacional estava em contradição com as vossas formidáveis potencialidades. A partir de 1930 a fisionomia material do vosso estado se transformou. Novos instrumentos e novos hábitos de trabalho foram implantados. Sem hesitações nem retrocessos, caminastes no sentido da valorização econômica de vossas riquezas, para culminar agora com o admirável impulso progressista que assinala os últimos anos.

Quando se completar a execução do vosso arrojado programa de empreendimentos de indústria básica, Minas Gerais estará afinal dotada dos instrumentos indispensáveis para aproveitar o insondável acervo de riquezas que a Providência guardou no seu solo generoso.

Evocando os nossos feitos nas últimas décadas, compartilho do vosso justificado orgulho e encontro valioso estímulo para as lides a travar.

Realizando com os métodos modernos a sua predestinação da terra que primeiro afirmou perante o mundo, ainda na era colonial, as formidáveis possibilidades de riqueza do nosso país, este glorioso estado vê afinal a sua economia situar-se num plano de equivalência com as suas tradições imorredouras, a sua admirável cultura política, as altas virtudes cívicas e familiares, a inteligência, a honradez e a capacidade de trabalho do seu povo magnífico. As reservas materiais e morais de Minas constituem a melhor das esperanças num futuro de ordem, de bem-estar e de grandeza para o Brasil.

Rio de Janeiro, agosto de 1954

Carta-testamento datilografada, encontrada na mesa de cabeceira de Vargas na manhã de 24 de agosto, após seu suicídio. A carta foi lida por Oswaldo Aranha no Palácio do Catete e em seguida transmitida por telefone para a Rádio Nacional, que a irradiou para todo o país.

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves

de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para lutar por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo a caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

Getúlio Vargas

Rio de Janeiro, agosto de 1954

Carta-testamento manuscrita, só divulgada pela família nos anos 1970.

Deixo à sanha dos meus inimigos o legado da minha morte.

Levo o pesar de não haver podido fazer, por este bom e generoso povo brasileiro, e principalmente pelos mais necessitados, todo o bem que pretendia.

A mentira, a calúnia, as mais torpes invencionices foram geradas pela malignidade de rancorosos e gratuitos inimigos, numa publicidade dirigida, sistemática e escandalosa.

Acrescente-se a fraqueza de amigos que não me defenderam nas posições que ocupavam à felonia de hipócritas e traidores a quem beneficiei com honras de mercês e à insensibilidade moral de sicários que entreguei à Justiça, contribuindo todos para criar um falso ambiente na opinião pública do país contra a minha pessoa.

Se a simples renúncia ao posto a que fui levado pelo sufrágio do povo me permitisse viver esquecido e tranquilo no chão da pátria, de bom grado renunciaria. Mas tal renúncia daria apenas ensejo para com mais fúria perseguirem-me e humilharem-me. Querem destruir-me a qualquer preço. Tornei-me perigoso aos poderosos do dia e às castas privilegiadas. Velho e cansado, preferi ir prestar contas ao Senhor, não dos crimes que não cometi, mas de poderosos interesses que contrariei, ora porque se opunham aos próprios interesses nacionais, ora porque exploravam, impiedosamente, aos pobres e aos humildes. Só Deus sabe das minhas amarguras e sofrimentos. Que o sangue dum inocente sirva para aplacar a ira dos fariseus.

Agradeço aos que de perto ou de longe trouxeram-me o conforto de sua amizade.

A resposta do povo virá mais tarde...

REFERÊNCIAS

AITA, Carmen; AXT, Gunter (org.). Getúlio Vargas: discursos (1903-1929). Porto Alegre: ALRS, 1997. (Parlamentares gaúchos).

ARAUJO, Maria Celina D'. O segundo governo Vargas: (1951-1954), democracia, partidos e crise política. São Paulo: Ática, 1992.

_____. (org.). As instituições brasileiras da era Vargas. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Ed. FGV, 1999.

_____. O Estado Novo. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. A era Vargas. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

BRANDI, Paulo. Vargas: da vida para a história. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DULLES, John W. Foster. Getúlio Vargas: biografia política. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

FAUSTO, Boris. Getúlio Vargas: o poder e o sorriso. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

FERNANDO, Jorge. Getúlio Vargas e o seu tempo: um retrato com luz e sombra. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

HENRIQUES, Affonso. Ascensão e queda de Getúlio Vargas. São Paulo: Record, 1966. 3 v.

LEVINE, Robert M. The Vargas regime: the critical years, 1934-1938. New York: Columbia Univ. Press, 1970.

_____. Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

LIMA, Valentina da Rocha (coord.). Getúlio: uma história oral. Rio de Janeiro: Record, 1986.

MOURA, Gerson. Autonomia na dependência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral; BARROS, Francisco Reynaldo de (org.). *Getúlio Vargas: meu pai*. Porto Alegre: Inst. Est. Livro; Corag, 2005 (Coleção Meridionais).

RIBEIRO, José Augusto. 1882-1950: o primeiro governo Vargas. In: _____. *A era Vargas*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Ed., 2001. v. 1.

_____. 1950-1954: o segundo governo Vargas. In: _____. *A era Vargas*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Ed., 2001. v. 2.

_____. Agosto 1954: a crise e a morte do presidente. In: _____. *A era Vargas*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Ed., 2001. v. 3.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil, 1930-1954*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *1954: um tiro no coração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SOARES, Leda (ed.). *Getúlio Vargas: diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1995.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938-1947. 11 v.

_____. *A política trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1950.

_____. *A campanha presidencial*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1951.

_____. *O governo trabalhista do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1952-1969. 4 v.

VARGAS, Luthero. *Getúlio Vargas: a revolução inacabada*. Rio de Janeiro: [S.n.], 1988.

VERGARA, Luiz. Fui secretário de Getúlio Vargas: memórias dos anos de 1926-1954. Rio de Janeiro: Globo, 1960.

WIRTH, John D. A política do desenvolvimento na era Vargas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1973.

FOTOS



Getúlio Vargas e Darci Vargas meses após o casamento (junho de 1911).



Getúlio Vargas e revolucionários passando pelo Paraná rumo ao Rio, na Revolução de 1930.



Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e outros em almoço oferecido pelos militares no Forte São João (janeiro de 1931).



Getúlio Vargas tomando posse como presidente constitucional (20 de julho de 1934).



Getúlio Vargas com seu pai e outro em passeio a cavalo na Fazenda de Santos Reis (1934).



Getúlio Vargas com Franklin Roosevelt (novembro de 1936).



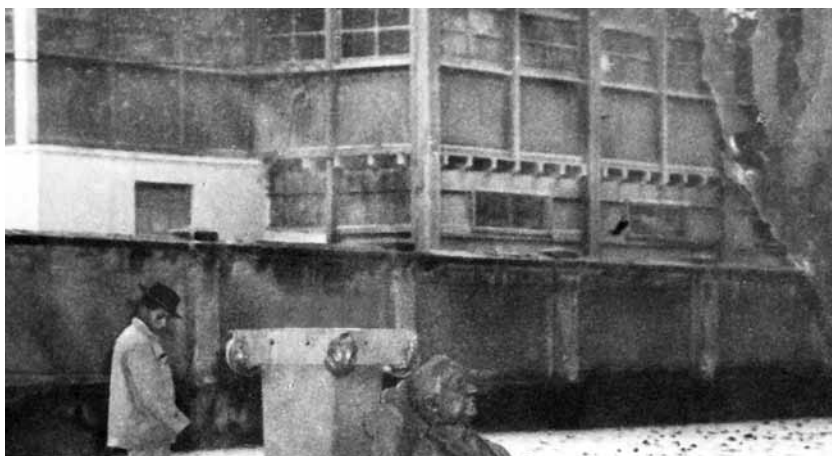
Getúlio Vargas falando à nação, do Palácio do Catete, por ocasião da instauração do Estado Novo (10 de novembro de 1937).



Getúlio Vargas recebendo colegiais no Palácio Guanabara durante recuperação de acidente automobilístico (meados de 1942).



Getúlio Vargas na Academia Brasileira de Letras (1943).



Um dos bustos de Getúlio Vargas retirados das ruas após a queda do Estado Novo (outubro de 1945).



Posse de Vargas no Senado (dezembro de 1946).



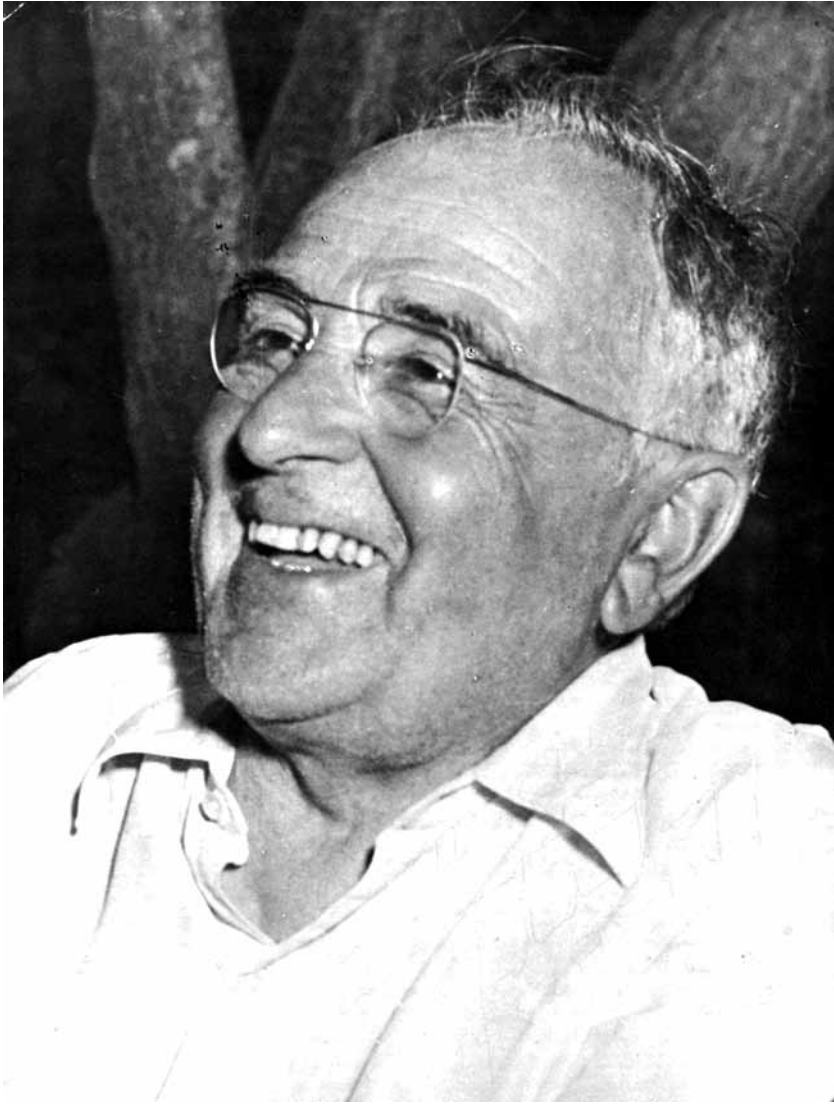
Getúlio Vargas, Alzira, Ernani do Amaral Peixoto e outros no Aeroporto Santos Dumont por ocasião do retorno de Vargas a São Borja (novembro de 1947).



Getúlio Vargas com Ademar de Barros na Fazenda de Santos Reis (dezembro de 1949).



Caricatura de Getúlio Vargas com a inscrição "Ele voltará" (1950).



Getúlio Vargas em 1950.



Getúlio Vargas na campanha eleitoral de 1950.



Posse de Getúlio Vargas na Presidência da República (31 de janeiro de 1951).



Getúlio Vargas, em Volta Redonda, nos festejos do Dia do Trabalho de 1953.



A experiência democrática dos últimos anos levou à crescente presença popular nas instituições públicas, tendência que já se pronunciava desde a elaboração da Constituição Federal de 1988, que contou com expressiva participação social. Politicamente atuante, o cidadão brasileiro está a cada dia mais interessado em conhecer os fatos e personagens que se destacaram na formação da nossa história política. A Câmara dos Deputados, que foi e continua a ser – ao lado do povo – protagonista dessas mudanças, não poderia deixar de corresponder a essa louvável manifestação de exercício da cidadania.

Criada em 1977 com o objetivo de enaltecer grandes nomes do Legislativo, a série Perfis Parlamentares resgata a atuação marcante de representantes de toda a história de nosso Parlamento, do período imperial e dos anos de República. Nos últimos anos, a série passou por profundas mudanças, na forma e no conteúdo, a fim de dotar os volumes oficiais de uma feição mais atual e tornar a leitura mais atraente. A Câmara dos Deputados busca, assim, homenagear a figura de eminentes tribunos por suas contribuições históricas à democracia e ao mesmo tempo atender os anseios do crescente público leitor, que vem demonstrando interesse inédito pela história parlamentar brasileira.



Conheça outros títulos da Edições Câmara no portal da Câmara dos Deputados:
www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes